Agnello Bittencourt



Dicionário Amazonense de Biografias

Vultos do Passado

AGNELLO BITTENCOURT nasceu a 14 de dezembro de 1876, em Manaus, Amazonas. Em sua longa e atuante vida, foi sobretudo o professor. Tendo principiado seu sacerdócio em 1895, exerceu paralelamente outras atividades, na administração pública, no jornalismo e nas letras. Foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e seu Presidente por doze anos; Grão Mestre da Maçonaria Amazonense, durante dez anos; professor do atual Colégio Estadual, por concurso em 1905, até aos setenta anos de idade; membro da Academia Amazonense de Letras; membro de Honra da Sociedade Brasileira de Geografia; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Federação das Academias de Letras do Brasil; sócio Correspondente do Instituto Geográfico e Histórico do Pará, do Instituto Geográfico e Etnográfico de Alagoas, da Academia de Letras do Acre e Honorário do Instituto do Ceará; quando Prefeito de Manaus, fundou a Escola de Comércio Solon de Lucena e o Asilo de Mendicidade Dr. Thomaz, transformado recentemente em Fundação; foi Secretário de Educação do Amazonas por muitos anos. Delegado de Recenseamento do Amazonas, em 1940.

DICIONARIO AMAZONENSE DE BIOGRAFIAS

Vultos do Passado

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)

Bittencourt, Agnello, 1876-
B542d Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.
520p. 23,5cm (Academia Amazonense, 4)

Edição anterior: Vol. II (verbetes entre E e M) publicado pela Fundação Cultural do Amazonas.

1. Amazonas — Biografia — Dicionários. I. Título. II. Série.

CDD — 920.0981103
CDU — 92(811.3)(03)

73-0214

AGNELLO BITTENCOURT

DICIONÁRIO AMAZONENSE DE BIOGRAFIAS

Vultos do Passado

Am
920.8113
B624d

Conquista

Reg. Nº 288
06.11.2001

Copyright
Agnello Bittencourt
Rio de Janeiro
Printed in Brazil

O Autor, aos seus Amigos:

Arthur Cezar Ferreira Reis
André Vidal de Araujo
Carlos de Araujo Lima
Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo
Genesino Braga
Ildefonso Pinheiro
João Chrysostomo de Oliveira
Jorge Alencar
Luiz Palma Lima
Milton Bittencourt Cantanhede
Mendonça de Souza
Mário Ypiranga Monteiro
Nunes Pereira
Plínio Ramos Coelho
P. Raymundo Nonato Pinheiro
Themístocles Pinheiro Gadelha

À memória de

André de Menezes Jobim

"Gratus debet esse que accepit beneficiorum" — *Cícero*

Às colendas Entidades:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS
GRANDE LOJA DO AMAZONAS, ACRE E TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA E RORAIMA
ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL

Homenagem do Autor

IN MEMORIAM às falangiárias do Magistério Primário e Normal que, por seu saber e dedicação ao ensino, sagraram-se na gratidão do Povo Amazonense. Aqui, na lista incompleta, a nênia das nossas saudades:

Adalgisa Gilona Fleury, Adelaide Cabral, Adelaide Marques Braga, Adelaide Neves de Mello, Adélia Augusta Ribeiro Guimarães, Adélia Barbosa de Souza, Adélia Vieira Cunha, Alcina Moreira de Sá Peixoto, Alfa Miranda, Alzira Costa, Amanda Cavalcante, Ambrosina de Aguiar, Amélia Bentes Ayres, Ana Joaquina Cardoso de O. Pinheiro, Anatólia Meira Lima, Aurora Ramos Barroso Rego, Auta Amorim Gagliardi, Arya Firmino da Silva Paula, Brasilina Pedrosa, Cacilda Braule Pinto, Cândida Maria Pedroso, Clavelina Pacheco Montenegro, Cesarina Berger, Clotilde de Araujo Pinheiro, Custódia Carneiro de Lima, Diana Pinheiro, Dolores Quadro Melita, Dorvalina Batista Grangeiro, Elvira Pereira, Eduarda Plácida Guimarães Lucena, Emília Grana Marinho, Emília Pinto Cavalcante, Enedina Meira Lima, Ernestina Bezerra de Castro, Ernestina Castro Corrêa, Ernestina Gonçalves, Evangelina Ferreira Antunes, Evangelina Pinho Browne, Elvira Pinto de Miranda Lima, Felismina Monteiro Cheks Nina, Francelina de Assis Ribeiro Dantas, Francisca das Chagas Perdigão, Francisca Rita Raposo Fernandes, Francisca Saboia Coutinho, Graziela Machado Vidal Pessoa, Heloisa Monteiro Cheks Nina, Inês Pinheiro Lamarão, Isaura Jackson Cabral Izabel Mo-

reira Barroncas, Josefa Belmiro de Souza, Josefina de Freitas Moreira Germano, Julia Augusta Bittencourt, Julia Grana Marinho, Julia Rego Barros, Julia Santana Bezerra, Julia Sampaio, Juliana Maquiné da Cunha, Juventina Pires Lamarão, Leonilla Ramalho Cabral, Libania Ferreira, Lídia Raposo da Silva Campello, Lídia Thaumaturgo, Lina Rego Barros, Ludovina Carneiro de Almeida, Luiza de Miranda Leão, Luiza do Nascimento, Luiza Ribeiro da Silva, Luna Missias Corrêa, Margarida Mattos, Maria Amélia de Mendonça, Maria Amélia Carvalho Campos, Maria Amélia Hermes de Araujo, Maria Araripe Monteiro, Maria Barroso Ramos Madeira, Maria de Nazareth J. Brígido, Maria de Mello Brígido, Maria de Mello Fiuza, Maria de La Salette Aguiar Cardoso, Maria do Carmo Oliveira, Maria de Oliveira Santana, Maria Orminda Pinto Marques, Maria Rodrigues Tapajós, Maria Telles de R. Monteiro, Nertutilla de Albuquerque Prado, Raymunda Frota Leite, Rita Monteiro de Lima, Rosa de Almeida Gomes, Optaciana de Queiroz, Palmira R. do Rego Barros, Raymunda de Paula e Souza de Chevalier, Raymunda Rodrigues de Magalhães, Rosa de Almeida, Rosa da Silva Cruz, Salaberga Bentes Braule Pinto, Santina de Albuquerque Felizzola, Thereza Bentes de Braule Pinto, Thereza Roberto de Andrade, Theonilla Estelita Pessoa, Ursula Monteiro Machado, Ursula Barreiros de Oliveira, Yolanda Ricci d'Urso, Zélia Ramos, Zulma de Azevedo C. Cavalcante, Zulmira Uchôa Bittencourt.

PRÓLOGO

"Faze de tua parte, e Deus te ajudará."

Foi a idéia que me veio ao pensamento quando, há cerca de três anos pretendi realizar um trabalho no qual se reunisse um acervo de biografias referentes aos homens de prol do Amazonas, que algo fizeram pela terra em que nasceram ou escolheram para cenário de suas atuações. Medi, desde logo, o vulto das muitas dificuldades a superar. Avaliei os recursos do meu arquivo e da minha memória, além da possível colaboração indispensável dos meus amigos, entre os quais, antigos discípulos. Confiante, comecei o empreendimento em fins de 1965. Na emotividade do primeiro momento, escrevi: "Dicionário Amazonense de Biografias — (Vultos do Passado)".

De quando em quando, a minha tarefa experimentava um colapso, não para descanso, mas para atender serviços de maior urgência e fazer rápidas viagens.

O Dicionário preencherá uma velha lacuna. Saiba-se que, na designação de localidades, ruas, colégios, estabelecimentos assistenciais, encontravam-se nomes de pessoas célebres na História do País e, particularmente do Amazonas, completamente desconhecidos do povo. Não que lhe fossem desinteressantes, mas por dificuldades de encontrar o atendimento de sua virtual curiosidade. E, assim, para muitos que nasceram e envelheceram, sem que pudessem saber o mínimo da história do patrono da rua em que viveram, do grupo escolar em que estudaram ou do local em que trabalharam, tais como: Leovigildo Coelho, Tapajós, José Paranaguá, Oliveira Machado. Daí a utilidade de um trabalho dessa natureza. Tudo feito em linguagem simples, em síntese favorecendo outras pesquisas.

Deve-se entender, neste livro, por *vultos do passado,* todos quantos, falecidos, nacionais ou estrangeiros, tivessem ou não cultura acadêmica, se vincularam à região amazonense, e à sua gente, empregando seus esforços no afã do seu desenvolvimento e progresso.

Os biografistas brasileiros, sobretudo os do Norte, lutam com a escassez de documentos.

Procurando vários amigos falei-lhes dos Vultos do nosso passado, encarecendo a necessidade de uma coletânea biográfica. Muitos confessaram não poder atender, mesmo em se tratando de parentes muito próximos, por falta absoluta de informações. Não desanimando, bati em outras portas, nos arquivos, bem raros, e pude colher algo de precioso.

Por outro lado, como para compensar, achei valiosas franquias, celeiros de informações de subido valor. Destaco a coletânea *"Relatórios da Província do Amazonas",* em cinco grossos volumes. O sexto volume, que reuniria relatórios dos últimos governos da Província, até a proclamação da República, não foi publicado. Possuo exemplares, alguns deteriorados, dos mesmos, na impressão da época; o último governo provincial, entretanto, não teve o seu relatório impresso.

Apesar de procurar em muitas outras fontes, a respeito de numerosos cidadãos ilustres, cujas memórias honrariam estas páginas, nada, ou quase nada, me foi dado conseguir.

* * *

Em relação a fatos narrados a reconstituição que tento nestas páginas tem o caráter de um testemunho, ou porque os tenha assistido, como espectador interessado, ou por tê-los vivido, como participante. Procurei adotar uma atitude de isenção e imparcialidade, despido das emoções que a perspectiva do tempo diluiu e deve ter apagado. Espero ter dado sempre uma versão neutra dos acontecimentos.

Muita gente que ler este trabalho admirar-se-á de, entre os *verbêtes,* não encontrar nomes femininos, quando é certo a existência de grande número de professoras, através de mais de um século, terem servido o Amazonas, com especial dedicação e competência. Não houve omissão proposital. Foi pela dificuldade ou mesmo impossibilidade da coleta de dados. Este Dicionário não as esqueceu, pois, logo em sua primeira página de honra e de saudade, consta uma lista de nomes de mestras que dignificaram o Magistério primário e normal. É uma relação incompleta, todavia inspirada pelo nosso maior apreço.

Declaro que este livro não é todo meu; basta verificar suas páginas: aqui e ali, uma entrelinhada colaboração obsequiosa e uma transcrição. No fim de cada verbête, quando não é da minha

lavra, assinalo os nomes dos seus autores, como as fontes subsidiárias que me inspiraram. Todos são donos deste trabalho, assim como o Governo do Estado. Donos ainda são todos os meus filhos, que, de algum modo, me ajudaram, sendo que Ulysses Uchôa Bittencourt chamou a si o encargo da totalidade dos rascunhos, de os pôr em ordem e datilografá-los, antes de enviá-los aos prelos.

Ao "Jornal do Comércio", de Manaus, os meus agradecimentos, pela antecipação, em publicar em suas colunas domingueiras, grande parte das biografias que aqui constam.

Ao prestimoso e incansável Genesino Braga, a viva expressão do meu reconhecimento.

* * *

Este Dicionário parece constituir uma resposta a todos os que põem em dúvida a possibilidade de florescer no Amazonas uma grande civilização. Se uma civilização é resultante dos homens, aí estão alinhados os nomes e os feitos de vários estadistas, professores, jornalistas, sacerdotes e tantos expoentes das mais variadas profissões que no Amazonas ajudaram a fazer uma capital moderna em plena selva e se distinguiram em cargos políticos ou administrativos, ou em colunas da imprensa, ou no púlpito, ou na cátedra — todos esses instrumentos e sinais da civilização.

Uma parte do material deste Dicionário (verbetes entre E e M) foi objeto de publicação em volume editado pela Fundação Cultural do Amazonas, como "Vol. II" de um plano editorial que infelizmente não se realizou inteiramente.

ABÍLIO ALENCAR

O Prof. Abílio de Barros Alencar nasceu a 30 de abril de 1888, no Estado do Piauí sendo filho de Benedito Alencar e D. Rosalina Feitosa de Alencar.

Tinha 14 anos de idade quando sua família se transferiu para Manaus.

Enquanto seu pai e seu tio Joaquim de Barros Alencar, também vindo do Nordeste, se provisionavam para advogar nas Comarcas do Solimões — eram homens de cultura e dignidade comprovadas —, Abílio ficava na Capital a fim de prosseguir nos estudos elementares. Fêz seus preparatórios e ingressou na Escola Agronômica do Amazonas, logo trabalhando, ora no magistério particular, ora demarcando terras no interior do Estado.

Não satisfeito com o lastro cultural que possuía, ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se com a Turma de 1927. Mas, não era na judicância que estava a inclinação do seu espírito e sim no magistério, ensinando Matemática. Aproveitou o ensejo de um concurso para provimento efetivo da cadeira de Aritmética e Álgebra na Escola Modêlo, obtendo o primeiro lugar. Em ocasiões diversas, lecionou em outros estabelecimentos públicos e particulares assim: no Ginásio Amazonense Pedro II, na Escola de Comércio "Solon de Lucena", "Colégio N. S. Auxiliadora", "Colégio S. Dorotéia".

Foi Diretor-Geral da Instrução Pública em duas oportunidades, sendo uma delas no govêrno do saudoso Dr. Leopoldo Neves.

Com sua filha Léa Alencar Antony, fundou o "Instituto Gustavo Capanema" de que esta continua como proprietária e diretora.

* * *

O Prof. Abílio Alencar foi casado com D. Judith da Silveira Alencar, dama de exemplares virtudes. Do feliz enlace, nasceram os seguintes filhos: Euler (falecido); Léa Alencar Antony, Neper da Silveira Alencar; Déa Alencar Assumpção; Viéte da Silveira

Alencar; Otto da Silveira Alencar; Selma Alencar Acioly; e Maria Agnesi da Silveira Alencar.

Somente uma vez foi ao Sul do País, para acompanhar pessoa da família em tratamento, sendo que, na oportunidade, lecionou no Rio de Janeiro.

Não consta ter publicado nenhum livro. Mas colaborava nos jornais de Manaus, em assuntos pedagógicos e motivos de sua especialidade. Era um notável charadista, mandando freqüentes trabalhos para o afamado Almanaque Beltrand. Com o pseudônimo de Déa (nome de uma das suas filhas), manteve assídua correspondência com o matemático e escritor Malba Tahan.

Seu esporte predileto, embora sem freqüência costumeira, era a pesca em companhia de amigos diletos, dentre os quais o Dr. Waldemar Pedrosa.

O Prof. Abílio de Barros Alencar viveu da cultura e para cultura. Durante sua vida intensa e útil de professor de Matemáticas, preparou muitos amazonenses que brilharam em concursos públicos.

Finalizo esta ligeira notícia, com as seguintes palavras, *data venia,* do provecto Prof. João Chrysostomo de Oliveira, estampadas no "O Jornal" de Manaus, de 28 de março de 1953: "... Temos aí traços ligeiros da vida exuberante de Abílio de Barros Alencar que a morte nos arrebatou a 25 de fevereiro (1953), deixando todo o campo educacional do Amazonas enlutado, principalmente o casarão do Instituto de Educação onde ele pontificou por muitos anos, debaixo de pesada atmosfera de saudade, debaixo de angustiosa impressão".

(Êste resumo biográfico resultou de muitos anos de observação e dos informes da Prof.ª Léa Alencar Antony, filha do biografado, Diretora e proprietária do "Instituto Gustava Capanema", de Manaus e Deputado estadual.)

ABÍLIO NERY

O Dr. Abílio Dámaso Nery nasceu em Manaus, a 11 de dezembro de 1876, sendo seus pais o Major do Exército Silvério José Nery e D. Maria Antony Nery. Desse consórcio provieram os seguintes filhos: Silvério José Nery, Antônio Constantino Nery, Márcio Filafiano Nery, Luiz Nery, Rosa Benedita Nery, Atílio Cândido Nery e Abílio Dámaso Nery. O Major Silvério Nery, ao se casar com a Senhora Maria Antony, levara para sua nova convolação, dois filhos: Frederico José de Santana Nery e Ana de Santana Nery.

O Dr. Abílio Nery iniciou seus estudos superiores na Escola Militar de Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul, passando, mais tarde, para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Entendendo deixar a vida de soldado, seguiu para Salvador (Bahia), ingressando ali na Escola Politécnica, onde fêz o curso de Engenheiro-Geógrafo, terminando-o em 1904. Prosseguindo seus estudos, diplomou-se em Engenharia Civil, em 1905, sendo seus companheiros de Turma: Otávio Mangabeira, Geraldo Rocha, Geraldo da Rocha Rodrigues Tôrres, José Vaz Lordello e Arthur Ribeiro.

Após graduar-se, regressou à sua terra natal (Manaus), entregando-se às atividades demarcatórias. Nesse mister, esquadrinhou quase todo o Amazonas, varando igapós, subindo igarapés, cortando várzeas e sofrendo mil contingências de um mundo áspero e bravio. Quem jamais penetrou naquelas sombrias lonjuras da Hiléia, não poderá imaginar o que seja o serviço de um engenheiro, nas *picadas* lindeiras, medindo e demarcando um seringal ou castanhal de dezenas de quilômetros quadrados, na *selva selvaggia* em que tudo é agressivo ao homem. Pois bem; tantas vezes Abílio Nery venceu a batalha do desconhecido e do quase insuperável! No entanto, poderia ele estar gozando as delícias de uma vida segura e tranqüila na Cidade, porquanto, ao tempo, um dos seus irmãos era Governador do Amazonas, e o outro Senador da República, tratando-se de uma família unida.

* * *

A 19 de novembro de 1906 o Dr. Abílio Nery casou-se com Deolinda Nogueira Pinto, filha de Francisco das Chagas Pinto e D. Maria Nogueira Pinto. Do enlace, nasceram Silvério e Corintha (já falecidos); Abilinda (hoje Abelinda Nery Guimarães), casada com José Victor Guimarães, Guarda-Mor da Alfândega do Pará; Deborah Nery Lamberg, viúva de Oscar Lamberg, que era Oficial da Marinha Mercante Brasileira; ambas as irmães, formadas pela antiga Escola Normal do Estado; Pery Pinto Nery, Bacharel em Direito e funcionário do Banco do Brasil, na Agência de Manaus, casado com a Senhora Jarina de Souza Marinho Nery; Paulo Pinto Nery, Catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito do Amazonas e (1967) Prefeito Municipal de Manaus (Interventor), casado com a Senhora Maria de Sousa Marinho Nery; Guilherme Pinto Nery, Professor diplomado pela Escola Nacional de Educação Física, exercendo suas funções na Escola Técnica de Manaus e no Colégio Estadual do Amazonas, atualmente na presidência do Conselho da Fundação Universi-

dade do Amazonas, casado com a Senhora Maria Fátima Pedrosa Nery.

* * *

O Dr. Abílio Nery nunca esteve na política, mas exerceu, no princípio de sua vida, vários cargos junto ao governo do Estado, quer de direção, quer de fiscalização, mesmo em diversas Prefeituras Municipais. Foi Fiscal do Governo, junto a *The Manaus Tramways Light Co. Ltd.*, concessionária dos serviços de luz e transporte. Mais tarde, esteve na direção da antiga Repartição de Terras, Águas e Esgotos, todas essas funções em comissão. Foi Prefeito Municipal de Manacapuru, Tefé, Coary, Barreirinha e Borba. Projetou e construiu centenas de edifícios particulares, em Manaus. Pelo governo do Dr. Álvaro Maia, foi-lhe entregue o começo do vasto palácio do Instituto de Educação do Estado, quando em alicerces há muito levantados e abandonados. Esse prédio monumental, o maior da cidade, onde hoje, além do Instituto, também agasalha o Congresso Legislativo do Amazonas (Casa Ruy Barbosa), teve o ingente trabalho de assistência construtiva do saudoso Engenheiro Abílio Nery. No seu acabamento, ou melhor, na sua construção, por mais de quatro (4) anos, tratando com operários de várias classes, tudo lhe passando pelas mãos e pelo pensamento, poderia ter amealhado uma pequena fortuna. Mas saiu pobre, como entrara.

O Dr. Abílio Nery, após muitos anos do falecimento de sua esposa, casou-se com a Senhora Joana Andrade Nery, tendo deste enlace um filho: Mário Fernando Nery, economista, formado pela Faculdade de Economia do Pará

Meu quase vizinho, à rua Dr. Moreira, de Manaus, conheci e estimei esse digno cidadão, quer por sua inteligência e cultura, quer pelo seu caráter.

Faleceu em Manaus, no dia 11 de janeiro de 1963, tendo sido sepultado no Cemitério de São João Batista.
(Esta biografia teve a colaboração obsequiosa do Dr. Pery Pinto Nery, ilustre filho do biografado).

ADELELMO DO NASCIMENTO

Adelelmo Francisco do Nascimento foi uma das figuras mais realçadas do Magistério amazonense, abrangendo a derradeira vintena do século passado. Nasceu em 1852, na Freguesia de Santana, na antiga e sempre gloriosa província da Bahia. Era filho de família humilde. Estudou e seguiu a profissão do pai, também violinista e exímio professor de música. Fez o seu curso de Humanidades no *Colégio Dois de Dezembro.* Possuindo já, pelo

esforço próprio, um largo e profundo lastro intelectual, dedicou-se ao violino, apegado às lições do seu genitor e aos grandes mestres que, ao tempo, freqüentavam a cidade do Salvador. Ao cabo de alguns meses de aulas, ouvia, de cada um, a seguinte confissão: "Nada mais tenho a ensinar-lhe." É que a capacidade genial do discípulo ultrapassava a sabedoria do mestre. Tratava-se de um autodidata para o qual os segredos do seu violino foram todos arrancados nas sutilíssimas ginásticas do arco. Não consta que Adelelmo do Nascimento, um maestro que se fizera por si próprio, jamais freqüentasse algum Conservatório de Música.

Carlos Gomes, seu colega e amigo, o admirava e nele confiava bastante. Conta-se que, sob sua batuta, em Salvador, houve ocasiões em que alguns dos seus antigos mestres se achavam na orquestra. Diz-se ainda que na Bahia, ao ser ouvida, pela primeira vez, a ópera "Guarani", da autoria e sob a regência do próprio Carlos Gomes, em certa passagem em que havia dificuldade de interpretação psicológica, o Autor entrega a batuta a Adelelmo que a aceita e a manobra com requinte de sabedoria e arte. Estava nele um virtuose tão grande como os maiores da Europa. Quando ensaiava um grupo de alunos ainda inarmônicos, os imperativos da varinha ou de suas mãos impunham logo o silêncio, para um novo recomeço do trabalho, até que tudo ficasse em ordem.

Adelelmo do Nascimento, esse mestre de mestres, então glorificado na cidade do seu berço, contrariando o aforismo de que "ninguém é profeta em sua terra", resolveu viajar para o Amazonas, cuja capital, Eduardo Ribeiro se achava remodelando. Partiu a convite de Pedro Ayres Marinho. Quando ali chegou, teve acolhida cativante, quer por parte das autoridades, quer pela numerosa e brilhante *colônia baiana,* entre os quais Jonathas de Freitas Pedrosa, e Hermenegildo de Campos.

Adelelmo do Nascimento foi nomeado, pelo Governo da Província, para reger a cadeira de Música e Canto Coral do Instituto Normal Superior, predecessor do Ginásio Amazonense Pedro II. Foi com ele que eu, ao fazer o curso normal, aprendi os elementos da Divina Arte. Também fora nomeado para organizar e reger, trabalhando três vezes por semana, uma Banda de Música, no *Instituto de Educandos Artífices,* internato para meninos pobres, situado no subúrbio de Manaus — subúrbio então denominado dos Educandos e, mais tarde, de Constantinópolis.

Adelelmo era mulato, agigantado, possuindo vasta cultura, falando correntemente o francês e o italiano.

Quantas vezes o vi fazendo parte de comissões examinadoras, no Instituto Normal, inquirindo, com desembaraço, os dis-

centes em outras disciplinas que não tinham a menor conexão com a Música e com o Canto Orfeônico!?...

O Maestro havia sido nomeado pelo grande Presidente Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, para a cadeira de Música e Canto da Escola Normal, a 14 de julho de 1883, como já o havia feito, a 2 do mesmo mês e ano, para a cadeira criada no Instituto dos Educandos Artífices.

Aproximava-se o dia em que o Presidente da Província — 10 de julho de 1884, festejaria, solenemente, em meio de retumbantes pompas, a entrega das últimas Cartas de Alforria aos escravos da Província.

José Paranaguá conversa com o Maestro e pede sua cooperação no brilho das solenidades em expectativa. Adelelmo do Nascimento, contando apenas 24 anos de idade, não esperou ordem em tal sentido. O que realizou, com sua competência e tenacidade, foi um verdadeiro milagre, dentro do programa dos festejos, tudo preparado no mínimo de tempo e no máximo de significação e esplendor.

"As crianças do Instituto ainda não sabiam ler e contar, porém, ele (Adelelmo), com o seu talento e sua poderosa vontade, saiu, um ano depois, no dia 10 de julho de 1884, com a Banda de Música completamente organizada e no Palácio do Governo ela executou admiravelmente a *Sinfonia do Guarani.*

As suas alunas da Escola Normal e do ensino particular fizeram rápidos progressos, tanto que, na grande festa da libertação dos escravos, na Capital do Amazonas, quando o benemérito Presidente Dr. Theodoreto Souto anunciou ao povo *não havia mais escravos,* a "Caridade", de Rossini, foi cantada por todos os alunos e alunas de Adelelmo."

Em 23 de junho de 1897, o Professor aposenta-se e viaja para a França, indo residir em Paris, onde falece a 28 de fevereiro de 1898, sendo sepultado no Cemitério de Saint Ouen (dos estrangeiros).

Era um grande espírito, extremamente modesto. Não publicava o que produzia, sendo poucas as suas partituras. Após seu traspasse, apareceram os originais do Compêndio de Música, obra notável pela sua linguagem e método.

Por ordem do Governador do Estado, Dr. Constantino Nery, datada de 6 de setembro de 1904, foi autorizada e realizada a edição da obra em dez mil exemplares, encadernados em percalina. No Arquivo Público de Manaus ainda existe um resto desta vultosa e magnífica edição.

(Fontes de subsídios: Observações do Autor e o Discurso-necrológio do Prof. Antônio Monteiro, por ocasião das homenagens prestadas, em 28 de abril de 1898, em Manaus, à memória do Maestro).

ADELINO COSTA

O Dr. Adelino Cabral da Costa, natural de Pernambuco, nasceu a 24 de novembro de 1874 e faleceu em Manaus a 13 de julho de 1936.

Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Foi uma das inteligências mais empolgantes do seu tempo. Desde logo entregou-se ao jornalismo de sua terra. Depois rumou para o Amazonas, em cujo meio jornalístico e social se arraigou sem demora. Estava no Governo do Estado o Coronel Antônio Bittencourt, que o convidou para o seu gabinete, passando a trabalhar ao lado de Manoel Lobato. Escrevia no "Amazonas" e em outros órgãos da imprensa de Manaus. Casou-se com a Srta. Elvira de Mello, filha do abastado negociante do Purus, Lourenço Nicolau de Mello. Do seu consórcio nasceram os seguintes filhos: Felicidade, funcionária federal; Alzira, farmacêutica; Juracy, funcionária aposentada; Dr. Adelino Mello Costa, Juiz de Direito, aposentado; Edelvira, funcionária federal; e Marcelino, oficial da Aeronáutica.

Foi deputado estadual, diretor da Instrução Pública, professor da Escola Agronômica, diretor da Associação Comercial, por alguns anos e colaborador efetivo do "Jornal do Comércio", de Manaus, ao lado do seu grande amigo, Dr. Vicente Reis.

ADERSON DE MENEZES

Aderson Andrade de Menezes, uma das maiores mentalidades do País, nasceu em Parintins (Baixo Amazonas), a 8 de julho de 1919, sendo o mais velho de nove irmãos. Foram seus pais Tude Henriques de Menezes e Delfina Andrade de Menezes.

Casou-se com a Sra. Lucia Rocha de Menezes, de cujo enlace tiveram três filhos: Aderson, Cristina Maria e Jorge.

Fez seus estudos preliminares no Grupo Escolar "Araujo Filho", de Parintins, nos anos de 1926 a 1931. Transferindo sua residência para Manaus, a fim de continuar os estudos, ingressou no então Ginásio Amazonense Pedro II, hoje Colégio Estadual do Amazonas, ali estudando de 1932 a 1936, sendo o Orador da turma concludente.

No Colégio Dom Bosco, de Manaus, durante 1937 e 1938, fez o curso pré-jurídico que ali se ministrava, cabendo-lhe o encargo de orador da turma.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, em 1943, sendo a respectiva turma composta de 13 bacharelandos, tendo sido o Orador Oficial.

Doutor em Direito, por defesa de Tese e colação de grau, em 28 de março de 1955. Ao tempo, havia cerca de vinte cadeiras vagas, ou melhor, providas interinamente, na Faculdade de Direito do Amazonas. Aberto o concurso para provimento efetivo, vários foram os candidatos que atenderam ao chamamento, entre os quais o Bacharel Aderson de Menezes.

Durante mais de um ano, os candidatos realizaram todas as provas (Veja-se Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, n.° 4, 4.° ano (2.ª fase) Manaus, 1957). Transcrevo o seguinte tópico: "Considerados habilitados, foram nomeados e empossados, colando o grau de doutor os professores catedráticos Ariosto de Rezende Rocha, Aderson Andrade de Menezes, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Samuel Isaac Benchimol, bem como o docente livre José Bernardino Lindoso". (Aderson de Menezes — "História da Faculdade de Direito do Amazonas", de janeiro de 1909 a 17 de janeiro de 1959 — Manaus, pág. 229 — Tip. Fenix, de Sérgio Cardoso).

Aderson de Menezes, antes, já havia ocupado, interinamente ou contratado, as seguintes cadeiras: de 1946 a 1949, "Teoria Geral do Estado"; Professor interino da mesma cadeira, também da Faculdade de Direito do Amazonas (federalizada), nos anos de 1950 a 1954; Professor substituto da cadeira de Direito Internacional Público, em 1952; da cadeira de Instituições do Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas (hoje da Universidade do Amazonas), nos anos de 1958 a 1960; Professor catedrático da Faculdade de Direito do Amazonas (atualmente da Universidade do Amazonas), por concurso de títulos e provas e nomeação vitalícia, desde 1955 (Teoria Geral do Estado); Professor Titular Extraordinário da Universidade de Brasília a partir de 1966; Professor Titular da Universidade de Brasília (Introdução à Ciência Política e Teoria Geral do Direito Público); Professor Titular da Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília (Teoria Geral do Direito Público e Direito Administrativo).

Outros cargos: Diretor da Penitenciária do Estado do Amazonas, no ano de 1945; Delegado Auxiliar da Capital e Chefe de Polícia do Estado, no ano de 1946; Deputado à Assembléia Legislativa do Amazonas (membro da Comissão de Constituição e Justiça), nos anos de 1947 a 1951; Juiz Substituto da Comarca de Manaus, nos anos de 1955 a 1957; Secretário de Estado da Educação e Cultura de Amazonas, nos anos de 1960 a 1962; Procurador Chefe da Procuradoria Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, de 1962 a 1966; Representante do Governo do Estado do Amazonas em Brasília — DF, de abril de 1966 a abril de 1967. Funções magisteriais: Representante do Estado do Amazonas à X Conferência Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, 1950; Membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, nos anos de 1952 a 1956; Diretor da Faculdade de Direito do Amazonas (3 vezes), em 1952, de 1957 a 1960 e de 1960 a 1961; Representante da Faculdade de Direito do Amazonas ao I Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, no ano de 1953; Membro da Comissão Julgadora de vários Concursos para a Faculdade de Direito; Membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas (hoje Universidade), nos anos de 1959 e 1960; Participante, como convidado do Ministério de Educação e Cultura, da I Reunião de Educadores sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em Brasília, no ano de 1962; Reitor da Universidade do Amazonas, nos anos de 1964 e 1965; Membro do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, nos anos de 1964 e 1965; Participante da II Reunião Conjunta do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação, em Belo Horizonte, no ano de 1964; Coordenador da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília; além de muitos encargos, como o de Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Amazonas, com diversos mandatos.

O acervo publicitário do ilustre professor foi também extenso, mostrando que entrou cedo nas lides do pensamento. Todos os seus trabalhos revestem-se da lucidez de uma cerebração plenamente amadurecida nos eitos da reflexão. Escreveu os seguintes livros e folhetos: "Atividades Parlamentares" (projetos, pareceres, votos e discursos), ainda inédito; "Do mandado Político na Democracia Representativa" (tese de concurso) Editora Sergio Cardoso, Manaus, 1954; "História da Faculdade de Direito do Amazonas" (da fundação ao cinquentenário) Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1959; "Teoria Geral do Estado" (aulas do curso de bacharelado) Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, 1960; "Idéias e Problemas do Estado" (coletânea de conferências e artigos na imprensa) Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1961;

além de muitos outros trabalhos, alguns inéditos, o último que publicou: "Waldemar Pedrosa" (notas biográficas e textos documentais) — Gráfica do Senado, Brasília, 1970.

Esse o grande amazônida que a fatalidade nos tirou em 16 de abril de 1970, em Brasília.

ADMAR THURY

Membro proeminente da tradicional família dos Thury, de Codajás, o Dr. Admar de Andrade Thury nasceu em Belém do Pará, a 18 de janeiro de 1898, falecendo no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 19 de maio de 1966.

Foram seus pais o agrimensor e piloto José da Rocha Thury (amazonense) e D. Maria de Andrade Thury (paraense). Deixou dois irmãos: o perito contador Meridith de Andrade Thury e Apurinã Colany Thury.

Fez seus estudos em Manaus: diplomou-se em guarda-livros, pela Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena, em 1920, sendo o orador da turma. Formou-se em Agronomia, pela Escola de Manaus.

Em 1952, realizou concurso de títulos do DASP, para a carreira de agrônomo do Ministério da Agricultura.

Em 23 de maio de 1933, casou-se com a Senhorita professora Hylma de Medeiros Raposo, filha do Coronel José de Medeiros Raposo e de sua esposa D. Ernestina Raposo. Com muito prazer, fui intermediário desse consórcio plenamente amparado pelas bênçãos divinas.

O casal teve os seguintes filhos: Céres de Medeiros Thury, normalista pelo Instituto de Educação do Amazonas e curso clássico, distinto, no Colégio Estadual, atualmente funcionária federal, por concurso, do Ministério da Fazenda; Senhora Antonilda Maria Thury Ferreira Sarmento (filha adotiva), normalista, funcionária do Instituto de Resseguros do Brasil, no Amazonas, casada com o Sr. Antônio Ferreira Sarmento.

O Dr. Admar Thury desempenhou vários cargos e funções de relevo, sempre com dedicação e inteligência, entre os quais: fiscal de Rendas da 5.ª Circunscrição do Estado do Amazonas e Auxiliar técnico, demarcador de terras indígenas, inspetor-agronômico e, depois, superintendente geral do Serviço Provisório de Localização dos "sem-trabalho", no Amazonas; diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio; diretor do *Aprendizado Agrícola Nelson Mello;* Prefeito Municipal de Manaus; professor de Agricultura Geral da Escola de Iniciação Agrícola do Paredão, etc. Foram muitas as comissões e representações que desempenhou, dentro e fora do Amazonas.

Dentre os trabalhos que Admar Thury publicou, vejam-se: "A Juta Brasileira", em livro; "Cultivo do Cacau, Descrição de Gêneros e Variedades", em opúsculo; "Memorial sobre a Cultura da Juta entre os Japoneses de Parintins"; "A Juta Amazonense e os Problemas Econômicos do Amazonas"; "Fomento Agropecuário"; "Organização Agrícola de Três Estados do Nordeste Brasileiro" e outros.

São numerosos os artigos estampados em revistas especializadas em assuntos agrícolas da Amazônia e de além.

As leituras preferidas de Admar foram assuntos agrícolas e a Bíblia Sagrada. Tinha um grande prazer: o de viajar pelo interior do País e o fez por todos os quadrantes. Foi sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e seu secretário por alguns anos; sócio correspondente da Sociedade Paraense de Estudos Econômicos de Belém; delegado do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas do Brasil, no Amazonas.

(Notas subsidiárias desta breve notícia biográfica: observações do autor deste Dicionário, por muitos anos e informações obsequiosas de D. Hylma Thury, viúva do biografado).

ADOLFO LISBOA

O Capitão do Exército Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa não residia no Amazonas, nem havendo notícia de o ter visitado, sendo chamado a Manaus em 1902, quando, no governo do Estado, se achava o Dr. Silvério José Nery, que o nomeou para o cargo de superintendente municipal.

Sua administração prolongou-se até 1907, fragmentada por três pequenos intervalos. Pode-se dizer que foi esse o Prefeito municipal que permaneceu por mais tempo no poder. Sua gestão assinalou-se por uma fase de progresso e de atos marcantes na história regional.

Manaus, pouco antes de findar o século, fôra transformada, de "uma grande aldeia, em cidade moderna". Acontecia, porém, que ainda restava muita coisa a terminar e tantas outras a começar: era a tarefa que se impunha àquele militar, que logo fez ver a situação precária das finanças da Comuna. Realizaria os melhoramentos em caráter urgente, se o Estado lhe permitisse contrair, no estrangeiro, um empréstimo de trezentas e cinqüenta mil libras, o que obteve.

Tratemos do caso e, em síntese, da aplicação desse dinheiro que correspondia, ao câmbio da época, a cinco mil contos de réis, mas sendo somente entregues quatro mil e cem. O restante não

passou nas malhas miúdas da operação financeira. Foi com aquele saldo que o Capitão Adolfo Lisboa levou avante o seu plano de realizar os melhoramentos urbanos e suburbanos de Manaus. Ei-los, em síntese:

a) O muro encimado de alto e forte gradil de ferro, compreendendo um portão monumental de coberta de vidro, fechando o Cemitério de São João Batista; b) A capela artística do necrotério; c) A desapropriação e arruamento do bairro do Mocó, passando a chamar-se Vila Municipal, hoje Adrianópolis; d) A fachada de pedra e cimento do Mercado Público, na rua dos Barés, ao alto da qual ainda se lê, em letras garrafais, o nome do Prefeito que a mandou edificar; e) O alargamento, planificação e construção dos meio-fios dos passeios da antiga rua da Matriz, agora Joaquim Sarmento; f) Embelezamento da Praça Tamandaré, etc.

O Capitão Adolfo Lisboa não prestou contas dos 4.100 contos de réis que lhe foram entregues, detalhando as despesas que mandou pagar. Fê-lo, tão-somente, em relatórios, sobre o da arrecadação tributária, assim mesmo a *grosso modo.*

Gostava de prestigiar, com as suas propriedades particulares, as zonas ou logradouros que melhorava. Assim, quando a Prefeitura, por sua iniciativa e ordem, desapropriou e arruou o bairro do Mocó (Adrianópolis), reteve o melhor lote, fronteando o reservatório dágua, e construiu o palacete, em estilo *chalet,* a que deu o nome Zulmira, de sua esposa. Esse prédio é um encanto de comodidade e luxo, situado na rua S. Luís. Realmente a construção valorizou aquele subúrbio. À entrada da rua da Matriz, esquina da Henrique Martins, em terreno que pouco antes adquirira, mandou construir um grande edifício de dois pavimentos.

Em frente à praça Tamandaré, no local onde hoje está o *Hotel Amazonas,* existia um baracão — depósito de materiais de obras da Prefeitura. Não se sabe por que meios, este imóvel do patrimônio municipal passou para o acervo particular do Capitão Lisboa; o certo é que apareceu no seu espólio, após sua morte, tanto que houve ação de embargo para retirá-lo do inventário.

* * *

Dentre os intervalos em que o Superintendente Adolfo Lisboa esteve afastado da Prefeitura, por duas vezes serviu no posto de coronel, o comando do Batalhão de Polícia Militar do Estado, onde deixou fama de homem de excessivo rigor, na aplicação de penas disciplinares. De uma feita, uma *praça de pret* foi castigada, ficando com as vestes ensangüentadas. Fugindo do quartel, apresentou-se na redação do jornal "Quo Vadis?", que aproveitando o ensejo da destemida oposição que fazia ao Governo, fez um grande escândalo.

Conta-se que, no correr do ano de 1910, o ex-superintendente de Manaus, se achava em Paris, para onde fôra em busca de tratamento à sua saúde abalada, pondo-o em estado de fraqueza e neurastenia. Ao tempo, ainda predominavam os veículos de tração animal. Ao saltar de um deles, paga o estipulado, não fazendo com referência à gratificação. O boleeiro reclama zangado. Lisboa irrita-se e atira violentamente no rosto do reclamante, um punhado de moedinhas de ouro e prata, que se espalham pelo solo e pelo carro. Rápido como um gato e indigno como uma toupeira, da boléia pula ao chão, não para castigar ao passageiro, sim para apanhar uma a uma as moedas. Alegre o boleeiro, após ter conseguido juntá-las, diz reverente: "Merci, merci, monsieur!". Um amazonense que, ao acaso por ali passava, viu a cena. Dias depois, a colônia brasileira já a conhecia, não motejando daquele patrício doente, mas da vilania de um profissional habituado a tratar com os seus cavalos.

* * *

Como se depreende, não se trata da biografia do Capitão Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, que foi um *esquisitão,* um hermético, espiritualmente trancado em si mesmo. Não fazia "pose". Um retratista não o surpreendia; um psicólogo, muito menos. Poucas as relações de amizade e de simples cortesia que cultivou em Manaus durante seis anos em que foi um dos expoentes da vida oficial. Nem mesmo no transcurso do célebre carnaval de 1902 que ele custeou oficialmente, mandando buscar da Europa *fantasias* e *carros alegóricos,* de belezas surpreendentes. Não se misturou com o povo, tendo apreciado os *desfiles* de certo ponto afastado, pois nunca se quis integrar na espiritualidade da família amazonense.

Alguém que se desse ao trabalho de ler este Dicionário, estranharia não encontrar o nome de Adolfo Lisboa, estando na lista dos que serviram ao Amazonas, por largo tempo. Quanto ao resto, lembro que a sagacidade e o esforço da inteligência, jamais terão o poder dos Raios X, em se tratando de homens enclausurados em si mesmos.

ADRIANO JORGE

No albor do presente século, o Amazonas recebeu uma pleiade de rapazes talentosos e cultos que ali foram trabalhar, cada qual na sua especialidade. Entre eles estava o jovem médico Adriano Jorge, formado pela Faculdade da Bahia. Natural de Alagoas,

filho do professor de igual nome e de sua esposa, Dona Aristéa de Araujo Jorge, nasceu a 20 de agosto de 1879. Antes de formado, exerceu o magistério primário no colégio do seu genitor, em Maceió.

Adriano Jorge, uma vez diplomado, dirigiu-se para o Amazonas, onde consumiu toda a sua vida, no exercício da Medicina, do magistério e da imprensa. Espírito invulgar e fecundo, em qualquer desses ramos valia escutá-lo ou ler seus trabalhos. Era de uma erudição borbulhante e jamais conheci quem o fosse tanto, mesmo em se tratando de Belas-Artes.

Em bancas examinadoras de concursos para preenchimento efetivo de cadeiras, de várias disciplinas, no Ginásio Amazonense Pedro II e no Instituto de Educação, quase sempre lá estava Adriano Jorge dando provas de seus profundos conhecimentos das humanidades. Em certa ocasião, tratava-se de um concurso de música e canto coral. Vai ao "quadro-negro" um dos candidatos, maestro diplomado em Conservatório da Itália e faz, sobre *harmonia,* uma explanação, terminada a qual, julgava-se triunfante. Adriano Jorge, porém, pondera-lhe um erro naquele trabalho de improviso. O autor sustenta estar tudo certo, depois de muito investigar. Professores da matéria e leigos dividem-se: uns ao lado do jovem maestro e outros ao lado do examinador, que então se levanta, vai à lousa e aponta o engano a respeito do qual o candidato se declara vencido. Em outra oportunidade, quando, no quatriênio governamental do Dr. Ephigenio de Salles se construía o *Leprosário do Paredão,* acerca de 20 quilômetros a jusante de Manaus, surge uma grande querela a respeito da conveniência ou não, do lugar escolhido para o estabelecimento. Da parte do Governo estavam todos os médicos, inclusive Adriano; do outro lado, o Dr. Vivaldo Lima, que foi também um portento de inteligência e sabedoria. Durante uma semana os dois se digladiaram, conservando o maior respeito. Não saíram da arena científica. A discussão valeu por um período de sensações espirituais para a elite da cidade. No fim do prélio, nenhum foi vencido ou vencedor e deram-se as mãos.

Adriano Jorge foi uma inteligência esbanjadora, dispersiva. Trabalhou muito, mas não deixou um livro, sequer, quando podia tê-los vários e profundos. Era um dos colaboradores mais lidos, das revistas e jornais de Manaus. Moço ainda proferiu uma conferência no Ideal Clube, sob o título "A Luz", publicada em folheto devido a providência de seus amigos. Não foi somente um pró-homem no plano intelectual e cultural. Também se distinguiu por sua bravura pessoal, levada ao acume por um sentimento de patriotismo e dignidade. Assim se mostrou a 8 de outubro de

1910, quando Manaus, pela madrugada, ainda sonolenta e desprevenida, teve os seus lares atacados a bala pelas forças federais, de mar e terra, para depor do governo o Coronel Antonio Bittencourt. Adriano Jorge foi dos primeiros que apareceram no Quartel do Batalhão Policial, oferecendo os seus serviços, não de médico em hospital de sangue, mas de soldado, a fim de defender a legalidade. Recebeu um fuzil e, com uma pequena equipe ocupou um lugar estratégico. E não se afastou do seu posto de honra, enquanto não recebeu ordem de se recolher. Poucas vezes se tem visto, num intelectual, num sábio, a verdadeira coragem de um herói.

O Dr. Adriano Jorge foi, por alguns anos, presidente da Academia Amazonense de Letras, até seu falecimento. Muitos discursos ali proferiu, todos de improviso, ao abrir e ao encerrar as sessões.

Um dos seus mais belos discursos foi o pronunciado no Cemitério São João Batista, de Manaus, quando da inumação dos restos mortais de Heliodoro Balbi, trasladados do Acre, onde dera o último suspiro. Nunca ouvi conceitos tão empolgantes, num necrológio de arrebatar. Só um privilegiado da inteligência poderia dizê-los. Na ocasião, lembrei-me de Alves Mendes, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, falando sobre o túmulo de Alexandre Herculano.

O Dr. Adriano Jorge era um homem profundamente caridoso; daí chamarem-no o *médico dos pobres.* Seu consultório, à Av. Eduardo Ribeiro, tinha fila diariamente, poucos pagando a consulta. Fazia-se um apóstolo da caridade. Nunca pode adquirir uma casa para sua residência, vivendo em prédio alugado. Já envelhecido e pobre, os seus amigos e admiradores compraram e lhe ofereceram a casa em que vivia, no bairro de Vila Municipal, cujo nome a Prefeitura mandou substituir para o de *Adrianópolis.* Grande e justa homenagem!

A única função política que exerceu foi a de vereador, quando teria sido um grande senador...

Deixou um filho varão, o Dr. Rui Adriano.

O Dr. Adriano Augusto de Araujo Jorge foi casado com a professora Laura Tapajós de Alencar, que, pelo casamento, passou a chamar-se Laura Tapajós de Araujo Jorge.

AFONSO DE CARVALHO

O Coronel Raymundo Afonso de Carvalho, que se acredita ser natural do Ceará, nasceu a 7 de setembro de 1860. É escassa a biografia deste ilustre soldado. Mas, aqui e ali aparecem infor-

mações que algo definem sua capacidade intelectual, sua cultura e o seu espírito de comando.

É de supor que Afonso de Carvalho tivesse ingressado no Batalhão Policial do Amazonas, em posto de principiante, simples *praça de pret,* mas logo realizando a escalada, no correr do tempo e nos termos do seu merecimento pessoal, até ser comandante, a 8 de agosto de 1892. É de ser lembrado que as promoções naquela corporação, obedeciam, tradicionalmente, também, entre os *merecimentos,* o de ser *filho do quartel.* Foi assim que, na escalada, galgou o ápice da montanha.

Entrou na política e, sem demora, fizeram-no Deputado Estadual, sucessivamente, em várias legislaturas.

Em 1907, estava presidindo o Legislativo amazonense, quando é chamado para assumir a governança do Estado, na ausência do titular, Coronel de Engenheiros Constantino Nery, que se afastara, em viagem para a Europa.

O Coronel Afonso de Carvalho governou o Amazonas de 20 de novembro de 1907 a 23 de julho de 1908, entregando o governo ao novo titular eleito, o Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

No começo de sua vida entrou para a Maçonaria, iniciando-se na loja "Esperança e Porvir", de Manaus, a 14 de setembro de 1889, chegando ao grau mais elevado, pelos seus trabalhos de benemerência à Humanidade e à Ordem.

AGAPITO PEREIRA

O Desembargador Manoel Agapito Pereira foi um notável jurista e homem de letras, uma das figuras mais brilhantes que têm honrado a Magistratura do Estado do Amazonas.

Nasceu em Pernambuco, a 24 de março de 1864, formando-se em Direito pela Faculdade do Recife.

Foram seus pais o Coronel Dionísio Pereira e Joaquina Emídia Pereira.

Uma vez bacharel em Direito, foi nomeado promotor público da comarca de Taquaretinga, em junho de 1885.

Agapito Pereira rumou para o Amazonas e logo foi nomeado Juiz Municipal de Manicoré e Borba, no rio Madeira, aí funcionando até outubro de 1889, quando teve sua nomeação para o cargo de promotor público de Manaus, exercendo-o até 1891, sendo após designado para o cargo de Juiz de Direito da comarca da Lábrea, no rio Purus.

Com a vigência do novo regime político, reformada a magistratura, o Dr. Agapito Pereira foi aproveitado para o cargo de

Juiz de Direito da Capital, na 2.ª Vara. Fez parte do I Congresso Constituinte do Estado, renunciando o mandato em outubro de 1891, para dedicar-se às funções de magistrado.

Em 1897, teve sua nomeação para o cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça, que representou no Congresso Jurídico americano reunido na Capital da República em 1900.

Em 1912, foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado, sendo seu Presidente em 1913 e 1914.

Para a legislatura federal, foi eleito deputado, representando o Amazonas de 1915 a 1917. Aposentou-se na qualidade de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas.

O Desembargador Agapito Pereira faleceu em Recife. Foi vítima de um acidente de transporte; quando apanhava um bonde em movimento bateu com a cabeça em um poste de iluminação, caindo sem vida.

(Fontes subsidiárias: observações pessoais e Velho Sobrinho, "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", vol. I, pág. 104).

AGESILAU PEREIRA DA SILVA

O Dr. Agesilau Pereira da Silva foi um dos maiores luminares da jurisprudência que viveram em Manaus, constituindo família e deixando sulcos do seu talento e cultura.

Nasceu no Piauí, na cidade de Valença, a 6 de junho de 1846, falecendo em Manaus, a 26 de janeiro de 1913, estando seus despojos sepultados ali, no cemitério de S. João Batista, em jazigo de mármore de Carrara que seus filhos fizeram erguer.

Foram seus pais o Coronel Raymundo Pereira da Silva e d. Apolônia Maria Cezar de Almeida, abastados fazendeiros da região. Com o falecimento do marido, d. Apolônia transferiu-se com os filhos para S. Luiz do Maranhão, onde o menino Agesilau Pereira da Silva, muito inteligente e estudioso, iniciou a marcha da sua cultura, matriculando-se, anos depois, na Faculdade de Direito do Recife, ai bacharelando-se a 13 de novembro de 1868. Ainda estudante do 5.º ano, casou, no Maranhão, com d. Adelaide Cândida Machado da Silva, de conceituada família daquela Província.

Desde cedo, teve pendores para a política de sua terra, tendo se alistado sob a bandeira do Partido Conservador, que o fez eleger Deputado Geral, em 1873, quando apenas contava 26 anos de idade; havendo sido candidato, para a legislatura imediata, perdeu por um voto a cadeira a que tinha direito, por injunções da política em favor de Franklin Dória, Barão de Loreto. Como

reparação ao esbulho, o Imperador D. Pedro II ofereceu-lhe o governo de uma das Províncias de Santa Catarina ou do Amazonas. Preferiu esta, não obstante ser a mais longínqua. Partiu para cumprir a missão, o que fez de 26 de maio de 1877 a 14 de fevereiro de 1878. Na ordem cronológica, o Dr. Agesilau foi o 17.º Presidente do Amazonas.

Com a subida ao Poder do Partido Liberal, todos os Presidentes da facção contrária, demitiram-se, como era de praxe. Mas, logo teve conhecimento da queda, não esperou o decreto da demissão: passou o cargo ao substituto legal. Não tinha apego à função olímpica. Era advogado, e não queria mais nada.

Foi ele, quando administrador da Província, que liberou a exportação da borracha e de outros gêneros amazonenses para o estrangeiro, até então monopolizada no porto de Belém.

* * *

"De regresso ao Piauí, o Dr. Agesilau exerceu a advocacia nos foros de Terezina e S. Luiz, destacando-se entre as causas que patrocinou, na Capital maranhense, a relativa à denúncia, por crime de calúnia dada contra o cônego Osório Athaide da Cruz, pelo Ajudante de Ordens do Presidente da Província, o Major João Manoel da Cunha, e ficou célebre pelas pessoas envolvidas no processo, de um lado o Clero Maranhense tendo à frente o Bispo diocesano e do outro lado, oficiais do Exército e os jornalistas Arthur e Aloisio Azevedo, Manoel de Bethencourt, Fran Pacheco e Eduardo Gonçalves Ribeiro, por alcunha o "Pensador" (nome do jornal que dirigia em S. Luiz) e seria mais tarde Governador do Amazonas, depois de proclamada a República. Questão nitidamente religiosa, levantada numa época em que já tomava corpo, no País, o movimento anti-clerical iniciado nos Quartéis; aceitando a causa dos Padres, dava o Dr. Agesilau uma prova de grande coragem e amor à justiça, convencido como estava de que os Padres é que tinham razão. Sete anos depois de deixar o Amazonas, como seu Presidente, o destino chamaria de novo o Dr. Agesilau para lá, desta vez por um período de 22 anos". (Notas da carta do Dr. Luciano Pereira da Silva).

Ainda não está de todo apagada da memória dos macróbios de hoje o rumoroso processo no Foro de Manaus, em conseqüência do assassinato do milionário e usurário Custódio Pires Garcia. Pelos herdeiros da vítima, para defender o acervo que deixara, foi chamado Agesilau Pereira da Silva. Voltava, assim, ao Amazonas para enfrentar as responsabilidades de um processo criminal, tão complicado, baseado em indícios e somente indícios. Mais de uma vez, o jurista mostrou quanto podem o talento, a

cultura e a dedicação profissionais, que foram seu apanágio, consagrando-o entre os maiores.

Alheiando-se da política, tantas rogativas lhe fizeram seus amigos amazonenses que a ela resolveu voltar.

Com o Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, deliberou fundar o Partido Nacional, enquanto os irmãos Moreira, Guilherme e Emílio, implantavam o Partido Democrata, em substituição aos Liberal e Conservador.

Conta-se que, de uma feita, em ocasião agitada, logo após a deposição do Major Gregório Thaumaturgo de Azevedo, do governo do Estado, ocorrida em 17 de fevereiro de 1892, o Dr. Agesilau fôra incomodado em sua residência por um grupo de policiais que o foi prender por ordem do Chefe de Polícia. Esse grupo é recebido com gentileza, dizendo de sua presença. O dono da casa estava em pijama e pede para indumentar-se em condições de sair, o que é acedido. Então, entra na alcova e não mais volta. Os mandatários da Polícia procuraram-no pela casa inteira: Agesilau escapara pelo quintal, ganhara o igapó dos Educandos, tomando uma catráia que o levou a Itacoatiara. Daí foi fácil ganhar Belém em um "gaiola" em trânsito. Deste modo, o futivo livrou-se das humilhações dos cárceres que seus correligionários e amigos sofreram.

Mas, dias depois, a bandeira do seu Partido estava tremulando no topo do mastro da sua vitória. E em breve, o exilado se achava novamente em sua residência.

O governo do Major Thaumaturgo de Azevedo foi curto, mas cheio de episódios dramáticos. Com o Dr. Agesilau, sucedeu um deles, um caso que me foi relatado por seu filho Dr. Luciano Pereira da Silva, que assim se expressou: "Velho amigo e coestaduano do governador designado para o Amazonas, o Major Gregório Thaumaturgo de Azevedo prestou-lhe discreto apoio e conta-se que, certa vez, quando expunha ao Governador o seu ponto de vista contrário a uma medida tomada por este, diante da resposta irritada que recebera, de que não admitia censuras como Governador a atos que praticasse na esfera de sua competência, levantou-se e retrucou, ao retirar-se da sala, para não mais voltar ao Palácio do Governo: "Pois passe muito bem, na certeza de que, quando pensar em amigos, autorizo-o a incluir o meu nome entre eles, atento e desinteressado como até aqui tenho sido, mas se pensa poder incluí-lo entre o dos bajuladores do Governador, proibo-lhe expressamente que o faça. Surpreso e caindo em si, diante da reação do velho amigo, tratou o major Thaumaturgo de Azevedo de reconciliar-se com ele, sem conseguir,

entretanto, demovê-lo de sua resolução de não mais voltar ao Palácio, embora reatassem a amizade antiga".

Ao Major Thaumaturgo de Azevedo sucedeu o Capitão de Engenheiros Eduardo Ribeiro, quando já estava organizado o Partido Nacional chefiado pelo Dr. Jonathas Pedrosa, com seu órgão na imprensa, o "Diário de Manaus", de propriedade também do Dr. Carneiro dos Santos e Dr. Coelho de Rezende, diário esse que fazia séria oposição ao governo de Eduardo Ribeiro.

Certo dia, que por sinal era uma Sexta-feira da Paixão, o "Diário de Manaus", situado no local em que está hoje a "Fábrica Bijou", tem as suas oficinas quebradas a martelo e incendiado o prédio.

O cabedilha dos depredadores, terminada a obra sinistra, na madrugada sem aurora, corre à residência do governador a fim de lhe participar o seu ato. Eduardo Ribeiro fica indignado e reprova a selvageria comprometedora do seu governo. Mas tudo ficou em nada; Agesilau, dono e redator do jornal, porta-se com a maior dignidade de homem que sempre esteve contra atitudes de violência.

* * *

Em 1891, o Dr. Agesilau, estando já radicado no Amazonas mandou buscar a família para Manaus, composta da esposa e nove filhos dos quais cinco do sexo feminino. Ei-los:

Maria Adelaide, casada em 1893 com o abastado negociante Joaquim Gonçalves de Araújo; Maria Luiza, no mesmo ano casada com o Engenheiro amazonense Lauro Batista Bittencourt, Diretor das Obras Públicas do Estado; Branca, em 1896, casada com Pedro de Castro Samico, funcionário federal, mais tarde Inspetor da Alfândega de Manaus; Rosa, casada em 1905, com o Dr. Manoel Solon Rodrigues Pinheiro, advogado no Foro de Manaus; Ismênia em 1905, casada com o Engenheiro Militar, então Tenente Firmo Ribeiro Dutra.

Os 4 filhos do Dr. Agesilau Pereira da Silva foram: Raymundo, Engenheiro Civil, casado com d. Zulmira de Castro Pereira da Silva; Raul, fazendeiro de gado; Pedro, que sucedera a seu pai na direção do Escritório, em Manaus, exercendo mais tarde as funções de Procurador Geral, aposentando-se como Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, casado com D. Lourdes Pereira da Silva; finalmente Luciano, também formado em Direito, casado com D. Noemia Wanderley Pereira da Silva, tendo exercido altos cargo no Estado do Amazonas e no Distrito Federal, além de Deputado Federal por aquele Estado, na legislatura de 1912 a 1914.

O Dr. Agesilau Pereira da Silva, pela sua ascendência moral e intelectual, pelos seus serviços prestados à Pátria e à Humanidade, pela sua bondade, pela sua abundante progenitura, digna por todos os títulos, foi um Patriarca, um super-homem que viveu na admiração dos seus contemporâneos e nas bênçãos do Eterno. Na sua memória cabe um simile da lendária árvore Ygdrazil, da mitologia escandinava, árvore cuja fronde imensa perenemente coberta de pomos de ouro, tendia a cobrir toda a Terra. Deus quis que a espécie fabulosa fosse transplantada para o Brasil, sendo lançada no Piauí, tendo como sustentáculo a família Pereira da Silva. Hoje Ygdrazil se estende do Amazonas ao Rio de Janeiro, na árvore genealógica dos Pereira da Silva.
(Foi possível traçar este resumo da biografia do Dr. Agesilau Pereira da Silva com a colaboração obsequiosa do seu ilustre filho Dr. Luciano Pereira da Silva).

AGOSTINHO (PADRE)

O Padre Agostinho Cabalero Martin nasceu na Espanha, na aldeia d'Avila, Província de Salamanca, a 28 de agosto de 1882. Faleceu a 19 de dezembro de 1962, em Manaus, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista, dessa capital. Contava, pois, 80 anos, 2 meses e 22 dias de idade.

Foram seus pais Maurício Cabalero Hernandes e D.ª Mercedes Martin. Fez seus primeiros estudos em Salamanca, de onde se afastou em 1894, acompanhado de seus pais que imigraram para a Argentina, onde o filho continuou seus estudos, formando-se em Teologia e Pedagogia, ordenando-se nas fileiras de Dom Bosco, para se dedicar à religião e ao ensino. Fez-se assim padre-professor, em 1910, pronto para o seu destino de missionário de almas, de inteligências e corações.

Em 1920, em Manaus, preparava-se a fundação de um grande colégio de Salesianos, já há alguns anos instalados, com êxito, no Alto Rio Negro; ia-se criar o Colégio Dom Bosco. Em julho de 1921 chegou a Manaus o Padre Agostinho, tendo recebido o convite para o serviço do novo estabelecimento. Foi designado inspetor de alunos, mister para o qual, parece, ter nascido.

O Colégio Dom Bosco, de Manaus, teve uma prosperidade rápida, por várias circunstâncias, sendo uma delas a escolha do reverendo para mantenedor da disciplina interna.

O Padre Agostinho era moreno e de pequena estatura. Se não fosse a diferença da batina preta, confundir-se-ia com a multidão juvenil que se aglomerava no pátio interno do Colégio. Pelo seu trato cheio de brandura e energia, servido apenas de uma

campainha, impunha-se aos seus comandados, ao menor sinal de silêncio, mas deixando sempre perceber que iria à força física, se a tanto fosse necessário. Jamais vi maior impositor de disciplina, sem o emprego da violência. Era admirável a sua agilidade de locomoção, pois parecia estar a um só tempo em todas as frentes.

O Padre Agostinho fizera-se o braço forte da casa, principalmente na escolha e admissão de professores, como do pessoal de serviço. Sua palavra, desse modo, ali, se tornou oracular. Cito um caso apenas e esse de poucos conhecido: acha-se vaga a cátedra de Geografia do Colégio, tratando-se do 3.° ano clássico, aulas de geografia humana. Padre Agostinho comunica à Diretoria que iria convidar-me para reger a cadeira, ao que lhe foi ponderado: "Esse professor é maçom grau 33, Grão-Mestre da Maçonaria e o nosso colégio é católico." Ao que respondeu o Padre Agostinho: "Não me importa; responsabilizo-me por ele." Fui realmente convidado, tendo servido por um ano letivo, tomando conhecimento da ponderação após ter-me retirado do colégio, por motivo de aumento do número de aulas no Ginásio Amazonense. Citando o fato, quero provar que o Padre Agostinho era um espírito emancipado de qualquer preconceito, mesmo os de sua religião.

Quando, em Manaus, se festejou o jubileu da sua atividade sacerdotal, foi alvo de grandes manifestações de apreço, nas quais também tomei parte.

Nunca o título de Cidadão Honorário de Manaus foi tão bem entregue quanto ao Padre Agostinho. A ele que sempre se mostrou um grande amigo do Amazonas. De certa feita, achava-se no Rio de Janeiro, em serviço do Colégio. Havia começado o mês de setembro de 1956 e o Padre Agostinho, com a devida permissão do Reverendíssimo Bispo Dom Pedro Massa, promoveu, em Niterói, uma grande concentração da Colônia Amazonense, no tradicional Colégio Santa Rosa e no Outeiro e Capela de igual nome, ao transcurso de 5 de setembro — data da emancipação da antiga Província do Amazonas. Dom Pedro Massa, cercado de numerosos amigos abre a sessão, dizendo da finalidade daquela festa e logo, passando a palavra ao autor destas linhas.

Destaquei, então, a obra gigantesca dos Salesianos, no Amazonas, máxime a implantada nas selvas do Alto Rio Negro, sob o pensamento do insigne Bispo de Hebron, e no Colégio Dom Bosco de Manaus, sob a disciplina do querido Padre Agostinho. Foi uma festa cívica, ao mesmo tempo, de inteligência e de coração.

Para o Padre Agostinho houve, em sua vida de Apóstolo do Bem, pedaços difíceis de estrada: certa ocasião, achando-se no Rio de Janeiro pleiteando benefícios para o seu colégio, é apanhado por um carro e jogado à distância. Quase perde a vida, se não fosse a pronta intervenção e os maternos cuidados de um hospital, quando ficou patente o quanto era estimado.

Regressando a Manaus, retornou à lida do velho ofício de policiar a disciplina do Colégio Dom Bosco, já, então, muito aumentado de responsabilidades. Adoentado, o Eterno começara a chamá-lo para a esfera dos espíritos, que é o lugar de quantos se fizeram gigantes na pequenez, na humildade, na insignificância das coisas deste mundo.

Termino esta evocação de respeito e de saudade, transcrevendo o inspirado soneto do Padre Nonato Pinheiro, inserido em "O Jornal", de Manaus, de 25 de novembro de 1962:

"PADRE AGOSTINHO

Já repousas no Céu, Padre Agostinho,
Depois de dezesseis lustros de vida,
Oitenta anos de luz e insana lida,
Mostrando à mocidade o bom caminho.

Tua alma sempre em flor, alma de arminho,
Tornava-te a batina preferida
Em meio à petizada protegida
Na casa de Dom Bosco, flóreo ninho...

Como em frasquinho cabe muita essência
Foste gigante em corpo pequenino,
Qual no sacrário a augusta Onipotência!

Em vez do *De-profundis,* canto um hino,
Porque chegaste ao fim de tua existência
Sem deixares jamais de ser menino!"

AJURICABA

Na História do Amazonas este nome sempre aparecerá como uma legenda, jamais ao estigma de um traidor à Pátria. E, vejamos por quê.

O Vale do Rio Negro era habitado, desde a foz às nascentes, por numerosas tribos selvagens que, no decorrer do tempo, foram

diminuindo, quer pela catequese e integração na massa civilizada, quer pela fuga e dizimação de moléstias contagiosas.

Mas, até o século XIX, essas nações de ameríndios apresentavam-se abundantes, conforme se vê da lista que nos dá Araújo Amazonas, no hoje raro "Dicionário da Comarca do Alto Amazonas" (1852), sendo umas pacíficas, outras aguerridas. No meio destas, estava a *tribo dos Manaus,* chefiada pelo famoso Ajuricaba, inimigo fidagal dos *brancos* ou seja, dos portugueses, por herança dos seus pais.

A prevenção contra os conquistadores aumentou consideravelmente à vista do sistema colonial adotado por força do qual, nos chamados *descimentos,* era cerceada a liberdade dos aborígenes. Não mais podiam eles ficar nas suas terras, mas naqueles pontos, sempre muito distantes.

Por bem, ou obrigatoriamente, cumpriam determinações das autoridades portuguesas, por detrás das quais estavam os Padres da Companhia de Jesus ou de outras ordens.

Tais mudanças violentas tinham por fim impor um regime de trabalho e de disciplina que atentavam contra os velhos hábitos e costumes do povo.

Numa atitude de protesto, as tribos se revoltaram, sobressaindo a dos *manaus* chefiada pelo seu maioral, o índio Ajuricaba, um homem forte, destemido, inteligente, cuja presença impunha a confiança e o respeito. Assim, possuía qualidades de mando e de simpatia.

Ajuricaba, com sua gente, assaltava as tribos que, porventura, estavam sob o domínio dos portugueses em condições de combate ou destroçando completamente, pelo incêndio e pela matança, os mais obstinados. Formou uma grande flotilha de "montarias" e de "igarités" para os casos de encontros nos lagos e nos rios.

Os choques belicosos estenderam-se em uma zona imensa que abrangia todo o baixo Rio Negro, prolongando-se pelo Rio Branco.

Ajuricaba tornou-se um fantasma. O governo dos portugueses do Grão-Pará ao qual era subordinada a Capitania de S. José do Rio Negro, tinha sua sede em Belém, que, por sua vez aguardava ordens de Lisboa. Dificílima de reprimir uma luta cuja direção suprema se achava além-oceano. Eram conhecidos os escrúpulos de ação decisiva das autoridades da Capitania do Grão-Pará. Fosse medo de errar ou falta de recursos, em tropas e armas, ou as duas coisas juntas, a luta prolongou-se por quatro anos, até 1727.

Toda a região do Rio Negro e do Rio Branco, com exceção de Manaus, onde a guarnição portuguesa era temida, estava nas mãos de Ajuricaba.

Organiza-se no Pará uma poderosa investida contra o inimigo dos *brancos,* isto é, contra aquele chefe dos manaus, defensor da liberdade do povo de sua raça: Ajuricaba.

O comandante da tropa, encarregado de submeter o guerreiro indígena, conduzia elementos suficientes para realizar o escopo da expedição e chegou ao teatro dos acontecimentos.

Diz-nos o historiador Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis: "A prisão foi efetuada facilmente? A parte oficial guarda silêncio nesse particular. A lenda informa que houve choque violento. De parte a parte, muito heroísmo. Os portugueses a certa altura, depois de batidos em quatro investidas, já principiavam a desanimar, quando alguns soldados, completando o cerco atacaram Ajuricaba pela retaguarda, conseguindo vencê-lo. Adianta a lenda que, nessa ocasião, Ajuricaba, perdendo o filho, tão bravo quanto ele, o jovem Cucunaça, lança-se entre os inimigos infringindo-lhes várias perdas, sendo afinal preso e posto a ferro. Transportado para Belém, depois de procedida nova devassa, onde se amontoaram várias provas para o libelo acusatório ao grande guerreiro, em caminho, antes de chegar à embocadura do Rio Negro, tentou libertar-se e aos companheiros. Sublevou, mesmo em grilhões, a gentilidade das embarcações, ameaçando seriamente a tropa de Paes do Amaral e Belchior.

Dominado o levante, depois de muito sangue vertido, para não sujeitar-se às humilhações do inimigo ufano da vitória, lança-se com outro principal às águas do oceano fluvial que tanto amava, perecendo afogado, com grande satisfação dos conquistadores, livres de vez das preocupações de tê-lo sob a mais rigorosa vigilância até Belém, confessou o governador Maia da Gama" ("História do Amazonas", pág. 82, Manaus, 1931).

Ribeiro de Sampaio, mal informado ou tendencioso (prefiro-o tendencioso), afirmou em seu *Diário* que Ajuricaba andava mancomunado com os holandeses do Surinã, para lesar os portugueses, na região do Rio Branco, isso com o fim de considerar Ajuricaba incurso na pena de lesa-pátria ou fosse o castigo de enforcamento. Mas Joaquim Nabuco, na sua monumental obra "O Direito do Brasil", na Questão de Limites com a Guiana Francesa, fulmina-o, com documentos de valor inequívoco (páginas 71 a 80).

Ajuricaba sabia que o seu destino era o patíbulo e entregar-se valeria por uma humilhação. Resolveu lançar-se ao rio. Sua

memória subsiste e subsistirá, devendo ser considerado o protomártir da liberdade de sua terra: o Amazonas.

Acredito que a palavra *ajuricaba* seja tupi, composta por aglutinação dos termos *ajuri*, que significa ajuntamento, reunião, multidão, aglomeração de pessoas, animais, coisas; e o têrmo *caba*, quer dizer maribondo, abelha — um inseto agressivo cuja picada é muito dolorosa, pondo em fuga o homem ou animal que se aproxime da colmeia. Ajuricaba era o *nome de guerra* do chefe dos Manaus; outro, o seu nome doméstico. Qual seria? É mera hipótese, pois que também há metáforas no idioma tupi.

ALCÂNTARA BACELLAR

O Dr. Pedro de Alcântara Bacellar nasceu a 29 de junho de 1875, em Feira de Santana, no Estado da Bahia, e faleceu em Manaus a 21 de abril de 1927. Foram seus pais João Paulino Bacellar e Maria Ferreira Bacellar.

Doutourou-se em Medicina pela Escola de Salvador, defendendo a tese que teve o título "Valor Semiológico da Gravidez", com aprovação plena. Contraiu matrimônio com a talentosa pianista Professora Maria Augusta Bacellar, a 25 de agosto de 1905, realizando-se o ato civil na residência do Dr. Bernardo Jambeiro, e o religioso na Igreja de Santo Antônio. Da constância do seu casamento, nasceram dez (10) filhos, estando vivos apenas cinco (5) que são os seguintes: Olenina Augusta Bacellar de Mello, casada com João Batista de Mello; Orlandino Augusto Bacellar, casado com Maria Hermínia Carneiro; Luiz Augusto Bacellar, casado com Nilce do Vale Bacellar; Maria Augusta Bacellar Crespo, viúva de Antônio da Costa Crespo; e Hermosina Augusta Bacellar de Souza, casada com Pojucan R. de Souza.

O Dr. Alcântara Bacellar, retirando-se da Bahia para o Amazonas, fixou residência na cidade de Humaitá, no rio Madeira, a 4 de outubro de 1905. Ali exerceu a Medicina e entrou na política. Foi nomeado Superintendente (Prefeito) Municipal, realizando um governo que muito agradou aos seus jurisdicionados. Ao findar o Dr Jonathas Pedrosa o seu mandato governamental, foi lembrado, para o substituir, no quatriênio seguinte o nome do Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, que, eleito em 14 de julho de 1916, é reconhecido e declarado governador do Amazonas, pela Assembléia Legislativa, em 5 de setembro do mesmo ano. Tomou posse do governo a 1 de janeiro de 1917.

Registre-se que, na noite de 31 de dezembro para 1 de janeiro de 1917, um grupo de praças do Batalhão da Polícia Militar do Estado, chefiado por um oficial, ataca inesperadamente

a residência do Coronel Antônio Guerreiro Antony, eleito vice-governador para o mesmo quatriênio. Peças de Artilharia postadas em frente àquela residência, à rua Henrique Martins, da cidade de Manaus, varreram à bala a casa do Coronel Guerreiro, tendo havido mortos e feridos. Consta que, nem o Dr. Jonathas nem o Dr. Bacellar tiveram conhecimento do que ia acontecer. A Polícia civil não mandou abrir inquérito e tudo ficou sem providências, como se nada tivesse havido. Propalou-se que a masorca sanguinária nada tinha a ver com o Governo que deixava, nem com o que assumia o poder, mas exclusivamente com o vice-governador Guerreiro Antony.

Não obstante as dificuldades que teve de vencer no seu quatriênio, o Dr. Bacellar fez um governo calmo, ponderado e justo, sem perseguições partidárias: um cidadão competente e honesto à altura do cargo.

Estávamos no auge da I Grande Guerra, em 1917. O Estado, vivendo quase que exclusivamente da exportação dos seus produtos naturais, mas estes presos a seus portos, achava-se em uma situação financeira lamentável, de penúria. Com que recursos pagar aos funcionários, sustentar os internatos, manter os hospitais e demais obrigações de assistência?

O governo Bacellar teria que limitar-se ao estrito expediente do serviço público. No entanto pôde atender aos reparos na conservação do patrimônio material do Estado e fazer algumas aquisições ótimas. Chegou mais além: mandou prolongar a Estrada de Campos Salles e adquiriu o prédio que passou a denominar-se "Palácio Rio Negro", para sede própria do Governo, que, desde a instalação da Província, em 1 de janeiro de 1852, não a possuía. Isto, pode-se dizer, por um preço mais simbólico do que real.

No seu Governo e com o seu prestígio, criou-se o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a 25 de março de 1917. Impossível seriam a instalação e o prosseguimento do Sodalício de que, hoje, se orgulha o Estado. Adquiriu a lancha "Cantídia" que, mais tarde, quando Bacellar não mais estava no poder, teve esse nome mudado para o de "Pedro Bacellar".

Também foi no seu tempo e com a sua proteção de governador, fundada, a 1 de janeiro de 1918, a Academia Amazonense de Letras.

O nome de Pedro Bacellar para governador, disse-me sua esposa, foi sugerido pelo ex-Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, seu grande amigo.

Foram seus maiores amigos, além daquele egrégio e saudoso estadista: os Drs. Ayres de Almeida, Alfredo Augusto da Matta,

Theógenes Beltrão, Hamilton Mourão, Bernardino Vale, os senhores Júlio Levy e o Capitão-de-Fragata Paulo Emílio.

Concluindo o seu quatriênio, o Dr. Pedro de Alcântara Bacellar entregou o Governo a 1 de janeiro de 1921, ao Des. Cezar do Rego Monteiro.

O período Alcântara Bacellar, apesar dos contratempos criados pela guerra, foi uma administração calma, tolerante e justa. Deus o quis.

(Com informações obsequiosas de sua viúva Prof.ª Maria Augusta Bacellar.)

ALCIDES BAHIA

Alcides Bahia foi uma das maiores fulgurações do país. Homem de cor, não se sabe os nomes dos seus pais, gente da mais humilde camada social. Possivelmente nasceu no Pará.

Viajou para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Escola Politécnica. Eram comuns, ao tempo, os comícios da mocidade ardorosa, em prol da libertação dos escravos. Em uma dessas reuniões populares, no Largo da Carioca, falava Alcides Bahia com tamanha eloqüência que "José do Patrocínio, trêmulo de emoção, lhe beijou a fronte". É o que nos conta J. F. Velho Sobrinho, no seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro, vol. I, pág. 164. E, continuando a tratar do estupendo orador, diz: "Em Belém, foi jornalista da oposição a Antônio Lemos, filiado a Lauro Sodré, escrevendo no "República". Fugindo para Manaus, refugiou-se no "Comércio do Amazonas", sob a direção de Rocha dos Santos. Ingressou, depois, no "Amazonas", sendo um defensor extremado dos governos de Silvério e Constantino Nery, Affonso de Carvalho e Antonio Bittencourt e, posteriormente, de Alcântara Bacellar e Rêgo Monteiro, que o fez deputado federal.

Alcides Bahia muito ainda trabalhou em outros jornais e colaborou com João Batista de Faria e Souza em vários livros deste, inclusive, na interessante obra "A Imprensa no Amazonas, de 1852-1908", que é um catálogo explicativo, um a um, de quantos órgãos tem tido a imprensa no Amazonas, naquele vasto período.

Foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras, tendo sido eleito orador do Sodalício. Lembro-me do dia 19 de outubro de 1932, em que fui recebido pela Academia, em um dos salões do Ideal Clube de Manaus, transformado em sede do areópago, sob a presidência do saudoso Adriano Jorge, uma das inteligências mais cultas e rútilas do Amazonas. A elite da sociedade ali estava para ouvir o presidente e o orador. Ambos improvisaram seus discursos. Não sei qual o mais empolgante. O de Alcides Bahia equivaleu a uma chuva de pétalas de rosas. A imprensa, do dia seguinte, disse-o veementemente. Ambas as saudações recordavam as de Ruy Barbosa.

Alcides Bahia era um orador completo. Eleito deputado federal, em uma legislatura, poucas vezes subiu a tribuna, mas das ocasiões em que a assomou, fê-lo de um modo cabal no interesse amazonense. Encontramo-lo deputado estadual em diversas legislaturas. Serviu alguns cargos de nomeação e não foram poucas as comissões que desempenhou.

Alcides Bahia foi casado com a Prof.ª Antônia Bahia, que lecionava Música e Canto. Do casal, não houve descendência, tendo sido adotado, como filho, o Sr. Moacyr Bahia, que era funcionário do Ministério do Trabalho.

Alcides Bahia faleceu a 4 de outubro de 1934, em Manaus, estando sepultado no Cemitério de S. João Batista.

ALEXANDRE AMORIM

Alexandre de Paula de Brito Amorim, português de nascimento, consagrou cerca de 30 anos de sua vida em prol do desenvolvimento comercial do Amazonas. Nasceu a 15 de outubro de 1831, em Arco-de-Vez, sendo filho de Francisco de Amorim.

Aos 18 anos de idade deixou sua pátria, com destino ao Pará, onde chegou a 14 de julho de 1849, transportando-se em novembro de 1851 para Manaus, onde instalou escritório da firma comercial Silva & Cia., cuja matriz se achava em Belém. Em 1853, separa os seus negócios e se estabelece em Manaus, organizando a firma Amorim & Irmão.

Em Manaus, Alexandre Amorim foi Cônsul de Portugal durante 20 anos, de 1853 a 1873. D. Pedro agraciou-o com a venera de Cavaleiro da Ordem de Cristo; em 1871, foi elevado a Comendador da mesma Ordem.

O Amazonas deve ao laborioso português importante contribuição para o desenvolvimento da navegação a vapor em nossos rios e as suas primeiras relações externas de comércio. Com base na Lei Provincial nº. 158, de 7 de outubro de 1866, na Presidência do Dr. Gustavo Adolfo Ramos Ferreira, organizou a empresa *Companhia Fluvial do Alto Amazonas,* cujos navios "Madeira", "Ururaí" e "Jamuari" foram arautos do extraordinário progresso que, anos depois, avassalou o Estado. Em 1869 iniciou suas operações, através de linhas para o Purus e Madeira, a princípio, e para o Juruá, Solimões e Negro, depois. Seu biógrafo, o Comendador Manoel Pereira Gonçalves, refere-se a dificuldades e contrariedades que Alexandre Amorim teve de vencer.

Em 1874, a *Fluvial* foi absorvida pela *Amazon Steam Navigation Co. Ltd.* que Mauá fundara em 1872 em Londres, como sucessora da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (criada em 1852). A fusão da *Fluvial* com a empresa de Mauá foi aprovada pelo Decreto n.° 5.575, de 21-3-874.

Em 1872, contratava com o Governo, em virtude da Lei n.° 242, de 27 de maio, a navegação entre Manaus e Liverpool. Um vapor, "Mallard", inaugurou em 1874 o serviço das comunicações diretas regulares, emancipando, em grande parte, o comércio amazonense da tutela do comércio paraense. Para esse empreendimento Alexandre Amorim incorporou em Londres uma empresa, a *Liverpool and Amazon Royal Steam Ship Co. Ltd.* A linha era feita, além do "Mallard", pelo "Lilian", ambos fretados.

A Assembléia provincial, em sessão de 4 de maio de 1874, mandou uma Comissão de seus membros agradecer a Brito Amorim o serviço prestado ao Amazonas. Há, em Manaus, uma rua com o seu nome.

Faleceu a 20 de junho de 1881.

ALEXANDRE DE CARVALHO LEAL

O Dr. Alexandre de Carvalho Leal, natural do Amazonas, nasceu em Manaus a 13 de janeiro de 1890, filho do Prof. Domingos Theophilo de Carvalho Leal e D. Maria José Fernandes Leal. Fez o curso primário no *Colégio de N. S. da Conceição,* em Manaus, de propriedade e direção da professora Guterrez Vale, situado à rua Dr. Moreira.

Realizou os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, concuindo-os em 1911. Formou-se em Odontologia, cuja Faculdade era, ao tempo, anexa à Escola de Medicina. Em 1912, diplomou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus. Era funcionário do Ministério da Agricultura.

Casou-se com a senhorita Amélia Rebello de Albuquerque, na cidade de Parintins. Do seu enlace, nasceram três filhos: Dr.ª Maria José Leal Umbelino de Souza, casada com o Prof. Vicente de Paulo Umbelino de Souza, do Serviço do Ensino do Ministério da Educação e Cultura; Alexandre de Carvalho Leal Filho, Capitão-de-Fragata, da Marinha de Guerra, casado com D. Marly de Magalhães Carvalho Leal; D. Maria do Carmo Leal Galvis, casada com o Dr. Rafael Osório Galvis (médico).

O Dr. Carvalho Leal, a 3 de janeiro de 1933, foi nomeado Prefeito Municipal de Manaus, cargo que ocupou até outubro do mesmo ano. Foram oito meses de dinamismo, atendendo centenas de motivos em prol do asseio e do embelezamento da cidade. Registre-se a criação do *Jardim Aviaquário,* instalado em frente à Catedral de Manaus, que passou a ser um logradouro em que a meninada escolar ia distrair-se.

Entrando nas atividades políticas, em 1934, candidatou-se a Deputado Federal pelo Amazonas. Foi notável o seu labor na Câmara, tendo sido um dos cinco parlamentares que trabalharam pela "anistia" aos revolucionários de 1924, gesto que lhe deu em resultado não ser reeleito para o período legislativo seguinte. Em 1932, mês de agosto, Carvalho Leal, como voluntário, arriscava a vida no chamado *Combate Naval de Itacoatiara,* na defesa da legalidade, estando, no governo do Amazonas, o Dr. Waldemar Pedrosa, em substituição provisória ao Comandante Rogério Coimbra, Interventor Federal.

Conhecedor profundo da linha lindeira, entre o Amazonas e o Pará, na velha contenda que ambos sustentam, ninguém ignora suas atitudes, no caso, dos direitos de sua terra. Sua presença e atuação se faziam sentir, sempre que necessárias.

Ausente, por algum tempo, dos prélios eleitorais, voltou em 1935 como Deputado Federal, até 10 de novembro de 1937. Entre os projetos que apresentou e defendeu — projetos que lograram, em sua maioria, sanção presidencial —, distinguiram-se os seguintes: criação de "estações de rádio", em vários municípios amazonenses; a estrada de rodagem de Camanaus a São Gabriel; criação do Aprendizado Agrícola do Amazonas. Idealizou os Institutos da Castanha e da Borracha, à maneira dos congêneres do Pinho e do Álcool.

Concluído o seu mandato legislativo, as urnas eleitorais continuaram a seu favor, na representação a começar de 1951. Nesta última etapa, dentre os projetos de sua autoria, o mais interessante foi a construção de dois *navios destocadores* destinados a desobstruir os rios amazônicos das *tronqueiras* que os tornam perigosos à navegação, a ponto de se dizer que o fim inevitável de todos é o naufrágio.

Carvalho Leal, inspirado, a respeito, numa publicação de um rabiscador de coisas regionais e preso ao dilema da fatalidade dos veículos, apresentou o projeto autorizando o Poder Executivo a mandar construir os dois *destocadores,* sendo um para o Amazonas e outro para o Pará. Transformada a proposição em lei, o Deputado amazonense não mais sossegou, no empenho de planificar todos os detalhes dos barcos, construídos em estaleiro na-

cional, do Rio de Janeiro. Uma vez prontos esses grandes aparelhos especializados, receberam os nomes de "Tocantins" e de "Tapajós", ambos providos das máquinas necessárias, como guindaste e serraria. Como pré-determinado, foram entregues aos respectivos Estados, em Belém e em Manaus. Recebidos festivamente com discursos e champanhe, visto que se ia abrir para o Grande Vale, o começo de uma era de segurança para vidas e capitais. Puro engano, pois a esperança não durou muito. Esses navios tiveram outro destino bem melancólico. O do Amazonas foi abandonado completamente. Nunca pôde realizar uma viagem, equivale dizer que jamais extirpou uma tronqueira, sequer. Bastou que o incansável Deputado Carvalho Leal não mais fosse reeleito, para que isso acontecesse.

* * *

Um acidente, em Parintins, em 1932, com reflexo na vida particular de Carvalho Leal, aconteceu: o esboronamento da torre da Igreja daquela cidade, não havendo sacrifício de vidas. A mutilação não atingiu o corpo do Templo, mas o teto parecia querer desabar, com suspeita de que tudo viria abaixo. Carvalho Leal, residindo à mesma Praça, e de acordo com o Pároco, providenciou para que as imagens sagradas e demais objetos utilisados no ritual passassem para sua casa, lá permanecendo até que se concluíssem as obras de reconstrução da nova torre. Carvalho Leal patenteou sua abnegação ao culto católico ao lado daquele fervor de fraternidade com que defendeu os ideais maçônicos de que, no Vale, foi um dos mais credenciados obreiros.

O Dr. Carvalho deleitava-se em contar as lendas e histórias da sua terra e as maravilhas da sua natureza.

Faleceu tragicamente, a 29 de abril de 1957, no Rio de Janeiro, quando em cruzamento de ruas, aguardava sinal para atravessar. Assim terminou seus dias um dos mais dignos filhos do Amazonas.

(Esta biografia, embasada em muita ternura, como resultado de mais de 50 anos de observação, teve informações obsequiosas da Dr.ª Maria José Leal Umbelino de Souza, filha do biografado.)

ALEXANDRE FERREIRA

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, a 27 de abril de 1756. Trata-se de um dos maiores naturalistas do continente americano.

Tão valiosas foram a sua vida e a sua obra monumental, que chegou a ser apelidado o Humboldt brasileiro. Sua biografia, por

isso, é uma das mais fáceis de traçar, ao mesmo tempo que uma das mais difíceis de resumir. A seu respeito existem vários trabalhos, sendo que entre os melhores estão o da autoria da emérita professora Glória Maria Duarte Nunes de Carvalho Fontes, da epígrafe "Alexandre Rodrigues Ferreira" (Aspectos de sua vida e obra), mandado editar pelo Dr. Djalma Batista, quando Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1966; e o do Dr. Alfredo Augusto da Matta, publicado na Revista "Redenção" (de Clóvis Barbosa), em 25 de abril de 1931, Manaus.

Alexandre Ferreira foi filho de Manoel Rodrigues Ferreira: é tudo quanto seus biógrafos nos informam sobre seus ascendentes. Sabe-se, porém, que desejavam que o menino Alexandre seguisse a carreira eclesiástica no que acedeu, somente para lhes fazer a vontade, tanto chegou a professar e tomar hábito para exercer o apostolado, abandonando-o mais tarde; em 1772 matriculou-se na Universidade de Coimbra (Curso Jurídico), tendo-o deixado para seguir o de Filosofia, dedicando-se, sobretudo, à História Natural, disciplina de sua vocação. Tanto que, ainda aluno, foi nomeado *demonstrador* daquela cadeira, que lecionou com admirável didática e competência.

Após as vitórias científicas de Alexandre Ferreira, em Coimbra, ao tempo em que preponderava o Ministro Martinho de Mello e Castro, surgiu a idéia de o governo português mandar ao Brasil um Naturalista de conceito firmado, para pesquisar as riquezas naturais da colônia, recaindo a escolha no Dr. Alexandre Ferreira, que foi designado para chefiar o empreendimento, honra e encargo que aceita, mas tendo ficado retido por um qüinqüênio em Lisboa, na execução de tarefas de grandes responsabilidades que o Rei lhe confiara.

Ficara decidido que a missão científica teria de começar pela Amazônia. O Naturalista aproveita o ensejo de sua demora em partir, para organizar sua equipe expedicionária, bem assim a aquisição do material de que iria precisar num serviço demorado e executado tão distante. Tudo pronto, a *"Expedição Filosófica"* partiu de Lisboa, na charrua "Águia de Ouro e Coração de Jesus", a 1.º de setembro de 1783, chegando a Belém do Pará, a 24 de outubro do mesmo ano. Foram seus companheiros o afamado Bispo de Braga Dom Frei Caetano Brandão, e o Capitão-Geral do Grão-Pará Martinho de Souza e Albuquerque. Como se vê, o real veleiro gastou quase dois meses para atravessar o Atlântico.

Os trabalhos da *Expedição Filosófica,* promissora sob todos os títulos, iniciaram-se desde logo, nos arredores de Belém, Ilha de Marajó e outras regiões circunvizinhas. Após, prosseguiu via-

gem para o Lugar da Barra onde aportou em fevereiro de 1785. Pouco tempo aí permaneceu, seguindo para Barcelos (antiga Mariuá), então sede daquela Capitania. Sai de Barcelos a 20 de agosto desse ano, subindo o Rio Negro, parando em todos os lugares habitados, para, de tudo, ser informado, chegando afinal a 13 de novembro (1785) ao Forte de Marabitanas — último ponto, naquele rio, da jurisdição lusa. Aí passa quatro meses e meio a reunir e coordenar seus *apontamentos* da subida, escrevendo os célebres trabalhos "Descimento dos Rios" e o "Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro", com a informação do estado em que se achavam os Estabelecimentos Portugueses do Rio Negro. Este último trabalho é monumental, por sua extensão e acuidade geográfica, histórica e social.

Alexandre Ferreira é o pioneiro dos propagandistas das riquezas do Rio Negro e de sua gente. Somente nesta viagem, segundo a exímia Prof.ª Glória Fontes, o Naturalista e sua turma percorreram 244 léguas. Ao total haviam percorrido 39.372 quilômetros, pouco faltando para igualar o comprimento do Equador terrestre!

Esquadrinhada a região do Rio Negro e seus afluentes, Alexandre Ferreira pede licença para explorar o rio Japurá, o que lhe é negado, o que muito o contrariou.

É interessante inserir aqui, ao tratar do roteiro, o esquema da rede que percorreu, em léguas marítimas, na Amazônia e pequena parte do Prata: Rio Amazonas — 300; Aracá — 29; Branco — 148; Canaburis — 43; Cuiabá — 70; Dimiti — 3; Uaupés — 50; Içana — 45; Íxié — 28; Jauru — 34; Madeira — 487; Moju — 19; Negro — 244; Padauari — 35; Paraguai — 35; São Lourenço — 55; Solimões — 50; Tocantins — 30.

* * *

Depois de haver alcançado Cuiabá, a 19 de setembro de 1790, portanto, em águas do Prata (rio Paraguai), prepara-se para regressar pelo rio Madeira, o que efetua a 3 de outubro de 1791.

Após ainda centenas de ocorrências sofridas com estoicismo, chega a Belém do Pará a 12 de janeiro de 1792.

O material colhido e estudado era remetido para as terras lusitanas, por intermédio do Capitão Luiz Pereira da Cunha, residente em Belém. De há muito tempo os recursos enviados de Lisboa vinham diminuindo. Quem o socorria era o Capitão Cunha, pela amizade que os unia e talvez "por vantagens materiais que o Capitão vislumbrasse auferir, visto tratar de negócios de uma comissão que avultava de importância sob qualquer ponto de vista".

Difícil se tornou a posição de Alexandre Ferreira junto ao seu amigo, porquanto o Capitão Cunha "lhe havia participado ter despendido até o dote de uma de suas filhas para satisfação de semelhantes encargos".

Alexandre Ferreira, cansado, tendo à sua frente, um enorme acervo de *amostras* e pacotes de escritos para conduzir, demora-se algum tempo naquela cidade. E solução original encontrou, consorciando-se em 1793 com a filha do seu credor, de nome Germana.

Havia, em Lisboa, deixado o Ministério da Marinha D. Martinho de Mello, seu amigo e protetor. Tinha o sábio de suportar a ingratidão e a inveja dos homens de seu tempo. Seguindo para Lisboa, acompanhado da esposa, lá encontrou o que havia mandado na frente, em total confusão, com etiquêtas trocadas e os desenhos de animais e plantas muito deteriorados. Atribuiu o fato à má vontade do naturalista Mattiosi, ajudante de Vanelli. "E tudo isso foi, e nem podia ser outra coisa, a resultante de manobras as mais pérfidas."

Golpe ainda mais terrível teve de suportar, quando da invasão da cidade pelas tropas de Andoche Junot (que se suicidaria em 1813). Quando os soldados de Napoleão se retiraram de Lisboa, após uma pilhagem no patrimônio do País, sem sequer respeitar as coisas sagradas, conduziram também todos os numerosos pacotes de manuscritos e desenhos da *Expedição Filosófica* (inclusive o seu próprio herbário, com 1.114 exemplares que restavam e entregues ao célebre naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire). O acervo foi restituído bem mais tarde, após sucessivas reclamações do governo português. Felizmente, talvez por ignorância da língua lusitana e do valor científico dos manuscritos, acederam na restituição.

"Em 1842, e por ordem do ministério do reino firmada por Antônio Bernardo da Costa Cabral, a Academia confiou os papéis, livros, mapas, desenhos, memoriais, manuscritos e chapas de Alexandre R. Ferreira ao então ministro do Brasil em Portugal, Dr. Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond, para "serem enviados para o Brasil, e lá impressos por conta do governo brasileiro, depois do que deveriam ser restituídos ao Museu". O inventário existente naquela Academia, reza a entrega de *duzentos e cinqüenta e nove* trabalhos do inditoso baiano, conforme o recibo datado de 14 de janeiro de 1843."

Ditos documentos, na sua grande parte, preciosos, estão até hoje inéditos, dormindo o sono do esquecimento na Seção de Documentos Raros da Biblioteca Nacional.

A obra do Dr. Alexandre Ferreira é ciclópica. Na impossibilidade absoluta de relacioná-la aqui, ou dar um simples resumo, alvitro ao leitor interessado, o recurso de verificá-la no Dicionário Bibliográfico de Sacramento Black, vol. I, pág. 41; ou no Dicionário Bibliográfico de Velho Sobrinho, vol. I.

Que recompensas o governo português concedeu ao Naturalista que tantos serviços já lhe tinha prestado, desde os tempos de Coimbra? Galardoou-lhe com as insígnias do Hábito de Cristo, em 5 de julho de 1794, e 60$00 (sessenta mil réis) de tença, além da nomeação de Oficial da Secretaria de Marinha, que deixou em 1794 para ser adjunto do Prof. Dr. Domingos Vanneli e o de Diretor interino do gabinete do Jardim Botânico da Ajuda.

* * *

Alexandre Ferreira parecia ter esquecido as agruras que sofrera. Empenha-se para que o Rei lhe permitisse voltar à Amazônia, para lugares onde não havia penetrado. Fôra-lhe peremptoriamente indeferida a solicitação, crendo-o incapaz, pela idade, de enfrentar nova viagem.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem tanto a Amazônia deve, faleceu aos 59 anos de idade, em Lisboa, a 23 de abril de 1815.

Na cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades do Jardim Botânico, há uma via pública com o seu nome.

ALEXANDRE RAYOL

O Prof. Alexandre dos Reis Rayol, natural de S. Luís do Maranhão, nasceu a 23 de novembro de 1855. Pertenceu a uma família de professores e de músicos que perlustraram várias capitais das Províncias do Império, dando recitais. Alexandre Rayol fez sua cultura em S. Luís, que, ao tempo, já era a Atenas do Norte, pela sua elite intelectual e cultural.

Pela dedicação às letras, ali formou sua mentalidade, já voltada para o Amazonas, para cuja Capital viajou acompanhado da família. Estava, em Manaus, a 21 de novembro de 1889, quando, ali, foi recebida de surpresa, a notícia da proclamação da República, a 15 deste mês, no Rio de Janeiro. Já se achava definitivamente incorporado à sociedade manauense com a abertura de uma sala de ensino primário. Foi o início de sua vida no magistério particular naquela terra acolhedora. Antes de traçar a biografia desse homem em quem não faltavam a perseverança e o denodo na ação, registre-se que transformou sua vida em um

fadário a realizar, como se o destino fosse uma predestinação sagrada a cumprir.

Alexandre Rayol já teve a sua biografia, quando o brilhante matutino de Manaus, "A Crítica", de propriedade do meu nobre amigo Umberto Calderaro Filho, houve por bem celebrar o centenário de nascimento do saudoso professor. Com a devida venia e exaltada satisfação, transcrevo parte do que disse de Alexandre Rayol, aquele órgão da imprensa de Manaus:

"Centenário do nascimento de um grande Educador. A Vida e a Obra do Professor Alexandre dos Reis Rayol.

Transcorre hoje o centenário do nascimento do inesquecível Prof. Alexandre dos Reis Rayol que foi o educador de várias gerações de estudantes do Amazonas. Nasceu o Prof. Rayol no dia 23 de novembro de 1855, na cidade de S. Luís do Maranhão. Foram seus pais Augusto Coper dos Reis Rayol, funcionário da Fazenda da antiga Província do Maranhão, e D. Leocádia Dado Rayol.

Tendo feito o curso de humanidades no Liceu maranhense, ingressou no serviço público da Fazenda de sua terra natal. Transferiu-se posteriormente para a Capital do Pará, onde passou a exercer as funções de Ajudante de Corretor de mercadorias. Em Belém, consorciou-se com a Sra. Ana Amélia da Costa Rayol, tendo desse consórcio, quatro filhos: José, Leocádia, Lise e Oscar. De Belém, transferiu sua residência para Manaus, fundou o *Colégio Treze de Maio,* estabelecimento que logo recebeu a melhor acolhida, tanto que o governo de então lhe proporcionou, através de uma lei assinada pelo Presidente Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, um auxílio de cinco contos de réis para aquisição de aparelhamento pedagógico moderno. O Colégio Treze de Maio floresceu naquele tempo, tornando-se também internato e semi-internato para o sexo masculino. O Colégio funcionou, nesta cidade até 1893, quando o Prof. Alexandre Rayol se transferiu para Itacoatiara, a fim de acompanhar o tratamento de um filho José, acometido de gravíssima enfermidade.

Permaneceu o Prof. Rayol naquela cidade, até o ano de 1895, quando seguiu para o Maranhão, onde fundou o *Colégio Rayol* em S. Luís e, depois, em Viana, onde esteve, até 1907.

Em 1910, a convite do Prof. Agnello Bittencourt, então Superintendente Municipal de Manaus, voltou a Manaus, levando e estabelecendo ali o seu *Colégio Rayol* que, então, em fase nova e sede distante, passou a ser freqüentado por jovens de grande futuro, como Ruy Araújo, André Araújo, Luiz Palma Lima, Oswaldo Palma Lima, Francisco Bacellar, Sizeno Sarmento e tantos outros que estão honrando à Pátria e à Cultura.

O Prof. Alexandre Rayol, além do magistério que exerceu como se lhe fora um sacerdócio, era exímio musicista e compositor. São de sua autoria várias partituras de missas, Ave-Marias e outros cânticos sacros e ainda composições para danças, hinos patrióticos, tendo pertencido a uma geração de músicos, dentre os quais se destacaram seus irmãos Antônio e Leocádio, este *violinista virtuose,* aquele *tenor lírico,* que Manaus conheceu em fevereiro de 1896, quando fez um recital de canto na solenidade da diplomação da Turma de Normalistas desse ano."

"Prof. Alexandre dos Reis Rayol faleceu, nesta Capital, no dia 3 de julho de 1934, quando lhe foram prestadas homenagens do governo, do magistério público e particular e do povo." (Extr. de "A Crítica" de Manaus, de 25 de novembro de 1955.)

Em aditamento às notas biográficas do saudoso mestre maranhense, registre-se que ao regressar ao Amazonas, em 1910, foi nomeado Diretor do Arquivo Municipal de Manaus, cargo que exerceu apenas por alguns meses, pois o seu temperamento não se coadunava com a monotonia daquele recinto silencioso e repleto de alfarrábios. Deixou o cargo e retornou para o seu Colégio, na alacridade da juventude, amálgama do seu coração e de sua inteligência.

A descendência do velho professor foi bem restrita, pois, como vimos, não ultrapassou de quatro filhos, hoje todos falecidos e, salvo engano, dois netos, que são o Dr. Ney Oscar de Lima Rayol, que foi Deputado Estadual e membro do Tribunal de Contas do Amazonas, hoje aposentado e residente em Brasília, e Walter da Costa Rayol, que foi Prefeito de Manaus, homem de prol, culto e uma das mais formosas mentalidades daquele Estado, residente em Manaus.
(Para melhores esclarecimentos, veja-se o excelente livro do Prof. Júlio Benevides Uchôa.)

ALFREDO AUGUSTO DA MATTA

O Dr. Alfredo Augusto da Matta, uma das figuras mais relevantes da intelectualidade, nasceu em Salvador (Bahia), a 18 de março de 1870, falecendo no Rio de Janeiro, a 3 de março de 1954, tendo sido sepultado no Cemitério de S. João Batista, desta cidade.

Foram seus genitores o Major Joaquim Francisco da Matta e D. Leopoldina Carolina da Matta. Fez seus estudos primário e secundário na sua cidade natal e, logo, ingressou na Escola de Medicina da Bahia cujo curso realizou brilhantemente, terminando-o aos 8 de dezembro de 1889.

Em abril do ano seguinte, foi nomeado médico do Lóide Brasileiro, seguindo viagem até Manaus, onde resolveu fixar residência. Foi nomeado, pelo governo do Pará, a fim de exercer uma das circunscrições Sanitárias do Estado, cargo que não aceitou. Nomeado médico do Exército para servir em Barbacena (Minas), pediu sua transferência para Manaus; não sendo atendido, exonerou-se. Permanecendo em Manaus casou-se com a Senhorita Zulmira Martins de Menezes, filha do seu colega Dr. Aprígio Martins de Menezes. Enviuvando em 1901, contraiu matrimônio, no ano seguinte, com a Senhorita Maria Madalena Mavignier de Oliveira, filha do Capitão Manoel Cezário de Oliveira.

Do primeiro matrimônio nasceu Agenor (falecido), tendo sido casado com Sílvia Monteiro de Souza da Matta. Do segundo matrimônio: Leonor, professora aposentada, casada com o Doutor Raymundo da Gama e Silva, funcionário federal; Leopoldina (falecida) que fora casada com o Sr. Armando Lins; Arnaldo Augusto da Matta, General do Exército, casado com a Sra. Violeta Miranda Corrêa da Matta; e Lucíola, casada com o Dr. José Tavares da Rocha, funcionário federal e publicista.

O Dr. Alfredo da Matta especializara-se em Medicina Profilática e em Dermatologia. Em 1908, ao lado de seus colegas Dr. João de Miranda Leão e Wolferstan Thomas, quando Manaus havia sido invadida por nuvens de mosquitos malignos, contagiantes de febres impaludosas, o Coronel Bittencourt, então à frente do governo do Estado, nomeou-o Diretor do Departamento de Saúde Pública, prometendo que lhe daria, como deu, tudo quanto pedisse, contanto que extinguisse o flagelo. Nesse ínterim, quando o Dr. Alfredo da Matta agia, dispondo de aparelhos profiláticos e outros recursos de toda a ordem, chega a Manaus, o maior sanitarista da América do Sul, Dr. Oswaldo Cruz acompanhado de seus auxiliares, rumo a Porto Velho, no Madeira, onde foi providenciar o combate à devastação das febres palustres de que estava sendo vítima o pessoal construtor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O grande sanitarista, que extinguiu a febre amarela no Rio de Janeiro, elogiou o Dr. Alfredo da Matta e sua equipe, na campanha contra os *anofelis* de Manaus, que três meses depois, era uma cidade livre da praga e imune ao impaludismo. Como Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, Alfredo da Matta, em Manaus, ganhara a grande batalha!

Dentre as Comissões de Socorro às endemias da Capital e de além, registrem-se, em 1904 a do Baixo Amazonas, nos Municípios de Itacoatiara, Barreirinha, Paratins, Maués, em que foram tomadas providências contra o impaludismo e a peste bubônica.

A respeito do Dr. Alfredo da Matta, transcrevo as seguintes palavras do saudoso Dr. José Francisco de Araújo Lima estampadas na Revista do "Amazonas Médico", de Manaus, Ano VI, n.° 18, pág. 67, de 1944:

"É Sócio Benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus e Honorário e Benfeitor da Sociedade Portuguesa Beneficente da mesma cidade, tendo sido colocado o seu retrato no Salão de Honra por serviços de relevância prestados em seu hospital, quando gratuitos eram os seus trabalhos clínicos. Professou a cadeira de Higiene e Enfermatologia dos cursos de Farmácia da Universidade. Tenente-Coronel cirurgião da Guarda Nacional e Médico do Asilo de Mendicidade. Representou o Amazonas no Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia de São Paulo, de que foi Vice-Presidente Honorário. Membro do Congresso de Assistência Pública, na Exposição Nacional de 1908, sendo nomeado para fazer parte do Júri de Recompensas, nas Sessões de Artes Liberais e de várias Indústrias. Fez parte do IV Congresso Médico Latino-Americano. Também do I Sul-Americano de Dermatologia e Vifiligrafia, e do VI e VII Brasileiro de Medicina, Cirurgia e Dermatologia.

Delegado e Secretário dos *Comitês* do Amazonas.

Foi membro fundador da Sociedade de Medicina e Farmácia, e de Medicina e Cirurgia do Amazonas, da Sociedade Amazonense de Agricultura, do Clube de Seringueira e da Revista "Amazonas Médico", da "União Acadêmica" e do Círculo dos Auxiliares da Imprensa. Distinguiu-se com o título de Presidente Honorário. As Academias de Geografia Botânica de Mons (França) e a Italiana de Ciências Físico-Químicas laurearam-no com a Medalha de Ouro, pelo seu livro "Flora Médica Brasiliense", em particular a do Amazonas, e serviços prestados à Ciência e à Humanidade. Foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Estado durante os anos de 1916 a 1920, ocupando o cargo da Presidência, de 1917 a 1920. O "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro noticiou do modo seguinte a sua primeira eleição: "O novo Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas é um nome conhecido nos meios científicos do País. Natural da Bahia, foi para Manaus, onde rapidamente obteve grande prestígio..."

* * *

Conheci o Dr. Alfredo da Matta por mais de 50 anos, na sua qualidade de médico de minha família, convidando-me um dia para ser padrinho do seu filho Arnaldo da Matta, hoje uma das figuras mais destacadas e brilhantes do nosso Exército, no posto de General. Habituei-me a admirá-lo no seu consultório,

na sua vasta cultura, no seu caráter e espírito de humanidade, que as entidades pias e o povo tanto consideraram.

Sua longa existência decorreu no estudo e no ensino, nos laboratórios e nas casas de saúde, pesquisando para servir ao homem e engrandecer a Ciência.

O seu gabinete de trabalho, na própria residência, era-lhe uma espécie de reduto ou templo sagrado onde concentrava suas cogitações de sábio e filântropo. No resultado científico e espiritual do seu esforço cotidiano, num contentamento íntimo, se achava toda a sua recompensa de homem justo e desinteressado das vaidades e das glórias do mundo. A calma fazia parte do seu temperamento.

O Dr. Alfredo da Matta entrou na política partidária, servindo-a com dignidade e brilho, quer na qualidade de Deputado Estadual, quer, mais tarde, como Senador da República, pelo Amazonas.

Creio que ninguém escreveu mais e melhor, no terreno da Medicina, especialmente no ramo da Dermatologia do Grande Vale. Sobem a 234 as monografias que publicou, quer em avulsos, quer em revistas nacionais e estrangeiras, além de vários livros. Dentre sua vultosa bibliografia, vejam-se apenas alguns trabalhos, pela carência de espaço: "Flora Médica Brasiliense", contribuição da flora amazonense; "Geografia Botânica do Estado do Amazonas", no número especial do *Diário Oficial* do Amazonas, comemorativo do Centenário da Independência; "Parasitose Agrícola, larvas que inutilizam o guaraná"; "Insetos úteis e prejudiciais à lavoura"; "Patologia Amazonense, Estesigmatosis Tropicalis", fungo patogênico para o homem; "Profilaxia do impaludismo"; "Entomologia Agrícola"; "Os inimigos da Seringueira"; "Leiximanioses"; "Tricocefaloses", tese de doutoramento; "Geografia e Topografia Médica de Manaus" (Manaus, Tip. da Livraria Renaud. 1910); "O Brasil Central — Viagens e Explorações", etc.

Não fique sem registro neste escorço biográfico, a apoteose que os colegas, amigos e admiradores do Dr. Alfredo da Matta lhe prestaram a 8 de dezembro de 1943, data do cinqüentenário do seu apostolado clínico. Não foi um dia apenas, mas uma semana inteira a duração das homenagens gratulatórias desse jubileu, ao qual se associaram todas as classes da elite da cidade e de outras do País. Jamais se viu ali consagração maior e mais justa. Realmente, o Dr. Alfredo Augusto da Matta havia honrado a Pátria e a solene promessa que fizera ao receber o seu

Diploma de Médico. Sua memória é sagrada. Bem merece que o seu augusto nome se perpetue, como *Orago nimbado* de luz, designativo da Faculdade de Medicina de Manaus. (Veja-se a Revista "Amazonas Médico" — Medicina e Ciências Naturais, Ano VI, n.º 18, Manaus, 1944.)

ALFREDO SÁ

O Dr. Alfredo Sá nasceu em Grão-Mogol, ao norte de Minas Gerais, a 11 de dezembro de 1878, tendo sido seus genitores o Coronel Carlos Sá — que foi Senador à Constituinte Mineira, falecendo em 1921, em Teófilo Otôni, onde residia —, e D. Deolinda Prates de Sá.

Iniciou seus estudos no Colégio Mineiro, em Ouro Preto, ultimando-os em São Paulo, onde se matriculou, em 1897, na Faculdade de Direito, fazendo ali o primeiro e o segundo anos, do curso jurídico. Transferindo-se para Belo Horizonte, concluiu o curso de bacharel a 20 de dezembro de 1901, sendo contemporâneo dos Drs. Arthur Bernardes, Fernando Mello Vianna e Affonso Penna Júnior, que também lá estudaram.

Em 1902, no governo de que era chefe o inolvidável estadista Silviano Brandão, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Itabira, onde se manteve por entre aplausos gerais, durante um ano. Em 1903, era nomeado Juiz Municipal de Teófilo Otôni, centro de resistência de toda a sua família. Pouco se demorou nesse cargo; a política o atingia, e uma vez exonerado, passou a dirigir "O Mucuri", em cujas colunas se bateu com denodo e galhardia, pelo levantamento do Norte, dedicando-se ali igualmente à advocacia.

Em julho de 1919, o Dr. Arthur Bernardes nomeou-o Consultor-Jurídico da Secretaria da Agricultura, cargo do qual se exonerou em outubro de 1924, para se desincompatibilizar como candidato ao Senado estadual.

Nas eleições de 7 de maio de 1922, para preenchimento de quatro vagas nessa Casa do Congresso Mineiro, foi o mais votado de todos, tendo obtido 51.000 votos no Estado.

Tomou assento no Senado, pouco depois, a 21 de julho, e, ali, foi encontrá-lo o convite do Presidente para Chefe de Polícia do seu governo. No exercício desse cargo, se conservou até outubro de 1924, juntando à sua esplêndida folha de serviço, nova soma de realizações a bem do seu grande Estado. Mas, a carreira política do festejado estadista não devia fechar-se no recesso da terra montanhosa. Suas qualidades, seus atributos e suas virtudes, tantas vezes comprovados, o indicavam, sem dúvida, para outros postos

na vida republicana. Foi quando, deposto no Amazonas, o governo Rego Monteiro, resolveu o Sr. Arthur Bernardes, então Presidente da República, cometer ao ilustre conterrâneo o delicado encargo de Interventor federal, naquela unidade setentrional. Ainda aí se afirmaram, na mesma linha de devotamento e patriotismo, a vocação cívica e a equilibrada energia do Dr. Alfredo Sá.

Investindo-se no govêrno, colocou em posições de maior responsabilidade, os homens de sua comitiva, iniciando, no dia 4 de dezembro de 1924, a obra de recomposição dos quatro administrativos do Estado. Reformou a legislação estadual, em muitos pontos falseada e malsã; atualizou o regulamento de terras públicas; instituiu novos processos de arrecadação e distribuição das rendas do Tesouro; estimulou a produção, através de cuidadosa sistemática adotada nas pautas para a exportação dos produtos nativos; imprimiu, em suma, um sentido de encorajamento e vitalidade ao soerguimento do grande Estado do Norte, abalado por longas e profundas convulsões políticas.

Para remate de sua nobre missão, na qual soube conduzir-se com admirável imparcialidade, sem ódios nem prevenções de qualquer natureza, convocou a Assembléia Constituinte, oferecendo aos Deputados a cuja eleição presidiu, como autêntico magistrado, o anteprojeto da Constituição que, logo aprovada, entrou prontamente em vigor.

Despedindo-se do povo amazonense do qual recebeu sinceras, reiteradas e justas homenagens, retornou o Dr. Alfredo Sá a Minas Gerais, no dia 2 de janeiro de 1926, depois de passar o governo ao Presidente constitucional eleito, Dr. Ephygênio Ferreira de Salles.

Um ano mais tarde, em dezembro de 1926, foi o ex-Interventor escolhido para membro da Comissão Executiva do prestigioso Partido Republicano Mineiro, e logo indicado para companheiro de chapa do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, como vice-presidente de Minas Gerais, e, em ato simultâneo, para uma cadeira, no Senado mineiro. Logrou consagradora eleição para os dois elevados cargos.

. . . . . .

Além de membro destacado do PRM, o Dr. Alfredo Sá pertenceu ao Instituto dos Advogados de Minas Gerais, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Associação Brasileira de Imprensa, participando ainda de várias instituições culturais e beneficentes.

Como jurista, deixou valiosos trabalhos avulsos publicados, muitos deles, nos melhores repertórios da jurisprudência nacional, notadamente, na "Revista Forense" e "Forum", de Belo Horizonte.

Em avançada idade, contando mais de oitenta anos, faleceu o ilustre jurista e advogado, no Rio de Janeiro, a 12 de julho de 1960." (Por obsequiosa colaboração que lhe solicitei, assim termina o Dr. Augusto Couto, consagrado causídico de Belo Horizonte e grande amigo do Dr. Alfredo Sá, a vibrante biografia deste ínclito brasileiro.)

* * *

Não deve ser perdida a oportunidade para o registro de um acontecimento interessante, de iniciativa do Dr. Alfredo Sá: a pacificação política e social da família amazonense, desavinda há mais de um decênio, à época, ou seja o lançamento no ostracismo de velhos chefes da *tribo* valorosa: eram eles Silvério Nery, Constantino Nery, Antônio Bittencourt e Pedro Bacelar, todos, antigos governadores do Amazonas, que se estimavam, mas não se avistavam.

O Dr. Alfredo Sá, com sua autoridade moral e influência do cargo, reúne-os, obtendo deles a promessa de uma pacificação. Uma política de congraçamento ressurgiu para o Amazonas, traduzido em paz, trabalho e progresso. Desse modo o ano de 1925, foi, para o Estado, o advento de uma vida nova, graças ao Dr. Alfredo Sá.

Era casado com a Sra. Gretz Shermann de Sá.

ALMINO ALVARES AFFONSO

Trata-se de um antigo senador pelo Amazonas, natural do Rio Grande do Norte. Conheci-o por ocasião do grande movimento abolicionista, em Manaus, em 1884, no qual tomou parte saliente; vi-o também, por várias vezes, em casa de meu tio Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, em reuniões de caráter político, em companhia do Dr. Hosanah de Oliveira, Lima Bacury e outros próceres do Partido Conservador.

Almino Affonso era orador de estirpe. Suas opiniões, muito acatadas, fazia prosélitos. Bastava-lhe a presença de maior número de amigos e admiradores, de certa cultura, para que mudasse o tom da palestra informal, para o estilo de discurso ensartado de frases latinas. Era agradável ouvi-lo. Homem de presença respeitável e contagiante, educado na rigidez dos costumes da época, advogado para quem, em júri ou fora dele, a tribuna se transformava em cátedra, sua influência pessoal estendia-se em grande parte do Nordeste.

Foi deputado à Assembléia Constituinte, que elaborou a Carta Magna de 24 de agosto de 1891, tendo sido eleito por sua terra

natal, distinguido com superioridade de sufrágios, sobre os demais companheiros.

Quando apôs o seu nome à Constituição, fê-lo acrescentando uma sentença na língua de Cícero. Aliado ao Partido Conservador, Almino saíra muito jovem de Natal, vivendo mais tempo no Ceará e no Amazonas, no exercício da advocacia. "Mas, cabe indagar — pergunta José A. Bezerra de Medeiros — que títulos possuía Almino Affonso para, triunfante, se apresentar e projetar na vida política de sua terra natal? Um relato de suas atividades pregressas, a narração de sua vida, a história das campanhas em que sempre andou empenhado, a sua intrepidez na luta pelos seus ideais, o seu idealismo, sua inteligência e sua futura cultura explicam perfeitamente o seu êxito político ("O Rio Grande do Norte, no Senado da República" — Rev. do Inst. Hist. Brasileiro — Vol. 244, pág. 226).

E esse mesmo autor informa: "Almino nasceu a 17 de abril de 1840, no sítio Coroatá, encravado no município de Patu, no Oeste do Rio Grande do Norte, sendo seus pais Francisco Manoel Alvares de Affonso e Luiza Cândida Telles de Menezes. Quando atingira apenas 8 anos de idade, faleceu seu pai, assumindo D. Luiza a responsabilidade do sustento e direção do lar, para o qual contava com recursos modestíssimos; seu padrinho de crisma, Francisco Emiliano Pereira fez Almino aprender, o que conseguiu com facilidade, dada a vivacidade da criança reveladora de uma inteligência privilegiada, não somente a língua nacional, como os rudimentos do latim e francês. Com os conhecimentos adquiridos e com a ânsia de mais saber, Almino se fez professor na vila de Caraúbas e passou a ensinar aos meninos sertanejos, ora em fazendas, ora em vilarejos. Em pouco tempo, Almino se fez advogado, nas sessões do júri dos sertões paraibanos, salientando-se por sua eloqüência. Entusiasmado com o sucesso do sobrinho, Sá Cavalcante fê-lo ingressar na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1871."

Almino Affonso foi um dos mais ardorosos propagandistas da libertação dos escravos não só no Amazonas como no Ceará. Além de jornalista e tribuno, foi apreciado poeta. Nos últimos tempos de sua vida, passou a residir em Manaus, onde há uma rua com o seu nome. Ali está a homenagem e a prova de gratidão a um dos maiores servidores do Amazonas. O Dr. Almino Alvares Affonso faleceu em Fortaleza, a 13 de fevereiro de 1899.

(Velho Sobrinho — "Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro" — Vol. I, pág. 265 — Rio de Janeiro — 1937.)

ÁLVARO MAIA

Álvaro Botelho Maia nasceu em 19 de fevereiro de 1893, no seringal "Goiabal", rio Madeira, município de Humaitá, primogênito de Fausto Ferreira Maia (cearense, falecido em 1932) e Josefina Botelho Maia (amazonense, falecida em 1968). Além de Álvaro Maia, nasceram do casal os filhos Antonio Botelho Maia (antigo fiscal de consumo, ex-Prefeito de Manaus e ex-Deputado Federal pelo Amazonas), Raimundo Botelho Maia (funcionário federal, falecido em Manaus em 1942) e uma menina, Nênê, falecida em 1902, em tenra idade.

Formação intelectual

Álvaro Maia veio criança para Manaus, aqui fazendo os cursos primário e secundário, o último no Ginásio Amazonense, tendo como colegas de turma Cosme Ferreira Filho, Cícero Bezerra de Menezes, Romero Estellita, Carlos Studart Filho e Pedro Thiago de Mello.

Curso superior iniciado em 1913 na Faculdade de Direito do Ceará, onde morou na "República Vaticano". Em 23 de março de 1917, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, colou grau de bacharel em direito, na mesma turma do acreano Mário Oliveira.

Atividade jornalística

Iniciada em "Aura", publicação estudantil que circulou em Manaus de 24 de junho de 1907 até 20 de junho de 1912, quase todo esse longo período sob direção de Abelardo Araújo.

Ainda estudante secundário começou a trabalhar no "Jornal do Comércio", então dirigido, pelo Dr. Vicente Reis, tendo como companheiras Abelardo Araújo, Cosme Ferreira Filho e Raimundo Santos.

No Ceará, participou do grupo de redatores do jornal estudantil "Vaticano", onde apareceu uma apreciação a seu respeito em que é identificado por "Alberto Maia". Também no Ceará escreveu em "Radical", assistindo à agressão sofrida pelo Dr. Gentil Falcão.

De volta a Manaus, já formado, em 1917, Álvaro Maia fundou com Caetano Estellita "A Imprensa", de cuja redação fez parte também Benjamim Lima, sendo Diretor o Dr. Alfredo da Mata.

Em 1921, durante permanência no Rio, trabalhou na "Gazeta de Notícias", ao lado de Cândido Campos e Franklin Palmeira.

Nos primeiros meses de 1926, no início do Governo Efigênio de Sales, foi Diretor da Imprensa Oficial.

A partir da II Grande Guerra, passou a colaborador permanente dos Diários Associados, por escolha pessoal de Assis Chateaubriand, e seus artigos entraram a ser divulgados pela citada cadeia jornalística.

Atividades intelectuais

Estreou nas letras publicando o soneto "Cabelos Negros", em o "Curumi", jornal de estudantes, em 1904. Ao longo de 65 anos, consagrou-se como poeta, ensaista, romancista e pensador; sobretudo como poeta.

Durante o período de formação escreveu e versejou sempre, publicando nos jornais em que trabalhou.

Em 1918, figurou entre os 30 fundadores da Academia Amazonense de Letras, tendo escolhido para patrono o poeta Maranhão Sobrinho, então há pouco falecido.

No concurso promovido, em 1925, pela revista "Redenção", dirigida por Clovis Barbosa, Álvaro Maia foi escolhido príncipe dos poetas amazonenses, por 21 votos, tendo como concorrentes Jonas da Silva (7 votos), Raimundo Monteiro (6 votos), Francisco Pereira, Genésio Cavalcante e Heitor Veridiano (1 voto cada).

Só em 1943 publicou o 1.º livro, reunindo crônicas aparecidas quando da campanha da produção da borracha, sob o título de "Na Vanguarda da Retaguarda", tendo como prefácio um artigo de Assis Chateaubriand, "O Mujik da Steppe Verde da Amazônia", escrito em Manaus a 25 de maio de 1943. Foi divulgação oficial, feita pelo então Departamento Estadual de Imprensa e Divulgação.

Até então os trabalhos de Álvaro Maia (poesia, crônicas, ensaios, teses, discursos e conferências) haviam sido publicados somente na imprensa ou em folhetos. O livro, porém, só apareceu aos 50 anos de idade.

O 2.º livro, "Gente dos Seringais", foi impresso no Rio, pelo Editor Borsoi, em 1956, apresentando um mapa da região que serve de cenários às narrativas, que se prendem "ao Médio-Madeira, especialmente no Município de Humaitá, com o Marmelos, Maici, Machado e Jamari, pela margem direita; à esquerda, os rios menores, que percorrem os campos gerais, Puruzinho e Mucuim, cujas águas se comunicam ao Ipixuna e outros afluentes do Purus; ao sul, o cotovelo encachoeirado do Madeira-Mamoré,

até Guajará-Mirim, na fronteira boliviana, em que se encontra a estrada-de-ferro, conseqüência do Tratado de Petrópolis".

Em 1958 apareceram três volumes: um de poesias, "Buzina dos Paranás", o segundo "Nas Barras do Pretório", livro político de justificativa de sua vida, editados por Sérgio Cardoso & Cia. Ltda., em Manaus, e o terceiro, o romance "Beiradão", saído no Rio, dos prelos de Borsoi Editor.

"Buzina dos Paranás" reúne a poesia de Álvaro Maia até a época, incluinda os seguintes sub-títulos: Nos Céus do Amazonas, Portas da Amazônia, No Turbilhão, Novo Ipiranga, Mata Invadida, A Bem-Aventurança Esquecida, Romance Azul, Terreiros de Umbanda, Na Penumbra dos Sanatórios, Traduções, Horas Antigas e *Mi Deslumbramiento en el Amazonas* (traduções de Gastón Figueira).

O famoso "Nas Barras do Pretório" é uma defesa da vida do político, escrita sem malquerenças nem subterfúgios, demonstrando, à saciedade, com documentos, os atos e as atitudes de uma carreira combativa.

O romance "Beiradão" retrata o período de conquista do Madeira e seus afluentes, registrando dramas e tragédias na época em "dominava a coragem fria, manejando o rifle".

"Banco de Canôa" saíu em 1963, pela Editora Sérgio Cardoso, em Manaus, retratando cenas de rios e seringais da Amazônia. Diz o autor, no prefácio: "...é um livro de crônicas seringueiras, destinadas a seringueiros e operários da selva. Espécie de folclore pioneiro — caboclitude para imitar negritude, qualidade comum às atitudes e às condutas dos caboclos do interior".

Em 1966, saíu nas Edições Governo do Estado do Amazonas, na série Raimundo Monteiro, vol. X, uma coletânea de pequenas estórias, intitulada "Defumadores e Porongas".

Por fim, "Tenda de Emaús", livro de divagações espiritualistas, foi lançado em fins de 1968, poucos meses antes da morte de Álvaro Maia, apesar de estar impresso desde o ano anterior, por Sérgio Cardoso.

Em 1.° de janeiro de 1966, foi empossada a Diretoria da Academia Amazonense, presidida por Álvaro Maia, que esteve no posto até 28 de novembro, quando dele se licenciou para exercer o mandato de Senador.

Uma semana antes do seu passamento, ficou assentada uma comemoração, em julho de 1969, dos 65 anos de sua atividade literária.

Atividades no magistério

Com a criação da cadeira de Instrução Moral e Cívica nos cursos secundários, pelo Presidente Arthur Bernardes, Álvaro Maia foi nomeado pelo Interventor Alfredo Sá para professor interino do Ginásio Amazonense, em 1925, empossando-se a 20 de maio, em sessão presidida pelo Prof. Plácido Serrano. Aberto concurso para a cadeira, foi ele, já em 1926, candidato único, apresentando tese sobre "Imperialismo e Separatismo" e defendendo outra, de ponto sorteado pela Congregação, "A Bandeira Nacional como Símbolo e Emblema da Pátria".

Também em 1926 conquistou uma das cadeiras de Português do mesmo Ginásio, com duas teses: "O Português-Lusitano e o Português-Brasileiro léxica e sintaticamente considerados" (ponto sorteado pela Congregação) e "O Ritmo da Língua Nacional (de própria escolha).

Ensinou, efetivamente, até 1930.

Nesse mesmo período ensinou Português no Colégio Dom Bosco, onde ainda tentou continuar a dirigir classes em 1931, já Interventor Federal, verificando, logo no início do ano, a falta de tempo.

No Rio, do segundo semestre de 1931 até 1933, voltou ao magistério em colégios particulares, tendo sido, ainda, Inspetor de Ensino.

Atividades políticas

Desde que retornou, formado, à terra natal, Álvaro Maia se tornou uma bandeira política. Em 1918 foi candidatado a Deputado Federal, pela oposição, sem nenhuma perspectiva de vencer.

Sua afirmação, porém, se deu quando pronunciou a "Canção de Fé e Esperança", em 9 de novembro de 1923. Depois dos famosos discursos-líbelos de Heliodoro Balbi, foi o documento decisivo da vida política do Amazonas. Enquanto ensinava, Álvaro Maia foi conquistando paulatinamente a confiança e a simpatia dos moços. Por outro lado, sua vida era um exemplo de dignidade e desprendimento.

Após a Revolução de 1930, foi afinal chamado ao poder, como Interventor Federal, indicado pelo então Tenente-Coronel Floriano Machado, que esteve à frente do Governo do Estado. Exerceu o cargo até meiados de 1931, no meio das maiores dificuldades, inclusive financeiras.

Tendo se exonerado no Rio, lá ficou até que foi iniciada a campanha para a reconstitucionalização do país, quando voltou

ao Amazonas, disputando eleição para Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (eleitos: Álvaro Maia, Alfredo da Mata, Leopoldo Cunha Melo e Luiz Tireli).

Votada a Constituição de julho de 1934, organizou-se a vida política estadual, sendo, em 1935, escolhido pela Assembléia Estadual para Senador Federal, juntamente com Alfredo da Mata. Logo depois, também em eleição indireta, foi eleito Governador Constitucional do Estado.

Com o golpe político do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal, mantendo-se no poder até a queda de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Atravessou toda a II Grande Guerra à frente do Estado. Foi substituído pelo Desembargador Stanislau Affonso, Presidente do Tribunal de Justiça, durante o Governo José Linhares.

Integrando o Partido Social Democrático desde a sua fundação, como membro de sua comissão central, Álvaro Maia foi candidato à Senatoria Federal, juntamente com Waldemar Pedrosa. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 a chapa venceu por larga margem de votos, publicando Álvaro Maia, uma prestação de contas de sua administração.

Durante o exercício do mandato, foi Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara Alta e fez parte da Delegação do Brasil a uma reunião da ONU, em Paris, em 1948: nessa ocasião apresentou trabalho sobre genocídio.

Em 1950 voltou novamente ao Governo do Estado, numa eleição renhida, em que teve como competidor o Senador Severiano Nunes. Foi eleito na mesma ocasião em que Getúlio Vargas conquistou pelo voto direto a Presidência da República. Antes do término do mandato, desincompatibilizou-se para disputar eleição para o Senado, em que foi derrotado.

Seguiram-se mais duas eleições perdidas (1958 e 1962). Na 4.° disputa, porém, sua candidatura saiu vitoriosa. Foi como Senador, pela 3.ª vez, que a morte o encontrou.

Outras atividades

O 1.° emprego que teve o bacharel Álvaro Maia, no Amazonas, em 1917, foi de redator dos debates da Assembléia Legislativa. Depois foi procurador da República, interino (1917-1918). Exerceu durante 15 dias o lugar de ajudante do Gabinete de Identificação e Estatística (1918), sob a direção do Dr. Galdino Ramos. Em 1918-1919 foi Auditor da Força Policial, cargo que considerou destituido de interesse para o Estado, propondo ao Governador Alcântara Bacelar a sua extinção. Foi então para

Porto-Velho, como secretário do Superintendente Monsenhor Raimundo Oliveira (1920-1921). Em 1921-1922 serviu como secretário da Comissão de Propaganda e Organização do Centenário no Pará, chefiada por Djalma Cavalcanti, seu cunhado. De 1922 a 1926, serviu na Comissão de Saneamento Rural do Amazonas sob a direção do Dr. Samuel Uchôa, sendo-lhe atribuída a coordenação dos relatórios.

Quando Governador Militar do Amazonas o Cel. Raimundo Barbosa, após a chegada do General Menna Barreto, Comandante do Destacamento organizado para combater os revoltosos de 23 de julho de 1924, Álvaro Maia foi secretário da Prefeitura de Manaus. O Prefeito, então, foi Araújo Lima, que posteriormente, voltou ao cargo, no Governo Efigênio de Sales, realizando uma das mais profícuas administrações.

Na Associação Comercial do Amazonas, exerceu as funções de Consultor Jurídico e redator da revista, até 1930. Retomou o posto de Consultor Jurídico em 1958.

Neste ano, foi nomeado Presidente da Caixa Econômica Federal, aposentando-se, como tal, em 1966.

No Rio, manteve escritório de advocacia, associado ao Dr. Paulo Marinho, entre 1955-1958.

Morte

Morreu Álvaro Maia à 1:15 da madrugada de 4 de maio de 1969, num apartamento do Pavilhão Santana, da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, acometido de infarto do miocárdio na manhã da véspera. Assistiram ao desenlace o médico assistente, Dr. Osvaldo Said, acompanhado pela enfermeira Ruth Helena, pela Srta. Maria Helena Paiva Monte (prima) e Dr. Erasmo Arfaia (amigo). Imediatamente a notícia se espalhou e começaram a chegar ao hospital os amigos do morto, que foi velado no *hall* do Palácio Rio Negro desde o alvorecer.

O sepultamento de Álvaro Maia se deu ao fim da tarde 5 de maio, no Cemitério São João Batista, acompanhado por grande massa humana, sentida e emocionada.

(Biografia publicada na Revista da Academia Amazonense de Letras n.° 14, de dezembro de 1969, de autoria do Acadêmico Djalma Batista, que consentiu, gentilmente, na sua transcrição).

AMÂNCIO DE MIRANDA

Monsenhor Raymundo Amâncio de Miranda nasceu em Manaus, a 31 de dezembro de 1848 e, aí, faleceu a 27 de novembro de 1901. Filho de pais humildes, mas honrados, D. Antônio de

Macedo Costa, Bispo da Amazônia, encontrou-o um dia, ainda menino, descobrindo nele uma inteligência invulgar. Tomando conta do jovem, com seus auspícios, fê-lo um sacerdote, que serviu a causa da Igreja com muito amor.

Amâncio de Miranda dedicou-se também à vida social, tendo exercido vários cargos importantes. Foi diretor-geral da Instrução Pública, lente do Liceu Amazonense, predecessor do Ginásio.

Designado para servir o clero, em Belém, ali continuou a ensinar o curso secundário. Fez brilhante concurso para reger efetivamente a cadeira de Grego, no Liceu Paraense, sendo aprovado com distinção, e nomeado para professá-la.

Monsenhor Amâncio de Miranda era um homem profundamente piedoso. Conta-se que, tendo regressado a Manaus, estando no governo da Província o Coronel José Paes da Silva Sarmento, irrompera na cidade, um surto de varíola. O hospital estava repleto de contaminados. O sacerdote fez questão de assisti-los, na qualidade de enfermeiro. Internando-se, a peste não o atingiu. O Dr. Paes de Carvalho, à frente do Governo do Pará, convidou-o para ir à Europa, a fim de contratar irmãs de caridade, para o serviço hospitalar de Belém, o que aceitou e cumpriu com desvanecimento. Fez do serviço de Deus e do Brasil um só apostolado.

(Veja-se, para ilustração, o "Comércio do Amazonas", de Manaus, de 27-11-1902.)

AMILCAR SALGADO DOS SANTOS

O General Amilcar Salgado dos Santos, do Exército Nacional, nasceu em Belém do Pará, a 10 de junho de 1891, sendo seus pais o Senador Gabriel Salgado dos Santos e D. Veridiana Viçosa Salgado. Fez o curso primário em Niterói e os demais no Colégio Diocesano e na Escola Militar do Realengo, concluindo-o em 1915. Fazendo-se um retrospecto verifica-se que assentou praça em 1 de março de 1911; 2.° Tenente em 21 de dezembro de 1917; 1.° Tenente em 7 de setembro de 1922; Capitão em 18 de outubro de 1928. Cursos de Infantaria e Cavalaria, pelo Regulamento de 1908. Entre outras comissões, exerceu a de Inspetor de Tiro em São Paulo e no Amazonas. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; sócio correspondente do Instituto da Bahia, idem do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; da Sociedade de Ciências, Artes e Letras de Campinas. Colaborou em jornais de São Paulo, na revista "Defesa Nacional" e no Boletim do

Clube Militar. Casou-se em 1919 com a Senhora Lúcia, tendo descendentes.

Esteve em Manaus, por algum tempo, no comando da Guarnição Federal. Foi um soldado disciplinado e disciplinador. Deixou provas de que foi um intelectual atuante, raramente para os devaneios, sempre voltado para as responsabilidades da história, mormente de assuntos militares. Elaborou os seguintes trabalhos: "A Batalha de Ituzaigo", 1920; "A Guerra da Independência", 1921; "A Guerra entre o Brasil e a República Argentina em 1827"; "A Brigada Potiguara" (Diário da Revolução de São Paulo, 1934); "A Imperatriz Leopoldina", 1927; "A Epopéia do Liz" (aos soldados portugueses), 1929; "Amazonenses Esquecidos em sua Terra", 1930; "Brasil-Alemanha", 1930; "Pela Glória de Artigas", 1935; "Pelos Heróis de Laguna e Dourados" (duas edições), 1936; "As Negociações Berrer-Thyn e a Rebelião do Rio de Janeiro de 1828", na Revista Militar, de abril a junho de 1925 (leia-se Velho da Silva, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, vol. I, pág. 351). Na Terra dos Pinheirais (1944).

Amilcar Salgado dos Santos, depois de permanecer algum tempo em Manaus, em 1943 foi transferido para a Guarnição do Paraná, onde fomos encontrá-lo no Comando do 20.° Regimento de Infantaria.

ANÁLIO DE REZENDE

O Dr. Análio de Mello Rezende nasceu a 19 de agosto de 1882, em Teresina (Piauí), falecendo em Manaus a 25 de julho de 1956.

Foram seus pais o jurisconsulto Simplício Coelho de Rezende e Dona Cândida Ninpha de Mello Rezende. Fez os seus estudos de primeiras letras em Recife, São Luís (Maranhão) e Pará, começando o de humanidades, que concluiu em Manaus, no Ginásio Amazonense, logo voltando à capital pernambucana, para iniciar o curso de Direito.

Análio de Rezende, ali, empolgou mestres e colegas pela continuidade das notas distintas que conquistava, em todas as cadeiras. Eram as provas do florescimento de um talento raro. Assim prosseguiu até a conquista do seu diploma de bacharel em Direito. Realizou, desse modo, as proezas da inteligência e da cultura do seu pai, quando estudante na mesma Faculdade do Recife.

Regressando a Manaus, residência e estendal das atividades do ínclito Dr. Simplício de Rezende, foram-lhe fáceis as conquistas da sociedade, do foro e do magistério superior.

Análio de Rezende era um estudioso sistemático, dotado daquela ambição justa de quem aspira galgar a montanha, para lhe conhecer o ápice e apanhar a *flor dos Alpes.* O grupo dos seus íntimos sempre foi restrito. Nunca se viu o jovem advogado e professor entrar em um botequim. Era o exemplo vivo do seu velho genitor. Conhecia várias línguas, tais como o francês, o inglês, o espanhol, o italiano e o alemão. A respeito de sua competência, disse o seu laureado biógrafo, o Dr. Aderson de Menezes: Foi advogado e jurisconsulto de raça, de vez que dominava, sem sombra de dúvida, os mais recônditos meandros do Direito, por meio de uma especialização suntuosa nos campos do cível e do comércio, apesar de que suas incursões pensamentais se operavam, também e com eficiência, em outros setores da ciência que elegera fulcro de suas predileções espirituais (Página 20 — Rev. da Fac. de Direito do Amazonas, n.º 4 — 1957).

Uma boa parte das atividades do Dr. Análio de Rezende foi empregada na Junta Comercial do Amazonas (Consultoria Jurídica) e na Agência do Banco do Brasil em Manaus, chegando a aposentar-se naquela.

Não consta que tivesse fortes pendores para a política. Seu caráter não indicava possibilidades de transigências partidárias subalternas. No entanto, um dia, vêmo-lo deputado à Assembléia Legislativa do Amazonas, seguidamente em três legislaturas, se bem que não tivesse completado a última por motivo do movimento revolucionário de 1930. Sua conduta, na Assembléia, foi digna de um parlamentar erudito e nobre, que sempre honrou o mandato. Por sua habitual compostura e saber, estava indicado para encargos mais elevados e brilhantes na representação nacional.

O Dr. Análio de Rezende foi um dos cooperadores do reconhecimento, pelo Governo Federal, da equiparação da nossa Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Trabalhou para esse fim, ao lado de Aristides Rocha e de outros, num afã que se pode dizer, vinha desde 1909. Suas aulas de Direito Civil eram substanciais e atraentes, pela abundância do conteúdo e forma alegre da explanação. Como prêmio de sua competência e assiduidade, a Congregação da Faculdade conferiu-lhe o título de *Professor Emérito,* em sessão solene de 11 de agosto de 1955, dia em que se rememora, no País, a fundação dos Cursos Jurídicos.

Conta-se e repete-se que o Dr. Análio de Rezende foi, em sua cátedra, um intransigente em matéria de moralização nas provas escritas de seus alunos, pois não admitia "colas", nem outros meios desonestos de *passar* nos exames, o mesmo em quantas bancas examinadoras de que fazia parte.

Quando pleteiou sua aposentadoria, a Congregação não se queria privar de um dos seus mais lídimos representantes. Mas a jubilação era também um prêmio que se lhe não devia negar.

"Afinal, — diz o Dr. Aderson de Menezes —, concederam-lhe a aposentadoria já tardia no cargo de professor catedrático da primeira cadeira de Direito Civil, mas não lhe permitiram sair da Diretoria da Faculdade, que continuou a exercer oficialmente até fins de janeiro do corrente ano (1957), quando "sponte sua", sem dispensa oficial, se afastou da afanosa função" (Rev. citada, pág. 31).

O Dr. Análio de Rezende foi uma personalidade que se definiu, entre os homens notáveis do Amazonas, pelo seu talento, cultura, dinamismo, rigidez de caráter e independência de opinião. Nunca fui seu íntimo, mas um grande admirador de sua personalidade. Estas linhas não podem constituir, se não, uma exaltada lembrança daquele que tanto fez pelo Amazonas, repetindo, em símile perfeito, as fulgurações de inteligência e saber do seu genitor, o jurisconsulto Simplício Coelho de Rezende — continuados, nesta geração, pelos seus filhos Drs. Lúcio Fonte de Rezende, Jorge Rezende e D. Elza.

(Veja-se "Análio de Mello Rezende, sua vida e sua obra", pelo prof. Aderson de Menezes, *in* Rev. da Faculdade de Direito do Amazonas, 2.ª Fase, n.º 4, ano IV, Manaus, 1957.)

ANGELINO BEVILÁQUA

O Engenheiro-Agrônomo Angelino Beviláqua nasceu a 31 de janeiro de 1871 em Viçosa (Ceará) e faleceu em Manaus a 4 de outubro de 1940. Transferiu-se para o Amazonas, e aí, permaneceu por mais de 40 anos, empregando toda sua atividade profissional na Diretoria dos Serviços Técnicos onde desempenhou as funções de Engenheiro-ajudante, cargo em que foi aposentado. Grande apaixonado pelo Amazonas, Angelino Beviláqua era bem o apóstolo da agricultura amazonense, em bem da qual deu todo o seu entusiasmo. Idealista, fez-se um trabalhador exemplar. Foi encarregado do Campo Experimental da Sociedade de Agricultura, na Cachoeira Grande, um dos seus fundadores, fazendo espalhar gratuitamente, mudas de plantas, sementes e conselhos, por todo o Estado.

Era irmão do eminente jurisconsulto Clóvis Beviláqua e das senhoras Adestrudes Beviláqua e Clotilde Beviláqua de Araújo. Deixou uma filha, Professora Rosali Beviláqua de Souza, casada com o Dr. Antônio Oliveira de Souza.

(Ver "O JORNAL", de Manaus, de 5-10-1940.)

O Des. Manoel Anísio Jobim nasceu na cidade de Anadia, no Estado das Alagôas, a 27 de março de 1877. Foram seus pais o Prof. Nicodemus de Sousa Moreira Jobim e sua esposa Hermesinda Gomes de Sousa Castro Jobim. Fez seus primeiros estudos em Maceió. Bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife, Pernambuco. Diplomado, regressou a Maceió, onde abriu um *curso de preparatórios* destinado aos rapazes que aspiravam ingressar no ensino superior.

A idéia de partir para o Amazonas não saia de suas cogitações, para, em Manaus, empregar atividades como Advogado ou Magistrado. Tendo sido nomeado para o cargo de Procurador Geral do seu Estado, pelo então governador Joaquim Paula Vieira Malta, não aceitou o honroso cargo, pois que sua decisão de partir para a *terra da borracha* estava tomada. Partiu, encontrando na Capital amazonense ambiente favorável às suas aspirações. Pouco depois estava nomeado Juiz Municipal do Termo de Manacapuru, ao tempo, uma vila bisonha, muito modesta, à margem do rio Solimões. Aí funcionou durante alguns meses, sendo nomeado para a Comarca de Itacoatiára, uma das mais prósperas e adiantadas cidades do Estado, na qualidade de seu Juiz de Direito.

Em Itacoatiára exerceu a Judicatura pelo espaço de 11 anos. Mudou-se para Moura, Comarca de Barcelos e, após, para Manaus, em 1930. Trabalhou no Cível, Comércio, Crime, Provedoria, Resíduos e na Vara de Menores, Ausentes e Interditos.

Por alguns anos regeu a Cadeira de "Introdução à Ciência do Direito", na nossa Faculdade, bem como lecionou Noções de Direito, no Colégio Auxiliadora.

Foi promovido a Desembargador em 1942. Exerceu a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas e ocupou o cargo de Chefe de Polícia, no Gov. do Dr. Waldemar Pedrosa. Esteve sempre presente na Imprensa, n'"O Jornal", "Diário da Tarde" e n'"A Tarde".

* * *

Quando no Interior, o Dr. Anísio Jobim aproveitava as horas vagas da sua judicatura para colher subsídios geográficos, históricos e sociais das regiões do interior, a fim de organizar e publicar informações úteis ao Estado do Amazonas. Sob a epígrafe geral "Panoramas Amazônicos", publicou as seguintes monografias:

"Manacapuru", separata do vol. II da Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Editora Fenix, Manaus, 1933;

"Codajás". Tip. Fenix, Manaus, 1933;

"Tefé". Tip. Fenix, Manaus, 1937;

"Moura". Tip. Fenix, Manaus, 1938;

"São Paulo de Olivença". Imp. Pública, Manaus, 1940;

"Benjamin Constant". Imp. Pública, Manaus, 1944;

"Urucurituba"; *in* Revista da Associação Comercial do Amazonas, Ano I, junho 1947;

"Urucará". *in* Revista do IGHA, vol. VII, Manaus, 1947;

"Itacoatiára". Estudo social e político, Manaus, 1948;

"Três Municípios Amazonenses", Manaus, 1967.

Em certa ocasião, tomei a liberdade de dizer ao Autor que suas monografias ficariam completas se, em cada uma, constasse o respectivo mapa geográfico. Explicou-me que o clichê de uma carta geográfica estava completamente fora de suas possibilidades financeiras.

Além desses trabalhos de formato pequeno, mas utilíssimos, aparecem outros que o colocaram na lista dos amazonógrafos, começando pelo seu livro "A Intelectualidade no Extremo Norte" (Contribuição para a história da Literatura no Amazonas). Livraria Clássica, Manaus, 1934;

"Monografia Geográfica do Estado do Amazonas" — Fisio-Geografia. Papelaria Velho Lino, Manaus, 1949;

"O Amazonas na sua História" (Ensaio Antropogeográfico e Político) Volume 292, da Série BRASILIANA. Este livro encerra todos os acontecimentos que, tempos atrás, tiveram forte repercussão no Amazonas.

* * *

Terminado o período das Interventorias Federais no Amazonas, com a reconstitucionalização do País, o Dr. Álvaro Maia é eleito Senador pelo Amazonas, sendo seu suplente o Des. Anísio Jobim. Aconteceu, porém, que aquele, empossado e lhe faltando cerca de dois anos e meio para terminar seu mandato, é eleito Governador do Amazonas, renunciando ao resto do seu mandato senatorial. Motivado por essa ocorrência, o Des. Anísio viaja para o Rio de Janeiro e assume a suplência. Seu Discurso de estréia foi a respeito do *curare* (tóxico de gênese de vários vegetais combinados, cujos efeitos fisiológicos são surpreendentes, ora fulminando instantaneamente, ora causando traumatismo prolongado). Foi esse o interessante assunto que o Dr. Anísio Jobim escolheu para a estréia, em Discurso proferido na Câmara Alta do País.

Não conheço a aludida peça oratória, apenas sei erudita e brilhante, semelhante a todas quantas saiam do cérebro e caiam dos lábios do orador. O Representante do Amazonas honrou o seu mandato. Não consta que tivesse ocupado outra função política, se não a de membro do P.S.D.

Ingressou, como Sócio Efetivo, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a 25 de março de 1926, quando na Presidência, o Coronel Bernardo Ramos. Foi eleito vice-Presidente, assumindo a Presidência, quando o titular do cargo transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, em 1946. Por haver prestado valiosos serviços à Instituição, foi agraciado com o título de Benemérito, sendo-lhe conferido o respectivo Diploma, em ato solene.

Era Membro Efetivo da Academia Amazonense de Letras, ocupando a cátedra de Farias Brito, seu Patrono. Presidia o Conclave, o Dr. Adriano Jorge. Serviu de paraninfo o Acadêmico Leopoldo Péres, cujo Discurso não me consta ter sido publicado. Por sua vez o recepiendário fez-se ouvir numa oração empolgante, por seu brilho e erudição, falando longamente da personalidade espiritual de Farias Brito.

* * *

Estando a residir no Rio de Janeiro, foi-lhe dado ingresso na Academia Carioca de Letras, sendo recebido por seu Presidente, Dr. Afonso Costa, na sessão solene de 26 de novembro de 1952.

O Des. Anísio Jobim integrava ainda a vetusta Sociedade Brasileira de Geografia, na sua qualidade de Sócio Correspondente.

Não fique sem registro o de sua representação no Congresso Nacional de Geografia que se reuniu em Salvador, Bahia, por ocasião dos festejos do seu quarto centenário de fundação. Saudou, em nome do Amazonas, o governador Octavio Mangabeira, um dos maiores oradores do país. Fê-lo com vibrante discurso, entrecortado de aplausos. O Amazonas esteve realmente bem representado.

* * *

O Des. Anísio Jobim casou-se em 21 de junho de 1913, com a senhorita Esther, filha de João Moreira Vinhas e Florisbela M. Vinhas, ele, Comandante de navios da Marinha mercante do Amazonas. Do consórcio, nasceram-lhes os seguintes filhos:

Dr. Nelson Vinhas Jobim, formado em Direito, bancário, casado com Clélia Célia Monteiro Jobim, tendo o casal dois filhos;

Dr. Paulo Vinhas Jobim, Professor de Economia Política, no Rio de Janeiro, casado com Judith Chaves Jobim, tendo o casal

dois filhos; Ruth Vinhas Jobim, funcionária federal, sediada no Rio de Janeiro.

* * *

O Des. Manoel Anísio Jobim, achando-se enfermo no Rio de Janeiro, onde residia por muitos anos, solicitou que o transportassem para Manaus. Aí, por mais de um ano viveu ao carinho de sua Família. Veio a falecer a 13 de junho de 1971, na casa n.° 421 da Av. Japurá. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

Apagou-se, neste mundo falaz, um cérebro luminoso, mas acendeu-se, nos pâramos da Imortalidade, uma Lâmpada rutilante.

(À sua graciosa filha Ruth, devo boa parte dos subsídios com que pude textualizar esta biografia.)

ANTERO DE LIMA

Monsenhor Antero José de Lima foi um velho e estimado sacerdote que viveu por muitos anos em Manaus, onde aportou ao despontar do século (1901).

Conforme o bibliografista J. F. Velho Sobrinho, Monsenhor Antero de Lima nasceu em Inhamuns (Arneiroz), na antiga Província do Ceará, em dezembro de 1845.

Foram seus pais: Gabriel José Pequeno Ibiapina e D. Antônia Cândida Lima, tendo aprendido as primeiras letras em Sobral, com o Professor Vicente F. de Arruda; em Arneiroz, com os professores Montalvan e Francisco Calaça; no Ico, estudou com o Prof. Antonio Joaquim dos Santos. O curso secundário realizou-o com diversos mestres em várias cidades, concluindo-o no Liceu de Fortaleza.

Iniciou seus estudos de Teologia em outubro de 1864, finalizando-os ao receber sua ordenação a 6 de dezembro de 1868.

Uma vez sacerdote, foi nomeado Coadjutor de Arneiroz, onde celebrou sua primeira missa. Depois, passou a exercer o mesmo cargo em Fortaleza. Mais tarde, foi investido nas funções de Vigário em Imperatriz, cargo que deixou em 1901.

Ali, em Arneiroz, concluiu os trabalhos de cúpula da Igreja de São Sebastião, como os da Capela do Cemitério local, bem assim, outros melhoramentos. Com recursos da Província, por ele obtidos, como da Câmara Municipal, no período de 1877-1879, realizou diversas obras importantes, como a construção de duas escolas, rodovia, reservatório d'água, etc. Fora do âmbito

eclesiástico, exerceu cargos civis. Foi examinador sinodal e Monsenhor. Também Inspetor Literário e Inspetor escolar, 3.° vice-Presidente da Província. Deputado estadual e Presidente da Assembléia Legislativa. Proclamada a República, fez parte do Senado estadual e, como tal, seu Presidente.

Em 1901, transferiu-se para o Amazonas, onde foi Vigário de N. S. dos Remédios, em Manaus, governando o Bispado com os Cônegos José Laurindo dos Santos e Hipólito Costa.

* * *

No Amazonas o Monsenhor não se intrometeu na política. Sua Paróquia tinha um grande atrativo na Capital e nas suas circunvizinhanças, inclusive nos populosos distritos do Careiro, da Terra Nova e Catalão, cujas populações eram, em geral, compostas de cearenses e seus descendentes. À tarde, principalmente dos sábados, à porta da Igreja, formavam-se filas de pagãos, com seus padrinhos, esperando sua vez ao ato do Batismo. Era a Paróquia mais procurada e rendosa. Um fato de que me recordo e mostra a simplicidade do Sacerdote: um grupo de fiéis achava-se à porta da Igreja dos Remédios, acompanhando catecúmenos para o ato do Batismo. Entre os acompanhantes, estavam os pais do menino Ulysses que, então, contava seis meses de idade. Junto à pia, no instante em que recebe, entre os lábios, o "sal da sabedoria", tendo então os quatro primeiros *incisivos,* trinca o dedo polegar do Padre que retrai a mão e diz: *"E o diabinho já tem dentes!"*. O Reverendo, na ocasião, esquecia-se que estava longe da "porta inferi" e perto da sua querida Igreja dos Remédios.

* * *

Tratava-se de um templo modesto, em parte, de paredes de pau-a-pique, de torre de pedra, ainda a concluir.

Monsenhor Antero de Lima se definira, no Ceará, um Pastor vibrante, cheio de iniciativas. Assim, deu-se ao encargo de transformar aquela Casa de Deus em edifício digno de uma cidade moderna. Acontecia, porém, que as rendas não permitiam despesas de tal vulto. Antero de Lima recorreu ao então governador do Estado, Coronel Bittencourt, pedindo-lhe a cooperação do seu governo. Os cofres públicos tinham encargos mais urgentes. O pedido foi atendido, no dia seguinte, pela manhã, recorrendo aquele governador, ao comércio e às indústrias, acompanhado de dois auxiliares: antes das onze horas, de porta em porta, conseguira quarenta e um contos de réis, dinheiro suficiente para a sólida cobertura do Templo.

Tinha Monsenhor Antero ganho uma batalha, obtida pelo méritos do Pastor e do Cidadão.

Era um homem simples. Conheci-o, durante longos tempos, vivendo em sua residência, em companhia de duas irmãs, sendo uma delas, costureira e a outra ecônoma da residência e secretária das finanças do Monsenhor. Já atingido por idade provecta, cansado e doente, deixou a Paróquia de N. S. dos Remédios, retornando ao Ceará, após muitos anos de dedicação ao Amazonas.

(Para mais amplos esclarecimentos, veja-se J. F. Sobrinho, "Dicionário".)

ANTÔNIO BITTENCOURT

O Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt nasceu em Manaus, a 23 de novembro de 1853, falecendo, na mesma cidade, a 3 de março de 1926, tendo sido sepultado no Cemitério de S .João Batista. Foram seus pais o Tenente José Ferreira Bittencourt e Dona Damiana Filipa de Souza. Fez os seus estudos, primário e secundário, na sua cidade natal com o professor Irênio Porfírio da Costa e com diversos outros professores particulares, que ensinavam "preparatórios". O Liceu Amazonense somente foi criado a 14 de março de 1869, se bem que, antes, o Seminário Episcopal de Manaus já ensinasse apenas quatro disciplinas. A esse tempo, os rapazes que tinham de prosseguir seus estudos, viam-se obrigados a sair da Província, procurando, lá ao longe, sobretudo no Pará, em Pernambuco, Rio de Janeiro e S. Paulo, o que lhes faltava na sua própria terra.

A função pública já era, ao tempo, um atrativo cobiçado.

Estrondavam os canhões na Guerra do Paraguai, quando se organiza, em Manaus, uma Tropa, exclusiva para o serviço interno. Antônio Bittencourt é chamado e entregam-lhe o posto de Alferes da Guarnição, nela permanecendo até o fim da contenda.

Deixado o Quartel, fez concurso para o preenchimento de uma vaga de Guarda-Aduaneiro de Manaus, tendo sido aprovado em 1.° lugar, nomeado e logo, assumido o cargo. Por pequeno espaço de tempo o exerceu, pois surge uma vaga de Amanuense na Secretaria Geral da Província, com abertura de concurso. Antônio Bittencourt faz-se candidato, sendo classificado em 1.° lugar. Nomeado, assumiu o novo cargo, bem mais vantajoso que o anterior; percorreu, ali, toda a hierarquia da mais importante Repartição da Província, até aposentar-se no lugar de Oficial Maior, correspondendo, hoje ao de Diretor, num período de cerca de 25 anos no serviço público. Colaborou de perto com a maioria

dos Presidentes da antiga Província do Amazonas, dos quais me falava freqüentemente, prestando-me, a respeito, informações preciosas.

Bittencourt, já aposentado, não se afastou das atividades políticas; ao contrário, tornou-as mais veementes.

Quando em 1896 se deu a cisão do seu Partido (Democrata), chefiado pelo Coronel Emílio José Moreira, Bittencourt formou na ala da oposição, já estando eleito Deputado ao Congresso Legislativo do Estado, pela terceira vez.

Ia finalizar o quatriênio governamental de Eduardo Ribeiro e começar o de Fileto Pires Ferreira (1896-1900). A maioria do Congresso que iria empossar o sucessor de Eduardo Ribeiro era de oposicionistas. Perigava a investidura de Fileto, que somente por meio de um violento e escandaloso golpe poderia ir ao poder. Assim aconteceu. Chegado o dia em que os deputados eleitos deviam reunir-se para o julgamento e posse mútua de poderes, todos realmente eleitos, mas antes da hora regimental (12 horas) se deu um jogo indecente no instante da votação (10 horas) da manhã: nove deputados incontestavelmente eleitos, por grande maioria, foram alijados do bloco da oposição, sendo admitidos outros que não haviam alcançado número suficiente de votos. Nasceu desse modo o *Congresso Foguetão* ao qual ficava adstrito o triste destino do governo Fileto Pires. O ajuntamento macabro que apoiou o candidato de Eduardo Ribeiro, foi, decorridos pouco mais de dois anos, o mesmo que o alijou, mediante uma renúncia falsa. Felizmente Bittencourt e seus companheiros tinham sido afastados da comédia ouvindo a opinião dos que ficaram: "Com vocês não poderíamos contar".

* * *

Começa o seu mandato o Dr. Silvério Nery, elemento representativo de uma família tradicional, no mandato de 23-7-1900 a 23-7-1904. O novo Governador ia pôr em prática um programa de restrições financeiras, em contraposição aos esbanjamentos do seu antecessor. Para isso apela para Antônio Bittencourt, encanecido na burocracia de sua terra, e entrega-lhe um plano de centralização e controle rígido; ou fosse uma Secretaria Geral, contendo 4 seções, em vez de 4 Departamentos autônomos, de maneira que tudo, no seu governo, fosse rigorosamente fiscalizado na Secretaria Geral. Não foi pequena a tarefa do auxiliar em estruturar complexa regulamentação de todos os serviços públicos. Silvério Nery governou com o prumo na mão. A suprema governança deixou de ser uma chancelaria de subalternos.

Para galardoar tanta dedicação e trabalhos, o governo destina a Antônio Bittencourt uma vaga da representação do Estado, no Senado da República. O Partido Democrata acolhe e consagra a sugestão, sem que tivesse audiência o Sr. Pinheiro Machado (1903), já a esse tempo dono e árbitro da política e da administração nacionais. Foi o quanto bastou para que o nome de José da Costa Azevedo fosse apresentado pelo grão-senhor dos Pampas e do Brasil.

A eleição de Bittencourt foi uma vitória do governador e do seu Partido. Não obstante, um Parecer da *Comissão dos Cinco* (tristemente célebre), dá Costa Azevedo, Barão de Ladário, como tendo maioria dos sufrágios. Bittencourt comparece ao Senado munido do seu Diploma de Senador pelo Amazonas. O Parecer da malfadada Comissão dos Cinco opina pelo reconhecimento de Ladário. Esse Parecer, em Plenário, teve dois empates. No terceiro e último, faltando um dos senadores do bloco bittencourista, Costa Azevedo ganhou a partida ou seja o Sr. Pinheiro Machado, por um voto!

Bittencourt decepcionado, regressa à sua terra e aguarda uma reparação não a si mas ao Estado que lhe dera a desrespeitada representação, no Senado. Com efeito, mais tarde, é indicado para a Vice-governança do Amazonas, no quatriênio de 23-7-904 a 23-7-908, quando governador o Coronel Antônio Constantino Nery. Durante o período não foi necessário que o Vice-governador assumisse o Poder, apenas sendo convidado para o fazer a 19 de novembro de 1907, não podendo aceitar por motivo de moléstia. Na forma da Constituição assumiu o governo, no dia 20, o Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, Presidente do Congresso Legislativo, e foi até o fim do quatriênio.

* * *

Surge o novo período: de 23-7-1908 a 23-7-1912. É candidato o Coronel Antônio Bittencourt, com indicação do Partido e decidido apoio do então Presidente da República Dr. Afonso Pena. Eleito, assumiu o governo na data prefixada. Como não fosse candidato e, depois títere de Pinheiro Machado, seu algoz político, a administração Bittencourt sofreu todos os embaraços, como se estes tivessem alcance pessoal, inclusive o hediondo bombardeio de Manaus, em 8 de outubro de 1910, de que tratarei em outra oportunidade.

A Administração do Coronel caracterizou-se pelo trabalho, honradez, poupança, ensino e saúde. A norma era a concorrência pública. Bittencourt era um espírito liberal, com referência ao que era seu. Jamais com o alheio. Por mais de uma vez, assisti o

seguinte no Palácio do Governo: aparecia-lhe um amigo, correligionário ou não, pedindo-lhe mandasse passar, à custa do Estado, um telegrama de interesse particular. Logo e em presença do solicitante, mandava chamar o Porteiro, a fim de calcular o custo da transmissão. Isto feito, metia a mão no bolso e entregava ao funcionário a quantia precisa. O telegrama era transmitido, mas não pago pelo Tesouro. Geralmente o amigo ou correligionário, deputado ou não, evitava repetir o pedido.

O Amazonas foi perseguido miseravelmente. De uma feita, o Estado pediu que lhe fosse dispensado o imposto de importação para uma partida de mobiliário escolar, procedente dos Estados Unidos, à maneira do que acabava de fazer ao Estado de Minas. O pedido foi indeferido.

Considero de suma importância, na vida de um homem público, ou particular, o período em que, no exercício do mandato ou delegação, geriu valores alheios. É o traço nevrálgico, a prova de fogo do seu procedimento. Ao esboçar a biografia de um estadista ou daquele que o seja em seu lar, no País, no Estado ou na Comuna, julgo obrigatórias referências financeiras a seu respeito. Assim o tenho posto em relevo, em relatos da vida de outros vultos do nosso passado. O Coronel Bittencourt foi um cidadão que respeitou, como sagrado, o dinheiro alheio. Esta assertiva é o exórdio do seu procedimento, no timão do Estado. Veja-mo-lo, em síntese de angustura, desde quando assumiu o governo a 23 de julho de 1908 até 22 de dezembro de 1912, quando foi deposto traiçoeiramente por um golpe de quartel.

O seu antecessor foi o Coronel Raymundo Affonso de Carvalho que disse, em sua Mensagem de 28 de dezembro de 1907, dirigida ao Congresso Legislativo, sobre a situação financeira do Estado: "Cabe-me dizer-vos, Senhores Representantes, que encontrei o Tesouro do Estado em condições nada lisonjeiras. *O meu sentimento foi o de pavor.*" Isto, diante dos algarismos que, pouco antes, lhe tinham sido apresentados.

A breve passagem do Coronel Affonso de Carvalho, no governo, em nada poderia alterar a sombria situação financeira do Amazonas. Conseguintemente, o Coronel Bittencourt recebeu uma herança de *pavor*.

A dívida do Estado andava, em algarismos redondos, por 36.000 contos de réis. Com enormes economias, foi abatida de mais de 10.000 contos de réis, como se pode verificar das publicações que o Major Cyríaco Muniz, alto e competente funcionário do Tesouro, fez numa série de cartas estampadas em um dos jornais da cidade, em começo de 1913, quando já estava no governo o Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa. O Coronel Antônio

Bittencourt não deixou completamente em dia o funcionalismo público e outros credores do Estado, mas em atraso de cerca de dois meses. E, isto mesmo, aos atropelos da quartelada que o depôs, quando já estava no fim de seu mandato. Se o deixassem governar, nenhum real teria em dívida. Resta ler o seguinte, escrito e publicado pelo Sr. Major Cyríaco Muniz: "Esta importância (788:301$786), paga nos 8 dias de governo do Des. Sá Peixoto, somada com a de 119:777$623 verificada no cofre do Tesoureiro Lobato de Farias no dia 2 deste mês (janeiro de 1913), também da arrecadação de 1912, e com as que devem entrar das estações arrecadadoras do interior, dentro do período adicional, *deve chegar para cobrir* a referida dívida ou deixa-la reduzida a uma pequena quantia, se o Sr. Inspetor do Tesouro cumprir, como deve, a recomendação do Sr. Governador a que ontem nos referimos, sob o título *Acertada deliberação.*"

O Coronel Antônio Bittencourt foi casado duas vezes. Na primeira com Dona Antônia de Andrada Bittencourt, de cuja união nasceram três filhos: Raymundo e Francisca (já falecidos), (tendo sido esta casada com o Coronel Eusébio de Souza Caldas) e Agnello Bittencourt, funcionário aposentado, autor destas linhas. No segundo matrimônio convolou enlace com sua prima Amélia de Souza Bittencourt de cuja união nesceram vários filhos, estando vivos Dalila Bittencourt Dias, viúva do Sr. João Manoel Dias, e Ilza Bittencourt.

Quando faleceu era Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

(Veja-se Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, ex-Governador do Estado, "As Finanças do Amazonas numa administração" — Rio de Janeiro, 47 páginas — Tipografia do "Jornal do Comércio" — 1914.)

ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ (Barão de Tefé)

O Almirante Antônio Luiz von Hoonholtz (Barão de Tefé) nasceu a 9 de maio de 1837, em Itaguaí, antiga Província do Rio de Janeiro, sendo seus pais o Conde Frederico Guilherme von Hoonholtz e D. Joana Cristina Engel d'Ali von Hoonholtz. Em 25 de junho de 1852 matriculou-se na Academia de Marinha, sendo graduado no posto de Guarda-Marinha, em 1854. Tomou parte na Expedição ao Paraguai sob o comando do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira.

Em 1858, como 2.º Tenente, era professor de Hidrografia do 4.º ano da Academia em que estudara, logo fazendo uma viagem pelo Pacífico. Rebentara a Guerra do Paraguai, encontrando-o

no posto de 1.° Tenente. É mandado para o Rio da Prata, onde lhe foi confiado o comando da canhoneira "Araguari" integrada na Divisão sob às ordens de Barroso, então empenhada no terrível encontro do Riachuelo em cujas águas este genio da guerra se cobriu de glórias.

Citado por Américo Palha, o Almirante Frederico Vilar, no seu excelente trabalho "O Barão de Tefé", tratando deste nobre marinheiro disse: "Não sabemos de nenhum Ruiter, Nelson, Tarraguet, Jean Bart ou outro qualquer grande protótipo da clássica intrepidez nas grandes pugnas navais que glorificaram as mais célebres marinhas do mundo, que hajam cometidos fatos mais brilhantes." (A. Palha, "Soldados e Marinheiros do Brasil", página 310.)

Realmente, lances de bravura, como os realizados a 11 de junho de 1865, pela conhoneira "Araguari", sob o comando de Antônio Luiz, que a transformava em "aríete" contra o costado das naves inimigas, parecem lendários. O jovem marinheiro da nossa Armada lembra Themistocles na batalha de Salamina.

* * *

O nosso herói continuou na guerra servindo em muitas refregas, sempre com o mesmo ardor mostrado em Riachuelo. Passaram-se assim cerca de quatro (4) anos, somente com uma ausência de três meses, quando, em 1868, foi-lhe permitido ir ao Rio de Janeiro, na sua "Araguari", ainda toda perfurada de balas. Audaciosa a viagem num barco assim, enfrentando as águas entre o Prata e a Guanabara.

No Rio de Janeiro casa-se e, logo, regressa ao teatro da guerra.

* * *

Quando cessou a beligerância, com a vitória dos Aliados, Antônio Luiz é nomeado, por parte do Brasil, para chefiar, na função que lhe cabia, a Comissão Mista de Demarcação entre o Brasil e a República do Peru, objetivando, sobretudo, a *descoberta da nascente principal do rio Javari.* Era uma incumbência de grande relevo e de não menor responsabilidade, entregue a cidadão moço, mas reunindo todos os predicados capazes de êxito na missão internacional. (Resumirei ao máximo como se desempenhou da tarefa, utilizando-me do seu *Relatório* e do seu *Diário* de exploração do rio Javari.)

A Comissão, ocioso dizer, era integrada de técnicos, auxiliares, além de selecionados trabalhadores de campo, todos moços, vigorosos e cheios de entusiasmo, tal como o chefe brasileiro — reúne-se em Tabatinga, que fica em frente da foz daquele rio.

Era uma grande flotilha que, a 17 de janeiro de 1874 parte para o desconhecido, sem o pressentir, também, para enfrentar terrível tragédia.

* * *

Naquele dia a equipe brasileira era composta de 82 homens e se junta aos do outro grupo. Nada de anormal até certo ponto do rio Jaquirana, prolongamento do curso do Javari, quando a caudal se reduz a um simples igarapé, já obstruído por grandes e pequenos troncos de árvores caídos sobre seu leito. Aí, começa a tormenta dos trabalhos de desobstrução do rio e, muito pior, dos ataques dos índios mageronas, janívaros e de outras tribos reunidas. Também, para agravar a situação, surgem o beribéri e o impaludismo. Todos os dias morriam, da guarnição brasileira e da outra, várias pessoas, vítimas dos selvagens e das moléstias.

O Secretário da Comissão brasileira, Ribeiro da Silva, atingido por uma flechada e o Desenhista Carlos von Hoonholtz, irmão de Antônio Luiz, vítima de beribéri, lá ficaram sepultados.

A 1.° de março de 1874, numa curva do Jaquirana, lugar um tanto descampado, em pleno dia, juntaram-se milhares de aborígenes: uma chuva de flechas cobriu as lanchas teladas da expedição. Os chefes Antônio Luiz e G. Black tudo fizeram para um entendimento, nada conseguindo.

Entraram em ação as granadas, matando quase toda a concentração indígena. Somente cessaram de atirar quando fugiram os preliadores. Durante a noite retiraram todos os cadáveres dos companheiros.

A Expedição continuou rio acima, atingindo a suposta cabeceira do Javari, a 14 de março daquele ano de 1874. Examinando-se o local, verificou-se que ali finalizava o córrego da saída de um pequeno pântano cercado de terras altas. Antônio Luiz, entusiasmado teria dito: "É aqui. Temos a nascente do Javari a nossos pés", exclamação que está no seu Diário de viagem. O que ocorreu, pode-se imaginar, não esquecendo uma grande cruz de madeira executada pelo carpinteiro Estanislau José Miralhes.

Nesse mesmo dia, contam-se as pessoas da equipe brasileira: dos 82 homens que partiram da foz do Javari a 17 de janeiro, só atingiram à nascente, 55. O seu regresso, também, foi uma *via crucis.* É que os índios, antes do seu quase extermínio, obstruíram o rio, em longa extensão, à jusante do trecho em que estacionou a esquadrilha das lanchas. Foi um plano diabólico, e caso vingasse importaria na morte de todos os expedicionários. E, como descer, se restavam apenas nove machados desamolados, nas mãos de gente que mal se sustinha de pé?

Enfim chegaram a Tabatinga menos de dez (10) figuras humanas, inclusive o chefe da equipe, que desembarcou nos braços dos moradores do lugar, rumando para Manaus, em procura de socorros médicos.

E, para que tantos sacrifícios, se, mais tarde, o resultado da exploração foi anulado por erro da Comissão?

Não menos doloroso foi o trabalho dos peruanos cujo dirigente, G. Black, logo que chegou à sua terra, faleceu de beribéri.

* * *

O Imperador, um homem magnânimo, compreendeu os esforços daquele rapaz a quem não faltavam predicados de nobreza, agraciou-o com o título de Barão do Javari, brasão que pediu licença para não aceitar. Fê-lo então Barão de Tefé com o qual se julgou honrado e feliz.

Na sua qualidade de astrônomo, o governo o mandou às Antilhas em 1883, como o fizeram com seus Delegados outros países do mundo, a fim de *estudar a passagem do planeta Vênus,* pelo disco do sol. Desempenhou-o com erudição e brilho e D. Pedro II lhe conferiu o título de Grande do Império.

Outro acontecimento relevante e comprobatório da capacidade do Barão de Tefé, foi o seguinte: ia-se reunir em Paris um *Congresso Internacional de Aeronáutica,* a fim de estudar as possibilidades da navegação aérea. O Brasil foi convidado, sendo o Barão o nosso representante. Conhecido já pela sua fama de cientista, dão-lhe a presidência dos trabalhos. Após o protocolar discurso de cortesia, demonstra que Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Júlio Cezar foram, ambos seus compatrícios, os legítimos pioneiros da tentativa da navegação aérea, e não os irmãos Montgolfier e Krebbs, como erroneamente eram inculcados. É preciso dizer que os irmãos Montgolfier estavam presentes.

* * *

Rapidamente, agora, um golpe de vista na política.

Em 1913, o Almirante von Hoonholtz é eleito Senador pelo Amazonas, na vigência do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, o qual se torna seu genro, casando-se com D. Nair Tefé. Não é fora de propósito lembrar, pois é fato contemporâneo, ter sido o governo desse soldado vítima de uma saraivada de insultos envenenados pelos ridículos mais ferinos, ridículos que atingiam o sogro. Era competidor do Barão o fogoso orador, General Barbosa Lima.

Ao tempo da eleição senatorial vivia, de botequim em botequim, o Dr. João Barafunda (João Cavalcante), repentista, de

uma verve arrasante. Num dos grupos, sai-se com a seguinte frase que espalhou por Manaus: "O General entrará para o Senado arrastando as massas, enquanto o Barão o fará arrastando os pés", aludindo à sua avançada idade.

Com a devida venia, para encerrar a biografia do Barão de Tefé, utilizo-me das palavras do seu grande biógrafo, Américo Palha:

"Velho aos 75 anos, ele respondia ao chefe civilista e o fez com alta dignidade e sobranceria. Dirão que Tefé, com o seu passado e as suas tradições, jamais deveria ter penetrado nos arraiais da política. Talvez fosse exato o conceito. Entretanto, seja como for, a sua figura eminente deveria ser posta, pelos inimigos do Marechal Hermes, acima da explosão dos ódios e dos rancores partidários." ("Soldados e Marinheiros do Brasil", página 309.)

Era portador de várias insígnias e escreveu diversas obras, além de numerosos relatórios. O seu livro "A América pré-Histórica" deu-lhe ensejo para ser admitido Sócio do Instituto de França.

Faleceu em Petrópolis, em perfeita lucidez, a 8 de fevereiro de 1931, contando 94 anos de idade.

O Amazonas dele se orgulha e lhe é agradecido, na recordação dos serviços que lhe prestou.

ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUZA

O Professor Antônio Monteiro de Souza foi um cidadão dos mais atuantes do Amazonas, no sentido cultural, social e político. Nasceu em Manaus, a 18 de fevereiro de 1872.

Filho de pais pobres, pois sua mãe, Plácida Monteiro, abandonada pelo marido, deixando-lhe três filhos para criar e educar, fêz-se lavadeira. Monteiro de Souza, o primogênito, teve de ajudar sua genitora em todos os serviços domésticos, inclusive de tratar dos irmãos. Era ele que ia à margem do Rio Negro, a fim de conduzir água para a lavagem da roupa e para outros misteres da casa. Era ele que carregava às casas dos *fregueses* o tabuleiro das peças servidas ou limpas. Era ele ainda que fazia as pequenas compras. Foi uma criança cheia de encargos e, por isso, destituída dos folguedos próprios da idade.

Aos seis anos, Monteiro de Souza iniciava o curso primário, na escola pública do Prof. Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, concluindo-o no *Colégio Marinho,* de propriedade e direção de Pedro Ayres Marinho, amazonense, então recentemente chegado da França.

Por essa ocasião, seu padrinho o Engenheiro-Militar Leovigildo de Souza Coelho, conhecendo as dificuldades em que vivia Dona Plácida, tomou o menino sob sua guarda, com o devido consentimento materno, comprometendo-se a sustentá-lo, e educá-lo, o que passou a fazer com abnegação e carinho.

A seguir, ocorreu uma circunstância: D. Plácida Monteiro casa-se com o próspero negociante Joaquim Pinto, dando, anos afora, ao menino Antônio, alguns irmãos que foram muito seus amigos, sem que tivesse solução de continuidade o compromisso do Engenheiro. Tanto assim que Antônio Monteiro logo acrescentou ao seu o sobrenome Souza, do seu padrinho e protetor, como prova de gratidão pelo resto da vida.

Depois de 1884, fechado o estabelecimento de Pedro Ayres, Monteiro de Souza transferiu-se para o Liceu Amazonense e matriculou-se como "ouvinte". Em 1886, tendo sido vítima de uma injustiça motivada por desavença de alunos contra o Regente da cadeira de Francês, que reprovou toda a turma em exames finais, o padrinho de Monteiro de Souza leva-o para o Rio de Janeiro, a fim de que ali, na Corte, prosseguisse os seus estudos.

Mas, acontece que Leovigildo Coelho tem necessidade de regressar ao Amazonas, levando o dileto afilhado.

A maior aspiração do estudante era ser médico, sonho fugaz de um rapazinho que se esforçava para progredir no terreno do trabalho e da cultura intelectual. Em 1889, concluía o curso de preparatórios e em 1890, vendo-se impossibilitado de realizar um curso de estudos superiores, inexistente em sua terra, resolveu inscrever-se no concurso para o cargo de Escrivão das Obras Públicas, tendo conseguido lograr sua nomeação a 9 de março desse ano (1890), no governo do Capitão Augusto Ximenes de Villeroy.

Neste mesmo ano consorciou-se com Raymunda Ramos de Souza. Premido pelas necessidades domésticas, em conseqüência do aumento da família, apesar de haver obtido, por merecimento, duas promoções, na hierarquia da Repartição, passou a lecionar, no *Colégio Jonathas Pedrosa,* a cadeira de Matemática Elementar.

Em fevereiro de 1894, inscrevendo-se no concurso de Matemática do antigo Liceu Amazonense, onde estudara, competindo com engenheiros, embora sem curso superior da matéria, conseguiu sobrepô-los e obter a nomeação para a cátedra, a 26 de março de 1895.

No ano seguinte foi nomeado Diretor do Ginásio Amazonense e Escola Normal. Também foi designado para lecionar a mesma disciplina no Instituto Benjamin Constant. Autorizado a reorganizar e ampliar a Biblioteca do Ginásio, deu-lhe um grande impulso, no tocante ao seu acervo, de obras que, pessoalmente, comprou no Rio de Janeiro. Na viagem ao Sul do País e permanência na Capital Federal, aproveitou a oportunidade para mandar imprimir os seus compêndios de matemática ("Aritmética do Principiante" e "Aritmética Elementar"), logo adotados nas escolas primárias e na Escola Normal do Estado e premiados na Exposição Internacional de S. Luís, dos EE.UU.

Em 23 de dezembro de 1899, foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Amazonas.

Em março de 1903, Monteiro de Souza colou grau de Cirurgião Dentista, pela Escola de Medicina da Bahia.

Contrariado pelas irregularidades políticas que haviam assaltado a sua terra natal, trazendo em conseqüência a desagregação do Território do Acre, faz-se político e passa a colaborar na imprensa, pelas colunas do "Comércio do Amazonas". Depois, na mesma linha de combate, passou-se para o "Amazonas", "Folha do Amazonas", "Jornal do Comércio".

Em 1907, viajou para os Estados Unidos da América do Norte, onde visitou várias instituições científicas e literárias, satisfazendo uma das suas maiores aspirações.

Em 1908, na oportunidade das comemorações do 1.º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil aos países amigos de Portugal, Monteiro de Souza fez parte da Comissão Organizadora do Governo do Amazonas, na participação dos festejos, no Rio de Janeiro. É óbvio tratar de sua cooperação no êxito das solenidades ao lado dos Drs. Alfredo Augusto da Matta, Sá Peixoto, Alcides Bahia e do autor destas linhas.

Em 1909, abria-se uma vaga de Senador na Representação do Amazonas. É eleito para preenchê-la o Deputado Federal Dr. Jorge de Moraes, que, desse modo, deixa desocupada sua cadeira na Câmara. Para o lugar é eleito Monteiro de Souza, candidato sem competidor. Nesse ano (1909), para melhor exercer o seu mandato, transfere sua residência para o Rio. Sua posição política, tudo fazendo em prol do Amazonas, era contrária à de Pinheiro Machado que, por si e por intermédio dos seus áulicos, se tornara o inimigo número um do Estado.

A voz do novo Deputado Amazonense elevou-se na Câmara Federal, por ocasião do inominável atentado de 8 de outubro de 1910, quando de surpresa, em plena madrugada, a cidade de Manaus é bombardeada, por navios de Guerra da Marinha Nacional, por ordem de Pinheiro Machado a puxar os cordõesinhos dos seus marionetes. Não é lugar aqui para tratar da maior monstruosidade praticada no País. Para esse caso, outro momento.

No interrégno do mandato, Monteiro de Souza apresentou muitos projetos de lei, em maioria sufragados pela Câmara.

Embora afastado de seu mister vocacional e profissional, o magistério lhe estava acima de tudo. Na ocasião das férias parlamentares, voltava a Manaus, proferindo conferências, escrevendo para os jornais e dando aulas de Matemática.

Tendo enviuvado em 1915, convolou segundas núpcias com Herluína Gonçalves Ribeiro da Luz, da sociedade mineira. Quer do primeiro, quer do segundo casamento, houve filhos, homens e mulheres, todos exemplificados na conduta dos seus genitores.

Em 1921, achando-se no governo do Estado um seu adversário político, por ver que havia um mau administrador, no que não se enganara, foi obrigado a permanecer no Rio de Janeiro, mesmo para melhor defender os interesses do Estado. Isso valeu-lhe de muito, pois, nas modificações feitas na política do País, em 1924, viu-se novamente eleito Deputado Federal. Voltou ao Amazonas em 1925, quando, no governo o Dr. Ephygênio de Salles, que fez uma administração limpa e moderada, trocando as vantagens de uma poltrona da Câmara Federal, pelos interesses mais diretos, mas muito mais espinhosos, do Estado. Encontrara o Amazonas combalido, pelos efeitos da 1.ª Grande Guerra e pelas refregas de 1924. Carecendo de quem o ajudasse, incluiu o nome de Monteiro de Souza na lista de Deputados à Assembléia Legislativa, prestes a ser renovada. É eleito e os seus pares o escolhem para a Presidência. Estava, desse modo, com os pés no vestíbulo do Palácio Rio Negro. De fato, assim aconteceu.

Ephygênio, afastando-se para o Sul, é substituído por Monteiro de Souza, de março a dezembro de 1927.

Em 1929, concluído o quatriênio Salles, Monteiro de Souza, novamente eleito, volta à Câmara Federal, cuja poltrona foi mais uma vez honrar.

Em 1930, após a dissolução do Congresso Nacional, pelo governo revolucionário, regressa ao Amazonas, retomando o exercício de sua cadeira de Matemática, no Ginásio Amazonense, função que também desempenhou nos Colégios Dom Bosco e Maria Auxiliadora, nas quais permaneceu até os últimos dias de sua vida, completamente alheio ao *fervet opus* do partidarismo político.

Nesse ínterim ainda desempenhou o cargo de Diretor do Colégio Estadual, na Interventoria de Nélson de Mello.

O Interventor Álvaro Maia, reconhecendo a necessidade da colaboração de Monteiro de Souza ao seu governo, convida-o para o cargo de Secretário da Educação, tendo tido a seguinte resposta:

"Aceito com uma condição: fazer frisar, no meu discurso de posse, que vou desempenhar um cargo técnico e não político e que esse meu ato não seja tomado como adesão à situação política atual." Álvaro Maia, homem inteligente e culto, reconhecendo o mérito do seu convidado, não titubeou, nomeando-o.

Iríamos mais longe nesta digressão que o assunto ajuda e o coração inspira: uma biografia grande não cabe em espaço pequeno.

Em abril de 1936, instalando-se em São Paulo um Congresso escolar, o governo designa Monteiro de Souza para representá-lo. Era precária no momento a sua saúde, porém aceita a incumbência. Antes de entrar na liça, faz, no Sul, uma estação de cura de repouso; desempenhando-se, após, da espinhosa tarefa, escreve minucioso Relatório que envia ao governo do Amazonas. No Rio de Janeiro, agravam-se os padecimentos de *Monteirinho* (assim era tratado carinhosamente por todos), que não lhe permitem regressar a Manaus, onde se achavam sua família e seus numerosos amigos. Faleceu na casa de Saúde São Sebastião, a 1.° de junho de 1936. E assim desapareceu o Prof. Antônio Monteiro de Souza, aquele que, tendo sido filho de uma lavadeira e de um pai que o abandonou ainda muito criança, se tornou, pela inteligência, trabalho, cultura e honradez, uma figura edificante, de quantas o Amazonas tem inscrito na sua História. Cabe repetir aqui o pensamento de Torquato Tapajoz: "muito pode um homem que quer".

(Esta biografia resultou de mais de meio século de observação do Autor e dos subsídios fornecidos pelo Dr. Theófanes Monteiro de Souza, filho do biografado.)

ANTÔNIO MOREIRA

O Dr. Antônio José Moreira foi uma das figuras exponenciais da antiga Província do Amazonas. Foram seus pais Sebastião José Moreira e D. Maria José Moreira, ambos nascidos em Portugal e emigrados para a Bahia, onde tiveram, além do Antônio, Guilherme e Emílio José Moreira que figuram neste Dicionário.

Antônio José Moreira fêz-se médico pela Escola de sua cidade natal (Salvador) e, mais tarde, ingressando na Armada, foi servir no Amazonas. Dando-se bem em Manaus, mandou buscar os dois irmãos Guilherme e Emílio.

Tomando parte na política local, foi eleito Deputado Geral na legislatura de 1857-1860, sendo companheiro de chapa eleitoral do Dr. Francisco de Sena Carneiro (Magistrado). Depois, na

legislatura de 1864-1866, aparece novamente ao lado do Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque. Na 16.ª legislatura singular de 1878, aparece, ainda uma vez, como Deputado Geral pelo Amazonas, ao lado do Dr. Domingos Monteiro Peixoto (depois Barão de São Domingos).

Consta, pela tradição, ter sido um homem digno sob todos os aspectos.

A Prefeitura de Manaus perpetuou seu nome em uma de suas vias públicas, com a designação de *Rua Dr. Moreira.*

ANTÔNIO NOGUEIRA

Natural de Fortaleza (Ceará), membro de numerosa e tradicional família do seu sobrenome, nasceu a 23 de abril de 1870 e faleceu, no Rio de Janeiro, a 23 de março de 1932. Foram seus pais Joaquim Nogueira de Holanda Lima e Mariana de Menezes Nogueira.

"Antônio Nogueira foi Aspirante a Guarda-Marinha em 25 de fevereiro de 1887; 2.º Tenente, em 25 de novembro de 1891; 1.º Tenente em 9 de agosto de 1894; Capitão-de-Corveta em 16 de setembro de 1907, reformando-se como Capitão-de-Mar-e-Guerra. Bacharelou-se em Direito em 1911, pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro."

No Amazonas exerceu diversos cargos. Foi Deputado Federal, de 1901 a 1906. Exerceu o jornalismo, como tal, foi Redator do "Jornal do Brasil". Casou-se com D. Amélia Tompson Nogueira.

Antônio Nogueira faleceu em 1932, no encargo da direção da Companhia de Comércio e Navegação. Escreveu: "Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados sobre Posto Militar" em outubro de 1912 (Imprensa Nacional, 1912).
(Fonte subsidiária: Velho Sobrinho, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, pág. 456 — Rio — 1937.)

ANTÔNIO TELLES DE SOUZA

O Prof. Antônio Telles de Souza, natural de Maranguape (Ceará) nasceu a 30 de dezembro de 1880, filho legítimo de Vicente Telles de Souza e D. Maria do Patrocínio Telles de Souza. O casal, acompanhado de sua numerosa família, seguiu para o Amazonas, fugindo aos rigores das secas que devastavam sua terra. Seu pai, artista-operário, trabalhador e honrado, ao chegar em Manaus, abriu uma oficina de marceneiro, na qual o ajudavam, além de Antônio, os outros filhos Vicente e Tobias. Rapazes inteligentes e de boa índole, muito contribuíram para a prosperidade da família.

Antônio Teles, caprichoso nos estudos, fez o seu preparo intelectual quase todo em Manaus, tanto no Ginásio Amazonense, quanto na Escola Normal (hoje Instituto de Educação), onde concluiu o curso de professor. Foi para o Rio de Janeiro, onde fez o curso anexo na Escola Politécnica, indo depois para Salvador (Bahia) formando-se em Matemática e obtendo os graus de Agrimensor e Engenheiro-Geógrafo — em 1910 (Orador da turma.)

Em Manaus fez concurso para as cadeiras de Matemática e Cosmografia do Ginásio Amazonense, concorrendo com os seguintes trabalhos: *"Da análise indeterminada do 1.º grau. Problemas sobre o movimento diurno e Descrição sucinta do Universo Astronômico."* Aprovado em ambas as disciplinas, foi efetivado em 1920. Na cadeira de Elementos de Cosmografia, mais tarde ficou em *disponibilidade*, pela extinção da mesma. Também ensinou no Colégio Dom Bosco. Foi professor catedrático de Matemática e de Mecânica no estabelecimento que dirigiu por 20 anos — a Escola Agronômica de Manaus.

Exerceu ainda a diretoria do Colégio Estadual em vários períodos governamentais, bem como o cargo de Engenheiro-Fiscal do Governo junto à Manaus Tranways, Presidente do Clube de Engenharia do Amazonas, diretor do Grupo Escolar "Silvério Nery", membro do Conselho de Instrução Pública, Engenheiro-Chefe da antiga Seção de Terras e Obras Públicas e Agricultura. Sócio fundador da Sociedade Amazonense de Professores e dos Funcionários Públicos do Estado e do Instituto Geográfico e Histórico.

Foi aposentado a 28 de junho de 1950, depois de 50 anos de trabalhos "como prêmio ao bons e leais serviços prestados às causas do magistério primário e secundário do Estado do Amazonas".

Casado em primeiras núpcias com D. Leonor de Carvalho Telles de Souza teve desse matrimônio oito filhos: Leonor, professora normalista, viúva do Comandante Alfredo Garcia Cabral; Lagrange, engenheiro-civil, casado com D. Denira Telles de Souza; Laplace, Coronel do Exército, casado com D. Tereza Cristina Telles de Souza; Legendre, funcionário do DERA, casado com D. Amazonina Teixeira Telles de Souza; Lucy, professora normalista, casada com o Sr. Jaime Salgado; Lisette, professora normalista, casada com o Dr. Simpício Jorge Hage; Laíse, professora universitária, formada pela Escola Nacional de Belas-Ar-

tes, casada com o Dr. Abbal Varges; Lise, professora normalista, casada com o Sr. Amynthas Machado. Em 1931 casou-se em segundas núpcias com a professora Eunice Serrano Telles de Souza (que foi por muitos anos diretora do Instituto de Educação do Amazonas), de cujo consórcio teve uma filha: Nicean, médica e professora, casada com o Dr. Cyro Campos.

Antônio Telles de Souza foi um professor exemplar quer pela competência, quer pela assiduidade. De moral ilibada, íntegro, cultor da Justiça sob todos os aspectos, foi excelente chefe de família. Vivia exclusivamente para o lar que lhe era um santuário e onde educou os filhos dentro dos mais rígidos preceitos da moral.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de abril de 1960. Em 1965, sua família trasladou seus restos mortais para o Cemitério de S. João Batista, de Manaus. Deixou, além dos seus exemplos e dos filhos, 26 netos.

ANTÓVILLA VIEIRA

O Prof. Antóvilla Rodrigues Mourão Vieira nasceu a 6 de dezembro de 1900. Foram seus pais Antônio Mourão Vieira e D. Deolinda Rodrigues Vieira.

Começou a estudar em Manaus, transferindo-se, em companhia de seus pais para Portugal, onde, em Lisboa, realizou o curso de humanidades, no *Liceu Pedro Mendes.* Regressando ao Amazonas, cursou e concluiu o currículo da sua Escola Agronômica.

* * *

Casou-se a 31 de julho de 1936 com a Prof.ª Darclée de Medeiros Aranha Mourão Vieira, de cujo enlace provieram os seguintes filhos: Raul Antônio de Mourão Vieira, engenheiro pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e licenciado em Matemática, pela Faculdade Nacional de Filosofia da UB; Astrid de Medeiros Aranha Mourão Vieira, Licenciada, em Letras, pela Faculdade de Ciências e Letras de Santa Úrsula da Pontifícia Universidade Católica; Lúcia de Medeiros Aranha Paulistano Vieira de Santana, casada, Licenciada em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia da UB.

* * *

Antóvilla Vieira exerceu os seguintes cargos e funções: em 1921 — Funcionário dos Correios do Amazonas; 1923 — fundador do Instituto Alexandre Herculano, em Manaus; 1930 — fundador do Colégio Cardeal Leme, no Rio de Janeiro; em 1934, foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Amazonas; 1941 — nomeado membro do Departamento Administrativo do Amazonas; 1942 — nomeado Prefeito Municipal de Manaus (de 1942-1944); 1944 — nomeado membro da Comissão de Estudos da Organização do Banco de Crédito da Amazônia; 1946 — eleito Deputado Federal pelo Amazonas (1946-1950); 1951 — escolhido Assistente dos Secretários de Educação e Cultura, Interior e Segurança, no antigo Distrito Federal; 1952 — eleito Deputado Federal; 1954 — eleito Senador Federal pelo Amazonas (1954-1962); 1962 — reeleito Senador.

* * *

Foi ainda professor de Matemática, Presidente do Sindicato dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino, Engenheiro-Agrônomo, Membro da Associação Brasileira de Imprensa de Brasília; diplomado pela Escola Superior de Guerra. Quer no Senado, quer na Câmara dos Deputados, foi autor de importantes pareceres, preparados na sua qualidade de relator. Haja vista, todos que diziam respeito aos projetos sobre Economia, Finanças e ensino, matérias prediletas, na elaboração do seu espírito. Não deve ser deslembrado o caso de haver sido ele o Relator do Plano da Valorização Econômica da Amazônia.

Foi um político em cujo entendimento não entraram as paixões partidárias. Andando de cidade em cidade, de vila em vila, por várias vezes em excursões de propaganda, como candidato, não usava denegrir seus competidores. O respeito à honra alheia era-lhe uma nota obrigatória. Daí a simpatia dos seus adversários; daí, o amparo moral e social, de grandes figuras do Clero, como, por exemplo, do Cardeal Dom Sebastião Leme, por quem mantinha sagrada admiração e reconhecimento.

* * *

Algo ficara, no Brasil, contra os japoneses, após a 2.ª Grande Guerra. Antóvilla conservara-se adversário da raça amarela, sob a designação de *perigo amarelo.* A respeito, escreveu um livro que, em parte, estampou na imprensa de Manaus. Eu lhe era contrário, e o meu pensamento já se achava exposto, sendo que, cada um de nós conservou o ângulo de sua opinião.

Antóvilla Mourão Vieira foi homem de bem, culto e honesto, tendo prestado ao País, o melhor de sua inteligência e dignidade.

Faleceu, no Rio de Janeiro, a 15 de junho de 1963.

(Estes subsídios foram-me fornecidos, além dos já por mim reunidos, à gentileza da Prof.ª Darclée Aranha e Srt.ª Astrid Vieira, respectivamente esposa e filha do Biografado e diligências do Dr. Ivan Cintra.)

APRÍGIO DE MENEZES

Uma das figuras mais destacadas do Amazonas, na paisagem social da segunda metade do século, foi o Dr. Aprígio Martins de Menezes, baiano, filho de Olímpio José de Menezes. Formou-se na Faculdade de Medicina de Salvador em 1867, logo viajando para a então Província do Amazonas, fixando residência em Manaus.

Homem de inteligência invejável e muito comunicativo, relacionou-se, em pouco tempo, com a sociedade da terra. Casou-se, entrou na política e no mundo oficial.

Aprígio Menezes era poeta, de quando em vez ilustrando os jornais da Capital. Publicou um volume de versos intitulado "Névoas Matutinas".

São numerosos os seus "Relatórios" apresentados ao governo, no desempenho de Comissões Médicas, em Manaus e no interior. Quase todos são encontrados no volume V, dos "Relatórios da Província do Amazonas". Escreveu ainda um excelente "Almanaque da Província do Amazonas para o ano de 1884", resultado de um concurso promovido pelo governo, de que alcançou o primeiro lugar, tendo sido também concorrente o Capitão Francisco Ferreira de Lima Bacury. Esse trabalho é um valioso documentário para a história de uma época, e valia a pena sua reedição.

A obra mais útil e valiosa é, sem dúvida, a "História do Amazonas", a cujo respeito não se havia escrito coisa alguma. Ocupa-se da região, desde os seus primórdios, dividida em várias épocas, chegando até 1883, quando foi escrita, sendo pela primeira vez estampada naquele Almanaque de 1884.

Aprígio de Menezes foi, na função política, deputado provincial em várias legislaturas. De palavra fácil e grande conhecedor das necessidades do povo, propugnou por muitas de suas reivindicações.

Registra-se ainda que seu nome foi sufragado para Deputado à Assembléia Legislativa do Império, para o período de 1881-1884. Mas, não teve o *placet* da Câmara: outro foi o empossado.

Aprígio de Menezes deixou uma prole marcante de inteligência, cultura e trabalho. Vejamo-la:

a) Celso de Menezes, jornalista, prosador de estirpe. Faleceu ainda moço. Como seu pai, organizador do Almanaque da Província para 1884, ele o fizera para 1896, quando no Governo do Estado o Capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro.

É outro documentário, agora, do período em que Manaus passou pela maior transformação de sua história;

b) Aprígio Martins de Menezes, formado em Direito pela Faculdade de Manaus.

Deputado e Vereador, distinguiu-se no movimento político do seu tempo.

Envelheceu no serviço burocrático da Municipalidade da Capital. Foi o braço forte do governo municipal do Dr. Jorge de Moraes;

c) Olímpio Martins de Menezes, já falecido. Foi professor de Desenho, no Colégio Estadual do Amazonas, cuja cadeira houvera por meio de concurso. Adquiriu sua formação artística em Florença (Itália). Trabalhou na restauração da sala de espetáculo e em nova decoração do Teatro Amazonas;

d) Zulmira Martins de Menezes, falecida. Foi esposa do grande médico e cientista, Dr. Alfredo da Matta.

O Dr. Aprígio Martins de Menezes faleceu em Manaus, sendo sepultado a 19 de abril de 1891 no Cemitério de São João Batista, 14 dias depois da inauguração desta necrópole.

ARAUJO AMAZONAS

Lourenço da Silva Araujo Amazonas nasceu na Bahia a 9 de agosto de 1803 e aí faleceu a 4 de maio de 1864. Não pude saber quem foram seus pais, apesar das pesquisas.

Oficial da Marinha Imperial chegou ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra. Parece-me ter preferido a vida de escritor da geografia e da história da Amazonia, na sua parte compreendida no imenso território da Capitania de São José do Rio Negro, mais tarde Comarca do Alto Amazonas.

No dizer de Ruy Barbosa, "a Capitania gerou a Comarca, a Comarca gerou a Província, a Província gerou o Estado.

Desde a Independência, a Bacia Amazônica permaneceu enclausurada à navegação estrangeira; sendo que a persistência do Governo Imperial, neste ponto de vista, não agradava outros países que faziam parte da Bacia. Tinham razão, nos interesses do comércio exterior, mas, como seu *alter ego*, como se fossem integrantes da Bacia, estavam os Estados Unidos da América do Norte. Eram todos olhares cobiçosos das vantagens comerciais.

Corria o ano de 1848. O então Capitão-Tenente Araujo Amazonas sem cunho oficial, chega para estudar o vastíssimo da Capitania do Rio Negro, não para produzir um Relatório, mas obra exclusivamente sua. Eis como aparece o famoso e raríssimo "Dicionário Topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas", impresso em Recife, em 1852, *in* 8.°, contendo

363 páginas. Este trabalho circulou no mesmo ano da instalação solene da Província do Amazonas. Foi uma obra marcante nos velhos direitos de posse, jurisdição, domínio e soberania daquela grande zona de águas e florestas ubertosas, as mais vastas e ricas do globo.

Quando os Tenentes Maury e Hartl realizaram suas explorações no rio Amazonas, em nome dos Estados Unidos da América do Norte e licendo do Governo Imperial (trabalhos esses de sentido científico, diplomático e comercial, depois publicados), já o "Dicionário Topográfico..." era uma obra pioneira, de extraordinário valor político e administrativo nos seus efeitos futuros, como v.g. o Ato da Abertura do Amazonas à navegação mundial.

Além desse valioso trabalho, escreveu o romance sob a epígrafe "Cimá", que discorre a respeito de hábitos e costumes locais, crenças e crendices, formas de ocupação profissional, festas religiosas, etc. Tem esse livro 258 páginas *in* 8.°. Foi editado em Recife, em 1857. Há anos, encontrei-o numa livraria de alfarrábios. Redigi sobre o seu conteúdo uma explanação que estampei no "Jornal do Comércio" de Manaus, sob a epígrafe "uma exumação literária".

Não menos interessante é o "Dicionário Túpico-Português e Português-Túpico", dividido em duas partes, oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico de que o ofertante era Sócio Correspondente. Esse trabalho ainda está inédito, bem como outras obras.

Araújo Amazonas foi ainda Cavaleiro da Ordem da Rosa e da Ordem de S. Bento e da Ordem de Cristo, de Portugal.
(Fontes subsidiárias: Black, "Dic. Bibliográfico Brasileiro", volume 5, pág. 397; Velho Sobrinho, "Dic. Bio-Bibliográfico Brasileiro, 1.° vol. pág. 335 — Rio, 1937.)

ARAUJO FILHO

Francisco Pedro de Araujo Filho pertence à plêiade dos espíritos mais brilhantes que, de toda parte do País, principalmente do Nordeste, partiram para a Terra da Borracha, a Amazônia, a fim de trabalhar e conseguir as benesses econômicas do progresso, localizando-se em Manaus. Filho de um cidadão de igual nome e Cândida Marreiros de Araujo, de uma honrada família de Goiana (Pernambuco), nasceu a 9 de setembro de 1870.

Araujo Filho, como geralmente era conhecido, fez seus estudos primários naquela cidade, formando-se em Direito na Faculdade do Recife, lá deixando um nome aureolado pelo esplendor

do seu talento e aplicação aos estudos. Casou-se com Francelina Barbosa de Araujo. Da constância do casal, nasceram os seguintes filhos:

Cândida Francisca de Araujo, solteira, enfermeira, professora de artes industriais, falecida em 1959; André Vidal de Araujo, casado, magistrado aposentado na qualidade de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas, professor de Sociologia, ex-secretário do Departamento de Educação e Cultura do Estado, autor de várias obras de sociologia e assistência social; Ruy Araujo, casado, bacharel em Direito, funcionário federal, Vice-Governador do Estado; Gertrudes Gervária de Araújo, casada, farmacêutica; Consuelo Segunda de Araujo Avelino, viúva; Isabel Amazonina de Araujo Mendes, casada; Martim Francisco de Araujo, funcionário federal.

* * *

Araujo Filho era um estudioso. Fez-se polímata, cuja cultura se baseava no latinismo e no helenismo. Persuadem-nos a forma e o fundo de seus discursos, o "élan" dos seus trabalhos literários e os livros abundantes na sua biblioteca.

Se tivesse procurado, não a Terra da Borracha, o que seria uma grande falta para o Amazonas, mas a Terra do Café, teria certamente voejado a montanha, onde pontificam os deuses do pensamemnto e das glórias da erudição.

Araujo Filho deu, no tirocínio da advocacia e no magistério superior, provas de que era profundo conhecedor do Direito Romano: as *Institutas* não lhe passavam de coisas triviais, como um lastro de erudição jurídica.

Na tribuna do Júri, que freqüentemente galgava, sentia-se em posição familiar. Parecia que a altura lhe estimulava a inspiração das imagens ilustrativas dos argumentos. Quando a sala do areópago era abrilhantada com a presença do jurista, no papel da defesa, uma seleta assistência a enchia, não para escutar a sentença, mas para colher, uma a uma, as frases do tribuno, imagem do ateniense coeva de Péricles.

Araujo Filho, em Recife, sentia-se mal, em 1904, indisposto com a política facciosa e feudal de Rosa e Silva. Partiu para o Amazonas, já um homem marcante pela sua constante ação social e partidária ao lado daquele fulgurante espírito que foi Martins Júnior, deixando em Goiana, sua terra natal, fundadas diversas casas de ensino.

Em Manaus, encontrou uma notável *colônia* pernambucana, assim numerosos os seus co-estaduanos ali radicados, que logo o fizeram relacionar-se com a elite da sociedade (1906). Foi o ponto de

partida de uma nova era, na vida de um rapaz que "chegou, viu e venceu", pois ali aportara consagrado pelo talento, pela cultura, pela honradez e disposto a trabalhar por uma terra que o recebia tão fidalgamente. Não visava à política. Sua terra o fizera um descrente. Preferiu os entreveros forenses, as questões sociais, num país de grandes surtos democráticos.

Não lhe faltaram constituintes, o que se patenteia nas múltiplas monografias que fez publicar, algumas em alentados volumes. Como comprovação da assertiva, lembro o trabalho sob o título "Em Defesa", a favor do saudoso Raul de Azevedo, antigo administrador dos Correios do Amazonas, questão em que foi absolvido, defesa essa contendo mais de trezentas páginas. Vale por um tratado de criminologia.

Veja-se ainda um fato comprovante da inteligência e denodo com que Araujo Filho desempenhava as funções que lhe eram confiadas: em Manaus corria a primeira metade de fevereiro de 1910. O talentoso causídico era advogado da Municipalidade de Manaus, tendo como seu auxiliar o Professor Virgílio Barbosa. Deu-se um acontecimento desagradável, embora sem conseqüências funestas: realizava a empresa *Manaus Improvements Limited* grande obra de lançamento da rede de esgotos da cidade. Extensas e profundas valas acompanhavam os eixos das ruas. Uma delas achava-se ao lado Sul do Palácio do Governo do Estado, edifício de propriedade da Prefeitura. O oitão do prédio mostrava várias rachaduras e ameaçava ruir, exatamente no salão em que estava instalada a Secretaria Geral. Foi um corre-corre, pelo perigo iminente de um desabamento. Araujo Filho recebe ordem de, imediatamente, tomar as providências cabíveis no caso de um protesto, pois a origem daquele dano não podia ser outra senão a vala aberta em frente à parede, por aquela empresa. O advogado da Municipalidade agiu com rapidez e sabedoria. Antes de anoitecer, todas as providências, de exame pericial e protesto, estavam tomadas. A empresa pagou quarenta contos de réis por sua inadvertência.

Escreveu também: "Ação de Reivindicação na Defesa do Município de Manaus", na tumultuosa questão com a empresa *Manaus Markets,* livro que mereceu o elogio de Ruy Barbosa, pelo primor da forma e do conteúdo jurídico e histórico.

Disse-me o Des. André Araujo que seu pai escreveu para mais de quinhentos trabalhos menores, dos quais muitos chegaram a ser publicados.

Na imprensa da Capital, foi sempre um colaborador constante, na "Imprensa", no "Amazonas", "Gazeta da Tarde", "O Tempo", na revista "Redenção", etc. Eram seus companheiros

Virgílio Barbosa, Aquiles Bevilaqua, Alcides Bahia, Esmeraldo Coelho, João Barafunda, Heliodoro Balbi, Elviro Dantas, Araujo Lima, Regalado Batista, Benjamin Lima, Genesio Cavalcante, Cássio Dantas, Adelino Costa.

Araujo Filho possuía uma das maiores e selecionadas bibliotecas de Manaus, dentro de cujas estantes refazia-se e aumentava a erudição do intelectual. Nela, encontrava-se um mundo enciclopédico armazenado, pouco e pouco, durante décadas. Lá estavam clássicos latinos e gregos, como juristas nacionais.

Todos os episódios de sua vida social caracterizam-se por um profundo desprendimento das coisas materiais. Não temia os potentados da política.

Segundo pesquisas, influíram no espírito de Araujo Filho, entre outros tratadistas, no campo do Direito, Bovio, Lioy, Michelet, Fouilet, Carle, Pontes de Miranda, Del Vecchio, Soumer, Maine, Cogliolo, Jouffroy, Benthan, Pedro Lessa, Martins Júnior, Acarias, etc.

Da tribuna do Júri, que tantas vezes ocupou e que era a oportunidade dos seus dias de glória, gostava de ironizar os atacantes, sem perder aquela postura de que jamais se despojava.

Trato de um homem que foi um dos maiores amigos do Amazonas. Repetia constantemente que sua terra adotiva era uma das melhores do mundo, sem deixar de ter também seu pensamento voltado para Goiana, de onde saíra em 1904. Faleceu a 18 de maio de 1931, sendo sepultado no Cemitério de S. João Batista.

ARAUJO LIMA

O Dr. José Francisco de Araujo Lima nasceu na Vila de Muaná (Ilha de Marajó), no Estado do Pará, a 9 de maio de 1884, falecendo no Rio de Janeiro, a 11 de junho de 1945.

Foram seus pais o Dr. José Francisco de Araujo Lima e D. Maria Amélia de Mendonça Lima, sendo aquele Juiz de Direito da Capital amazonense, e ela proprietária e regente do Colégio Santa Catarina. Estudou os cursos primário e secundário em Manaus, seguindo após para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Faculdade de Medicina, mantendo-se com um financiamento muito limitado que seus genitores lhe enviavam. De uma feita foi obrigado a parar suas aulas do 2.º ano, pela suspensão de sua mesada. Com inauditos esforços, pode concluir seu curso, regressando a Manaus, onde se dedicou à clínica e ao ensino secundário, no Ginásio Amazonense Pedro II, mediante concurso

(1905). Quando a tradicional casa de ensino festejou o seu cinqüentenário de fundação (1936), todos os lentes foram convidados a dar, em resumo, sua biografia. O Dr. Araujo Lima escreveu: "Fez o curso primário no Colégio Santa Catarina e o secundário, no Ginásio Amazonense. Formou-se em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1902, doutorando-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1912. Diplomou-se em Medicina Tropical, pela Universidade de Paris (1911-1912), conquistando o atestado do Curso de Microbiologia do Instituto Pasteur de Paris. Representou oficialmente o Governo do Amazonas, na II Conferência Brasileira de Educação. Foi inspetor do Ensino Primário do Estado, em 1909 e 1910. Exerceu o cargo de diretor da Instrução Pública do Amazonas, de 1 de janeiro de 1917 a 5 de novembro de 1919. Exerceu o cargo de Prefeito de Manaus, de setembro a novembro de 1924 e de 1 de janeiro de 1926 a 29 de novembro de 1929. Foi eleito deputado federal pelo Amazonas em 1 de março de 1930, exercendo esse mandato até a dissolução da Câmara dos Deputados, em 24 de outubro de 1930. Escreveu os seguintes livros: "Dos culecídios" (tese de concurso) e "Ensaios sobre hemolysinas" (tese de doutoramento), "Questão do Ensino Primário", memória apresentada ao II Congresso Brasileiro de Educação, em 1912; "Capacidade de Testar"; "Falsa Demência", 1912; "Só a Educação Transforma os Povos", 1933; "Amazônia: a Terra e o Homem", 1933. (Extraído do "Anuário" do Ginásio Amazonense Pedro II, número especial comemorativo do cinqüentenário de sua fundação, pág. 11, Manaus, 1936.)

* * *

Conheci o Dr. Araujo Lima desde o seu tempo de rapaz, ainda estudante do ginásio. Em agosto de 1908, encontrei-o no Rio de Janeiro, morando juntos, ele e o seu irmão Benjamin.

Antes de se formar em Medicina, ainda residindo em Manaus, foi nomeado inspetor escolar. No desempenho do cargo, patenteou profundos conhecimentos da Pedagogia e Psicologia aplicada ao ensino primário. Escreveu um alentado volume dividido em duas partes, intitulado "Questões do Ensino Primário". A primeira foi publicada no "Diário Oficial" do Estado; a segunda perdeu-se em um incêndio, à época, nas oficinas desse diário.

Entrou para o Ginásio Amazonense em 1905 tendo conquistado a cátedra de História Natural, mediante memorável concurso em que sua inteligência e cultura mais uma vez se afirmaram brilhantes.

Certa ocasião, eu, professor de Geografia do estabelecimento, passava pela porta do salão de sua aula, versando sobre *célula vegetal*. Fui convidado para entrar, assistindo o resto da explanação. Ao final não pude saber o que mais admirar, se o desenho da célula a giz, no quadro-negro, se a didática do assunto.

Em outras oportunidades, no mesmo ginásio, em bancas de concurso para provimento de docentes, vi-o examinando os candidatos; não mais era uma revelação de inteligência, mas sim uma reafirmação de cultura generalizada.

O Dr. Araújo Lima fez parte da Academia Amazonense de Letras, parecendo não tomar muito interesse pelo Sodalício, não obstante o grande apreço e admiração que dispensava ao seu Presidente, Dr. Adriano Jorge.

Dentro do quatriênio governamental do Dr. Ephigenio de Salles (1926-1929), o Dr. Araujo Lima esteve longamente à frente da Prefeitura Municipal de Manaus, à qual prestou boa administração. Entre outros melhoramentos, alindou os jardins da cidade, que, ao tempo, era um encanto vê-los viçosos e floridos. Muito mais do que a renovação desses logradouros, foi a extinção dos barracos cobertos de palha e até vilas desse jaez, que desfiguravam a "princesa do Rio Negro". Ao lado de palacetes notáveis pela sua arquitetura, lá se achavam desafiando a higiene e dando origem a incêndios.

Como benefício da população urbana, não fique esquecido o "Parque do Tarumã", onde se encontra a linda cachoeira desse rio, adaptando-o a diversões campestras. Chalés abertos, bancos de madeira, barracas típicas passaram a constituir o ponto de atração aos folguedos no seio das águas e da floresta.

Como se não lhe bastassem a clínica e o ensino, o Dr. Araujo Lima foi atraído pela política, em razão do amor que devotava ao Amazonas. Elegeu-se deputado federal no pleito de 1 de março de 1930. Aberta a Câmara Federal, tomou posse do mandato e proferiu o discurso de estréia, cujo conteúdo foi: "O Problema do Alcoolismo". Oração substanciosa, equivalendo dizer erudita e eloqüente, como bem poucas se têm proferido naquela Casa do Congresso. Estampou-a o "Estado do Amazonas", de Manaus, de 12 de agosto de 1934. Nunca se disse tanto, em tão pouco espaço. Como lição de higiene e de moral, valia a conveniência de o governo mandar reeditar esse discurso, em forma de monografia, fazendo-o distribuir nos estabelecimentos de ensino, nas oficinas, nos clubes, máxime onde se reúne a mocidade esperançosa de nossa terra.

O mandato do Dr. Araujo Lima estava com os seus dias contados diante da prepotência. A Câmara fôra dissolvida, por um

golpe de força, ato esse que se estendeu a todos os outros Legislativos. Além dessa violência, sofreu ainda, em Manaus, o confisco sumário de seus vencimentos de professor do Ginásio Amazonense, em atraso, no valor de doze contos de réis, sob o pretexto de que não havia pago aluguéis em que alojava um jornal ("Amazonas"), órgão do partido decaído. Foi vítima da politicagem.

O Dr. José Francisco de Araujo Lima casou-se com a Srta. Branca Machado e Silva, filha do Barão de Machado e Silva, ilustre varão da elite amazonense. Do seu consórcio, provieram três filhos: o Dr. Cláudio de Araujo Lima, casado, notável psiquiatra, publicista e proprietário de afamada clínica; Dr. Ruy de Araujo Lima, médico veterinário e industrial em Belo Horizonte, casado; e Dona Maria Amélia, casada.

ARGEMIRO GERMANO

O Dr. Argemiro Germano, natural da Bahia, nasceu a 16 de julho de 1858, formou-se em Medicina e encaminhou-se para o Amazonas, abrindo em Manaus consultório médico, nos idos da Proclamação da República.

Casou-se com uma das filhas do Coronel Emílio José Moreira, comerciante abastado e, já ao tempo, cidadão de prestígio social e político.

Sem demora, o Dr. Argemiro Germano entra no Partido Democrata Republicano, da chefia do seu sogro.

É eleito deputado à Assembléia Legislativa, cuja investidura sempre foi renovada.

Com o falecimento do Coronel Emílio Moreira, o genro, tendo enviuvado, casa-se com a própria sogra. (Leia-se a biografia do Coronel Emílio Moreira.)

O Dr. Argemiro deixou descendência do primeiro matrimônio. Não consta que tivesse publicado algum trabalho, além de sua tese de doutoramento.

ARISTIDES MAVIGNIER

O Capitão Aristides Justo Mavignier foi uma das figuras de intelectual, de político e de altas relações sociais do Amazonas, na segunda metade do século passado.

Exerceu cargos de importância, destacando-se o de inspetor do Tesouro, no qual permaneceu por alguns anos, dando provas de competência e honestidade.

O relatório que apresentou ao presidente, Dr. Domingos Monteiro Peixoto, como chefe daquela repartição, é uma imagem do estado financeiro da Província, ao mesmo tempo, uma série de sugestões em prol das necessidades do Fisco. Suas ponderações ao Governo não têm laivos de insinuação, mas o cunho da franqueza de um funcionário sem preocupações de agradar, no cumprimento de um dever implícito.

* * *

Aristides Mavignier foi casado com a Srta. Alcina Monteiro Tapajós, uma das filhas do Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós e de cujo enlace nasceram duas meninas.

Conheci-o, quando eu era menino, estudante do curso primário. Vizinhos, residindo à Rua Major Gabriel, em Manaus, pude vê-lo durante alguns anos. Tratava-se de um homem já avançado em idade, alto, magro, acolhedor, de aparência combalida. Realmente, sofria de um câncer na extremidade da língua, de que fôra operado, mas não o privando de falar. Em nova intervenção, ficou privado de pronunciar. Pouco tempo após, falecia, tendo eu assistido ao seu velório.

Aristides Justo Mavignier foi realmente um homem justo, na plenitude desta palavra. Teve sepultura no Cemitério de S. José, mais tarde transferida para o de S. João Batista.

ARISTIDES ROCHA

O Dr. Aristides Rocha nasceu a 9 de agosto de 1882, na cidade de Piracuruca (Piauí) e faleceu, em Manaus, a 12 de setembro de 1950, sendo filho do Coronel José Narciso da Rocha e Dona Maria Emília de Rezende Rocha. Começou os seus estudos em Manaus, indo terminá-los na Faculdade de Direito do Recife, em 1907. Antes, porém, de receber o seu diploma, iniciou o seu tirocínio forense como Solicitador dos Auditórios de Manaus. Terminada a reorganização do Território do Acre, teve sua nomeação para Juiz-Procurador de Cruzeiro do Sul, cargo que não aceitou, preferindo continuar na sua banca de advogado, na capital amazonense.

O Dr. Aristides Rocha parecia infenso à burocracia, qualquer que fosse o cargo público, isto no decorrer de toda a sua vida, a não ser quando se tratava de magistério superior. Realmente, aceitou a cadeira de Teoria e Prática do Processo, na Faculdade de Direito do Amazonas, ainda não federalizada.

Há, no estendal dos esforços para se alcançar esse desiderato, isto é, o *reconhecimento* da Faculdade, um beneditino trabalho

do Dr. Aristides Rocha, consubstanciado afinal, na Lei n.º 924, de 21 de novembro de 1949, que federalizou a Faculdade de Direito do Amazonas. Estava, assim, vitorioso o seu mais abnegado defensor, e, com ele o Estado que escolheu para trabalhar e viver.

Em 1912, o nosso biografado começou a tomar parte nas lides políticas, no seio do Partido Republicano Democrata. Fêz-se redator de "O Tempo", órgão oficial dessa agremiação. Foi eleito deputado estadual, e ganhou prosélitos no seu prestígio político, sendo após, deputado federal e depois senador. Seu diploma fôra contestado, mas habituado à tribuna forense, em plenário, fulminou aos seus adversários: é reconhecido senador da República, indo fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça, considerada a mais importante de quantas.

Em 1924, em virtude da renovação do terço do Senado, é reeleito pelo Amazonas, fazendo parte da *Comissão* dos 21, encarregada de estudar as "emendas" à Constituição.

Nomeado delegado à Côrte de Apelação do Distrito Federal, não aceitou o cargo.

O Senador Aristides Rocha foi atingido pelo ato prepotente do chamado *Estado Novo,* filho bastardo da Revolução de 3 de outubro de 1930, por força do qual o Sr. Getúlio Vargas se fez ditador, sendo um dos seus primeiros atos dissolver todos os Legislativos do País, desde as Câmaras Municipais ao Senado Federal. Uma das vítimas desse golpe de Estado, na qualidade de senador foi o Dr. Aristides Rocha. Algumas das figuras mais representativas, inclusive o Presidente da República, foram deportados para a Europa, estando nesse número o senador pelo Amazonas. Mas logo que este pode retornar à sua terra, fê-lo imediatamente.

O ex-senador, com o consolo de quem fora, apenas, perseguido, mas não vencido, regressa ao seio da família e do seu povo, retomando o seu posto de advogado e professor. E, assim, se conserva bem longe dos entreveros da política, ciência social que nasceu, não para perseguir, mas para bem dirigir os povos no caminho reto da Paz e da Justiça.

* * *

O Dr. Aristides Rocha foi casado com Dona Pergentina de Rezende Rocha, tendo tido os seguintes filhos: Alberto, Augusto e Ariosto de Rezende Rocha, todos formados em Direito, assim advogados e professores, de alto conceito cultural e social.

Por seu falecimento ocorrido na cidade de Manaus, a 13 de setembro de 1950, fizeram-se, por sua memória, grandes manifestações de pesar, destacando-se a da Faculdade de Direito cuja revista notificou o fato largamente. Da reportagem e para valorizar esta súmula biográfica, transcrevo a parte final do noticiário sobre a vida e a obra do Dr. Aristides Rocha:

"Para aquele que fôra deputado estadual e federal, durante sucessivas legislaturas, senador da República, "leader" do Governo, no Senado, no agitado período presidencial de Artur Bernardes, jornalista, tribuno ardoroso e de coragem legendária, que tinha do condor o domínio das alturas e da águia a inteligência penetrante e ágil, para aquele que lutou, sofreu, se cobriu de glórias e de sofrimentos na política, sempre a serviço da Pátria, propugnando pelo seu engrandecimento material e moral, para aquele que foi o romano — em espírito pela sede de luta nos prélios democráticos — na cultura, pela sua soberba formação jurídica, só restaria uma glória maior, porque se eterniza na sucessão das gerações. E essa glória que teve Aristides Rocha, maior que a do preliador nos entreveros cívicos, foi a que lhe reservara o magistério, com as suas atividades na reconstrução desta escola, assegurando o futuro intelectual da mocidade amazônica, que o amava, e realizando trabalho inolvidável para a terra amazonense que fizera sua. E, como os ditames do destino são imperscrutáveis, mal acabava essa luta abnegada, ainda suarento das pelejas sem fim, do bom combate a prol da inteligência e da cultura jurídica, tomba a 12 de setembro de 1950.

Extinguia-se assim o Preliador."

(Subsídios para esta biografia: Observações diretas do autor; I. J. Velho Sobrinho, "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", volume I, pág. 545; "Revista da Faculdade de Direito do Amazonas", n.º 3, ano II, 1955, pág. 23.)

ARISTÓPHANO ANTONY

Nasceu a 24 de maio de 1903, em Manaus (Amazonas), sendo filho legítimo de Leandro Antony e de Maria Ferreira Antony. Seus avós foram: maternos, Miguel Ferreira dos Santos e Maria Ferreira dos Santos, ele natural de Portugal, e ela, do Estado do Rio de Janeiro; e paternos, Luiz Antony e Francisca Antony, ele natural de Florença, na Itália, e ela, do Amazonas. Luiz Antony foi dos mais antigos habitantes de Manaus, de onde saiu para defender o Brasil na guerra com o Paraguai, onde morreu com o posto de coronel, depois de ferido por um estilhaço de granada. O Imperador D. Pedro II, por serviços relevantes, condecorou-o com a Ordem da Rosa.

Antes de ter concluído o seu curso ginasial, Aristóphano Antony, por vocação, já se iniciara no jornalismo, dirigindo um semanário chamado "O Monóculo". Era, também, repórter do "Jornal do Comércio". Freqüentou o primeiro ano da Faculdade de Direito e, depois, o primeiro ano da Escola de Agronomia, cursos que abandonou para dedicar-se, exclusivamente, à imprensa. Nesse mister esteve no Rio de Janeiro, onde trabalhou, seguidamente, nas revistas "Seleta", "Fon-Fon" e nos jornais "Diário Carioca", "Jornal do Brasil" e "O Jornal" e Agência Telegráfica Brasileira, isto de 1927 a 1929.

Regressando a Manaus, em fins de 1929, chefiou a redação do vespertino "O Dia", que elementos amotinados empastelaram na Revolução de outubro de 1930. Constituído o governo revolucionário, foi secretário da Prefeitura Municipal de Manaus, quando Prefeito o Professor Marciano Armond. Deixou, espontaneamente, essas funções, para fundar "O Jornal", órgão da revolução, no qual permaneceu, como redator-secretário, até 1937, ano em que criou o seu próprio vespertino, "A Tarde". Foi obrigado a vender "A Tarde", que há doze anos vinha combatendo os governos trabalhistas. Com o desaparecimento do seu jornal, passou a colaborar diariamente em "A Crítica", sendo depois o articulista de "O Jornal". Seus artigos, sobre assuntos gerais, ou especialmente tratando da política nacional ou internacional, sempre foram assinados, muito lidos e comentados.

Casou-se Aristóphano Antony com a senhora Edail Cordeiro Antony, filha do Coronel Pedro Henriques Cordeiro Júnior e D. Antonia Nogueira Cordeiro, ele Coronel do Exército, chefe, até falecer, da 29.ª Circunscrição do Recrutamento Militar, no Amazonas. Teve o casal os seguintes filhos: Leandro Cordeiro Antony, Juiz do Tribunal de Contas do Estado; José Rogério Cordeiro Antony, funcionário da Fazenda Estadual, e Flávio Cordeiro Antony, bancário; filhas: Maria Eneida Antony de Borborema, viúva do Desembargador José Augusto Teles de Borborema; Ruth Antony Skrobot, casada com o engenheiro civil Gerson Skrobot; Maria Luiza Antony Parente, casada com o bacharel em Direito Raimundo Parente, atualmente deputado federal pelo Amazonas (1968); Maria de Lourdes Antony do Carmo Ribeiro, casada com o Dr. Helso do Carmo Ribeiro, juiz aposentado do Tribunal de Contas do Estado e Ana Rita Antony Cruz e Silva, casada com o funcionário autárquico João Batista Cruz e Silva.

Aristóphano Antony pertencia à Academia Acreana de Letras, à Sociedade Literária dos Amigos de Balzac, de Montevidéu, à Academia Amazonense de Letras, desde 1947, e ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Era um dos sócios mais antigos da Associação Brasileira de Imprensa e sócio fundador da Associação Amazonense de Imprensa, que presidia ao falecer.

Aristóphano Antony deixou, prontos para entrar no prelo, os seguintes livros: "Evocações Sentimentais" (novela); "Política, Democracia e Revolução" (artigos de jornais). Em preparo, o livro "No Turbilhão dos Ventos Tropicais", de crítica literária.

Ganhou a Medalha da Cultura, comemorativa do centenário do nascimento de Ruy Barbosa e as condecorações com os diplomas assinados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e as medalhas Marechal Hermes e Marechal José Caetano de Farias.

Presidiu durante 16 anos, a diretoria do Atlético Rio Negro Clube, agremiação que exponencia a alta sociedade amazonense.

Sob o patrocínio da Academia Amazonense de Letras e da Associação Amazonense de Imprensa, foi lançado a público, postumamente, no dia 21 de novembro de 1968, o seu livro "Sombras e Reflexos".

Aristóphano Antony faleceu em Manaus, no dia 3 de agosto de 1968, fazendo enorme falta, não somente às sociedades a que pertencia, como à própria Manaus, que se acostumara a ver a figura querida do nobre descendente dos Antony.
(Elementos obtidos através do amigo Dr. Leandro Antony, ilustre filho do biografado.)

ARMANDO DE BERREDO

Membro preeminente da tradicional família dos Berredo, do Maranhão, nasceu a 5 de janeiro de 1873. Filho legítimo de Ildefonso de Berredo e D. Joaquina de Berredo.

Estudou na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro). Formou-se na Escola Politécnica, da mesma cidade. Após a conclusão do curso, seguiu para Manaus, onde se fixou e fez concurso para catedrático de Matemática da Escola Normal, hoje Instituto de Educação, cargo esse que ocupou com a máxima competência e brilho, até sua morte trágica, no dia 12 de dezembro de 1912, em conseqüência da explosão da caldeira de uma lancha, no paraná do Careiro.

Armando Berredo era um perfeito didata, pelo método e clareza da dissertação. Nas aulas, o compêndio constituía apenas um auxiliar do programa. Eram largas as suas relações no magistério e na sociedade.

Foi casado com a Sra. Amélia Valle Berredo, de cujo enlace somente nasceu uma filha, D. Sylvia, que hoje é viúva sem descendência.

O Prof. Armando Berredo está sepultado no Cemitério de São João Batista, de Manaus.

ARTHUR CEZAR

O Dr. Arthur Cezar Moreira de Araujo, natural do Estado do Pará, nasceu em Belém, a 17 de agosto de 1868, falecendo a 22 de julho de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Foi seu pai o farmacêutico Abel A. C. de Araujo, fabricante de produtos de farmácia.

O Dr. Arthur Cezar fez o curso primário na sua cidade natal, logo seguindo para Lisboa, onde realizou os estudos secundários.

Retornando ao Brasil, no Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, prestou exame vestibular para matricular-se no curso de Engenharia e, daí, transferido para a Escola do Realengo, onde concluiu o curso de Engenheiro Militar. Foi aluno de Benjamin Constant, cuja filosofia positivista arrastou brilhantes adeptos.

No posto de 2.° Tenente foi servir na Guarnição de Belém e logo mandado para a de Manaus. Já promovido a 1.° Tenente, casou-se com a senhorita Donolina Nogueira Fleury, de cujo enlace surgiram dois filhos: Cézar, médico, clinicando na Guanabara, e Lúcia, esposa do Dr. Augusto Lopes Gonçalves, advogado e escritor no Rio de Janeiro. Posto à disposição do Governo do Amazonas, como coronel, serviu de comandante do Batalhão de Polícia do Estado, tendo assumido o cargo a 14 de agosto de 1898.

Exonerando-se do Exército, incorporou-se definitivamente à sociedade amazonense, dedicando suas atividades de engenheiro e professor ao progresso do Estado.

O Dr. Arthur Cezar — assim era conhecido —, exerceu muitos cargos e comissões, nas quais deixou provas de capacidade e honradez. Dentre suas atividades, além de comandante da Polícia Militar, as seguintes: engenheiro-fiscal das obras do Porto, realizadas pelo "Manaus Harbour Ltda.", Superintendente Municipal de Manaus, de 1899-1902; co-empresário da Empresa Telefônica de Manaus, com José Avelino de Menezes Cardoso e Lourival Alves Muniz; professor catedrático de Matemática e Astronomia do antigo Ginásio Amazonense, provimento efetivo, por concurso; diretor do mesmo ginásio; professor de Matemática e diretor da Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena, de Manaus; engenheiro das obras concluentes do Teatro Amazonas; projeto e construção do arruamento da antiga Vila Municipal, hoje Adrianópolis; projeto e construção do cassino *Julieta*, hoje Cine Guarani; cooperação nos estudos da rede de esgotos de Manaus. Foi sócio-correspondente da Sociedade Astronômica de França. Viajou três vezes à Europa, sendo a terceira quando eclodiu a Primeira Grande Guerra (1914), estando ele na Alemanha. Contou-me as dificuldades que teve para se retirar do país.

Falava correntemente o francês, o inglês e o alemão.

Não se pode deixar de ressaltar sua operosa administração quando Superintendente (Prefeito) de Manaus, no sentido de higiene e ensino. Não esqueçamos, embora não sendo sua obra, a inauguração do Cemitério de São João Batista.

Pode-se dizer, com ufania, que o Dr. Arthur Cezar Moreira de Araujo foi dos maiores vultos do nosso passado, onde sua memória está dignificada nos exemplos de sua inteligência, cultura e bondade.

(Esta biografia é uma colaboração do seu discípulo e amigo, o Prof. Roberval Cardoso.)

ARTHUR VIRGÍLIO

O Des. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro nasceu a 19 de junho de 1886, natural de Pernambuco e era filho do Major Francisco Luiz do Carmo Ribeiro, que foi deputado estadual, e de D. Guilhermina Leopoldina do Carmo Ribeiro.

Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, sendo logo fascinado pelo Amazonas, encontrando apoio no convite que lhe fizera dali, o seu amigo Desembargador J. Cândido Ferreira Lisboa.

Chegando a Manaus em 1905, foi nomeado Juiz Municipal de Moura, daí sendo mandado pelo Governador do Estado para a comarca de Remate de Males, a fim de, ali, apaziguar os ânimos numa contenda entre nacionais e estrangeiros, de cuja missão se desempenhou com êxito. O governador, satisfeito, nomeou-o Consultor-Jurídico da Penitenciária do Estado.

Por motivo de moléstia (polinevrite), adquirida em Remate de Males, viajou para Recife, ali retornando a Manaus em 1912. Passou 25 anos na judicatura do Estado do Amazonas, nas comarcas de Barcelos, Fonte Boa, Boa Vista do Rio Branco e Pôrto Velho.

Com aquele seu espírito de ponderação e sutileza de apaziguar, quer se tratasse da política ou de justiça, o ambiente social

do lugar a que aportasse — passava a ser o exemplo da fraternidade. Para aquele juiz, a brandura, sem detrimento, era uma força. Não consta que alguma vez tivesse apelado para a Polícia, a fim de ver cumpridas suas sentenças.

A comarca de Rio Branco afugentava os magistrados que para ali eram mandados. As conveniências da política de campanário os envolviam em seu arrastão de aço. Arthur Virgílio, graças ao seu jeito de transigir com honra, permaneceu por mais tempo, de lá se afastando para a capital, pois, por ato de 6 de novembro de 1930, foi nomeado desembargador do Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado, pelo então interventor federal Coronel Floriano Machado. Foi o escolhido entre aplausos gerais, como um prêmio à sua cultura e integridade de apóstolo da Justiça. Está ainda muito viva na lembrança de todos a sua atuação de presidente, por várias vezes, da colenda Côrte, sempre engrandecida e a majestade impossitiva do seu valimento, como Poder do Estado.

Na sua cátedra, revestido da dignidade do cargo, não dispensava o protocolo, o ritual da tradição. A 4 de julho de 1946, o respeitável Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, prestou-lhe entusiástica e vibrante homenagem, através da eloqüência do Dr. Waldemar Pedrosa, fazendo parte da comissão consagradora do Sodalício os Drs. Bernardino Paiva, Análio de Rezende, Aristides Rocha, Leopoldo Péres, Manuel Barbuda e Virgílio de Barros. De longe também recebia congratulações honrosas que não o envaideciam — porque sempre envolto em atitude de modéstia e humildade. Note-se a que lhe chegou às mãos, a 9 de julho de 1937, ao deixar a presidência do Tribunal de Justiça Eleitoral, enviada pelo Ministro Hermenegildo de Barros, então presidente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, um longo telegrama de agradecimento pela eficiente colaboração prestada com a relevante caracterização de obra realizada em sua administração, fazendo sentir, com realce *que o Estado do Amazonas fôra o único da Federação em que as eleições decorreram sem o menor incidente, em plena ordem e harmonia entre os poderes.* Tal telegrama era motivo de justa satisfação para o Des. Arthur Virgílio.

* * *

Esse homem nasceu para praticar justiça, pois nele se reuniam a sabedoria, a sensatez e a serenidade. Foi juiz por vocação.

Como se não fosse bastante o expediente das comarcas que perlustrou, abriu colégios — todos com o mesmo nome — "Tobias Barreto", seu grande amigo, para ensinar as primeiras letras, encargo que levava a sério, continuadamente. O seu adstrito

ofício era-lhe um dever cívico e, ao mesmo tempo, uma distração para o espírito.

Homem de cultura sistematizada, quando já localizado em Manaus, os membros da Academia Amazonense de Letras foram buscá-lo para o seu convívio espiritual, o que se realizou a 22 de fevereiro de 1943. Adriano Jorge, então Presidente do Sodalício, havia designado o acadêmico Huascar de Figueiredo para receber o neófito ilustre. Pode-se imaginar o quanto de encantamento, nessa noite estrelada, refulgia dos discursos proferidos, inclusive do discurso do recipiendário. Raras vezes, como aquela, o areópago se vestira de tantas galas e a assistência se emocionara com semelhantes belezas tribunícias!

* * *

Os homens de talento, despidos de egoismo, admiram-se e estimam-se: é o caso de Arthur Virgílio em relação a Tobias Barreto, a quem chamara, certa vez, de poliglota, autodidata, filósofo, poeta, crítico científico, literário e artístico, jurisconsulto, orador, jornalista, advogado, polemista, professor, parlamentar, musicólogo. No seu trabalho intitulado "Tobias Barreto" (inserto na Revista da Academia Amazonense de Letras, n.° 3, de set. de 1955, pág. 73), o Des. Arthur Virgílio revelou-se um fotogenista de rara habilidade. No seu discurso de recepção, consagrou-se um letrado de altos remígios. Suas credenciais patentearam a largueza dos pensamentos de um mestre.

É certo que não nos deixou livros, folhetos e provas de vivência nos jornais. Sua bagagem literária é bem pequena, se não levarmos em conta os seus trabalhos jurídicos de 25 anos de magistratura.

Um episódio comprobatório do equilíbrio emocional e da educação do casal foi presenciado por mim, em dia de festa na residência da família. Vários amigos conversavam com o Desembargador e senhora, quando, no outro salão, caiu uma bandeja com o som característico de copos de cristal. Os donos da casa não fizeram o menor gesto de surpresa ou um olhar visando o local do acidente, continuando a conversa no mesmo tom de serenidade. Jamais vi tanta educação e imperturbabilidade.

* * *

No âmago daquela serenidade de Arthur Virgílio, morava uma energia de comando.

Conta-se que, em certa ocasião, o Juiz de sua comarca, presidindo o Tribunal do Júri, observou a insistência do promotor em defender o réu. Não se podendo mais conter, e, em voz enérgica e solene, declara: "Levanto por um momento a sessão por-

que a Justiça está sem defesa." Minutos depois era outro da promotoria e reaberta a sessão. Não importa saber do resultado final do julgamento; o certo é que o Juiz cumpriu o seu dever, naquela emergência em que a Lei estava em perigo.

O Des. Arthur Virgílio era um espírito liberal, uma consciência pura, envolvido no plano de uma filosofia baseada na liberdade, na igualdade e na fraternidade de todos os homens, independente de cor ou de credo religioso. Foi com esta mentalidade que o magistrado insigne ingressou na Ordem Maçônica.

Por muitos anos, foi um dos seus maiores e mais veementes cooperadores. Por seu talento e serviços prestados, galgou todos os graus e dignidades, sendo o Grande Orador da Assembléia Geral.

Ao centenário do nascimento do Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, a 23 de novembro de 1953, houve uma comemoração de caráter cívico e popular, promovida pela Maçonaria, em homenagem à memória daquele ex-Grão Mestre, tendo sido o orador da cerimônia o Des. Arthur Virgílio.

* * *

Foi casado com a Sra. Luiza da Conceição do Carmo Ribeiro, deixando os seguintes filhos: Dr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, senador da República, casado com a Professora Isabel Vitória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro; Dr. Helso do Carmo Ribeiro, Ministro aposentado do Tribunal de Contas, casado com a Sra. Maria de Lourdes Antony do Carmo Ribeiro; Dra. Olga do Carmo Ribeiro Marques, diretora aposentada da Secretaria do Tribunal de Justiça, casada com o Dr. Milton Nogueira Marques, Tabelião de Notas; Professora Maria Luiza do Carmo Ribeiro de Souza, funcionária do IPASEA, casada com o Dr. Milton Figueiredo de Souza, advogado; Solange do Carmo Ribeiro Rodrigues, funcionária do Departamento de Estradas de Rodagem, acadêmica de biblioteconomia, casada com o acadêmico de Medicina e funcionário da FUA, Sr. Francisco de Assis Régis Rodrigues.

O Des. Arthur Virgílio aposentou-se na qualidade de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas.

Faleceu a 14 de setembro de 1956.

(Biografia articulada com subsídios fornecidos gentilmente por pessoa da família e por observações de mais de 30 anos de admiração e amizade.)

ASTROLÁBIO PASSOS

O Dr. Astrolábio Passos antecipou-se ao grosso da turma que, ao findar do século passado, penetrou a Amazônia na ânsia de trabalhar e vencer, direta ou indiretamente, na oportunidade da valorização da borracha. Isto em agosto de 1895. Além de pioneiro, um dos mais distintos. Desde sua chegada até seu falecimento, decorreram 31 anos de dedicação à sua nova terra. Sua biografia está feita desde 1933, pelo saudoso Prof. Paulo Eleutério Álvares da Silva, um dos seus maiores conhecedores e amigos. Ninguém poderia traçá-la melhor. Esse trabalho, de inteligência e de coração, foi-me oferecido pelo Dr. José de Freitas Passos, ilustre filho do homenageado. Com a devida venia, transcrevo aqui alguns subsídios, atualizando-os, da aludida peça literária: "Notas biográficas do Sr. Astrolábio Passos".

Nasceu o ilustre piauiense em Jeromenha a 18 de dezembro de 1862, sendo seus pais o Farmacêutico Major Honório dos Passos e D. Maria Isaura de Souza, casados a 28 de janeiro daquele ano.

Falecendo D. Maria Isaura a 1.º de janeiro de 1870, passou o menino Astrolábio a conviver com a família de sua bisavó, D. Marta Ferreira de Souza, na Fazenda Anhumas, pelos cuidados de duas tias, uma das quais Ana Maria de Souza, que chegou a ser sua madrasta, por haver contraído matrimônio com o Major Honório, em 12 de novembro de 1872.

Na idade de 14 anos, o jovem Astrolábio seguiu para o Maranhão onde foi estudar no Colégio do Professor José Ribeiro do Amaral. Deixando em 1880 o colégio, passou a residir com outros colegas, entre os quais Alarico Alves da Costa, de Caxias; Hygino Cunha, de S. José de Matões, e Justino Moura, de Oeiras.

No ano seguinte deixou S. Luís, continuando a estudar preparatórios em Teresina, residindo em casa do seu tio Justino José de Freitas. Freqüentou depois os colégios do Professor João Costa e do notável educador piauiense Miguel Borges.

Terminando em 1882 os preparatórios no Liceu do Piauí, seguiu para a Bahia no ano seguinte, tendo ido antes a Jeromenha, em visita aos seus.

Um ano depois, matriculado na Faculdade de Medicina, o acadêmico Astrolábio Passos, enfermo de beribéri, teve de regressar ao Piauí, não sem dificuldades para o próprio transporte, pois a "mesada" fôra suspensa em virtude do precário estado de saúde e negócios do seu genitor, em Jeromenha.

Mas, ao chegar ao Recife, teve benévolo acolhimento por seu tio José Manoel de Freitas, que estava no Governo de Pernam-

buco, sendo o moço enfermo hospedado em Palácio, onde se restabeleceu. Indo assumir a presidência do Piauí o Dr. Raymundo Teodósio de Castro e Silva, acompanhou-o Astrolábio, que, do Maranhão, se transportou para Jeromenha onde encontrou Honório dos Passos, seu pai, gravemente enfermo e de quem o jovem, então segundanista de Medicina, foi desvelado enfermeiro até o seu último dia, 3 de novembro de 1884.

A morte de Honório dos Passos quase determinou Astrolábio abandonar seus estudos, pela bem pouca pecúnia que lhe deram para mantença. Depois de uma série de dificuldades felizmente vencida voltou à Faculdade da Bahia, onde logrou continuar seus estudos. Nesse Estado, entrou para a clínica interna de um hospital, conseguindo boa classificação nos trabalhos de médico-cirúrgico.

Afinal doutorou-se em Medicina e Cirurgia em 1889, ano da República.

Por ocasião de ser executada a Lei Áurea, que redimiu todos os escravos, o Dr. Astrolábio tomou parte nas grandes festas que se realizaram em Salvador, pois era um dos mais fervorosos abolicionistas.

Volvendo ao Piauí, contraiu núpcias com D. Ana Regina de Freitas, filha do notável jurista Dr. José de Freitas. Desse consórcio houve apenas um filho, José de Freitas Passos, natural do Amazonas e que se formou em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus (turma de 1933), rapaz inteligente e culto, atualmente alto funcionário da Alfândega de Santos (S. Paulo). O Dr. Astrolábio Passos andou clinicando no seu Estado natal, no Piauí e no Maranhão.

Afinal, resolveu fixar-se em Manaus, onde chegou a 21 de agosto de 1895, sendo nomeado para o Instituto de Artes e Ofícios. No exercício de sua profissão, percorreu várias cidades do Baixo-Amazonas e a extensa região do Rio Madeira.

Em 1898 fez uma viagem à Europa a fim de especializar-se em Ginecologia e Obstetrícia, realizando cursos com sumidades de então, nos hospitais de Paris e Viena visitando cidades e instituições da França, da Áustria e de outros países. Em julho desse último ano regressou à Manaus.

Tendo sido extinto, em 1899, o Instituto de Artes e Ofícios, foi o Dr. Astrolábio nomeado médico do Instituto Benjamin Constant, de que veio a ser Diretor em 1920, até meses antes do seu falecimento, em 1926.

Ainda outros cargos técnicos exerceu, entre os quais o de Médico Legista da Segurança Pública, Inspetor Sanitário Municipal de Higiene Pública do Serviço Federal de Profilaxia do

Amazonas. Um dos cargos que também ocupou foi o de Diretor do Museu Botânico do Amazonas, quando dele se retirou o grande brasileiro Barbosa Rodrigues, logo ao ser proclamada a República.

Em 1899, fundou, com outros colegas, a antiga Sociedade de Medicina e Farmácia de Manaus, redigindo a então "Revista Médica do Amazonas".

Em 1909, a 17 de janeiro, fundou a Escola Universitária Livre de Manaus, pródromo da atual *Universidade*, ainda em estado de crisálida, mas despertando grandes esperanças.

O Dr. Astrolábio Passos encontrou no Engenheiro Eulálio Chaves um grande irmão de ideal, quando pensou em dar ao Amazonas uma Universidade, ao tempo em que ainda não existia nenhuma no Brasil.

A fundação da Escola Universitária foi o maior e mais radioso acontecimento, de sentido cultural de toda a vida do notável ginecologista, embora a instituição tivesse tido uma existência precária.

O Dr. Astrolábio Passos foi sucessivamente seu Reitor desde 1909, sustentando o seu funcionamento com os magérrimos recursos que possuía a Escola. Pode-se dizer que ela desapareceu com a sua morte. Mas oficialmente, a obra do grande médico persistiu até a federalização da Faculdade de Direito do Amazonas, em virtude da Lei n.° 924, de 21 de novembro de 1949.

A antiga Escola Universitária Livre de Manaus passou a ser simplesmente Associação Vulgarizadora do Ensino, sombra melancólica que, para não receber um epitáfio, deram-lhe outro nome.

O Dr. Astrolábio, anos seguidos, trabalhou nos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia e da Sociedade Beneficente Portuguesa, sendo de ambos Sócio Benemérito, com aposição do seu retrato nos respectivos salões nobres.

Depois de um curso de especialização no Instituto Pasteur de Paris, fundou idêntico em Manaus. Somente nos últimos dez anos de sua vida, consagrou-se também à política, tendo sido deputado à Assembléia Legislativa do Estado. Foi um representante modesto, mas eficiente. Como homem de ciência e cultura literária e humanista, pertenceu à Sociedade de Geografia de Lisboa, à Sociedade Médica e Cirúrgica do Pará, Estado de cuja Faculdade era professor honorário. Era sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, do qual foi fundador. E, assim, de várias outras instituições nacionais.

O Dr. Astrolábio Passos faleceu em Manaus, 14 de agosto de 1926, sendo sepultado no Cemitério de S. João Batista. Cari-

tativo, trabalhador, desprendido de bens materiais, amigo da terra e de sua gente, foi um Benemérito do Brasil.
(Extr. da "Galeria dos Piauienses Ilustres", inserta no *Almanaque da Paraíba para ano de 1933* — autoria do Dr. Paulo Eleutério Álvares da Silva e informações do Dr. José de Freitas Passos, filho do biografado.)

AUGUSTO LINHARES

O Dr. Augusto Linhares nasceu em Baturité, no Estado do Ceará, a 24 de novembro de 1879, sendo seus pais Francisco Alves Linhares e D. Josefa Caracas Linhares.

Fez o curso de humanidades em Fortaleza, indo para Salvador (Bahia), onde realizou parte do curso de Medicina, concluindo-o na Escola do Rio de Janeiro, em 1902. Nesta capital, foi interno de Hospital e trabalhou em Manguinhos, na época de maior atividade gloriosa dessa instituição científica.

Viajou pelos Estados Unidos e pela Europa, especializando-se em cirurgia plástica, em cuja aplicação conseguiu tornar-se proficiente, um dos precursores no País.

O Dr. Augusto Linhares viajou para Manaus, na primeira década do século, no período áureo da prosperidade econômica do Amazonas, aí tendo conseguido amealhar pequena fortuna.

Durante anos, vio-o no seu afã diário, ao lado de Vivaldo Lima, Theógenes Beltrão, Jorge de Moraes, Madureira de Pinho e outros colegas.

Nunca se aproximou da política.

Contraiu matrimônio, em Fortaleza, com D. Palmira Frota, em 27 de junho de 1906 e continuou a clinicar em Manaus, ainda por algum tempo.

O Dr. Linhares foi um intelectual e um erudito. Para prová-lo, aí estão algumas de suas obras:

"A Febre Tifóide no Rio de Janeiro" — 1903; "Mesologia de Manaus", publicada por ocasião de seu desempenho nas funções de membro da Comissão de Saneamento daquela capital; "Climatologia do Amazonas"; "Orações Acadêmicas", Rio, Lito-Tip. Fluminense (50 páginas); "Oração ao Apóstolo"; "José de Alencar", ensaio; "Cura da Gagueira da voz eunucóide"; "Perturbações da palavra e da voz pela Ortofonia" (monografia); "Dúvidas e Afirmações" (polêmica); "Bom Humor" (discurso); "Voltando ao Columbário"; "Educação das Crianças Nervosas"; "Adeus ao Mestre" (discurso); "Nos domínios da Cirurgia estética, plástica e reparadora" (conferências); "Aspectos da Civilização Americana" (conferência); "Jubileu profissional de um Mestre: Moura Brasil"; "Manual de Cirurgia Plástica".

* * *

Um fato interessante, mas não singular, ocorreu na vida do Dr. Augusto Linhares, na cidade do Rio de Janeiro, fato que me foi relatado por um dos seus amigos: Quando, há cerca de quarenta anos, saíra definitivamente do Amazonas, para fixar-se na Capital Federal, adquiriu, por compra, um lote de terras completamente baldio de habitação, mas ocupado por floresta, fazendo frente para a Lagoa Rodrigo de Freitas, onde é, hoje, a *Favela da Catacumba*. Ali, construiu, numa das extremidades, um prédio, para sua residência, no qual morou por muitos anos.

Mas, em pouco, a grande área foi assaltada e coberta de casebres, constituindo a favela de nome tão bizarro. O proprietário reclamou em tempo e pela forma de Direito: nada conseguiu, tendo até se retirado do lugar, por estar ameaçado de morte naquela dolorosa conjuntura, e de não mais reaver o que era seu, perdendo ainda a tranqüilidade no fim da vida. Esta passagem, triste como o ambiente de uma catacumba, ajusta-se como episódio que não deve ser olvidado na biografia de um cidadão que ilustrou seu caráter na honestidade, sua inteligência na cultura e no trabalho. E em vez de recompensa, ainda teve um lamentável prejuízo.

Porém, o Amazonas não esquecerá o seu amigo.
(Leia-se: J. F. Velho Sobrinho, "Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro", volume I, letra A, pág. 658 — Rio — 1937.)

AURÉLIO AMORIM

O General Aurélio de Amorim nasceu em Manaus, a 14 de agosto de 1869 e faleceu no rio de Janeiro a 11 de novembro de 1952. Era filho do Comendador Alexandre Paulo de Brito Amorim e de D. Amélia Brandão de Amorim. Tendo feito os seus primeiros estudos em Manaus, cursou mais tarde as Escolas Militares do Rio e de Porto Alegre, saindo 2.º Tenente em outubro de 1890, obtendo o grau de bacharel em 1899. Em 1912 formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio. Fez todos os cursos militares e exerceu importantes comissões obtendo todas as promoções por merecimento, até ser reformado em 1933, como General de Divisão. Dedicando-se à política, foi Deputado Estadual no Amazonas de 1901 a 1903 e Deputado Federal de 1903 a 1915, tendo sido membro da Comissão de Obras Públicas e líder da bancada amazonense. Deixou publicados diversos pareceres e um trabalho

intitulado "Instrução para a bateria alta de abuzes 280m/m e tubo Redutor 105 m/m L 20". Possuía várias medalhas militares e era sócio de diversas instituições científicas e de benemerência.

Era casado com D. Júlia Pego do Amorim e deixou os seguintes filhos: D. Maria Amorim Joviano, esposa do Dr. Rômulo Joviano; D. Aurélia Amorim Mendes de Morais, viúva do Sr. Clóvis Mendes de Morais; D. Jacy Pego do Amorim de Azevedo, esposa do Sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo, Dr. Armando Pego do Amorim e Sr. Mário Pego do Amorim. Foi Procurador e depois Provedor da Irmandade Santa Cruz dos Militares, na qual, re-eleito várias vezes, foi distinguido com o título de Benemérito. Tomou parte na defesa da cidade do Rio Grande, durante a revolução contra Floriano Peixoto.

AURÉLIO PINHEIRO

O Dr. Aurélio Valdemiro Pinheiro, natural de S. José do Mepibu (Rio Grande do Norte), nasceu a 28 de janeiro de 1882. Filho do Major Manoel Onofre Pinheiro e D. Maria Barbosa Pinheiro, estudou preparatórios no Ateneu Norte-riograndense de Natal, ao mesmo tempo em que colaborava em jornalzinhos de estudantes. Cedo, portanto, demonstrou sua inclinação para as letras, patenteando brilhante inteligência e imaginação. Concluindo seus estudos de humanidade, seguiu para Salvador, em cuja Faculdade de Medicina se formou, no destaque de uma aplicação além da comum.

Regressou a Mepibu, logo passando a Macau, exercendo a clínica e ao mesmo tempo escrevendo no jornal "Mossoró", da cidade deste nome, dedicando-se ao gênero novelas, quando produziu "Filosofia de um gato". Colaborou, também, no periódico "A República", de Natal.

Transferiu-se para o Amazonas, indo clinicar em Parintins, onde se casou com D. Izabel de Menezes Pinheiro, a 3 de setembro de 1930. Mais tarde, transferiu-se para Manaus, onde abriu consultório.

Enviuvando, convolou núpcias com a senhorita Dulceída Durand, filha do Prof. Coriolano Durand.

O Dr. Aurélio Pinheiro jamais deixou de colaborar nos diários da Capital, ao mesmo tempo escrevendo livros, alguns sobre o Amazonas, dentre os quais "Gleba Tumultuária", "Cenas e Cenários do Amazonas", e "À Margem do Amazonas", obras que se lêem com agrado, pelo que contém de instrutivo e pela amenidade da linguagem. Encerram páginas verdadeiramente antológicas que mostram a acuidade na percepção e registro dos

fenômenos psicológicos. Assim, quando define o caboclo, na pessoa do seringueiro: "O seringueiro é um tipo intrinsecamente amazônico, um tipo que só o Amazonas — com a originalidade do seu *habitat* e dos seus fenômenos sociológicos e telúricos — poderia criar, como o deserto criou o beduíno e a Groenlândia, o esquimó. Só o Amazonas, nenhum mais, teria o privilégio de plasmar essa original personagem onde desabrocham todos os instintos, onde se entrecruzam a maldade feroz e a comovente bondade, e onde surgem singularmente a rudeza dos trogloditas e o equilíbrio do civilizado.

Em verdade, o homem é a projeção física e moral da sua terra e do seu meio. Todas as causas geológicas, políticas e econômicas vão lentamente formando a sua personalidade que se confundirão numa perpétua solidariedade." ("À Margem do Amazonas", pág. 20.)

* * *

O Dr. Aurélio Pinheiro pretendeu ingressar no Corpo Docente do Instituto de Educação do Amazonas, visando a cadeira de Pedagogia Aplicada, então vaga e posta em concurso. Não sei se chegou a inscrever-se, mas preparou a *Tese*, que, pronta, versava sobre "Fatores Psicológicos da Educação", trabalho esse que deu um alentado opúsculo. O Dr. Aurélio Pinheiro desistiu do empreendimento — disse-me —, "por motivo superior à sua vontade".

Faleceu, em Niterói, em novembro de 1938.

AVELINO CARDOSO

José Avelino Cardoso ou simplesmente Coronel Avelino Cardoso, como era conhecido, nasceu a 12 de maio de 1871 em Belém do Pará, falecendo, em Manaus, a 20 de setembro de 1940, sendo sepultado no Cemitério de S. João Batista.

Filho de um livreiro português, e de mãe brasileira, partiu, com 7 anos de idade, para a vila de Peniche (Portugal), onde fez o curso primário; passando para Lisboa, no afamado *Colégio de Campo Lide*, estudou e obteve o Diploma de Guarda-Livros.

Com o falecimento do pai, Avelino Cardoso regressou à pátria, rumo a Manaus, em 1893, onde foi logo chamado para o serviço de diversas firmas comerciais. Casou-se em 1897 com Mirandolina Nogueira, filha de Manoel Nogueira da Fonseca, advogado e Secretário da Província, nos últimos anos da Monarquia. Atendia também pelos nomes *Zé Cardoso* e, mais tarde, Coronel Avelino Cardoso. Jamais, porém, pertenceu à Guarda Nacional. Dizia, gracejando, como a patente lhe fora dada por "aclamação".

Era tido, em Manaus, como de nacionalidade portuguêsa, pois ao atravessar o período da adolescência em Lisboa, adquirira, sem o perceber, o "sutaque" da gente lusitana, coisa que jamais pôde perder.

Avelino Cardoso foi um pioneiro e um prosseguidor. A ele se devem diversos empreendimentos notáveis. Vejamos alguns.

Lembremo-nos da *Empresa Telefônica de Manaus,* tendo como co-proprietários os Engenheiros Arthur César Moreira de Araújo e Lourival Alves Muniz, que a receberam do dentista Heliodoro Jeramillo em estado incipiente e, pouco tempo depois, possuía uma rede transmissora de quatrocentas linhas. É óbvio afirmar que a parte econômica estava entregue ao sócio Avelino Cardoso.

Um outro empreendimento desse homem de inteligência de largo descortínio, mais interessante no seu sentido cultural e patriótico foi, sem dúvida, a *Amazônia Cine Film,* contendo em seu seio, além de Avelino, o cinematografista Silvino Santos, Evaristo de Almeida e outros capitalistas. Teve por escopo filmar aspectos da natureza e atos de trabalho e costumes populares, desde a ilha de Marajó até ao Pungo de Monseriche, no Peru: um filme de grande metragem e de interesse mundial.

Aos 60 anos de idade, José Avelino, para fulminar o secular monopólio da cultura do Guaraná em Maués, ensaiou à sua custa um *viveiro,* cujo resultado não chegou a assistir. E, assim, outros ensaios, embora sabendo que não teria vida para constatar os resultados. Colaborou, com Cláudio de Mesquita no plantio do *Seringal Miri,* tentativa de ensaio que ainda existe em um dos subúrbios de Manaus.

Foi um dos fundadores da *Sociedade Amazonense de Agricultura*. Seu nome se ligou a outros cometimentos, inclusive sociedades recreativas, sem esquecer o *Nacional Futebol Clube*.

Com o Des. Gaspar Guimarães, Raymundo Pinheiro (o Pinheirão), Chrysólogo Gastão de Oliveira, em Manaus, fundou o *Tiro Infantil,* que chegou a ter mais de 300 crianças, de 6 a 11 anos, sendo que, entre esses *militares de cueiro,* apareciam Avelino e Roberval, filhos de José Avelino, comandados pelo coronel Ivan Guimarães.

O biografado desta página foi o primeiro agricultor, no Amazonas, a empregar *moto-mecanização,* na fazenda "Veatuba", no paraná da Eva, no governo Bacellar. Foi chefe de Contabilidade dos Serviços Elétricos do Amazonas e Secretário Efetivo da Associação Comercial do Estado. Fundador do jornal "O Tempo".

Era um profundo conhecedor da arte fotográfica. O casal Avelino-Mirandolina era muito relacionado, sendo constantemente sua residência freqüentada por gente de elite e por visitantes ilustres, como Carlos Chagas, Adolpho Duck, Hamilton Rice, Almirante Guilhobel, Paulino Chaves, Vila-Lôbos, Suzana Negri, etc. Foi um nobre espírito que deu o máximo que podia ao Amazonas. Em Manaus vive sua filha, a compositora e intelectual Ilcia Cardoso.

(Esta biografia é o resultado de uma colaboração obsequiosa do Prof. Roberval Cardoso, filho do biografado, bem assim de uma longa observação, de quase 50 anos.)

AYRES DE ALMEIDA

O Dr. Antônio Ayres de Almeida Freitas nasceu em Salvador (Bahia), em 3 de maio de 1872, tendo falecido, no Rio de Janeiro a 25 de maio de 1932.

Foram seus pais Salvador Ayres de Almeida Freitas e D. Rita de Cássia Ayres de Almeida ambos naturais da Bahia, sendo seu pai Inspetor da Alfândega do Estado. O Dr. Ayres de Almeida fez os seus estudos na sua cidade natal, diplomando-se em Medicina a 12 de dezembro de 1898, sendo seu curso assinalado por notas distintas e consagradoras de uma alta inteligência e grande preparo. Foi casado com D. Dalila Ayres de Freitas, filha do Coronel João Gualberto de Freitas, proprietário de engenho de açúcar, em S. Amaro.

O casal teve os seguintes filhos: Jorge, Cronge e Yolanda, falecidos em Manaus; Amadeu, casado, falecido no Rio de Janeiro, em 1948, e Newton Ayres de Almeida Freitas, representante comercial, residente em São Paulo.

O Dr. Ayres de Almeida era um homem ávido de saber. Viajou a França, onde, em Paris, freqüentando a *Sorbone,* conquistou os Diplomas em Leprologia, Sifiliografia e Dermatologia.

Ao regressar ao Brasil, dirigiu-se para Manaus, aí chegando em agosto de 1900. Foi atraído pela política e pela função pública. E, assim, vemo-lo Prefeito da Capital e, mais tarde, Deputado Estadual, tendo ocupado o lugar de Presidente do Legislativo.

Dedicou-se à sua profissão, para o que não lhe faltavam clientes. Em 4 de dezembro de 1909, criada a Universidade Livre de Manaus, foi nomeado catedrático de Clínica Sifilográfica e Dermatológica da Faculdade de Medicina e Farmácia, cujo Diploma a família conserva. Além disso, foi chefe do Serviço de Lepra, Provedor e Médico da Santa Casa de Misericórdia de

Manaus. Conta-se que entre numerosos casos de mal de Hansen, alguns foram totalmente curados.

Quando, em 1924, se deram graves movimentos revolucionários (Revolução Ribeiro Júnior) em Manaus, aí aportando, no "Baependi", o General João de Deus Mena Barreto, mandado pelo governo Federal para repor as coisas nos seus lugares, Ayres de Almeida esteve em maior evidência, não porque fosse um revolucionário ou contra-revolucionário, mas pelo fato de o General-Comandante supremo da Expedição Militar, freqüentar-lhe diariamente sua residência, tendo poderes absolutos para resolver a situação anormal do Estado. Constou, na época, e, agora, tenho a confirmação escrita, de haver Mena Barreto convidado Ayres de Almeida, para ser o Interventor do Amazonas, o que recusou, declarando que somente um homem completamente estranho à terra e à sua gente poderia estar em condições de o realizar; ele não, pelas inúmeras ligações de apreço e amizade.

* * *

A respeito de seu saudoso pai, conta-me o seu filho, Senhor Newton Ayres de Almeida Freitas, em carta de 12 de fevereiro (1967), o seguinte: "Ocorre-me um episódio da vida profissional do meu pai que me era constantemente lembrado pelo Des. Paulino de Mello, contemporâneo e testemunha do mesmo: realizava-se em Paris, em 1912, um Congresso Médico integrado pelos mais preeminentes Professores da Europa, quando, encontrando-se meu pai naquela Capital, foi convidado a dele participar, vindo a ser eleito seu vice-Presidente. Segundo o Des. Paulino, não quis meu pai que se divulgasse o fato, dele tomando conhecimento apenas os brasileiros que lá se encontravam. Esse procedimento, aliás, era um traço do seu caráter".

Eis aí, um homem que serviu o Amazonas durante 31 anos de vida edificante, no plano da inteligência, da cultura e da probidade. Dos seus esforços, há uma pedra branca, esquadrejada, no monumento do Progresso do Amazonas.

(Esta biografia foi fundamentada em observações pessoais de muitos anos e informes do Dr. Newton Ayres de Almeida Freitas, filho do biografado.)

AYRES MARINHO

O Prof. Pedro Ayres Marinho, natural do Pará, descendeu de pais humildes, trabalhadores e bem relacionados.

Talentoso, possivelmente ajudado por parentes e amigos, foi mandado para a França, onde, em Rennes, se bacharelou em

Letras, estudando também Belas-Artes, pela respectiva Escola de Paris, destacando-se em Música aplicada ao piano.

Depois de permanecer algum tempo em Paris, regressa à Manaus, exatamente numa época em que todos, governo e particulares, tinham suas vistas voltadas para o ensino. Assim é que, amparado pela Assembléia Legislativa da Província, se cria o *Colégio Santa Rita,* de responsabilidade e direção de D. Raymunda Rodrigues de Almeida Magalhães, fundado em 2 de janeiro de 1879. Reforma-se o ensino secundário, aumentando-se-lhe o número de cadeiras. Dota-se a Capital, de uma escola noturna, para adultos.

Pedro Ayres, nesse momento propício, começa a sua vida magisterial, valendo-se da variada cultura que trouxera da França.

O Presidente da Província nomeia-o para a cadeira de Aritmética e Geometria Plana, da Escola Normal, recém-organizada. A Diretoria do Colégio Santa Rita chama-o para o seu estabelecimento, a fim de ensinar Aritmética.

Pedro Ayres também dava aulas particulares a *preparatorianos.* O dinâmico e apreciado mestre entendeu ampliar seu afã, num âmbito de maior descortínio. E o fez, com a designação de *Colégio Marinho,* que foi inaugurado a 29 de junho de 1881, com sede na Rua 24 de Maio, exatamente no local em que hoje se cruzam aquela via pública e a Avenida Eduardo Ribeiro, de Manaus.

O estabelecimento nasceu sob fagueiros auspícios, pois, no ano seguinte, sua matrícula se elevava a 65 alunos. Mas, outro colégio, ali perto, já estava a funcionar: era a *Escola Nicolau Tolentino,* de notável eficiência. Ou porque suas taxas de mensalidade fossem mais módicas ou porque os castigos se mostrassem mais ferozes, o certo é que o Colégio Marinho começou a decair. Que o diga a respeito o meticuloso e competente historiador amazonense Prof. Júlio Uchôa: "O *Colégio Marinho* não teve longa existência. Os fados lhe foram adversos. Pedro Ayres Marinho que fazia da profissão um verdadeiro sacerdócio, não se quedou inativo, porém, assim, vemo-lo, em janeiro de 1888, à frente da aula de preparatórios, lecionando de 9 às 12 horas, de todos os dias úteis. A mensalidade era de dez mil-réis para os alunos de preparatórios e vinte mil-réis para os candidatos a emprego público." ("Flagrantes Educacionais do Amazonas de Ontem", pág. 109.)

Certo dia, estando à frente dos destinos do Amazonas o Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcellos Chaves, foi o Prof. Pedro Ayres Marinho *demitido a bem do serviço público e moralidade*

do ensino, da cadeira de Aritmética e Geometria Plana, da Escola Normal, em 29 de março de 1885.

O Prof. Júlio Uchôa, comentando este ato, no seu citado livro, declara: "Desconhecemos qualquer nota ou declaração oficial do governo justificando tão estranha atitude. É possível que a demissão de Pedro Ayres Marinho fosse, em última análise, um caso político, como outros que surgiram na administração de Ernesto Chaves." (Obra cit., pág. 165).

A demissão de Pedro Ayres não foi um caso político, mas especificamente policial. O chefe da Província agiu com a razão, energicamente, uma vez conhecido o procedimento do servidor público.

É que Ayres Marinho, inadvertidamente, havia penetrado na residência de certa família da cidade, alta hora da noite, sendo apanhado em flagrante pelo dono da casa, que o espancou e o sacudiu à rua, desnudo, juntamente com suas vestes de gala, pois parecia ter vindo de uma festa solene.

Ao dia seguinte, o professor da Escola Normal era "demitido a bem do serviço público e da moralidade". Como se vê, não foi um caso político.

Vejamos uma confirmação casual desse romance dom-juanesco passado já vai para cerca de um século, na pudica e sonolenta Manaus.

Estava eu em Ayapuá, em 1902, na qualidade de professor público. No povoado vivia, com sua família, um extrator de produtos naturais que se chamava Joaquim Nascimento. Contou-me o que vira de interessante na sua vida apagada. Entre outras coisas declarou mais ou menos isto: Era um rapaz de 16 anos de idade, servindo, em Manaus, em casa de uma família cujo nome declinou. Certa noite, estávamos somente eu e minha madrinha (a dona da casa), quando rebentou, na alcova, um barulho medonho. "Fui ver: era meu padrinho em luta corporal com outro homem, o Prof. Pedro Ayres Marinho, que sempre aparecia, para visitar meus padrinhos." No dia seguinte, acrescentou Nascimento, para que eu nada contasse da briga, fui preso e sacudido na Marinha, seguindo imediatamente para a Côrte, onde me fizeram Imperial Marinheiro incorporado logo à guarnição do navio-escola *Almirante Barroso,* que fez a viagem de circunavegação dos guardas-marinha, sob o comando do Almirante Custódio José de Mello.

O Prof. Pedro Ayres Marinho possuía profundo senso didático, quase dispensando os estudantes de recorrer a compêndios. Faleceu em Manaus, a 23 de fevereiro de 1893.

AZEVEDO (CÔNEGO)

O Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo nasceu na pequena cidade de Turiassu, na antiga Província do Maranhão, em 19 de fevereiro de 1814, falecendo em Salvador no alto posto de Arcebispo na Bahia, em 6 de novembro de 1879.

Foram seus pais José Gonçalves de Azevedo e D. Ana Tereza de Jesus Azevedo.

Fez os seus primeiros estudos e o de humanidades no Seminário de S. Luís do Maranhão, com tanta aplicação na cadeira de Latim, que foi chamado para lecioná-la.

Foi Joaquim Azevedo ordenado em Belém do Pará, em 19 de abril de 1837. Posteriormente nomeado Vigário-Geral da Província Eclesiástica do Pará. No exercício do seu Ministério, segue para o Amazonas. Encontra-se em Manaus, quando, em 1.º de janeiro de 1852, se instala a Província do Amazonas, pelo seu primeiro Presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

É o Padre Azevedo convidado para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, no qual é investido a 2 de maio do mesmo ano (1852). É óbvio lembrar que tudo ali, em matéria de administração pública, estava por fazer. Tenreiro Aranha, possivelmente por sugestão do Reverendo manda adotar, em caráter provisório, o Regulamento da Instrução Pública do Pará. Foi sob o regime desse código do ensino elementar que o Amazonas começou os primeiros combates ao analfabetismo da região.

Joaquim Gonçalves de Azevedo prosseguiu, já no seu posto de Cônego, no afã de dirigir o ensino amazonense, ainda por alguns anos, o que se pode ver dos seus Relatórios apresentados aos Presidentes da Província, do seu tempo.

O Cônego Azevedo teve de deixar o Amazonas, pois fôra nomeado Bispo de Goiás a 25 de setembro de 1865. A respeito deste fato, encontrei, na tradição, o seguinte episódio: "Um dos vários Presidentes da Província, mandados pela Côrte, (assim se dizia na época), muito se afeiçoara ao Cônego Azevedo, e, certo dia com ele gracejando diz-lhe: "quando eu for Ministro, o Sr. Cônego será Bispo". Pouco tempo é passado, o ex-Presidente é nomeado para a Pasta do Império relacionada com assuntos da Igreja. E, sem demora, é criado o Episcopado daquela Província, e, em seguida, nomeado seu titular o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo. A proteção do amigo prosseguiu adstrita ao valor do protegido, pois não era transcorrido muito tempo que o Cônego estivesse usando a *Mitra* em Gois, e, logo é nomeado Arcebispo da Bahia, por motivo de vacância, cargo esse, por sua ve-

tustez e brilhante tradição — de certo um dos mais ambicionados da Cúria episcopal do Brasil —, por Ato do Governo Imperial de 19 de dezembro de 1876.

O Cônego foi uma inteligência servida por ampla cultura clássica. Ensinou Teologia e Latim em Manaus e em Salvador.

Na qualidade de 2.° Vice-Presidente da Província do Amazonas, assumiu o poder de 11 de maio de 1857 a 7 de setembro do mesmo ano. Escreveu e publicou os seguintes trabalhos: "Relatório do Estado da Instrução Pública na Província do Amazonas" apresentado ao Sr. Vice-Presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Amazonas, 1855; "Carta Pastoral" do Exmo. e Reverendíssimo Bispo de Goiás, saudando e dirigindo algumas exortações aos seus diocesanos, Pará, 1867, 20 páginas; "Carta Pastoral do Bispo de Goiás" aos seus diocesanos acerca da Maçonaria, publicando as Letras Apostólicas, sobre a absolvição dos Maçons, Goiás, 1876, 14 páginas; "Carta Pastoral" do Arcebispo da Bahia, saudando seus diocesanos, 1877; "Pastoral", pela elevação de Gregório XIII ao Sólio Pontifício, Bahia, 1878.

O Amazonas não esqueceu o grande colaborador do seu progresso. Lá está, na Rua Wilkens de Mattos, o velho, espaçoso e bonito "Grupo Escolar Cônego Azevedo", por onde já têm passado milhares de jovens e dezenas de mestras, cujo Patrono está integrado na História e na gratidão do povo amazonense.

(Fontes dos subsídios: "Relatórios da Província do Amazonas, de 1852-1889, vol. I, Of. do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro; Sacramento Black, "Dicionário Bibliográfico" 4.° vol. 144 — Rio — 1898.)

BARBOSA DE AMORIM

Henrique Barbosa de Amorim, filho de Matheus Barbosa de Amorim, nasceu em Manaus a 11 de maio de 1842. Fez seus estudos preparatórios em Manaus, dedicando-se à vida burocrática, exercendo vários cargos provinciais e municipais, como os de Tesoureiro e Vereador da Câmara Municipal daquela cidade. Prestou concurso para a cadeira de Português do antigo Liceu perante cuja Congregação defendeu Tese, sendo classificado em 1.° lugar. Neste mesmo Instituto lecionou Latim, Filosofia e Matemática.

Barbosa de Amorim era um dos espíritos mais cultos do Magistério Secundário. Desempenhou também e por várias vezes o mandato à Assembléia provincial. O brilho de sua tradição de

cultura era notável. Faleceu repentinamente em Manaus, em 11 de janeiro de 1886.

BARBOSA RODRIGUES

O Dr. João Barbosa Rodrigues, natural do Rio de Janeiro, nasceu a 22 de junho de 1842, falecendo, na mesma cidade, a 6 de março de 1909. Seu pai era português, negociante no interior da antiga Província de Minas Gerais e sua mãe, brasileira.

Milton havia dito que "assim como a manhã mostra o dia, a criança prognostica o homem", Barbosa Rodrigues foi um menino prodígio. Estudante ainda, em uma Escola de Comércio da Côrte, ao terminar o curso brilhantemente, fizeram-no secretário do estabelecimento. Passando para o Colégio Pedro II, realizou as "humanidades", com distinção em todas as matérias. Ótimo em Desenho, foi nomeado professor desta disciplina e, mais tarde, secretário do Colégio. Desejou ser médico, apenas galgando o 2.° ano da Escola do Rio de Janeiro; mudou de idéia, que se voltara para o Amazonas, sendo já um notável conhecedor de Botânica, aprendida nos livros e nos campos, nas quantas vezes esteve trabalhando nas zonas rurais do então Município Neutro e da Província do Rio de Janeiro.

D. Pedro II, sabendo dos propósitos e da capacidade do rapaz, mandou designá-lo para fazer estudos científicos, nos domínios da História Natural, abrangendo especificações geográficas, antropológicas, etnográficas, geológicas e botânicas. Barbosa Rodrigues viaja para o Grande Vale, a 16 de janeiro de 1872, rumo a Manaus, e a expectativa do Governo Imperial é preenchida exuberantemente, nos dezoito anos em que o naturalista presenteou o Brasil e à Ciência, com o melhor de sua vida de patriota e de sábio.

Sem demora, começou a perlustrar as terras amazonenses, recolhendo uma grande quantidade de objetos indígenas, raros e curiosos, como ídolos e trabalhos artísticos, de argila, de pedra, de fibras, dentre eles destacando-se os "muiraquitãs", tidos como talismãs das supostas "amazonas" do rio Nhamundá.

Regressando do Rio de Janeiro, Barbosa Rodrigues, após haver planejado vantagens para sua finalidade, empreende a construção, em Manaus, da sede de um Museu Botânico para o qual já obtivera, do orçamento da Província, a quantia de trinta contos de réis. Do orçamento do Império e por intermédio dos Drs. Passos de Miranda e Adriano Pimentel, Deputados Gerais pelo Amazonas, outros trinta contos de réis, para aquisição de mobiliário, vitrinas, prateleiras, material de exposição, etc.

Barbosa Rodrigues não podia ficar inativo, aguardando que fossem concluídas as obras do Museu e sua instalação. Então, oferece-se ao Presidente José Paranaguá, a fim de ir pessoalmente pacificar os terríveis índios *jauaperis*, localizados não muito longe de Manaus, no rio de igual nome. O Governo aceita a oferta e dá ao catequista destemido mantimentos e "brindes" para os selvagens. Para seu companheiro da missão, convida o explorador e tupinógrafo Conde Ermano Stradelli, italiano sabedor de lidar com os índios do Alto Rio Negro. Ambos, seguidos de uma pequena equipe de mateiros e remadores, subiram o rio Jauaperi e tiveram contato com a tribo. Os "brindes", os cigarros, os "agrados" venceram o ódio daquela gente primitiva. Lá estiveram duas vezes. A pacificação abriu uma grande brecha nas relações do índio excuso e da civilização desconfiada, sendo realmente um grande serviço. Barbosa Rodrigues, no seu livro "Pacificação dos Crichanãs" descobriu que o nome da tribo pelo qual ela própria se conhece, era e é *crichanã* e nunca o nome *jauaperi*, que os "brancos" insistem em chamá-la .

O edifício do Museu Botânico do Amazonas só pode ser instalado a 16 de dezembro de 1872, tendo uma vida efêmera, é certo, de 7 anos apenas.

A montagem do certame científico, na sua completa organização e rotulagens de milhares de vidros e outros recipientes, custou ainda mais de dois anos, rematada por um catálogo que foi estampado na "Velosia", a grande revista do insigne naturalista.

Para desenvolver o Museu, foi o seu diretor autorizado, pelo Governo da Província, a contratar e mandar buscar na França um químico especialista em reações e sublimações de essências vegetais. Veio o profissional, sendo que, em breve tempo, surgiu, entre eles, uma forte desinteligência, de que o Presidente da Província fôra informado, tomando este a opinião do químico. Isto, no apagar das luzes do regime monárquico.

Ao alvorecer de 15 de novembro de 1889, é nomeado, pelo Governo Provisório da República, para Governador do Amazonas, o Capitão Augusto Ximenes de Villeroy. Um dos seus primeiros atos foi a demissão do Dr. Barbosa Rodrigues, do cargo de diretor do Museu Botânico, e outro, da extinção dêste.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro, a notícia da exoneração, é o autor do "Sertum Palmarum" nomeado diretor do Jardim Botânico. Maior reparação e prêmio não podiam ser outorgados ao homem, ao erudito, que tinha consumido quase duas décadas em prol da cultura e renome do seu país, principalmente do Amazonas, em cujo revestimento florístico, palmilhando a mesma estrada dos naturalistas que o precederam, ainda encontrou muitas espécies desconhecidas. A sua obra, no domínio da Botânica é admirável e estupenda! Como geógrafo publicou: "Exploração e Estudo do Vale do Amazonas. Rio Capim". Relatório — Rio de Janeiro, 1875; "Rio Tapajós", Relatório — 1875; Idem do Rio Trombetas, Relatório — 1875; "Exploração do Rio Jamundá", Relatório — 1875; Idem dos rios Urubu e Jatapu, Relatório — 1875. Nos domínios da Arqueologia, da Etnografia e da Zoologia, entre outros trabalhos, os seguintes, sobre o Amazonas: "Ídolo Amazônico Achado no Rio Amazonas" — Rio de Janeiro — 1875; "Antiguidades do Amazonas", em Ensaios de Ciência — Rio de Janeiro — 1876-1878; "O Muiraquitã", precioso coevo do homem antecolombiano — Rio de Janeiro — 1882; "O Canto e a Dança Silvícola", na Revista Brasileira, tomo 9 — Rio de Janeiro — 1881, págs. 32/60; "Lendas, Crenças e Superstições", Revista Brasileira, tomo 10 — 1881, págs. 24/27; "Catálogo dos Objetos Expostos na Exposição Antropológica do Rio de Janeiro" — 1882; "A Língua Geral do Amazonas e o Guarani" — na Revista do Inst. Hist. e Geográfico — Rio de Janeiro — volume LI, supl. 1888, págs. 73/109; "O Rio Jauaperi. Pacificação dos Crichanãs" — Rio — 1885; "O Muiraquitã", estudo da origem asiática da civilização do Amazonas — Manaus — 1889; "O Muiraquitã e os Ídolos Simbólicos" — Rio — 2 volumes — 1889; "Poranduba Amazonense", nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIV — 1890 — fasc. 2 pág. 1/334; "Les Reptiles fossiles de la Vallée da l'Amazone" — *in* "Velosia", vol. II — 1890, 2.ª edição — págs. 41/60; "Vocabulário Indígena com Ortografia Correta — 1894 — págs. 1/64; "L'Urari ou Curari" — Bruxelas — 1903; "Diminuição das Águas no Brasil" — Relatório Geral da III Reunião do Congresso Científico Latino-Americano — Rio de Janeiro — 1909, tomo III, livro 2, págs. 153/315 (Vejase Nunes Pereira, "Um Naturalista Brasileiro na Amazônia", página 79 — Manaus — 1942.)

"Sertum Palmarum Brasiliensium" foi sua obra excelsa, em dois grandes volumes, como não há igual no Brasil, cheia de finíssimas gravuras coloridas, mandada imprimir na Bélgica, pelo nosso governo. Foi a obra-prima do século. Abrilhantamos e honramos o nosso Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, com um exemplar, contendo 174 estampas. O sábio viajou para a Europa, em 2 de julho de 1902, a fim de assistir a impressão do seu livro.

A escritora brasileira, D. Dilke de Barbosa Rodrigues Salgado, neta do ínclito naturalista, assim termina o capítulo de seu livro, no qual se refere àquela obra: "O estudo das palmeiras

honra o seu amor de sábio à planta-nobre, e o "Sertum Palmarum", no pergaminho dos séculos, o seu diploma de naturalista, do maior naturalista brasileiro" ("Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil", pág. 240 — Editora do Norte — Rio de Janeiro — 1945.)

O Dr. Barbosa Rodrigues, embora em constantes viagens pela hinterlândia amazonense, relacionou-se espiritualmente com o povo de Manaus, máxime com as suas mais altas autoridades e gente do comércio. Não podia, desse modo, alhear-se aos seus grandes acontecimentos sociais e políticos.

Decorria o ano de 1884, término de um período em que ia ter lugar a extinção da escravatura na Província do Amazonas. Quase não se tratava de outra reinvindicação democrática. Organiza-se a Comissão Libertadora de que fazia parte o Dr. Barbosa Rodrigues. Aproximava-se o dia 10 de julho daquele ano (1884). Faz-se o programa das solenidades, no qual constava um desfile de carros alegóricos representando as Províncias do Império. Segundo sugestão de Barbosa Rodrigues, o veículo do Amazonas, dando início ao cortejo, conduziria uma grande tartaruga, sobre a qual, de pé, munida de arco e flecha, figuraria uma índia. Debate-se o assunto, dando em resultado a substituição do símbolo. Barbosa Rodrigues consternado, retira-se da Comissão de festejos, após ter prestado grandes serviços à causa da libertação.

Ao dia seguinte — 10 de julho — o Presidente da Província do Amazonas, Dr. Carlos Theodureto de Faria Souto, entregava, em ato solene, as últimas cartas de alforria aos libertos da terra engrandecida com a colaboração de Barbosa Rodrigues.

* * *

O nosso ilustre compatrício foi casado por três vezes, de cujos enlaces resultou uma prole de uma dezena de herdeiros, sendo apenas um do sexo masculino: o Dr. João Barbosa Rodrigues Júnior, médico, *gentleman* que honra a frondosa árvore genealógica dos seus maiores.

Eis aí quem foi, em traços muito ligeiros, Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil.

(Outras fontes de informação: Sacramento Black, "Dic. Bibliográfico Brasileiro".)

BENJAMIN LIMA

O Dr. Benjamin Franklin de Araújo Lima nasceu em Óbidos (Estado do Pará), a 27 de novembro de 1885 e faleceu no Rio de Janeiro, a 9 de janeiro de 1948, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

Foram seus pais o Dr. José Francisco de Araújo Lima, antigo Juiz de Direito de Manaus, e a Professora Maria Amélia de Mendonça, Diretora e proprietária do Colégio "Santa Catarina", daquela cidade.

Benjamin Lima fez os seus estudos primários no estabelecimento de sua genitora e o secundário em Salvador (Bahia), lutando sempre, por já ser órfão de pai, com a falta de recursos financeiros.

Em agosto de 1908, indo eu ao Rio de Janeiro, no desempenho de representar o Amazonas na *Exposição Nacional* daquele ano, encontrei Benjamin Lima e seu irmão José Francisco, aquele no 3.º ano da Faculdade de Direito, e este no de Medicina. Moramos juntos, na mesma Pensão, acompanhados do Prof. Antônio Monteiro de Souza e do Dr. Alfredo da Matta, também meus companheiros de comissão.

Nesse ínterim, Benjamim Lima, fazendo parte de uma equipe de estudantes brasileiros, foi ao Uruguai (Montevidéu), para representar o nosso País, num Congresso Internacional de Acadêmicos.

Dois anos depois, em 1910, já era Bacharel em Direito, quando regressou a Manaus, sendo logo nomeado professor interino de História da Civilização do Ginásio Amazonense, ingressando também na imprensa.

Benjamin Lima fez-se o crítico, o comentarista da "cena muda". Todos os freqüentadores de cinemas não deixavam de ler as crônicas diárias do jovem jornalista, que, desse modo, realizou o seu tirocínio, seus ensaios de futuro crítico teatral.

Raul de Azevedo orgulhava-se de o ter *descoberto.*

Em 1910 Benjamin solicitou a mão da jovem Cacilda Mello, minha cunhada, estudante ainda, vivendo em nossa casa, e filha do Coronel Lourenço Nicolau de Mello e de D. Felicidade Augusta Roberto de Mello. O pedido teve a anuência da família. Passaram-se os dias nos preparativos dos esponsais. Eis que chega, pela voz de um parente, médico e amigo, que Benjamin Lima era uma excelente criatura, todavia sofrendo de *tabis dorsalis,* sendo sua vida para pouco tempo. Cacilda, na certa, ficaria logo viúva; há o conselho de família, para deliberar sobre o destino a dar, respeito ao noivado. A primeira a falar foi a noiva, declarando o firme propósito de casar, em vista da palavra dada e consagrada. Efetua-se o matrimônio. Em 1911, os esposos resolvem ir à França, para tratamento da saúde. Uma vez em Paris, é procurado o consultório de Babinski, o maior especialista da época.

Benjamin Lima acompanhado da jovem Cacilda e de um amigo, clínico que lá se achava casualmente, apresenta-se, dia marcado, ao neurologista. O consulente expôs o seu caso com tamanha habilidade e precisão técnica que fez supor ao francês estar tratando com um colega, a quem perguntou: "em que Faculdade de Medicina o colega estudou?" Ao dar por terminada a consulta, o médico francês disse, mais ou menos, o seguinte: "Sr. está sofrendo de moléstia incurável. Pode viver mais um decênio ou decênios, conforme a resistência do seu organismo e o rigoroso tratamento paliativo, que lhe vou prescrever."

Este episódio foi-me relatado, em Manaus, pela testemunha que havia acompanhado Benjamin Lima na sua visita ao clínico parisiense. A moléstia lenta, mas sempre insidiosa atrofiara-lhe as extremidades dos membros superiores e inferiores, quase impossibilitando-o de andar. Benjamin Lima somente veio a falecer 37 anos depois que ouvira aquela sentença. Nesse interregno, quanto ainda trabalhou e sofreu o maior beletrista de sua época, naquela região do Norte!

Quando retornou à Manaus, assumiu seu posto na imprensa e no funcionalismo público. Foi professor de História Universal do Ginásio Amazonense e de Economia Política na Escola de Comércio de Manaus; Promotor de Justiça, Juiz Municipal e Juiz de Direito na mesma Capital; exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governador do Estado, Diretor da Biblioteca Pública, Diretor da Penitenciária, Procurador do Estado e Secretário da Prefeitura de Manaus. Foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras e o seu primeiro Presidente.

Em 1919, seguiu para a Capital da República e esteve na redação de "O Paiz". Nesse jornal manteve por muitos anos uma prestigiosa coluna.

Em 1920, foi nomeado Delegado Regional do Recenseamento do Amazonas. Durante treze meses, o Delegado amazonense trabalhou, como ninguém, dadas as condições geográficas adversas da região, venceu a falta de transportes e a dispersão demográfica; de tal forma se houve que mereceu, por isso, os elogios que se lêem na "Introdução ao Relatório Geral", vol. 1, pág. 501 V, de 1923, do Dr. Bulhões de Carvalho. Posso dar o meu testemunho das dificuldades da tarefa porque fui incumbido de cômputo semelhante em 1940.

Quando Diretor da Biblioteca, reorganizou o seu catálogo, então sem novos registros, desde o dia da fundação da casa. Em Benjamin Lima, latente o teatrólogo inspirado e feliz no achado e na oportunidade dos assuntos a encenar. Não consta que houvesse pisado o tablado de um palco, se não para proferir conferências de sentido cívico e cultural. Acho-me diante de um livro intitulado "Teatro de Benjamin Lima", de publicação póstuma, encerrando três comédias: "O HOMEM QUE MARCHA", "O HOMEM QUE RI" e "O MARTÍRIO DE D. JUAN". A primeira foi escrita especialmente, em 1925, para concorrer ao prêmio da Academia Brasileira de Letras, instituído para quem fizesse o melhor trabalho de teatro. Foram 12 os concorrentes. Três acadêmicos constituíram o Júri: Coelho Neto, Cláudio de Souza e A. Austregésilo, que escolheram "O HOMEM QUE MARCHA". Mas, os acadêmicos Carlos de Laet e Osório Duque Estrada impugnaram o Parecer do Júri, declarando que a comédia *era uma peça imoral.* Humberto de Campos e Rodrigo Octávio sugeriram que o trabalho voltasse à Comissão para contestar o alegado. Um longo e brilhante estudo foi proferido, no qual se lê: "Não se passa a lixa, nem o esmeril no que de si é puro, é plano, é liso, é igual e é regular, porque se iria riscar a perfeição e destruir, em vez de construir." Em plenário da Academia, postos a votos o Parecer e sua sustentação, o prêmio foi conferido a Benjamin Lima pela maioria apenas de um voto. Sabe-se que o vencedor não foi buscá-lo, em virtude de tal votação.

Em 1926, 1928 e 1938, Benjamin Lima esteve no Amazonas passando férias. Incansavelmente trabalhador, em todas as vezes movimentou os meios intelectuais, pronunciou conferências, ora no Teatro Amazonas, ora na Academia Amazonense de Letras. Da segunda vez que esteve em Manaus fez a leitura da peça "O HOMEM QUE MARCHA", no Teatro Amazonas, com aquele "savoir dire" que fazia desnecessários personagens em cena — o que motivou a aposição de uma placa comemorativa à entrada do famoso Teatro.

Surgindo a idéia de um Teatro-Escola, Benjamin Lima foi o seu campeão. Não se tratava de uma academia ou escola estritamente profissional, mas de um centro de cultura de jovens e para jovens, um meio de educação moral e cívica, divertindo e fazendo divertir. A idéia impressionou o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Gustavo Capanema. Fez-se a criação do *Curso Prático de Teatro,* como ramificação do Serviço Nacional de Teatro. O Ministro convidou Benjamin para dirigir o Curso, o que fez, por alguns anos, num desempenho responsável e competente.

Foi sempre um espírito aberto, capaz de deixar o convívio dos clássicos, que lhe eram familiares, para ouvir e estimular a produção dos novos.

Na sua coluna no "Jornal do Brasil" defendia com generosidade as boas causas — muito especialmente os interesses da Ama-

zônia —, bem como na colaboração assídua em jornais de São Paulo.

Escreveu as seguintes peças, além das já citadas: "Carrascos", "Boa Noite", "Quem Ri, Afinal", "Babilônia", "O Amor e a Morte", "Venenos". Publicou um livro de crítica: "Esse Jorge de Lima..." (1933), além do famoso processo que, impresso, tomou o título: "Para melhor fama da Lei de imprensa" (Como a interpretam os Juízes) — Questão Lobato de Faria — Benjamin Lima (1925) — causa que se tornou verdadeira vitória para o Amazonas.

Até sua morte, a casa de Benjamin Lima foi um foco de cultura, a que acorriam expoentes do jornalismo, do teatro, da crítica e da literatura em geral, tanto como jovens, alguns vindos da Província, e aos quais nunca faltou o calor de seu apoio.

Dr. Benjamin Lima e sua esposa D. Cacilda, deixaram os seguintes filhos: Alice de Araújo Lima Coelho, casada com o Dr. Pojucan Coelho, Lourdes de Araújo Lima Diniz, casada com o Sr. Aristides Diniz, de Belo Horizonte; Dr. Carlos de Araújo Lima, casado com a Sra. Ruth de Araújo Lima; Helena de Araújo Lima Veríssimo, casada com o Prof. Jorge Veríssimo e Fernanda Araújo Lima Bittencourt, casada com o Dr. Ulysses Bittencourt.

Para encerrar o resumo da vida do Dr. Benjamin Lima, um trecho de Benjamin Costallat — seu companheiro de redação do "Jornal do Brasil": "As boas letras, o amor à beleza, a capacidade de admirar, a intimidade e o comércio com os textos ilustres, haviam completado a personalidade desse homem puro e que era um puro homem de letras."

BENJAMIN DA SILVA

Joaquim Benjamin da Silva nasceu na Vila Bela da Imperatriz (Parintins), ignorando-se a data. Diz a seu respeito o Cônego Bernardino de Souza: "Dotado de nobres e patrióticos sentimentos, ofereceu-se para marchar para o Paraguai e ali praticou tais atos de bravura que mereceu também ser agraciado, pelo Governo Imperial, com o hábito de Cristo e da Rosa. Pertenceu ao Corpo de Engenheiros e foi um dos heróis da Ilha do Cabrito. Em diversas jornadas, soube o herói amazonense conquistar o nome de bravo e no fatal ataque do Capão do Pires, a 10 de julho de 1866, quando sobre a trincheira, mostrava o destemido oficial o ardor de que estava possuído, uma granada inimiga arrancou-lhe a vida, roubando-o assim à Pátria e à família." ("Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas, pág. 237.)

BENTO ARANHA

O jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, homônimo do seu avô paterno, pertenceu à ilustre e tradicional família dos Bento Aranha, da antiga vila de Mariuá (Barcelos, no Rio Negro). Foi filho do notável político e homem de letras João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, instalador e 1.° Presidente da Província do Amazonas. Pouco se sabe sobre as minúcias de sua dilatada existência de funcionário e de jornalista, muito menos de sua meninice.

Bento Aranha não tinha formação acadêmica, mas era um espírito culto e arejado pela constância de contatos com os livros e afeição à imprensa. Conheci-o bastante: era um homem de trato simples e comunicativo. A biografia que lhe traçou o sempre lembrado João Batista de Faria e Souza é a única e bem rara fonte de informações a respeito de um dos mais ilustres jornalistas da Planície.

Corria o ano de 1919, a 16 de janeiro, quando chega à Manaus a notícia do falecimento de Bento Aranha, que toda a gente ali conhecia, admirava e estimava. Os jornais da terra fazem-lhe o necrológio em ligeiro noticiário. João Batista de Faria e Souza, que o tinha no rol dos seus amigos e colegas, redige rápida, mas expressiva biografia que é estampada em "O Jornal", de 17 de janeiro de 1919. São dele, em resumo, as seguintes palavras, que o festejado cronista amazonense André Jobim, na sua apreciada publicação "Velhos tempos" reeditou naquele órgão da imprensa baré, de 11 de setembro do corrente ano (1946):

"Com 79 anos de idade, acaba de falecer, na capital do Pará, o Capitão Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o decano dos jornalistas do Norte do Brasil.

Penosa e muito difícil tarefa seria biografá-lo, tão longa é a lista dos serviços prestados em prol do Amazonas e do Pará aos quais, incondicionalmente, dedicou todos os seus afetos e o seu muito valor, como lutador impávido, como amante do progresso, como polemista terrível, como jornalista vigoroso, sempre na brecha, lutando ininterruptamente por uma idéia, até ver o adversário rendido e ela vencedora.

Entrando para a imprensa em 1858, ainda estudante de humanidades, nunca mais dela saiu, tendo fundado e dirigido diversos periódicos, uns meramente políticos e outros literários.

A 7 de setembro de 1862, vindo do Rio de Janeiro, chegou a Belém, nomeado por ato do Ministro da Fazenda, de 12 de agosto daquele ano, adido à Alfândega do Pará. Em fins de

dezembro, prestou exame na Tesouraria da Fazenda daquela Província, sendo aprovado com distinção. Em princípio de agosto de 1865, foi admitido a exame para Professor de primeiras letras da Capital da Província, e, como das mais vezes, foi aprovado, obtendo notas distintas. Por ato de 13 de setembro de 1863, foi-lhe concedida licença pelo Dr. Brusque, então Presidente do Pará, à vista das honrosas informações da Diretoria Geral da Instrução Pública, para ensinar, particularmente, Gramática Portuguêsa, Francês, Geografia e Aritmética.

Por Provisão de 9 de janeiro de 1871, foi nomeado para gratuitamente exercer o cargo de Amanuense da Secretaria da Instrução Pública. Por Decreto do Ministério da Fazenda, de 27 de agosto de 1872, foi nomeado Escriturário da Alfândega de Serpa (Itacoatiara), sendo exonerado a seu pedido, em novembro do mesmo ano.

Por Ato de 20 de novembro, ainda de 1872, é nomeado professor do Bairro de S. Vicente (Manaus), ponto final das ruas Bernardo Ramos e Frei José dos Inocentes. Em 1901, foi nomeado Diretor dos índios do Rio Branco, sendo mais tarde mandado adir à Diretoria da Estatística, para auxiliar a reorganização do Arquivo Público. Por Ato de 31 de julho de 1902, foi incumbido pelo Governo, para ir em comissão ao Estado do Pará a fim de proceder a aquisição de documentos relativos à história política e administrativa do Amazonas. Serviu a essa Comissão até 9 de fevereiro de 1904. Por ato de 25 de julho de 1910, foi nomeado Diretor interino da Repartição de Estatística, Arquivo Público e Imprensa Oficial, sendo efetivado em 27 de outubro de 1911, sendo dele exonerado a 23 de janeiro de 1912. Neste ano, seguiu para o Pará, onde passou a residir."

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, quando, no governo, o Dr. Antônio Constantino Nery, fundou a Revista "Arquivos do Amazonas" destinada a publicar os documentos mais interessantes, sobre geografia e história regionais, encontrados naquela babel de papéis velhos. E foram descobertas verdadeiras preciosidades então entregues às traças e à poeira. Bento Aranha sabia de sua existência, mas nunca as suas localizações. A Revista do Arquivo, mensal, teve uma vida efêmera, se bem que muito valiosa. Morreu por motivo da retirada do seu fundador e colaborador. Creio que não foi além de 12 números.

BENTO DE SÁ

Francisco Bento de Sá nasceu em Portugal, a 30 de janeiro de 1848.

Bem jovem imitou o procedimento de muitos dos seus compatriotas, seguindo para o Amazonas, aportando à Manaus, no dealbar do século.

Ali deparou com um ambiente favorável de homens de negócios, que muito conheciam as tradições de sua família pobre, mas trabalhadora e honrada. Deram-lhe o suficiente crédito para montagem de uma *serraria a vapor*, no porto da cidade, exatamente, às vésperas desta começar o seu vertiginoso desenvolvimento.

Em pouco tempo a *Serraria Sá* aumentou o seu barracão e o número de suas máquinas, a fim de satisfazer a procura de madeiras consumidas na construção de grandes edifícios, e centenas de prédios particulares.

Raymundo Tapajós, com sua Olaria das Lajes, fazia o mesmo, com relação ao material oleiro. Foram esses dois homens, cada um na sua indústria, os principais construtores de Manaus.

Bento de Sá poderia ter deixado uma grande fortuna, se não fosse o seu despreendimento e espírito caritativo.

Em 1910, quando a Maçonaria tentou extinguir a mendicância de Manaus, Bento de Sá foi um dos que se colocaram — ele e o Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo — ao lado da campanha. No dia anterior ao da instalação do Asilo de Mendicidade, lá estava o filantropo a ajudar na arrumação dos utensílios domésticos, como havia ajudado na conclusão das obras do edifício.

Ingressou na Ordem Maçônica a 4 de novembro de 1876. Por atos de beneficência em instituições que ele ajudava, firmou a grandeza de seu grande coração.

Bento de Sá constituiu família em Manaus, tendo um filho o saudoso Emílio Sá, um homem de bem, sucedendo seu pai, na gerência da velha *Serraria Sá*.

BERNARDO RAMOS

O Amazonas, pelo meio do século passado, teve uma das fases mais felizes de sua existência política e social. Não somente alcançou a autonomia administrativa que, desde 1822 lhe fora sonegada, como viu nascer em seu território, homens de prol aos quais os bons fados confiaram, no progresso e desenvolvimento

da nova Província, funções de grande relevo e responsabilidade, brilhantemente cumpridas.

Mais de uma dezena de amazonenses dignos por sua inteligência, cultura e trabalho, entraram na lista dos que "se vão da morte libertando" e continuaram a viver "na voz da história", tais como: Torquato Tapajós, Manoel Tapajós, Francisco Ferreira de Lima Bacury, Joaquim José Paz da Silva Sarmento, Paulino de Brito, Pedro Luiz Simpson, Caetano Simpson, Gabriel Salgado dos Santos, Raymundo Salgado dos Santos, José Justiniano Braule Pinto, Justo Mavignier, Silvério José Nery, Antônio Constantino Nery, Leopoldo Nery da Fonseca, João Carlos Antony, João Pinheiro, Bento Aranha, Antônio Guerreiro Antony, João Batista de Faria e Souza, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Nicolau Tolentino, Lauro Bittencourt, Manoel Dias Barroso, Manoel da Silva Ramos e outros.

No seio desta plêiade, está Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, na intimidade da família e dos amigos — Beré Ramos, nascido a 12 de novembro de 1858, e falecido no Rio de Janeiro, a 5 de fevereiro de 1931.

Foram seus pais Manoel da Silva Ramos (fundador da imprensa em Manaus) e D. Jesuína Maria de Azevedo da Silva Ramos. Fez seus estudos na Capital amazonense, tendo ficado órfão de pai muito cedo. Sendo como era, de uma família pobre, precisou trabalhar. Menino ainda foi chamado a exercer sua atividade no Correio local, quando este só possuía um empregado, passando, portanto a "corporação" a ter dois servidores. Contando já 21 anos de idade, deixa o serviço postal e passa a trabalhar, como amanuense, na Comissão de Limites Brasil-Venezuela, chefiada pelo Barão de Parima, em 1879. Fazia parte da entidade o Capitão Gregório Thaumaturgo de Azevedo, mais tarde Governador do Amazonas. Foi um soldado ilustre, trabalhador, competente; mas neurastênico e explosivo.

Não havia navegação a vapor para Boa Vista do Rio Branco, sede do acampamento da Comissão. O jovem Bernardo Ramos é, em Manaus, encarregado de comandar a "diligência" que ia conduzir alimentos e dinheiro para os demarcadores e pessoal. Sabia dos perigos das cachoeiras de Caracaraí, que a possante igarité ia transpor, perto do final da viagem de muitos dias. E, mais perigoso ainda, um provável assalto da guarnição àquele dinheiro, fato que tinha seus precedentes. Que fazer para evitá-lo?

Bernardo, apesar de inexperiente, usa de um ardil: enrola as cédulas, mete-as em dois pequenos garrafões empalhados, completando o conteúdo com cevadinha. Depois lacra-os, ligando-os por um forte cordel.

Para a gente de bordo, quase todos caboclos amazonenses, ali estava uma carga desinteressante.

A embarcação, no vértice das águas do Rio Branco, ao vencer o último trecho da citada cachoeira, sossobra não muito longe de Boa Vista. Os tripulantes salvam-se a nado, alcançando a margem mais próxima. O chefe da expedição apanha, com a mão esquerda, os garrafõesinhos e, com a direita, nada para terra. A jusante, a igarité vazia, flutua e encosta. Os náufragos vão buscá-la e, desarvorados, prosseguem viagem, chegando afinal ao seu término, em plena manhã de sol, depois de haverem remado a noite inteira.

A bisonha cidadezinha já estava desperta. Chega Thaumaturgo de Azevedo, irritado pela demora, no barranco do porto, e antes da troca de saudações, grita nervoso: "Já sei, fingiram um naufrágio, para ficarem com o dinheiro." Ao que prontamente retruca, altivo, Bernardo Ramos erguendo e mostrando os objetos que salvara: "Não sr. Capitão, era mais fácil perder a vida do que este dinheiro que trago aqui!" Bernardo Ramos deu um raro exemplo de coragem, abnegação e honestidade.

D. Pedro II foi informado desse episódio e, para premiar o gesto heróico, enviou-lhe um galardão que o agraciado, delicadamente, recusou, declarando que havia apenas cumprido seu dever de homem e de brasileiro, mas, no íntimo, por ser verdadeiro republicano.

Trata-se de um cidadão de convicções políticas muito claras, adiantadas e destemerosas. Nunca foi na onda dos aproveitadores e oportunistas, como provam inúmeras atitudes, tendo sido um dos fundadores do "Clube Republicano do Amazonas". Quando, em agosto de 1889, o Conde d'Eu, Príncipe Imperial, esteve em Manaus, recebendo as homenagens que o mundo oficial lhe tributou, muito merecidamente, por sua estirpe e predicados morais e intelectuais, esse Clube preparou e imprimiu em avulsos, um respeitoso, mas veemente "Manifesto", fazendo-lhe conhecer os seus sentimentos democráticos e republicanos, sendo assinado por sua Diretoria, lá figurando Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, guarda, em uma das paredes de suas salas, emoldurado, um exemplar desse documento político, bem honroso para a memória dos seus signatários.

Proclamada a República, depois de três meses da viagem do Príncipe ao Forte de Tabatinga, o Amazonas organiza-se nos moldes de novo regime. Bernardo Ramos é eleito Intendente Municipal (Vereador) de Manaus. Trata-se do orçamento, estabelecendo o "quantum" a pagar aos Intendentes. O edil Ber-

nardo propõe que a função fosse gratuita, pois não se objetiva um emprego, mas uma prestação de serviço ao povo, que os tinha honrado com a sua simpatia e confiança. A proposta caiu. E, logo, o proponente declarou que não receberia um real de remuneração dada contra o seu modo de pensar. E assim foi. Como, em 78 anos de "evolução" financeira os nossos licurgos, assus e miris, progrediram no "pro domo sua"!

Bernardo Ramos, pela primeira década deste século, fizera-se negociante em Manaus. Conheci-o proprietário de uma casa de modas, "A Noiva", situada na esquina da Sete de Setembro com a Joaquim Sarmento. Possuía o estabelecimento o que havia de mais fino e elegante importado de Paris e Londres. Viveu numa época em que a cidade era uma outra Golconda. O negociante baré enriqueceu, naquele interim da vida econômica do Estado, quando, para amealhar bastante, não se fazia mistér exercer a ganância ou o câmbio negro.

Viajou pela Europa e Oriente Médio. Percorreu a Palestina, e o Egito. Estudou monumentos e línguas antigas, como o hebreu, o fenício e o sânscrito. Tomou inúmeras notas e desenvolveu a sua preciosa Coleção Numismática.

Em Bruxelas, na grande Exposição Universal que ali se realizou em 1910, esteve, como representante do Brasil, encarregado de fazer propaganda dos produtos enviados por sua terra. Foi-lhe conferido um lugar de distinção no grande júri do certame: deram-lhe o posto de 2.º-Vice-presidente da Assembléia. Eu, Lourenço Thury, Nascimento de Araújo, José Bittencourt e Antônio Cavalcante, todos do Amazonas e visitantes da Exposição, víamo-lo, ali, diariamente, cumprindo a honrosa missão.

Bernardo Ramos foi o fundador e presidente por vários anos, da Associação dos Proprietários de Manaus, sodalício que defendia os interesses da classe contra a fúria tributária da municipalidade, ao mesmo tempo que combatia os descasos atentatórios à respectiva Assembléia.

Um outro notável empreendimento de Bernardo Ramos, com a colaboração do saudoso Dr. Vivaldo Palma Lima e de quem escreve estas linhas, foi a fundação e organização do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a 25 de março de 1917, sob o governo do Dr. Pedro de Alcântara Bacellar. Durante alguns anos serviu-lhe de Presidente, fazendo à biblioteca e aos arquivos da casa ofertas de livros e documentos de valor inestimável.

Dedicou-se, com afinco incessante, que raiou pelo misticismo científico, ao estudo das decifrações litográficas de espécies encontradas em muitos legados da América pré-histórica, principalmente de sua terra, inscrições atribuídas a viajantes fenícios, gregos ou árabes. Muitas dessas inscrições foram copiadas pessoalmente por Bernardo Ramos, para o que possuía uma grande facilidade de desenhar a lápis e a bico-de-pena. Vi, no seu gabinete de trabalho, algumas estampas de absoluta nitidez.

Escreveu a obra monumental que intitulou "Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica", em dois grandes e grossos volumes, ambos repletos de gravuras, textos explicativos, baseados na história antiga e na lingüística. O primeiro desses volumes, em original, uma vez concluído, foi levado, pelo autor, ao Presidente da República, Epitácio Pessoa (1922), que o examinou obtendo ótima impressão, do que resultou pedir ao Congresso Nacional a necessária verba para imprimi-lo, bem assim, uma quantia para o trabalho da revisão tipográfica, pelo próprio epigrafista. O segundo volume, tão pujante quanto o anterior, igualmente editado na Imprensa Nacional, ficou pronto depois do falecimento do autor.

Esse trabalho, de sábio e beneditino, apesar do decorrer dos anos, ainda não teve seu julgamento definitivo. Seja porque o nosso mundo cultural não se atreve a fazê-lo, ou porque trate de um assunto desinteressante aos historiadores hodiernos, alheios ao escopo dos "americanistas" na comprovação da passagem de civilizações orientais, antiquíssimas, por este Continente.

Onfroy de Thoron ("Viagens dos barcos de Salomão pelo rio Amazonas"), no século passado, e Bernardo Ramos (obra citada), no atual, são os nossos pioneiros do assunto na Amazônia.

Não fique esquecida, neste reduzido relato, outra obra de fôlego, e aqui acidentalmente referida: a Coleção Numismática organizada e vendida ao Governo do Estado, pelo ilustre amazonense, em 1900, e que figurou na Exposição Nacional, desse ano, na cidade do Rio de Janeiro, certame com que o nosso País festejou o 4.º Centenário do seu descobrimento. Fez sucesso e foi considerada a 1.ª do Brasil e, na época, a 4.ª do Mundo. Voltou à Manaus e lá se encontra, em belas vitrinas, constituindo, ainda, uma raridade valiosíssima de que se ufana a capital baré. Possui um catálogo ilustrativo, em três volumes, o qual muito honra a competência do seu organizador e antigo proprietário. O ex-colecionador de moedas, medalhas (muitas de ouro, outras de prata), cédulas fiduciárias, etc. no que empregou uma fortuna e pacientes estudos, não poderá ser esquecido no dia em que se realizar o cômputo das prendas materiais e espirituais da urbe que ele tanto amou e enriquecu.

Bernardo Ramos foi casado com a Professora Euthália Barroso Ramos. Da constância do seu matrimônio surgiu prole ilustre que tem honrado o magistério, as letras e a indústria. A Prof.ª Euthália era uma inteligência culta, arejada, sempre ativa, cooperando com o esposo e estimulando-lhe as energias mentais. Sobrava-lhe ainda tempo para o cultivo do Esperanto. Recordo-me da conferência dedicada ao Estado da Bahia, na pessoa do Dr. Vivaldo Palma Lima, a 21 de julho de 1923, sobre o idioma inventado por Zamenhoff, em presença de numerosa e seleta assistência, no Instituto Geográfico e Histórico.

No decorrer da palestra, a Prof.ª Euthália fez verter, além de outros pedaços literários, do francês para a língua artificial e desta para o português, o começo do capítulo "L'infini", de "Narractions Française", de A. Filon. Foi uma sessão encantadora, cheia de espiritualidade.

Quero, com a citação acima, enaltecer o talento da esposa de Bernardo Ramos. E acredito que as vitórias científicas que ele alcançou, provieram, em boa parte, daquele espírito iluminado e daquele grande coração que o assistiam e encorajavam, sempre ao seu lado.

Não há negar, a História está repleta de exemplos de mulheres que foram anjos-da-guarda dos maridos, no caminho da felicidade e da fama. Recordo-me o caso do historiador Niebuhr, em relação à esposa, sob cujo controle passavam todas as produções do sábio.

A dedicada companheira e insubstituível auxiliar, um dia adoeceu gravemente. Niebuhr, para agradá-la, toma-a nos braços e pergunta o que ela deseja que fizesse para alegrá-la, ao que lhe responde ternamente: "Hás de terminar a tua "História", quer eu viva, quer não". — Foi este o seu último pedido" (Smiles, "Vida e Trabalho"). Fui tão longe buscar um exemplo, quando aqui no Rio de Janeiro, temos o caso de D. Maria Augusta esposa de Rui Barbosa, o qual, a ela se referindo, disse: "Meu pai me deu o caráter; minha mãe me deu o coração e minha mulher a âncora do meu coração e do meu caráter."

Nem tudo se extingue sobre a terra. Os grandes espíritos que cultivaram a ciência e praticaram os bons costumes são imortais.

Bernardo de Azevedo da Silva Ramos merece uma estátua em Manaus. Seria um tributo de admiração e de gratidão do povo amazonense.

Sua prole foi constituída pelos seguintes filhos: Aurora Barroso de Moraes Rêgo, professora, no Colégio Estadual do Amazonas, falecida; Mário Barroso Ramos, casado, agrônomo, industrial, residente em São Paulo; Maria Barroso Madeira, professora em Manaus e, mais tarde, funcionária (taquígrafa), por concurso, na Secretaria da Câmara dos Deputados Federais, falecida; Julião Barroso Ramos, nascido em Paris e registrado em nossa Embaixada, casado, funcionário federal em Salvador (Bahia), onde reside; e Lucy Barroso Ramos, funcionária federal no Rio de Janeiro.

BERTINO DE MIRANDA

Bertino de Miranda Lima foi um dos intelectuais mais distintos que perlustraram a Amazônia, no final do século passado e no começo do atual. Especializou-se nos estudos de história e de sociologia americanas, de que era notável professor.

Acredita-se haver nascido na antiga Província do Grão-Pará, onde fez sua cultura intelectual, seguindo, ainda jovem, para Manaus, ali chegando em abril de 1884, em companhia do Prof. Paulino de Brito, que ia realizar conferências, em prol da libertação dos escravos.

Bertino de Miranda assentou na Capital da Província a sua tenda de jornalista e casou-se com a professora Elvira Correa de Miranda Lima, filha do abastado negociante Júlio Pinto Correa.

O casal não teve descendência, mas criou, educou e instruiu a menina Araci, irmã de D. Elvira.

Adquiriu a propriedade do jornal "Comércio do Amazonas", que ele próprio redigiu durante três anos.

"A 2 de fevereiro de 1888, fundou, com o Capitão Gregório José de Moraes, "O Norte do Brasil", e a 27 de julho de 1890, com os Drs. Júlio Mário, Israel Freire, Pedro Marinho, Prof. Manoel de Miranda Leão, o "Novo Dia", jornal de propaganda das doutrinas católicas e da defesa dos direitos da Igreja.

A 23 de novembro de 1888, foi nomeado para o cargo de Secretário Geral da Instrução Pública, sendo, em agosto de 1890, nomeado Oficial-arquivista da Secretaria do Governo da Província".

"Pela primeira vez, a História da América teve um curso sistematizado e universitário no Brasil. O programa que organizou foi transcrito e comentado do Pacífico ao Atlântico". (J.B. de Faria e Souza, Biografia de Bertino M. Lima).

Sob a inspiração do insigne Prof. Bertino de Miranda, exímio caçador de documentos históricos, foi fundada a Academia de Altos Estudos, no Rio de Janeiro, com ramificação nos países latino-americanos, sob a orientação dos senhores Conde

de Affonso Celso, Ramiz Galvão e outros. Criou-se a cátedra de História da América, em bases nos documentos obtidos e mais credenciados.

A responsabilidade do ensino de semelhante matéria foi confiada a Bertino de Miranda Lima, em cuja função iniciou a sua tarefa. Mas, o Sodalício logo desapareceu, sendo criada, por sugestão do egrégio Instituto Histórico e Geográfico, a Faculdade de Filosofia e Letras, sendo entregue a cadeira de Ciência das Finanças do curso de Ciências Políticas ao Prof. Bertino. Era um homem competente, de cultura generalizada e disciplinada.

São muito conhecidos e aplaudidos os seus dois trabalhos: "A Cidade de Manaus" e a 3.ª reedição dos "Anais Históricos de Berredo", em dois volumes, contendo os fundamentos da conquista da Amazônia através de quantas viagens se realizaram no grande Vale, nos tempos coloniais, de assuntos compreendidos no programa da citada Academia de Altos Estudos.

A compilação de artigos de jornais, de sua lavra, daria alguns volumes, provando que o autor sempre foi um espírito em vibração, podendo ser considerado o maior pesquisador dos nossos arquivos, nos quais andou encontrando filões de ouro na nossa História.

No advento da República, Bertino foi nomeado Diretor da Biblioteca do Pará. Reformou-a, criando a *Seção dos Manuscritos*.

Quando faleceu, o então Deputado Federal pelo Pará, Dr. Bento José de Miranda, fez-lhe o necrológio; e o maior biografista da Amazônia, o Dr. Faria e Souza, em um jornal de Manaus, terminou assim sua explanação: "O Deputado Bento de Miranda era o possuidor da opulenta biblioteca do seu falecido primo Bertino de Miranda, que deixou o maior arquivo de documentos sobre a história do Amazonas." Onde estará hoje e em poder de quem?

De fato, quando em meiado de setembro de 1919, se realizava o VI Congresso Brasileiro de Geografia, em Belo Horizonte, lá estava eu, no Certame, como representante do Amazonas. Fora informado de haver falecido, no Rio de Janeiro, o amazonólogo Bertino de Miranda Lima. Ao regressar, passando pelo Rio, fui apresentar condolências à sua viúva, Prof.ª Elvira Corrêa de Miranda Lima. Indagando sobre o paradeiro da riquíssima Biblioteca do seu marido, bem assim da abundante e valiosa documentação sobre a geografia e a história do Amazonas, disse-me que tudo foi entregue ao Dr. Bento de Miranda, ficando, deste modo, corroborada a assertiva de J.B.

Bertino de Miranda foi um homem calmo, esquivo aos movimentos do partidarismo político. Teve uma vida simples, dono de uma grande cultura guiada por um espírito aberto e magnânimo.

BRANDÃO DE AMORIM

Segundo o antologista José dos Santos Lins, o tupinólogo Antônio Brandão de Amorim nasceu a 7 de agosto de 1865, em Manaus, filho do Comendador Alexandre Paulo de Britto Amorim, negociante e um dos pioneiros da navegação do Amazonas e de D. Amélia Brandão de Amorim, de família amazonense. Faleceu em 1926.

Brandão de Amorim educou-se na cidade natal, sendo que, desde bem moço começou a viajar o Rio Negro, em cujas vilas, povoações e sítios aprendeu a *língua geral*. Escreveu bastante nesse idioma da região, que, ano a ano, se vai extinguindo. De seus trabalhos, fez tradução para o vernáculo.

Consta que o talentoso tupinólogo também era poeta de atraente inspiração. Jamais tive oportunidade de constatar a assertiva, lendo uma de suas produções. Fala-se que, de quando em quando, seu nome aparecia na colaboração dos jornais da época, em Manaus.

Dos trabalhos publicados, sobressai "Lendas em neengatu e em Português", estampada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 100, vol. 154, 2.º, de 1926 — Rio de Janeiro (Seleta Literária do Amazonas, José dos Santos Lins, pág. 52 e seguintes, Manaus, 1966.)

BONIFÁCIO DE ALMEIDA

Emílio Bonifácio Ferreira de Almeida, era filho do Dr. João Ferreira de Almeida Guimarães e de D. Emília Augusta Guimarães. Nasceu no Recife, capital do Estado de Pernambuco, no dia 14 de maio de 1872. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Iniciou sua carreira na magistratura como juiz na cidade de Paracuru, Estado do Ceará, onde permaneceu por curto prazo. Transferiu-se para Manaus, sendo nomeado Juiz de Direito para a cidade de Manacapuru, onde atuou com brilhantismo, o que lhe valeu a transferência para a capital, sendo, mais tarde, elevado ao cargo de Desembargador. Homem estudioso dos assuntos jurídicos, aliando ao seu saber um impecável senso de justiça, mas sem cauterizar o coração sempre trans-

bordante de humanidade, o Desembargador Bonifácio de Almeida honrou a magistratura do nosso país pela justeza das suas decisões jurídicas e pela honestidade das suas atitudes como juiz e como cidadão. Atestam-no o Arquivo daquela veneranda Corte e o seu conceito na Sociedade.

Militou na imprensa e na política, sem partidarismo, animado tão-somente pelo ideal de bem servir ao Brasil a que tanto amava, e de modo particular ao Amazonas, onde se radicara. Intransigente nos princípios morais que se traçou, não tergiversava em se opor à lassidão administrativa e ao malbaratamento da riqueza pública, sempre que tais fatos se verificavam, mesmo com prejuízo dos seus interesses pessoais e da sua tranqüilidade.

Em Manaus, casou com D. Izabel de Matos Grangeiro, filha de ilustre família cearense que, na época, residia naquela capital.

* * *

Animador e estimulador das idéias sadias, não deve ser perdida pelo tempo a lembrança de sua atuação num belo movimento cívico-militar. Foi o Des. Bonifácio de Almeida um dos mais fervorosos componentes do Tiro de Guerra n.º 10, de Manaus, no qual se alistaram os maiores vultos da elite amazonense que ainda não haviam cumprido a obrigatoriedade do serviço militar. Lembro-me do seu entusiasmo concitando os companheiros e animando as manobras de que tanto cuidava.

Quando Benjamin Lima, defendendo o Amazonas, pela imprensa do Rio de Janeiro, foi processado por Lobato de Faria, o documento firmado por Bonifácio de Almeida foi decisivo no resultado do famoso julgamento (Leia-se "Para melhor fama da Lei de Imprensa" — 11 p. — Tip. Coelho — 1925 — Rio de Janeiro.)

Em 1906, o Des. Bonifácio de Almeida empreendeu uma viagem à Bruxelas, em visita ao seu sogro, o capitalista Manoel Antônio Grangeiro, ali radicado por alguns anos, com a finalidade do desenvolvimento cultural dos filhos. Juntos percorremos a cidade onde visitamos monumentos e edifícios, distinguidamente o Museu de Belas-Artes. Impressionou-nos uma figura em bronze representando um africano, em tamanho natural, algemado de pés e mãos. No Museu do Congo Belga, num arrabalde de Bruxelas, detivemo-nos na entrada de uma das salas, cuja porta é decorada por duas presas de elefante, de extraordinário tamanho. E recordo-me ainda dos comentários do desembargador a respeito dos enormes "parêntesis", figurativos do Congo Belga.

O Des. Bonifácio de Almeida faleceu no dia 16 de junho de 1944, na cidade do Rio de Janeiro, em trânsito de Curitiba, onde residira por pouco mais de dois anos, para Fortaleza, Ceará, onde pretendia fixar residência, na procura de um clima mais ameno.

Do seu consórcio com D. Sinhá, como era tratada na intimidade, deixou dois filhos: Sylvio, médico e general do Exército Brasileiro, e Lucy, esta casada com o Dr. Alcides Nogueira, professor, pastor evangélico e alto funcionário do INPS subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.
(Elementos fornecidos pelo Dr. Alcides Nogueira e cinqüenta anos de observação e viva amizade.)

BRAULE PINTO

O Capitão José Justiniano Braule Pinto foi o patriarca de uma das mais antigas famílias do Amazonas. Ignoram-se a sua procedência e a sua contextura doméstica. Sabe-se, porém, que se fez figura de realce, em Manaus, na segunda metade do século passado.

Em seu Relatório de 28 de fevereiro de 1871 dirigido ao Presidente General José de Miranda Reis, assim começa: "pela sexta vez cabe-me o honroso dever de chegar à Presidência desta Província a *Exposição* circunstanciada dos negócios da Fazenda provincial, cumprindo, conforme o disposto no § 14, do art. 4.º do Reg. de 3 de agosto de 1865". Semelhante transcrição nos garante que Braule Pinto já era funcionário antigo e bem afeito às tarefas do ofício, até quando, no dia 10 de junho de 1873, Aristides Justo Mavignier assumia o cargo de Inspetor do Tesouro. É que fora possivelmente aposentado. Mas, um funcionário do seu jaez, não poderia ficar inativo. E, o governo, ou melhor, o mais alto interesse da Província não o deixou. Assim foi que, para o biênio legislativo de 1874-1875, vemo-lo como Deputado, na Assembléia da Província, ao lado de João Carlos Antony, Monteiro Tapajós, Nicolau de Castro e Costa e outros. Revolvendo alfarrábios quase seculares, sabe-se que Braule Pinto fundou sociedades filantrópicas, artísticas e recreativas em Manaus, ficando algumas sob sua direção por muito tempo. Possuo, no meu Arquivo, impressos, vários dos seus Relatórios. José Justiniano Braule Pinto foi casado, deixando progenitura ilustre, que desconhece a história daquele Varão de Plutarco.

BRETISLAU DE CASTRO

O Engenheiro Bretislau Manoel de Castro Júnior nasceu a 21 de setembro de 1872, na cidade de Salvador (Bahia), tendo falecido em Manaus, a 19 de maio de 1941. Foram seus pais Bretislau Manoel de Castro e D. Maria Passos de Castro.

Formou-se em Engenharia-Civil na capital baiana.

Na sua Carteira de Identidade pela Polícia do Amazonas, a 20 de maio de 1926, assinada pelo Chefe de Polícia Dr. Raymundo Gomes Nogueira, há os seguintes registros: cor: branca morena, cabelos: castanhos escuros; supercílios: castanhos escuros; bigodes: raspados; olhos: castanhos escuros; altura: 1,63.

Após formado, o Dr. Bretislau de Castro viajou para o Amazonas onde se fixou, em Manaus, exercendo, pelo resto da vida, importantes cargos, sempre com dedicação e competência, quer dentro, quer fora de sua profissão de engenheiro. Entre suas atividades, podemos distinguir as seguintes: Diretor dos Serviços Federais, na grande Colônia Agrícola do Caldeirão a qual deveu sua prosperidade e organização; Fiscal do Governo junto à Empresa Manaus Tramways & Cia., fornecedora de energia para os bondes e luz da cidade; Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, à qual assegurou um período de alívio financeiro; Deputado Estadual, no Congresso Legislativo, em cujo plenário sempre se fez ouvir, advogando interesses públicos, pondo-se acima do partidarismo, na sublevância dos deveres cívicos.

Por muitas ocasiões viajou para o interior do Estado a serviço de demarcações de terras. Conhecia, *de visu*, a hinterlândia amazônica.

O Dr. Bretislau foi casado, com D. Maria Augusta de Menezes Castro, senhora de apurada educação e largo círculo de relações sociais. Do casal, ao tempo do falecimento do chefe da família, em 1941 e conforme notícia da imprensa, contavam os seguintes filhos: "Dr. Flávio de Menezes Castro, subchefe da Inspetoria de Saúde do Porto, casado com a Exma. Sra. D. Jandira Gnone de Castro; Dr. Mário de Menezes Castro, Juiz de Direito, aposentado, da Comarca acreana de Sena Madureira; Sra. Edith de Castro Batista, esposa do Dr. Gualter Marques Batista, Escrivão do Foro local. Era seu filho também o saudoso Doutor Edgard de Castro de quem ficara viúva a digna senhora dona Maria Borges de Castro" (Do jornal "A Tarde", de Manaus, de 20-5-41).

A progenitura do Dr. Bretislau, hoje (1968) é numerosa e ilustre. Como homenagem à sua memória, não é demais trazer para esta página, representada nos seus netos: "Flávia, casada com o General Anibal Gurgel do Amaral, com dois filhos; Maria Augusta, casada com o Coronel e Professor Manoel Costa Cavalcante, com cinco filhos; Ruth, casada com o Engenheiro-Civil e Coronel do Exército Luiz Menezes Moura, com cinco filhos; Maria Helena, casada com o comerciante e industrial Juvêncio Dias, com três filhos; Bretislau, Capitão-de-Mar-e-Guerra, casado com a senhora D. Emiliana Pimentel Menezes, com seis filhos." (Subsídios conseqüentes das observações pessoais e das fornecidas pelo Dr. Flávio de Castro.)

CAETANO CABRAL

O Dr. Luiz Caetano de Oliveira Cabral nasceu em Manaus a 30 de outubro de 1892 e faleceu na Guanabara, a 9 de janeiro de 1968. Era filho do Des. Luiz Furtado de Oliveira Cabral e de D. Adelaide de Oliveira Cabral.

Fez os cursos primário e secundário em Manaus, formando-se Engenheiro-agrônomo. Realizou um curso de especialização nos Estados Unidos da América do Norte.

Percorreu quase todo o Estado do Amazonas em serviço de demarcação e perícia.

Nos Estados Unidos realizou um outro curso de bacteriologista, profissão que exerceu por muito tempo na antiga Profilaxia do Estado, atualmente Secretaria de Saúde.

Caetano Cabral bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo sido procurador da LBA e de outras entidades.

Exerceu os cargos de Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal de Manaus, funcionário da Prefeitura, ocupando comissões de relevo. Foi Deputado estadual, funcionário da Assembléia Legislativa e dos Serviços Técnicos do Estado. Como técnico em borracha, foi ele quem dirigiu e instalou a Usina de Beneficiamento de Borracha da Companhia Nacional de Borracha, sendo seu diretor industrial.

Era chefe de classificação de borracha do Entreposto do Banco da Amazônia S.A., função na qual se aposentou. Foi ele quem planejou a Usina de Beneficiamento de Borracha de Cuiabá (Mato Grosso).

CAETANO ESTELLITA

O Des. Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa nasceu em Goiana (Pernambuco) a 4 de abril de 1860; falecido a 2 de ja-

neiro de 1906. Era filho do seu homônimo, o Conselheiro do Império e Presidente da antiga Província do Ceará, e de D. Maria Holandina Miranda Estellita Cavalcanti Pessoa.

Formou-se em Direito pela antiga Faculdade de Olinda (Pernambuco) em 1883, havendo feito parte do curso, em São Paulo.

Uma vez Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, exerceu vários cargos na Magistratura e no Ministério Público, de diversas Comarcas, dentre os quais o de Promotor Público no Rio Grande do Norte; Juiz, nas Comarcas de Quixadá e Canindé (Ceará); Promotor Seccional da República, no Estado do Ceará; Juiz de Direito da Comarca de Parintins, no Amazonas; Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda em Manaus; Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas, onde permaneceu por alguns anos, até falecer, em data já citada (a 2 de janeiro de 1906).

* * *

Foi casado com a Professora Theonilla Estellita Barreira Pessoa, de cujo enlace nasceram os seguintes filhos: Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Ministro do Tribunal de Recursos; Des. Guilherme Estellita, do Superior Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara; e o Dr. Romero Estellita Cavalcanti Pessoa, antigo Procurador-Geral da Fazenda Pública. Foi um verdadeiro jurista e homem de letras, pois suas sentenças e outros trabalhos eram transcritos em revistas especializadas cotejados de justos e calorosos aplausos, no campo do Direito, arraial permanente do seu labor de magistrado.

Teve em sua esposa, D. Theonilla Pessoa, uma incentivadora de prol, sobre quem devo acrescentar mais algumas palavras, testemunha que fui de sua presença no Amazonas, por vários anos, como exemplo de inteligência e força de vontade. Falecendo seu esposo, deixou-a quase sem recursos para manter-se e a seus filhos, bem como para instruí-los. Como solução ao sério problema, D. Theonilla abre, em Manaus, uma escola particular a que denominou *Escola Modelo,* convidando a Professora Francelina de Assis para ajudá-la, responsabilizando-se perante a Diretoria-Geral de Instrução Pública pela função pedagógica, porque a proprietária não era normalista diplomada. Então, matricula-se no Instituto de Educação do Estado, para adquirir essa indispensável exigência oficial.

Uma vez diplomada, ingressou no Magistério do Estado, tornando-se professora do Instituto Benjamin Constant e lente de Português e Literatura da Escola Normal do Amazonas, tendo transferido para sua colega o direito de posse da *Escola Modelo.*

Por seu esforço, pela coragem de sobrepor-se às dificuldades, a Professora Theonilla passou a uma situação bem melhor e, assim, pôde resolver o problema da manutenção e da educação de seus filhos, mais tarde figuras de grande relêvo intelectual e social, no panorama da alta mentalidade do País.

O Des. Caetano Estellita foi ainda um festejado jornalista e orador, distinguindo-se como conferencista e líder católico.

Após seu falecimento, escreveu o então Bispo Diocesano de Manaus — "Cidadão probo e respeitado. Amigo certo e generoso, bem se ajustava a vida do Desembargador Caetano Estellita ao lema que a norteava: *Caridade e Justiça".*

(Os subsídios com que pude elaborar esta biografia, devo-os à colaboração obsequiosa do ilustre Dr. Romero Estellita Cavalcanti Pessoa.)

CÂNDIDO COSTA

O Comendador Cândido Costa viveu por alguns anos em Manaus, no começo do século, parece-me, na qualidade de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional.

Jamais pude obter algo de sua biografia. Mas, conheci-o bastante, nas relações de cortesia que trocávamos.

Era um cidadão claro, forte, acessível, dotado de uma inteligência vibrante e notável cultura.

Sua chegada à Manaus, coincidiu com o preparo das festas comemorativas do 4.° Centenário do Descobrimento do Brasil, festas que se tornaram célebres pelo seu esplendor cívico.

De quando em quando, escrevia nos jornais da terra. Cândido Costa publicou uma série de artigos sob o tema da propalada *casualidade* do acontecimento, demonstrando profunda erudição de geografia e de história.

Na oportunidade, isto é, em 1900, lança, em Manaus, o seu livro "As Duas Américas", impresso em Lisboa e já no 8.° milheiro, ou seja, 8.ª edição, de 334 páginas — *in* 4.°. É uma obra de *americanismo,* como se dizia na época, sob a tese de haver sido o Continente Ocidental perlustrado por diversos povos do Oriente Médio e da Ásia, milhares de anos antes de Colombo.

Para se inferir do conteúdo dessa obra arrojada de investigação, basta ler a epígrafe do capítulo II: "Viagens dos navios de Salomão ao Rio Amazonas".

E, bem mais interessante é, nesse livro, para comprovar o seu ponto-de-vista histórico, a transcrição de parte do estudo do sábio francês Onfroy de Thoron, que, visitando a Amazônia,

estudou as línguas dos aborígenes, arrancando, de suas palavras, *raízes* fenícias, gregas e hebraicas, provas da presença desses povos, *in illo tempore*, em nossa terra. Dito trabalho de Onfroy de Thoron foi mandado imprimir, em Manaus, financiado pela Prefeitura Municipal.

O ilustre Delegado Fiscal não se entregou somente às cogitações sobre a pré-história da Descoberta da América. Também observou a pujança do reino vegetal do Continente, em cujo seio viu a mungubeira (bombax munguba). Esta árvore, de imponente envergadura, existe, aos milhões, em todos os terrenos varzeados, e produz uma *paina* finíssima e sedosa, própria para enchimento de colchões e travesseiros de macieza singular.

Cândido Costa descobriu, nas pequeníssimas plumas, um *poder de flutuação*, símile ao da cortiça, suportável por mais de 50 horas. O notável homem de letras fez, em Manaus, duas conferências de cunho prático, tendo realizado uma demonstração na av. Eduardo Ribeiro, em tanque especial, e outra, no porto da cidade, em ambas sugerindo, para uso de passageiros e tripulantes em todas as embarcações da Amazônia, com o que ter-se-iam camas acolhedoras, ao mesmo tempo, salva-vidas seguros e de baixo preço, evitando mortes, por motivos de naufrágios. É lamentável dizer que o conferencista perdeu o seu tempo ao sugerir a adoção da providência tão útil.

Quando, em 1912 (se não me falha a memória), Cândido Costa foi à nossa residência despedir-se, ao regressar ao Sul do País, ainda uma vez, conversamos a propósito da idéia dos *colchões de paina de munguba*, que, algum dia, serão aproveitados. E muitos bendirão a alma de Cândido Costa.

CÂNDIDO MARIANO

Este nome é desconhecido pela geração dos moços de hoje. Trata-se de uma figura destacada do nosso Exército que foi chamada ao Amazonas, em 1897, pelo governador Fileto Pires Ferreira, para comandar a Força Policial do Estado, no posto de tenente-coronel.

Ao tempo, no Estado da Bahia, flamejava, em Canudos, uma luta de fanáticos dirigidos por Antônio Conselheiro. As forças do Exército foram para lá, a fim de assegurar a ordem e a legalidade. Após abrirem veredas improvisadas, em terreno áspero, eram logo desbaratadas, deixando em campo, todo o seu armamento e munições. Quantas ali chegaram, tiveram o mesmo destino. Canudos era a Hidra de Lerna, o que, de modo algum, podia continuar.

Diversos Estados da União ofereceram sua colaboração militar, em cujo empenho estava o Amazonas, que rapidamente, organiza o seu contingente, na sua quase totalidade de rapazes amazonenses.

É nomeado para comandar o batalhão o Tenente-Coronel Cândido José Mariano que, à véspera da partida para Canudos, reúne os seus comandados, em uma praça pública de Manaus.

Na oportunidade, a família amazonense, representada por um grupo de senhoras e senhoritas, entrega ao Comandante Cândido Mariano, um lindo pavilhão confeccionado em seda — a Bandeira do Amazonas — pedindo que a levasse, como um talismã, e a trouxesse gloriosa, o que de fato aconteceu. O pavilhão glebário voltou impoluto e consagrado, achando-se, até hoje, dentro de uma vitrina, como relíquia, no salão nobre do Quartel da Força Policial do Amazonas.

Aos colaboradores da submissão de Canudos, de triste recordação, deve-se muito, sobretudo ao Amazonas, que foi sempre, até a última hora, sentinela avançada nos entreveros de sangue em que, de parte a parte, perderam a vida, aproximadamente vinte mil brasileiros.

De Canudos, cuja população podia ser avaliada em 15.000 moradores, pois possuía mais de 5.000 residências, nenhum combatente válido escapou. A devastação foi completa. Os *jagunços*, soldados de Antônio Conselheiro, eram feras encurraladas, mas nunca esmorecidas!

O Amazonas cumpriu o seu dever na pessoa do Comandante Cândido Mariano.

* * *

Dando um balanço no acervo do Batalhão do Amazonas, que era composto de 249 praças e 24 oficiais ao partir de Manaus, foi este o quinhão de desfalque: "Morreram em combate ou em conseqüência de ferimentos, 9 praças; pereceram de moléstia na Bahia, 2 praças; extraviaram-se 15 praças e faleceram já em Manaus, por motivo de moléstia atingidos na campanha, 3 praças."

Ao retornar ao seu Quartel, em Manaus, a 8 de novembro do mesmo ano (1897), verificou-se ter sido muito pequeno o número de "baixas", levando em conta a crueza da campanha.

* * *

E, agora, com epílogo desta notícia histórica, veja-se a quanto pode chegar a probidade de um soldado digno das maiores homenagens à sua memória. São dele as seguintes palavras, no seu minucioso *Relatório* ao Governador Fileto Pires Ferreira, datado de 15 de dezembro de 1897: "Da quantia de 40:000$000 que

este Comando teve em seu poder pertencente ao Estado, para quaisquer despesas imprevistas que fizesse com o Batalhão, durante sua ausência do Amazonas, só foi despendida a quantia de 14:473$000, restando ao Comando a de 25:527$000, que está sendo processada devidamente pelo Tesouro dar quitação a quem de direito." (*Relatório* pelo Sr. Tenente-Coronel Cândido José Mariano, Comandante do 1.° Batalhão de Infantaria do Estado sobre a estada do mesmo, durante o tempo em que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia, pág. 16, 2.ª edição, datado de 15 de dezembro de 1897.)

Ignoro qual a recompensa, além dos seus vencimentos em campanha, quer por parte do Amazonas, quer pela União. Sei apenas que o Tenente-Coronel Cândido José Mariano foi nomeado, em comissão, para exercer o cargo de governador do Território do Acre, no qual se desempenhou cabalmente.

Cândido Mariano nasceu a 22 de maio de 1870, tendo sido iniciado na Loja "Rio Negro", em 22 de abril de 1898.

Manaus deu seu nome — Cândido Mariano — a uma das ruas, honraria que mais tarde ela tirou, sem consideração ao quanto fez em Canudos pelo Amazonas e pelo Brasil.

A bandeira que levava para a luta voltou coberta de lauréis e as sobras do dinheiro do Erário retornaram ao seu lugar.

CARLOS MESQUITA

Em 1936, ao transcurso do cinqüentenário do Ginásio Amazonense Pedro II, escreveu sua autobiografia, dizendo:

"Professor Catedrático de Inglês por concurso realizado em 29 de outubro de 1920. Nasceu em Manaus, aos 28 de março de 1894. Fez o curso primário no Instituto Amazonense, do qual era diretor o professor Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz. Ingressou no Ginásio Amazonense, cursando suas aulas até 1912, quando embarcou para a Inglaterra, matriculando-se na "Dinglewood School", em Colwyn Bay, País de Gales. Em 1913 fez o exame vestibular para a Faculdade de Engenharia da Universidade de Liverpool, freqüentando até o último ano do curso de engenharia mecânica não o concluindo, porém, e voltando para Manaus. Em 2 de agosto de 1924 assumiu a direção do Ginásio Amazonense Pedro II por nomeação do governo revolucionário. A 10 de dezembro de 1925, por haver aceitado esse cargo, foi pronunciado e preso por ordem do Juiz Federal na Seção do Amazonas sendo recolhido ao quartel da Força Policial. Ali esteve sem liberdade seis meses e meio continuando afastado de sua cátedra por mais um ano, reassumindo-a então, por haver

sido absolvido em júri singular. Em 9 de outubro de 1930 foi nomeado vice-diretor do Ginásio sendo por ato n.° 31 do mesmo mês e ano conservado no cargo pelo Interventor Federal. Por ato n.° 6, do Governador Constitucional foi nomeado diretor do Ginásio em 20 de fevereiro de 1935, cargo esse que continua a exercer (1936). Foi professor e diretor da Escola de Comércio Senador Lopes Gonçalves, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, no ano de 1926. Durante seis anos regeu a cadeira de inglês no Colégio D. Bosco, havendo exercido interinamente a cadeira dessa disciplina na Escola de Comércio Solon de Lucena e no Instituto Universitário Amazonense. Fundou e dirigiu a revista ilustrada "Amazonida", havendo sido redator-chefe do vespertino "O Dia", redator dos matutinos "A Liberdade" e "A Nação", colaborando nos jornais que circulam no Amazonas. É Presidente de Honra do "Centro Estudantil Plácido Serrano", sócio honorário do "Grêmio Estudantil Humberto de Campos", sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, sócio da Sociedade Amazonense de Professores, da Associação Beneficente dos Funcionários Ativos e Inativos do Amazonas, representante da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo e membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Rege as turmas efetivas e suplementares de inglês do curso fundamental e as do pré-médico do curso complementar, no Ginásio Amazonense Pedro II. Obras publicadas: "Da preposição", tese com que concorreu ao concurso da cadeira de inglês; "O Hospício Eduardo Ribeiro e o Leprosário de Paricatuba", "Quem não deve não teme", "Contribuamos para o Leprosário", "A Cidade da Dor" e "Glebarismo".

* * *

Há na biografia do Prof. Carlos Mesquita um episódio que merece ser lembrado, pois influiu na sua formação cultural. É que o casal Carlos-Felismina se havia desavindo há anos, sem ter a menor aproximação, mesmo no interesse do filho querido. O Comandante Carlos Mesquita desejava que o menino partisse para a Inglaterra a fim de lá continuar seus estudos, enquanto D. Felismina opunha-se ao seu afastamento. A desinteligência foi ao Fôro, sendo que o Juiz de Menores, baseado na Lei ordenou à mãe a entrega do filho. No porto de Manaus estava de partida, para Liverpool, um navio inglês. O menino tinha saído à rua, sendo apanhado e conduzido para bordo, entregue ao Comandante do navio, por ordem do Juiz. Lá no País de Gales permaneceu interno na "Dinglewood School", indo depois para Liver-

pool. Regressou ao Amazonas já em companhia da esposa, inglêsa, que bem pouco tempo residiu em Manaus.

A dedicação de Carlos Mesquita pelo Ginásio Amazonense era comovente, havendo ocasiões de trabalho integral. Espírito boêmio, combatia o calor com a cerveja. Escrevia bem e com seriedade. Entre seus "hobies" estava o de colecionador, principalmente caixas de fósforos do mundo todo.

CARLOS STUDART

Carlos Studart, que viveu no Amazonas por muitos anos, nasceu em Fortaleza (Ceará) a 28 de março de 1862. Era filho de John William Studart, um inglês que viera de sua terra para o Brasil quando tinha onze anos idade, identificando-se com o Brasil por toda a vida, dedicada ao comércio.

William Studart casou-se com brasileira, seus filhos, instruídos, se tornaram homens notáveis nas ciências, nas indústrias e no comércio, destacadamente Guilherme Chambly Studart, de renome continental pelos grandes serviços à cultura e à humanidade, mais conhecido pelo designativo honorífico — Barão Studart.

Carlos Studart ficou órfão de mãe aos cinco anos de idade. Seu pai convolou novas núpcias com a cunhada, D. Augusta de Castro Studart, sob cujos cuidados, inclusive educação, ficara o sobrinho e enteado. Convém registrar o carinho e a capacidade da madrasta, no ensinar-lhe as primeiras letras.

Adolescente ainda, Carlos Studart faz sentir aos pais que desejava *começar a vida,* trabalhando no comércio. Obtém permissão para seguir rumo a Pernambuco, sob a orientação do Cônsul inglês, no Recife. Ali aportando, emprega-se ao serviço de uma firma que transacionava com fazendas.

É preciso recordar que, à época, a primeira colocação de um rapaz, num estabelecimento comercial, era a de *caixeiro-vassoura,* fosse ele filho de um plebeu ou de um fidalgo. Era tratado com rigor, chegando ao ponto de o caixeiro graduado, aquele que não mais pegava no espanador, nem no cabo da vassoura, nem conduzia, nas costas ou na cabeça grandes embrulhos pelas ruas, não dar trela ao seu colega de categoria inferior. Caixeiro-vassoura era um criado sem categoria. Pois foi por esse emprego que Carlos Studart começou.

Seu ofício consistia em fazer a limpeza da casa e conduzir, às residências dos fregueses ou às lojas de negócio, os fardos de fazenda que haviam comprado. Carlos, que era um moço franzino, não se podia queixar, nem do peso esmagador, nem das longas distâncias. Não adiantava mudar de estabelecimento, nem de cidade. O regime era duro, em contraste com o trato na residência de sua família. A experiência lhe tinha sido adversa e acendido, em sua alma, a explosão de uma revolta e o amor de sua independência. Resolve regressar à casa paterna, não como o filho pródigo da fábula, que dera um salto no escuro, mas cheio daquela experiência, que se lhe transformou em lição. Foi indescritível a alegria com que o receberam em sua casa.

Nessa ocasião, ocorre uma reviravolta nos negócios de John William Studart, levando-o quase à falência. Hábil timoneiro, contorna a adversidade, pondo em ação seu barco. Têm-se visto que, no curso da história, as desgraças são gêmeas. Assim foi para a família Studart: faleceu o seu chefe John, a 20 de fevereiro de 1878, com a idade de 59 anos. Carlos segue para a Bahia (Salvador), em cuja Escola de Medicina seus irmãos acabavam de receber as láureas do estabelecimento. Sua permanência ali ensejou-lhe estudar e realizar seus preparatórios vestibulares. No ínterim, apareceu-lhe uma idéia nova: a de ser militar. No pressuposto, Carlos viaja para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar na Escola Militar.

"Recém-chegado ao Rio — diz o seu filho e biógrafo, General Carlos Studart Filho — ardentemente desejava alistar-se cadete. Estava, porém praticamente só naquela grande e estranha cidade, sem apoio, nem amigos que o orientassem, na consecução de seus projetos; os parentes, em cuja casa se hospedara, não viam com bons olhos a esdrúxula inclinação do moço estudante pela carreira das armas e, por isso, não queriam dar-lhe o auxílio de que tanto carecia. Em tão aflitivo momento, resolveu valer-se do General Osório, então Ministro da Guerra do Gabinete Sinimbu. Procura-o em sua residência e lhe expõe os seus anelos. O velho e benemérito militar ouviu-o com bondade e logo procurou dissuadi-lo desse propósito, fazendo-o ver a insensatez dos seus sonhos e toda a grandeza da pretensão. Havia poucas vagas no modelar estabelecimento de ensino, e estas destinavam-se a filhos e protegidos dos altos figurões do Império. Ele, um provinciano bisonho, sem padrinhos, nem boas amizades na Côrte, que poderia esperar? ("Meu Pai", pág. 16.)

Diante dos fatos, tendo gasto cerca de três anos em tentativas frustradas, Carlos Studart regressa a Salvador e matricula-se na Escola de Medicina — realiza o curso de Farmácia, diplomando-se em 18 de setembro de 1882. Munido do seu diploma, retorna a Fortaleza onde funda a *Farmácia Studart,* no centro comercial da cidade, a poucos passos da, já então famosa, Praça do Ferreira.

Quando Carlos Studart se retirou de Salvador para Fortaleza, lá deixara um compromisso de casamento com D. Maria Elvira Morais, o que cumpriu, em Salvador, em 1883. Mas, foi um enlace transitório, pois D. Maria Elvira veio a falecer, em Fortaleza, a 12 de setembro de 1884, sem descendentes.

Carlos Studart contrai novas núpcias com sua prima D. Maria da Fonseca Pereira, filha do comerciante Capitão Antônio Joaquim Pereira. Deste seu segundo matrimônio, houve os seguintes filhos: "Arthur Pereira Studart, farmacêutico, bacharel em direito, médico e industrial, nascido em Fortaleza a 4 de maio de 1886, e que a 30 de junho de 1910 se consorciou com a prima D. Leonísia da Cunha Studart; Hilda Pereira Studart, viúva do bacharel em Direito, José Maria Corrêa de Araújo, nascida em Fortaleza a 10 de novembro de 1887 e falecida, no Rio de Janeiro em novembro de 1961; Beatriz Pereira Studart, viúva do bacharel em Direito José Alves de Souza Brasil, nascida em Fortaleza a 19 de dezembro de 1891; e Carlos Studart Filho, doutor em Medicina e general-professor, nascido em Fortaleza a 17 de junho de 1897, casado a 13 de novembro de 1924 com D. Neusa Dinoá da Costa." ("Meu Pai", pág. 18.)

Carlos Studart casou-se pela 3.ª vez, sendo sua esposa Dona Francisca Rodrigues das Neves, de quem teve uma filha, D. Emília Studart.

Tomando parte nas atividades políticas do Ceará, entrega a gerência da *Farmácia Studart* a um seu irmão e, logo, percorre o interior da Província em propaganda partidária e abolicionista, às vezes correndo o risco das tocaias.

Com os lucros de sua farmácia, aproveita os ensejos e adquire propriedades, no sertão. Durante cerca de três anos de andanças, esquadrinhou muitos Municípios, até regressar definitivamente à Capital.

Não lhe interessavam cargos públicos. Certa ocasião, todavia, aceitou a função de Preparador de Química, no Liceu do Ceará e os trabalhos de farmacêutico da Santa Casa de Misericórdia.

A Amazônia, no último decênio do século passado e no do atual, era a Golconda do Brasil. O Nordeste movia-se rumo às florestas do Rio-Mar.

Carlos Studart resolveu partir com a família. Ia enfrentar o incógnito da terra misteriosa e acolhedora.

Deixa Fortaleza a 4 de junho de 1899 e aporta a Manaus em 12 do mesmo mês. Não era um *retirante forçado* que ali chegava, mas um voluntário do destino, que não tinha as algibeiras vazias. Saltando, viu que pisava em terra firme, cercado de gente

de expressões acolhedoras, que lhe fizeram aumentar e vibrar as esperanças. Chegou, viu e haveria de vencer.

Semi-ambientado, sobretudo no seio da numerosa "colônia cearense", cruza o centro da cidade, numa época em que se iniciativa o *rush* da valorização da borracha. Encontra, na esquina da florescente Av. Eduardo Ribeiro e da Rua Municipal, mais tarde Av. Sete de Setembro, o ponto estratégico para assentar a base dos seus esforços, e, aí, instala a *Farmácia Studart,* homônima daquela que fundara e deixara em Fortaleza. Estava montado a cavaleiro para as lutas do comércio e da riqueza.

O estabelecimento vivia abastecido de drogas nacionais e estrangeiras, do que havia de mais moderno e acreditado. A *Farmácia Studart* não havia mãos a medir nas preferências de uma grande freguesia.

Studart prosperou rapidamente. Sua residência particular enchia-se de conterrâneos. Com a franqueza que lhe era habitual, sua mesa de refeições, máxime nos domingos e feriados, parecia a de um patriarca. E, ele o era espiritualmente.

O irmão do Barão de Studart tinha na alma e no sangue, algo dos seus antepassados, da linha paterna: qualquer coisa de nômade e de aventureiro. E, pela etnia materna, o mesmo fenômeno, traçado pelo atavismo: os nordestino dizem-se as pessoas mais "andejas" do mundo. Onde quer que se chegue, nos páramos da China e do Japão, encontram-se filhos da terra de Iracema.

Durante os 30 anos em que esteve no Amazonas, pequenos espaços de tempo permaneceu na sua farmácia. É que seu *espírito de direção,* na sua ausência, ficava otimamente entregue ao escalão da competência e da lealdade.

Na gíria popular, era homem que "não esquentava lugar".

"Itinerante incansável, Studart derivou repetidas vezes para o Velho Continente, e, entre 1905 e 1911, cruzou, ora só, ora acompanhado da família, doze vezes o Atlântico" (Obra cit., 31). Em suas excursões, visitou os países mais adiantados da Europa, não esquecendo as terras em que nasceram os trisavós, os Studart.

Depois da Primeira Grande Guerra, suas viagens, também por várias vezes, eram para o Ceará e para o Rio de Janeiro.

Dentro do Amazonas, consta ter feito, apenas uma viagem: esteve no rio Juruá, até S. Felipe, hoje Eurinepê.

Em 1921, liquidou seus negócios em Manaus e transferiu-se para São Paulo, fazendo-se industrial, manipulando o seu *Leite de Colônia,* de extraordinária procura. Com este produto de beleza Carlos Studart recheiou sua algibeira, em pouco tempo, tor-

nando-se milionário. Parte de sua fortuna, empregou na construção de dois arranha-céus, no Rio de Janeiro, dando a um deles o nome de "Manaus", grata lembrança da terra hospitaleira.

Carlos Studart era um homem franzino. Sua estatura ia pouco acima da meã e nascera com um defeito vocal, que o privava da articulação perfeita da fonação de certas sílabas. Foi isto, sem dúvida que impressionou o General Osório, quando o rapaz pretendeu seguir o curso das armas. Mas, o destino reservara-lhe uma ânfora de ouro, que seria a sua *Farmácia Studart,* com o seu trabalho, e ele a fez transbordar. Com o seu espírito de caridade, dessedentou a milhares de pessoas, que iam bater à sua residência.

Por ocasião do seu centenário de nascimento, a 28 de março de 1962, recebeu de parentes, amigos e conhecidos, uma verdadeira consagração. Era o prêmio da virtude, vindo a falecer, no doce aconchego da família e da consternação geral, destacadamente do Amazonas, no Rio de Janeiro, quando já havia completado 103 anos de idade.

CASTELLO BRANCO

O Dr. Anesio Fortes Castello Branco, natural do Piauí, nasceu a 21 de março de 1886, tendo feito o curso de preparatório no Liceu Piauiense. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, colando grau em 17 de dezembro de 1910, logo após rumando para o Amazonas.

Foi nomeado para exercer o cargo de Promotor Público de Canutama, tendo assumido o cargo em 27 de outubro de 1911.

Por ato de 24 de dezembro de 1912, foi nomeado Juiz Municipal do Termo da Lábrea, assumindo o exercício a 14 de janeiro de 1913, e, em seguida, o de Juiz de Direito da Comarca.

Por ato de 31 de janeiro de 1914, foi removido, a seu pedido, para o cargo de Juiz Municipal do Termo de Canutama, em cujo exercício permaneceu até 25 de junho, quando solicitou e obteve exoneração. Nesse mesmo ano, foi nomeado interinamente Procurador da República na Secção do Estado. Por ato de 10 de abril de 1914, foi nomeado para exercer o cargo de Delegado de Polícia do 2.° Distrito da Capital, cargo que exerceu de 6 de agosto até 9 de abril de 1915.

Por ato de 10 de abril de 1915, foi nomeado Promotor Público da Comarca de S. Felipe, cargo que assumiu a 25 de abril, nele permanecendo até 19 de junho, quando, a seu pedido, foi

exonerado. Em 3 de julho de 1916, foi nomeado interinamente para o cargo de Promotor da Comarca de Manacapuru.

De 1917 a 1924, dedicou-se ao efetivo exercício da advocacia na Comarca de Humaitá, aí exercendo também, de 1920 a 1922, o mandato de Intendente Municipal.

Em 25 de março de 1925, foi nomeado interinamente para exercer o cargo de Professor da cadeira de Psicologia, Lógica e História da Filosofia do Ginásio Amazonense, permanecendo no mesmo durante todo o ano letivo.

Por haver sido aprovado em concurso a que se submeteu, em 1925, para Professor de História do Brasil do mesmo estabelecimento, não tendo entretanto logrado a nomeação, foi aproveitado, de acordo com o Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 para exercer o cargo de Livre Docente da referida cadeira.

A 31 de março de 1927, foi nomeado Oficial de Gabinete da Secretaria do Estado, assumindo o cargo em 1.° de abril e ali permanecendo até 31 de dezembro de 1929, quando solicitou exoneração. Em 25 de junho de 1928, foi nomeado 1.° Suplente de Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Manaus.

Tendo reassumido o respectivo exercício o titular da 2.ª Vara, voltou à Comarca de João Pessoa, reassumindo o cargo em 2 de janeiro de 34.

(Extr. do "Anuário do Ginásio Amazonense Pedro II , n.° 2, pág. 66, Manaus, 1936.)

CASTRO E COSTA

Manoel Joaquim de Castro e Costa, nasceu em Manaus a 25 de fevereiro de 1868. Dedicou-se à vida burocrática, exercendo o cargo de Escriturário do Tesouro Público do Amazonas. Estudando sempre, conseguiu formar-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1893. Foi nomeado Procurador Fiscal da Fazenda em seu Estado. Exerceu também, em 1894, as funções de Professor de História Universal do Ginásio Amazonense. Foi eleito deputado estadual, na vigência da Administração Eduardo Ribeiro, alistando-se no partido que se formou então para apoiar este governador.

Posteriormente, reorganizada a Administração do Amazonas, pelo Dr. Fileto Pires Ferreira, foi o Dr. Castro e Costa nomeado Secretário do Departamento da Justiça. Escreveu substancioso Relatório, da parte que o competia. Tendo abandonado a vida burocrática, dedicou-se à advocacia, falecendo, em Manaus, a 11 de agosto de 1904.

CASTRO FIGUEIREDO

O Dr. José de Castro Figueiredo, Engenheiro-Arquiteto, nasceu em Belém do Pará, a 18 de abril de 1865, tendo falecido, no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1927.

Seus estudos superiores foram financiados pelo governo paraense, estando na Administração o General Lauro Sodré. Realizaram-se na Real Academia de Belas-Artes de Turim (Itália), obtendo o 1.° lugar, sendo premiado com medalha de prata, e uma viagem através da Itália.

Regressando ao Pará, foi nomeado para o cargo de Engenheiro das Obras Públicas, concorrendo para a remodelação da Capital e o seu afamado Bosque Municipal, além de construções numerosas.

O Dr. Costa Figueiredo era um homem culto, também sabendo falar vários idiomas. Especializou-se em Desenho e Cartografia, a respeito dos quais publicou excelentes compêndios, que tiveram aplicação nos estabelecimentos de ensino.

Na prática do Desenho e da Pintura, não era apenas um teórico. Prova existente é o retrato de Benjamin Constant, figurando no Liceu de igual nome, em Belém.

O Prof. Figueiredo, também assim o tratavam, transferiu-se para Manaus, no início do século, quando no governo do Estado o Dr. Silvério Nery, que lhe deu mão forte.

Ao começar a administração do ilustre amazonense, o Congresso Legislativo cria o *Banco Amazonense,* cujo lastro financeiro foi constituído pelo imposto de 100 e 80 réis, respectivamente, sobre cada quilograma de borracha fina e de sernambi exportado, sendo dita casa de crédito destinada a fazer empréstimos a seringalistas do Estado.

O Dr. Costa Figueiredo foi nomeado Diretor do Banco Amazonense, sendo-lhe entregue toda a arrecadação estabelecida por Lei. À casa de crédito, a gíria popular deu o nome de Banco do Tostão, tendo uma duração efêmera.

O Dr. Figueiredo, um homem finamente educado, fixou residência em Manaus, construindo aí, à esquina de uma das praças mais lindas, um palacete que é um encanto de arquitetura, como somente poderia executar um mestre na especialidade (atual Reitoria da Universidade).

O Dr. José de Castro Figueiredo, após o governo Silvério Nery, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu.
(Dados biográficos fornecidos obsequiosamente por pessoa de sua família.)

CLÁUDIO DE MESQUITA

Dentre os portugueses que, em Manaus, mais se distinguiram, pela inteligência, cultura e trabalho, estava, ao final do século passado, o futuro Comendador José Cláudio de Mesquita. Seu nascimento ocorrera em Setubal (Portugal) a 7 de outubro de 1858, cidade onde estudou as primeiras letras.

Em 1883 foi mandado para Manaus, com a incumbência de fundar uma filial da Casa J. H. Andresen, velho estabelecimento localizado na cidade do Porto, desde 1845.

De fato, em 1885, estava fundado, na capital da Província do Amazonas, o estabelecimento denominado *Armazéns Andresen,* cujos principais negócios eram a venda de vinhos e ferragens, e a compra de borracha. Sua prosperidade foi notável sob o dinamismo e sagacidade ou seja a visão mercantil do seu fundador e gerente, despertando absoluta confiança e apoio. A Casa Matriz era proprietária de várias embarcações, das quais, duas viajavam entre Lisboa e Manaus, desde 1908; denominavam-se "Dona Maria" e "Dona Amélia", que, na ida e no regresso, andavam sempre "carregadas". Além desses barcos havia o possante rebocador "Jane", que viajava para o interior do Estado, principalmente no Rio Solimões.

Cláudio de Mesquita não cuidava somente dos seus negócios, mas ainda do bem-estar das populações ribeirinhas, no sentido de saúde e alimentação.

Tive, por várias vezes, oportunidade de ler "circulares", "prospectos", "instruções", em forma de conselhos, assinados por Cláudio de Mesquita, conclamando, em linguagem simples, o plantio de roças, nas vizinhanças dos barracões e das cabanas dos extratores da borracha e da castanha, roças de mandioca, aipim, batata, cará, banana, etc. Era uma propaganda bem contrária à prática do egoísmo dos seringalistas, que não permitiam aos seus *fregueses* o plantio de roças nos seus seringais, para que todos ficassem na absoluta contingência de tudo comprarem nas suas casas de negócios.

A perseverança da propaganda de Cláudio de Mesquita não cessara. De todos os navios e lanchas que subiam, iam para terra os instrumentos da conclamação salvadora.

Quando surgiu a tremenda *crise da borracha,* em 1912, numerosas famílias não sofreram a "debacle", pois já estavam providas de alimentação ou de roças em que não faltavam os elementos de primeira necessidade.

Outra iniciativa de Cláudio de Mesquita foi o plantio do *Seringal Miri,* num subúrbio de Manaus, tudo à sua custa, embora

em terra inadequada, todavia para mostrar aos interessados no assunto as observações objetivas a que muitos se iam entregar. São passados mais de 50 anos que ali está o hôrto da *Hevea* para mostrar a tenacidade de um homem, que não era nem seringueiro, nem seringalista.

* * *

O Chefe dos Armazéns Andresen foi além do terreno da propaganda e da demonstração: inventou a *Faca Amazônica* para substituir a *machadinha do seringueiro,* que havia já devastado muitos seringais, isto é, milhões de seringueiras, pois o corte vibrado pelo extrator penetrava além da casca, indo apanhar o cerne ou lenho, expondo-o à *broca;* houve seringais riquíssimos que, em pouco tempo, ficaram inúteis.

Cláudio de Mesquita mostrou e demonstrou a Faca Amazônica, mais fácil de manobrar e mais barata, fazendo na casca da seringueira, uma incisão, em forma de espiral, preservando a *árvore mártir,* que passou a se refazer de uma safra à outra.

Cláudio de Mesquita, em 1911, alargando as suas atividades, numa época em que Manaus edificava *uma casa por dia,* comprou ao industrial Raymundo Monteiro Tapajós sua *Olaria das Lajes,* velho estabelecimento, que, logo, foi ampliado, aparelhado de novos fornos e do mais moderno.

O novo proprietário, todos os dias, bem cedo, ia ao porto e viajava para Lajes, gastando meia hora, a fim de assistir ao começo dos trabalhos de cerca de 200 homens. E, logo, regressava ao Escritório, nos Armazéns Andresen.

Aconteceu, porém, que surgiu a *crise da borracha.* Paralizaram-se as obras de construção, cessando as encomendas de tijolos, telhas, tubos. Os fornos pararam de fumegar.

Os Armazéns Andresen, não por motivo de incúria, nem por desonestidade, entrou em colapso e acabou fechando suas portas. Mas Cláudio de Mesquita responsabilizou-se pelos prejuízos. Os credores ofereceram-lhe *moratória* que recusou formalmente.

Fundou a nova firma "Mesquita & Comp." sendo ajudado por toda a praça. Em tempo recorde, liquidou seus compromissos, caso singular nos anais da cidade.

* * *

Outros fatos e empreendimentos na vida desse homem de conduta edificante: foi eleito Presidente da Associação Comercial do Amazonas. Nesse posto, muito fez pelo ressurgimento da praça comercial de Manaus, pelo telégrafo, pela valorização da borracha e da castanha. Foi sócio fundador e benemérito da Associação Beneficente Portuguesa, membro ativo da Loja "Esperança e Porvir", de Manaus, onde foi iniciado a 26 de abril de 1884.

Sentindo-se doente, viajou para a cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, onde faleceu a 23 de outubro de 1923, na residência de sua filha Sarah, esposa de Mário de Albuquerque. O Comendador José Cláudio de Mesquita foi realmente uma vida edificante, um grande amigo do Amazonas.

(Fontes subsidiárias de sua biografia: Observações do Autor; informações escritas do seu filho Dr. Jorge Mesquita; "Biografia", por J. B. — João Batista de Faria e Souza, *in* Boletim do Gr. Or. do Amazonas e Acre, Ano II, n. 6 — 1923, pág. 149; Cosme Ferreira "Em procura de um biógrafo", *in* "Boletim" da Ass. Com. do Amazonas, pág. 9, Ano VIII, março de 1949.)

CLEMENTINO GUIMARÃES (Barão de Manaus)

O Coronel Clementino José Pereira Guimarães, filho do Capitão Marcelo Pereira Guimarães, nasceu em Belém do Pará a 14 de novembro de 1828. Sem se afastar da Amazônia, estudou as primeiras letras e o curso preparatório com muita dificuldade, pela deficiência de professores e livros.

Bem jovem dedicou-se à imprensa, colaborando no "Cinco de Setembro", predecessor do "Estrela do Amazonas", primeiros periódicos surgidos em Manaus, na fase auroral da Província.

Ingressa na burocracia e na política. Ao ser proclamada a autonomia provincial a 1.° de janeiro de 1852, era Secretário da Câmara Municipal, que conferiu a posse de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha no cargo do 1.° Presidente e instalador da Província. No Termo da solene instalação, cujo original se encontra no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, lá está sua assinatura. Clementino Guimarães fez parte da Assembléia Legislativa da Província, no biênio de 1874-1875.

Acumulava diversos cargos, nos intervalos das sessões, inclusive as atividades de advogado, sendo que em todos patenteava dinamismo surpreendente. Entre outros cargos, notavam-se: o de Promotor Público; o de Procurador Fiscal da Fazenda, etc.

Tinha sido designado, por Carta-Patente de 3 de janeiro de 1854, Capitão da Guarda Nacional, ao tempo em que administrava o Amazonas o Dr. Herculano Ferreira Pena. Em Carta-Imperial de 19 de julho de 1871, foi agraciado com o Título de Oficial da Ordem da Rosa e elevado ao posto de Major.

Em 30 de novembro de 1872, foi-lhe concedida reforma no posto de Tenente-Coronel. Por Carta-Constitucional de 22 de

agosto de 1885, teve a nomeação de 3.º vice-Presidente da Província. Mas, somente por duas vezes chegou ao Poder, nas oportunidades das vacâncias do cargo, sendo a 1.ª, de 8 de abril a 8 de junho de 1870; a 2.ª, de 21 a 28 de outubro de 1885.

Vejamos, mui ligeiramente, como procedeu no timão do governo, no primeiro período, havendo sucedido no cargo ao Comendador João Wilkens de Mattos, por achar-se ausente o 2.º vice-Presidente e vago o 1.º.

Quase nada podia fazer, em tão curto espaço de tempo. No entanto, algo pôde realizar, a *grosso modo,* o prosseguimento das obras da igreja de N. S.ª dos Remédios (primitivo edifício); grandes reformas no prépio do Seminário Episcopal, valendo os reparos por uma reedificação, o mesmo acontecendo com o prédio do Hospital Militar, situado na ilha de S. Vicente.

Os Relatórios do Dr. Leovigildo Coelho, então Diretor das Obras Públicas, falam alto das diligências do governo provincial da época, em prol dos serviços de assistência ao patrimônio da Província. Outra obra dispendiosa e urgente foi a do casarão em que funcionava o internato do Instituto dos Educandos Artífices, que estava quase a desabar, tendo sido reparado e aumentado na administração do, mais tarde, Barão de Manaus. Relacione-se ainda a conclusão do grande edifício do Paço Municipal que, uma vez pronto, foi entregue para servir de sede ao governo da Província. Não há negar que o Tenente-Coronel Clementino Guimarães foi um esforçado Presidente. Iguais cuidados também lhe mereceram a Instrução Pública e a Saúde, bem assim a Catequese e a navegação. Sustentou e desenvolveu uma boa situação de prestígio à autoridade e ao crédito público, pelo equilíbrio das finanças.

O Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães passou o governo do Amazonas ao General José Miranda da Silva Reis, a 8 de junho de 1870.

Com a exoneração, a pedido, do Presidente Dr. José Jansen Ferreira, o Barão de Manaus assumiu novamente a Presidência, a 21 de outubro de 1885, encontrando a Administração fora de perfeita ordem, segundo afirma. Consubstanciou num governo-relâmpago, agitadíssimo, e assim o passou ao novo titular nomeado, o Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, a 28 de outubro do mesmo ano (1885).

Estando no ostracismo há tantos anos, ascendeu certamente no propósito de fazer a *derrubada* dos adversários políticos, os "liberais". E, assim o fez, começando pela demissão a *bem do serviço público,* do Capitão Manoel Rodrigues Cheks Nina, do cargo de Diretor da Instrução Pública. Tratava-se, porém, de uma

das figuras mais conceituadas e prestigiosas da cultura e da sociedade. Era um homem honesto e trabalhador, além disso, genro do Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós, o cidadão de maior influência político-social e econômica do seu tempo. Com esta e outras demissões, Clementino havia interrompido o sossego dos que viviam na sua colmeia. Mas os dias da tormenta, felizmente, foram poucos.

Com a exoneração, a pedido, do titular da Presidência, Dr. José Jansen Ferreira Júnior, substituiu o Barão, a 28 de outubro de 1885 o já citado Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, um dos intelectuais mais brilhantes e progressistas, de quantos ocuparam a curul governativa do Amazonas. Este estadista, com a precisa moderação, lançou um jato de água à fogueira crepitante. As palavras com que entregou o governo foram repassadas de recriminações, dizendo, entre outras coisas ao seu sucessor: "Desejo a V. Excia. uma administração feliz. Ingrata e cheia de espinhos vai ser com certeza a tarefa que torna aos seus ombros. V. Excia. tem tudo a construir. O legado que recebi provisoriamente e que hoje passo à V. Excia. só um espírito culto e cheio de patriotismo pode satisfazer e eu folgo em reconhecer que V. Excia. possui estas eminentes qualidades e, nelas, a convicção de que associará seu nome à prosperidade e às glórias da Província. Deus guarde V. Excia."

Depois, caiu em novo ostracismo, creio abandonando a política.

Faleceu, em Manaus, a 16 de outubro de 1906, deixando vultosa progenitura.

À época, tinha eu 30 anos de idade. Indígena, vivendo na mesma taba, pude conhecê-lo no trato social, em encontros informais: posso desse modo afirmar que o Barão era corpulento, de tórax saliente, tipo de atleta semelhante aos nativos do Rio Negro, lembrando os "manaus". Cidadão de fisionomia aberta, simpática, de pômolos salientes, testa ampla, davam-lhe uma demonstração de acuidade intelectual e domínio. A esses predicados físicos, juntem-se outros de educação, fazendo-o uma entidade maneirosa, no lar e nas relações sociais. Na intimidade dos seus numerosos sobrinhos, era tratado por Tio Quelé.

Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus, foi realmente uma grande figura da antiga Província do Amazonas. (Fontes subsidiárias, além dos Relatórios já citados, veja-se o precioso livro "Almanaque Administrativo da Província do Amazonas", para o ano de 1874.)

COELHO CINTRA

O Dr. José Amaro Coelho Cintra nasceu em Aracati, no Ceará, a 15 de janeiro de 1881, falecendo, em Manaus, a 15 de dezembro de 1953, inhumado no cemitério de São João Batista.

Foi seu pai o Des. Manoel Coelho Cintra Júnior, natural de Pernambuco e já viúvo, se transferiu para Fortaleza (Ceará), onde se casa com D. Maria Emília Martins. Aí, começa a nova geração dos *Cintra do Ceará* à qual pertence o Dr. José Amaro.

É desse modo que Mons. Antônio Paes Cintra ("Genealogia dos Cintras", editora "Jornal do Comércio" — Rio — 1949), explica a gênese da família Cintra, em parte emigrada para o Amazonas.

José Amaro foi aluno do Colégio Militar de Fortaleza do qual se afastou, rumando para o Amazonas, que não lhe saía da imaginação. Uma vez em Manaus, viaja para Fonte Boa onde residia um seu tio, que o faz balconista de sua casa comercial.

Ali, estudando, presta concurso para reger uma cadeira do magistério primário. De caixeiro, torna-se mestre-escola.

Casou-se, em Manaus, com Zelinda Lima de cujo enlace houve dois filhos: Mário e José, já falecidos.

No governo do Dr. Constantino Nery (quatriênio de 23-7-1904 a 23-7-1908), José Amaro é nomeado Superintendente (Prefeito) Municipal de Fonte Boa, deixando, assim temporariamente sua cadeira de professor.

Tendo perdido a esposa, volta ao Ceará e contrai novas núpcias com sua prima Adélia Gurgel do Amaral, hoje (1968) octogenária, vivendo em Fortaleza. Desse consórcio, advieram os seguintes filhos: João Adolfo, casado, pecuarista; Tarcila Cintra de Figueiredo, casada com o Sr. Mário Leite Barbosa de Figueiredo, residente no Ceará; Agenor Cintra, casado, industrial, residente no Rio de Janeiro; Ivan Cintra, bacharel em Direito, promotor de Justiça na Comarca de Manaus; Maria Emília, solteira, residente no Ceará; Murilo Cintra, casado, médico, residente em Manaus; Hugo Cintra, casado, bacharel em Direito, promotor de Justiça na Comarca de Coari (Amazonas); Jósio Cintra, casado, funcionário do Banco da Amazônia, em Goiânia.

Na sua demorada permanência em Fortaleza, Coelho Cintra ingressa na Faculdade de Direito, nela se bacharelando a 25 de março de 1920, em Ciências Jurídicas e Sociais.

Na administração Benjamin Barroso, foi nomeado Delegado de Polícia do interior do Ceará, sendo depois chamado, no governo de João Thomé, para exercer as mesmas funções na Capital.

Em 1925, transferiu-se novamente para o Amazonas, sendo nomeado Fiscal de Rendas, com sede em Fonte Boa, terra de sua predileção, e, mais tarde, Juiz de Direito em Tefé.

* * *

O Dr. José Amaro Cintra possuía nobres relações de parentesco e cortesia no mundo oficial e social, de sua época. Dentre outros, era irmão do Coronel Elias Coelho Cintra, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, pai dos Generais Djalma e Clóvis Coelho Cintra; irmão de D. Francisca das Chagas Coelho Cintra, casada com seu primo General-doutor Alexandre José Barbosa Lima, que foi Senador pelo Amazonas; irmão ainda de D. Tereza Coelho Cintra, casada com o Almirante Oscar Barbosa Lima.

Era sobrinho do ilustre Engenheiro José Cupertino Coelho Cintra que, "em 1892, perfurou o primeiro túnel que dá acesso à Copacabana, no fim da rua Real Grandeza, sendo por isso chamado *descobridor de Copacabana*" (Veja-se Paes Cintra, ob. citada).

* * *

Resumindo seu tempo de serviço, vê-se que foi: Professor primário, em 1902; Superintendente Municipal de Fonte Boa, em 1904; Fiscal de Rendas do Estado, em 1925; Juiz de Direito da Comarca de Tefé em 1929, aí permanecendo até 1937, quando pediu remoção para a Comarca do Alto Solimões, com sede em Fonte Boa, em cujo cargo se aposentou, em 1950, contando 34 anos de serviço público.

(Além de mais de 40 anos de observação do autor, colaboração do Dr. Ivan Coelho Cintra, filho do biografado; informações contidas no "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense", do Barão de Studart, e do "Registro Biográfico Cearense", verbête n.º 217, por José Bonifácio de Souza.)

COELHO DE REZENDE

O Dr. Simplício Coelho de Rezende, filho do Tenente-Coronel Simplício Coelho de Rezende, nasceu a 1.º de abril de 1841, em Piracuruca, no Estado do Piauí. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife e, regressando à sua terra natal, foi Juiz Municipal, Deputado Provincial, Deputado Geral, na última legislatura do Império.

Dirigindo-se para o Amazonas, na Administração do Doutor Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1892), foi nomeado Chefe de Polícia. Exonerou-se desse cargo por ocasião das mudanças

políticas que puseram termo ao governo daquele militar, entregando-se desde então à advocacia, em cuja profissão revelou alta competência, aliás já comprovada pelos trabalhos que havia publicado antes de chegar ao Amazonas. Foram notáveis, pela erudição e brilho, as polêmicas de caráter jurídico que travou com o seu colega o Dr. Agesilau Pereira da Silva, na imprensa de Manaus.

Fundada a Universidade da Capital amazonense em 1909, no governo do Coronel Bittencourt, foi o Dr. Coelho de Rezende convidado para reger uma das cadeiras do curso jurídico, e logo nomeado Diretor da Faculdade (1910). Como atestado de sua cultura e do empenho com que tratava as incumbências que lhe eram confiadas, lá existem seus discursos proferidos na Assembléia Geral (Rio de Janeiro) em 1887, mandados imprimir por seus amigos.

O Dr. Coelho de Rezende procurou sempre viver alheio às questões partidárias do seu Estado adotivo. Todavia, por ocasião do triste bombardeio de Manaus a 8 de outubro de 1910, por navios de guerra da nossa Armada, sua residência foi a mais danificada, tendo o ilustre causídico escapado milagrosamente às balas que se dirigiam à casa do Coronel Bittencourt.

O saudoso amigo do Amazonas, que escolhera para viver, deixou uma prole brilhante que tem dignificado a Magistratura, o Magistério e a Sociedade, que tanto serviu e está espiritualmente servindo.

CONSTANTINO NERY

Antônio Constantino Nery nasceu em Manaus a 20 de dezembro de 1859, falecendo em Belém (Pará) a 19 de setembro de 1926, no posto de General. Foram seus pais o Major do Exército Silvério José Nery e sua esposa D. Maria Antony Nery. Batisou-se a 20 de abril de 1860, na Capela de N. S.ª dos Remédios, servindo-lhe de padrinhos: o proprietário Alexandrino Magno Taveira Pau Brasil e D. Francisca Antony Loureiro, que o tocou com a coroa de N. S.ª da Conceição.

Houve, em Manaus, uma época, ocorrida cerca de um decênio após o término da Guerra do Paraguai, em que rapazes maiores de 12 anos aspiravam a vida militar e se esforçavam, perante seus pais ou responsáveis, a fim de alcançarem o Rio de Janeiro, sede da Escola Militar. Entre esses mancebos estava o adolescente Constantino Nery, que conseguiu realizar sua aspiração de estudar na Corte, tendo ingressado na Escola Militar do

Realengo, e de sair graduado Oficial do Exército, com a fama de inteligente, estudioso e disciplinado. Fez sua carreira de armas quase toda no Sul do País. Casou-se com a Senhorita Sebastiana Nery, de cujo enlace houve diversos rebentos.

O militar amazonense, já tendo atingido o posto de Major de Engenheiros, entra na política do seu Estado, sendo então Governador o Dr. Silvério Nery, seu irmão, servindo no quatriênio de 1900-1904. No ínterim, abre-se uma vaga de Senador, na representação do Amazonas, lugar esse logo preenchido, mediante pleito eleitoral, pelo candidato Constantino Nery que serve o mandato com empenho e dignidade. Passam-se os tempos e Constantino candidata-se à sucessão governamental do irmão. Acontecia, porém, que a Lei Magna impedia, entre parentes próximos, o processo da sucessão. Todavia, em matéria político-partidária, sempre existe uma tangente, um sofisma ou um pequeno remédio para curar. De fato, o Governador do Estado renuncia o cargo suficientemente antes do prazo da proibição legal ou da incompatibilidade. Do caminho, estava arredado o seixo. Monsenhor Benedito da Fonseca Coutinho, vice-Governador, assumiu o governo, tudo dentro da Lei. Constantino, assim, é eleito e, na oportunidade, assume o exercício da governança do Estado, para servir no quatriênio de 23 de julho de 1904-1908, tendo como companheiro de chapa, o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt para vice-Governador.

Desde logo se previu que a arte principal da vida do ilustre amazonense não seria a militar, mas a administrativa referente à sua terra. Quando Senador Federal, muito fez para que a Manaus Harbour Ltda. contratasse a construção do Porto da cidade, essa estupenda obra de flutuantes, que deu à Capital um grande impulso ao comércio e à navegação, permitindo o atracamento fácil de grandes transatlânticos do mundo.

No governo em apreço, pelo natural fenômeno da valorização da borracha, as rendas públicas aumentaram consideravelmente, fato que teria de influir na prosperidade geral do Estado.

Pôde assim Constantino Nery realizar obras notáveis, grandes e sólidas, que hão de se perpetuar, futuro além. Entre elas, o edifício da Biblioteca Pública, a Penitenciária, o Leprosário de Paricatuba, a abertura, com planificação custosa, da Estrada que recebeu o seu nome, e partindo da cidade, alcança a região de Flores, hoje asfaltada e em boa parte edificada.

Outros empreendimentos de imenso valor também ficaram, além de aterros, desaterros e jardins, na área da cidade.

Mas, se é justo e imperativo registrar os benefícios de um governo, também é justo que sejam apontados alguns senões que

a história jamais poderá esconder, tanto mais que, no governo do Dr. Constantino Nery não havia *reservados de pagamentos,* que não fossem a registro nos Balanços do Tesouro, anexos às *Mensagens* do Governador enviadas ao Congresso Legislativo. Nada era escondido, inclusive os exagerados preços, em certas contas recebidas e pagas pelo Tesouro. O Estado tudo comprava, mas nem tudo pagava. O seio de Abrahão estava sempre aberto. Era a voragem. Tenho diante dos olhos os Balanços do Erário, corroborados nas suas infindáveis listas de *verbas* não pagas ou sejam de credores logrados, sem falar de funcionários públicos em atraso do seu pagamento de muitos meses. Conheça-se, embora em síntese, o epílogo sombrio da prodigalidade desse quatriênio. Tem a palavra o sucessor imediato do Dr. Constantino Nery, o Coronel Raymundo Afonso de Carvalho, como Presidente do Congresso Legislativo do Estado, em *Mensagem* de 28 de dezembro de 1907, ao mesmo Congresso: "O meu sentimento foi o de pavor, mas encarando com energia as dificuldades e firme resolução de fazer largos cortes no que me fosse lícito, reiteirei logo as ordens que havia dado ao Sr. Inspetor do Tesouro, de não efetuar senão os pagamentos que fossem por mim direta ou indiretamente autorizados." Mais adiante, quando o Coronel Bittencourt assumiu o seu quatriênio, a 23 de julho de 1908, verificou que a situação do Tesouro era a de caos, quando realmente se conheceu, em algarismos, a situação financeira do Amazonas (Veja-se o opúsculo "As finanças do Amazonas numa administração", pelo Cel. Antônio C.R. Bittencourt, ex-Governador do Estado — Rio de Janeiro — Tipografia do "Jornal do Comércio" — 47 páginas — 1914).

Sob o ponto de vista psicológico, analisada a sua conduta espiritual, desde logo que vê que o ex-Governador tinha personalidade própria, revelada nos seus hábitos e costumes. Assim na maneira de se externar, em palavras que pareciam pesadas, medidas e contadas. Era pouco ou quase nada fluente. Os passos lentos com que andava, as suas cartas, os seus discursos eram decorrentes de um homem sem pressa. Leiam-se as suas *Mensagens* dirigidas ao Legislativo, como pecam pela restrição do trabalho de as ler na oportunidade. Comer e dormir eram a suprema distração daquele estadista para quem o Estado do Amazonas parecia ser uma longínqua ficção de Humboldt. O General Antônio Constantino Nery era um homem de grande bondade, face ao sofrimento alheio, um amazonense de bela formação acadêmica, mas não passava de um boêmio a seu modo, não se preocupando com as grandes responsabilidades que pesaram sobre os seus ombros, na sua terra natal.

CORIOLANO DURAND

O Professor Coriolano Durand, em 1936, solicitado a fazer sua autobiografia, em livro comemorativo do cinqüentenário do Ginásio Amazonense Pedro II, de Manaus, escreveu o seguinte: "Professor catedrático de Francês por concurso realizado em 8 de fevereiro de 1909. Nasceu a 12 de abril de 1878, no Forte de Tabatinga, fronteira do Brasil com o Peru. Estudou as primeiras letras no *Colégio Marinho* dirigido por Pedro Ayres Marinho e na Escola de Nicolau Tolentino, completando o curso primário no Colégio Americano de José Veríssimo, iniciando o secundário no *Atheneu Amazonense* sob a direção do Dr. Jonathas Pedrosa.

No *Liceu do Amazonas,* prestou exames do curso preparatório, e, no Rio de Janeiro, fez o curso anexo à *Escola Politécnica*. Volvendo ao Amazonas, foi proprietário de um seringal, no Rio Madeira, sendo depois, na cidade de Manicoré, Procurador-Tesoureiro municipal, Promotor Público e Advogado no Crime, e, em Manaus, Delegado de Polícia.

Deu-se depois ao magistério, tendo sido professor de primeiras letras, por concurso, numa escola noturna municipal de Manaus, e do Atheneu Amazonense, direção do Prof. José Estevam. Durante muitos anos regeu a cadeira de Português da *Escola Complementar* do sexo masculino, em substituição ao Prof. Júlio Nogueira e do Ginásio Amazonense, substituindo o Dr. José Fernandes Veiga.

Fundou e dirigiu durante alguns anos, o *Externato Durand,* que foi obrigado a fechar, por causa da varíola. Rege, ainda hoje (1936) a cadeira de Francês da *Escola de Comércio Solon de Lucena*. Em diversas épocas, desempenhou os seguintes cargos: de Auxiliar de Secretário de Estado, no governo do Coronel Constantino Nery, e de Oficial de Gabinente do Governador, na administração Antônio Bittencourt e colaborador de "O Amazonas". Mais tarde, redator de "O Impahcial" e colaborador de "O Paiz", do Rio.

No Fôro de Manaus, foi solicitador do Dr. Simplício Coelho de Rezende. Nomeado representante do Município de Manaus, na gestão do Dr. Jorge de Moraes, partiu para a Europa, para negociar um empréstimo destinado à encampação da *Manaus Improvements* e do *Manaus Markets,* arrendatários do Mercado e Matadouro, e do Serviço de Águas e Esgotos da Capital. De volta da Europa, empregou-se como Ajudante de Guarda-Livros da Fábrica de Cerveja Amazonense, lugar que ainda hoje (1936) ocupa.

No governo revolucionário de 1924, fez um discurso em que proclamava *Cidadão do Amazonas* ao Tenente Ribeiro Júnior, e, na intervenção de Alfredo Sá, foi preso, como revolucionário. Exerceu, na administração municipal Araújo Lima, as funções de Secretário da Prefeitura e na do Tenente Emanuel de Moraes, foi encarregado da construção de oito *bangalows* na praça da Saudade, cujos projetos são de sua autoria. Desempenhou as atividades de diretor do Teatro Amazonas na gestão discricionária do Capitão Nelson Mello. Além de crônicas, contos e artigos diversos, esparsos em jornais e revistas de Manaus, Paraíba e Rio, publicou os seguintes volumes: "Des Altérations Phonetiques", Tese de concurso à cadeira de Francês do Ginásio Amazonense, que hoje (1936) professa; "Vende-se", *Vaudeville* em três atos, premiado na Exposição Nacional de 1908, com medalha de prata; "A Chama", alta comédia, em três atos, aceita com ligeiras alterações, por Lugné Poe, do *Théatre de l'Ouvre*, em Paris e "Marquezinha", opereta, em um ato para crianças, música de A. Sobreira Lima. (Anuário do Ginásio, n.° 2, comemorativo do cinqüentenário de sua fundação, pág. 52 — Manaus, 1936).

O Prof. Coriolano Durand, tendo nascido em Tabatinga, deve ter gravado na memória o esplendor do panorama visto na primeira infância. O fato de ter nascido em uma Fortaleza e ter visto passar a seus pés o maior rio da terra, há de ter marcado no seu espírito, pelo resto da existência, algo de singular e impressionante. Coriolano era dotado de uma grande sensibilidade e de uma inteligência poliédrica. Era poeta, pintor, arquiteto, teatrólogo, burocrata, jornalista, professor de francês e português, e mais o que quisesse.

Quando ainda rapaz, apenas entrado na adolescência, estudante no Atheneu Amazonense, publicou um folheto, contendo seus devaneios poéticos. Vejamos outro pendor de sua exaltada inclinação artística, ao tempo em que servia de Secretário do governo municipal de Araújo Lima. Comparece um pintor de bom acolhimento com o fim de vender à Prefeitura alguns dos seus quadros a óleo. Telas de valor, a Prefeitura adquire quatro desses trabalhos. Ao discutir-se o valor artístico de cada quadro, o Prof. Coriolano Durand declara que também era pintor. Como tivesse percebido dúvida entre os presentes, resolveu fazer prova pública. Ao instante designado, o Professor Coriolano lá estava com todos os elementos: telas, cavalete, tintas e pincéis. Em menos de uma semana, achava-se concluída a prova. Viu-se, então, que o pintor latente, era um pintor de fato, um artista consumado. Esse trabalho foi, pelo autor, oferecido à Prefeitura de

Manaus, passando a ornamentar o Gabinente do Secretário. E lá deve ainda estar como testemunho da genialidade de um filho do Amazonas.

* * *

O Prof. Coriolano Durand teve um acontecimento honroso na sua vida de intelectual e erudito. Trata-se do concurso que realizou para provimento efetivo da cadeira de Francês, do Ginásio Amazonense, concorrendo com o Prof. Eugênio Chauvin, também, como ele, um candidato de notável saber e recursos de lógica. Coriolano era um grande mestre da língua de Racine, além de conhecedor profundo de sua literatura, sendo o preferido, no ato da nomeação.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1937.

COSTA AZEVEDO (Barão de Ladário)

O Almirante José da Costa Azevedo — Barão de Ladário — foi uma das figuras exponenciais que veio da Monarquia e penetrou profundamente na República, dando a ambas uma copiosa lista de serviços de grande relêvo.

Natural do Rio de Janeiro, nasceu a 20 de novembro de 1825, sendo filho do homônimo Coronel de Engenheiros.

Entrou para a Marinha a 13 de fevereiro de 1841. Sua vida se desdobrou em várias fases, todas remarcadas de serviços à Ciência e à Pátria. Vejamo-la por partes, em súmula, começando pela militar, recorrendo, de quando em vez, ao livro "Soldados e Marinheiros do Brasil", páginas 333 e seguintes, do ilustre biografista militar Américo Palha, em publicação feita pela Biblioteca do Exército.

"Foi a seguinte sua carreira na Armanda: 2.°-Tenente — a 21 de dezembro de 1843; 1.°-Tenente — a 14 de março de 1844; Capitão-Tenente — a 2 de dezembro de 1856; Capitão-de-Fragata — a 21 de janeiro de 1867; Capitão-de-Mar-e-Guerra — a 2 de dezembro de 1869; Chefe de Divisão — a 30 de dezembro de 1877; Chefe de Esquadra — a 1.° de dezembro de 1882; Reformado no posto de vice-Almirante — a 15 de novembro de 1889."

Como se pode verificar, Costa Azevedo, na sua vida de homem do mar, serviu durante 48 anos, em desdobramento de uma fé-de-ofício das mais brilhantes e gloriosas

Em 1874, havia concluído sua tarefa de determinação da nascente principal do rio Javari o então 1.°-Tenente da Marinha Antônio Luiz von Hoonholtz (mais tarde Barão de Tefé). En-

tregue o seu Relatório, fruto de tragédias inenarráveis, embora prestado com o máximo de capacidade técnica e de civismo, é esse Relatório posto à margem, diante das acusações surgidas, alegando-se grandes prejuízos para o Brasil.

Costa Azevedo, então 1.º-Tenente, é chamado pelo Governo Imperial, para prosseguir na pesquisa do ponto em apreço: a nascente principal do referido rio Javari.

Tenta realizar sua tarefa urgente, para o que parte rumo à zona das operações geodésicas. De recursos materiais nada lhe faltou para o êxito do empreendimento, se não saúde quando subia o manadeiro colimado. É obrigado a regressar ao Rio de Janeiro. Não havia um substituto legal naquele mundo isolado, por meses de viagem, distante da Corte. A Comissão Demarcadora de Limites dissolveu-se, pela segunda vez.

Quando, antes de adoecer, ao tempo, eclode a Guerra do Paraguai, para a qual já haviam seguido os companheiros de classe da Costa Azevedo, que também queria pegar em armas. O Imperador indeferiu-lhe o pedido, fazendo ver que, na sua missão, não podia ser substituído, nem ser suspensa a ação demarcadora. Costa Azevedo, combalido, teve de abandonar o sextante e os cálculos de geodésia e retirar-se da região. E, assim, nem a Demarcação, nem a Guerra.

* * *

Não retornou ao arriscado afã das Demarcações. Outras Comissões da Marinha, todas importantíssimas, detiveram-no em empreendimentos, sendo uma delas a remodelação da Esquadra, exatamente no período em que o País se batia, em águas do Prata, contra a República do Paraguai. Foi aumentada a nossa Força naval, substituídos seus navios obsoletos por naves de potencial eficiente, estudados os planos de tática e outras providências, tudo com assistência direta ou indireta do ilustre homem do mar.

Foi mandado, ainda no regime monárquico ao Extremo Oriente, ou, melhor, à China, como Embaixador, negociar um Tratado de Navegação e Comércio, em cujo desempenho se houve com êxito. Não obstante, ao dar conta do seu mandato, é, na Câmara Alta, incriminado de contrabandista, visto ter conduzido. na embarcação da Embaixada, não pequena quantidade de musselinas, sem pagar os impostos. Falava-se, no caso, como *negócio da china.* Dizem que o bravo lobo-do-mar se defendera cabalmente.

Outro serviço de relevância que chefiou foi o haver estudado, científica e tecnicamente a hidrografia do litoral do Pará, especialmente o estuário do rio Amazonas, em conjunto com o seu

caudal, até Tabatinga, levantando-lhes minuciosas cartas, assunto hoje de grande atualidade. O leito do Amazonas, como todos os fenômenos adstritos ao regime de suas águas, foram pessoalmente estudados na imensa Bacia.

Cedo ainda, quando 1.º-Tenente, Costa Azevedo pensou entrar na política, disputando uma cadeira de Deputado Geral, em 1856, em contraposição a Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão e Visconde de Mauá, pelo Rio Grande do Sul. Perdeu e desenganou-se dela por 23 anos. Ressurge em 1903, candidatando-se ao Senado, pelo Amazonas, ao tempo em que o Senador Pinheiro Machado já era o autocrata da política do País. Quem não fosse escolhido pelo caudilho dos pampas, poderia perder todas as esperanças de alcançar ingresso nas casas do Parlamento. Foram tantos os casos constatados que chegaram a constituir a norma da época.

Era também competidor, no pleito, o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, candidato do Dr. Silvério José Nery, então governador do Estado e do Partido situacionista.

Costa Azevedo perde a eleição, mas seu nome é apresentado ao Senado, como se tivesse alcançado a maioria dos sufrágios do eleitorado amazonense. O caso entra na ordem do dia. Três votações, em plenário, em oportunidades consecutivas se realizam, sendo que as duas primeiras empatam (fato original na história do Senado) e, na terceira, há a maioria de um voto em favor de Costa Azevedo. Pinheiro ganhara a batalha, empossando quem não foi eleito.

Convém todavia ponderar que essa vitória foi bem melancólica e sem expressão de justiça, não para o candidato vitorioso, mas para o *líder* que apenas tivera o voto da eventualidade.

Para ser mais do que era, o nobre marinheiro não precisava da política partidária, tantas vezes prejudicial aos grandes espíritos. Um dos fatos mais importantes de sua vida, como ponto culminante de sua carreira militar, foi o de ter sido o último Ministro da Marinha do Império.

* * *

As honrarias conquistadas pelo merecimento de Costa Azevedo, todas fora da política, não foram poucas. Vejamos algumas: Barão de Ladário"; "Comendador da Ordem de N.S.ª da Conceição de Vila Viçosa", de Portugal; "Chefe da Comissão de Limites Brasil-Peru"; "Coroa de Ferro", da Áustria.

De sua vultosa bibliografia, lembro apenas a referente ao Amazonas e conexa: "Trabalhos Hidrográficos do Norte do Brasil", de 1862 a 1864;" Carta hidrográfica do rio Japurá", de

1864-1868; "Carta do rio Javari"; "Carta do rio Içá", de 1868; "Carta Hidrográfica do canal Anati-paraná", 1866; "Questões de Limites com o Peru", 1875 (Veja-se relação detalhada, em Sacramento Black, Dic. Bibliogr. Brasileiro, vol. 3, pág. 396).

O Almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, honra do Brasil, deixou de existir a 24 de outubro de 1904. Seu glorioso nome ficou perpetuado em uma das mais importantes ruas de Manaus.

CRISANTO JOBIM

Seu nome batismal foi Crisanto Maria de Souza Moreira Jobim, restringindo-se, com o tempo, a Crisanto Jobim, como se assinava.

Nasceu em Anádia, no Estado de Alagoas, a 18 de novembro de 1879, e faleceu a 14 de agosto de 1940, na sua fazenda *Satuba,* na Costa da Terra Nova, do Município de Manaus, sendo seu corpo transportado para o Cemitério de S. João Batista da mesma cidade.

Foram seus pais o Prof. Nicodemos de Souza Moreira Jobim e D. Hermezinda de Souza Castro Jobim. Do casal, provieram cinco filhos: Ana Jobim, professora normalista; Manoel Anísio Jobim, formado em Direito pela Faculdade do Recife, atualmente Desembargador, aposentado; Hugo Jobim, engenheiro da Prefeitura de Maceió; Vidal Jobim, agrimensor e Crisanto Jobim.

Crisanto Jobim exerceu vários postos de função federal, começando sua careira em Maceió, todos por meio de concurso, sendo o primeiro para Guarda da Alfândega, chegando à categoria de Sargento. Fez concurso ainda para o lugar de 4.°-Escriturário da Delegacia Fiscal do Amazonas, em 1915, quando então partiu para Manaus, a fim de assumir o seu novo emprego, cidade que muito o fascinava e onde trabalhou por muitos anos. Por várias vezes serviu em Comissões examinadoras de candidatos ao preenchimento de cargos alfandegários.

* * *

Casou-se em 27 de março de 1908, com D. Hercília de Menezes Gil, que passou a assinar-se Hercília de Menezes Jobim. Do casal nasceram onze filhos: André, Diogo, Cláudio, Salomé, Asta, Paulo, Vera, Clóvis, Cleto, Hermezinda e Ajuricaba. Vivos (1967): André, Clóvis e Ajuricaba.

O primeiro não possui formação acadêmica, mas é um espírito culto, de excelente lastro preparatório, feito no Ginásio Amazonense Pedro II. Exerce atualmente (1967), o cargo de

Diretor do Arquivo Público. É casado com D. Irene Ferreira Jobim, possuindo vários filhos; Clóvis, casado, é Agrotécnico pela Escola Agronômica de Manaus; e Ajuricaba, casado, é funcionário do IPASE.

Crisanto Jobim também exerceu o magistério particular, no Colégio "Alexandre Herculano", do saudoso Prof. Antóvila Rodrigues Mourão Vieira, e ele próprio fundou o Colégio "Martius", que funcionou, em Manaus, na Rua Emílio Moreira. Foi Secretário da Prefeitura de Moura, no Rio Negro, então sob a administração do Coronel Euclides Nazareth. Foi também Secretário da Prefeitura de Coari, quando no governo municipal do Dr. Mário Octaviano. Aposentou-se como Oficial-Administrativo da Fazenda Federal. Logo depois rebenta a revolução de julho de 1924, chefiada pelo então Tenente Ribeiro Júnior, da Guarnição Federal sediada em Manaus.

Pelos detentores do Poder, foi requisitado para o cargo de Secretário-Geral do Estado, função com a qual se integrou no escopo do movimento militar, traduzido em ação pelas aspirações populares. Nesse alto posto de confiança, portou-se com inteligência e digninidade.

No acume da montanha, não sentiu vertigens, nem deslumbramento, parecendo um velho nauta, em mar agitado. Em constantes comícios a que era obrigado a aparecer e manifestar-se, mostrou as suas qualidades de tribuno e correspondeu às responsabilidades do momento.

A revolução foi uma oportunidade para fazer do Ten. Ribeiro Júnior, de soldado — um pró-homem, um estadista; como de um funcionário da Fazenda, um excelente auxiliar de governo. A história desse movimento ainda não foi contada convenientemente. E, quando o futuro se integrar no passado, Crisanto Jobim terá suas láureas.

* * *

O biografado também foi um etnografista prático. De muitos anos, vinha, na sua própria residência, reunindo grande número de objetos indígenas, que lhe encheram a casa. À vultosa coleção deu o nome de *Museu Rondon,* em homenagem ao maior indianólogo que o Brasil possuiu. Lá estavam reunidas e rotuladas cerca de novecentas peças, muitas das quais pertenceram a tribos amazônicas desaparecidas ao ingresso da civilização, em promiscuidade genética, sobretudo.

Corria o ano de 1934, no governo do Interventor Capitão Nélson de Mello (10-10-1933—6-1934), era eu Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a quem o Prof. Cri-

santo Jobim aparece e propõe vender ao Sodalício o *Museu Rondon,* pela quantia de Cr$ 15.000 (antigos). Achei-o baratíssimo, um preço quase simbólico. Fui ao Interventor, que já me havia espontaneamente oferecido recurso do Tesouro para melhorar o Instituto. No mesmo instante partimos para o *Museu Rondon,* lá encontrando o seu proprietário, que prestou as explicações pedidas por mim e pelo Interventor. Ao retirarmo-nos do Museu, disse-me o Capitão Nélson: "Pode fechar o negócio, e, amanhã à tarde, queira ir ao Tesouro para receber aquela quantia". Ao que ponderei precisar de mais Cr$ 5.000 para aquisição de novos mostruários, a fim de agasalhar melhor e com mais segurança a coleção que o Instituto iria adquirir, obtendo aprovação. Dias depois o *Museu Rondon* era incorporado ao Instituto, aumentando, desse modo, o patrimônio do Estado.

Crisanto Jobim foi um bom católico e excelente maçom que se iniciou em uma Loja de Maceió e se filiou na Loja "Amazonas", de Manaus. Sempre foi de uma perfeita integridade de caráter. Reagia quando encontrava, em seu caminho, uma pedra que considerasse fora do lugar. Por isso, foi um mártir que teve largas compensações morais na estima e no respeito dos homens (Os subsídios para esta incompleta biografia provieram de minha observação pessoal e dos informes obsequiosos do seu ilustre filho, jornalista André Jobim.)

CUNHA MELLO

O Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Mello, natural de Pernambuco, foi filho do Des. José Tavares da Cunha Mello, da Magistratura do Estado do Amazonas, na qual se aposentou. Nasceu a 10 de dezembro de 1891 e faleceu a 18 de janeiro de 1962.

Leopoldo, uma vez formado em Direito, quis seguir a diretriz do seu pai e no mesmo Estado. Partiu para Manaus em 1908, estando no governo amazonense o Coronel Bittencourt, levando-lhe duas cartas de recomendação, sendo uma do seu genitor e a outra do General Lauro Sodré, Governador do Pará. Mas, o jovem Cunha Mello não precisava de recomendações, apenas de mera apresentação de cortesia, pois, para encetar sua vida, no Fôro da cidade, já possuía as credenciais de seu caráter e de sua inteligência.

O Governador queria, desde logo, favorecê-lo, mas ao mesmo tempo precisava de suas atividades na Comarca da Boca do Acre, então tumultuada por uma contenda judiciária. Para lá segue o Dr. Cunha Mello, com o conselho de agir com a máxima prudência, no sentido de apaziguar os ânimos. Tratava-se do seguinte: um seringalista opulento, não se conformando com a sentença judicial que o condenou, por dívida, a entregar ao credor o seu seringal, teimando em retê-lo em seu poder, foi compelido a fazê-lo mediante força. Duas expedições armadas lá compareceram. Logo que uma ali aportava, os ocupantes fugiam, tomando posse os outros litigantes. Mal se retirarava a Força Policial, os fugitivos, que eram em maior número e bem armados, retomavam o seringal.

O Dr. Cunha Mello, lá chegando, pôde apaziguar os ânimos, nos termos das recomendações que recebera. Sem demora o Governador o chamou para Manaus e o nomeou membro do Ministério Público da Capital; nesse posto esteve pouco tempo. Deixando a Promotoria, abriu escritório. A política o atraiu igualmente.

Nas vésperas das eleições, em plena Avenida Eduardo Ribeiro, nos comícios, os candidatos lá estavam, não faltando Cunha Mello, que, por várias vezes alcançou vitórias, chegando ao Senado Federal. Em Plenário do Senado, combateu fartamente a imigração japonêsa, considerando-a perigosa. O ilustre representante do Amazonas não tinha razão. No meu modo de pensar e diante dos fatos, ontem como hoje, vejo-os por um ângulo diametralmente oposto, como se pode constatar no extenso trabalho que publiquei no "O Jornal", de Manaus, de 6 de julho de 1936.

Homem de talento e cultura, sua passagem pelo Senado da República, se assinalou com o espírito de verdadeiro parlamentar pela bravura da ação e pelo civismo. Quando, no governo de João Goulart, se elevou à categoria de Estado o então Território do Acre, sem condições políticas, sociais, econômicas e financeiras para a investidura, o Dr. Cunha Mello foi contra a medida. O seu luminoso parecer foi ensartado no opúsculo do então Deputado pelo Amazonas, o Engenheiro Jayme Bittencourt de Araújo, sobre o assunto.

* * *

Com o advento do Estado Novo, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo esse em que empregou cerca de um decênio de árduos trabalhos, como se pode verificar dos seis (6) volumes de Pareceres, na sua maior parte verdadeiras peças jurídicas, repletas de vigilância. Quem acompanhava as atividades de Cunha Mello, não estará esquecido de quanto fez para que famosas autarquias do País fizessem prestação de suas contas.

O Dr. Cunha Mello foi casado com D. Esther Leão da Cunha Mello, senhora de grandes predicamentos intelectuais, autora de um livro: "Fascinação do Amazonas".

O Senador Lepoldo Tavares da Cunha Mello muito fez pelo País, com seu cérebro, sempre em crepitação. Honrou, nos postos que lhe confiaram e noutros que procurou, a excelsa tradição dos Cunha Mello.

No Cemitério de S. João Batista de Manaus, jaz o seu corpo encimado por monumental mausoléu de bronze, em que se destaca a sua figura pouco menor do que foi a natural, eternamente de pé, estando ladeado de alegorias, de grande formato, expressivas de civismo e de saudade.

CURT NIMUENDAJU

Nasceu Curt Unkel em *Iena,* na Thuríngia (Alemanha), em 11 de abril de 1883 e morreu no Igarapé da Rita (Amazonas) a 10 de dezembro de 1945. Era filho de Julius e Maria Unkel. Em sua terra viveu até os 20 anos. O etnólogo Nunes Pereira, seu amigo e biógrafo nos diz: "Ignoro que força incorporou Curt Unkel a essas correntes imigratórias, palpitantes de vida como o próprio Gulf-Stream que atravessariam, frementes de esperança como as selvas e as águas que banhavam o litoral do Brasil" (Pág. 13.) Ao vir para o Brasil, deteve-se em São Paulo, durante os anos de 1903 a 1907. Na "Lenda da criação e juízo final do Mundo", Curt afirma: "conheci o Guarani, em 1905, no Oeste de São Paulo, com poucas interrupções, até 1907, na cidade de Batalha, como um deles. (Atualmente o Posto Indígena tem o seu nome.) A tribo o recebeu como seu membro dando-lhe o apelido de *Nimuendaju,* cuja significação é: o ser que cria ou faz o seu próprio lar. Em 1908 esteve em Mato Grosso. Criado o Serviço de Proteção aos Índios, Curt Nimuendaju passou a ser um dos seus auxiliares mais eficientes, tendo trabalhado com Horta Barbosa. A vida do etnólogo pode ser sintetizada em fé e idealismo. Deixou São Paulo em 1913, indo fixar-se na Amazônia, onde viveu por mais de 40 anos. Entre 1915 e 1921, viaja ou por sua conta ou do "Museu Paraense Emílio Goeldi". Estuda os Tembé (novamente) e os Apaiari, Sipaya, Arara e Kayapó. Em 1934 vai à Europa a fim de rever os amigos do Museu de Gotemburgo e Alemanha. Dentro da sua modéstia, afirma: "Não gozei de nenhuma espécie de instrução acadêmica." Convidado para dar um curso de etnografia na Faculdade de Direito do Pará, declarou: "Jamais ocupei uma cátedra; tudo o que aprendi acerca de índios foi no meio deles, sobre uma esteira. Se os rapazes quiserem que lhe ensine o que aprendi, terão de sentar aqui comigo..."

Escreveu muito a respeito de seus estudos e observações. Coligiu cerca de trezentas lendas, contos e histórias indígenas; publicou inúmeros trabalhos, destacadamente a respeito dos vocabulários indígenas, sobre os "Tucunas" e a respeito do Curare.

* * *

Toda a vasta bibliografia do etnólogo, bem como as viagens e tribos estudadas, encontram-se no trabalho do grande Nunes Pereira, sob a epígrafe "Curt Nimuendaju — (Síntese de uma vida e de uma obra)", publicado em Belém do Pará, em 1946 — de onde foi entraído este resumo.

CUSTÓDIO CORRÊA (Marquês de Santa Cruz)

Ângelo Custódio Corrêa, Prelado de Cametá (Pará) e, depois, Marquês de Santa Cruz, foi um dos homens mais notáveis da antiga Província do Grão Pará, pelo seu saber, em todo o meiado do século 19, distinguindo-se nas letras, no Clero e na política. Foi um nome nacional, tendo ocupado o cargo de Deputado Geral, no Parlamento do País, como representante do Pará.

A tribuna lhe era familiar, sendo dos melhores oradores do seu tempo.

Como político, prestou importante serviço ao Amazonas, quando preterido, por espaço de 30 anos, deixou de ser incluído no rol das Províncias do Império. Dentre os ardorosos partidários da emancipação política da Capitania de S. José do Rio Negro, estava alistado o Deputado Ângelo Custódio Corrêa.

CUSTÓDIO PIRES GARCIA

Custódio Pires Garcia era nordestino, possivelmente cearense. Não se sabe, ao certo, quando e como foi parar no Amazonas, em Manaus. Também são ignoradas circunstâncias sobre seus ascendentes e de sua mocidade. O certo, porém, é que, pelo correr de 1870, já se achava na Capital da Província, ocupando cargos públicos, de relêvo.

Em 1874, Garcia era um dos Vereadores da Câmara Municipal da cidade, então sob a presidência do Major Clementino José Pereira. Tinha sido Juiz de Paz e estava no rol dos 15 Eleitores da cidade, de quantos se integrava o Colégio político de N.S. da Conceição, sendo que, em toda a Província só exis-

tiam, na época, 111 votantes. Da opinião partidária destes, sufragavam-se vereadores, deputados provinciais e deputados gerais e senadores do Império.

Acentuo o regime coevo, para fazer ressaltar a importância política de um eleitor, pois Garcia era eleitor da Capital! Ele, portanto, não era um homem desconhecido e sem responsabilidade ao surgir como capitalista. De certo que não se recomendava como letrado, mas um sabedor do curso primário, redigindo bem uma carta e especialmente sabendo realizar uma operação de juros simples ou compostos.

Tendo aberto seu escritório bancário, vivia a dar dinheiro a juros escorchantes, sob penhores de jóias e objetos de valor efetivo. Aos funcionários públicos e comerciantes estabelecidos, mostrava-se mais franco. Sua residência era uma fortaleza, com trancas e campainhas em todas as portas e janelas.

Tem-se como indiscutível que, ao desembarcar em Manaus, já era um homem rico. Alto e magro, maneiroso e bem apresentável, falando corretamente, não lhe foi difícil insinuar-se na terra hospitaleira.

Seu escritório estava localizado na própria residência e propriedade, à Rua Brasileira (hoje Av. Sete de Setembro), ladeando o Largo do Riachuelo (mais tarde retalhada e vendida em hasta pública, no local em que agora se acham a Casa Colombo e outras). Em frente à casa do milionário, do outro lado do largo, se achava o prédio da Chefatura de Polícia. Para compreensão dos fatos posteriores, esta descrição faz-se necessária.

O escritório de Garcia ficava em um salão de frente. Uma grande mesa atravessava-o, quase de um extremo a outro, deixando, apenas, estreita passagem. Do lado das janelas, o espaço para a clientela; do outro, um grande cofre e uma cadeira.

A vida de Pires Garcia foi uma lista de episódios burlescos, enquadrados na mais chocante avareza. Alguns, realmente, servem para provocar o riso; outros, a comiseração. Passo a narrar, somente bem poucos.

Certo dia, meu pai, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, funcionário público, lotado na Secretaria Geral da Província, precisa de dinheiro para adquirir objeto doméstico; vai ao Capitão Pires Garcia, e o obtém com facilidade, com a condição do resgate em quatro prestações, descontados, de imediato, os juros de quatro meses.

Em certa ocasião em que meu genitor vai cumprir a obrigação dos resgates, leva-me. Tinha eu, mais ou menos dez anos de idade. Vi tudo, do que me lembro perfeitamente. Na grande

mesa havia uma porção de garrafas cheias de vinho, ao lado, um barril de 5.° (5.° de pipa). Depois de paga a conta do resgate, meu pai perguntou: "Capitão, o senhor vai negociar com vinho? — Não: é que um dos meus devedores, não tendo o numerário para me pagar, fê-lo com excelente vantagem para mim. Diga-me, Sr. Bittencourt, que tempo o senhor presume que eu use a bebida?". A resposta foi: "Capitão, o senhor é um homem só e econômico. Pode o vinho durar-lhe 10 anos". — "Engana-se, há de durar-me 20 anos. Não janto, apenas almoço, tomando não mais de meio copo, para facilitar a digestão"...

Passados alguns tempos deste colóquio, assassinaram Garcia. Imediatamente ao crime, a Polícia relaciona o acervo do que ali existia, constatando, entre outras coisas, duas dúzias de garrafas de vinho.

Outro fato, não menos ridículo na sombria história da sovinice. Faleceu afogado em águas do Solimões, no porto de sua casa de propriedade e residência o abastado negociante francês Sebastian Germain Robert, pai da minha primeira sogra, D. Felicidade Roberto de Mello, deixando apreciável fortuna, sendo a melhor parte a grande fazenda de gado denominada Boa Vista à margem esquerda do Solimões, em terras firmes do Município de Manacapuru, terras que hoje constituem a Colônia Nacional de Bela Vista, contendo cerca de 30 cabeças de gado bovino, campo aberto onde era floresta virgem, enorme prédio de pedra e tijolos, seis escravos, plantação de andirobeiras, utensílios para fabricação de álcool e açúcar.

Falecido Sebastião Robert, deixando viúva e quatro filhos menores, apareceram fabulosas dívidas. Feito o inventário, o juiz processante mandou vender, em hasta pública o acervo. Garcia é o maior licitante, que o arremata por oito contos de réis, o que certamente valeria muito mais. Paga e vai tomar conta do seu domínio rural. Tempos depois, meu avô paterno, o Tenente do Exército José Ferreira Ribeiro Bittencourt, conhecedor do Capitão Custódio Pires Garcia, descendo de Manacapuru para Manaus, em uma igarité, a remo, passando pelo porto da fazenda Boa Vista, à tarde, atraca, a fim de pernoitar com seu amigo Garcia, prosseguindo viagem no dia seguinte; bem cedo, todos de pé, quando surgem altas vozes de Garcia, contra as escravas, por causa de um ovo de galinha que faltava, dizendo: "Ontem à noite, no galinheiro, "apalpei" todas as poeideiras, que eram dez. E, agora, só aparecem nove ovos. Falta um. Quem de vocês o furtou?" Nisto, aproxima-se o Tenente Bittencourt e diz: "Capitão, não faça tanto barulho, por causa de um ovo. Na minha canoa, no porto, tenho dúzias deles que

me foram dados. Vou mandar trazer-lhe uma dúzia para lhe oferecer. "Garcia ofendeu-se: "O Sr. Tenente está-me desmoralizando, perante minhas escravas!" Bittencourt fez meia volta e desceu o barranco. E, ao chegar a Manaus contou o episódio a meu pai, que, por sua vez, mo transmitiu, mais tarde.

Outros e muitos casos que encheriam ainda algumas páginas, se passaram.

* * *

O homem viu que sua atividade na fazenda não lhe convinha. Desfez-se dela e regressou a Manaus, no velho afã de apalpar e segurar os juros capitalizantes do seu dinheiro.

Mas, pelas oito horas da noite de um certo dia do meado de maio de 1885, é misteriosa e barbaramente assassinado. Foi o delito mais rumoroso dos que se têm registrado nos anais da criminologia forense do Amazonas. A respeito, jamais se encontrou uma prova objetiva, individuante, do criminoso, pois fora ele morto com certeira martelada (martelo de canteiro), no occiptal, que o fulminou.

O criminoso retirou-se, conduzindo dinheiro, jóias, livros de escrituração e outros documentos do cofre que a vítima abrira diante do audaz assaltante: era pessoa de sua confiança, porque não franquearia seu escritório, a outrem, àquela hora.

O suposto delinqüente, F., notável negociante do Juruá e cidadão das mais altas relações sociais em Manaus, fora o indiciado. Levaram-no a júri por três vezes. Somente na última foi absolvido, pelo Juiz de Direito da Comarca de Manaus, Dr. José Francisco de Araújo Lima. Os restos mortais de Custódio Pires Garcia foram inhumados no extinto Cemitério de S. José, depois transferidos para o de São João Batista, em Manaus.

* * *

Garcia não constituíra família. Deixara uma filha natural, que foi mãe do saudoso Prof. Alfredo Garcia, há pouco falecido, fundador e proprietário do *Colégio Santo Antônio,* de Manaus. Ao contrário do avô, foi muito franco, face as dificuldades dos seus alunos.

DÁCIA (PADRE)

O Cônego José Félix da Cruz Dácia é uma figura inesquecível em Manaus, quer no último quartel do século passado, quer no primeiro decênio do atual. Era paraense de família humilde. Ninguém me pôde informar quando nasceu. Trata-se de um mulato bem escuro, cabelos lanosos, inteligência viva, porte regular. Conheci-o bastante, pois integrávamos o Corpo docente do antigo Ginásio Amazonense, e frenqüentava minha residência, o que me era agradável pela sua prosa erudita e jocosa.

Diz-se que a cultura e o ingresso do Cônego Dácia na Igreja, deve-se ao notável Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, que, em certo dia, encontrando-o numa escola pública, ficou surpreendido por sua inteligência, não mais perdendo-o de vista. Da família do mulatinho, o prelado obteve permissão para levá-lo para a França, onde, em Paris, depois de fazê-lo perlustrar os "preparatórios", induziu-o a freqüentar a Sorbonne, aí recebendo o *quantum* para a vida eclesiástica.

Armado cavaleiro para os misteres da Cruz, regressa ao Pará e, daí, a Manaus, fixando o arraial de seus trabalhos e esperanças.

O Cônego Dácia foi atraído, sem demora, pela política. Eleito deputado provincial, mostrou-se um parlamentar ardoroso. Parecia conduzir, para a tribuna, o fogo das veias e do cérebro. Na oposição e para obstruir a passagem de certos projetos, falava durante todo o tempo do expediente do plenário, e por semanas consecutivas.

Parece ter havido, com o tempo, algo de transcedental na psicologia do sacerdote, enquanto perdera a vibração de suas atitudes. Não era mais aquele archote incendiário, contagiante, na arena partidária e na religiosa.

A derradeira vez que ouvi o Cônego Dácia discursar, da sacada de uma janela de casa particular, à Rua Ruy Barbosa, em Manaus, foi quando, em comício entusiástico, o povo protestava contra a pretendida ocupação da Ilha da Trindade, pela Inglaterra. Ainda lhe sobravam fulgor e vibração. Nos ímpetos de patriotismo que lhe faiscavam a alma, erguia a batina até acima dos joelhos.

Faça-se-lhe justiça: não consta que, em sua inquieta e longa existência, fizesse proesas românticas ou fora desonesto. Ficaram, apenas na fugidia tradição popular, que o Cônego teve episódios interessantes: um deles foi o ter viajado para o Rio Branco (Roraima), em cujos campos se perdera durante dois dias, quando, desacompanhado, seguia rumo a tribo dos Crichanás. Mas, procurado, nada havia sofrido. Constou, porém, que fora morto, sendo rezada Missa de 7.° dia. Não decorreram muitos dias, chega a Manaus e sabe da homenagem religiosa, por sua memória. Foi-lhe motivo para dar estrepitosas gargalhadas.

Agora, um fato que comprova a sua piedade evangélica: porque usasse uma batina bastante "surrada" uma senhora da Sociedade, compadecida, ofereceu-lhe um corte de merinó de 1.ª qualidade, autorizando-o a mandar cortar a fazenda no melhor alfaiate. O Padre agradeceu e colocou o brinde sobre uma pequena mesa, na Sacristia da Igreja (N.S. dos Remédios), onde residia. Mal havia saído a ofertante, entra uma piedosa viúva pedindo esmola. Sem hesitar, o Cônego, muito comovido, apanha o presente e o passa à mendicante, para que o vendesse ou usasse.

O Cônego chegara a uma situação de negligência. Aposentara-se no Ginásio, ficando até sem Igreja para oficiar seu magistério sagrado. Por favor consegue exercê-lo, na Capela do Cemitério de S. José (hoje, sede, do Clube Rio Negro). Dácia não era mais um pregador saído da Sorbonne, mas um arengador de comício eleitoral, atacando a oposição. Em certo dia, após o exercício do Ato Divino, contrariado por motivo da pequena e humilde assistência, quase que somente composta de mulheres, exproba, da porta da Capelinha, o procedimento dos fiéis, dizendo: "Outrora a Igreja se enchia de gente fina. Hoje, é o que se vê: meia dúzia de gatas pingadas."

Pouco tempo depois, Deus chamava a si o desventurado Cônego José Félix da Cruz Dácia.

DANIEL ANTÔNIO SEVALHO

Daniel Antônio Sevalho foi um dos pioneiros da exploração do rio Juruá, quando era apenas habitado por indígenas. Foi um dos primeiros povoadores civilizados. Fez-se grande latifundiário de castanhais e seringais.

Foram seus pais Antônio Sebastião Sevalho e D. Protásia Sevalho, que casaram a 20 de agosto de 1865.

Foi um dos fundadores, em Tefé, da Loja maçônica "Sá Peixoto", da qual exerceu a presidência por alguns anos. Foi sócio da firma "Sevalho & Cunha", estabelecida em Belém. Exerceu o cargo de Prefeito Municipal (Superintendente) de Tefé, tendo sido chefe regional de indiscutível prestígio.

Antônio Sevalho faleceu, naquela cidade, a 24 de janeiro de 1909.

(Estes subsídios devo-os ao jornalista Armando Sevalho Segadilha, alto funcionário da Assembléia Legislativa do Amazonas, neto do biografado).

DAVID CANAVARRO

O Dr. Antônio David de Vasconcellos Canavarro, nasceu no Pará, a 24 de agosto de 1828. Foram seus pais David Jacob Fernandes de Vasconcellos e D. Theophila Alexandrina de Vasconcellos.

Começou o curso de Medicina em Salvador (Bahia), terminando-o no Rio de Janeiro.

David Canavarro fez parte da *Expedição Científica* que o Governo Imperial mandou ao Norte, em 1858, compreendendo o Amazonas, chefiada por Antônio Gonçalves Dias. A Expedição passou algum tempo no Ceará, em atividades da sua incumbência. Depois, rumou para Manaus, onde desembarcou a 27 de fevereiro de 1861, apresentando-se ao governo provincial, logo partindo para Cucuí. Integrava também a equipe o Engenheiro-Militar Joaquim Leovigildo de Souza Coelho.

A incumbência do Dr. Canavarro, era o estado sanitário das populações ribeirinhas, do qual preparou o seu Relatório.

O Chefe da Expedição, no seu minucioso relato, que foi publicado, diz que os seus dois companheiros eram, rapazes ainda, uns folgazões: permanecendo num sítio, promoviam danças e banquetes, que o médico era um bom garfo, e o engenheiro, um bom dançarino.

No regresso a Manaus, a expedição foi dissolvida, mas Leovigildo e Canavarro ficaram definitivamente ligados à terra e à política. Este último foi Deputado à Assembléia Legislativa, eleito várias vezes. E, também, por muitos anos, exerceu o cargo de Inspetor da Saúde Pública. Na qualidade, viajou pela hinterlândia. Foi um profissional competente e dinâmico. Num dos seus relatórios, trata da profilaxia do *colera morbus*, que aparecendo em Pernambuco, ameaçava penetrar a Província. É um trabalho substancioso que apresentou ao Presidente Carneiro da Cunha, em 1862. Além da sua tese de doutoramento, sobre a operação do trépano, escreveu o "Itinerário da viagem que fez ao Rio Negro até Cucuí", "Oração dedicada ao aniversário de Dona Estephânia, Rainha de Portugal". Era portador de diversos títulos honoríficos. Deixou descendentes, tendo falecido em Manaus em fevereiro de 1862.

DOMINGOS DE ANDRADE

O Coronel Domingos José de Andrade, da Guarda Nacional, nasceu em Manaus, a 15 de abril de 1870, descendente do seu homônimo, o Coronel Domingos José de Andrade e de D. Be-

nedita de Andrade, ambos representantes de velhas famílias regionais.

Seu pai fora homem de prol, na burocracia e na política, exercendo as funções de Deputado estadual e de Diretor da Secretaria da Agência da Companhia de Navegação a Vapor do Alto Amazonas.

Filho de gente pobre, mas trabalhadora e honrada, não pôde ir ao Sul a fim de desenvolver seus estudos, como o fizeram outros rapazes de sua idade. Limitou-se, desse modo, aos cursos que podia realizar em Manaus. O mais foi o autodidatismo em que se empenhava. Fez-se funcionário da Recebedoria do Estado, ao tempo, um Departamento exclusivo da arrecadação tributária do Tesouro.

Rapaz de mentalidade incomum, avançou, na gradação dos postos, alcançando a chefia desse departamento. Aí permaneceu por alguns anos, tantos quantos foram os relatórios discriminativos da arrecadação e das necessidades do seu melhoramento, documentos esses que acompanhavam, em anexos, as Mensagens anuais do governador ao Congresso Legislativo. Convém acentuar que Domingos de Andrade não perdia de vista as longínquas Coletorias de Renda. O certo é que os réditos da contribuição jamais se desviaram, nem os contrabandos proliferaram.

* * *

Domingos de Andrade (Bigó, como o chamavam no seio da família e entre seus íntimos) é atraído pela política. E conseguiu sua nomeação para o cargo de Superintendente Municipal de Manaus, uma comuna martirizada pela insuficiência das rendas. Lá esteve por alguns meses, enfrentando a pobreza, enquanto na Recebedoria a riqueza lhe passava nas mãos.

Na Prefeitura Municipal, autorizado pelo Conselho, emitiu vultosa quantia em *apólices ao portador,* no valor de hum mil e novecentos contos de réis, em 3.800 títulos de quinhentos mil-réis cada um. Essa emissão que já ia em mais de meio aos credores necessitados, parece ter desgostado ao governador em exercício, Dr. Sá Peixoto (vice-Governador), estando o titular efetivo em licença, por motivo de moléstia. Domingos de Andrade, em 1909, pede exoneração do cargo, retornando à Recebedoria, no seu antigo posto de administrador. Ainda na política, foi deputado estadual e teve outros encargos não menos honrosos.

Ingressou na Ordem maçônica a 23 de setembro de 1893, na "Loja Esperança e Porvir", em conseqüência de suas idéias liberais, na base de uma filosofia da igualdade e da fraternidade.

Foi casado com D. Florisbela Nery Pucu de Andrade, filha do abastado negociante Evaristo José Joaquim Pucu; do seu enlace, provieram os seguintes filhos: Altino (falecido); Eglantina Andrade de Azevedo, casada com o Dr. Areolino Azevedo; Sílvia de Andrade Palhano, casada com o Prof. Palhano, e Alda, Professora Normalista, Fiscal de Consumo, aposentada.

Domingos de Andrade faleceu e está sepultado em Manaus. (Algumas informações fornecidas pelo Prof. Jatyr Pucu de Aguiar).

DOMINGOS CARVALHO LEAL

O Prof. Domingos Theóphilo de Carvalho Leal pode ser considerado o tronco de uma soberba árvore genealógica que fora transplantada do Maranhão para o Amazonas, no último quinqüênio da Monarquia, ali se engrandecendo de novos rebentos. Vagas informações têm-se a seu respeito; todavia sabe-se que seus pais, gente de recursos monetários, mandaram-no educar-se e instruir-se em Zurich, na Suíça (parte alemã), onde se graduou em Filosofia e Belas-Artes. Antes de retornar ao Maranhão, Carvalho Leal viajou outras regiões do Velho Mundo, aprimorando sua invejável inteligência.

Retornando à sua terra, dedicou-se à imprensa, numa época em que, ali, fervilhavam idéias novas, nas esplanadas da literatura e da política, e dezenas de rapazes de talento emergiam para as lutas da cultura. Carvalho Leal, Eduardo Ribeiro, Pedro Freire e outros eram arautos dos adejos acadêmicos a sonhar com o Amazonas. De Paris, chegavam ao Brasil os reflexos do gênio de Victor Hugo, incentivando a plêiade de São Luís do Maranhão, a Atenas brasileira.

Os pleiadores fundaram jornais e dividiram suas tarefas de propaganda, entre eles o jovem e ardoroso Carvalho Leal, que se arregimenta na imprensa e no ensino, constituindo família.

Quando foi proclamada a República, o Dr. Carvalho Leal, que era um dos integrantes do *Club Republicano do Amazonas,* e um dos mais fervorosos propagandistas, é chamado a fazer parte da *Junta Governativa* do novo Estado, sendo que ele era o único civil do conclave, pois que os demais — cinco ao todo —, vestiam farda. A Junta assume o Poder. Em breves dias, Carvalho Leal descentende-se e afasta-se dos seus companheiros, publicando um manifesto em que explica a sua atitude.

Conta-nos o Prof. Arthur Reis: "O Dr. Domingos Theóphilo de Carvalho Leal indispos-se com os companheiros da Junta aos quais acusava de inimigos do novo regime, recusando-se até a dar a sua assinatura ao orçamento para o exercício financeiro

de 1890 e à Exposição apresentada ao governador que a sucedeu. Os ânimos ficaram exaltados por ocasião de uma passeata promovida pelo Club Republicano em homenagem ao Dr. Carvalho Leal, havendo demonstração de força armada, na cidade e um distúrbio sem conseqüências sangrentas." (História do Amazonas", pág. 249 — Manaus, 1931 — que apresenta ainda outros informes interessantes sobre o caso.)

* * *

O Capitão Augusto Ximenes de Villeroy, nomeado pelo Governo Provisório para governador do Amazonas, chega a Manaus e assume a administração do Estado a 4 de janeiro de 1890. Estava, conseqüentemente, extinta a Junta Governativa e serenados os ânimos. Mas, pouco tempo esteve o Capitão Villeroy à frente dos destinos do Estado, pois grave enfermidade acometeu sua esposa, sendo necessário acompanhá-la ao Rio de Janeiro, deixando o governo amazonense, nas mãos do seu Secretário, o Capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro, que foi aprovado pelo Governo Federal.

Nessas mudanças, piorou a situação política de Carvalho Leal, na sucessão de militares na governança. E assim continuou até falecer.

* * *

Foi um nobre chefe de família, tendo deixado uma progenitura ilustre e numerosas. São seus filhos: Inez Amélia Leal Mendes, Maria Luiza Leal Gesta, Domingos de Carvalho Leal, Raymundo de Carvalho Leal, Neuza Amélia Leal Pereira, Edgard de Carvalho Leal, Admée Leal Sanches, Laurênia Amélia Leal de Almeida, e os Drs. Deoclydes de Carvalho Leal (médico) e Alexandre de Carvalho Leal.

DORVAL PÔRTO

O Dr. Dorval Pires Pôrto não vai ter aqui uma biografia, tantos são os subsídios que para isso me faltaram, mas apenas uns fragmentos de notícias de sua longa vida de medidor e demarcador de terras e de político. Sabe-se que era natural do Rio Grande do Sul e que ali fizera a sua cultura, dirigindo-se para o Amazonas, aportando a Manaus ao raiar do século.

Em plena época da valorização da borracha, os conquistadores das florestas tratavam, de imediato, de legitimar suas posses e se fazerem *donos dos seringais*. Os engenheiros, pode-se imaginar, não sabiam como atender aos apelos de todos os quadrantes. Não se olhavam preços exorbitantes no processo de legitimação da gleba distante, que era o ponto de partida para garantir os "aviamentos". Lembro-me que diversos engenheiros militares pediram exoneração do Exército, a fim de ficarem livres para a função legal de medidores e demarcadores de terras nos sertões amazônicos.

Diz-se que Dorval Pôrto, nesse afã honesto, pôde acumular algumas economias.

Localizado na Capital, não cessava de viajar pelo interior, como se podia verificar nos constantes *editais de terras* estampados no "Diário Oficial" do Estado.

Certa vez, foi contratado para o costumeiro serviço, em lugar e dia certo. Lá chegando, na oportunidade, presente o proprietário do seringal, não havia um mateiro sequer para a indispensável abertura das "picadas", sem os quais não se podia iniciar o trabalho preparatório das tomadas de rumos para objetivar as linhas lindeiras. O engenheiro protesta, regressa, cobrando a quantia ajustada, como se a tivesse feito, o que era legal. O outro nega-se a atendê-lo. Vão à Justiça, ganhando o proponente da ação judicial, o que realmente estava no pleno direito do profissional. Dorval provou que não era homem para se deixar ludibriar.

* * *

Dorval Pôrto era um astuto, lembrando a velha raposa da fábula. Entrando na política, educado, mesureiro e honesto, conquistou um extenso rol de admiradores, quer na elite social, quer no interior: como balizava as áreas das demarcações, assim o fazia nos seus planos políticos, usando, para isso, de dois truques marcantes de sagacidade; um deles sendo este: nos encontros sociais de festas, sobretudo ao despedir-se do amigo ou do correligionário, dizia-lhe em sigilo e olhando para cada lado, bem perto do ouvido: "Quando eu for eleito governador do Amazonas, o nobre amigo será o meu líder, o homem de confiança, o meu assessor". Mas, assim prometia a todos os homens categorizados. Era um modo inédito nos anais da velhacaria partidária e que, percebido o seu segundo sentido, não se repete.

Nos manifestos ao povo (sempre ao povo) nos espalhafatosos cartazes, nos comícios, nas publicações dos jornais, nas rádios e por outras formas, os candidatos prometiam este e outros mundos. Por ingênuos e mentirosos, os programas de ação desmoralizaram-se.

Já se vê que a promessa partida de um cidadão conceituado calava na esperança do correligionário. Repetida por muitos valia pela mais poderosa e eficiente propaganda de um candidato em potencial.

Com este lema, cuja bandeira nem carecia desfraldar, galgou, no Amazonas todos os escalões da política: foi Deputado Estadual, Prefeito de Manaus, Deputado Federal e Governador do Estado. Muitos homens ilustres e dignos que acreditaram na declaração e oferta da sedutora liderança, foram ludibriados. Somente um apenas, o Dr. Waldemar Pedrosa, excelso por todos os títulos foi escolhido para essa liderança. Quanto a mim, o novo governador já me encontrara trabalhando desde cerca de oito anos nas funções de Diretor-Geral da Instrução Pública, cargo esse, no dia da posse — 1.° de janeiro de 1930 — depositei em suas mãos, o que recusou, dizendo: "Preciso dos seus serviços." Mas, a 12 de agosto deste ano (1930), exonerava-me do elevado cargo, como protesto contra um governo, que, no dia anterior (11 de agosto), mandava invadir o edifício do Ginásio Amazonense Pedro II, no momento em que suas aulas se achavam repletas de estudantes. Não podia continuar a servir uma administração que autorizara o vandálico tiroteio de um templo de ensino, sendo eu parte do seu corpo docente.

(Em trabalho, pronto a ser entregue ao prelo, e intitulado "Uma viagem em torno de mim mesmo" — narro a ocorrência.)

* * *

O Dr. Dorval Pires Pôrto fora eleito para o quatriênio que terminaria a 1.° de janeiro de 1933. Mas, a Revolução de 3 de outubro de 1930, eclodida no Rio de Janeiro, mudou o processo das diretrizes políticas do País. O Amazonas teve a sorte dos outros: seu governador deposto pelo povo e pelas Forças Armadas, no dia 24 de outubro (1930), sendo substituído por uma Junta composta do Coronel Pedro Henrique Cordeiro Júnior e Drs. José Alves de Souza Brasil e Francisco Pereira da Silva. O deposto não fez resistência e, imediatamente, embarcou para o Distrito Federal, acompanhado de sua esposa. Algum tempo depois, regressou a Manaus, ali passando pouco meses, verificando que tudo lhe havia mudado, retirando-se definitivamente para o Rio de Janeiro onde veio a falecer.

EDUARDO RIBEIRO

Eduardo Gonçalves Ribeiro, também conhecido como *Pensador,* nasceu em S. Luís do Maranhão, a 18 de setembro de 1862, falecendo em Manaus, a 14 de outubro de 1900, estando sepultado no cemtiério de São João Batista, da mesma cidade. Descendente de casal paupérimo, não há informações dos nomes dos seus pais, bem assim do seu protetor. Deduz-se que era um menino inteligente e de bons costumes, cujos estudos se fizeram

na terra natal: ao concluir o curso primário, entrou no Liceu, a 20 de janeiro de 1879. Uma vez concluídos os preparatórios vestibulares à Escola Militar do Rio de Janeiro, viajou para a Corte a 24 de janeiro de 1881, matriculando-se naquela Escola; em 14 de janeiro de 1886, já formado e no posto de Alferes, foi promovido a 2.°-Tenente e classificado no 3.° Batalhão de Artilharia a pé, sediado em Manaus. Mas, ao passar por Belém (Pará), ficou adido ao 4.° Batalhão da mesma arma.

Mais tarde, por ordem de 13 de agosto de 1887, Eduardo Ribeiro foi mandado recolher ao seu Batalhão (em Manaus), por medida disciplinar, pois seguia as idéias republicanas do seu mestre Benjamin Constant, como faziam muitos rapazes da sua época.

Quando o Conde d'Eu esteve em Manaus, no segundo semestre de 1889, em trânsito para visitar o Forte de Tabatinga, o então Tenente Eduardo Ribeiro se achava na Capital baré e aparece em uma fotografia tomada em ocasião de uma das homenagens prestadas ao Príncipe, no grupo em que estava S.A.I. Nesse documento histórico e raro distingue-se muito bem a figura do Tenente. Pode-se encontrar esse documento na grande coleção do Instituto Geográfico e Histórico. Eduardo Ribeiro ainda permanecia no seu Batalhão a 15 de novembro de 1889, ao ser proclamada a República. Chegada àquela capital a nova do grande acontecimento, no dia 21 de novembro, é deposto o Presidente da Província, Dr. Manoel Francisco Machado (Barão de Solimões)e logo instalada uma Junta Governativa. Espera-se que chegue do Rio de Janeiro o primeiro governador nomeado pelo Governo Provisório da República, cujo titular foi o Capitão Augusto Ximenes de Villeroy, que assume a gestão do Estado a 4 de janeiro de 1890, chamando para o seu Gabinete o Tenente Eduardo Ribeiro. E, como premio do seu talento, cultura e dedicação à causa republicana, Deodoro da Fonseca, Presidente da República, nomeou-o a 2 de junho de 1890, para o cargo de Professor da Escola Superior de Guerra.

Villeroy foi obrigado a retirar-se de Manaus, por motivo de grave moléstia em sua esposa, deixando Eduardo Ribeiro em seu lugar, à vista de sua competência, zelo e honestidade. O Governo Provisório aprovou essa designação, estando assim os negócios públicos do Estado sob o seu governo, desde 2 de novembro de 1890. Foi a sua primeira investidura. Toda gente estava satisfeita com a conduta administrativa do novo titular, quando, de surpresa, chega a notícia de sua exoneração a 4 de abril de 1891. O povo não se conformou com a injustiça. Reunido em grande massa, na Praça da República, em frente ao Palácio do Governo,

a 12 do mesmo mês, quando lhe chegou aquela triste notícia, Eduardo Ribeiro foi aclamado Governador do Estado. Temos, em nosso arquivo particular, o *Manifesto ao Povo* assinado por 363 pessoas, a elite de Manaus, nomeadamente mulheres, comerciantes e próceres políticos. Todavia, a 5 de maio deste ano, Eduardo Ribeiro passava as rédeas da Administração ao 1.º Vice-Governador Guilherme José Moreira (Barão de Juruá).

A 7 de julho era Eduardo Ribeiro promovido ao posto de Capitão do Estado-Maior de 1.ª classe, seguindo para o Rio de Janeiro a 27 do mesmo mês, a fim de investir-se no cargo de lente da Escola Superior de Guerra, para o qual fora nomeado.

* * *

Eduardo Gonçalves Ribeiro era 2.º Vice-Governador do Estado, quando o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi deposto do cargo em conseqüência de Golpe de Estado desferido pelo Generalíssimo Deodoro da Fonseca. Assumiu o governo o 1.º Vice-Governador Guilherme Moreira, por poucos dias, entregando-o ao 2.º Vice, Capitão Eduardo Ribeiro. Estava assim, pela segunda vez no Poder. Era de sua incumbência realizar eleição para o novo período governamental. O Partido Democrata fê-lo seu candidato, com o apoio quase geral de Deputados e Senadores. Estando no Poder, o candidato, a esse tempo não havia para ele incompatibilidade. Fere-se o pleito e Eduardo Ribeiro, sem competidor, é eleito.

Por mais uma vez assume a governança, para o período de 23 de julho de 1892 a terminar a 23 de julho de 1896.

Com a valorização da borracha que quase permitia a duplicação da receita arrecadada sobre a orçada, com a grande imigração de operários e artistas de que se encheu Manaus, com a facilidade da importação de material de construção da Europa e da América do Norte, e com aquele espírito de iniciativa e realização de Eduardo Ribeiro, foi fácil, em 4 anos, transformar a *grande aldeia* que era Manaus, na *cidade moderna* que passou a ser. Foi ele próprio que o disse, em Mensagem ao Legislativo. O dinheiro da arrecadação dava para obras monumentais, e ainda tinha saldo. A lista é muito extensa, mas vamos à mínima. Em primeiro lugar, a planificação da cidade, com os grandes desaterros e aterros, compreendendo o entulhamento do igarapé supostamente da Conceição ou do Moeiro ou ainda Aterro, onde passou a ser o da Avenida Eduardo Ribeiro. Todas as *lombadas* da urbe, por onde passavam ruas e se achavam praças, os tratores fizeram sua tarefa de planificar para embelezar, facilitando o trânsito. Não se olhava distância de onde deveria ir a terra para os entulhamentos. Depois, a canalização d'água. Construção do

Reservatório d'água, continuação e término do Teatro Amazonas, do Palácio da Justiça, Escolas, Pontes Monumentais, edifício do "Diário Oficial", Casas das máquinas de bombeamento d'água na Cachoeira Grande, prolongamento da Estrada Epaminondas até à "Colônia João Alfredo". Seria muito longa a lista das obras realizadas, como calçamento e retificação de ruas e alargamento de praças. Dos monumentos, destacadamente o *Teatro Amazonas*, o mais famoso dantanho e até hoje um dos primeiros do Brasil e do mundo, por sua beleza e riqueza artística, bem assim o "Forum" ou seja o Palácio da Justiça. Outras obras notáveis surgiram, embora algumas inauguradas depois de seu governo.

Agora, duas palavras sobre as finanças do quatriênio administrativo do Pensador. Diz ele em uma das suas Mensagens ao Congresso Legislativo: "De uma receita arrecadada de 2.243.270$000 em 1890, chegamos em 1895, apenas em cinco anos, de diferença, a 10.268:579$955. As receitas que tendes votado têm sempre ficado aquém das que são arrecadadas na Recebedoria do Estado." Neste favor de arrecadação, Eduardo Ribeiro, baseou a vitória do seu governo. Ademais, o custo do material de construção era baratíssimo. Basta dizer que uma viga de ferro, procedente da Inglaterra (sem intermediários, já se vê), posta na obra e sob medida, custava menos que uma viga de madeira apanhada na floresta do Amazonas e posta no local da construção! Tudo o mais era assim.

* * *

Eduardo Gonçalves Ribeiro teve episódios, de ordem política, bem dolorosos, entre outros para os quais não há, aqui, espaço para narrar, lembro e de haver sido regularmente eleito Senador pelo Amazonas, e não ser reconhecido.

O falecimento de Eduardo Ribeiro, ocorrido a 14 de outubro de 1900, num afastado subúrbio de Manaus, em uma casa de sua propriedade e residência, continua e continuará em mistério. Eis o resumo do muito que sabemos da sua vida.

ELVIRO DANTAS

O Dr. Elviro Dantas Cavalcante nasceu a 16 de janeiro de 1874, na Vila do Catolé do Rocha, da antiga Província da Paraíba do Norte. Foram seus pais Liberato Dantas Cavalcante e D. Maria Adelina de Araújo Maciel.

Formou-se em Ciências Sociais em 1897, e em Ciências Jurídicas em 1898, na Faculdade de Direito do Recife, sendo seus colegas de turma, entre outros, Elizeu Cezar, Abedias Neves,

Domingos Américo, Paulino Jucá e Teotônio Chermont de Brito. Como estudante ainda, fez parte do Clube Republicano Lauro Sodré, ocupando o cargo de 1.° orador.

Saudou o batalhão que foi a Canudos, em nome da colônia paraibana, quando, ao regressar à sua terra, tocando em Recife, foi alvo de grandes manifestações, pela maneira brava com que se portou na luta em prol da Ordem e da Lei. Sobre o assunto, os jornais da capital pernambucana encheram-se de copiosas notícias, não menos, os de sua terra.

Elviro Dantas começou a sua vida pública, nas funções de Promotor da Comarca de Itabaiana. Pedindo exoneração, transferiu-se para o Estado do Pará, sendo nomeado Promotor Público de Afuá, na ilha de Marajó. Viaja para Belém, onde fica noivo. Após, seguiu para a capital amazonense, sendo nomeado, em 12 de fevereiro de 1903, Procurador Fiscal da Fazenda estadual; logo em seguida nomeado Secretário do Prefeito Municipal, Dr. Martinho de Luna Alencar.

Em 30 de março desse ano (1903), contrai núpcias, em Belém, com a Srta. Maria do Carmo de Gouvêa Barreto, filha do Desembargador Francisco de Gouvêa Barreto e sua esposa Joaquina Cândida de Gouvêa Barreto. Os nubentes viajaram para Manaus, fixando-se definitivamente.

O Dr. Elviro Dantas continuou a servir na administração do Dr. Luna de Alencar, prosseguindo no Governo municipal do novo Superintendente Coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, até dezembro de 1904.

Na retirada temporária do Coronel Lisboa, serviu também ao novo Governo, exercido pelo Dr. João Coelho de Miranda Leão.

Deixando a Secretaria da Superintendência Municipal, foi nomeado Promotor Público interino da capital, em 1 de fevereiro de 1905 e efetivado em 19 de abril do mesmo ano, com sede no 5.° Distrito. Foi nomeado Delegado de Polícia do 3.° Distrito da capital, em 27 de março de 1907. Em 6 de setembro desse mesmo ano teve a nomeação de Prefeito de Polícia, em comissão. Também foi comissionado no cargo de Procurador Fiscal da Fazenda estadual, por ato de 16 de setembro de 1907. A 20 de dezembro (1907) foi exonerado do cargo de Promotor Público, ato este que a vítima considerou de vingança do Governador Afonso de Carvalho, pois gozava de estabilidade garantida pela Constituição vigente. Aciona o Governo do Estado e ganha a demanda, sendo o Estado compelido a reparar seu direito, embora bem mais tarde, restituindo-lhe o cargo e mandando pagar-lhe os vencimentos do tempo em que esteve fora dele.

Irrompe o tristemente célebre bombardeio de Manaus, de 8 de outubro de 1910. Mas, restabelecida a ordem legal e reposto o Coronel Bittencourt, o Dr. Elviro Dantas é nomeado para exercer o lugar de Promotor Público do 1.° Distrito da capital, por ato de 6 de setembro de 1911. Em 5 de junho de 1912, foi nomeado Delegado de Polícia, assumindo as funções de Chefe de Polícia por substituição legal, sendo dispensado de ambos a 22 de setembro de 1912, quando ocorreu a segunda deposição do Coronel Bittencourt. Com essa exoneração, Elviro Dantas encerrou sua vida pública, em relação ao Amazonas. Jamais deixou de exercer a advocacia, permitida por lei, dentro do longo período em que serviu o Estado.

Elviro Dantas foi um tribuno empolgante. Inúmeras foram as vezes em que se fez ouvir, quer nos salões, quer no Tribunal do Júri e, ainda, nas festas maçônicas a cuja Instituição serviu, em posto elevado e por muitos anos.

Uma das suas orações mais apreciadas foi a que proferiu quando, em 1909, se realizou a inauguração da Alfândega de Manaus, como representante do Tiro de Guerra n.° 10, que era integrado pela elite da intelectualidade de Manaus.

Fundada, em 1909, na capital do Amazonas, a Universidade Livre de Manaus, o Dr. Elviro Dantas foi um dos docentes da Faculdade de Direito de que se originou a atual Faculdade de Direito do Amazonas. Ensinou gratuitamente até 1936, quando de sua encampação pelo Estado, que passou a remunerar aos professores. Elviro Dantas ocupava esse cargo e o de agente fiscal do Imposto de Consumo, quando surge o decreto draconiano de desacumulação das funções públicas, sendo obrigado a renunciar o de professor.

Tratando-se de política, em cujas atividades Elviro Dantas havia entrado com independência e desassombro, alistou-se na oposição, de acordo com a sua índole. Não combatia para alcançar um posto elevado no planalto do Olimpo da administração ou representação. Nunca se apresentou como candidato, mas sempre ajudando os correligionários do seu partido. Essa atitude constituiu uma nota brilhante e honrosa de desprendimento cívico. A sua luta foi tremenda em prol do prevalecimento da Constituição Estadual, de 1910.

* * *

Do seu casamento com D. Maria do Carmo houve os seguintes filhos, todos amazonenses: Cássio Dantas Cavalcante, casado, com D. Olga de Mello Dantas, curador especial aposentado, de Manaus; Admeto Dantas Cavalcante, bacharel em Direito, já fa-

lecido; Moacyr Dantas Cavalcante, casado, bacharel em Direito, funcionário federal, residente no Rio de Janeiro; e Aracy Dantas Cavalcante, funcionária federal, residente em Manaus.

* * *

O Dr. Elviro Dantas Cavalcante, por mais de 40 anos exerceu o Jornalismo, sendo por vezes, redator-chefe de jornais notáveis, entre outros: "Amazonas", "O Jornal" (fase antiga), "Diário de Manaus", "Jornal do Comércio", "O Liberal", "União Portuguesa". Por volta de 1910, o Dr. Epaminondas de Albuquerque fundou o jornal "A Capital", sendo o seu redator-chefe o Dr. Elviro Dantas.

Atingindo a provecta idade de 70 anos, Elviro Dantas aposentou-se como Fiscal do Imposto de Consumo, dando inúmeras provas de inteligência, cultura e honestidade.

Faleceu em Manaus, a 19 de outubro de 1947, com a idade de 73 anos. Está sepultado no Cemitério de S. João Batista.
(Serviram de subsídio para esta biografia as observações pessoais do autor, bem assim as informações do Dr. Cássio Dantas, ilustre filho do biografado).

EMÍLIO MOREIRA

O Coronel Emílio José Moreira, natural da Bahia, desempenhou um papel de relevo na sociedade, no comércio e na política do Amazonas, quer no último decênio do século, quer no primeiro do atual.

Foram seus pais Sebastião José Moreira e D. Maria José Moreira, ambos portugueses. Teve, como irmãos, o Coronel Guilherme José Moreira e o Dr. Antônio José Moreira; aquele, o futuro Barão de Juruá, e este, médico da Armada, designado para servir na Flotilha do Amazonas. Dando-se muito bem naquelas plagas e prognosticando o futuro da região, convidou os irmãos para visitá-lo. Guilherme e Emílio prontamente aceitaram o convite, tendo chegado a Manaus em junho de 1854, dois anos após se haver instalado a Província. E, logo, constituíram a firma "Moreira & Irmão", sob a chefia de Guilherme. Durante os anos em que negociaram no interior, em vários rios, máxime no Juruá, um deles sempre ficava em Manaus, enquanto os outros, na interlândia, conduzia os "aviamentos" e recolhia a borracha, a castanha, o pirarucu seco e outros produtos. Fizeram fortuna e, fixados na capital, entraram na política, sempre unidos.

O Coronel Emílio José Moreira casa-se com uma irmã do Major Joaquim Paes da Silva Sarmento, chefe de uma família importante e futuro senador pelo Amazonas. Moreira e Sarmento eram, sem dúvida, homens de real prestígio político e social, pela inteligência e critério partidário.

Emílio Moreira reuniu, em torno de seu nome e por muitos anos, os maiores expoentes do pensamento do Partido Republicano Democrata do Amazonas. Sua capacidade de conduta de massas eleitorais revelou-se quando se tratou de eleger governador do Estado o então Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Já estava em início de vigência a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Nos seus moldes, elaborava-se, logo após, a Constituição do Amazonas. Para isso, estava reunida a Assembléia Constituinte, que fora de sua finalidade específica, elegeu aquele militar para o alto cargo de governador: um poder criou o outro poder, o Executivo, e não as urnas eleitorais, como deveria ser, num regime democrático, então bruxuleante.

Emílio Moreira e seus amigos políticos combateram esse processo anti-republicano. Não obstante, Thaumaturgo de Azevedo foi empossado a 1 de setembro de 1891. A oposição fez-lhe um combate tremendo, acrescido pelos inesperados acontecimentos surgidos no Rio de Janeiro, como conseqüência da deposição de Deodoro da Fonseca, da Presidência da República. Thaumaturgo só esteve no governo até 27 de fevereiro de 1892, quando foi deposto. Emílio Moreira e o seu partido triunfaram. Gonçalves Ribeiro — o Pensador —, com o apoio dos *moreiristas* é eleito e governa, fazendo uma notável administração. Mas, ao apagar das luzes do seu quatriênio, apresenta candidato oficial o Capitão Fileto Pires. E, para assegurá-lo, não contava com os elementos poderosos de Emílio Moreira, então presidente do Congresso Legislativo e chefe do Partido Democrata. Alija-o, por meio do celebérrimo *Congresso Foguetão*. Nova luta de Emílio Moreira, que termina pela vitória. Ele tinha ao seu dispor o velho jornal "Amazonas" e, como trombeta de guerra, o talentoso e destemido Coronel Raymundo Nunes Salgado.

* * *

Quando o Coronel Emílio Moreira entrou nas lides políticas, como se sabe, era, então, um homem economicamente emancipado. Daí, a independência com que agia, na qualidade de chefe de agremiação partidária. O ostracismo, por isso, não o espantava. Depois, a lealdade de suas promessas ao eleitorado tinha o cunho de uma coisa sagrada. Naquele tempo, o eleitor correspondia, com a sua palavra de honra o penhor do seu voto . Valia a pena, então, comandar legiões de votantes, perto ou distante dos pleitos.

A descendência do Coronel José Moreira foi bastante reduzida, que me conste, apenas de três filhas. Todas casaram-se muito bem: a primeira, a professora normalista Eudoxia Sarmento Moreira, consorciou-se com o Dr. Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto; a segunda, casou-se com o Engenheiro-militar, Capitão Manoel Uchôa Rodrigues; e a terceira, com o Dr. Argemiro Germano, médico.

Na progenitura do Coronel Emílio Moreira, deu-se um episódio, *post mortum* que forneceu ensanchas de comédia, pelos efeitos produzidos e que foi o seguinte:

Falecido o Coronel Emílio José Moreira, suas três filhas, naturalmente de acordo com os seus respectivos maridos, resolveram, no processo de inventário dos bens deixados por seu pai, abrir mão do que lhes tocaria do acervo. À viúva, toda a herança do marido. Pouco tempo depois, tendo falecido a esposa do Dr. Argemiro Germano, decorridos alguns meses, casa-se com a sogra. Deste modo, toda a fortuna de Emílio Moreira passa para o domínio do novo casal. Nada houve de ilegalidade nesse conúbio de pessoas maiores de 60 anos.

Que teriam pensado, a respeito desse romance de fundo verdadeiro, as esposas e outros genros do antigo e saudoso chefe político?

* * *

Emílio Moreira não possuía uma formação acadêmica. Era, porém, dono de um lastro cultural e dose de experiência, que faziam dele um espírito de elite a que aliava uma profunda sagacidade, como se possuísse um sexto sentido, de bem conhecer e discernir, entre os homens do seu tempo. Não precisou de assessores para exercer, com clareza e dignidade, e por várias vezes, o cargo de Presidente do Congresso Legislativo do Estado.

EPHYGÊNIO SALLES

Nascido a 16 de agosto de 1879, no Sêrro do Frio, tradicional cidade mineira fundada pelos bandeirantes — berço de brasileiros ilustres — antigo arraial das Lavras Velhas, mais tarde Vila do Príncipe, descendia por linha direta do lado paterno, dos Ferreira de Salles, antiga família local (na "História Antiga", Diogo de Vasconcellos já menciona um João Ferreira de Salles) e do materno, dos Queiroga de Queirós, poetas, bacharéis, médicos e políticos (em 1848, o Dr. Bernardino José de Queiroga, foi presidente da Província de Minas Gerais).

Viu-se, Ephigênio de Salles, desde cedo, na orfandade, e assim iniciou os estudos em sua cidade natal; mais tarde foi internado no Colégio do Caraça, no qual obteve matrícula gratuita a pedido do seu irmão Joaquim, então aluno exemplar daquele famoso educandário. Dali saindo, veio para o Rio de Janeiro, donde rumou para o longínquo Estado do Amazonas, obedecendo a força de uma índole intrépida e aventurosa. Naquela terra, chegou aos dezessete anos de idade, e logo iniciou vida de jornal, ingressando como aprendiz de tipógrafo no "Diário Oficial" do Estado. Mais tarde, quando Presidente do Estado e jornalista consagrado, exibia, com orgulho, na parede do seu gabinete, o antigo diploma de tipógrafo.

Nesse período de sua vida, pouco tempo demorou-se em Manaus havendo regressado ao sul, onde logo se alistou no Exército, sendo incorporado à coluna do Cel. Arthur Oscar, que partia para operações finais na campanha de Canudos. Fez parte do efetivo do 22.° Batalhão de Infantaria, sob o comando do Cel. Bento Tomás Gonçalves, este depois substituído pelo Major Lídio Pôrto.

Quando estudante de Direito, de novo no Sul, veio a exercer o magistério em Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, onde se fez amigo dileto do futuro segundo Cardeal do Brasil, Dom Sebastião Leme.

Terminada a campanha de Canudos, e aquela fase inicial da sua vida, regressou ao Amazonas, obtendo então outro contrato como repórter do jornal "O Amazonas" dirigido, na época por Antônio Bittencourt e Raymundo Salgado dos Santos, e administrado pelo Major Euzébio Caldas — folha política da maior importância local. Como principal órgão da oposição, teve esse jornal, em razão de tal fato, fechadas as suas portas por algum tempo.

Em princípios de 1899, partiu para o Acre, com Luiz Galvez Gonçalves D'Arias, tomando parte na reação que se organizou para expulsar de nossa terra os invasores bolivianos. Nessa época, viu-se atacado de violenta *beribéri* que o obrigou, enfermo, a regressar à Manaus. Mais tarde, com companheiros de imprensa, ainda em Manaus, assaltou uma lancha boliviana no porto daquela cidade, e assim teve início, na campanha do Acre, a famosa "expedição dos poetas", que foi salva e seguida por outra expedição não menos patriótica, em boa hora comandada pelo denodado Orlando Corrêa Lopes, da qual era figura destacada o grande Plácido de Castro, que viria a chefiar a resistência brasileira, e de quem veio a ser, Ephigênio de Salles, capitão assistente de comando.

Fizeram parte desta mesma expedição, João Barreto de Menezes, José Maria dos Santos, Cte. Pery Delamare, Trajano Chacon Ribeiro de Castro, José dos Anjos, Arnaldo Machado, Ignácio José de Carvalho, Avelino Chaves, Manoel Domingos dos Passos Gomes (que foi diretor da "União Portuguêsa") e vários outros intelectuais e figuras de destaque do Estado do Amazonas, daquela época.

Em 1907, veio ao Rio e matriculou-se na Faculdade Nacional de Direito, na qual se formou em 1911, sendo obrigado para tanto a voltar a esta cidade todos os anos, a fim de prestar os seus exames periódicos.

Em outubro de 1910, estando também em Manaus e tendo, nessa ocasião, se verificado o ultrajante bombardeio da cidade por cinco navios da Marinha, bem assim pelo 19.º Grupo de Artilharia e o 48.º Batalhão de Infantaria do Exército, solidarizou-se Ephigênio de Salles, com o então governador, seu dileto amigo Cel. Antônio Bittencourt, tendo participado, de arma na mão, da resistência do governo organizada pelo Cel. Pedro José de Souza, e na qual também se encontravam, dentre outros, seu compadre deputado Antônio Monteiro de Souza, e os Drs. Júlio Pedrosa Filho, Pedro Guabiraba e Aristeu Rocha.

Em 1910 foi nomeado, mediante concurso, distribuidor e contador geral do Fôro da cidade de Manaus. Em 1912, assumiu a direção do jornal "O Diário do Amazonas".

Foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1911, vindo a ser reeleito, ininterruptamente desde aquela data até 1925. Nessa condição exerceu, durante dez anos consecutivos, o cargo de secretário da Câmara Federal. Além de outras comissões, fez sempre parte, como membro efetivo, da Comissão de Instrução Pública.

Em 1925, foi eleito presidente do Estado do Amazonas, e ao cabo do seu mandato, em 1929, foi finalmente eleito senador da República. Na passagem pela Câmara Alta, foi sempre membro da Comissão de Poderes Privativos do Senado Federal.

Ainda em 1917, estando em Manaus, já como deputado federal, para a cerimônia de posse do então presidente Alcântara Bacellar teve que defender, de metralhadora em punho, a permanência da legalidade contra uma intentona que então se armou, em oposição àquele nóvel governante.

Durante o exercício de seu mandato de deputado federal, veio a residir em Belo Horizonte, cidade que amava, na qual se casara com Dona Alice Tavares Ferreira de Salles, de ilustre família mineira, filha do senador Necésio José Tavares, e onde nas-

ceram quatro dos seus seis filhos, e onde ainda em 1924 organizou, juntamente com Cristiano Machado, Aníbal Machado, Menelick de Carvalho e outros coestaduanos ilustres, a famosa Cruzada Republicana Mineira, batalhão patriótico, que deveria combater em São Paulo os revolucionários chefiados por Isidoro Dias Lopes. Na qualidade de comandante desta força incorporou-se a tropas do Exército, sob o comando do general Eduardo Sócrates, em Guaiaúna, São Paulo, apresentando-se logo para a luta armada, sempre em favor dos mais elevados interesses do país.

Jornalista, desde o início de sua vida pública, trabalhou em vários jornais, ora em Manaus, ora no Rio, dentre os quais se destacam "O Amazonas", "O Diário do Amazonas", "O Estado do Amazonas", "O País", "A Notícia", e a "Gazeta de Notícias". Foi sócio da antiga Associação de Imprensa do Rio de Janeiro, e fundador e diretor benemérito da atual Associação Brasileira de Imprensa.

Realizou administração exemplar no governo do Estado do Amazonas, onde executou obras de grande alcance social e econômico.

Em 1930, viu-se, por motivos políticos, submetido a julgamento pela "Junta de Sanções", tribunal revolucionário presidido pelo eminente homem público J.J. Seabra que, no dia do encerramento do julgamento — o primeiro, aliás, realizado por aquele tribunal de exceção, exclamou: "É uma honra para mim, como brasileiro, declarar a sentença absolutória de cidadão honrado e digno, como o antigo senador Ephigênio de Salles!"

Era, Ephigênio de Salles, amigo e compadre do inventor brasileiro Alberto Santos Dumont que por duas vezes o visitou em Belo Horizonte,cidade que veio a chamar de "Miradoiro do Céu". Esta inscrição foi gravada, à pedido do sábio-inventor, no frontispício de sua residência, na antiga Rua Santa Rita Durão, n.º 166, naquela cidade, e faz bem pouco tempo, ainda lá se encontrava.

Nos últimos anos de sua vida, perseguido pelas forças da ditadura e ameaçado de deportação do país, tomou posição ativa na Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, tendo até chegado a instalar um serviço clandestino de comunicação radiofônica em sua residência, na rua Pereira da Silva, n.º 220, Rio de Janeiro, para fins de comunicação direta com os revolucionários daquele Estado.

Sofrendo as maiores perseguições e pressões, e tendo dificuldade até de ordem material para manutenção de sua numerosa família, organizou um pequeno escritório comercial em Belo Ho-

rizonte, de sociedade com seu fraternal amigo e cunhado Necésio Tavares. Dispondo de grande círculo de amizades no Estado de Minas, veio a ser, afinal, convidado a disputar, por aquela unidade da federação, eleição para deputado constituinte em 1934, quando, como candidato avulso, obteve cerca de vinte mil votos em todo o Estado. Foi esta a derradeira luta de sua longa e laboriosa carreira de homem público no Brasil, porque veio a falecer, em 12 de outubro de 1939, na sua última residência, no Rio de Janeiro, à Rua Pires de Almeida, n.° 8.

Em seu governo, no Estado do Amazonas, Ephigênio de Salles, enfrentou e procurou resolver os principais problemas administrativos da época. Todavia, destacou-se sua atividade no campo da instrução pública. Declarou, no início do seu governo: "Ponto essencial de qualquer programa de governo bem intencionado, o aumento do número de escolas não pode escapar às cogitações máximas dos governantes, todos na dolorosa contingência, entretanto, de verem provado por algarismos, que o Estado não poderá atender às prementes necessidades de seu povo em matéria de instrução."

Prestando conta ao povo, pela última vez ao final de sua administração revelou: "O resultado da tenacidade com que se enfrentou o problema do analfabetismo no Estado não pode ser mais animador, apesar dos múltiplos e quase insuperáveis empecilhos que embargam a difusão do ensino, sobretudo nas zonas rurais."

No ano de 1925, havia no Estado 237 escolas. Foram criadas e inauguradas mais 41, isto é, cerca de uma para cada mês de governo. O número de alunos, considerando as condições peculiaríssimas e precárias do Estado, atingiu à cifra apreciável de 18.246. Na época, a população global do Estado, era bem abaixo de 500 mil habitantes dispersos numa área de cerca de um milhão e meio de quilômetros quadrados."

* * *

As homenagens à memória do antigo Presidente do Amazonas têm continuado. Além daquela feita pelo Estado da Guanabara apondo seu nome em uma rua do Cosme Velho, a de maior veemência e repercussão após a publicação de sua biografia no "Jornal do Comércio" de Manaus, foi mais um hino de exaltação à sua conduta. Trata-se da recente solenidade com que se instalou o *Grupo Escolar Ephigênio de Salles,* em Belo Horizonte, homenagem do governo de Minas ao filho dileto, que tanto trabalhou por sua terra, como pelo Amazonas.

À inauguração desse templo do ensino acorreram, de todos os quadrantes da política e da cultura, parentes, amigos e admiradores do grande homem. Foi uma tocante festa cívica, de saudade e de gratidão, como se poderá constatar pelo "Diário de Minas", de Belo Horizonte, de 15 de março de 1967, dia seguinte ao da solenidade.

(Parte do texto desta biografia é da lavra obsequiosa do Doutor Alíneo Ferreira de Salles, filho do biografado, em reforço de observações de longos anos de amizade do autor deste Dicionário. Publicado no "Jornal do Comércio" de Manaus, de 23-6-966).

ESTANISLAU JOSÉ MIRALHES

Estanislau José Miralhes foi um artista de condição modesta, quase nada constando de sua vida. Nasceu e viveu em Manaus, onde constituiu família. Nasceu a 9 de junho de 1854. Carpinteiro, sua cultura não foi além do curso primário, sendo porém muito inteligente, tornando-se um operário esclarecido e de bons costumes.

Tendo 20 anos de idade, quando de passagem por Manaus o 1.°-Ten. Antônio Luiz von Hoonholtz (mais tarde Barão de Tefé), chefe da equipe brasileira da Comissão Mista de Demarcação de Limites Brasil-Peru, foi convidado, na qualidade de carpinteiro, para servir na Expedição. Partiu e assistiu todas as tragédias da viagem no alto Javari, fato que era uma constante das suas conversações. Mestre Miralhes foi um dos poucos que escaparam da morte, no alto Jaquirana (continuação do Javari), vítima dos índios, de beribéri e do impaludismo. De 82 homens que partiram, somente 55 restaram, sendo alguns em estado grave. No ponto suposto como o sítio colimado, Miralhes recebeu ordem para erguer uma grande cruz de madeira, como símbolo da fé. O carpinteiro Miralhes foi, por muito tempo, a testemunha oral do acontecimento. Tratando-se de um homem de bem, a Benemérita Loja Amazonas admitiu-o no seu quadro, no qual ingressou a 29 de novembro de 1890, filiando-se depois à Benemérita Loja "Esperança e Porvir". Esta última oficina tem, no seu salão de Honra, na Galeria dos Beneméritos, o seu retrato.

Entre os notáveis serviços que prestou, distingue-se a propaganda que fez em 1883 e 1884 pela libertação dos escravos.

Miralhes faleceu, em Manaus, quase aos cem anos de idade.

EUCLYDES DA CUNHA

A vida de Euclydes Rodrigues Pimenta da Cunha é tão acidentada e brava que chegou a parecer romanesca. Proliferam, na sua vida de militar, de literato, de cientista, episódios dos mais

variados aspectos e conseqüências. Foi um destino que interessou ao Amazonas, em trânsito por Manaus, a serviço do Governo Federal.

Euclydes nasceu a 20 de janeiro de 1866, em Cantagalo (Estado do Rio), sendo sua mãe D. Eudoxia Moreira da Cunha, que faleceu em 1869, deixando-o órfão quando contava apenas três anos de idade. Perambulou de casa em casa, de parentes e de amigos, que o cercavam de carinhos.

Em 1870, perde sua tia Rosinda de Gouvêa, sob cujo amparo vivia, passando para o de sua irmã Adélia, casada com o Coronel Magalhães Garcez.

De 1874 a 1876, em S. Fidélis, fez os seus primeiros estudos, no "Colégio Caldeira". Transfere-se para a Bahia, vivendo na casa dos seus avós paternos, onde continua seus estudos, tendo prestado exames em 1789. Continua a fazer seus preparatórios nos Colégios "Vitória" e "Menezes Vieira".

De 1882 a 1884, freqüenta o "Colégio Aquino", publicando seus primeiros trabalhos literários no jornal "Democrata", do próprio colégio.

Em 20 de fevereiro de 1866, ingressa na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde, em 4 de novembro de 1888, se envolve em um incidente de sérias conseqüências: a Escola estava formada solenemente, em frente ao quartel, para que o Ministro da Guerra lhe procedesse a *revista,* quando o Cadete Euclydes da Cunha dá um passo à frente, puxa do espadim e quebra-o, jogando os pedaços ao chão, aos pés do Ministro. Um frêmito de estarrecimento eletriza os jovens cadetes e toda a assistência. Euclydes é expulso da Escola, por *incapacidade física,* dado como louco. Em 28 de janeiro de 1889, ingressa na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, quando, no mesmo ano, a 15 de novembro, é proclamada a República. A 19 de novembro, é reintegrado no Exército, e no dia 21 recebe a patente de Alferes-Aluno. Em 1890, é promovido a 2.°-Tenente, concluído seu curso de Artilharia; em 1892, elevado a 1.°-Tenente e Praticante da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1893 tomou parte na revolta da Armada, o que o fez pedir demissão do Exército.

Entrando para o corpo redatorial d'"O Estado de São Paulo", Júlio de Mesquita convida-o para ir a Canudos, como repórter de guerra, adido ao estado-maior do Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt. A finalidade era um "furo" sensacional — entrevistar Antônio Conselheiro. "O relato da Campanha de Canudos, fragmentado em artigos publicados pelo "O Estado", precedidos pelos que se intitularam "A Nossa Vendéia", originaram o artigo "Excerto de um livro inédito" ou o anúncio de um livro

soberbo; "Os Sertões" (Pág. 17 de "Euclides da Cunha da Amazônia", de Velloso Leão.)

Na Bahia passou alguns meses, tendo escrito um livro intitulado "Canudos — Diário de uma Expedição". Euclides era um homem de extraordinária capacidade de trabalho. A 18 de janeiro de 1898, publica os primeiros excertos de "Os Sertões", seu mais famoso livro, sobre a psicologia do sertanejo nordestino. Revelou-se um penetrante observador de hábitos e costumes daquela gente que não se define somente por sua aparência. "Os Sertões", depois de meses nas prateleiras e nas gavetas, fizeram época, em todas as livrarias do País, sucedendo-se as edições. Outras obras, não menos úteis, saíram do cérebro privilegiado do inquieto e rebelde ex-cadete da Escola Militar, como aquela que aborda os interesses de limites, intitulada "Peru versus Bolívia", com 194 páginas.

Em agosto de 1904, é nomeado para chefiar a Comissão de reconhecimento das nascentes do rio Purus. A 13 de dezembro do mesmo ano, parte do Rio de Janeiro para o Amazonas, no paquete "Alagoas", chegando à Manaus a 30, tendo ido morar com Alberto Rangel, na "Vila Glicínia", no bairro do Mocó, atualmente Adrianópolis.

Na subida do caudal, a 21 de maio, dá-se o naufrágio de um grande batelão que levava ao reboque, com perda de tudo que conduzia para o serviço da Comissão.

A 14 de agosto de 1905, chega às nascentes do rio, já em território peruano, conduzindo apenas um pequeno grupo de temerários. Dessa viagem de exploração, Euclydes escreve um *Relatório* que esclarece a finalidade da expedição àqueles páramos do território peruano. Após enfrentar e vencer toda a sorte de privações, inclusive falta de alimentação, relata-nos sua passagem, em ubás indígenas, por meio de um *furo,* da alta bacia do Purus, para a do Juruá a Oeste, o que, pela primeira vez, se fazia por gente civilizada. Essa página é uma prova de resistência e civismo de quanto pode um cientista, ao serviço de sua Pátria, longe de todos os recursos de comodidade e garantia da saúde e da vida. Esse Relatório, que intitulou "Rio Purus", é um assombro de tenacidade e competência. O que realizou, em sua viagem, é um tratado de ciências naturais, a respeito de uma zona completamente então desconhecida. Dentre outras dificuldades, fala-nos dos entraves encontrados para efetuar suas observações de escopo geodésico, tais como as coordenadas geográficas, pois não encontrava uma clareira, na floresta compacta, para assestar seu teodolito. Então se fazia mister abrir, no revestimento florístico, um rasgão extenso, de Oeste-Leste, a fim de conseguir

acompanhar, no retículo do aparelho (teodolito), a marcha aparente do sol, pela manhã. Quantos dias de insano trabalho para por em prática esse rasgão, no afastamento de árvores colossais? Acentue-se essa natureza de empecilho que foi trivial na exploração das nascentes do Purus.

Ressalte-se o valor científico desse Relatório precioso, sempre que se procurar conhecer a topografia de uma região que era antes uma página em branco, apenas uma expressão geográfica e nada mais. Em 1907, publica "Contrastes e Confrontos", de rápida circulação. Nesse ano, ainda, tendo regressado da exploração do Alto Purus, apresenta um mapa da região compreendida entre os rios Acre, Abunã, Tahuman, de Orthon.

Em 1908, trabalha no Ministério do Exterior. Nesse mesmo ano traça o preâmbulo do "Inferno Verde", de Alberto Rangel. No ano seguinte (em maio de 1909), presta concurso para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, conseguindo o 1.º lugar. Nomeado, deu a sua 1.ª aula a 14 de julho (1909).

Euclydes da Cunha foi uma inteligência em combustão, nos surtos surpreendentes de sua acuidade intuitiva. Na sua obra "À Margem da História" (póstuma) — um livro profundamente amazônico —, é patente o poder de penetração no tempo e no espaço para afirmar que a Amazônia, *de grande, esconde-se por trás de si mesma,* e que apresenta, ainda hoje, vestígios de transe caótico do Gênese bíblico. Nenhum dos sábios naturalistas que perlustraram a Planície, antes dele, lançou um pensamento tão arrojado. Publicou, também, em 1908, "Martin Garcia". Era membro da Academia Brasileira de Letras.

É vultosa a bibliografia referente ao homem de ciência e de letras, estando perfeitamente definido e consagrado. O Amazonas não pode esquecê-lo. De há muitos anos, tem o seu nome como patrono de um Grupo Escolar de Manaus.

* * *

Euclydes da Cunha tinha um temperamento difícil, e vivia quase sempre afastado da família, embora a amasse. Foi assassinado a 15 de agosto de 1909. Não é desconhecida a tragédia doméstica que teve como epílogo o desenlace fatal.

* * *

No acervo de tantas obras informativas, leia-se o magistral "Discurso" de Ramayana de Chevalier ao ingressar na Academia Amazonense de Letras, na cadeira que tem por patrono Euclydes da Cunha. Na formidável oratória, que contém síntese biográfica

de Euclydes da Cunha, fui buscar o material deste resumo, bem assim no Relatório da Comissão que explorou as nascentes do Purus. Para mais minúcias, leia-se o livro "Euclydes da Cunha na Amazônia", de Velloso Leão.

EVARISTO PUCU

O negociante Evaristo José Joaquim Pucu, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, nasceu em Manaus, a 28 de julho de 1840 e faleceu a 30 de março de 1898.

Casou-se com D. Ângela Adelaide Nery Pucu, irmã de Frederico de Santana Nery (Barão de Santana Nery), a 12 de setembro de 1866. Desse consórcio, resultaram 14 filhos dos quais estão vivos (1968) somente dois: José Nery Pucu, funcionário da Fazenda Federal, aposentado; e Antônio Nery Pucu, servidor da Justiça, aposentado.

Evaristo era pai de D. Florisbela Nery Pucu de Andrade que foi casada com o Coronel Domingos José de Andrade, antigo Prefeito de Manaus.

Foi, em 1874, um dos 23 eleitores que formavam o Colégio Eleitoral da Capital da Província do Amazonas, figurando ao seu lado, entre os restantes: José Coelho de Miranda Leão, Clementino José Pereira Guimarães e Francisco Antônio Monteiro Tapajós.

Eram estreitas as relações de parentesco, embora bem remotas, entre a família Pucu e a do Major Silvério José Nery, de quem trato neste Dicionário.

* * *

No exercício do comércio, as suas transações estendiam-se bem longe, e as praticava pessoalmente. Era assim que ia ao Ayapuá todos os anos, durante o primeiro semestre, levando sua gente de trabalho, realizar, com o auxílio dos Mello (Lourenço e Leopoldino), a safra da castanha e do pirarucu seco. Como tributário desse lago, há o extenso *igarapé do Evaristo,* em cuja bacia Evaristo Pucu fazia a safra. Logo esta se concluía, retirava-se com suas igarités "bebendo água", — para usar a expressão do caboclo, muito carregadas.

Foi assim que Evaristo fez fortuna: trabalhando de sol a sol, arriscando sua saúde e por vezes a própria vida.

Evaristo José Joaquim Pucu foi uma figura que honrou o comércio da Província e do Estado, à custa de dinamismo e trabalho.

FARIA E SOUZA

Natural do Amazonas, filho do Major Gentil Rodrigues de Souza, fez seus estudos primários em Manaus e, desde bem cedo, começou a colecionar os jornais da Província; logo que sabia do aparecimento de um órgão da imprensa, tudo fazia para adquiri-lo, desde o seu primeiro número. Conseguiu a coleção completa do jornal "Cinco de Setembro", que se estampava em Manaus, cujo título foi mudado para "Estrêla do Amazonas", logo após a instalação da Província, a 1.° de janeiro de 1852.

Quando, em 1900, João Batista já possuía um mundo de jornais, inclusive os manuscritos de estudantes e de casas de diversões, procurava-se em todo o Brasil o que havia de melhor para enviar ao Certame comemorativo do 4.° Centenário do Descobrimento do País. Para esse fim, duas coisas interessantes existiam no Amazonas: a coleção de jornais de J.B. e a numismática, de Bernardo Ramos, sendo esta adquirida pelo governo do Estado. Ambas seguiram para o Rio de Janeiro e integraram a Exposição do Centenário. Encerrada a comemoração nacional, voltaram à Manaus. Anos depois, com o falecimento de João Batista, os herdeiros tudo liquidaram, indo a riquíssima coleção de jornais parar no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, adquirida pela quantia de dois contos de réi, quantia mais simbólica do que justa. E, lá está a relíquia, ainda em bom estado de conservação. Outros objetos do museu, do arquivo e da biblioteca do colecionador, todo um acervo bem valioso, também foi vendido ao Sodalício, pela filha de João Batista. O restante, sem que o Instituto o conhecesse, foi devorado numa fogueira. Anos de labor meticuloso, na seleção dos documentos sobre a história regional, foram perdidos em menos de uma hora.

Jamais se conheceu um cronista mais completo, no método de dispor os papéis e deles se utilizar, do que J.B. que aparecia quase semanalmente nas colunas do "Amazonas", do "O Jornal", do "Jornal do Comércio". Para escrever um necrológio, era espantoso. Parecia já ter pronta a biografia do extinto. Eram, simplesmente, o registro diário e a arrumação sistematizada... Escreveu e publicou vários trabalhos. Lembremos o volume "A Instrução no Amazonas", em que os fatos são todos documentados. Do mesmo jaez, "A Imprensa do Amazonas", trabalho de um beneditino. Seguem-se "Os Cemitérios de Manaus", "Os Cursos Jurídicos", "As Igrejas", etc.

Valia a pena reeditar, como subsídio para a História do Estado, um grande e valioso material que os homens estão esquecendo e o tempo, impiedoso, vai consumindo.

João Batista foi funcionário público, pertencente ao quadro da Recebedoria do Estado. Formou-se em Direito pela Faculdade do Amazonas e pertencia a várias instituições culturais do Estado e do País. Foi, assim, um dos *vultos do nosso passado,* dando de si quanto possível, em mais de 50 anos, em espírito e coração.

FELICIANO LIMA

Feliciano de Souza Lima nasceu em Manaus, a 29 de outubro de 1877 e faleceu, na mesma cidade, a 31 de maio de 1964. Era filho de José de Lima e Joaquina Pereira Lima; ele, natural da Espanha, e ela, de Portugal. Menino pobre, como os seus irmãos, fez-se por sua inteligência e esforços, freqüentando uma das três e únicas escolas públicas de Manaus, então existente no primeiro decênio de sua vida. O curso secundário, fê-lo no Ginásio Amazonense, antecessor do atual Colégio Estadual. Uma vez concluído o respectivo curso, foi nomeado Amanuense de sua Secretaria, sendo, bem mais tarde, promovido ao cargo de Secretário. Era um funcionário competente e assíduo do que fui testemunha, primeiro como aluno, seu colega, e, depois, como catedrático do estabelecimento. Tratava-se de um rapaz morigerado, esquivo às atoardas costumeiras em estudantes de sua idade. Aos 28 anos, matriculou-se na Faculdade de Direito do Amazonas, colando grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na Turma de 1918.

O Dr. Feliciano Lima, nesse ano, a 29 de outubro, casou-se com a Professora Normalista Hermínia Carneiro de Souza Lima, de cujo enlace nasceram duas filhas: Daisy e Vera. A primeira é casada, funcionária do IAPI, em São Paulo, tendo os cursos do Ginásio Amazonense e do Colégio N.S. Auxiliadora, de Manaus; a segunda é casada, normalista pelo Colégio Santa Dorotéia, de Manaus, funcionária por concurso, do SESP, atualmente no Rio de Janeiro. O casal adotou, como filho, o menino Mário de Souza Rosas que criou e educou até formar-se em Medicina, atualmente clinicando em Belém.

* * *

O Dr. Feliciano de Souza Lima fora nomeado Secretário do Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado. Devido a incompatibilidade de tempo, no exercício do seu novo cargo, pediu exoneração daquele que ocupava no Ginásio. Além disso, fazia parte do Corpo docente da Faculdade de Direito, tendo sido nomeado seu Diretor. O estabelecimento, à época, dispunha, em cofre, de certa quantia que lhe havia dado o Governo Federal,

para realizar a ampliação do prédio de sua sede. O dinheiro estava sendo gasto em outras finalidades. Uma vez no cargo de Diretor, Feliciano Lima iniciou as obras, construindo o 2.° pavimento do edifício, tornando-o suficientemente amplo e elegante, pronto para funcionar. Designado o dia solene da inauguraqão, o seu Diretor é exonerado e nomeado para substituí-lo o Dr. Aristides Rocha, hoje, de saudosa memória.

* * *

Feliciano Lima falava e lecionava a língua inglesa. Pertencia a várias Sociedades culturais e filantrópicas. Trabalhou durante longos tempos no Grande Oriente do Amazonas e Acre, servindo, por vezes de Venerável da Loja Conciliação Amazonense, de Manaus. Suas idéias religiosas eram profundamente espiritualistas, apegado sempre à doutrina de Kardec.

Feliciano e eu fomos sempre amigos, desde nossa meninice.

Estas ligeiras *notas*, sobre sua peregrinação, na terra, foram-me acrescidas pela obsequiosidade de sua viúva.

FELIX VALOIS

O Prof. Felix Valois Coelho, natural do Maranhão, nasceu a 31 de março de 1898 e faleceu em Manaus, a 5 de junho de 1958.

Oriundo de uma família pobre, fez-se por seu esforço e valor. Tendo perdido o pai muito cedo, em companhia de sua mãe transferiu-se para Manaus. Ingressou no Exército, logo alcançando o pôsto de Sargento.

Conheci-o bastante, quer freqüentando o Colégio Estadual do Amazonas, quer a Escola Técnica de Comércio, nos quais fui seu professor durante o currículo desses estabelecimentos. De estatura abaixo da mediana, era, paradoxalmente, um dos maiores em se tratando de capacidade mental. Formou-se em Direito, na Faculdade do Amazonas (turma de 1939), demonstrando sempre extraordinária inteligência, comandada por força de vontade vigorosa.

Em 1934 ingressou, por concurso, na Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena, para a cátedra de Português. Concorreu com os professores Martins Santana e Alcides Nogueira (este logo se retirou), em disputa muito calorosa, que terminou empatada, pois os dois candidatos obtiveram o mesmo número de pontos. Valois teve preferência na nomeação em face de dispositivo regulamentar que beneficiava o ex-aluno que houvesse terminado o curso no estabelecimento. O resultado motivou debates pela imprensa. Alguns desses artigos de Valois, se não me falha a memória, constituem o livro "Arranhões".

Felix Valois também conhecia o idioma de Racine, pois em certa ocasião fazendo parte de uma Comissão examinadora de concurso no antigo Ginásio Amazonense Pedro II, mostrou a largueza do seu preparo no assunto. Foi quando o Prof. Paulo de Mello Rezende, moço e talentoso, educado em Paris, candidato à cadeira de francês, provocou um vivo debate com o examinador Felix Valois, interessando a atenção de quantos ali estavam.

Felix Valois era membro preeminente da Academia Amazonense de Letras, em cujo plenário tantas vezes se fez ouvir. Bem assim, colaborador da sua revista. Também fez parte do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Exerceu o mandato de Deputado Estadual, as funções de Diretor da Fazenda Pública e Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Estado. Escreveu as seguintes obras: "Esbôço de um Dicionário de Regência Gramatical"; "A Língua Portuguêsa"; "A Linguagem"; "Algaravias" (Discursos); "Desengonços" (Poesias); "Pontos e pospontos".

Como homenagem do Governo do Estado o nome do Prof. Felix Valois Coelho foi dado a um Grupo Escolar da Capital.

(Vide Prof. José dos Santos Lins, "Seleta Literária do Amazonas", pág. 158 — Ed. do Estado do Amazonas — 1966).

FERREIRA PENA

O Conselheiro Herculano Ferreira Pena foi uma das figuras mais realçadas do Império. Para positivar a assertiva, basta lembrar sua integração no Conselho do Estado e o fato de haver presidido oito Províncias, para as quais o mandava o Monarca, quase sempre para dirimir situações difíceis, de contendas locais entre "liberais" e "conservadores". Entre as aludidas Províncias, estava a do Amazonas a qual serviu de 22 de abril de 1853 a 11 de março de 1855, tendo-a recebido das mãos do Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, mediante Relatório do que havia realizado e da situação em que se achava a nóvel Província, há pouco instalada por João Batista de Tenreiro Aranha. Espírito lúcido e experimentado na liderança de coisa pública, teve imediatamente suas vistas voltadas para a *Companhia de Navegação do Alto Amazonas*, alma do progresso da Província; teve entendimento com o governo peruano, interessado no caso, pois a

principal linha, começando no Pará, escalando em Manaus, ia terminar em Nauta.

O Presidente empenhava-se em realizar, na jurisdição que lhe competia, o sonho de Irineu Evangelista de Souza.

Mas, no conteúdo de sua plataforma de administração, estavam centenas de outros problemas de urgente solução. Assim o considerou como se pode inferir das sucessivas referências contidas na sua *Fala* dirigida à Assembléia Legislativa, na abertura da 2.ª sessão ordinária de 1.º de outubro de 1853, trabalho intenso e extenso, em que nada haveria de escapar do que tinha já iniciado, com o apoio da Assembléia e dos recursos do Erário.

Comunicou que, sem perda de tempo, entrara em entendimentos com a Corte e com o governo do Peru, no sentido de amparar mais liberalmente a Companhia de Navegação a Vapor do Alto Amazonas, aumento de suas linhas e o número de suas embarcações para outros rios, além das existentes sob a gerência do grande industrial Irineu Evangelista de Souza.

O Conselheiro Herculano Ferreira Pena logo após sua chegada, mandou reconstruir as três pontes de madeira que ligavam os bairros da cidade, pontes bastante largas e que encontrou em péssimo estado de conservação. Determinou a limpeza e segurança do "sobradinho" de madeira, em que fora instalada a Província, de propriedade do negociante João Marcelino Taveira Pau Brasil à estrada do largo do Pelourinho, depois rua da Instalação. Ao lado Norte desse prédio, de todo incapaz para ser a sede do governo do Amazonas, o Conselheiro, devidamente autorizado, mandou edificar o prédio da Delegacia do Tesouro Nacional, Caixa Econômica e de Socorros, da Província do Amazonas, concluído, já se vê, muito depois do seu governo. Houve dúvidas a respeito da origem desse prédio, grande e sólido, todo de pedra e cal, fazendo frente para a Rua da Instalação e sul para a Rua Itamaracá; depois de haver servido aos governos do Império e República, por mais de oitenta anos e já em ruínas, foi entregue ao Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado (Amazonas) IPASE — para, em seu lugar, construir outro com destino à sua sede.

Ignorava-se completamente sua origem; de busca em busca, sabe-se agora que foi mandado erguer em 1853, pelo Conselheiro, quando na administração da Província.

Um dos maiores cuidados do Presidente foi o conseguir por termo às constantes sublevações dos índios, organizando para isso, rápidas diligências militares em igaratés armadas em guerra, com a incumbência da pacificação. A arma recomendada pelo governo era a máxima prudência, *brindes* e ferramentas pelos quais os selvagens quebravam sua resistência.

O Cônego Azevedo, Chefe da Catequese, estava sempre em contato com o da Polícia, resolvendo os casos das Diligências da paz.

Ao tratar do ensino elementar, a Província foi servida por um aumento de escolas quer na capital, quer no interior, começando pela execução do 1.º Regulamento especialmente traçado provisoriamente pelo Presidente Tenreiro Aranha, em uso no Pará. Não existindo nenhuma Escola Normal foi estabelecido o regime dos concursos para os casos da efetividade. Quanto ao ensino secundário, deu todo o prestígio ao Seminário Episcopal que fazia as vezes de Liceu, subvencionado pelo orçamento provincial, mas lutando com quase absoluta falta de professores. Os docentes acumulavam duas ou três cadeiras. Para evitar, em parte, a falta de especialistas de certas disciplinas, houve por bem contratar fora da Província quem ensinasse, sujeitando-se aos parcos vencimentos de sua manutenção. Foi o caso da cadeira de francês, que estava desprovida, por ter pedido demissão o titular interino, por não mais se sujeitar a uma remuneração quase simbólica. À vista do ocorrido — disse o Conselheiro em sua *Fala* —: nomeei, para substituí-lo, um bacharel em ciências e letras pela Universidade de França, Mr. E. Japiot, cuja vinda, da Corte para a Província, foi auxiliada, a pedido meu, pelo Exmo. Sr. Ministro do Império". Esse professor podia ensinar, além de sua língua, outras disciplinas, menos matemática, por que não se achava competente no uso do idioma do Brasil.

Foi necessário que o Presidente criasse autônoma a cadeira de Matemática e a entregasse a um Engenheiro-Militar, com a gratificação que a Assembléia Legislativa ainda ia criar.

Andaram por estas alturas os interesses do Conselheiro, em matéria de ensino.

* * *

Ferreira Pena fomentou as indústrias mais ligadas ao interesse popular. "Como princípio de uma indústria que tanto tem de fácil quanto de lucrativa, julgo também mencionar a existência de uma fábrica de chapéus de palha, dos denominados de Chile, que estabeleci nesta Capital por conta da Província, mandando pagar pela verba das despesas eventuis o salário do mestre, com as condições do contrato que vos há de ser presente".

Uma outra fonte de trabalho de grande interesse para a população amazonense, foi a fundação de uma olaria, no igarapé de Manaus, que fornecesse telhas, tijolos e outros materiais de

argila cozida para a construção de prédios públicos e particulares, pois todo ele provinha do Pará, pagando mais de frete do que do seu custo dos lugares de procedência à Manaus. Ao tempo, as primeiras construções da cidade utilizaram-se desse material. Ninguém sabe, no Amazonas, que semelhante indústria saiu de uma iniciativa de um homem que tem tão-somente seu nome ligado a uma rua da Capital.

* * *

O zêlo pelo serviço público, em relação a coisas do passado da região, compeliu o Presidente a ordenar o recolhimento do Arquivo da Comarca de Barcelos à Secretaria da Província, atendendo que ali se achava ao abandono, sem a mínima defesa, toda a documentação dos governos da extinta Capitania de S. José do Rio Negro. Realmente, muitos livros de registros e pacotes foram dali remetidos ao seu destino e mais tarde, ao Arquivo Público. Tive oportunidade de conhecer parte do precioso acervo. Mas, parece que estiveram expostos às intempéries: não havia uma peça aproveitável, varadas pelas traças! O Arquivo da velha Mariuá, que o Conselheiro Ferreira Pena tentara salvar, perdera-se completamente, por incúria dos responsáveis.

O Conselheiro, continuando no governo da Província, teve ainda a oportunidade de se dirigir à Assembléia Legislativa, na abertura de 1.º de agosto de 1854, prestando informações sobre o que realizara. Uma das iniciativas do governo foi mandar contratar operários portuguêses, em Lisboa, à vista da impossibilidade de nacionais, a fim de dar prosseguimento às obras da Província. Entre as realizadas notavam-se a nova Olaria, a reedificação do Quartel do Largo do Pelourinho (mais tarde Praça General Osório), o preparo do antigo Cemitério dos Remédios, preparo das ruas da cidade, o prosseguimento da construção do Paço da Câmara Municipal, etc.

Para o atendimento de tantas necessidades, embora em parte auxiliada pelos cofres do Império, a Província somente dispunha de uma receita orçada de 9.892$190, para o exercício de 1854. Só um profundo zêlo e uma honestidade de santo poderiam fazer o milagre de equilibrar a receita com a despesa.

* * *

Na lista do muito que realizou incluem-se as explorações e os roteiros que mandou fazer, no sentido de facilitar a navegação do Amazonas e dos seus afluentes, notadamente o Roteiro da 1.ª viagem do vapor "Monarca", da Barra do Rio Negro à Povoação de Nauta, na República do Peru, em 1854, por João Wilkens de Mattos.

O Conselheiro Herculano Ferreira Pena nasceu em Minas Gerais, na zona do Tijuco, em 1810 ou 1811, segundo Sacramento Black. Ignoram-se os nomes dos seus pais e tudo quanto transcorreu durante sua infância e adolescência.

Entra para a vida pública a 3 de outubro de 1841, com a nomeação de vice-Presidente de sua terra natal, por vacância do titular. Foi o ponto de partida de um homem que parece ter nascido para governar, ou, melhor, para administrar com zêlo, prudência e sabedoria. Encarnava, no seu espírito, a sagacidade de um diplomata ou ainda, de um Conselheiro, tendo conquistado a absoluta confiança de D. Pedro II. Um dia foi mandado para o Amazonas, quando a Província ensaiava seus primeiros passos, na integração político-administrativo. Retirando-se do Amazonas, outras tarefas o esperavam. "Nos anos de 1856, 1857, 1858 e 1859 — diz um dos seus melhores biógrafos — compareceu com assiduidade, às sessões do Senado". Suas atividades não cessaram ainda por alguns anos, vindo a falecer em 27 de setembro de 1867, no Rio de Janeiro.

(Subsídios extraídos de "Tradição" — Pasta de Cultura — Suplemento da Tribuna de Petrópolis" — órgão oficial do Instituto Histórico de Petrópolis — Ano XI — Nova Fase — setembro-outubro de 1948, pág. 392-399.)

FILETO PIRES FERREIRA

Projetou-se em uma das mais agitadas fases da história política do Amazonas, dentro do ciclo de inquietação que caracterizou os esforços de implantação e consolidação do regime republicano. Pertenceu ao grupo de jovens oficiais que subiu ao poder nos Estados logo após o 15 de Novembro.

Fileto Pires Ferreira, natural do Piauí, nasceu a 16 de março de 1866, filho do Capitão Raymundo de Carvalho Pires e D. Lydia de Santana Pires. Fez seus cursos primário e de preparatório em Teresina.

Iniciou sua formação militar em Porto Alegre em 1884. Transferido no ano seguinte para o Rio de Janeiro, veio a tomar parte na preparação do movimento republicano, sob a liderança de Benjamim Constant. Como Alferes-Aluno, juntamente com outros oficiais do Regimento de Artilharia, dirigiu um vibrante manifesto de solidariedade a Benjamim Constant, à semelhança de outros pactos de sangue com que a jovem oficialidade se dispunha levar sua indignação cívica e seus ressentimentos profissionais às últimas conseqüências. (Esse manifesto é reproduzido

Esse Congresso ficou assinalado, na história da minha terra, com o nome de *Congresso Foguetão*.

Faltavam poucos meses, em 1896, para o término do mandato de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Realizou-se a eleição do seu candidato: o Capitão Fileto Pires Ferreira. Sendo sufragado nas urnas, foi reconhecido e empossado pelo "Congresso Foguetão", no dia marcado por Lei. Tudo foi feito como Eduardo Ribeiro traçara.

Fileto Pires desde sua investidura (23 de julho de 1896), foi um administrador dinâmico, honesto e bem orientado. No seu governo foi inaugurado o Teatro Amazonas, a 31 de dezembro de 1896. Ainda no seu góverno, o Amazonas colaborou com a União na repressão ao foco rebelde de Canudos: a 4 de agosto de 1897, um Batalhão de Infantaria da Polícia Estadual embarcou para juntar-se às forças que atacavam o reduto de Antônio Conselheiro, ficando todas as despesas desse participação a cargo do Estado. A situação das finanças estaduais era lisonjeira, beneficiando-se do surto da borracha. A situação política, apesar da oposição, poderia achar-se sob o controle de Fileto Pires. Por isso, adoecendo, Fileto Pires acreditou poder afastar-se tranqüilamente do Estado: a 4 de abril de 1898 embarcou para a Europa com a devida licença do Congresso. Ficou em seu lugar o Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, Vice-Governador do Estado, que viria a preencher o resto do quatriênio.

Fileto Pires, estando em Paris, em tratamento de saúde, foi abandonado pelos seus *amigos,* pelos "incondicionais" de todos os tempos, do "Congresso Foguetão". Surgiu uma suposta "renúncia", logo recebida e aceita pelo Congresso. Fileto Pires contestou energicamente a autenticidade do documento de "renúncia" e, dentro da legalidade, tudo fez para reaver seu mandato. Já no final de seu mandato presidencial, Prudente de Moraes preferiu encaminhar o caso à apreciação do Congresso Nacional. A seguir, no exercício da Presidência, Campos Salles, embora houvesse cogitado a princípio de promover a intervenção no Estado, esquivou-se de corrigir a situação, consagrando o fato consumado.

Fileto Pires recusou-se a voltar ao serviço do Exército pelo tempo restante do seu mandato. Após, dedicou-se inteiramente ao seu ofício militar até sua morte.

Fileto Pires Ferreira faleceu no posto de General, no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1917, sendo sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier.
(Fontes subsidiárias de sua biografia: Raul de Azevedo, "Terras e Homens", pág. 141 e seg. — Rio de Janeiro — 1948; Fileto Pires Ferreira, "A Verdade sobre o Caso do Amazonas", 189 páginas. "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro — 1900).

FRANCELINO DE ARAÚJO

O Coronel Joaquim Francelino de Araújo, natural do Ceará, nasceu a 12 de março de 1851, sendo seu genitor o Coronel Francisco de Araújo.

Fez seus estudos primários na cidade de S. Bernardo daquele Estado, e os preparatórios no Seminário de Fortaleza.

Quando, chegado aos dezoito anos, partiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola de Farmácia, onde se diplomou. Após a formatura, ali permaneceu três anos, entregue aos afazeres da profissão.

Regressando ao Ceará, entrou no comércio e em outras atividades no interior, estabelecendo-se na cidade de Camocim e daí para a cidade de Viçosa, onde se casou com a senhorita Clotilde Bevilaqua, irmã dos Drs. Clóvis Bevilaqua e Angelino Bevilaqua. Do consórcio provieram filhos: o Dr. Alberico Bevilaqua de Araújo; Albucassis B. de Araújo; Maria Araújo e D. Elidiana de Araújo Menezes, casada com o saudoso Celino Menezes.

Em 1884, transferiu sua residência para Manaus, aí abrindo a *Farmácia Central,* esquina da antiga Rua do Imperador (atual Marechal Deodoro) com a Theodureto Souto, na qual trabalhou até 1900.

Francelino de Araújo entrou na política, alistando-se no Partido Nacional chefiado pelo Dr. Jonathas Pedrosa. Foi um combatente de grande atividade.

Deixando o comércio, foi nomeado Depositário Público. Em 1913, exerceu o mandato de vereador de Manaus.

Em 1916 retirou-se do Amazonas, indo trabalhar nos Escritórios da *Empreza Port of Pará*. Foi um grande homem honrado e prestimoso.
(Veja-se o seu necrológio no "Boletim Maçônico" do Ano 3.°, dezembro de 1924, pág. 103.)

FRANCISCO ANTÔNIO MONTEIRO

Do discurso de Plácido Serrano, publicado no "Jornal do Comércio", de Manaus, em seu n.° 17, do mês de janeiro de 1904:

"Francisco Antônio Monteiro não teve a lhe envolverem o berço as suntuosidades e as galas, que amaneiram e amimam os

ditosos filhos dos favoneados da fortuna. Pobre nasceu, filho que era de um humilde artífice, de pequenina vila de um pequeno Estado da Federação. Se porém, de seu genitor não recebeu em doação esse metal, a cujo cintilar todos os confortos se obtém, herdou-lhe a riqueza imensa, inestimável dessa honradez que quantos o conhecemos vimos sempre pautar os atos da sua vida, dessa honradez que jamais mercantilizou em holocausto à fluição de ilícitos proventos."

"Era natural de Sergipe. Fez o curso de Farmácia na Academia de Medicina da Bahia, recebendo o Diploma em 11 de abril de 1881. Seguiu para Manaus a convite do Dr. Jonathas Pedrosa, indo dirigir a Farmácia Central, de propriedade do grande médico. Dedicou-se também ao ensino, ganhando, em concurso, a cadeira de Ciências Físicas e Naturais da antiga Escola Normal."

"Em virtude dessa prova que eu direi provada, servindo-me da tecnologia jurídica, foi o nosso querido colega Francisco Antônio Monteiro, nomeado professor efetivo da antiga Escola Normal. Este ato que tem a data de 27 de janeiro de 1883, foi assinado pelo Sr. Dr. José Lustoza da Cunha Paranaguá, cujas vistas, desde o início do seu governo, tinham-se dirigido para esse ramo do serviço público, que a um administrador patriota muito importa zelar e melhorar — a instrução dos seus administrados."

"Fora a homenagem ao seu merecimento real, o que tinha imposto à direção daquela casa de ensino, homenagem que não lhe foi prestada somente pelo chefe do Poder Executivo de então, mas ao contrário, lhe foi rendida pelos seus próprios pares quando — cabendo-lhe a livre escolha que lhe era dada pelo Decreto n.º 23, de 24 de janeiro de 1890, elegeram-no a 29 do mesmo mês, Diretor do Instituto Normal Superior, que fora criado em substituição à Escola Normal até então existente; quando a 9 de maio de 1893 de novo mandaram-no ocupar o mesmo cargo, vago pelo falecimento do Prof. Carlos Pereira Pinheiro."

"O merecimento real de Francisco Antônio Monteiro era ainda conhecido e publicamente manifestado quando, extinto o Instituto Normal Superior e em seu lugar criado o Ginásio Amazonense por Decreto n.º 34, de 13 de outubro daquele último ano, em virtude do qual a nomeação de Diretor deste estabelecimento era privativo ao poder executivo estadual, o preclaro engenheiro que empunhava o leme da nau governamental mandou que ele permanecesse no cargo, em que por eleição se achava. E notai bem senhores: o inditoso Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que era quem então sustinha em suas mãos fortes as rédeas da

administração pública do Amazonas, não era apoiado em seu governo pelo partido político, em que sempre militou desassombrado e digno o nosso caríssimo extinto."

"Daí dever-se considerar o período áureo da Instrução Pública do Estado do Amazonas o tempo durante o qual Francisco Antônio Monteiro superintendeu, com elevação de vistas, afastando completamente toda a ingerência *política* sempre nociva, porque sempre caracterizada pela sua estreiteza de individualismo, não poucas vezes visando fins menos dignos."

"Senhores, nos documentos públicos por ele firmados naquele cargo, e em cada trecho de qualquer deles, encontrareis o cunho da erudição pedagógica e científica, de que era portador, ciente e consciente, embora não vivesse a proclamá-la com os alardes da época."

"Mestre que era, chamado àquela elevada posição, jamais deixou de olhar com desvelo para esta casa de que era honra, de que era esteio, de que era estímulo, cercando de prestígio indispensável o seu pessoal docente, consultando-o em tudo quanto dissesse respeito à realização do fim augusto a que ela se destina."

"Francisco Antônio Monteiro, que neste Estado do Amazonas se achava desde 1881, que neste Estado do Amazonas constituiu família, que neste Estado do Amazonas, além dos cargos de lente deste Ginásio e Diretor-Geral da Instrução Pública, foi chamado a desempenhar várias comissões científicas, partiu para a grande jornada sem legar aos seus outra riqueza mais do que a de um nome, que todos veneramos, porque era o protótipo do homem de bem."

* * *

Agora o meu depoimento pessoal: fui discípulo do Professor Francisco Antônio Monteiro, no Instituto Nacional Superior do Amazonas, servindo ele a cadeira de Física e Química. Tratava-se de um funcionário para quem a didática não possuía mistérios. Falava com ênfase, clareza absoluta e método, tanto que a classe podia dispensar o compêndio. Suas aulas eram tanto instrutivas quanto recreativas. Ajudavam-no o amor ao ensino e o empenho pelo progresso do País. Deu muitas provas de cérebro privilegiado. Por motivo de haver falecido o Prof. Adelelmo do Nascimento, da Congregação daquele Instituto, na cadeira de Canto Coral e Música, o estabelecimento enlutado preparou-lhe uma sessão de homenagem à sua memória. Francisco Antônio Monteiro foi o escolhido para fazer o necrológio: é óbvio dizer que produziu uma peça monumental. Os leitores a encontram no intróito da edição póstuma do "Compêndio de Música" do

Prof. Adelelmo. Esse necrológio, proferido a 28 de abril de 1898, pode ser ensartado numa antologia nacional, pois é prova cabal de talento e afirmação.

FRANCISCO MONTEIRO

O Comendador José Francisco Monteiro nasceu na cidade do Pôrto (Portugal), a 19 de março de 1830.

Em companhia de um seu tio, veio para o Maranhão, localizando-se em São Luiz, trabalhando de dia no comércio e à noite, continuando seus estudos primários.

Em começo de 1869, retirou-se para o rio Madeira, assentando seu arraial de atividades comerciais no lugar Baetas, daí saindo para fundar, não longe, dois núcleos agrícolas denominados São Pedro e São Francisco.

A agricultura, viu desde logo, não lhe podia assegurar base econômica. Retornou à Baetas, levantando barracão de negócios, mudando esta denominação para a de Humaitá, logo que recebera a notícia de heróica tomada da Fortaleza desse nome, na Guerra do Paraguai, pelo Exército Brasileiro.

O núcleo São Francisco que ele fundara, já havia alcançado o predicamento de Freguezia, categoria essa que conseguiu transferir para Humaitá, por força da Lei provincial n.º 780, de 13 de novembro de 1888, com a invocação de N.S. de Belém.

Os habitantes de Humaitá a esse tempo dirigiram uma Mensagem de agradecimento ao vice-Presidente da Província, em exercício, Monsenhor Raymundo Amâncio de Miranda, pela proteção que estava dando à terra, ao mesmo tempo que o futuro Comendador José Francisco Monteiro oferecia ao governo da Província todos os lotes de terras necessários ao serviço público, e ainda mais, comprometia-se a construir os prédios da Escola, da Igreja, da Prefeitura Policial, tudo gratuitamente.

José Francisco Monteiro naturalizara-se brasileiro, por Ato de 4 de fevereiro de 1889. Foi agraciado com o título de Comendador. O que havia prometido, sobre suas terras, cumpriu pressurosamente, indo ao Tabelião da Comarca realizar a doação.

A Freguezia de Humaitá foi elevada a categoria de vila, por Decreto de 4 de fevereiro de 1890. Estava assim criado o Município de Humaitá, tudo devido aos esforços e à influência de Francisco Monteiro.

O Comendador foi nomeado Superintendente do novo Município do rio Madeira, e assim por diversas vezes. O cargo do

Cônsul da Bolívia naquela região, vinha sendo ocupado por ele, desde maio de 1881.

Entre vários melhoramentos de que foi pioneiro, assinala-se a instalação de uma tipografia, em 29 de agosto de 1891 e, nela, fundado o "Humaitaense", que, por alguns anos circulou, fazendo a propaganda do Município. Fundou também a Biblioteca Municipal.

Quando, em visita ao rio Madeira e achando-se em Humaitá, sendo Deputado Federal, o Des. Agapito Pereira, deixou no livro de visitantes da Biblioteca as seguintes palavras: "A Biblioteca Municipal que acabo de visitar é um título de glória para o fundador de Humaitá, o Exmo. Sr. Comendador José Francisco Monteiro, e a prova exuberante da superioridade do seu espírito e do seu acendrado patriotismo."

Não menos edificantes, para o renome do Comendador, são as palavras de D. Frederico Costa, Bispo Diocesano do Amazonas, em 2 de março de 1909, quando visitou a Intendência Municipal e a Biblioteca; lançou, no livro respectivo, as seguintes palavras: "Felicito à população de Humaitá, por haver sido governada, até o dia de hoje, por homens de critério e que muito têm trabalhado pelo bem público, como provam-no o edifício da Intendência e a Biblioteca que lhe é anexa, e todos os melhoramentos existentes na cidade e que não existem fora das capitais do Pará e do Amazonas."

Fora, mais uma vez, nomeado Superintendente, para servir no triênio de 1908-1910. Apesar de haver realizado grandes obras, tais como luz elétrica e canalização d'água, deixou em dia todos os compromissos monetários, e em caixa a quantia de trinta contos e duzentos e vinte e cinco mil réis, ao passar o governo a 1.º de janeiro de 1911.

Ainda, mais uma vez, retorna à Superintendência, em virtude do pleito trienal de 1914-1916. Era detentor de várias insígnias, das quais não se jactava, preferindo a modéstia em que vivia.

FRANCISCO RICARDO ZANY

O Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, de origem italiana (corso), é uma figura de aparecimento desconhecida na Amazônia, em Manaus, onde aportou na primeira vintena do século passado. Tem-se notícias de sua vivência desde 1817 até depois de 1835.

Quando a Europa estremecia sob o mando de Napoleão Bonaparte, muitas personalidades fugiram para evitar o seu duro

imperialismo e entre as quais se podia contar o Capitão Zany que possivelmente foi para o Sul do Brasil.

Colocado a serviço de D. João, seguiu para o Amazonas. Homem de cultura e de recursos monetários, valorizado por fina educação, foi bem recebido pelas autoridades portuguesas e no prestígio da Fortaleza da Barra do Rio Negro. Aliás, Arthur Reis tem este trecho a seu respeito: "Portugal precisava saber o que era a Amazônia, o que dela podia esperar, o resultado que estava sendo alcançado através da política que realizava. O Dr. Alexandre (Rodrigues Ferreira), na comissão que recebeu, evidentemente veio proceder a esse inquérito político, que, décadas posteriores, outro homem de inteligência, o Tenente Coronel Francisco Ricardo Zany repetiria, em missão governamental, é certo que sem os recursos culturais e a extensão e profundidade do trabalho que o Dr. Alexandre efetuava".

Habituado ao conforto, tratou de construir sua residência, um vasto barracão de dois pavimentos, de pau a pique e paredes de barro, coberto de palha, pois, somente no Pará se poderia obter telhas de barro cozido.

Zany começou ali sua vida, adquirindo *montarias* e outras embarcações para seu comércio de "drogas do sertão".

Tanto se apaixonou pelo Amazonas que apresentou à Constituinte Portuguesa de 1821, plano de civilização dos índios brasileiros e, depois da nossa Independência, dirigiu-se a D. Pedro sobre o mesmo assunto.

Sua fama estendeu-se ao Rio de Janeiro, na Corte de D. Pedro I, com quem fez relações de submissão e cortesia. Zany era uma espécie de dono da terra, cuja sede não passava de uma grande aldeia dos *manaus, banibas* e *passés,* além de brancos, da guarnição militar.

Ao chegar ao Rio de Janeiro a grande e aparatosa Expedição científica sobe a chefia de K. F. P. Von Martius, em cujo programa de pesquisas estava o Amazonas, teve informações da existência de Zany, naquela região. O cientista logo por ele se interessou, obtendo recomendações.

Martius e seus companheiros seguiram para o Norte, onde, em Belém, se transportaram para o navio especial que o governo do Vice-Rei do Brasil mandou preparar e colocar às ordens da Expedição (1819).

Zany teve conhecimento de tudo, mormente da recomendação de que ia munido. Para a recepção, tudo arranja, no lugar da Barra, indo ao encontro da Expedição, abaixo da ilha de Marapatá, na confluência das águas do Solimões com as do Rio

Negro. Desde esse dia, assinalado no Diário de von Martius, começou a camaradagem de Zany com o sábio alemão. E, nunca mais se deixaram, durante todo o tempo em que a Expedição operou no Amazonas.

Zany conduziu o seu novo amigo à sua fazenda de Manacapurú, onde observou cerca de uma centena de índios trabalhando na lavoura. Para toda a parte em que o cientista viajou, Zany era o guia, de tudo a informar, pois, em sua nova terra, nada havia que lhe fosse estranho. (Leia-se "Viagem pelo Brasil", vol. III, pág. 210, Imprensa Nacional — 1938.)

Francisco Ricardo Zany deixou descendentes ilustres em Manaus, entre outros o Capitão Antônio Zany dos Reis, amazonense nascido a 25 de dezembro de 1895, e componente da Força Pública do Amazonas.

(Referência de Arthur Reis, à pág. 206, de "Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia" — Ed. Sérgio Cardoso — Manaus — 1966.)

FRANCO DE SÁ

O Dr. Basílio Torreão Franco de Sá nasceu em S. Luís do Maranhão, a 7 de maio de 1880, tendo falecido, na mesma capital, a 9 de janeiro de 1952.

Foram seus pais Carlos Augusto Franco de Sá e D. Maria Raymunda Franco de Sá, tendo aquele exercido, por muitos anos, em S. Luís, o cargo de Agente do Lloyd Brasileiro.

Fez os cursos primário e secundário na sua terra natal, e o de Medicina em Salvador (Bahia). Sua tese de doutoramento versou sobre *Tripanossomiase* (moléstia do sono), obtendo distinção. Regressando à capital maranhense, abriu Consultório, aí trabalhando por alguns anos.

Casou-se com D. Apolônia Rocha Franco de Sá, filha de Francisco de Assis Rocha, próspero fazendeiro no Município de Paraíso.

O Amazonas o atraiu, em cuja Capital, ao tempo, perlustravam muitos maranhenses ilustres, que o receberam com simpatia e apreço. Naquela terra hospitaleira, onde o número de clínicos era avultado, Franco de Sá abriu Consultório, sendo logo muito procurado. Serviu nos hospitais da cidade, sempre com a máxima proficiência e dedicação. Sua generosa assistência aos pobres grangeou-lhe popularidade.

Entrando na política, por volta de 1913, candidatou-se ao cargo de Prefeito de Manaus, na sucessão do Dr. Jorge de Mo-

raes. Foi seu antagonista, no pleito, o seu colega Dr. Jeronymo Ribeiro. Viveram uma eleição renhida, mas sem agressões mútuas. Eram dois perfeitos cavalheiros, pela educação e pela bravura, como nas justas antigas, batendo-se pelo mesmo ideal.

Quando se apurou o resultado das urnas, viu-se a vitória de Franco de Sá. E, coisa inesperada, pela sua singularidade, o triunfante procura o vencido e convida-o para secretário da Prefeitura. Jeronymo agradece a honra e a prova de confiança, mas não aceita o convite. Realmente, Franco de Sá mostrou-se muito acima do partidarismo egoísta.

* * *

O Dr. Basílio Franco de Sá governou o Município de Manaus em uma época em que decorria a 1.ª Grande Guerra, quando no governo do Estado o Dr. Jonathas Pedrosa, seu adversário político.

Em conseqüência do colapso da nossa exportação, suas rendas ficaram reduzidíssimas, bem assim as do Município, que fez um apelo à generosidade dos governadores de todos os Estados. Somente três ou quatro o atenderam. O Estado da Paraíba, enviou-lhe a quantia de dez contos de réis. Como agradecimento e homenagem, o Prefeito de Manaus baixa um Ato dando à Escola de Comércio da cidade o nome do governador da Paraíba, Solon de Lucena. Eis porque aquela casa de ensino profissional passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena.

O Dr. Franco de Sá apesar de administrar com recursos muito minguados, manteve a cidade rionegrina em perfeita limpeza e ordem e levou até o final o seu mandato.

Em 1927, desgostoso da situação política que não lhe parecia adequada, deixou Manaus, regressando a S. Luís. Aí foi, no governo do Comandante Magalhães de Almeida, Inspetor da Fazenda. Depois, quando governador do Estado o Dr. José Pires Sexto, ocupou o cargo de Prefeito de S. Luís, do qual foi afastado em conseqüência da Revolução de 1930, tendo abandonado a política.

O Dr. Basílio Torreão Franco de Sá deixou o exemplo de uma vida edificante, quase toda consagrada ao Amazonas.

FREDERICO COSTA (Dom)

Dom Frederico Benício de Souza Costa foi o 2.º Bispo do Amazonas, sucessor do insígne Dom José Lourenço da Costa Aguiar que havia finalizado seu apostolado em 5 de junho de 1906.

Ao assumir sua Diocese em 2 de junho de 1907, moço, ainda, sentiu necessidade de conhecer *de visu* as terras e as gentes de sua vastíssima jurisdição espiritual, para melhor servi-las. Começou pelo Rio Negro. Subiu-o em navio a vapor, até à fronteira (Cucuí) com a Venezuela, daí regressando em igarité, a remo, de porto em porto, demorando-se em cada um os dias necessários aos misteres da desobriga missionária e das indagações históricas e geográficas, como de hábitos e costumes dos habitantes da região. Neste afã de todos os dias, Dom Frederico pôde reunir excelente material até seu retorno a Manaus, com mais de um mês de, nem sempre, boa viagem — material esse com que confeccionou sua valiosa Pastoral, um dos melhores roteiros do Rio Negro, em território brasileiro. Aquela notável Carta de Dom Frederico foi editada em Roma, em 1907, na Imprensa Pontifícia do Instituto Pio IX. Depois, Dom Frederico viajou o Madeira, percorrendo-lhe as cidades, vilas e povoações, que acredito proveitosa no sentido missionário; não conheço nenhuma publicação que houvesse realizado a respeito. Viajou mais tarde o Rio Purus, rumo do Acre, ainda na primeira década do século, quando o grande afluente do Amazonas era sulcado por intensa navegação, servindo o comércio da borracha e de outros produtos.

A embarcação que conduzia o pastor, atraca no lugar denominado Cachoeira (de Huitanahã), último ponto de navegação livre quando o rio está no auge da seca (verão), sítio então de propriedade do abastado negociante Hilário Álvares. A convite deste, Dom Frederico instala-se na residência da família do Coronel Hilário, que parecia um príncipe indiano, tal a fidalguia com que se tratava.

Certo dia inventa-se uma caçada na floresta próxima, e convidam Dom Frederico, calouro nesse gênero de diversão.

Os caçadores penetram a mata, deixando que o bispo se afastasse do grupo e se perdesse durante três dias, até que aparecesse em casa. Hilário Álvares esbravejava. Algo de extraordinário tinha havido. Dom Frederico, que ia até o Acre, resolve regressar a Manaus, no primeiro "gaiola". Poucos dias depois de o prelado ter chegado à capital do Estado, viaja para Roma, onde renunciou a Mitra, isto é, o apostolado da diocese do Amazonas, recolhendo-se à Ordem de S. Romualdo, sendo substituído por Dom Irineu Joffely, uma excelsa figura de pastor, 3.º Bispo do Amazonas.

Dom Frederico Benício da Costa faleceu, na sua reclusão voluntária, em Barcelona (Espanha), em 25 de março de 1948.

FREITAS PINTO

O professor Raymundo de Freitas Pinto, natural de Maranguape (Ceará), nasceu a 26 de novembro de 1887 e faleceu em Manaus em 1966. Foram seus pais Antônio de Freitas Pinto e Vicência de Freitas Pinto. A família de seus genitores mudara-se para Manaus, ali chegando quando Raymundo tinha apenas três anos de idade. Fez o curso primário na capital amazonense e o secundário em Salvador, na Bahia. Matriculou-se na Faculdade de Medicina e ali diplomou-se em Odontologia, a 8 de maio de 1908. Seguiu para a América do Norte e, durante 3 anos, aperfeiçoou seus conhecimentos. Regressando a Manaus, dividia o seu tempo entre o seu gabinete dentário e sua cadeira de professor de Inglês, principalmente no ensino. Lecionou, durante muitos anos, em vários colégios, inclusive no Estadual, no Dom Bosco e na Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena. Foi também professor de Prótese Buco-Facial na Faculdade de Odontologia de Manaus. Espírito vivo e atilado, sabia fazer um perfil fotográfico e irônico de quem merecesse. Tendo inclinação industrial, fundou e, por algum tempo, dirigiu, a Fábrica de Guaraná Freitas Pinto. Além do mais foi poeta de grande inspiração.

FURTADO BELÉM

Parintins é uma cidade formosa que se assenta à margem direita do Amazonas, em um dos trechos mais amplos; vista do lado oposto, parece estar emoldurada de branco, em um trecho do contorno de um vasto lago que, às vezes, os alíseos agitam. Pois foi nesse belo recanto que nasceu José Furtado Belém, a 7 de setembro de 1867.

Foram seus pais o Capitão José Furtado Belém e Heloísa da Silva Belém, que tiveram ainda mais duas filhas: Isabel e Camacuina.

Furtado Belém fez seu curso elementar na sua cidade natal, na escola do Prof. Antônio Vieira, logo seguindo para Belém (Pará), tendo feito parte do curso preparatório no Colégio do Prof. José Veríssimo, de grande renome àquela época. Com o falecimento de seu pai, regressou a Parintins, a fim de assumir a responsabilidade dos encargos da família, deixada sem recursos para se manter. Não desanimou, em sua ânsia de progredir: estudava sozinho as disciplinas vestibulares que lhe faltavam, e trabalhava, no comércio, no estabelecimento do seu antigo professor Antônio Vieira, que se fizera negociante. Em 1909, criada a Universidade Livre de Manaus, por esforços de Astrolábio Passos e Eulálio Chaves, Furtado Belém faz o seu vestibular e matricula-se na Faculdade de Direito, diplomando-se em 1914 e, com ele, mais dezenove bacharéis.

Havia contraído núpcias em 1894, com a senhorita Elvira Prestes Belém, de cuja união adveio um filho, José Furtado Belém Júnior, atualmente (1968), funcionário aposentado do Ministério da Fazenda.

Em 1900, tendo enviuvado, casou-se com D. Catharina de Souza Belém. Desse novo enlace, nasceram os seguintes filhos: Joaquim Theophanes Furtado Belém, Fiscal aduaneiro (falecido); João Furtado Belém (falecido); Isabel Belém de Souza, casada com José de Souza Filho; Camerina Belém Sobreira Lima, viúva de Carlos Augusto Souto Sobreira Lima; Luiz Furtado Belém, funcionário público; Júlio F. Belém e Mário F. Belém.

* * *

Furtado Belém militou na política, exercendo, por várias vezes o cargo de Prefeito Municipal de Parintins. Por várias ocasiões fez parte da Assembléia Legislativa do Estado, sempre nas Comissões de maiores encargos e responsabilidades.

Foi administrador da Mesa de Rendas de Parintins por alguns anos. Num trabalho que a ele se refere, disse o Coronel Antônio C.R. Bittencourt, em 1924, tratando da atitude daquele funcionário do Fisco: "... José Furtado Belém, da Mesa de Rendas de Parintins, tem tomado enérgicas, mas prudentes medidas que coíbam o contrabando" (Memórias do Município de Parintins, pág. 134 — Liv. Palácio Real, Manaus — 1924).

Furtado Belém fez parte da Maçonaria Amazonense. Foi um dos fundadores da loja "União, Paz e Trabalho", na qual trabalhou por muitos anos, na sua qualidade de homem esclarecido. Inteligência culta, estava sempre entregue aos livros. Possuía pequena, mas selecionada biblioteca, dentre cujos volumes, de autores consagrados, viam-se Dante, Victor Hugo, Alan Kardec, Leon Denis, Eça de Queiroz, José de Alencar, Ruy, etc.

Deixei, de propósito, para o final desta página, o ponto mais alto, a cúpula de toda a sua obra de pensamento e civismo: "Limites Orientais do Estado do Amazonas" (Ocupação de terras amazonenses pelo Governo paraense) 1911.

A estrutura de uma biografia não dispensa a história. A cada passo se vai à história para pedir seus recursos comprobatórios ao documentário, como na ordem lógica dos fatos, tendo em exemplo a querela em apreço.

Os cavilosos meios de protelação e as circunstâncias políticas retardam o processo administrativo ou judiciário.

Contado dos seus pródromos, cuida-se de um pleito mais do que secular, tendo sempre estado, no empenho do governo amazonense, de pô-lo em marcha, empenho esse ressaltado, veementemente, na obra do Dr. José Furtado Belém, escrita quando este ainda estudante de Direito, mas já referta de alto espírito jurídico espontâneo no autor.

Caindo a querela no Fôro da Justiça Federal, era preciso entregá-la a um jurista de renome nacional, como o Amazonas havia feito com a contenda do Acre, lembrando-se de Ruy Barbosa.

Da parte do Pará, foi chamado o Dr. Prudente de Morais Filho. O Amazonas entregou a defesa dos seus direitos a um dos maiores juristas do País, o laureado Dr. Epitácio Pessoa. O livro que escreveu, a esse respeito, baseado em abundante e substanciosa documentação equivaleu a uma vitória prévia, pondo o governo paraense inconformado; lançou um "truque" ao processo em andamento no Egrégio Supremo Tribunal Federal, quando aceito, estaria esmagado o direito do Amazonas às terras que Epitácio Pessoa e Furtado Belém defendiam em obras de fulguração jurídica. Foi o caso espantoso de haver o Eng.° José de Palma Muniz preparado um opúsculo com o epígrafe "O outeiro de Maracaassu é a serra de Parintins", tendo o advogado paraense Dr. Prudente de Morais Filho feito dele adjudicação ao processo. Quando a cavilosa peça foi conhecida pelos Ministros da Suprema Corte, houve um *impasse* no Plenário. Imediatamente é nomeada uma Comissão de Peritos, para ir ao lugar onde estaria ou não o outeiro referido por Mendonça Furtado, quando traçou os limites da Capitania de São José do Rio Negro.

A Comissão esteve *in loco,* fez a perícia, traçou o seu relatório, desmentindo a assertiva do ilustre engenheiro paraense; era uma farsa, visto que o outeiro de Maraca-assu e a Serra de Parintins envolvidos na linha Amazonas-Pará, são acidentes geográficos específicos e distintos.

O Egrégio Tribunal Federal deu ao caso o desapreço necessário. Nessa ocasião (ano de 1919), estava reunido, no Rio de Janeiro, o X Congresso Brasileiro de Geografia ao qual fora presente dito opúsculo, para julgamento, no seu texto de matéria contingente do Certame.

O Dr. José Furtado Belém, membro do Congresso, ao meu lado, em sessão plenária, discorre sobre aquele folheto do Dr. Palma Muniz, comunicando o fato ocorrido naquela Corte de Justiça, e pede que o trabalho do engenheiro paraense fosse rejeitado pelo Congresso, assim, não estampado nos respectivos Anais. E, assim, aconteceu.

O Dr. José Furtado Belém foi um homem dinâmico, de excelente cultura, profundamente honesto e humanitário.

Espírito aberto a todas as franquias da liberdade e da fraternidade, seguia a doutrina espírita de Alan Kardec, vivendo na feliz certeza das reincarnações sucessivas, sob o ponto-de-vista filosófico, social e religioso, do eterno aperfeiçoamento do Homem.

Faleceu, em Parintins, a 17 de fevereiro de 1934.
(Dados biográficos de observações do Autor e das obsequiosas informações da família Furtado Belém, através de pesquisas igualmente solicitadas ao prestimoso Dr. Ivan Coelho Cintra.)

GABRIEL RIBEIRO GUIMARÃES

O Major da Guarda Nacional, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, mais conhecido por *Major Gabriel,* natural do Pará, foi um dos próceres da burocracia e da política do meiado do século passado ou melhor dizendo, do primeiro período das atividades autonômicas da Província do Amazonas.

Ignoram-se os nomes dos seus pais, como outras circunstâncias de família. Sabe-se, porém, que foi casado e teve descendência, sendo que uma de suas filhas, D. Etelvina Antônia Ribeiro Bethencourt (mais tarde Bittencourt), se casou com o negociante açoriano Antônio Batista Bethencourt. Para melhor esclarecimento, veja-se, neste Dicionário, a biografia do Eng. Lauro Batista Bittencourt.

O Major Gabriel, naquele período auroral da Província, foi: um dos quinze integrantes do Colégio eleitoral de Manaus; Tesoureiro da Alfândega da mesma cidade (tendo sido instalada no no dia 27 de março de 1866); Oficial reformado, no posto de Major da Guarda Nacional. Todas estas notícias da sua vida burocrática referem-se ao ano de 1874.

O Major, funcionário competente, fora nomeado 2.°-vice-presidente da Província, tendo ido ao Poder por duas vezes — da primeira, de 27 de maio a 13 de junho de 1876, da segunda, de 14 a 26 de fevereiro de 1878. Em tão curto espaço de tempo (na primeira investidura), menos de um mês, nada podia fazer, além do expediente de rotina. Da segunda vez, doze dias apenas, uma administração relâmpago.

Não consegui outras informações sobre esse homem que deixou uma tradição de trabalho, inteligência e probidade.

Gaspar Antônio Vieira Guimarães pertenceu à plêiade de rapazes de talento fulgurante que entraram, no Amazonas, no último decênio do século passado, integrada também de Araújo Filho, Thaumaturgo Vaz e de Henrique Álvares Pereira.

Nasceu a 20 de setembro de 1874, na cidade do Recife, sendo seus pais o Comandante Gaspar Antônio Vieira Guimarães e dona Maria Brígido de Abreu Villar, ambos pertencentes à nobreza de Portugal.

Desde muito jovem, mostrou seu pendor para as letras, fazendo jornaiszinhos para os estudantes. Aos 18 anos de idade, publicou "Primeiros Vôos", livro de versos de apreciável inspiração. Formou-se em Direito, quando ainda não havia completado 19 anos de idade, na Faculdade de Recife, logo embarcando pelo paquête "Brasil", para Manaus, tendo como seus companheiros os Drs. Samuel Mac Dowell e Albuquerque Maranhão, aportando, àquela cidade, a 31 de dezembro de 1892, após 15 dias de viagem. Dias depois, a 14 de janeiro de 1893, era Gaspar Guimarães 2.º Promotor Público da Capital amazonense, nomeado por ato do Capitão Eduardo Ribeiro, governador do Estado.

Casou-se a 25 de maio de 1895 com a senhorita Maria Ametista Rodrigues Campos, de ilustre e tradicional família paraense.

Do casal nasceu somente um filho, o Dr. Ivan de Campos Guimarães, amazonense, que tem exercido, quer na sua cidade natal, quer no Rio de Janeiro, cargos importantes, gozando de invejável posição social entre os cariocas.

O Dr. Gaspar Guimarães, em 1907, estando no exercício de Juiz de Direito da Capital, foi nomeado, no governo do Dr. Antônio Constantino Nery, para o cargo de Prefeito de Segurança, no qual lhe foi possível dar uma corrida aos vagabundos e malfeitores e uma "limpeza" na cidade, onde as mundanas campeavam.

Em todos os cargos por que passou, ficaram os sinais de sua inteligência, cultura e bondade. Nos jornais em que colaborou, ninguém foi maior, mais justo e comedido. Jornalista fidalgo, de sua pena jamais saíram diatribes e infâmias. Para confirmar a assertiva, aí estão, nos arquivos, as coleções do "Jornal do Comércio", do "Amazonas", d'"A Capital", d'"O Tempo", etc. Foi orador consumado nos gestos e nos pensamentos. Nos comícios, estando presente, a multidão não o deixava em silêncio, não só para ouvir os hinos de sua linguagem, como ainda ter um esclarecedor eminente. Suas palavras eram, assim, claras e orientadoras.

Durante a 1.ª Grande Guerra (1914-1918), tomou posição ao lado dos Aliados noticiando e comentando diariamente os acontecimentos, fazendo-o com mestria de um crítico militar. Seu interesse pela causa da Justiça e da Civilização ofereceu-lhe uma venera, isto é, uma esplêndida homenagem prestada solenemente, através do governo italiano. A este respeito, o seu filho, Dr. Ivan de Campos Guimarães disse-me:

"A repercussão da sua campanha em prol dos Aliados foi tão grande que lhe valeu o merecimento das condecorações e insígnias da Legião de Honra da França, e das Ordens de Cavaleiro da Coroa da Itália e da Bélgica, bem como Mensagem de agradecimentos enviada por Jorge V, da Inglaterra, tendo sido em 1916, por ocasião do seu aniversário natalício, alvo de grandes homenagens prestadas principalmente pelos Cônsules de países aliados, que lhe fizeram entrega de uma Poliantéia, contendo artigos sobre sua personalidade."

Gaspar Guimarães não somente se dedicou à literatura de ficção, indo mais além, produzindo obras didáticas e de alta cultura e responsabilidade. Entre elas, acham-se, além daquela já citada: "As nossas Fronteiras e a reorganização do Exército Nacional" — 1900; "Dados Descritivos do Município de Coari" — 1900; "O Vínculo entre o Estado e o Funcionário"; "História do Logar da Barra"; "Direito Internacional Público e Diplomacia" — 1914; "A Evolução Histórica da Divisão Judiciária e Administrativa do Estado do Amazonas" — 1922; "Noções Teosóficas" — 1934.

Gaspar Guimarães foi um polígrafo. Velho e brilhante membro da Ordem Maçônica, quando esta no Amazonas atravessava uma crise, não de idealismo, mas de sentido administrativo, Gaspar Guimarães, um nome feito e respeitado na magistratura, no Magistério Superior, nas lides da Imprensa, é chamado para prestar serviços: foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria Amazonense, então adstrita e subordinada ao Grande Oriente do Lavradio. Pregava a Liberdade, mas não a possuía. O remédio estaria na proclamação da independência e da soberania da Instituição, segundo a vontade do Povo Maçônico. Cria-se o Grande Oriente do Amazonas e Acre. Gaspar Guimarães é eleito para exercer o Grão Mestrado e, logo, organiza juridicamente a Entidade, dando-lhe uma Constituição liberal e progressista, que, sem demora, foi aplaudida e reconhecida como uma das legítimas Potências Maçônicas do Universo. Como Grande Secretário do novo Grande Oriente, tive a honra de trabalhar ao seu lado.

A 13 de agosto de 1921, Gaspar Guimarães, já então Juiz de Direito da Capital, é nomeado Desembargador do Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado, na Administração Rêgo Monteiro. Foi por várias vezes seu Presidente. Seus Acórdãos são peças de alto valor jurídico, é óbvio dizer, partidas de um Juiz culto e íntegro.

Doente, em conseqüência de um acidente que sofrera, aposenta-se no cargo de Desembargador, tendo 42 anos de serviço público, prestado ao Amazonas. Retirando-se para o Rio de Janeiro, onde trataria melhor da saúde, faleceu a 23 de junho de 1938.

(Com a colaboração obsequiosa do seu filho, Dr. Ivan de Campos Guimarães.)

GAVINHO VIANA

O Tabelião Carlos Gavinho Viana, brasileiro, nasceu a 13 de setembro de 1840. Fez seus estudos em Manaus, atingindo boa cultura preparatória, conseguindo habilitar-se com a provisão de Advogado, para pleitear, no Fôro da Capital.

Iniciou-se na Loja "Esperança e Porvir", a 26 de junho de 1875, sendo um dos fundadores da Loja Amazonas, a 4 de março de 1877. Fez-se um dos espíritos mais liberais nas lutas religiosas por que passava a Ordem, nesse tempo.

Seus estudos especializados em Direito Sucessório tornaram-no um profissional respeitado, na solução das demandas complicadas.

Conseguiu ser nomeado Tabelião de Notas, sendo esse Cartório, segundo parece, o mais antigo e o seu Arquivo, o mais rico da cidade.

Gavinho Viana era procurador de muitos proprietários, na gerência dos seus bens, tendo assim conquistado a confiança dos mais abastados. Sua ação correta se fazia patentear na solícita prestação de contas de cada constituinte.

Entre os que lhe entregaram seus bens, podia-se distinguir a viúva Alexandrina Camarão, conhecida pelo nome de Joana Camarôa, proprietária de excelentes prédios e de dinheiro a juros.

Disse-me, certa vez, que o Major Gavinho (assim também o tratavam) jamais lhe cobrou um centavo pelos seus serviços de procurador e advogado.

Dona Alexandrina Camarão, já atingida pela idade provecta e sem filhos, resolve fazer, em sigilo, o seu *testamento*. Assim

mesmo foi divulgada sua atitude, constando que algumas moças pobres, que com ela viviam, tinham sido aquinhoadas.

Falecendo Dona Alexandrina, ficou seu corpo, em velório, na sala mortuária. Era hábito, nesse tempo, proceder-se perante a urna funerária, a leitura do testamento, caso existisse. E, assim, foi procedido. Não se descreve o que ali se passou ao findar a leitura do documento; desenganados do quinhão que pensavam receber, alguns presentes iniciaram luta corporal, entre vociferações, socos e ponta-pés, pondo ao chão a urna funerária.

Gavinho Viana, contemplado com o melhor do acervo, sai às pressas. Dias após o óbito, começa o processo do inventário.

Por seu advogado, aparecem os descontentes, impugnando o testamento alegando ser nulo, pois Dona Alexandrina, diziam, quando o ditou, não mais estava em condição mental de o fazer. Era o caso do *ad probandum*.

O Juiz do Feito nomeia o Dr. José Francisco de Araújo Lima, por parte de Gavinho Viana, e, pela adversa, o Dr. Sebastião Barroso Nunes.

O primeiro daqueles médicos escreveu seu parecer num volume de 122 páginas, intitulado "Falsa Demência", obra erudita e fulminante, sustentando que D. Alexandrina podia fazer o testamento.

A sentença do Juiz, é óbvio dizer, deu ganho de causa ao Major Carlos Gavinho Viana.

GENTIL BITTENCOURT

O Dr. Gentil Augusto Bittencourt nasceu em Manaus, a 10 de março de 1870. Fez sua cultura na cidade natal, bacharelando-se na Faculdade de Direito do Amazonas, recebendo o diploma da Turma de 1917, tendo como companheiros, entre outros, Vicente Telles, Maria Luiza Sabóia, Bráulio de Lemos Braule Pinto, Raymundo Gomes Nogueira, Oliveira Lima e Cláudio do Rêgo Monteiro.

Gentil Bittencourt, antes, em 1912, a 1.° de janeiro, havia recebido o diploma de odontólogo, pela Escola Universitária Livre de Manaus.

Casou-se com Ercília Sarmento Bittencourt, filha do Coronel Joaquim Sarmento, ex-senador e Presidente da Província do Amazonas. O casal não deixou descendência, mas adotou, como filho o seu sobrinho órfão Waldemar Sarmento, cuidando carinhosamente de sua formação espiritual, tendo hoje o posto de General do nosso Exército.

Gentil Bittencourt foi uma figura de relevo na elite manauense, pela sua espontânea simpatia e apurada educação.

Filho de uma família numerosa, foram seus irmãos: Antônio Augusto Bittencourt, Américo A. Bittencourt, Júlia A. Bittencourt (professora) e Amélia Bittencourt Cardinali, casada com o Dr. Miguel Cardinali.

Foi um apaixonado pela Música e Canto. Não perdia um espetáculo de ópera ou opereta no Teatro Amazonas. Dedicou-se ao violino, tocando em orquestras ao lado de Lourival Muniz, Raymundo Filgueiras e Geraldo Amorim.

Na qualidade de Tenente-Coronel da extinta Guarda Nacional, serviu de Secretário do Comando Superior da Corporação, ao tempo em que a chefiaram os Coronéis Emílio Moreira, Sá Peixoto, Porfírio Nogueira e outros. Copiosa era a correspondência do Comando, em Manaus, e a chefia suprema, no Rio de Janeiro.

Registre-se também que, por vários anos, serviu de Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, que se reunia uma vez por semana.

O seu ganha-pão estava no seu cargo efetivo de Secretário da Diretoria Geral da Instrução Pública. Não possuía vêso para a política, apesar de ser o seu sogro, o Senador Sarmento, um dos baluartes do eleitorado amazonense.

Homem de idéias liberais, banhadas nas luzes do século, ingressou na Ordem maçônica em 10 de junho de 1893, na Loja "Esperança e Porvir".

O Dr. Gentil Augusto Bittencourt compreendeu a vida espiritual e a executou, naquilo que ela tem de mais nobre, no avanço do aparfeiçoamento humano. Faleceu em Manaus, estando sepultado no cemitério de S. João Batista.

GERALDO AMORIM

O Professor Geraldo Matheus Barbosa de Amorim nasceu em Manaus, a 5 de dezembro de 1869, sendo filho de Henrique Barbosa de Amorim e Rosalina Simpson de Amorim.

Fez, na cidade natal, seus estudos, quer do curso primário, quer do Liceu, após seguindo para a Faculdade de Direito do Recife, na qual se diplomou, em 1890, logo retornando a Manaus.

Começou as suas atividades no Fôro dessa Capital, na qualidade de advogado.

Ingressou no magistério secundário mediante concurso, no antigo Ginásio Amazonense, no provimento efetivo da cadeira de

Latim e Grego. Por mais de uma vez esteve como Diretor do Estabelecimento, sendo a primeira em 1894.

Dedicou-se à Música, tocando o violino em cuja teoria e prática se fez um verdadeiro mestre. Compondo a orquestra, em festas solenes, vimo-lo ao lado de Raymundo Filgueiras, Lourival Muniz e Gentil Augusto Bittencourt, consagrados professores do delicado instrumento.

Em 1900 o Prof. Geraldo Amorim casou-se com D. Eugênia Fleury de Amorim, senhora de notáveis dotes intelectuais e espirituais, de cujo enlace nasceram os seguintes filhos: a consagrada pianista, hoje saudosa Jacyra Amorim Lébeis, que deu o seu primeiro recital aos dez anos de idade; Pityguar, diplomata, falecido em 1948, na Inglaterra; Tayguara, casado, Químico do Ministério da Agricultura, Professor; Ajuricaba e Tibiriçá, Engenheiros.

O Prof. Geraldo Amorim foi Deputado Estadual. Transferiu-se, com a família para o Rio de Janeiro, onde advogou. Aí faleceu em 1935, em conseqüência de pequeno ferimento produzido por atropelamento de trânsito. Deixou trabalhos ainda inéditos. (Informações do Dr. Tayguara Amorim e muitos anos de observações como seu colega no Ginásio Amazonense Pedro II.)

GILBERTO SABÓIA

O Dr. Gilberto Ribeiro de Sabóia nasceu em Fortaleza (Ceará) a 9 de agosto de 1865, filho de Domingos Carlos de Sabóia e D. Maria José Severiano Ribeiro de Sabóia. Faleceu na cidade de Santos (S. Paulo) a 12 de julho de 1930.

Foi promotor Público nas Comarcas de Iguatu e Fortaleza, após ter-se formado em Direito pela Faculdade do Recife, em 1886. Terminou a carreira de magistrado, como Juiz de Direito de Baturité, desgostoso por motivo de uma remoção que considerou ilegal; exonerou-se, logo partindo para Manaus, em 1900.

Casara-se em Lavras (Ceará) com a senhorita Josefa Augusto de Sabóia, tendo os seguintes filhos: Domingos Carlos Gérson de Sabóia, médico e lente da Faculdade de Medicina do Paraná; Agesilau (falecido); Maria Luiza, professora, Bacharel em Direito pela Faculdade do Amazonas; Ildefonso (falecido); Maria Joana Federalina Thereza de Sabóia Campos (Sinhá), casada; e Mário (falecido).

Em Manaus exerceu advocacia, foi Juiz Federal, tendo sido catedrático da antiga Escola Normal, mediante concurso, no ensino de História da Civilização.

Gilberto Sabóia foi um dos fundadores da atual Faculdade de Direito do Amazonas e, depois, um dos seus catedráticos, no ensino de Direito Civil, em cuja função trabalhou por muitos anos.

Escreveu uma Tese sobre Lenocínio, publicada no Rio de Janeiro em 1896, um estudo pioneiro sobre o assunto.

Ao falecer, era vice-Diretor da Faculdade de Direito e o decano dos advogados do Amazonas.

Foi membro do Conselho dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas.

Não fique sem registro a homenagem que lhe prestaram os seus colegas dos corpos docente e administrativo da Faculdade, apondo solenemente o seu retrato na galeria do salão nobre do Estabelecimento, no dia 12 de agosto de 1930.

Um fato antagônico, isto é, de desolação, se dava em Manaus, no mesmo dia e à mesma hora: a invasão do edifício em que funcionavam o Ginásio Amazonense Pedro II, a Escola Normal e o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, quando repletos de professores e estudantes, invasão essa praticada por guardas civis armados e aos disparos (Leia-se a parte final do "verbête" Dorval Pôrto.)

Fato curioso é que a família do Dr. Gilberto Sabóia morou sempre na mesma casa, desde que chegou a Manaus em 1900, à Rua Alexandre Amorim.

GIULIO CESARE ROBERTI

Nasceu na Itália, em 29 de maio de 1878, vindo muito jovem para o Brasil, localizando-se inicialmente na Bahia, tendo como primeira atividade o comércio de jóias e depois uma fábrica de sacos de papel, aliás a primeira do Norte. Mais tarde seguiu para o Amazonas, onde se achava o seu irmão Giuseppe Pagani Vulcani. Giulio era licenciado em ótica. Em Manaus estabeleceram-se com uma joalheria e casa de ótica: "Roberti & Pelosi", cujos anúncios diziam: Joalheria, Relojoaria, Lunetaria, representantes dos automóveis "Fiat", dos pneumáticos "Michelin" e dos pianos Richard Lipp & Sohn (Stuttgart). Em 1908 fizeram-se representar na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (fui o portador das jóias fabricadas em Manaus) tendo a Firma obtido duas medalhas de prata.

Giulio Roberti casou-se em 1916, em Manaus, com a Senhora Margarida Souto, de cujo consórcio nasceram três filhos

Inez, Ítalo, Mirandolina. Viúvo, anos depois, casou-se em segundas núpcias com a Sr.ª Maria Amélia Cavalcante Roberti.

Giulio Roberti foi por muito tempo vice-Cônsul da Itália no Amazonas, onde a "colônia" era bem grande. Quando faleceu o cientista Marconi, em 4 de julho de 1937, o Amazonas prestou homenagens à sua memória. O Instituto Geográfico e Histórico e a Colonia italiana realizaram uma sessão solene no Instituto, em 21 de agosto de 1937, sendo o orador Giulio Roberti que pronunciou belo necrológio.

O vice-Cônsul da Itália, logo no início do fascismo ainda compactuava, até o ponto em que começaram as violências e o cerceamento das liberdades. Por ter discordado das investidas fascistas foi exonerado do cargo diplomático. Apesar de sua atitude, muito sofreu mais tarde; vale a pena rememorar, de vez que foi fato público muito comentado. A Itália fazia parte do Eixo Alemanha-Japão, contra os Aliados, de cujo lado estava o Brasil. Um suposto submarino italiano torpedeia, na costa da Bahia, o navio brasileiro "Baependi", cheio de passageiros, dentre eles alguns conterrâneos que se dirigiam para o Amazonas. Poucos escaparam. Deu-se a revolta popular no mesmo dia da notícia e bandos amotinados levantaram-se contra a colonia italiana, sem pensar nos antecedentes de cada um. A residência de Giulio Roberti foi saqueada e seus móveis e roupas alimentaram grande fogueira na rua. O dono da casa foge em companhia do seu irmão Vulcani, refugiando-se no Convento dos Frades Capuchinhos, aos fundos da Igreja São Sebastião. Sendo ambos meus amigos, fui visitá-los e ofereci-lhes minha residência, pois as prisões de italianos continuavam (até mesmo para garantia de vida) sendo levados para a Penitenciária do Estado. Naquela noite célebre ("black-out") em que a cidade ficou completamente às escuras, batem-me à porta o Delegado Dr. Sebastião Norões, acompanhando os irmãos Vulcani e Roberti que desejavam ficar em nossa residência, conforme o oferecimento. Passaram três dias assistidos pela minha família. Como era do meu dever comuniquei o fato ao Governador do Estado, ao Chefe de Polícia e ao Comandante da Região, apesar do encaminhamento por autoridade competente. Ao fim do 3.° dia, serenados os ânimos, acompanhei-os à residência de Vulcani.

Fez parte da Diretoria da Associação Comercial e muito trabalhou em vários setores da Maçonaria Amazonense.

Giulio Roberti faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1964.

GIUSEPPE PAGANI VULCANI

Nasceu na Itália em 22 de novembro de 1879. Era fotógrafo e solteiro em 1899, quando veio para Manaus, onde viveu por mais de cinqüenta anos. Logo no início do século estabeleceu-se, juntamente com o seu irmão Giulio Cesare Roberti, com joalheria e ótica. Anos depois retornou à Itália, onde se casou. Do seu matrimônio nasceu um filho, que foi oficial do Exército italiano. Falecendo-lhe a esposa, regressou a Manaus, adotando a profissão de guarda-livros. As principais casas comerciais contrataram os seus serviços, sendo considerado profissional competente e de inteira confiança. Conhecedor profundo do Imposto de Renda, passou a ser consultado sobre qualquer dúvida.

* * *

Fizera-se um espírito dotado de cultura e livre de preconceitos, amante da democracia e da fraternidade, objetivos orientados por uma filosofia de rígido humanismo. Entrou para a Ordem Maçônica em 12 de julho de 1900, iniciando-se na Loja "Conciliação Amazonense". Estudioso do Simbolismo e do Ritualismo, cumprindo todos os seus deveres de filantropia, perlustrou a hierarquia até os pontos mais altos, enchendo-se de títulos de benemerência. Serviu, por muitos anos, o cargo de Diretor da Grande Secretaria do Grande Oriente do Estado e Territórios vizinhos.

* * *

Pagani constituiu nova família com a Sra. Iracema Limaverde, tendo nascido a Sra. Isabel, que vive em companhia de sua mãe.

Pagani Vulcani substituiu o irmão como vice-Cônsul da Itália. Mas o novo titular perdeu a saúde, em conseqüência de uma queda na residência (sede do vice-consulado), quando fraturou o fêmur, fato que o levou ao Rio de Janeiro, internando-se em um hospital por mais de seis meses. O acidente levou-o ao fim de suas atividades. Levantou-se é certo, mas apoiado com dificuldade. Não mais pôde voltar a Manaus para rever seus amigos e a terra que tanto amou, falecendo no Rio de Janeiro, seis dias depois do desenlace do seu irmão Giulio Roberti. Assim viveu e assim findou-se um dos bons servidores da terra baré.

(Veja-se, neste Dicionário, a biografia de Giulio Cesare Roberti.)

GONÇALVES DIAS

O poeta Antônio Gonçalves Dias nasceu próximo à cidade de Caxias, no Maranhão, a 10 de agosto de 1823, falecendo a 8 de novembro de 1864, no litoral de sua terra natal, em um naufrágio, quando regressava da França onde fora em busca de saúde.

Era filho de um negociante português e de mestiça brasileira.

Fez o curso elementar trabalhando ao lado de seu genitor, na qualidade de caixeiro e encarregado da escrituração do estabelecimento. Admiráveis sua inteligência e dinamismo. Nele, reeditou-se a afirmação do autor do "Paraíso Perdido": "A criança mostra o homem, como a manhã mostra o dia". A fim de continuar seus estudos, mandam-no para Portgual, onde prosseguiu o curso de humanidades, e em Coimbra, o de Direito, que concluiu em 1844.

De regresso a Caxias, abriu banca de advogado, pelo espaço de dois anos, passando ao Rio de Janeiro. O Imperador mandou nomeá-lo para reger as cadeiras de História e Latinidade do Colégio Pedro II.

Gonçalves Dias ia sendo admirado por sua competência, critério e assiduidade. Entregaram-lhe a incumbência de percorrer as Províncias do Norte e indagar da situação e necessidades do ensino primário; bem assim, colher documentos para ampliar e fundamentar a História Pátria. Isto, em 1854. Com descortino, cumpriu a tarefa, rematando-a com a entrega de amplo Relatório.

Um homem tão inteligente, culto e ponderado, não poderia ficar sem outros serviços de relevância, numa época em que quase tudo, na esfera administrativa, estava por fazer.

Assim que terminava uma espinhosa tarefa, Gonçalves Dias era imediatamente chamado para a realização de outra, não menos delicada. Foi o caso de sua convocação para exercer o cargo de 1.º Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, viajando em seguida para a Europa, a fim de, ali, estudar sistemas de educação e ensino seguidos nos países mais adiantados do Velho Mundo. Regressou em 1858, dando conta do importante trabalho.

A seguir é mandado para o Norte, chefiando a Seção de Etnografia integrada na *Expedição Científica* de que faziam parte notáveis especialistas da História Natural, todos para pesquisarem as riquezas da região e os interesses das ciências.

Após dois anos e meio de lutas, no Rio de Janeiro, entre a política e a cultura, sendo que esta venceu àquela, a Expedição pôde lançar-se em caminho da Capital do Ceará, sua sede, em janeiro de 1858.

Sobre o ilustre etnólogo, nestas breves linhas, trato somente de dois episódios de que foi protagonista. Conta-se que, em certa ocasião, após uma viagem cansativa, a cavalo, chega à fazenda de um abastado coronel que o agasalha fidalgamente, assim toda sua não pequena comitiva. Já esperado e bem recomendado, nada lhe faltaria, como não faltou. Chefe, auxiliares e bagageiros, jantam e preparam-se para dormir, sendo-lhes indicados os aposentos, no interior do casarão. Gonçalves Dias e alguns dos seus companheiros pedem-lhe para pernoitar ali mesmo, no alpendre, sendo-lhes ponderado não convir, pela possibilidade de um temporal, pela madrugada. Todos, apoiados no parapeito, espiam o céu e resolvem ficar, atendendo ao calor do momento. Atam-se as redes e dormem, enfadados da viagem. Mas, de fato, lá pela madrugada, há um corre-corre: era a tempestade acompanhada de ventania e chuva, conforme o prognóstico do dono da casa. De manhã, intrigado pelo que sucedera, perguntou ao hospedeiro em que se baseou para avisar sobre a chuva, ao que lhe retrucou: "Sr. Dr., ontem quando chegou, não ouviu o zurrar forte do nosso jumento? Pois foi sinal certo de tempestade." Dizem que o cientista emitiu um conceito irônico a respeito da sabedoria dos burros... É que, na pressa de repousar, limitara-se a consultar a abóboda celeste, e não o seu barômetro, ainda na bagagem.

Outro fato, um tanto pitoresco, verifica-se naquelas plagas, quando o etnólogo procurava a gênese das tribos que a ferocidade de Jeronymo de Albuquerque extinguiu a ferro e fogo: havia o governo do Império introduzido na Província, um lote de camelos africanos, a título de experiência, naquelas terras secas, batidas pela ardência dos estios. Ninguém sabia tratar dos quadrúpedes, nem usufruí-los. Gonçalves Dias, interessado em obter meios de transportes, para melhor efetuar sua missão, toma a si a responsabilidade de manter os animais. Era divertido vê-lo, como um beduíno do Saara, não de "oásis" em "oásis", mas de arraial em arraial, executando o plano da inquirição científica. Um dia, em viagem, um dos camelos cai e quebra uma das pernas, ficando inutilizado. Isto deu pretexto para que os adversários do etnólogo, na Corte, o incriminassem pelo fracasso da experiência do Imperador. Gonçalves Dias, desgostoso, ultima seus labores no Ceará, para continuá-los no Amazonas, onde chega a Manaus, em 27 de fevereiro de 1861.

* * *

Estava o pesquisador das etnias aborígenas do Norte num campo inigualável de elementos de observação, não somente quanto aos característicos antropológicos, como lingüísticos, principalmente o neengatu ou tupi do Norte, também chamado

"língua geral", dela confeccionando um dicionário, ainda hoje muito procurado. Na viagem que fez ao Rio Negro, depois de haver visitado e estudado coisas do Solimões e do Madeira, não lhe escaparam à observação os cemitérios (miracauuêra), colecionando igaçabas ou urnas funerárias. Ao tempo das "penetrações" de Gonçalves Dias estava no governo da Província o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, que lhe pôs à disposição todas as facilidades de análise.

Como imperativo das atividades do cientista era o interior, nada implicando com o escopo de sua tarefa por parte do Governo Imperial, aquele presidente nomeou-o para o cargo de Visitador-Escolar, de ação nos lugares do seu itinerário, o que aceitou (28-2-1861). De regresso de suas penosas viagens em igarité, com o mínimo de conforto, cumpriu o que prometera ao chefe da Província, apresentando-lhe minucioso Relatório, nada recebendo do quanto lhe foi mandado pagar, por seu relevante serviço.

* * *

Durante os meses que o grande poeta trabalhou, pouco se demorava em Manaus, num vaivém contínuo, de peregrinações na hinterlândia. Sabe-se que se correspondia, de quando em quando, com seus velhos amigos do Maranhão, distinguidamente com o Prof. Domingos Theóphilo de Carvalho Leal, seu colega de estudos na Universidade de Coimbra, bem assim com Antônio Henrique Leal, mais tarde, após sua morte, o seu mais exaustivo biógrafo.

Gonçalves Dias foi um homem de fina educação, sabendo-se conduzir tanto nos salões aristocráticos, como nos sítios dos caboclos da Planície. Apaixonado pelas mulheres formosas, o que transparece no *élan* de suas emotivas composições poéticas, era um homem feio, doente, franzino, para quem não faltaram noivas e apaixonadas, às quais lançava seus madrigais.

Casou-se com distinta senhora, inteligente e virtuosa, de quem, em breve teve ciúmes, motivo da separação conjugal, embora vivendo sob o mesmo teto, trocando as cortesias de sempre. Não podia deixar de ser um sofredor. Seu talento raiava pelo gênio, nos surtos da poesia lírica. Com as suas produções, galgou os planaltos do *indianismo,* conquistado por José de Alencar, na prosa. Aí estão, para comprová-lo, o "Canto do Piagá", a "Canção do Tamoyo", o "Y-Juca Pirama", "Os Timbiras", a "Canção do Exílio", os "Olhos Verdes", etc.

No dia em que se tiver de erguer o Panteão de nossas glórias literárias, na Galeria dos Poetas, deverá certamente estar, em primeiro plano, o nome de Gonçalves Dias, pela destinação ca-

rismática do fulgor do seu talento e quinta-essência de sua sensibilidade.

* * *

A biografia que aqui se acha foi escrita por solicitação do *Clube da Madrugada*, de Manaus, nas proximidades das celebrações do 1.º centenário do falecimento do Grande Poeta e Cientista, o que atendi, pleno de prazer e honra. Com a devida vênia daquele brilhante Sodalício, reedito, com alguma redução pela escassez de espaço, meu dito trabalho, que não passa de uma gotinha a mais lançada na lâmpada votiva da imortalidade e da glória.

GONÇALVES NETTO

O Dr. Theodoro Gonçalves Netto nasceu no Maranhão a 13 de agosto de 1898. Foram seus pais Theodoro Gonçalves Júnior e Elvira de Paula Gonçalves.

Quando ainda criança, ficou órfão de pai, assim seus sete irmãos, que, em companhia materna, se retiraram para o Amazonas a convite dos seus parentes, ali vivendo em boa situação financeira e de relações sociais, fixando-se em Manaus, em 1911. Dessa progenitura, criada e educada naquela Capital, sobrevivem: o General Dehork de Paula Gonçalves, o Dr. João de Paula Gonçalves (médico), o Dr. Joaquim de Paula Gonçalves (médico), a Professora Artemísia Gonçalves Leite, esposa do Doutor Aristides Leite, e a Professora Luiza Gonçalves Monteiro, viúva do Dr. José Francisco Monteiro Júnior. Irmãos falecidos: Arthur de Paula Gonçalves e Antônio de Paula Gonçalves.

O Dr. Theodoro Gonçalves fez toda sua cultura em Manaus, sendo o curso primário em escolas particulares, o secundário no antigo Ginásio Amazonense, o curso de Direito, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas, na turma de 1921, da qual faziam parte André e Ruy Araújo, Arnoldo Carpinteiro Péres, José Martins Palhano, e outros. Foi, durante muitos anos, redator do "Jornal do Comércio", de Manaus, ao tempo do Diretor Dr. Vicente Reis.

Após sua formatura exerceu os seguintes cargos e funções: Promotor Público de uma das Comarcas do Interior, Juiz Municipal e, por concurso feito em 1927, Juiz de Direito da Comarca de Lábrea e depois da de Manacapuru. Foi posteriormente Juiz de Direito da Capital e, por duas vezes, Procurador Geral do Estado, tendo tido assento, várias vezes, como Juiz convocado, no Superior Tribunal de Justiça.

Em conseqüência do movimento revolucionário de outubro de 1930, achando-se Álvaro Maia na Interventoria Federal, em 1931, foi o Tribunal de Justiça dissolvido, nomeando-se novos desembargadores para constituí-lo. Nessa reorganização da magistratura superior do Estado, o Dr. Theodoro Gonçalves Netto, então Juiz de Direito de Lábrea, foi nomeado pelo Interventor Álvaro Maia para o cargo de Procurador Geral do Estado. Não se conformando com o ato da dissolução, os desembargadores do antigo Tribunal recorreram do mesmo para a justiça federal e obtiveram a sua reintegração. À vista disso, os nomeados por Álvaro Maia voltaram aos cargos que antes exerciam, entre eles, o Dr. Theodoro Gonçalves Netto, que retornou ao Juizado de Lábrea. Em 1934, porém, o Capitão Nelson de Mello assume a Interventoria Federal no Amazonas e vai buscar em Lábrea o Dr. Theodoro Gonçalves Netto, para nomeá-lo novamento Procurador Geral do Estado, cargo em que permaneceu até o fim do governo Nelson de Mello. Transferido, mais tarde, para a Comarca de Manacapuru e daí para a da Capital, aposentou-se neste último cargo, tendo sido várias vezes preterido em seus direitos à desembargatória, injustiça de que sempre se queixava.

* * *

Theodoro Gonçalves Netto foi casado com D. Elza de Andrade Gonçalves, de cujo consórcio nasceram os seguintes filhos: Dr. Sinval de Andrade Gonçalves, advogado e jornalista, casado com D. Ednir de Mello Gonçalves; Luiz Alberto de Andrade Gonçalves, funcionário federal, casado com D. Dalva Pereira Gonçalves; Thereza de A. Gonçalves, funcionária do Instituto Nacional de Pesquisas do Amazonas; e Alda de A. Gonçalves, funcionária do Montepio Municipal.

O Dr. Theodoro caracterizou-se por sua viva inteligência, cultura, integridade e trabalho, além de excelente chefe de família.

Faleceu em Manaus, em 19 de março de 1963.

Além de minhas observações como seu professor no Ginásio Amazonense Pedro II, devo outros informes desta notícia biográfica ao seu filho Dr. Sinval Andrade Gonçalves.

GUALTER MARQUES BATISTA

Nasceu em seringal situado no rio Marajohy, município de Gurupá, Estado do Pará, em 12 de abril de 1889, filho de Antônio Carlos Batista e D. Maria Josefina Batista, imigrantes cearenses. Infância na cidade de Cascavel, Ceará, onde aprendeu as

primeiras letras. Ainda menino voltou à Amazônia com a família, que se localizou num dos afluentes do Juruá, o rio Tarauacá, iniciando-se aí na vida da floresta. Passou depois a viver em São Felipe, hoje Eirunepé, onde se empregou no comércio e continuou os estudos primários.

Aos 16 anos já comerciava como regatão, tendo participado da instalação da vila (hoje cidade) de Tarauacá, antiga Seabra, na foz do rio Muru, em 1.° de março de 1907. Na recém-fundada cidade iria depois passar a mocidade, trabalhando, estudando autodidaticamente, lutando, constituindo família, enviuvando e se afirmando como um homem de inteligência, de caráter e de ação.

Em 1910, estabeleceu-se com casa comercial em São Felipe, transferindo-se, depois, para Tefé, para voltar, afinal, a Tarauacá, onde foi efetivado como escrivão de Justiça, cargo que exerceu até 1.° de março de 1926, quando se retirou do Acre. Participou da fundação do jornal "A Reforma", de que foi redator-secretário, de 12 de maio de 1918 (data do primeiro número) até 1924; era um semanário, dirigido por seu sogro, o advogado provisionado José Florêncio da Cunha, pioneiro do desbravamento do vale do Juruá (A Reforma" circulou até 1938).

Gualter Batista quando se mudou para Manaus, em 1926, estava decidido a se diplomar em Direito, iniciando, naquele ano, o curso ginasial seriado no Colégio Dom Bosco; daí se transferiu para o curso parcelado no antigo Ginásio Amazonense Pedro II, onde concluiu os preparatórios, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito do Amazonas; concluiu o curso, graduando-se em 9 de dezembro de 1933, aos 44 anos de idade.

De 1929 a 1948 foi escrivão do cível e comércio, em Manaus, nomeado em virtude de concurso de títulos. Demitiu-se por ter sido efetivado na Chefia da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, que vinha exercendo desde a reorganização da Justiça Eleitoral, em 1945. Aposentou-se em 1958, após mais de 40 anos de serviço público.

Em Manaus, depois de se afastar do ofício judiciário, foi advogado militante, especialmente no fôro cível. Exerceu também, até a morte, a Procuradoria Jurídica da Legião Brasileira de Assistência no Amazonas.

Pertenceu à Diretoria de várias sociedades religiosas (Irmãos do Santíssimo, Ex-Alunos Salesianos) e recreativas (Ideal e Rio Negro) e foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus em 1944 e 1945 (governo Álvaro Maia).

Sua biblioteca jurídica, composta de cerca de 800 volumes, foi doada pelos herdeiros à recém-criada Faculdade de Direito do Estado do Acre, e suas coleções de periódicos ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Casou-se em primeiras núpcias com D. Francisca Acióli da Cunha Batista, de quem cedo enviuvou, havendo dois filhos: o notável médico Djalma da Cunha Batista, da Academia Amazonense de Letras e ex-Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o engenheiro-civil José Florêncio da Cunha Batista, ambos residentes em Manaus. Em segundas núpcias, consorciou-se com D. Edith de Castro Batista, de quem não ficaram descendentes.

Faleceu em Manaus a 19 de setembro de 1964, deixando grandes saudades no coração dos seus amigos.

Alguns traços singulares caracterizaram a personalidade de Gualter Marques Batista: lhaneza invulgar de trato, contrastando com violentas reações diante da desídia funcional e da desonestidade, ou na defesa de brios porventura feridos; fidelidade aos amigos, que os tinha muitos, e à idéias que abraçava; católico praticante, sem nenhum laivo de intolerância, vivia segundo os preceitos cristãos; jamais fez uso de bebidas alcoólicas; amava as letras com fervor, especialmente a poesia, que lia com deleite; era de uma honestidade pessoal incorruptível. Enfim: cidadão exemplar e cujas qualidades, para a glória e honra do Amazonas, foram herdadas pelos filhos.

GUERREIRO ANTONY

A biografia do Coronel Antônio Guerreiro Antony, filho do Amazonas e descendente do bravo negociante italiano Henrique Antony, é bastante longa, mesmo em súmula muito apertada. A sua época constituiu um dos mais agitados capítulos da história do Estado. Não é tarefa deleitante traçar o *facies* de um homem incomum, ligado ao drama do seu tempo, como ele, vivendo a angústia do século, abeirado às contingências da História.

* * *

Decorria a parte final do quatriênio governamental do Coronel Bittencourt (1907-1912), sendo seu correligionário leal e grande amigo o Coronel Guerreiro Antony, Deputado estadual e Chefe do Partido da direita.

Para esclarecimento dos fatos e melhor compreensão dos desígnios políticos, é preciso saber que o Coronel Bittencourt, desde que foi investido no Governo do Estado, deixou comple-

tamente a direção do seu Partido aos próceres deste, no dia de sua posse: "Desde hoje, as nossas competências ficam definidas. — não intervirei na direção, ou seja, na autonomia da Entidade política que me apóia, da mesma forma que o nosso Partido não interferirá na Administração que me compete e da qual me faço o único responsável." Estavam, assim, definidas as relações pessoais e protocolares da Política e do Governo do Estado. Esta foi a norma jamais quebrada por parte de ambos. Guerreiro Antony sempre esteve absolutamente identificado com este regime político-administrativo.

Corria o mês de abril de 1912. Ainda era muito cedo para se cuidar da sucessão governamental, marcada pela Constituição para 1.° de janeiro de 1913. Bittencourt não havia pronunciado uma palavra sequer sobre quem deveria ser o sufragado das urnas. Ao contrário, quando lhe tocavam no assunto, repetia sempre: "O governo é alheio à escolha. É matéria partidária". Neste vaivém da curiosidade prematura, recebe, do Rio de Janeiro, o seguinte telegrama: "Rio, 18 de abril de 1912. Coronel Bittencourt. Governador. Manaus. Acabo de conferenciar com o marechal sobre a política do Amazonas. Tanto ele, como eu, entendemos que todas as *dificuldades atuais* e futuras serão dirimidas aceitando Vossência a candidatura do Senador Jonathas Pedrosa para Governador, que será de ordem e paz, sendo resguardados os interesses políticos que representais. Aceita esta fórmula de apaziguamento necessário à nossa terra, constituir-se-á o Sr. Marechal garantia da correção do procedimento daquele candidato, respeitados os elevados propósitos acima expressos. Vossa individualidade não será, após Vosso governo, atirado ao ostracismo, havendo outros postos de destaque onde podereis continuar vossos serviços à República e ao Amazonas. Respondei urgente e com franqueza. Cordiais saudações. — Gabriel Salgado".

Terminada a leitura desse documento, uma salva de palmas reboou pela sala, tendo sido entregue ao Coronel Guerreiro Antony, chefe do Partido e da Convenção, que referendou a aceitação da candidatura Jonathas Pedrosa para o cargo de Governador do Estado, no período de 1.° de janeiro de 1913 a 1.° de janeiro de 1917. Por aclamação, não menos vibrante, foi indicada a candidatura do Coronel Guerreiro Antony ao cargo de vice-governador.

Eis como, ainda uma vez, se projetou, na política do Estado, o nome desse amazonense de fibra, que tanto veio a sofrer, pela negação absoluta das promessas contidas naquele telegrama solerte, embasado no mais requintado maquiavelismo. Ao contrário das promessas falazes, Bittencourt chegou a ser espancado em plena rua, sem que seus agressores nada sofressem entrando num ostracismo de 13 anos, até que fosse eleito Deputado à Assembléia Legislativa, indo ocupar o cargo de presidente, já no governo do saudoso Dr. Alfredo Sá.

E Guerreiro Antony? A ele o papel de protomártir dessa tragédia em que esteve envolvida a política do Amazonas, por mais de um qüinqüênio. Com a ascenção do candidato eleito sob a garantia da palavra do marechal acolitado pelo Senador Salgado dos Santos, houve uma transformação completa — "de fond en comble" — na engrenagem administrativa. Guerreiro Antony foi oficialmente anulado. Daí a luta desesperada pelo seu direito, luta cujos lances dramáticos não podem caber nestas páginas, se não em forma de referências ligeiras.

Já residia, com a família, à rua Henrique Antony. Não se tratava de um prédio espaçoso, mas suficientemente amplo para um conforto relativo. Aí, estabelece a sede do seu Partido; aí, funda as oficinas de "O Liberal", órgão oficial da agremiação; aí, hospeda amigos íntimos e redatores daquele órgão, os Drs. Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões) e o vibrante jornalista Joaquim Gondim, e mais, seis (6) rapazes nordestinos, gente sertaneja, para o *desse e viesse*. Com a espontaneidade da coragem para enfrentar a polícia, o milagre do espaço doméstico.

Aposentado, mas sem receber seus vencimentos, Deus sabe como Guerreiro Antony se arranjava para sustentar mais de vinte pessoas em dias, meses e anos consecutivos. Mas, aquela gente se achava blindada de perseverança, na dedicação dos abnegados. O fim da pertinácia seria a 1.° de janeiro de 1916, o raiar de uma nova aurora, na Administração Bacelar. Pois, sucedeu coisa contrária: na madrugada do referido dia (1.°-1-16), um grupo de oficiais da Polícia, munido de canhões, bombardeou, 15 metros de distância, a residência do Coronel Guerreiro Anny, apenas permitindo que saíssem os hóspedes, menos os chamados "capangas" do Coronel. As balas penetravam pela porta e janelas da frente, perfurando todas as paredes divisórias indo cair de encontro o muro do quintal. Depois do canhoneio, houve a invasão da polícia. Meia hora mais tarde, retiravam, do prédio danificado, seis cadáveres que, emparelhados, ficaram na rua, tendo destino ignorado.

Não foi esta a promessa formal do Coronel Salgado dos Santos, intérprete da palavra do Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente eleito da República.

O Coronel Antônio Guerreiro Antony caiu em profundo desalento e perturbação mental, atirado a um leito, na residência de um dos seus parentes.

Reforçando e ampliando mais um pouco o registro dos fatos relatados, valho-me da colaboração solicitada ao grande jornalista Dr. Aristófano Antony, que veio ao meu auxílio, assim se expressando: "... A terceira e última revolução que chefiou em Manaus, foi das mais sangrentas, tendo sido sua residência, posta abaixo por tiros de canhão Krup da Polícia Militar. Houve numerosas mortes, de lado a lado. Quando ainda havia ressonância da luta na cidade surgiu o Manifesto à Nação em que Antônio Guerreiro Antony assumia a responsabilidade da Revolução, depois de justificá-la. Depois, requereu "Habeas Corpus" ao Supremo Tribunal Federal, para poder sair do seu asilo, a Capitania dos Portos, sendo o mesmo concedido por unanimidade de votos. Defenderam-no, inclusive de novo processo, os então Senadores Ruy Barbosa e Barbosa Lima Sobrinho. Ficou, em razão de uma operação mal sucedida, de catarata, cego de ambos os olhos". Cumpre acrescentar que o Senador Ruy Barbosa foi o maior defensor do Coronel Guerreiro Antony, na Câmara Alta do País, proferindo formidáveis discursos, formidáveis pela forma e pelo conteúdo, sob o título geral de — O Caso do Amazonas, em 1913.

Essas peças oratórias, de assuntos muito documentados, constituem o volume 40 — 1913, Tomo 4.° Conheço da 1.ª à última página, pois, antes de ser lançado ao prelo, os seus originais foram-me entregues em confiança pelo emérito historiador e sociólogo Américo Jacobina Lacombe, para que o revisse e dissesse a respeito de fatos, datas e especificações individuais.

* * *

Guerreiro Antony era um homem claro, de compleição hercúlea, inteligente e de fisionomia aberta às relações sociais, meio caminho para a popularidade que conseguiu alcançar. Estudioso e trabalhador, não chegou, todavia, a possuir uma formação acadêmica. Fez-se funcionário público, mediante concurso e constituiu família, tendo tido descendência ilustre.

Guerreiro Antony era dotado de uma intrepidez espantosa.

GUILHERME MOREIRA (Barão do Juruá)

Guilherme José Moreira nasceu a 25 de junho de 1835, em Salvador (Bahia) e faleceu a 23 de setembro de 1899, na mesma cidade. Foram seus pais Sebastião José Moreira e D. Maria José Moreira, ambos naturais de Portugal.

Educou-se e instruiu-se na terra natal, dirigindo-se para o Amazonas a convite do seu irmão Antônio José Moreira, médico do Corpo de Saúde, já então domiciliado em Manaus e, mais tarde, Deputado Geral pela Província do Amazonas. Era, também, irmão do Coronel Emílio José Moreira, grande influência política, ao tempo, naquela circunscrição administrativa do Império.

Chegara à terra amazonense em junho de 1854, logo entrando para a atividade comercial, associando-se ao irmão Emílio, constituindo a firma girante sob a denominação "Moreira & Irmão", comitente no interior do Estado.

Ao tempo, à precariedade dos negócios realizados em grande parte pelos "regatões", juntavam-se as desvantagens dos "aviamentos" serem feitos no Pará, com prejuízos do comércio do porto de Manaus e do Estado.

A firma comercial de Guilherme Moreira venceu todos os obstáculos inclusive os riscos das safras da borracha e da castanha, como a de pirarucu, face às febres palustres que impunham baixas no pessoal da coleta.

Guilherme Moreira, moço ainda, forte e disposto, singrou, muitas vezes, nos gaiolas e nas lanchas, o Solimões, o Purus, o Madeira, o Juruá, o Autaz e outros grandes afluentes do Amazonas, de porto em porto, entregando produtos manufaturados e recebendo, em troca, gêneros extrativos.

Como chefe da firma, Guilherme Moreira, cessou as suas atividades no interior, pelo fechamento do seu barracão, situado no rio Juruá, em 1885, restringindo-se à Capital. Sua luta, no comércio, consumiu cerca de 44 anos, podendo, no final, reunir a pequena fortuna que lhe serviu na sua velhice, quando entrou na política, ao lado do seu irmão Emílio, que já fora, por diversas ocasiões, Deputado Estadual e, como tal, Presidente da Assembléia Legislativa e do Partido Democrata.

Guilherme José Moreira exerceu os seguintes cargos, segundo o saudoso Coronel Domingos José de Andrade, um dos seus biógrafos:

"Em 26 de julho de 1859, foi nomeado, por merecimento, Alferes da 1.ª Companhia, do 1.° Batalhão de Guardas Nacionais, do Município de Manaus, pelo 1.° Vice-Presidente da Província Bacharel Manoel Gomes Corrêa de Miranda, prestando juramento e tomando posse em 28 de outubro do mesmo ano. Em virtude de proposta do respectivo Comandante Superior, em 8 de agosto de 1866, foi promovido a Tenente da 2.ª Companhia do

mesmo Batalhão, pelo Vice-Presidente da Província, Bacharel Gustavo Adolfo Ramos Ferreira, recebendo a Patente e tomando posse a 18 do dito mês e ano.

Em 5 de julho de 1867, foi nomeado Suplente do Juiz Municipal e de Órfãos, dos Termos reunidos da Capital e de Barcelos, pelo 1.° Vice-Presidente da Província Bacharel em Matemáticas e Tenente Coronel de Engenharia Sebastião José Basílio Phyrro.

Em 19 de setembro de 1868, foi promovido ao posto de Capitão da 5.ª Companhia do 1.° Batalhão de Infantaria da Capital, pelo 1.° Vice-Presidente, Coronel Leonardo Ferreira Marques. Em 30 de setembro de 1868, em virtude da apuração da eleição procedida em 7 do mesmo mês, foi eleito e reconhecido Vereador da Câmara Municipal de Manaus, para servir no período a terminar em 1872.

Em 17 de maio de 1876, foi nomeado para o lugar de membro da Comissão Fiscal da Caixa Econômica da Província do Amazonas.

Em 30 de janeiro de 1878, por decreto do Governo Imperial, foi nomeado 2.° Vice-Presidente da Província do Amazonas, prestando juramento de exercício de governo às duas horas da tarde de 27 de fevereiro. Em 22 de abril de 1879, assumiu o exercício de presidente da Câmara Municipal. Por ofício de 1 de novembro de 1880, do Presidente da Província, foi convidado para colecionar documentos sobre a História e a Geografia pátrias, a fim de serem presentes à exposição realizada, nesse ano, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A 10 de junho de 1881, por decreto do Governo Imperial, foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional nas comarcas da capital e Rio Negro, prestando juramento e tomando posse a 4 de setembro do mesmo ano. Em 29 de abril de 1881, a Junta Comercial do Pará conferiu-lhe o título *Comerciante matriculado*.

Em 9 de fevereiro de 1882, foi agraciado por Sua Majestade Fidelíssima, com o título da Real Ordem Militar Portuguesa de N.S. da Conceição de Vila Viçosa. Em 3 de maio do mesmo ano, foi, pelo Governo Imperial do Brasil, concedida licença para aceitar essa distinção do Governo português.

Por atenção aos relevantes serviços prestados ao País e especialmente ao Amazonas, inclusive o de dar liberdade a dez escravos, sem remuneração alguma, o Governo Imperial, por decreto de 29 de julho de 1880, o distinguiu com o título de Comendador da Ordem de N.S. Jesus Cristo.

Em 30 de agosto de 1889, foi-lhe concedida, pela respectiva Mesa Administrativa, a qualidade de irmão da Santa Casa da Misericórdia de Manaus.

Em 12 de fevereiro de 1891, por decreto do Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, foi o Barão de Juruá, nomeado 1.° Vice-Governador do Estado, prestando termo de promessa e assumindo o Governo a 5 de maio desse ano.

Em 27 de junho de 1891, foi procedida, pelo Congresso Legislativo, a primeira eleição para presidente e vice-presidente do Estado, tendo sido eleito e reconhecido para esse cargo o Excelentíssimo Sr. Barão de Juruá, que assumiu o governo no dia 1 de julho até 2 de setembro seguinte, quando o entregou ao Presidente eleito, Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Em virtude dos acontecimentos políticos que se deram em todo o Brasil, inclusive no Amazonas, de 3 a 23 de novembro de1891, e suas conseqüências, e por ser posto à frente da revolução de 14 de janeiro de 1892, o Barão de Juruá renunciou, depois da vitória desta, o cargo de Vice-Governador, para ser coerente com os motivos da revolução."

Eis o homem que serviu o Amazonas, por longos anos e máxima dedicação, inteligência e honradez. Como lembrança espiritual de sua passagem, nobre e fecunda, no Estado, há, em Manaus, uma rua com o seu nome — rua Guilherme Moreira.
(Veja-se o jornal *Amazonas*, de Manaus, 3-10-1899, colaboração de Domingos José de Andrade).

HAMILTON MOURÃO

O Desembargador Hamilton Mourão nasceu no município de Pedro II, Estado do Piauí, a 10 de março de 1886, falecendo em Manaus a 24 de setembro de 1942, tendo sido sepultado no Cemitério de S. João Batista. Conseqüentemente, no dia 24 de setembro corrente, completará um quarto de século o triste acontecimento, quando o benemérito "Jornal do Comércio", em honra à memória do ínclito magistrado, haverá de estampar esta biografia.

Hamilton Mourão fez seus estudos basilares na terra natal, seguindo para Recife, onde se formou em Direito, em 4 de dezembro de 1909. Naturalmente, dominado por fortes esperanças e sentindo-se encorajado a enfrentar o destino em uma região longínqua, parte para o Amazonas, rumo a Manaus, onde aporta em 1910.

O governo do Estado oferece-lhe a Promotoria Pública da próspera comarca de Humaitá. Ali, ao tempo, influía, com seu

espírito de iniciativa e inteligência, o negociante português, mais tarde comendador Francisco Antônio Monteiro. Na função de promotor, serviu de 10 de janeiro de 1911 até 31 de dezembro de 1912. Seguidamente, foi nomeado juiz municipal de Manicoré, no mesmo rio Madeira, cargo esse que não chegou a exercer.

Perlustrou a advocacia, com abundante clientela, por alguns anos, nas comarcas daquele rio e em Manaus.

Em 21 de março de 1912, constitui família.

Foi convidado para ocupar o cargo de Secretário Geral do Estado, ali empregando sua atividade como o mais alto auxiliar da administração do serviço público, até 31 de agosto de 1918, quando passou a ocupar o cargo de Chefe de Polícia, honrando-o com a sua capacidade, energia e prudência.

O Des. Hamilton passou à judicatura ao ser nomeado Juiz de Direito da capital, a 16 de julho de 1919, e logo retornou à Chefia de Polícia até junho de 1920, quando voltou ao seu cargo vitalício, de Juiz de Direito de Manaus.

Ficou em disponibilidade, com as vantagens do cargo, em conseqüência da lei que extinguiu a 3.ª Vara da Comarca de Manaus.

A 6 de março de 1926, foi nomeado para o Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado, como resultado da reforma da Carta Constitucional desse ano, assumindo as funções judicantes e prestando o respectivo compromisso a 9 do mesmo mês.

A respeito de suas atividades naquele aerópago do saber jurídico, diz-nos o Dr. Waldir Garcia, seu melhor biógrafo, após dezoito anos de sua morte: "Suas atividades, na judicatura, notabilizaram-se pelos seus votos e decisões, sempre embasados em claríssimas razões de decidir, e que são paradigmas de critério, de justiça a revelar o criminalista, o civilista, o comercialista. São numerosas e brilhantes suas decisões, que enriquecem nossa jurisprudência". (Conferência proferida na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Manaus, em 31-3-1960).

Em 1931, por uma questão exclusivamente jurídica, porém que empolgou a opinião popular, o governo estadual da época, num atrebatamento, dissolveu o tribunal do qual fazia parte Hamilton Mourão. Todos os desembargadores componentes do Colendo Tribunal, firmados na intocabilidade da lei, derrubaram o ato arbitrário.

A maior homenagem que se prestou à memória do grande desaparecido foi a realizada ao 30.° dia de sua morte, pelo Grande Oriente do Amazonas e territórios de sua jurisdição, na Loja Amazonas, em Manaus. É que o Desembargador Hamilton

Mourão também exercia, quando faleceu, o mandato de chefe supremo. Às cerimônias ritualísticas da ordem, estiveram presentes o Governo, a família amazonense e o povo, que, no maior silêncio, disputava um lugar para assistir a cerimônia. Serviu de orador o saudoso irmão Dr. Waldemar Pedrosa, que provocou no auditório o contágio das grandes mágoas. Entre seus pensamentos, na impossibilidade de transcrever todos, proferiu este: "Juiz por índole e temperamento, juiz por conformação moral, ele foi magistrado à antiga, tendo sempre diante dos olhos, como fanais da conduta imutável, aqueles três preceitos da justiça romana: *honeste vivere, alterum non laedere, jus sum cuique tribunare"*; e, no final daquela oração impregnada de talento, de erudição e de condolência, termina a formosa peça de arquitetura, como se fosse o epílogo de uma consagração apostólica: "Por isso, enquanto não se derruírem as colunas deste templo, a sua memória sagrada viverá sempre no halo da nossa admiração e na prece da nossa saudade".

Está perpetuada, nos registros dos prelos, essa homenagem da maçonaria amazonense ao seu soberano Grão-Mestre Desembargador Hamilton Mourão.

A sessão de pompas fúnebres realizada a 24 de outubro de 1942, foi presidida por quem traça estas linhas (na qualidade de substituto legal do irmão desaparecido), que disse, ao encerramento da solenidade: "Meus irmãos e demais ouvintes: a cadeia do espírito não está quebrada! O Grande Arquiteto do Universo fez do Homem a mais associável de suas criaturas. Deu-lhe a imortalidade da alma. Conferiu-lhe a inteligência, emanação do espírito, predicamento da própria Divindade. Entre as gerações passadas e as presentes, há uma ligação que tece o incomensurável fio da História e, nele, dos destinos dos povos. Morrer, para obedecer à transformação da matéria, é um ato de sobrevivência, ato incorporado à evolução, na ânsia do aperfeiçoamento. Se, por detrás do túmulo de quem espalhou obras de misericórdia, se levanta sempre uma nova aurora, cujos resplendores agitam o progresso e sobredouram os píncaros da civilização, não se poderá contestar que "os vivos são cada vez mais governados pelos mortos".

. . . . . .

"Morre um homem, um executor da obra humana ou divina: no seu lugar deixa seu espírito, com suas energias e cunho de seus métodos, uma força estranha, um elo que não permite a descontinuidade. Desapareceu do nosso convívio social o nosso irmão Des. Hamilton Mourão, inteligência fecunda, caráter blindado a todas as injúrias dos vícios e de outras fraquezas huma-

nas, seu espírito continua entre nós, neste Grande Oriente, impulsionando os altos propósitos da maçonaria e da Pátria, nos rumos que lhe estão marcados, dentro da democracia e da liberdade, neste rincão abençoado da América."

Não ficaram aí os atestados da capacidade mental desse homem extraordinário. Temos de mencionar o que dele afirmou o seu erudito colega Des. Anísio Jobim, na pequena, mas incisiva biografia que lhe traçou, no "O Jornal", de Manaus, de 24 de setembro de 1943, lembrando o infausto passamento: "Simples, amorável, ponderado, refletido, Hamilton Mourão era um homem superior, um grande cidadão e um dedicado chefe de família. Deixou no Egrégio Tribunal uma tradição que não morrerá, de juiz incorruptível, de homem justo, amigo dos amigos e patriota destemido".

A obra do desembargador, quer na advocacia e na magistratura, quer em sociedades de que fez parte, está quase toda inédita. Suas sentenças e seus acórdãos, eram acastelados nas doutrinas clássicas, no rígido objetivo da lei, o que equivale assegurar que, do seu dever de consciência, afastava todos os subterfúgios.

* * *

O Des. Hamilton Mourão foi casado com a Sra. Arminda Botelho Mourão, de lúcida inteligência e grande virtudes. Integrava o completivo da felicidade doméstica do seu esposo. Do casal, resultaram os seguintes filhos: Coronel Antônio Hamilton Mourão, atualmente servindo como adido militar na Embaixada do Brasil, em Washington; Maria Arminda Mourão Machado, esposa do Des. João Pereira Machado, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Amazonas; Dr. Domingos Hamilton Mourão, consultor jurídico da Caixa Econômica Federal do Amazonas; Octávio Mourão, professor da cadeira de Física da Universidade de Manaus e Pesquisador de Física, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; e Ana Arminda Mourão, funcionária pública federal.

HANNÍBAL PÔRTO

Conheci Hannibal Pôrto desde 1899, quando ao Amazonas chegou, logo integrado em atividades ligadas ao comércio e à imprensa.

Durante cerca de oito anos que permaneceu em Manaus, fez-se um pensamento em ação em todos os problemas de interesse da Amazônia. Em 1901 e 1902, vemo-lo à frente da Associação Comercial do Estado, quando a terra e sua gente despertavam para o período áureo do seu desenvolvimento cultural e financeiro.

Era realmente um homem para a liderança de uma época de transição econômica, indicando rumos a seguir.

Por falta de dados, não lhe farei propriamente uma biografia, pois, somente com um tronco e algumas folhas não se reconstitui uma grande árvore que deu bons frutos. Impõe-se, entretanto, uma notícia sobre sua vida.

Decorria o Governo do Dr. Silvério José Nery (1900-1904), que se caracterizou por um período de criação e reformas. Hanníbal Pôrto não tinha visualidade político-partidária e, por isso, atacava e combatia livremente as questões governamentais, procurando sempre refletir os pontos de vista do comércio e do povo amazonenses.

Recordo, em ligeiros traços, sua participação em algumas dessas questões, como o caso da Manaus Harbour Ltd., em começo de funcionamento. Hanníbal Pôrto verbera-lhe os processos de embarques e desembarques de mercadorias, se bem que elogie o formidável aparelhamento do porto de Manaus, como o Brasil, então, não possuía igual. As reclamações caminharam para o atendimento.

Outro fato foi em referência à decretação do *beneficiamento* da borracha, antes da exportação, para efeito de verificar-se a qualidade, por espécie, medida essa que levantou grande celeuma por parte do comércio paraense. Tal providência foi cabalmente defendida por Hanníbal Pôrto na Associação Comercial e na imprensa.

Um outro problema, ainda no mesmo governo, foi a criação do imposto de cem e de oitenta réis por quilo de borracha fina e de *sernambi*, respectivamente, para constituir o Banco Amazonense, cuja finalidade, preceituava a lei, era conceder empréstimos aos seringueiros, casa de crédito a que a ironia popular deu o nome de *Banco do Tostão*.

Hanníbal Pôrto foi vencido, mas confirmou-se, depois, tudo quanto previra.

Não fique esquecido o combate vitorioso ao imposto de vinte e três por cento que o Governo do Amazonas cobrava, em virtude da exportação da borracha fina. Era um tributo escorchante, que afinal se reduziu para vinte por cento.

Outros foram ainda os vários problemas que atacou, visando unicamente aos interesses da região em que vivia.

Após cerca de oito anos de laboriosa permanência no Amazonas, Hanníbal Pôrto se retirou para Belém e, daí, para o Rio

de Janeiro, onde trabalhou longamente como secretário da Associação Comercial e representante da congênere do Amazonas, que lhe ficou a dever grandes serviços.

Um homem desse jaez e dessa dedicação, o Estado não poderá esquecer, recolhendo-o à galeria dos vultos maiores do seu passado.

HELIODORO BALBI

Amazonense, filho de Nicolau Balbi e Domiciana Balbi, nasceu em 16 de fevereiro de 1876. Fez os cursos primário e o de humanidades em Manaus, bacharelando-se em Direito em Pernambuco, sendo um dos estudantes de maior talento do seu tempo. Foi o orador de sua turma. O discurso que proferiu e que se acha impresso é documento literário impecável. Seu nome ficou aureolado no Recife entre as mais lídimas inteligências da Academia. Fez, ali, muitas publicações nos jornais, entre outras, apreciadas poesias.

Regressando ao Amazonas, fez concurso para a cadeira de Literatura do Ginásio Amazonense, obtendo o primeiro lugar. Foi nomeado, repartindo suas atividades entre o magistério e o jornalismo. Não foi feliz na política. Seu temperamento de combatente não admitia tergiversações; privou-o de ser reconhecido deputado federal, cujo direito defendeu pessoalmente, em plenário da Câmara. Na sua memorável peça oratória, brilhante de imagens, atacou ferozmente os adversários do Amazonas, dizendo: "Os ladrões da minha terra são tão audaciosos que escalariam o céu, se lhes dissessem que as estrelas eram libras esterlinas."

"Foi despojado — disse o Dr. Anísio Jobim — do seu diploma de deputado federal, por intermédio da política nefasta, manobrada por Pinheiro Machado. Voltou para o Amazonas com o aprumo moral de sempre, a mesma serenidade apostolar, a mesma intransigência de princípios." ("O Amazonas: Sua História" (ensaio antropogeográfico), pág. 297, Coleção Brasiliana, vol. 292 — São Paulo — 1957).

Heliodoro Balbi faleceu na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, a 26 de novembro de 1918. Seus restos mortais foram, anos depois, trasladados para o Cemitério de São João Batista, de Manaus, cuja exumação assisti, falando, na ocasião, um dos maiores admiradores do morto, o Dr. Adriano Jorge, produzindo uma oração somente comparada às de Alves Mendes, bela e empolgante sob todos os pontos de vista. São

decorridos já muitos anos que se deu esta cerimônia. A sepultura do ardoroso político e poeta, continua uma cova-rasa, apesar da coleta que se fez entre amigos e admiradores, para erguer-lhe um mausoléu.

HENRIQUE ANTONY

Henrique Antony era natural de Ajácio, Córsega, quando esta ilha do Mediterrâneo pertencia à Itália, tendo sido cedida à França, ao tempo em que Napoleão Bonaparte era o desassossêgo da Europa. Perseguido pela política imperialista, como acontecera ao seu patrício Zany, retirou-se de sua pátria e exilou-se no Amazonas, localidando-se em Manaus (Lugar da Barra), sede da Capitania do Rio Negro, recém-transferida de Mariuá (Barcelos). O Lugar da Barra não era mais do que um agrupamento de portuguêses, inclusive autoridades, vivendo em torno da Fortaleza de S. José do Rio Negro, e de três tribos que *missionários catequistas* haviam para ali conduzido.

Henrique Antony saltara na futura cidade de Manaus, conduzindo recursos financeiros; lançou-se ao comércio, logo tratando de penetração naquelas terras de clima, hábitos e costumes tão diferentes daquelas de que saíra.

Disposto a tudo, mas habituado já ao conforto relativo, agiu sem perda de tempo, e como exemplo mandou construir um prédio amplo, de dois pavimentos, coberto de palha, tendo paredes de táboas. O pavimento térreo destinou ao comércio, em cujos salões se depositavam os gêneros e drogas, além das manufaturas procedentes de Belém, do Sul do País e da Europa. A parte superior foi reservada à família.

Esse vasto pavimento era dividido em numerosas salas e dependências menores e foi logo destinado, exclusivamente, à grande expedição chefiada por Louis Agassis, acompanhado de sua esposa Mme. Elizabeth Agassis, recomendada por Dom Pedro II. Foi uma azáfama para que tudo ficasse pronto, oferecendo o possível conforto. Toda gente, daquele burgo de palha, cedeu por empréstimo o que possuía, aos cientistas e funcionários da grande expedição, superior mesmo a de Martius, aí presente em 1819.

Madame Elizabeth, que tão bem ajudou o marido na reportagem da exploração, descreve-nos o que era o Lugar da Barra em 1865 e de suas casas de palha pomposamente denominadas *palácios*: uma delas era a sede do Governo da Capitania. (Leia-se essa descrição, estampada no "Jornal do Comércio" de Manaus, de 5-5-66.)

Henrique Antony e sua família muito obsequiaram a expedição, que tanto concorreu para que a Amazônia se tornasse mais conhecida, principalmente as suas espécies ictiológicas, demais riquezas e seu clima.

Henrique Antony jamais pensou regressar definitivamente a Ajácio.

Era de sua propriedade o melhor prédio de Manaus, situado à esquina da Rua Frei José dos Inocentes. Alugou-o para nele se instalar a família do Presidente da Província.

Quando eclodiu a guerra do Paraguai, Henrique Antony e seu filho mais velho, Luiz Antony, seguiram para o Rio de Janeiro, onde se apresentaram à Corte, a fim de entrarem na luta, o que aconteceu por muitas vezes. Tiveram promoções até o posto de tenente-coronel. Henrique Antony, num dos entreveros, é atingido e morto por um estilhaço de granada. O Governo Imperial, promoveu-o "post-mortem", e mandou elogiar os serviços que prestou à Nação, quer durante a paz, quer durante a guerra.

Uma rua de Manaus guarda, no seu nome, a lembrança de um herói e de um benfeitor, que morreu por amor ao Brasil.
(Informações de seus ilustre neto, Dr. Aristófano Antony.)

HENRIQUE DE MATTOS

João Henrique de Mattos, filho do sargento-mor Severino Eusébio de Mattos, nasceu em Barcellos (Amazonas) a 7 de abril de 1784. Muito jovem, assentou praça voluntariamente como cadete, indo servir na guarnição da Fortaleza de Macapá, destacado depois para a Capitania de S. José do Rio Negro, de onde se retirou em 1801. Em 1804, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, de onde saiu graduado 2.°-tenente. Excelente desenhista, foi comissionado para, em Caiena (Guiana Francesa), extrair cópias de cartas geográficas, que se relacionassem com a questão de limites dessa possessão.

Desempenhou-se bem da incumbência, continuando a fazer carreira brilhante na vida militar. Serviu diversos cargos importantes na Pará, Venezuela e Guiana Inglêsa. Em 1833, retirou-se para o Rio de Janeiro e, desgostoso por questões políticas que agitavam o Amazonas, naquela época, pediu reforma, obtendo-a no posto de tenente-coronel; regressando ao Pará, onde, serviu com o Presidente Ângelo Custódio Corrêa, pondo-se ao lado da legalidade, contra as tropelias dos *cabanos*.

Apesar de reformado, João Henrique de Mattos continuou na vida militar, quando, em 1840, o Governo Imperial melhorou a sua graduação, no posto de coronel. Regressou ao Amazonas na companhia de Tenreiro Aranha, assistindo, em Manaus, o ato solene da instalação da Província, em 1 de janeiro de 1852. Foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional.

Subindo o rio Negro, faleceu pouco acima do Forte de S. Gabriel, em uma canoa em que viajava, a 8 de agosto de 1857. (Vide "Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. XLVIII, e "Corografia do Estado do Amazonas", A. Bittencourt, pág. 323.

HENRIQUE DE SOUZA RUBIM

"Com a idade de 75 anos, faleceu, em Manaus, Henrique de Souza Rubim, a 29 de junho de 1935, tendo nascido em Teresina (Piauí) a 25 de março de 1869. Fez-se um homem culto em virtude de seus esforços, servido por uma inteligência fora do comum. Transferiu-se para o Amazonas, campo espiritual de suas maiores atividades, em vários setores dos conhecimentos humanos. Laborou nos seguintes cargos e comissões: chefe de seção da Secretaria do Tribunal Eleitoral, em 1932; lente da cadeira de História da Civilização, do Ginásio Amazonense Pedro II, em 1928; diretor do Arquivo Público e Biblioteca do Estado; 2.° suplente de Juiz Municipal do 1.° Distrito do Termo da capital, em 1920, no Governo Alcântara Bacellar; vice-diretor do Hôrto Florestal; Intendente Municipal de Manaus, no triênio de 1917-1919; oficial de gabinete do Governador Alcântara Bacellar em 1917; 3.° Tabelião de Notas, interinamente, em 1916; secretário da Intendência Municipal de Humaitá, em 1910; procurador da Intendência Municipal do mesmo município, em 1909; diretor da 2.ª seção, e, depois, diretor-geral, de 1909 a 1911; tesoureiro e pagador da Intendência, em 1905; auxiliar da Superintendência, em 1904; arquivista da Superintendência, em 1904. Escrivão da Polícia Civil; Juiz de Órfãos.

No Pará, foi oficial da Secretaria do Ministério Público, em 1911; secretário da Intendência; ajudante-de-ordens do Governador Augusto Montenegro; capitão do Corpo Municipal de Bombeiros, com a graduação de major, por oficial da Guarda Nacional, em 1912; oficial da Polícia, desde 1897. Esteve na guerra de Canudos, onde foi louvado pelo comando do corpo em que servia, pela correção e disciplina, mantidas no batalhão; louvado pelo zêlo e dedicação demonstrado à causa republicana, no território baiano, em 1897. Era oficial de segunda linha. Foi maçon de

alto grau. Foi diretor dos jornais "O Tempo" e "Jornal do Comércio", em 1906; colaborou no "Diário do Amazonas" e foi sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista de Manaus." (Veja-se "O Jornal", de Manaus, de 1 de julho de 1935.)

HERBERT PALHANO

O professor Herbert Batista Palhano, natural da cidade de Parintins (Amazonas), nasceu a 3 de janeiro de 1921, tendo falecido no Rio de Janeiro, a 18 de janeiro de 1961.

Foram seus pais o Dr. Antônio Martins Palhano, e Dona Nair Batista Palhano.

Fez sua iniciação intelectual e espiritual em Manaus, no Grupo Escolar Cônego Azevedo e no Colégio D. Bosco, nos quais deixou provas de forte capacidade assimiladora e criadora, de que, mais tarde, exibiu sobejas demonstrações.

Preparou a sua formação acadêmica, ainda em Manaus, realizando o curso da Faculdade de Direito, colando grau a 23 de dezembro de 1944. Dentre 15 diplomandos, foi Herbert escolhido orador, na solenidade da diplomação. Seu discurso foi cheio de lampejos incomuns.

Já se havia integrado no magistério secundário de Manaus, lecionando gramática e literatura da língua portuguêsa, nos principais estabelecimentos da cidade.

Em dezembro de 1951, viajou para o Rio de Janeiro, onde "chegou viu e venceu". A seu respeito, disse o professor José dos Santos Lins: "Aí, lecionou, a partir de 1952, em vários colégios, viu seus livros didáticos "Língua e Literatura", para as três séries colegiais, nas mãos dos alunos, como livros indicados pelo professor titular, para o ano letivo. ("Seleta Literária do Amazonas", pág. 231. Editora Sérgio Cardoso, Ed. do Governo do Estado do Amazonas, 1966.)

O professor Herbert Palhano, apesar de haver falecido ainda moço, deixou publicadas as seguintes obras: "Fatores Externos na Formação do Léxico Português", 1941; "Ensaios de Língua Portuguêsa", 1944; "A Expressão Léxico Gramatical do Leal Conselheiro", 2.ª edição, Lisboa, 1949; "Estudos de Linguagem", Lisboa, 1952; "Língua e Linguagem", Lisboa, 1956; "Nos Domínios da Boa Linguagem", Rio, 1956; "Língua e Literatura" (2.ª edição, 1960); "A Língua Popular", Rio, 1958; "Vocalismo e Consonantismo", Rio, 1959.

HERMENEGILDO DE CAMPOS

O Dr. Hermenegildo Lopes de Campos viveu em Manaus entre 1890 e 1920, clinicando, escrevendo e ensinando. Creio ter sido natural da Bahia. Era homem de cor, de estatura avantajada, primando pela modéstia e pelo retraimento. Conheci-o em 1896, ocupando interinamente a cadeira da língua portuguêsa, em substituição ao professor Dr. João Machado de Aguiar, no Instituto Normal Superior.

O Dr. Hermenegildo de Campos era Médico do Exército, servindo a guarnição sediada na capital do Estado. Faziam-se comentários a respeito de sua cultura generalizada, especialmente dos clássicos latinos e gregos. Sei que dentro de sua profissão, escreveu e publicou duas obras interessantes: "Climatologia Médica do Amazonas" e "Guia Médico do Povo". O primeiro, já em segunda edição em 1900, contém 109 páginas e vários anexos. Trata-se de uma obra substanciosa, constituindo uma defesa cabal, fulminando as calúnias contra o clima da região.

O médico ilustre percorreu todos os municípios do Estado, andando de sede em sede, penetrando de casa em casa, indagando, das pessoas idosas, as condições de sua vida. Ficou surpreendido de haver encontrado um grande número de macróbios em boa disposição de saúde, coisa fora do comum em relação a outros integrantes do Leste, do Centro e do Sul do País. Como incentivo à imigração e colonização da Amazônia, esse livro deve ser reeditado e distribuído por todos os recantos do Brasil em que as respectivas populações começam a adensar-se. Contra a rarefação demográfica, a imigração.

Outro livro, o "Guia Médico do Povo", não tenho certeza do seu título, embora o possua. De pequeno formato, é escrito adequadamente ao uso dos nossos sertanejos semi-analfabetos, que constituem a maioria da gente hinterlandina. Nesse trabalho, o seu autor não emprega um termo técnico-científico, nem tratando de moléstias, nem do seu ambiente. É um livro escrito para o povo. Já é obra muito rara.

O Dr. Hermenegildo Lopes de Campos deu a melhor parte de sua preciosa vida ao Amazonas. Sua veneranda memória reclama um biógrafo.

HILÁRIO GURJÃO

O Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, filho de Pedro Hilário Gurjão, natural do Pará, nasceu a 4 de maio de 1820. Começou a sua vida na caserna, pois, com apenas 16 anos

de idade, assentou praça, como voluntário, a 1 de março de 1836 e, logo, entrou em lutas, na Província do Pará, numa época em que navios suspeitos rondavam o estuário do Amazonas. Em todos os lances militares, em campanha, mostrava disciplina e bravura, o que concorreu para ser promovido a 2.°-tenente a 26 de julho de 1839. Serviu em Macapá quando, ali, ao tempo, a ordem fora alterada.

Mais um ano de atividades de quartel, era promovido a 1.°-tenente em 1842 e a capitão a 7 de setembro de 1842. Fez o curso de engenheiro, pelo Regulamento de 1845. Desempenhou várias comissões.

Tendo sido criada, em Manaus, uma cadeira de Matemática, em 5 de abril de 1854, o Capitão Hilário foi nomeado para regê-la.

Foi promovido a major, em 2 de dezembro de 1854 e a tenente-coronel a 2 de dezembro de 1857 (graduação) e a efetivo a 2 de dezembro de 1860.

Em 20 de março de 1862, no Rio de Janeiro, por ocasião da inauguração da estátua de D. Pedro I, Hilário Gurjão achava-se em Belém, comandando um batalhão para tomar parte nas festas daquela inauguração, representando a Província do Pará. A tropa de Gurjão mereceu grande elogio de D. Pedro II, pois nenhum contingente desfilou em frente ao monumento com igual garbo!

Em 1 de março de 1863, foi nomeado comandante da Fortaleza de Santa Cruz, fazendo parte da brigada que marchou para o Uruguai, em 1865. Em decreto de 22 de janeiro de 1866, foi promovido a coronel-comandante do 1.° Regimento de Artilharia a Cavalo, dirigindo os bombardeios contra as fortificações paraguais de Itapiru, até 31 de março do mesmo ano (1866). Nessa tremenda campanha, o nosso herói, durante mais de dois anos de fogo, esteve à frente de numerosos entreveros, de sua inteira responsabilidade.

Foi promovido ao posto de brigadeiro, em decreto de 18 de janeiro de 1868, sempre elogiado pelo Governo Imperial, por sua atividade, inteligência e bravura.

O Brigadeiro Hilário Maximiniano Antunes Gurjão, em combate, na região do Chaco, a 6 de dezembro de 1868, foi ferido gravemente, sendo transportado para um hospital de sangue, na cidade de Humaitá, não resistindo a gravidade dos ferimentos, aí faleceu a 10 de janeiro de 1869.

HILDEBRANDO ANTONY

"Hildebrando Luiz Antony, filho de Luiz Antony, ingressou cedo na vida pública, tornando-se diretor da Imprensa Estadual. Estava neste posto, quando o governo precisou dos seus serviços noutro setor, sendo então nomeado Superintendente Municipal de Manaus. Neste posto se conservou até ser eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado. Durante mais de 16 anos, obteve sempre sua reeleição, inclusive para 1.°-secretário da Mesa do Congresso, pelos espontâneos sufrágios de seus pares. Com idade avançada, deixou a política e se tornou pecuarista. Hildebrando Antony desapareceu aos 85 anos, cercado sempre pela consideração dos seus coestaduanos".

HUASCAR DE FIGUEIREDO

O Dr. João Huascar de Figueiredo, natural do Pará, nasceu em Belém, a 27 de fevereiro de 1891. Era filho do Dr. José de Castro Figueiredo e Dona Maria da Glória Menezes de Figueiredo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, acompanhou seus pais, que passaram a viver em Manaus, desde o começo do século.

De uma inteligência rútila, começou a sua vida como advogado e jornalista. Exerceu cargos importantes, tantas vezes, como advogado dos pobres, no júri, onde sua palavra fascinante era escutada com prazer.

Foi nomeado Procurador-Fiscal do Estado, cargo que serviu por muitos anos, até seu falecimento, a 23 de fevereiro de 1949.

Fez parte da Academia Amazonense de Letras. Colaborou muito nos jornais e nas revistas da terra, maximé na Revista da Academia. Sua prosa, em grupo de amigos, era pontilhada de sátira inteligente, como se nele estivesse a alma de Gregório de Mattos. Nos salões era um modelo de linguagem repassada de doçura e moralidade. Quando o talentoso tribuno faleceu, a Academia Amazonense de Letros formulou pedido para que cada um dos seus membros apresentasse um pensamento a respeito do companheiro desaparecido. Enviei o seguinte: "Uma das inteligências mais brilhantes do Amazonas. Pontífice da palavra elegante, burilada, na Academia e nas rodas de elites em que se encontrasse. Tantas vezes ouvimo-lo em conferências de centros culturais, não sabendo o que mais admirar: se a profundeza dos seus pensamentos, se a originalidade de suas imagens. Huascar de Figueiredo possuía um pendor satírico que aplicava, sem re-

servas, na sutileza de epigramas contudentes. Também, sem reservas, as anedotas para gente maior de 18 anos.

Homens sisudos, de cabelos brancos, diante daquele rapaz talentoso, não tinham outro remédio, se não rir e ficar. É que o locutor, nos recursos de sua linguagem e nas credenciais de sua verve criadora, sabia aproveitar as oportunidades e o estado psicológico de cada conclave ou de cada roda de amigos. Não lhe faltavam assuntos para uma prosa agradável e instrutiva.

A Academia Amazonense de Letras perdeu em Huascar de Figueiredo uma das suas mentalidades mais fulgurantes". (Revista da Academia, pág. 24, março de 1956. Veja-se também "Seleta Literária do Amazonas", de José dos Santos Lins, pág. 11 — Edições do Governo do Estado, Manaus, 1966).

Sua memória foi reverenciada com a designação de seu nome em rua de Manaus.

ISRAEL (Cônego)

O Cônego Dr. Israel Freire da Silva foi uma das figuras mais interessantes do corpo docente do antigo Ginásio Amazonense Pedro II, hoje Colégio Estadual, regendo a cadeira de História da Civilização e do qual serviu de diretor por alguns anos. Era cearense, natural de Aracati, muito estimado do notável Bispo D. Antônio de Macedo Costa.

Possuía um porte marcial e tinha predileção por Napoleão Bonaparte, considerando-o um dos maiores generais do mundo.

Deixou fama de excelente professor, quer por sua cultura, quer por sua assiduidade. Faleceu com 66 anos de idade, a 22 de agosto de 1925.

JACINTHO BOTINELLY

O General Jacintho Corrêa da Silva Botinelly, filho de Theodoro dos Reis Botinelly e de Dona Clemência Corrêa da Silva Botinelly, nasceu na cidade de Bujuru, no Estado do Pará, em 3 de julho de 1847. Ainda era estudante quando teve início a guerra com o Paraguai, o que o fez alistar-se como voluntário, tendo apenas 18 anos de idade. Era alferes, em 1 de abril de 1865; seguiu para o Rio de Janeiro, onde chegou em 24 de julho. Logo foi mandado para o Rio Grande do Sul, desembarcando na cidade de Cachoeiro, a 17 de setembro de 1865. (É grande o valor do documento de onde foram extraídas estas notas; um *dossier*, por ele próprio escrito, documento que está em poder de

sua filha, Sra. Dolores Botinelly, residente no Rio de Janeiro, bem como o original de sua fé-de-ofício.)

"... Foi nomeado pelo Tenente-Coronel José Luís da Gama e Silva, comandante do Corpo, secretário interino, a 30 de novembro do mesmo ano, cujas funções exerceu com zêlo e atividade até 31 de janeiro de 1866, merecendo, por isso, ser elogiado em ordem do dia, sob o número quatorze, do referido comando. Reunido o Corpo de Exército, sob o comando do Exmo. Sr. General Conde de Porto Alegre, permaneceu aí até 5 de fevereiro de 1866, dia em que o dito Corpo de Exército fez a passagem do rio Uruguai; fez a marcha do Estado Argentino, chegando à margem do rio Paraná, a 1 de agosto, fazendo a passagem deste na mesma data, indo desembarcar nas ruínas do Forte Itapirú; daí embarcou à frente da ilha Cerrito para Curuzu a 1 de setembro, onde desembarcou na tarde do dia 2, e ao amanhecer de 3 tomou parte no brilhante combate nas trincheiras deste nome; assistiu e tomou parte no reconhecimento forçado feito às linhas inimigas a 21; e a 22 tomou parte no glorioso combate de Curupaiti, sendo nas partes dadas dos combates, pelo comandante do corpo, o Major Francisco de Lima e Silva, elogiado pela bravura e denôdo com que neles se portou, como foi publicado na ordem do dia do comando-chefe do dito Corpo de Exército, sob número 87 e 88 do referido mês de setembro. Foi promovido a tenente a 4 daquele mês, pelos relevantes serviços que prestou no combate do dia 3. Assistiu e tomou parte no grande reconhecimento que se fez às linhas avançadas de Curupaiti, a 9 de novembro. Por Decreto de 5 de março de 1867, foi agraciado com o hábito de Imperial Ordem da Rosa, pelos serviços prestados no combate de 3 e 22 de setembro daquele ano. Foi promovido a Capitão, por merecimento, em 17 de março do mesmo ano. Embarcou de Curuzu para Tuiuti a 27 de julho, assistindo a todos os bombardeios que fizeram os inimigos desde dois de setembro de 1866 até esta data (1867); desembarcou a 28, permanecendo aí até 19 de fevereiro de 1868, dia em que tomou parte no reconhecimento à viva força às trincheiras de Tuiuti, a 21 de março no renhido combate nas trincheiras de Sauce, recebendo duas contusões de bala de fuzil, sendo na parte dada por este Comando, elogiado pelo comportamento exemplar que sustentou no combate, não se retirando ainda mesmo depois de ser contuso". (Doc. firmado no Acampamento, em 2 de janeiro de 1870, por João Theodoro Pereira de Mello.)

E segue a descrição de todos os combates em que tomou parte — Itororó, Lomas Valentinas, onde assumiu o Comando do Corpo; a rendição de Angostura, o assalto ao Forte de Itabiquara e a tomada da Ponte Surubihy.

Como consta do seu assentamento militar, demonstrou sempre bravura e senso de comando, sendo elogiado por seus superiores, pela Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, pela Câmara dos Senadores e pelo Imperador D. Pedro II. Além da condecoração da Ordem da Rosa, foi agraciado com a Medalha do Mérito Militar, por Decreto de 23 de março de 1868.

* * *

Terminada a Guerra voltou para Belém, onde se casou com D. Antônia Augusta Carneiro. À época (1885), os seringais começavam a ser bastante valorizados, sendo o General Botinelly convidado para tomar conta dos seringais "Aliança", Município de Canutama, no Amazonas (Rio Purus). A família compunha-se de dez filhos, dos quais oito já falecidos (1968). Em pouco tempo impô-se na região, vindo a ser proprietário e chefe político. Na política foi Deputado Estadual e Presidente da Assembléia de Manaus. Eleito Senador, não chegou a tomar posse, pois faleceu no dia 26 de março de 1896, quando se preparava para seguir viagem para o Rio de Janeiro.

* * *

Um dos filhos do General Botinelly, o Coronel Theodoro dos Reis Botinelly (mesmo nome do avô), com uma descendência numerosa e ilustre, foi o continuador da obra do pai, no trabalho de civilização do rio Purus.

Além de D. Dolores, vive ainda, nos Estados Unidos da América do Norte, o seu filho Jacintho Botinelly.

Entre seus dignos descendentes, vive em Manaus o seu bisneto Jacintho Bittencourt Botinelly.

J. G. ARAÚJO

O Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo nasceu a 14 de fevereiro de 1860, em Portugal, no Conselho de Póvoa do Varzim. Foram seus pais o lavrador Joaquim Gonçalves de Araújo e Dona Maria Gonçalves de Araújo. Muito jovem viajou para o Amazonas com o consentimento de seus genitores e atraído pelas magníficas informações que toda a gente lhe dava a respeito da terra longínqua.

Quando J.G. aportou à Manaus, a sua fixação e os acontecimentos mais interessantes de sua agitada vida de negociante?

Boa parte destas indagações é respondida na carta de 29 de outubro de 1950 que Bernardino Gonçalves de Araújo escreveu ao seu primo Agesilau de Araújo, carta essa datada de Lisboa:

... "Com maior satisfação lhe digo que tenho em meu poder o "O Jornal" de 5 de setembro de 1950, dessa cidade de Manaus, o qual presta subida e justa homenagem ao meu parente n.º 1, seu digno e honrado pai. Nas festas do centenário da Província do Amazonas, desse grandioso Estado, não podia ser melhor a lembrança de tornar conhecidos os feitos singulares do grande trabalhador português. A reportagem de Jara disse tudo, por isso, eu não desejo, nem posso dizer mais, mas depois de ter lido toda a descrição de Jara, eu vejo uma razão para perguntar... como compareceram os Araújos em Manaus? Porque é que eles foram para Manaus, quase deles desconhecida cidade, naqueles recuados tempos e não para o Rio de Janeiro, onde já havia muitos portugueses e os meios de transportes eram mais rápidos?"

Fale, agora, mais recentemente, o Comendador Agesilau de Araújo, filho do biografado:

"Foi o meu saudoso pai o primeiro Araújo que chegou à Manaus, em 1871, com a idade de 11 anos.

Meu pai, uma vez em Manaus, chamou para junto de si, quatro irmãos, meu tio José Gonçalves de Araújo e alguns vizinhos deste. E, por que houvesse outro homônimo, na família, ao seu nome fora acrescentado o de Rosas."

Havia, em Manaus, ao começar o ano de 1863, um grande negociante e piloto de alto-mar, Nuno Pau Brasil, que viajava no seu barco, entre Manaus e Lisboa, e pertencia à antiga e influente família dos Pau Brasil, de Manaus. Foi esse nauta amazonense, no barco do seu comando, quem levou para Manaus o então rapazinho Joaquim Gonçalves de Araújo. Também seu protetor, pois, ao chegar, conseguiu-lhe colocação na *Casa Silva*, que tudo comprava e tudo vendia, inclusive mercadorias provenientes de Lisboa. Em 1875, o Comandante Nuno concedeu-lhe crédito com o qual pôde abrir a sua primeira casa de negócios. Foi o seu ponto de partida, sempre honrando a confiança que lhe depositavam o comércio e os particulares. Seguro do seu caminho próspero, foi então que chamou os parentes e amigos do Conselho da Póvoa do Varzim, para o ajudarem e tentarem novas possibilidades na vida.

Casou-se em Manaus, a 11 de fevereiro de 1893, com a Srt.ª Maria Adelaide da Silva, filha do Dr. Agesilau Pereira da Silva, notável advogado e jurisconsulto e, mais tarde, Presidente da Província do Amazonas.

Do seu casamento nasceram os seguintes filhos: Agesilau Joaquim Gonçalves de Araújo, Comendador, nascido em Portugal, casado, comerciante, possuindo cursos de comércio feitos na

Suíça e na Inglaterra, residente em Manaus; Aluísio de Araújo, engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de Zurich (Suíça), falecido; Adelaide de Araújo, brasileira, religiosa (Madre Maria de Santa Cruz, da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria), falecida e Alet de Araújo, brasileira, solteira, enfermeira diplomada, residente em Lisboa. Sua grande e ilustre descendência ainda se prolonga em numerosos netos e bisnetos, fazendo lembrar um patriarca da Bíblia.

Para melhor definir a excelsa figura desse amigo do Brasil, apreciemos alguns fatos de sua atuação social e comercial.

Em 1909, a Prefeitura Municipal de Manaus atravessava a *crise do lixo*, pois não havia para onde sacudí-lo, senão nos arrabaldes distantes, mesmo assim, uma nuvem de moscas e terrível fétido invadiam a cidade. J. G. Araújo vai àquela autoridade (então quem escreve estas linhas) e oferece-se na qualidade de importador, para mandar buscar, na Inglaterra, um forno crematório automático, isto é, alimentado pela própria combustão do lixo. Tudo posto em Manaus, pelo preço da fábrica, sem mais ônus para o governo municipal, não indo o seu custo além de quarenta contos de réis. Foi fechado o negócio e ainda com a obrigação de a fábrica mandar um técnico para assistir o erguimento do pavilhão de ferro e zinco com a montagem do aparelho e seu funcionamento durante seis meses; tudo às expensas do fornecedor inglês. Estava resolvido o problema do lixo de Manaus. Já vai para mais de meio século que o forno trabalha, sendo óbvio dizer, sempre com a renovação de suas peças, quando é certo, até hoje a opulenta metrópole do Rio de Janeiro ainda não conhece um forno de lixo automático. Isto devido à iniciativa do Comendador J.G. Araújo.

Um outro fato, também de abnegação à terra, nesse mesmo ano de 1909. Com o apogeu da prosperidade motivada pela valorização da boracha, a cidade encheu-se de mendigos, que faziam filas, diariamente, nas portas das casas, nos adros das igrejas, nas portas dos estabelecimentos comerciais. Como ninguém deixava de dar sua esmola, isso tornou-se uma indústria lucrativa. Era uma cidade opulenta assaltada por mendigos; uns falsos, outros, o menor número, verdadeiros. A Prefeitura tratou do caso, preparando-se para extinguir a mendicância. Pronto o edifício (internato) para recolher, com relativo conforto, os *pedintes*, proibida a mendicância, Manaus ficou libertada de semelhante praga. Inaugurou-se o Asilo de Mendicidade a 30 de janeiro de 1910, sendo o Comendador Gonçalves de Araújo o seu maior cooperador antecipado nas despesas de fundação e vigamestra de sua manutenção. Foi ele, com os recursos de sua firma comercial, por mais de meio século, que fez do Asilo uma Instituição Benemérita. O seu grande sentimento de piedade cristã derramava-se ainda por muitos lares pobres de cuja proteção não queria que ninguém suspeitasse, ao menos.

Retilíneo, não consentia na conspurcação dos seus direitos. Era assim que, de quando em quando, levava à barra dos Tribunais os espertos que tentavam espoliá-lo, mas também sabia perdoar. Vejamos um exemplo: Tratava-se de um negociante do Rio Negro, aviado de "J.G. Araújo & Cia." Era renitente na liquidação dos seus débitos, somente o fazendo forçado por sentença de um Juiz. Assim aconteceu. Mas o obstinado resolveu assassinar o chefe da firma, Comendador Gonçalves de Araújo. Certo dia, lá se vão cerca de quarenta anos, o criminoso pôs-se de tocaia, quando a vítima ia do escritório para sua residência à Praça de São Sebastião, recebendo um tiro de revólver, à queima-roupa, bem no peito, rumo ao coração. Aconteceu, todavia, que entre o coração e a bala, suspenso ao pulso esquerdo, estava o cabo-de-volta do guarda-chuva. À extremidade do cabo de cerejeira, havia uma placa de ouro que foi atingida e amoldada pelo projétil, que apenas feriu o braço esquerdo de J.G. O agressor foi preso em flagrante, processado e condenado. Dias depois, Joaquim Gonçalves de Araújo perdoa o agressor, porque se tratava de um *chefe de numerosa família que precisava de liberdade para trabalhar e sustentá-la*. O Comendador possuía o coração de um filantropo, a alma de um verdadeiro cristão e a inteligência de um filósofo.

* * *

Aquele menino, emigrado da Póvoa, conduzido pelas mãos do Comandante Nuno Pau Brasil, era um ingênito pioneiro, pois muitas coisas realizou, por exclusiva iniciativa. Foi ele quem mandou construir a primeira casa particular, na cidade de Manaus, de material sólido, isto é, de pedra e tijolos — edifício que foi ocupado pela *Padaria Progresso*. Décadas mais tarde, a sua firma comercial financia a construção e o equipamento mecânico-elétrico da *Confeitaria Bijou*, à Av. Sete de Setembro, em Manaus, casa sem rival, no Norte do País. Ao contrário de outros negociantes, que empregavam seus lucros fora do Amazonas e do Brasil, J.G. (assim também o chamavam), fazia-no onde a fortuna tinha sido ganha.

Não pode ser esquecida, nos ligeiros traços de sua biografia, a sua qualidade de exportador de borracha, quando esta já sofria o choque formidável do produto congênere do Oriente; o grande negociante da Rua Marechal Deodoro, funda, financiada por enorme capital, a sua fábrica de beneficiamento da borracha,

para ser exportada em lâmina, em lençóis, saltos de sapatos, etc., para motivo de preferência, além da qualidade inexcedível: era a Fábrica *Brasil Havea,* que por muitos anos funcionou com êxito para o Estado do Amazonas.

Um outro empreendimento, de monta, foi mandado efetuar por esse homem de energias estóicas, perante cuja força de vontade não havia entraves, nem estações climáticas. Vem à baila o filme "No país das Amazonas" rodado por Silvino Santos em 1921; percorrendo toda a Planície gravou, tratando de inúmeros aspectos dos habitantes, costumes, paisagens, riquezas e outras particularidades do Paraíso Verde. Jamais se fez tão intensa e extensa propaganda em prol da terra tantas vezes infamada. Esse filme, sem finalidade mercantil, disseram-me, custou mais de dois anos de espinhosos trabalhos e alguns milhares à firma "J.G. Araújo & Cia.". A propaganda pioneira correu mundo. É que o Comendador sabia ser agradecido à terra que o acolheu.

Muitas coisas interessantes poderia ainda referir sobre esse homem extraordinário, um benemérito de origem humilde. Sua biografia completa ocuparia um alentado volume. O Governo do Amazonas está a dever à sua memória, uma estátua de bronze erguida em uma das praças de Manaus — coração de um povo agradecido.

O Comendador faleceu em Lisboa, a 21 de março de 1940. Seu espírito, porém, viverá na Graça de Deus e na admiração e reconhecimento das gentes do Amazonas!

Para exaltar a lembrança eterna daquele que saiu de sua terra ainda menino e se fizera, nas plagas do Rio Negro, um argentário, o mais valoroso negociante do Grande Vale, encerro esta notícia biográfica, tomando a liberdade de usar palavras do excelso Dom Pedro Massa, Bispo e Prelado do Rio Negro, em seu monumental livro "De Tupan a Cristo" a seu respeito: "O Comendador J.G. reservava os domingos para visitar a Santa Casa, a Beneficente Portuguêsa, o Bispo e os Salesianos. Pelo falecimento inesperado do Padre Baizola, ocorrido em Barcelos, no domingo imediato procurou-me para apresentar-me pêsames, dizendo-me: "O Padre Baizola consumou seus últimos anos, pela restauração de Barcelos. Foi lá que comecei a minha vida, ainda menino, cortando piaçaba, ganhando poucas patacas por dia; lá, amealhei minhas primeiras economias, por isso alegrou-me quanto ele estava fazendo, para dar nova vida àquela tapera, que tem tantas recordações para mim: morreu, deixando iniciada uma grande obra", e entregando-me um envelope, continuou: "aqui está minha oferta, em sufrágio de sua alma, lamentando fazer, depois de morto, o que lhe havia prometido em vida". E, com seu

estilo apurado de comerciante, explicou: "Olhe, monsenhor, isto é do meu bolso particular, não está contabilizado no livro da casa". — Está, Comendador, está sim contabilizado no livro da vida eterna. Deus lhe pague."

De vez em quando, aproveitava a ocasião, de passagem por Manaus, para renovar suas ofertas, quase sempre generosas. Era um tipo perfeito de fidalgo, pai de família exemplar que sabia unir a sóbria elegância de sua pessoa aos sentimentos elevados do seu coração cristão." (pág. 408).

(Subsídios que serviram para textualizar esta biografia: informações obsequiosas do seu filho, o Comendador Agesilau Joaquim Gonçalves de Araújo; *Jara,* pseudônimo de uma colaboração do "Jornal do Comércio", de Manaus, de 5-9-1950; Douglas, artigo intitulado "O País das Amazonas", na Revista *The Ruber Age,* de Nova York, vol. XII, n.° 2, de 1962.)

JOÃO CARLOS ANTONY

O Engenheiro João Carlos Antony, natural do Amazonas, uma das figuras mais representativas da ilustre família dos Antony, nasceu em Manaus, a 19 de março de 1833, falecendo, na mesma cidade a 2 de novembro de 1918.

Foram seus pais o negociante Henrique Antony, nascido em Ajácio (Ilha de Córsega — Itália) e de D. Leocádia, amazonense, filha de Antônio José Brandão, português, irmão do célebre Arcebispo de Braga e de Lisboa, Dom Frei Caetano Brandão. João Antony foi colega de Ramalho Ortigão e Arthur Napoleão, no mesmo colégio. Continuando seus estudos, seguiu para Florença, onde se diplomou em Arquitetura, logo após, regressando à Belém do Pará, em julho de 1876, na ocasião em que transitava, rumo aos Estados Unidos da América do Norte, o Imperador D. Pedro II. Integrou a Comissão receptora de festejos e homenagens à Sua Majestade.

Prosseguindo para Manaus, aí deu início aos seus trabalhos profissionais com o Eng.° inglês John Moreton, organizou a *Empresa de Abastecimento d'água de Manaus,* em cujo aparelhamento, além da rede de distribuição do líquido, havia, também, o Reservatório da Castelhana e a Casa das máquinas do bombeamento. Era um serviço grande e de muita responsabilidade. Com o advento da República, a firma "Antony & Moreton" liquidou o seu contrato com o governo amazonense, entregando-lhe o acervo.

João Carlos Antony entrara na política, tendo sido eleito para compor a Assembléia Legislativa provincial e servir no biênio de 1874 a 1875. Entre outros, foram seus companheiros de mandato, Dr. Luiz Carneiro da Rocha, Ten.-Coronel Clementino José Pereira Guimarães e o Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós.

Ao terminar seu tempo legislativo, dando provas do interesse pela coisa pública, foi nomeado Engenheiro-Chefe da Prefeitura de Manaus, em cujas funções permaneceu pelo espaço de 45 anos. Quem escreve estas linhas, quando Prefeito de Manaus (1909-1910), teve, no Dr. Carlos Antony, um dos seus mais prestimosos e inteligentes auxiliares.

Nos tempos áureos da cidade, nunca pôde construir uma casa para a residência da família. Antes de se aposentar, cansado e envelhecido, após forçadas economias, começou um prédio ao alto do bairro de Nazaré, não o podendo concluir. Mesmo assim, lhe serviu de abrigo nos últimos instantes da vida.

Em 45 anos de auspiciosos trabalhos, o Dr. Carlos Antony muito contribuiu para a modernização da cidade, criando obras que entraram na História. Lembramos a abertura do Cemitério de São João Batista. Era o Chefe da Comuna de Manaus que planejou o traçado do novo Cemitério e o inaugurou sob suas vistas.

* * *

O Dr. Carlos Antony foi casado com a Professora Maria Lima de Amorim Antony, filha do abastado negociante português Alexandre Paula de Britto Amorim, primeiro Cônsul português em Manaus e primeiro introdutor da navegação estrangeira (inglêsa) no Amazonas.

Desse consórcio, ficaram os seguintes filhos: Dinari, falecida; Raul Antony, Engenheiro, especializado em Cartografia, casado, funcionário do (INPA) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: e Américo Antony, poeta, casado, membro da Academia Amazonense de Letras, funcionário público — todos naturais do Amazonas.

Em suma, o Dr. João Carlos Antony foi um grande trabalhador, cidadão honestíssimo que deixou um nome que é e será sempre um exemplo, um patrimônio do Amazonas.

(Com a obsequiosa colaboração do Acadêmico Dr. Aristófano Antony.)

JOÃO LEDA

João Leda foi, na Amazônia, o maior filólogo de seu tempo. Nasceu no Maranhão a 16 de setembro de 1889. Seu pai, um professor particular, Mariano César de Miranda Leda, também jornalista de *sangue nas guelras,* incômodo ao governo, achando-se em dificuldades financeiras, aceitou sua nomeação para o Correio, contando que, logo fosse investido na função, seguisse removido para o Amazonas. E seguiu o seu destino, levando o jovem João Leda, que também era professor e escrevia para os jornais de São Luís. O governo do Maranhão também queria ver-se livre daquele impertinente e atrevido jornalista.

João Leda começou a tomar chegadas nos jornais da Capital amazonense, tornando-se colaborador dos órgãos da imprensa por mais de quarenta anos.

Ingressando no serviço público, foi Diretor do "Diário Oficial" do Estado e, depois, Diretor da Secretaria do Congresso Legislativo. Era ele quem superintendia a redação final das leis decretadas, atendendo sua capacidade em matéria do vernáculo.

Escreveu vários livros de alto valor filológico, que o consagraram mestre da língua portuguêsa.

São os seguintes os seus livros mais importantes, aureolados pela crítica: "Vocabulário de Ruy Barbosa", "Os áureos filões de Camilo"; "Nossa Língua e seus Soberanos" e a "Quimera da Língua Brasileira".

Nos altos escalões da cultura lexicológica, toda gente ainda se lembra da polêmica entre João Leda e o célebre professor português Cândido de Figueiredo a propósito da colocação dos pronomes em nosso idioma. João Leda era, tão-somente, um lutador de gabinete. *Tête-à-tête,* no bulício das contendas, ficava inibido, como se não fosse dotado de grande talento e vasta cultura. De uma feita, abre-se concurso de História do Amazonas. Pleiteam-na dois candidatos: João Leda e João de Freitas. No processo de provas, perante a banca examinadora, há o da argüição mútua entre os concorrentes. João Leda introspectivo, "caladão", um homem de pensamentos sintéticos; o outro, um verbalista espantoso. Na demanda, João Leda deixa-se rechaçar pelo antagonista torrentoso na expressão. Há um instante em que Leda parecia ter sofrido um colapso, uma afasia intelectual. Adriano Jorge, membro da Comissão examinadora e grande amigo de Leda, interessado em ajudá-lo, mas revoltado com o caso, diz-lhe: "O senhor meteu-se num círculo de carvão; saia dele, por que possui muitos recursos para o fazer." Leda solicita permissão para se retirar do recinto. Vai a um jornal e ataca

o seu amigo. Adriano ofendido, retruca, no mesmo diapasão, num artigo intitulado "Velacho bambo". Leda, membro da Academia Amazonense de Letras nunca mais compareceu ao Sodalício, de que Adriano era o Presidente; sua presença ali fazia falta. Tempos depois todos os acadêmicos reúnem-se, Adriano Jorge à frente, e seguem para a residência do colega. E Adriano fala ao que Leda responde nas palavras de José de Alencar: "O guerreiro branco é senhor na casa de Araken. Quebraste comigo a flecha da paz..." Estendem-se as mãos e abraçam-se. Bater de palmas reboa em toda a sala. Estava feita a reconciliação, com o esquecimento do *círculo de carvão* e do *velacho bambo*.

João Leda era um homem de talento e de boa fé. Certa vez, na Assembléia Legislativa do Amazonas, de cuja Secretaria era Diretor, fazia-se completa renovação e substituição do mobiliário e demais componentes do salão do Plenário, inclusive novos tapetes. Abandonados os velhos, teve ordem para dá-los ao primeiro pobre que passasse. Leda retira daquele "entulho" alguns menos estragados para a sua pequena sala de visitas. O restante dos tapetes tem outros destinos.

Dias depois, João Leda é denunciado como apropriante daquilo que era patrimônio do Estado. Tratava-se de um alto funcionário público de reputação ilibada. Leda, justamente indignado, retira os tapetes e devolve-os, dando conhecimento do fato à autoridade que lhe permitira presentear ao primeiro pobre que passasse. Os outros pobres, sabedores, nem se acusaram.

João Leda era um homem de talento e de boa fé. Certa vez, família, profundamente honesto, pois tinha sido vítima de sua boa fé. Por inadvertência, tropeçara num palito que se atravessara no seu limpo e glorioso caminho.

A vida de João Leda foi uma jornada de trabalho e honestidade.

Para completo conhecimento da interessante personalidade literária e filológica de João Leda, leia-se o erudito Prof. João Chrysóstomo de Oliveira, no seu livro "João Leda — Faiscador do Vernáculo", com prefácio de Álvaro Maia (205 páginas, composto e impresso nas oficinas da Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1952.)

Faleceu, em Manaus, a 1.º de março de 1955.

JOÃO DA MATA (Dom)

Dom João da Mata Andrade e Amaral, nasceu no Alto de São Francisco, município de Altinho, no Estado de Pernambuco, no dia 8 de fevereiro de 1898.

Filho legítimo de Francisco Severino do Amaral, e D. Deolinda de Andrade e Amaral. Teve o nome de João da Mata em homenagem a São João Mata (fundador, juntamente com São Félix de Valois, da insígne Ordem da Santíssima Trindade, para a redenção dos cativos).

Faleceu a 7 de novembro de 1964, com a idade de 56 anos, sendo 33 de sacerdócio e 20 de episcopado.

Muito jovem, sentindo a vocação sacerdotal, foi enviado à Casa de Formação de Padres Salesianos, em Jaboatão. Porém "não se tornou salesiano o vivaz sertanejo". Com a idade de 15 anos transferiu-se para o Seminário de Olinda, onde teve professores notáveis, entre os quais o Cônego Pereira Alves, Reitor do Seminário.

À época estava governando a Arquidiocese de Olinda e Recife, o grande Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, mais tarde Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro — que conferiu a Dom João da Mata a tonsura clerical.

A 2 de agosto de 1918, com a criação da Diocese de Nazaré (desmembrada do território da Arquidiocese de Olinda e Recife) ficou incardinado no novo Bispado, quando celebrou sua 1.ª Missa Solene. O ministério sacerdotal teve a duração de 13 anos, tendo sido Secretário do Bispado, Capelão da Usina Aliança, Vigário de Nazaré (de 1923 a 1928) e Vigário-Geral da Diocese (de 1924 a 1932). Regeu a Paróquia de Queimados e a de Bom Jardim, onde foi surpreendido com a sua eleição para a Diocese de Cajazeiras, em 24 de março de 1934.

Com a renúncia à Diocese do Amazonas por Dom Frei Basílio Manoel Olímpio Pereira (4º Bispo) foi consultado por Dom Aloísio Masella (hoje Cardeal) se aceitaria o governo da Diocese, isto em 28 de março de 1941. Teve alguma hesitação em logo responder, isto por não conhecer o Amazonas.

No dia 21 de outubro de 1941 chegava à Manaus o seu 5.º Bispo.

A sua luminosa permanência no Amazonas foi assinalada por acontecimentos marcantes que ultrapassaram os limites nacionais, haja vista a realização do Congresso Eucarístico, numa época em que o desânimo espiritual necessitava de um estímulo. Adquiriu três prédios e, em 1943, fundou o Abrigo Cristo Redentor, com Círculo Operário, Creche, Obra do Berço e Aulas de Corte e Costura. No campo da assistência social a Casa da Criança é talvez a sua maior obra. Reorganizou a das Vocações Sacerdotais, fundada em 1937 por Dom Basílio, tendo inaugurado o Primeiro Pavilhão do Seminário São José.

Em 20 de março de 1948 Dom João da Mata foi transferido para Niterói.

* * *

Convém deixar bem patente que Dom João da Mata era dotado de uma compleição moral blindada de adequados predicamentos de um perfeito Antístete, sobressaindo-lhe o espírito de fraternidade e de tolerância, sem distinção de credos religiosos ou políticos. Era a expressão viva do amor ao próximo. Exornava-o o dom de agradar para servir. Não se conhece maior força do que a que surge da abnegação e da simpatia ao serviço da assistência social. Por onde transitasse (e fez várias visitas Pastorais), deixava seu caminho iluminado de alegria e confiança nas suas prédicas. No seu apostolado, quer nas Metrópoles, quer no interior, sua palavra era sempre um conselho paternal.

Ninguém esperava os grandes acontecimentos por que haveria de passar a Igreja, neste último decênio, sob os Pontificados dos Papas João XXIII e Paulo VI, das formidáveis Conclusões do recente Concílio Ecumênico de Roma. Tudo foi aceito, sem reações, na Amazônia e boa parte do Norte, área vastíssima do bandeirismo episcopal do antigo Bispo de Cajazeiras, de Fortaleza e do Amazonas, onde o referido espírito de fraternidade e disciplina achou, na sementeira de D. João da Mata, a paz e a concórdia dos dias de hoje.

Dom João da Mata e Amaral não errou sua vocação de Príncipe da Paz. "Todos os bons o amaram, tão logo o conheceram" (Dom José de Almeida Batista Pereira.)

(Os dados e até algumas expressões da presente biografia foram colhidos no livro "Dom João da Mata" de autoria do Rev. Padre Raimundo Nonato Pinheiro — Editora Vozes Limitada — Petrópolis — Rio-S. Paulo, 1956.)

JOÃO WILKENS DE MATTOS (Barão de Mariuá)

Nasceu em Belém do Pará a 8 de março de 1822, falecendo no Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1889. Foram seus pais: o Coronel Manoel Lourenço de Mattos e D. Tereza Romana das Chagas Mattos. Estudou Matemáticas nos Estados Unidos, formando-se em Engenharia Civil, logo regressando ao Brasil.

Em conseqüência de concurso, foi nomeado para o Liceu Paraense a servir na cátedra de Inglês. Foi Diretor interino da Instrução Pública e Deputado à Assembléia Provincial.

Assistiu a instalação da Província do Amazonas, sendo nomeado seu Secretário-Geral das Obras Públicas, Diretor dos

Índios, Deputado à Assembléia Geral, Cônsul na Guiana Francesa e no Peru. Foi agraciado com várias comendas.

No seu tempo, ninguém mais do que ele exerceu funções tão diversas e tão altas, inclusive a de Presidente da Província.

Faça-se notar que esse ilustre paraense nasceu exatamente no ano da Independência e fechou os olhos quando se proclamou a República.

Entre os seus trabalhos, destaquem-se os seguintes :"Alguns esclarecimentos sobre as Missões da Província do Amazonas" (inserto no Vol. X da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1856); "Quadro das distâncias entre a Capital, cidades, vilas e freguesias das Províncias do Amazonas", Rio de Janeiro, 1857; achando-se esse Quadro inserto naquela Revista, *tomo* 20.º; "Roteiro da excursão feita ao aldeamento dos índios na Província do Amazonas", em 1858; "Relatório" com que passou a Diretoria da Instrução Pública do Pará em 1879.

JOAQUIM FRANCO

O Maestro Joaquim de Carvalho Franco apareceu em Manaus fazendo parte de uma plêiade de maranhenses de prol, logo após a proclamação da República, pelos idos de 1890. Todos bem intencionados, visando, cada qual, um ramo de atividade.

Joaquim Franco queria apenas realizar seu idealismo, tão nobre e modesto: ensinar Canto, Música e o seu instrumento predileto — o Piano. Poucas semanas após seu desembarque em Manaus, deu início à tarefa, muito bem acolhido pela elite manauense. Sua fama de excelente professor rapidamente se consolidou, aumentando-lhe o prestígio.

Sentindo-se compreendido, em ambiente favorável, fundou o *Conservatório Carlos Gomes,* de que se fez proprietário e diretor, servindo-o com a máxima dedicação e competência, pelo resto de sua vida.

* * *

Mas vejam-se alguns acontecimentos de sua atuação no Amazonas. Aproximava-se a época em que se daria a conclusão do edifício do Teatro Amazonas. Desde logo se cogitou, como número especial da solenidade de inauguração, de um espetáculo de gala, no qual se exibisse uma das mais afamadas óperas clássicas, custasse o que custasse. A feliz lembrança foi aplaudida pela imprensa e por toda a população. Ninguém mais autorizado do que o Maestro Franco, em ótimas relações com o governador Fileto Pires Ferreira, para ir à Europa. Logo partiu para a Itália

acompanhado particularmente pelo casal Bossi, ambos italianos, professores de piano, de há muito radicados em Manaus. Em Roma, o Maestro Franco obteve o que realmente havia de mais apurado na especialidade, sob o nome de *Emprêsa Franco,* embora com a devida responsabilidade financeira do Estado do Amazonas, tendo havido a lavratura do contrato respectivo. Chegada a Companhia à Capital amazonense, o *Teatro Amazonas* ainda não estava em condições de ser inaugurado, mas tudo fora predisposto como se estivesse. O ato solene foi marcado para o dia 31 de dezembro de 1896, com a presença do governador Fileto Pires, do ex-governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, Raul de Azevedo, Secretário do Estado, Coronel Raymundo de Vasconcellos, Diretor do Teatro, seguindo-se uma extensa lista de assinaturas de testemunhas do ato.

A Companhia desempenhou-se cabalmente. Conforme compromisso, cabia-lhe representar, dentro de prazos certos, outras óperas e, logo, regressaria ao Pará, onde tomara compromissos no Teatro da Paz. Acontecia, porém, que ao Teatro Amazonas, muitas coisas ainda estavam por terminar, inclusive o bar.

É nomeado Diretor do Teatro o Maestro Joaquim Franco, fato absurdo, pois ele era o empresário da Companhia lírica, perante o governo. Nasceu da duplicidade entre trabalhos de construção e os da realização de espetáculos, certa balbúrdia, pois, em muitas ocasiões, o Maestro mandava em si mesmo. Os componentes da orquestra italiana, em atraso de sua remuneração, faziam reclamações, o mesmo acontecendo com os cantores. Os credores só faltavam agredir o Maestro, quando o encontravam. No entanto as arcas do Tesouro se achavam cheias, pelo *superavit* da tributação orçamentária, mas o governador retirara a boa vontade inicial. Isto se vê nos despachos sobre pagamentos estampados no "Diário Oficial". É que o Maestro passou a viver como Diretor do Teatro e contratante de uma Companhia subvencionada pelo Erário Público. Pedir demissão ou abandonar a Empresa que fora buscar em Roma era o dilema. Nesta luta inglória, por meses seguidos, foi obrigado a descuidar-se do seu Conservatório, que acabou por encerrar suas portas. E o Maestro, cheio de angústia, fechou os olhos para sempre em Manaus, onde se acham seus despojos, no cemitério de São João Batista.

Em outubro de 1900, quando da realização da Missa solene por alma de Eduardo Gonçalves Ribeiro, na Catedral, a Orquestra Carlos Gomes e os integrantes do Círculo Musical Dom Antônio de Macedo Costa, lá estavam sob a regência do grande professor.

O Maestro Joaquim de Carvalho Franco, que era um homem de bem, de virtudes raras, foi vítima do seu idealismo e da incompreensão dos que o podiam ter ajudado.

Existe atualmente em Manaus, em pleno funcionamento e em homenagem à sua memória, o *Conservatório Joaquim Franco.*

JOAQUIM GONDIM

O Dr. Joaquim Gondim de Albuquerque Lins, natural do Ceará, viajou para Manaus antes de 1908, ainda bem moço, empregando logo sua atividade na imprensa.

Ingressando no "Amazonas", provou sua vocação para o jornalismo e demonstrou sua inclinação para a política.

Rapaz de talento, orador espontâneo, voz estertorante, nos comícios de praça pública sua presença era sempre reclamada pelas multidões, porém não queria ser mais do que jornalista.

Já enraizado em Manaus, quer pelo espírito, quer pelo coração, casa-se na estimada família Major Joaquim Ribeiro.

Joaquim Gondim, sempre na imprensa, é convidado para trabalhar na redação de "O Liberal", órgão do *Partido Democrático,* chefiado pelo Coronel Guerreiro Antony, contra o governo Pedrosa. Ao lado desse rapaz destemido, estava o Dr. Manoel Francisco Machado (Barão de Solimões), ambos residindo com a família Guerreiro Antony, sede da agremiação partidária e oficinas do jornal. Somente os serviçais podiam entrar e sair. Durante quatro anos, para não falar nos demais, Joaquim Gondim não pôde transpor a soleira da porta. No primeiro dia do quatriênio seguinte, e sem que o ex-governador fosse ouvido, um grupo de bandoleiros bombardeia a casa da Rua Henrique Antony (Vide Biografia de Guerreiro Antony). Gondim escapara-se não para muito longe, até que voltasse a calma à terra amazonense.

Sempre trabalhando em jornais e estudando, matriculou-se na Faculdade de Direito do Amazonas. Ao cabo de cinco anos, recebia o Diploma de Bacharel, em 1926, juntamente com Francisco Xavier de Oliveira Galvão e Esron Wolff de Souza.

* * *

Foi poeta de fina sensibilidade, de quando em quando publicando jóias da nossa literatura.

Certa vez, brindou-me com um livro de versos intitulado "Folhas Sêcas", prefaciados pelo autor destas linhas. Publicou um folheto sobre os índios *Jauaperis*.

Transferiu-se para Fortaleza (Ceará), onde se fez magistrado, como Juiz de Direito de uma das Comarcas do interior do Estado.

O Dr. Joaquim Gondim de Albuquerque Lins, passando uma brilhante e bem longa permanência no Amazonas, deixou vínculos de talento, operosidade e honradez, no âmbito espiritual.

JOAQUIM SARMENTO

O Coronel Joaquim José Pais da Silva Sarmento nasceu em Manaus, filho do amazonense de igual nome, em 7 de outubro de 1845. Fez o curso de preparatórios na cidade natal, entrando muito jovem para a Fazenda Pública, na qual percorreu todos os postos, até o de Inspetor, nele se aposentando.

Sua carreira burocrática, seria escusado dizê-lo, assinalou-se pela inteligência e pela honestidade. São muitos e comprovantes os Relatórios apresentados ao governo.

Joaquim Sarmento sempre mostrou tendência para a política e para o jornalismo. O jornal "Amazonas" teve, por muitos anos, a sua colaboração.

Nas lides partidárias, na competição das urnas eleitorais, escalou todos os degraus. Foi Deputado Estadual e Senador da República, em todos patenteando critério, competência e dignidade.

Ao tempo do Império e, na qualidade de 2.º vice-Presidente, assumiu o governo provincial, recebendo-o das mãos do Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto, em 12 de julho de 1884, dois dias após a declaração solene de não existir um só escravo no território da Província. Administrou-a até 11 de outubro de 1884, quando entregou o governo ao Dr. José Jansen Pereira Júnior.

Nesse curto espaço de três meses incompletos, como se portou Sarmento na administração da Província?

Uma das dificuldades que teve de enfrentar foi o alastramento do contágio da varíola, quer na Capital, quer no interior. Para o Rio Negro fez imediatamente seguir o farmacêutico Pedro Celestino dos Santos Dantas, que, em Carvoeiro e outras localidades, as populações se achavam à sua própria sorte, pois o caboclo de nada foge, mas de varíola, considerada moléstia fatal, abandona o enfermo.

Para o Purus, seguiu o Dr. Bayma do Lago. Assim, outros para os arredores da Capital e demais pontos da Província. Em Manaus, a Santa Casa de Misericórdia era o reduto das providências. Ao Presidente Joaquim Sarmento, Monsenhor Raymundo Amâncio de Miranda, Vigário Geral do Amazonas e vice-Presidente da Província, oferece os seus préstimos de Sacerdote e de Cidadão, para tomar conta dos variolosos desse nosocômio. O oferecimento é aceito e o Sacerdote mostrou a largueza dos seus sentimentos.

Declarada extinta a peste, o Presidente agradeceu a cada um dos improvisados enfermeiros a gratuidade da abnegação, em nome da Província, a quantos o ajudaram.

* * *

Outra dificuldade, sendo esta de ordem política, foi o efeito dos Decretos imperiais ns. 9.270 e 9.271, de 3 de setembro de 1884, mandando dissolver a Câmara dos Deputados e convocar outra para se reunir no dia 1.º de março de 1885, marcando o 1.º de dezembro para ter lugar, em todo o Império, a eleição de Deputados à Assembléia Geral. Imagine-se a reviravolta que o fato teria produzido no partidarismo local. Mas, o Coronel Joaquim Sarmento era um espírito ponderado, especialmente no terreno mais conveniente aos interesses de sua Província. E, tudo se acomodou, nos termos do progresso e da dignidade.

* * *

Na sua administração, embora temporária, nunca fugiu à regra do merecimento moral e intelectual. Assim, indo ao Poder, encontrara, nas funções de Diretor-Geral da Instrução Pública e da Escola Normal, o provecto Prof. Francisco Antônio Monteiro, que lhe solicitara exoneração daqueles cargos, o que lhe é deferido, com a solicitação de não deixá-los, enquanto seu sucessor não se apresentasse. É nomeado o Dr. Manoel Francisco Machado (mais tarde, Presidente da Província), que, decorrido o prazo legal, não assume os cargos, sendo mantido o titular, Prof. Francisco Monteiro. Pode-se dizer que, em quase todos os setores da Administração mantiveram-se os mesmos chefes, pois não havia motivos para mudanças. Era melancólica a situação financeira da Província devida à diminuição das rendas, conforme nos diz o Presidente na sua *Exposição* de 11 de outubro (1884). "Ao passo que os saldos em cofre têm consideravelmente decrescido, apresentando o balancete infra o saldo real de 872 contos e 390 réis constantes dos Caixas Gerais, dos exercício a encerrar e corrente, os encargos do Tesouro vão aumentando, pela alta dos pagamentos das despesas autorizadas, pelo que há até hoje a pagar a quantia de 333.808$383 (pág. 11).

Em 1912, encontramo-lo à frente da Superintendência Municipal (Prefeitura) de Manaus, em cuja função continuou a patentear zêlo, inteligência e probidade. Não podem ficar sem registro os serviços que havia prestado, quando ainda moço, ao

tempo da Guerra do Paraguai, pois partira para o Rio de Janeiro, na qualidade de 2.º-Tenente da Guarda Nacional, comandante de um contingente de voluntários, recebendo ordem de ali permanecer, na Guarnição da Fortaleza de São João. Bons serviços prestou, sendo por isso agraciado com a comenda da Ordem da Rosa.

Senador por muitos anos, foram seus companheiros de representação: José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) e o Doutor Manoel Francisco Machado (Barão de Solimões). O Coronel Sarmento também exerceu, por muito tempo, anos seguidos, gratuitamente, o cargo de Diretor do Instituto Benjamin Constant, internato para meninas órfãs, muito concorrendo para o prestígio da Instituição. As alunas tinham por ele verdadeiro carinho filial.

Foi casado, deixando uma prole ilustre. Faleceu a 10 de março de 1914. Tem o seu nome em Manaus a rua em que viveu.

JOAQUIM TANAJURA

O Dr. Joaquim Augusto Tanajura, possuidor de uma notável cultura, viveu, no Amazonas, durante muitos anos, com sua família, ora em Manaus, ora em Pôrto Velho, no rio Madeira, levado por suas atividades de médico e de político.

Antes, porém, vimo-lo integrado na luzida Comissão incumbida de planejar e realizar a abertura da Linha Estratégica e Telegráfica Cuiabá-Pôrto Velho chefiada pelo hoje lendário Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Recordando, trata-se de uma obra ciclópica, de concepção audaciosa, em recorde de tempo, com finalidade cívica e científica. Ao seu seio foram chamados especialistas dos vários ramos da História Natural e de outras equipes indispensáveis num trabalho desta finalidade, todos acostados a uma Coluna de soldados selecionados do Exército. No meio dessa gente decidida a enfrentar o quase-impossível, achava-se o Grupo da Saúde, tendo à frente o Dr. Joaquim Tanajura, que cumpriu seu dever, desde os primeiros dados, num subúrbio da capital mato-grossense, até varar em Santo Antônio ou, melhor, em Porto Velho. Estava ganha a difícil batalha, vencidas as distâncias e todas as dificuldades de ordem física numa natureza hostil. Lucraram a Pátria e as Ciências Naturais, pois estudou-se uma região que não se sabia ser tão rica, naqueles imensos latifúndios, bem como várias tribos encontradas passaram à domesticidade

O Dr. Joaquim Tanajura teve, para elas, cuidados especiais, não se amedrontando de sua aproximação, apesar de suposta antropofagia.

O Governo da União, finda a tarefa do galeno missionário, conferiu-lhe o galardão de *Inspetor Honorário dos Índios*.

* * *

Sem interregno de atividades, o companheiro de Rondon retoma outras incumbências, desta vez para servir o Estado do Amazonas.

Transcorria o ano de 1914. A abertura da Linha Estratégica e Telegráfica Cuiabá-Pôrto Velho e o prosseguimento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inevitavelmente iriam estabelecer em Pôrto Velho, uma grande concentração de trabalhadores e técnicos, o que aconteceu.

A esse tempo, achava-se no governo do Amazonas o Dr. Jonathas Pedrosa que desdobra, ali, o Município de Humaitá, e, por Decreto n.º 1.063, de 17 de março daquele ano (1914), criava o de Pôrto Velho. Foi, desde logo, nomeado seu Superintendente interino o Major Reformado do Exército, Fernando Guapindaia de Souza Brejense, até se fizesse eleição para o titular de mandato trienal, recaindo os sufrágios no Dr. Tanajura, que, de posse do cargo, continuou todas as obras urbanas iniciadas pelo seu antecessor, iniciando várias outras, porquanto Pôrto Velho não passava de um grande agrupamento de casebres, salpicadas de algumas casas melhores, em todas reinando um cosmopolitismo de gentes de várias partes do mundo.

O Dr. Joaquim Tanajura fez uma administração inteligente e pacífica. Entrando em entendimentos com a Empresa norte-americana arrematante da construção da Estrada de Ferro, com auxílio desta, desenvolveu a cidade, nos dois triênios reunidos, de 1917 a 1925. Concomitantemente, também exercia o mandato de Deputado Estadual, quando as respectivas funções não colidiam.

No ano de 1924, houve, no Amazonas, um grande abalo político, que fundiu em bronze um novo capítulo na história administrativa. Estava, na suprema gestão pública, o Dr. Turiano Meira, presidente do Legislativo Amazonense, genro do governador Rego Monteiro, então viajando pela Europa, com sua família, em gôzo de licença dado por aquela Casa do Congresso.

De surpresa, rebenta um levante militar na Guarnição Federal de Manaus, chefiada pelo Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, no dia 23 de julho de 1924, visando, em combinação com elementos de São Paulo, derrubar o Governo da República. A generalidade fracassou, restringindo o levante ao Ama-

zonas, sendo deposto o seu governador Dr. Turiano Meira, dissolvida a Assembléia Legislativa, Câmaras Municipais e afastados todos os Prefeitos.

O Dr. Joaquim Tanajura, naquele dia (24), se achava em Porto Velho, não como chefe do executivo municipal, mas o Sr. Arthur Napoleão Labre, que a 4 de agosto era deposto.

Na fase anormal, a governança do Amazonas esteve nas mãos de Ribeiro Júnior, até a chegada a Manaus do Coronel Raymundo Barbosa, interventor federal. Convém deixar assinalado que a tomada do governo se realizou sem a mínima resistência, seguindo-se dias de um júbilo contagiante, como jamais, antes ou depois, se observava naquela terra. O estado dos espíritos era um frêmito de entusiasmo e alegria. Nenhum, dos *decaídos,* sofreu fisicamente; apenas as vaias nos comícios, nos teatros, nas ruas, não os deixavam em paz, obrigando-os a retirar-se para outras terras, em cujo número se distinguia a figura serena do Dr. Joaquim Tanajura.

Foi viver no Rio de Janeiro, onde faleceu há pouco tempo. (Leia-se o precioso livro do Dr. Antônio Cantanhede, "Achegas para a História de Pôrto Velho", pág. 59 e seguintes, Sec. de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950.)

JONAS DA SILVA

Conheci bastante o dentista e poeta Jonas Fontenelle da Silva durante os anos em que fizemos o curso de letras, no Ginásio Amazonense, então chamado Instituto Normal Superior.

Nasceu na então Província da Paraíba, a 17 de dezembro de 1880, e faleceu em Manaus a 5 de junho de 1947. Apenas contando 11 anos de idade, transferiu-se para Manaus, na companhia da família.

Foram seus pais o dentista e funcionário federal Dr. João Antônio da Silva e dona Firmina Fontenelle da Silva. Uma vez concluído o curso ginasial (então de cinco anos) partiu para o Rio de Janeiro, onde realizou o curso de Odontologia em 1899. O Dr. Jonas da Silva tornou-se um profissional exímio e, por isso, de grande clientela. Casou-se mais ou menos por esta época.

Juntamente com o seu irmão Dr. Raymundo da Silva, abriu a Empresa Cinematográfica Fontenelle, em Manaus, em 1912, fazendo desenvolver, ali, a *cena muda*.

Os jornais da cidade publicavam suas apreciadas produções poéticas. Ingressou na Academia Amazonense de Letras. Publicou os seguintes livros: "Ânforas", 1900; "Ulhanos", 1902, e

"Czardas", 1923. Todas as suas produções foram embebidas de alta espiritualidade.

Jonas da Silva era um temperamento retraído. Certa ocasião fizemos uma viagem ao Purus; na maior parte do tempo, o poeta permanecia lendo em seu camarote. Parecia não lhe interessar os panoramas das margens, nem a conversa dos caboclos. Era mais um anacoreta, na sua Tebaida, do que um viajante.

JONATHAS PEDROSA

Sobre a vida desse grande vulto do nosso passado no Amazonas, fala-nos o "Boletim" do Grande Oriente do Estado do Amazonas, de agosto de 1922, pág. 58:

"Faleceu a 7 de julho nesta cidade (Manaus) o Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa. Nascido na Bahia a 8 de abril de 1848, veio para Manaus, em 1876, já formado em medicina, como segundo-tenente-cirurgião do Corpo de Saúde do Exército. Demitiu-se desse posto em agosto de 1878, sendo, então, nomeado médico da Guarda Policial, inspetor de Saúde Pública e comissário vacinador. Em maio de 1879, em vista das provas exibidas em concurso, foi nomeado professor da cadeira de Francês do antigo Liceu Amazonense, em cujo cargo se aposentou em 9 de maio de 1901. Ainda em outubro de 1879, ocupou o cargo de 1.º suplente de Juiz Municipal do Termo da Capital.

A 19 de junho de 1882, passou a desempenhar as funções de diretor da Escola Normal, da qual já era professor de Francês.

Foi nesse mesmo ano, em novembro, contratado para coadjuvar o serviço médico militar da guarnição. Por ato de 14 de abril de 1883, serviu no cargo de diretor-geral da Instrução Pública durante o impedimento do servidor efetivo. Em março de 1884 seguiu para a Europa em viagem de recreio. Regressando em 1885, reassumiu o cargo de diretor da Escola Normal, sendo nomeado em 1 de abril para exercer interinamente o de diretor-geral da Instrução Pública. Em 8 de julho, foi nomeado médico do Instituto Amazonense e, em 3 de agosto, inspetor da Saúde Pública, e, em 15 de setembro de 1887, médico da Câmara Municipal da capital.

Em janeiro de 1889, fundou, em Manaus, o Ateneu Amazonense, então, um dos maiores colégios do Norte do Brasil. Nesse mesmo ano, em 20 de julho, foi designado para o cargo de inspetor de Higiene Pública. Em 1890, fundou o Partido Republicano, depois, Nacional, sendo por ele apresentado candidato ao cargo de senador federal, na eleição de 15 de setembro daquele ano.

Chefe do corpo clínico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, desde a sua fundação, em 1880, e chefe do corpo médico da Sociedade Portuguêsa Beneficente, pertenceu, como sócio honorário a essas duas instituições.

Eleito senador federal em 1907, foi reconhecido em 7 de julho do mesmo ano.

Com a renúncia do Almirante Alexandrino de Alencar, que passou a ocupar a pasta da Marinha, em 15 de novembro de 1906, voltou novamente ao Senado, em 31 de janeiro de 1907. Eleito governador do Amazonas, assumiu a Administração a 1 de janeiro de 1913, renunciando ao cargo de senador. Ao deixar o Governo do Estado, em fevereiro de 1917 seguiu para a Capital Federal, de onde regressou a Manaus em dezembro de 1919.

Era uma individualidade respeitável, tendo vivido sempre cercado de prestígio. Médico humanitário e cidadão prestante, possuía grande número de amigos e simpatias.

Era o decano da classe médica do Amazonas, em cujo seio seu nome era sempre acatado.

Com o seu falecimento, desaparece uma das figuras mais antigas e representativas do nosso meio social".

O Dr. Jonathas Pedrosa foi por duas vezes casado: a primeira com Dona Ermelinda Pedrosa e a segunda com Dona Carolina Pedrosa, deixando, do seu primeiro matrimônio, duas filhas, sendo uma casada com o Dr. J. Rodrigues Vieira, e a outra com o Dr. Anchises Câmara, cirurgião-dentista, além dos seguintes filhos: doutores Jonathas Pedrosa Filho, Osman Pedrosa, Waldemar Pedrosa e Major Gileno Pedrosa. E nenhum do segundo matrimônio.

* * *

A parte mais interessante da biografia de um homem é, sem dúvida, aquela que se refere às coisas da vida pública.

O Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa exerceu o mandato de governador do Amazonas no quatriênio de 1913-1917. Todavia, pouca gente se lembra que esse período da administração do Estado foi um dos mais melancólicos de sua história, ou melhor, um dos mais atormentados, independente das responsabilidades do seu mais alto magistrado.

Foi assim que, desde o seu primeiro momento de ação, teve a oposição chefiada pelo Coronel Antônio Guerreiro Antony, que não lhe deu tréguas até o último dia do mandato. Era um adversário indormível, tendo como sua voz e pensamento o Senador Ruy Barbosa, que, durante o ano de 1913, proferiu, no Senado, numerosos discursos contra o seu governo.

Como se o fato não bastasse, surge a Primeira Grande Guerra em 1914, pondo o Estado em contingências de não poder exportar os seus produtos, fontes quase exclusivas de suas finanças. Ficaram os réditos do Estado reduzidos a menos de metade da arrecadação ordinária. Como governar sem dinheiro? Como administrar com a crise rondando Manaus e insuflada, do Rio de Janeiro, pela palavra mais ardorosa e escutada do País? Não havia estadista que pudesse resolver os *casos* do Amazonas, naquele período de "vacas magras e espigas sêcas" do seu destino.

JORGE DE MORAES

O Dr. Jorge de Moraes nasceu em Manaus a 18 de julho de 1878. Bem cedo, quando ainda menino, revelou-se muito inteligente. Seu pai o mandou estudar na Bahia, em cuja capital, Salvador, fez o curso de Medicina, conquistando sempre notas bem altas.

Depois viajou para a Europa, percorrendo vários países, demorando-se em Paris para aprofundar seus estudos.

Regressa à sua terra, casa-se, mas sua esposa falece em pouco tempo.

O Dr. Jorge de Moraes dedicou-se à cirurgia, conseguindo ser *primus inter pares*, muito trabalhando e amealhando recursos para realizar nova viagem ao Velho Mundo, desta vez permanecendo mais tempo na Itália. Retornando a Manaus, em um dos luxuosos paquetes da Companhia *Ligure Brasiliana*, que faziam duas linhas de navegação mensal à capital manauense, encontra grassando, alarmante, em Belém, a peste bubônica, fazendo numerosas vítimas. O navio, prosseguindo viagem, ao passar pela cidade de Parintins, que não era porto de escala, é intimado a atracar para fazer expurgo. O comandante desobedece e o fato é comunicado às autoridades sanitárias de Manaus. Lá chegando, o navio é privado de encostar. O Dr. Vivaldo Palma Lima era a figura principal da ação, na qualidade de inspetor de Saúde do Governo Federal. O paquete estava repleto de passageiros e o Dr. Jorge de Moraes, à frente de todos, berra e gesticula, protestando contra aquilo que chamava violência, ilegalidade. Nada houve que demovesse do seu dever o Dr. Vivaldo Lima. O barco italiano faz a manobra rumo à Parintins e, ali, realizou a profilaxia. E, assim, desembaraçado, sobe novamente o Amazonas e o rio Negro, atracando em um dos flutuantes da Manaus Harbour. Se os navios nacionais cumpriam a lei brasileira, porque

um barco estrangeiro haveria de desmoralizá-la? O Dr. Jorge de Moraes não tinha razão. O certo é que a peste, tão contagiosa, ficou circunscrita a Belém, não havendo um caso a lamentar no Amazonas.

O ilustre cirurgião reenceta as suas atividades e entra na política. Pelo seu trabalho de consultório e de hospital, amealha recursos e constrói o palacete de sua residência, à rua que, mais tarde, teve o seu nome, mas hoje é Ruy Barbosa.

Vaga um lugar de senador pelo Estado, o Dr. Jorge de Moraes é eleito e toma posse. A sua vasta cultura e o seu talento oratório fizeram-no um grande parlamentar.

Quando George Clemenceau, presidente do Conselho de Ministros da França esteve em nosso país, em setembro de 1910, especialmente para trazer as saudações do seu governo, dirigindo-se ao Senado brasileiro, foi o Senador Jorge de Moraes o incumbido de proferir o agradecimento. E o fez com brilho e veemência, em sessão de 21 de setembro de 1910.

A título de prova e curiosidade, transcrevo, aqui, somente o exórdio da peça oratória, no próprio idioma usado:

"Monsieur George Clemenceau: Le Sénat Brésilian ayant l'honneur de vous recevoir comme véritable gloire de la France Republicaine, a montré son armour pour les contrastes, puisqu'il a choisi le plus obscur des ses membres pour saluer un géante de votre taille intellectuele et politique.

Malgré cela, l'éclat de votre nom, la lumière géniale de votre esprit, la noble hardiesse de vos combats, m'ont seduit de telle manière que me voici ému, surpris de tant de courage innattendu, insoupçonné" ("O Dr. Jorge de Moraes, Senador pelo Estado do Amazonas, em 1909-1910", pág. 7 — Paris.)

* * *

Ao representante do Amazonas, no Senado, estava ainda reservada, sem que o tivesse percebido, outra gloriosa tarefa: a de defender sua terra da prepotência do bombardeio de Manaus efetuado a 8 de outubro de 1910, pelas forças federais, para esse fim acantonadas naquela cidade. (Sobre o fato, reservo-me para falar em outra ocasião).

Por força da reforma da Constituição, na época, vigente no Amazonas, que determinou a outorga da autonomia política aos municípios, o Dr. Jorge de Moraes, Senador da República vai ao Governador e manifesta-lhe o desejo de ser o primeiro Prefeito de Manaus, por sufrágio popular. A suprema autoridade pondera-lhe o fato de ser o cargo de senador muito mais importante e,

politicamente, bem mais valioso, no que Jorge de Moraes retruca: "Insisto na minha pretensão". — "Então pode contar comigo", diz-lhe o Coronel Bittencourt.

O Dr. Jorge de Moraes foi, realmente, o primeiro prefeito constitucional do Amazonas, que não conhecia esse processo de investidura na rede dos seus municípios.

O Governador não podia deixar de anuir ao amigo que tanto o tinha defendido no caso do bombardeio de Manaus.

Uma vez investido no cargo para o qual não fora convidado, mas se impusera, planejou alguns melhoramentos na cidade, para cujas realizações não poderia contar somente com os recursos da arrecadação tributária normal. Cogitou, então, de um empréstimo tomado no estrangeiro, que dependia da anuência do Governador, que, ao saber do destino do empréstimo, dá a sua aprovação, verbal.

Aconteceu, porém, que os banqueiros exigiram que só o dariam se fosse empregado na *reconversão* de certas dívidas do Estado e da Municipalidade. Eram cerca de 33.000 (trinta e três mil contos de réis). Mudada a regra e a finalidade do jogo, o governador discordou do empréstimo. Nenhum real seria entregue à Municipalidade e esta, no final das contas, ficaria devendo aquela fabulosa quantia, sem ter realizado um só melhoramento.

A administração do Dr. Jorge de Moraes foi quase toda consumida em debater aquela operação de crédito, que era combatida por todos os lados.

O ex-senador apenas pode realizar pequenos empreendimentos, arrancados ao magro orçamento do município. Terminada sua gestão, o prefeito estava cansado e irritado, coisa costumeira na sua psicologia.

Ao entregar o mandato ao seu sucessor legal, fez distribuir aos circunstantes centenas de exemplares de um *Manifesto,* de um só teor: uns, com a epígrafe "Aos Meus Amigos", nos outros exemplares: "Aos Cães".

Quem quiser melhor conhecer as realizações municipais do triênio administrativo do Dr. Jorge de Moraes, procure o excelente *"Anuário de Manaus para 1913-1914"*, organizado por Heitor de Figueiredo — 1913 — Lisboa.

Somente agora posso penetrar no íntimo, não singular, mas extraordinário do nosso emérito senador. A psicologia é uma ciência que nos fatos, gestos e pensamentos dá-nos o *facies* da alma.

Sempre formei o conceito, referente ao Dr. Jorge de Moraes de se tratar de um homem neurastênico, parecendo conter dentro

de si uma fornalha extravasante. Por motivos ou sem eles, explodia, de quando em quando. Que se recordem as enfermeiras do hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa e de outros.

Acontece, porém, que estas linhas já ultrapassam os seus limites.

Ninguém pode negar o tamanho de um gigante.

O Dr. Jorge de Moraes foi um dos vultos mais insignes de nosso passado.

JOSÉ AUGUSTO TELLES DE BORBOREMA

Nasceu no Pará, em 23 de maio de 1920, e faleceu em Manaus, em 16 de outubro de 1968, aos 48 anos de idade. Filho do Desembargador Augusto Rangel de Borborema e Dona Helena Carvalho Telles de Borborema (falecida).

O Desembargador José Augusto fez o primário e o ginasial no Colégio Progresso Paraense, o pré-jurídico no Ginásio Paes de Carvalho, ingressando na Faculdade de Direito do Pará, onde permaneceu até o 5.º ano. Em virtude de concurso para inspetor do ensino secundário, foi nomeado para Manaus. Chegou à capital amazonense em julho de 1943, na qualidade de inspetor de ensino no antigo Ginásio Amazonense Pedro II. Concluiu o curso de Direito na Faculdade do Amazonas, no mesmo ano de 1943. Serviu também como inspetor do Colégio Dom Bosco e da Faculdade de Direito. Logo integrou-se na sociedade manauense, que reconheceu nele estirpe de inteligência e educação. Casou-se com a Sra. Maria Eneida Antony de Borborema, filha do muito saudoso jornalista Aristóphano Antony, de cujo consórcio nasceram quatro filhos: Iara de Lys, Cynthia, Sérgio Augusto e Eduardo José.

De 1945 a 1947 esteve em Belém, onde ocupou o cargo de consultor-jurídico do Departamento de Obras, Terras e Viação. Em 1947 voltou a Manaus, como consultor-jurídico da Comissão de Estradas de Rodagem e, em novembro do mesmo ano, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado, no Governo Leopoldo Neves, até 1950. Em 1950 foi nomeado interinamente (e em 1955 fez concurso) para a cadeira de Direito do Trabalho, passando a catedrático; no mesmo ano, em 28 de março, dava a aula inaugural da Faculdade. Em agosto de 1953, foi aprovado no concurso para Juiz do Trabalho, presidente da Junta de Conciliação, realizado no Pará, fazendo parte da lista tríplice dos aprovados. Em outubro de 1954 ocupou o cargo de chefe de gabinete do Governo do Estado. Em 1959 foi designado, pelo Presidente da República, para servir como Juiz Eleitoral, representante da Ordem dos Advogados do Amazonas. Em 1963 foi nomeado vice-reitor da Universidade do Amazonas e, posteriormente, reitor, com a renúncia do reitor nomeado. Em julho de 1964, foi nomeado, novamente, Procurador-Geral do Estado e, em dezembro do mesmo ano, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado na vaga da O. A. B. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, por duas vezes. Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas. Tomou parte, como membro atuante, no I Congresso Internacional de Direito Social; no VI Congresso Jurídico Nacional; na II Conferência Nacional da Ordem dos Advogados; na III Conferência Nacional dos Desembargadores; no 1.º Encontro de Reitores Alemães e Brasileiros na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Foi agraciado com as seguintes medalhas: "Cultural Ernesto Chaves", da Universidade do Pará; Mérito Universitário, em ouro, da Universidade de Santa Maria; Mérito à Magistratura do Brasil "José Albano Fragoso" e respectiva comenda; Medalha da 3.ª Conferência dos Desembargadores no Estado da Guanabara. Foi membro titular-fundador da Societé Internacional de Droit Social. Teve as seguintes obras publicadas: "Da Participação nos Lucros e seus Reflexos no Trabalho e Capitais Nacionais"; "Onomatologia do Direito do Trabalho"; "Os Conflitos dos Acidentes do Trabalho na Justiça Ordinária"; "A Semana Inglêsa no Direito do Trabalho e no Direito Municipal"; "Conceito de Direito Social".
(Dados extraídos do "Jornal do Comércio", de Manaus, de 17-10-68; Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, pág. 127 e seguintes, 2.ª fase, n.º 4, ano IV, 1957 — Manaus; e notas fornecidas pelo Dr. Leandro Antony.)

JOSÉ CHEVALIER

Natural da cidade de Penedo (Alagoas), José Chevalier Carneiro de Almeida nasceu a 5 de setembro de 1882 e faleceu em 1940, no Rio de Janeiro.

Foram seus pais Manuel Carneiro de Almeida e Dona Amélia de Chevalier, viuva de Pierre de Chevalier, emigrado da França, possivelmente por motivo das guerras napoleônicas, refugiando-se naquela parte do Brasil. Trata-se de intelectuais que fundaram o Teatro Estadual em Maceió.

Por sugestão de Dona Amélia, quando ainda menino, mas tendo já feito o curso primário, seu pensamento se voltou para o Amazonas, de que tanto ouvia falar. Confiante em si mesmo e nos exemplos de coragem de sua mãe, não viu distância, nem sacrifícios, aportando em Manaus no raiar do século. Ali, na

ocasião, aglomeravam-se, idos do Nordeste, muitos jovens já formados e atraídos pelo mesmo ideal de felicidade. José Chevalier começou a ensinar o curso primário em residências particulares, tendo sido chamado a lecionar às meninas Zulmira, Elisa e Judith, filhas do abastado negociante do Javari, Ulysses Uchôa. A primeira daquelas, mais tarde, diplomou-se normalista e, esposa do professor Agnello Bittencourt, já falecida, fez-se honra do magistério.

José Chevalier, tendo grande número de alunos, mas espalhados, resolveu adquirir o Instituto Universitário Amazonense. O estabelecimento, bem situado e aparelhado, à Rua Dr. Moreira, esquina da Quintino Bocaiúva, prosperou rapidamente. Mais externato do que internato, teve cerca de 150 alunos dos cursos primário e secundário. O seu proprietário e regente fundou a Legião Amazonense de Escoteiros, cuja freqüência era obrigatória a todos os maiores de 12 anos. A equipe, uniformizada, formava três vezes por semana ao lado do Instituto. Chevalier, seu comandante, exigia disciplina militar. Os rapazinhos, bem uniformizados, dispunham de completo equipamento.

Não padece dúvida que José Chevalier foi o precursor do escotismo no Amazonas, constituindo mesmo o 2.° Grupo de Escoteiros do País, e o primeiro estadual, pois o padrão era o do Comandante Mimi Sodré, o "Velho Lôbo", no ex-Distrito Federal; se o princípio da moral adotado por Baden Powell fosse obrigatório em todas as casas de ensino, principalmente nas cidades, não teríamos de bradar contra certa mocidade transviada, pululante sobretudo nos grandes centros demográficos.

Vizinho, que fui, daquele instituto de educação e cultura, além disso, na minha qualidade de Inspetor de Ensino, inclusive os estabelecimentos registrados na Diretoria da Instrução Pública, conheci bastante o professor e o seu colégio. Tantas vezes ali, presidi bancas examinadoras.

Já formado em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas e mais tarde pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde foi colega de turma de Evaristo de Morais e Simões Lopes, foi nomeado diretor da Biblioteca Pública, Arquivo e "Diário Oficial". Mais tarde fechou o instituto, ficando a residir, com sua família, naquele casarão onde morou o Dr. João Barbosa Rodrigues durante dezoito anos em que viveu no Amazonas, e onde nasceu o professor Arthur Cesar Ferreira Reis.

O professor José Chevalier foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras e colaboradores de sua revista.

Sem ofender os preceitos da Gramática, nem os cânones da ética, ele desejava uma literatura mais flexível, mais condizente com a natureza do assunto, tanto se trate de prosa quanto de poesia. Indaga de si para si na existência de uma literatura religiosa, científica, romântica, brejeira, cada uma girando em torno do seu objetivo, assim também uma regional, ecológica, mormente visando a poesia, aproveitados os motivos da própria natureza: os ruídos de uma cachoeira, os do encontro das águas, na confluência de rios torrentosos, o rumor das ondas nas praias e nas pedras das margens, o sussurro do vento das grandes florestas, ou seja, o real tornado *imaginação*, contanto que conseguisse impressionar a nossa sensibilidade. Era isto que queria o poeta. A respeito, chegou a tentar um *ensaio* que, se não me falha a memória, saiu em um dos números da Revista da Academia de Letras.

* * *

O professor José Chevalier foi casado com a professora Raymunda de Paula e Souza de Chevalier, de cujo enlace nasceram dois filhos: o Dr. Walmiki Ramayana Paula e Souza de Chevalier, casado, médico pela Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, jornalista, orador de raça, romancista e prosador, coronel reformado pelo Amazonas; e o Dr. Wladimir Carlayle Paula e Souza de Chevalier, já falecido, formado pela Faculadde de Direito da Universidade da Bahia. Aos dezoito anos, escreveu o prefácio de um livro de tema filosófico, de tal erudição, que causou assombro.

Pelo que deduzi de sua vida, foi o seguinte o lema adotado pelo Dr. José Chevalier, de um autor citado por S. Smiles, na sua obra "Vida e Trabalho" (edição de 1877, pág. 1):

"Semeai um ato, colhereis um hábito; semeai um hábito, colhereis um caráter; semeai um caráter, colhereis um destino."

JOSÉ COELHO DE MIRANDA LEÃO

Antes de tratar deste vulto da história amazonense, é lícito retroagir ao seu genitor para fazer saliente sua ascendência genética com a qual se poderá conhecer de onde vieram os procedimentos que lhe exornaram a personalidade e a de seus descendentes.

José Coelho de Miranda Leão fora filho de um seu homô,-nimo, o Comandante José Coelho de Miranda Leão, oficial de alta patente da esquadra portuguesa, à época em que as hostes de Napoleão Bonaparte invadiram e se apoderaram da pátria lusitana. Crê-se que acompanhara, no seu navio de guerra, a flotilha

em que fugira a Corte de D. João VI para o Brasil, em 1807. Quando jovem, o seu nome era apenas José Coelho. Mas, seus amigos e parentes, de certo tempo em diante, acrescentaram-lhe o de Miranda, de sua cidade natal. Assim, passou a chamar-se José Coelho de Miranda.

Já se achando no Brasil, ao serviço do rei, certo dia foi mandado combater um navio inimigo, possivelmente da esquadra francesa, o que desempenhou com "furia brava", derrotando um poderoso adversário. D. João VI, contentíssimo, galardoou-o com o título de *Leão do Mar* para acrescentar ao seu nome, o que fez, passando a chamar-se José Coelho de Miranda Leão, que serviu de origem à nobre família dos Miranda Leão, do Amazonas.

O Comandante Miranda Leão, certamente já reformado, havia ido residir em Marzagão, na Província do Pará e aí contraiu matrimônio com a filha de um fidalgo português. Do enlace, nasceu o filho mais velho, homônimo do pai. José Coelho de Miranda Leão nasceu em Manaus e aí faleceu em 1894. Eis a gênese da família Miranda Leão, que, há mais de um século está engrandecendo sua terra com o melhor do seu espírito e do seu coração.

* * *

O Coronel José Coelho de Miranda Leão foi educado e instruído em Lisboa. Regressando a Manaus, adotou, como atividade permanente, o comércio e mais tarde também a política. Sua casa de negócios ficava à rua Brasileira, hoje avenida Sete de Setembro.

Casou-se com Martiniana Ferreira dos Anjos, descendente, em linha reta, da tribo dos *manaus*, de que fora chefe o intrépido índio Ajuricaba. O Coronel Miranda Leão foi um autêntico autodidata, pois fizera sua cultura na observação dos fatos, na leitura de bons livros e no convívio da sociedade manauense. Era um exemplo de conduta, onde quer que estivesse.

Quando foi instalada a Província do Amazonas, a 1 de janeiro de 1852, estava presente e assinou seu nome em 3.° lugar, no termo da solenidade, como escrivão da comarca de Manaus. Na lista dos deputados provinciais à Assembléia Legislativa para o biênio 1874-1875, lá está em companhia do Capitão Nicolau José de Castro e Costa, Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Capitão Justiniano Braule Pinto e outros. Era um dos 15 eleitores que integravam o colégio dos votantes da capital. Servia de tenente-coronel da Guarda Nacional de Manaus. Por alguns anos, continuou integrando a Assembléia Legislativa da Província. Um dos mais importantes serviços que prestou ao Amazonas, foi

a *pacificação dos cabanos*, em Luzéia (Maués), na Mundurucânia.

Para isso, é nomeado, em 1838 "para acalmar os povos". Cerca de oitocentos revoltosos o receberam aos quais sugeriu a a paz, garantindo-lhes torná-la efetiva. Exigiram, como garantia, um refém. Miranda Leão, que estava acompanhado de seu filho Benjamin, deu-lhes este, qua foi aceito. Os revoltosos depuseram as armas. E a paz se fez, sem a troca de um tiro! (Ver Agnello Bittencourt, "Corografia do Estado do Amazonas", pág. 266 — Manaus — 1925).

O Coronel Miranda Leão, falecendo, foi sepultado no antigo e hoje extinto Cemitério de S. José, de Manaus, sendo, por volta de 1889, seus restos mortais transferidos para a atual necrópole de S. João Batista.

Não fique sem registro que o pacificador dos cabanos possuía um honroso apelido que lhe fôra posto em razão de sua resistência física e de sua inamolgabilidade moral. Semelhante alcunha era — *quebra-ferro* —, que, há mais de um século, está acompanhando a família, como um lema de conduta.

Ouçamos, sobre a gênese do cartaz, a ilustre e piedosa professora Maria de Miranda Leão, neta do saudoso varão: Certa vez, posto a ferro, quebrou a algema e fugiu. De outra, sendo trancafiado numa prisão, arrebenta o gradil e escapa. É que os Miranda Leão, ou sejam, os Quebra, quebram, *mas não vergam*.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, na sua galeria de vultos notáveis, guarda com apreço e estima, um retrato a óleo, em quadro mural, de largas molduras, do Coronel José Coelho de Miranda Leão, dádiva da família representada na pessoa do brilhante homem de letras, Homero de Miranda Leão, neto do biografado.

(Com as informações obsequiosas de sua neta, professora Maria de Miranda Leão.)

JOSÉ DOS SANTOS INOCENTES (FREI)

Frei José dos Santos Inocentes foi carmelita brasileiro mandado para o Amazonas, onde permaneceu por 20 anos no Rio Negro, indo residir em Carvoeiro, sede de suas atividades religiosas. Tendo adoecido gravemente, recolheu-se a Manaus. Uma vez restabelecido, não mais retornou ao Rio Negro, entregue aos exercícios de seu sagrado devotamento. Tinha inclinação para a política e assim envolveu-se nas lutas pela emancipação da Comarca do Alto Amazonas, compreendida a Capitaria de S. José

do Rio Negro. Intelectual, dotado de muita capacidade realizadora, foi das figuras mais salientes na *Proclamação* de 22 de junho de 1832, pela qual a Comarca do Alto Amazonas se desligava do Governo do Pará, medida originada na injustiça que a Capitania de S. José do Rio Negro sofreu, excluida do rol das Províncias do Império quando este se emancipou de Portugal.

Frei José, como o tratavam seus amigos e admiradores, ofereceu-se para conduzir à Côrte do Império, a comunicação e demais papéis do grande acontecimento realizado conforme a maior revindicação do povo amazonense. Aceita a oferta, Frei José viajou, mas foi impedido, quer por Belém do Pará, quer por Mato-Grosso, onde lhe tomaram os documentos que os seus correligionários lhe haviam confiado. Afirmam que tais papéis foram mandados pelo governo paraense, como provas de acusação.

O Pará imediatamente enviou ao Amazonas uma Expedição militar com a qual sufocou dita Proclamação, ficando assim perdido todo o esforço do religioso, cuja semente plantava para futuro efeito. Sabe-se que Frei José voltou a Manaus.

Como lembrança e agradecimento, o Conselho Municipal da Capital do Amazonas deu o seu nome a uma das ruas da cidade.

JOSÉ LOURENÇO (DOM)

Dom José Lourenço da Costa Aguiar, 1.º Bispo do Amazonas, nasceu a 9 de agosto de 1847, em Sobral, na antiga Província do Ceará.

Foram seus pais o negociante Boaventura da Costa Aguiar e D. Joana Virgínia de Paula Aguiar, ambos, muito piedosos.

D. Lourenço foi, assim, criado num meio profundamente católico que lhe haveria de inculcar, bem cedo, o espírito da vida eclesiástica.

Em Sobral fez os seus estudos primários e o começo do secundário. Em 1866, seguiu para Fortaleza em cujo afamado seminário se matriculou no 4.º ano do curso, pois precisava apenas prosseguir, nos dois restantes. Distinguira-se na aplicação e no comportamento, sobretudo nas línguas portuguesa e latina.

Ao concluir o 5.º ano do seminário, fez seus estudos de Teologia, recebendo *tonsura*. Continuando seus estudos, foi investido na *ordenação* de subdiácono em 1868, e, sucessivamente de diácono e presbítero em 1869 e 1870.

Regressando à sua terra natal, para visitar parentes e amigos, a 8 de dezembro, daquele último ano, cantou a sua 1.ª Missa.

Na personalidade do jovem sacerdote, estava encarnada a de um filântropo. Foi o que se verificou durante os calamitosos anos de 1877 e 1878, no Ceará, quando memorável estio devastou os sertões do Nordeste, pela fome e pela sêde. Dom José Lourenço ofereceu os serviços ao governo, e praticou prodígios de atividade, na assistência aos infelizes. Ao sacerdote-modelo foi conferido o cargo de Cônego da Sé, na cidade de Fortaleza.

Entrando na política, fizeram-no deputado estadual, depois, deputado geral, na última legislatura do Império. No Parlamento, sua voz era uma das mais ouvidas, quer pela eloqüência, quer pelos objetivos das reivindicações. Homem habituado ao púlpito e às coisas divinas, seus apelos, desde logo, estavam bafejados pela vitória.

Fôra nomeado Vigário-Geral do Pará e do Amazonas. Era um posto muito elevado e de prestígio oficial, tanto mais que se tratava de uma função do governo, em face do povo.

Mais tarde, foi elevado à categoria de monsenhor.

Em conseqüência dos progressos realizados na Província Eclesiástica do Grão-Pará, era de esperar o seu desdobramento, com a criação do Bispado do Amazonas, mesmo atendendo à impossibilidade da jurisdição de tão vasto território a cargo de um só pastor.

O grande Papa, que foi Leão XIII, bem teria sido informado dessa necessidade, por intermédio de D. Lourenço de Aguiar, de quem era muito amigo. Inevitavelmente, isso aconteceu. E não quer dizer outra coisa a *Bula ad universas orbis ecclesiam*, de 5 de maio de 1892, que o Sumo Pontífice decreta:

"Para a nova Diocese do Amazonas desmembramos, por autoridade apostólica para sempre o território do Estado desse nome, da Diocese de Belém, ao qual pertencia, o damos perpetuamente a Sé e a Cadeira Episcopal de Manaus, e elevamos à dignidade de Igreja Catedral a Igreja dedicada à Mãe de Deus Imaculada."

* * *

Dom José Lourenço da Costa Aguiar foi o primeiro Bispo do Amazonas, a 14 de março de 1894. "A Sagração de Monsenhor Costa Aguiar efetuou-se na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, de Petrópolis, sendo sagrante D. Frei Jerônimo Maria Gatti, Internúncio Apostólico, e assistente o Bispo de Aegos, D. Joaquim Arcoverde, e o de Niterói, D. Francisco do Rego Maria."

A nomeação do notável Doutor da Igreja impunha-se por excelsa relevância espiritual, despertando grande entusiasmo, no

seio de todas as classes sociais da Amazônia. Como prova da assertiva, a 25 de maio do mesmo ano (1894), um número especial do periódico "Estado do Grão-Pará", de Belém, em forma de poliantéia, homenageou o novo Príncipe da Igreja. Nesse número, encontram-se várias apreciações consagradoras, inclusive uma exaustiva biografia do sacerdote. Em suas páginas, fui buscar a maior parte dos subsídios que aqui se encontram, o que devo à franquia gentil e cativante, do arquivo do estimado Professor Themístocles Pinheiro Gadelha.

D. Lourenço de Aguiar, já sagrado em Petrópolis, instala solenemente seu bispado em Manaus, a 18 de junho de 1894. Um dos seus primeiros atos foi a nomeação do Monsenhor Francisco Benedito Coutinho, para Vigário-Geral do Bispado.

D. José era um homem erudito. Dizem-no os seus livros, em número reduzido e pouco extensos, mas substanciosos, quanto se possa imaginar na altura e na densidade dos pensamentos.

Não é preciso ser profundo conhecedor do *neengatu* ou tupi do norte, para se verificar a facilidade com que usa esse idioma, no seu "Christu Muhençáua", ao verter, do venáculo, as principais doutrinas do credo cristão. Mas, para o fazer, ensaia listas de palavras tupis com as suas correspondentes no português. Vejo, nesse artifício didático, um duplo sistema de ensinar a língua e a doutrina (Christu Muhençáua" — "Doutrina Cristã — 1898).

Trata-se de uma obra curiosa pela sua extrema intuição. É certo que o tupi se prestou para tanto, quando sabemo-la tão curiosa no artificialismo de sua aglutinação. Primitivamente monossilábica, como foi possível manter a unidade da contextura através das gerações e no maior espaço geográfico da usança?

Penso que esse fenômeno da filologia deveria ter seduzido D. Lourenço de Aguiar a dedicar-se à língua que já havia, bem antes, arrastado Couto de Magalhães, Gonçalves Dias, Barbosa Rodrigues, etc. "O Christu Muhençáua" merece divulgação, para perpetuar o idioma de Ajuricaba.

D. José Lourenço escreveu outro opúsculo que intitulou "Memoriale Confessorium", Roma 1899, todo em latim; trata-se de um código de ética do Sacerdote, contendo 124 *itens* ou sentenças. Qualquer plataforma ou carta pastoral de um Bom Pastor não poderá fugir ao sentido do seu pensamento contextual. Como não poderia ser de outra forma, a filosofia do grande diocesano une a Religião à Moral, como duas irmãs inseparáveis. Publicação de subido valor, de 62 páginas, é a sua Pastoral lida na solene inauguração da nova Diocese do Amazonas, em Petrópolis a 11 de março de 1894. É uma peça antológica que se lê e relê, sem fastígio.

D. José Lourenço da Costa Aguiar faleceu em Lisboa, a 21 de abril de 1905. Seus restos mortais foram transladados para Manaus, sendo depositados numa cripta de mármore, ao lado direito de parte interna, da entrada principal da Catedral de N. S. da Conceição. Repousa, assim, no Templo em que, por tantas vezes, sua voz, do altar e do púlpito, ecoou, pedindo a Deus, mercês para o Amazonas, para o Brasil e para a Humanidade.

JOSÉ PARANAGUÁ

O Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá foi um dos mais ilustres presidentes da Província do Amazonas, servindo-a no período de dois anos afanosos. O Decreto de sua nomeação tem a data de 28 de janeiro de 1882. Viajando para o extremo-norte, aportou a Manaus a 17 de março, assumindo a administração no mesmo dia. Ansioso para conhecer o vasto interior da terra que ia governar e, mais ainda, a necessidade do contacto com sua gente, seguiu para Itacoatiara, a 28 de maio do mesmo ano, em companhia do engenheiro-militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo e do engenheiro-civil João Antony. Os excursionistas saltam em Amatari, a fim de realizar exumações no velho cemitério indígena local denominado Miracauuêra, estudado por Barbosa Rodrigues (veja-se "Velosia", 1.º volume). Fez-se boa coleta necrológica. É que o Dr. José Paranaguá, homem de cultura, estava empenhado que o Amazonas não deixasse de comparecer à Exposição Antropológica Nacional, que, em julho desse ano (1882) se ia efetuar no Rio de Janeiro.

A 12 de julho partiu de Manaus, subiu o Rio Negro, penetrando o rio Cuieires para ver se ainda encontrava vestígios dos sobreviventes dos índios Aruaquis destruídos em 1669, pelo famoso Capitão Favela.

A 12 de setembro, seguiu, na lancha "Moema", da flotilha de Guerra do Império para o Baixo Amazonas, fazendo-se acompanhar dos engenheiros Lauro Bittencourt, João Antony e do escritor José Veríssimo, visitando Itacoatiara, Silves, Capela, Parintins, Barreirinha, Maués, Canumã e Abacaxis.

A 25 de novembro, viajou o rio Purus, não se registrando até que ponto atingiu.

O Dr. José Paranaguá era um resignado diante dos inúmeros incômodos que sofria, sem conforto dentro de uma pequena embarcação sempre invadida pelas "pragas" dos piuns, durante o dia, e dos carapanãs durante a noite.

Em começo de 1883, realizou uma viagem até Tabatinga e pode observar que, em toda a vasta região do Solimões reinava,

como nas demais, o mesmo abandono de assistência social por parte do governo da Província e do Império.

José Paranaguá era filho do Marquês de Paranaguá, o Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente do Conselho de Ministros. Ao tempo, debatia-se a questão da liberdade dos escravos, surgida no Amazonas desde 1870. Era forte ali, e sempre maior, impulsionada pela Maçonaria, a corrente libercitária.

Quando José Paranaguá foi nomeado Presidente do Amazonas, ninguém, naquele Conselho, indagou, talvez para não desgostar seu genitor, qual o pensamento do novo titular, em face do problema da libertação. De imediato, se ia saber. Assim sucedeu, logo após sua posse no cargo, em visita oficial que fizera à Assembléia Legislativa, perante a qual, leu um manifesto ou seja sua plataforma de governo, entre várias atitudes a de ajudar, nas forças espirituais da Província, a extinção da escravatura.

O Marquês de Paranaguá, apoiava-o francamente. Aconteceu, porém, que o Partido Conservador sobe ao Poder. O Dr. José Paranaguá, tendo contrariado ordens recebidas da Côrte, no sentido de mudar de rumo, tinha certeza de sua demissão. (Ao tempo, não havia ligação telegráfica ao Amazonas.) Antes de chegar o ato de alijamento, passa o governo ao vice-Presidente, Coronel José Paes da Silva Sarmento, prestando conta de todos os atos, e à Assembléia Legislativa na *Exposição* (Relatório) de 25-2-1884, retirando-se, logo depois, para o Rio de Janeiro.

A Assembléia e o novo governo mantiveram todos os atos de Paranaguá.

Além do assunto em debate, isto é, libertação dos escravos, tratou, com grande empenho o da navegação que ligasse diretamente o extremo-norte à Côrte. O projeto havia sido rejeitado em 2.ª discussão, na Câmara Geral; caiu e não teria sido restabelecida a navegação, para nunca mais ou tardiamente, se não fosse o braço forte do Marquês de Paranaguá, genitor do Presidente do Amazonas.

Dentre as obras que, iniciadas, foram concluídas durante a administração José Paranaguá, destacam-se as seguintes: Mercado de Ferro, contratado por 260 contos, inaugurado a 15 de agosto de 1883. É o atual mercado, com os melhoramentos na administração Adolfo Lisboa; Cais unindo a ponte da Imperatriz, hoje praça Oswaldo Cruz, com a de Tamandaré, mais tarde Tenreiro Aranha; Cais da rua dos Barés; calçamento da rua Miranda Reis, do Quartel, Passeio Público e outras; escadas da Praça da Imperatriz e rua Municipal, hoje Sete de Setembro, para embarque e desembarque de passageiros; aterro da rampa da praça da Imperatriz; da rua do Barés; da rampa dos Remédios.

Fundou e inaugurou a Biblioteca Provincial, no Consistório da Igreja de N. S. da Conceição, a 25 de março de 1883. Iniciou a construção do Reservatório d'água para o abastecimento de Manaus. Construía o Trapiche que tomou nome de "Princesa Isabel", mais tarde "15 de Novembro", já desaparecido. Começou a construir o nosso grande e suntuoso Teatro Amazonas. Criou e instalou o Museu Botânico em Manaus, sob a direção do cientista João Barbosa Rodrigues. Reconhecendo a importância dos serviços de Estatística, ele próprio elaborou a Estatística do Amazonas, desde a sua instalação. Ainda hoje são consultados os algarismos enfeixados nos seus dois importantes Relatórios de 1882 — 1884.

* * *

O Dr. José Paranaguá, além de haver cuidado de outros assuntos de sua administração, fez da libertação dos escravos, ponto capital de cuja atitude deu numerosas provas.

Para solenizar o aniversário da criação da Província, no dia 5 de setembro de 1883, despendeu 15 contos na alforria dos cativos. Declarou nessa ocasião, que, no próximo aniversário, esperava não mais existir escravos na Província; lembrando o estado de prosperidade das rendas públicas, justificava essa reivindicação de direito que, estava certo, seria coadjuvada pela generosidade dos possuidores de escravos. E antes desse aniversário, a 10 de julho de 1884, o Amazonas libertava a todos.

* * *

À Instrução pública o Presidente José Paranaguá prestou grandes serviços, começando mesmo, através da Lei n.º 579, de 24 de maio de 1882, a realizar o que se tinha feito em Pernambuco, em 1879.

Em 1.º de junho de 1883, o Imperador determinou que se reunisse na Capital do Império, um Congresso a fim de tratar de questões que interessassem à Instrução Pública, na Côrte e nas Províncias. Para essa missão, foi designado o ex-Diretor-Geral da Instrução Pública, Prof. Agostinho Rodrigues de Souza, ex-frade, de grande saber, que representou a Província com bastante relevo.

Em 1883, o Dr. José Paranaguá conseguiu a nomeação do Dr. Ephiphanio José Pedrosa para o cargo de Delegado-Especial do Inspetor-Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Côrte, em Manaus. Em 19 de novembro de 1883, foram inscritos 29 candidatos para o curso de preparatórios, sendo esses os primeiros de Manaus.

Restabeleceu e inaugurou, no dia 7 de setembro de 1882, o Instituto de Educandos Artífices, que era uma aspiração da Província, dotando-a com esse poderoso meio de desenvolvimento moral e artístico.

* * *

Ao deixar, a pedido, o governo do Amazonas, recebeu inúmeras manifestações de apreço. Voltou ao Amazonas em setembro de 1886, em serviço de sua profissão de advogado. Em 1889, foi eleito Deputado à Câmara Geral do Império. Proclamada a República, não chegou a tomar posse de sua cadeira, no Parlamento Nacional.

Pelo Papa Pio X, foi agraciado, em 1906, com o título de Conde.

Em Manaus existe uma rua e, na mesma, um Grupo Escolar com o seu nome.

(Esta biografia foi baseada no manuscrito, inédito, do Dr. João Batista de Faria e Souza, pertencente ao arquivo do Prof. Themístocles Pinheiro Gadelha e nos Relatórios citados.)

JOSÉ TAPAJÓS

O Coronel da Guarda Nacional José da Costa Monteiro Tapajós, natural do Amazonas, nasceu em Manaus, a 12 de dezembro de 1863, falecendo no dia 27 de abril de 1937, sendo sepultado no cemitério de São João Batista, daquela Capital.

Era filho do Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós de que trata este livro, no lugar competente. Seu pai, casado por duas vezes, deu-lhe 17 irmãos, distinguidamente Torquato M. Tapajós, Manoel Monteiro Tapajós, Heloísa Clementina Monteiro Tapajós de Castro e Costa e outros. O Coronel José Tapajós, como era conhecido no círculo de suas relações, era um cidadão fraternal, sempre ao lado das classes necessitadas. Onde quer que estivesse, podia-se contar com seu gesto de caridade, não obstante ser pobre.

José Tapajós exerceu vários cargos dentre eles o de Prefeito da Capital, no quatriênio governamental do General Constantino Nery. Teve suas vistas voltadas para o antigo subúrbio denominado Educandos, mandando desbravar e arruar, para construir um bairro foreiro da cidade, dando-lhe uma nova denominação — *Bairro de Constantinópolis,* em homenagem ao então governador do Estado. Esse enorme subúrbio, antes abandonado, em breve começou a povoar-se, sendo, tempos depois, um dos mais aprazíveis.

Também exerceu o mandato de Deputado Estadual à Assembléia Legislativa e Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus.

José Tapajós foi casado com sua sobrinha Emília, filha do industrial Raymundo Monteiro Tapajós.

Foi um cidadão culto, sereno e honesto. Sua memória é muito estimada.

JOVITA REBELLO

Jovita Olympio de Carvalho Rebello nasceu na cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará, a 15 de fevereiro de 1865, falecendo a 2 de agosto de 1943, no Rio de Janeiro.

Foram seus pais o Dr. Raymundo José Rebello e D. Joaquina de Carvalho Rebello. Seus estudos primários tiveram lugar na casa paterna, em ambiente de cultura e disciplina educacional. Tendo concluído os preparatórios, lançou-se à vida burocrática, integrando-se na Fazenda Federal, para o que fez concurso, indo servir na Alfândega de Manaus, na qual trabalhou durante 26 anos, aposentando-se com 52 anos de serviço. Sua função foi a de Conferente na qual teve de formular inúmeros *pareceres* sobre matéria fiscal, portando-se com o maior escrúpulo, no cumprimento dos seus deveres de defensor da Fazenda, nas suas relações com o comércio. Nesse interregno, de mais de um quarto de século, teve justas promoções e exerceu comissões de responsabilidade, chegando à culminância da carreira, servindo, às vezes, na própria Capital Federal.

Jovita Rebello, havendo ultrapassado à meta do tempo estipulado para a aposentadoria, esta lhe foi retardada, porque não havia quem o substituísse na plenitude do rendimento de sua ação, em prol do serviço público. Realmente, para ele não existia limite de horário, enquanto não terminasse a tarefa ocasional de cada dia.

Lembramos que, em seu tempo, o Amazonas atravessou um longo período de prosperidade econômica e financeira; Manaus era a Golconda do Brasil, nos anos de 1900 a 1912. A alfândega da cidade, por efeito da importação de gêneros de todas as procedências e da exportação, ultrapassava otimistas previsões. Jovita Rebello não alterou o seu modesto regime de viver, doméstico e social; não construiu prédios: o que era, continuou a ser.

Nosso vizinho à Rua Dr. Moreira, de Manaus, acompanhamo-lo no seu afã de funcionário e Inspetor da Alfândega, durante tantos anos.

O grande movimento do porto de Manaus, que se intensificou em 1902, carecia de um aparelhamento apropriado ao rápido movimento de carga e descarga. Começou-se a construir o atual *Porto de Manaus,* provido de flutuantes de ferro e de grandes armazéns em terra, obra *sui generis,* então, no mundo. Foi instalado a 24 de maio de 1903. Em 1906, é lançada a pedra fundamental da Alfândega, com a presença do Dr. Afonso Pena, presidente eleito da República, tudo também assistido por Jovita Rebello, autoridade aduaneira mais categorizada no Amazonas. Numerosos eram os funcionários da Alfândega, entre os quais, o Chefe de Seção Emiliano Olympio de Carvalho Rebello, irmão do Inspetor, homem de cultura e liderança, nem por isso gozava privilégios ou preferências da graça oficial.

* * *

Jovita e Emiliano, como os demais membros da família, foram músicos de vocação espontânea, como se tem verificado até hoje.

Fazia uso de vários instrumentos, com predileção da flauta. Sua residência parecia mais uma escola de Música. A alegria, envôlta em espiritualidade, era o ambiente de quantos ali viviam.

Jovita Rebello contraiu matrimônio por duas vezes, dos quais provieram dezesseis filhos, tendo, no primeiro, casado com a senhora Felicidade Affonso Rebello, uma união breve, da qual resultaram quatro descendentes; e no segundo, com a sua jovem cunhada, senhorita Emília, aumentando a progenitura para dezesseis filhos, cuja relação é a seguinte: Creusa Affonso Rebello, professora normalista pelo Instituto de Educação do Amazonas, exercendo o magistério em Manaus e depois no Rio de Janeiro; Eunice e Djanira; Arnaldo Affonso Rebello, Maestro pelo Conservatório Nacional de Música, onde é catedrático, sendo famoso como pianista, compositor e conferencista; Álvaro Affonso Rebello, tem o curso da Escola Nacional de Belas-Artes, arquiteto; Agenor Affonso Rebello, funcionário federal por concurso; antigo Fiscal do Imposto de Consumo, recentemente apresentado e que foi o continuador do pai no Ministério da Fazenda e na vida; Aldeyda Affonso Rebello, professora, ensaísta literária apreciada; Armando, Angélica e Zulmira, todos honrando o Amazonas.

JULIÃO DE AGUIAR

O Prof. Francisco Julião de Aguiar nasceu em Manaus, membro da tradicional família dos Aguiar; fez seus estudos na terra natal, dedicando-se ao magistério. Por sua competência,

conseguiu lugar de destaque na sua classe. Excusa afirmar que sua escola era uma das mais procuradas, dando sempre o maior número de alunos habilitados a exames, no fim de cada ano letivo.

Casou-se com sua colega a Prof.ª Emília das Chagas Aguiar. Do casal, nasceram vários filhos, que tiveram vida exemplar e numerosa progenitura. Dentre seus filhos, destacou-se o engenheiro-agrônomo Francisco das Chagas Aguiar, que exerceu, por algum tempo, o cargo de Prefeito Municipal de Manaus, patenteando uma administração dinâmica.

Entre seus irmãos, alistava-se o Prof. Thomaz de Aguiar, que se fizera digno de destaque por sua dedicação ao ensino, que após haver se aposentado, serviu de orago a um dos grupos escolares da Capital. O Prof. Julião de Aguiar enviuvara. Velho e cansado, depois de enviuvar, aposentou-se. E, talvez, como distração ao seu espírito ainda vibrátil, não perdeu o hábito de ensinar. Assim é que, quase sempre, cedo, deixava sua residência, rumando para um dos Grupos escolares, onde, a título de visitante, em uma das classes mais adiantadas, obtinha o consentimento para prelicionar a matéria do programa. Fazia-o com a velha experiência de tantos anos de cátedra, constituindo um deleite para as mestras e discípulos. Inspetor escolar que era, surpreendi, por duas vezes, o preleador dando arras ao ofício.

Pude estudá-lo de perto e por muitos anos, concluindo tratar-se de um homem bom, compreensível e honrado, deixando aos seus 22 netos uma herança de luz e de dignidade.

Julião de Aguiar faleceu aos 80 anos de idade, a 16 de abril de 1944, em Manaus, à Rua Leonardo Malcher, 245, sendo sepultado no cemitério de São João Batista.
(Leia-se o "Diário da Tarde", de Manaus, de 17-4-44.)

JÚLIO UCHÔA

Júlio Benevides Uchôa nasceu a 1.º de maio de 1897, no rio Madeira, próximo à cidade de Humaitá, no lugar denominado Três Casas. Foram seus pais Damião Raulino Uchôa e Maria José Benevides Uchôa, da grande família dos Uchôa, do Nordeste.

Fez seus estudos primários em Manaus, aí preparando-se para ingressar na Escola Agronômica da cidade, cujo curso realizou. Nem por isso dedicou-se ao cultivo da terra ou outras atividades da profissão. Andou ensinando particularmente, bem assim ocupando interinidades em funções públicas, quando foi nomeado para o cargo de Diretor de Estatística do Amazonas,

no qual, mais tarde, se efetivou, dando provas de excelente burocrata, competente, operoso e de absoluta dedicação ao serviço público. Raros o igualaram; ninguém o excedeu.

Foi um exemplo de assiduidade e de perfeição no trabalho. Contava, por minutos, o retardamento de qualquer dos funcionários, conferindo premios mensais aos que não ocorressem em falta e punindo os faltosos.

Júlio Uchôa, sem aumento de despesa, criou a *Carteira de Publicidade* para o fim de divulgar monografias sobre assuntos de propaganda de interesses do Amazonas e escritas por ele mesmo. Exigente ao extremo quanto à perfeição das cópias datilográficas, colocava o papel contra a luz, a fim de descobrir a raspagem de uma vírgula.

Não lhe bastando a Carteira de Publicidade, estabeleceu ainda o *Centro de Publicidade Teixeira de Freitas*, e no qual foram estampados valiosos trabalhos seus, mimeografados, para distribuição gratuita.

A título de curiosidade e revelação de sua importância, segue aqui uma relação dos principais, como incentivo à sua publicação, quase todos pioneiros:

"Nos primeiros anos da República"; "Palácio Rio Negro — Histórico de sua aquisição"; "Apontamentos para a história da iluminação de Manaus"; "Cronologia" — Principais datas da História Regional até 31 de dezembro de 1937. Este um trabalho beneditino, que lhe deve ter custado meses para o organizar e que espera novos acréscimos e continuidade.

Mas, o estudo em que Júlio Uchôa se afirmou um historiador da Planície, livro recente, tem o título "Flagrantes Educacionais do Amazonas de Ontem", de 200 páginas, mandado imprimir e publicar pelo benemérito governo do Prof. Arthur Reis, edição do Estado do Amazonas, nas oficinas de Sérgio Cardoso, em Manaus, é uma obra dignificante, uma fotografia da escola, do professor e do aluno. Por esse livro, ver-se-á que, na Região, o fator *disseminação demográfica* é superada pelo empenho do caboclo de ver seus filhos sabendo ler e escrever.

Júlio Uchôa, além de lídimo burocrata e vernaculista, foi também político, sendo daqueles, na oportunidade, dos exaltados e destemerosos. Ninguém, em Manaus, esqueceu a *Revolução Ribeiro Júnior*, na qual este bravo Oficial do Exército e outros militares realizaram o prodígio de uma agitação popular em que tudo se transformou, a bem da coletividade, apenas em poucos dias. Júlio Uchôa, sem ser chefe de partido político, funda um jornal, para cuja aquisição empenhou tudo que possuía, até sua palavra de honra. Esse órgão da imprensa teve o nome de "A

Liberdade", que circulava ao lado de outro jornal, o "Jornal do Povo", órgão do governo da Revolução. O jornal de Júlio Uchôa viveu de 13 de agosto de 1924 a 10 de fevereiro de 1925, do qual possuo a coleção.

Pela reação do Governo Federal, os revolucionários foram detidos, inclusive o diretor d'"A Liberdade", por um malentendido do seu pensamento.

Passando o período das Interventorias, voltou à Diretoria de Estatística, em cujo cargo se aposentou, cabendo-lhe a recompensa de uma aposentadoria muito reduzida.

Júlio Uchôa possuía um temperamento intransigente, pois levava às últimas conseqüências as suas opiniões. Conta-se que, nesta atitude, queria patentear a firmeza do seu caráter; podia-se considerar um êmulo do filósofo Pyrro, célebre por sua intocável teimosia. Como exemplo, lembro um fato: Necessitando de um exemplar da "Corografia do Estado do Amazonas" e sabendo que o Professor anunciava a venda de sua biblioteca, pedi a uma de minhas filhas fosse propor-lhe a compra do referido livro. — "Não posso atendê-la, porque só vendo o Corografia com a Biblioteca", foi a resposta. Diante de novos argumentos, ele foi decisivo — "Já lhe disse, a minha palavra não retroage". Outro exemplo: Júlio Uchôa havia recebido um Pantógrafo que o Dr. Teixeira de Freitas, então Diretor Geral do Departamento Nacional de Estatística enviara para a Diretoria de Estatística do Amazonas. Esse Pantógrafo era de uma perfeição absoluta, na sua finalidade, de reduzir ou ampliar mapas geográficos, segundo a escala pré-estabelecida. Na ocasião o exímio cartógrafo Raul Antony, na Diretoria de Estatística, em sala independente, organizava Mapas geográficos dos Municípios do Amazonas, servindo-se de aparelho anacrônico. Júlio Uchôa cedia o seu, contando que não saísse de sua Repartição, exatamente quando em mudança a sede dos trabalhos do Eng.º Raul Antony. Não houve empenhos que demovessem a teimosia do Diretor de Estatística, declarando exonerar-se no dia em que o governo (Álvaro Maia) lhe ordenasse a entrega do Pantógrafo. Álvaro Maia ou Ruy Araújo, no governo, não demitiram aquele exemplaríssimo chefe de serviço público.

O Prof. Júlio Benevides Uchôa foi casado com a também saudosa Professora Nathália de Miranda Uchôa, de cujo enlace o casal teve numerosa prole, quase toda desaparecida quando ainda se achavam na primeira infância, com excessão da festejada normalista Ivete de Miranda Uchôa, do Magistério da Capital.

Não fique esquecido que o Prof. Júlio Uchôa, por anos seguidos viajou para o Rio de Janeiro, em desempenho da função de sua Diretoria de Estatística. De uma das vezes, esteve em Goiânia, a 5 de junho de 1942, representando o Amazonas, nas solenidades da instalação daquela cidade, nova capital de Goiás.

Faleceu no Hospital da Sociedade Beneficente Portuguêsa, a 4 de agosto de 1970, pobre, quase isolado, apesar de muito ter trabalhado pelo Estado do Amazonas. Não poderá ser esquecido.

LAURO BITTENCOURT

O Dr. Lauro Batista Bittencourt nasceu a 18 de agosto de 1853, em Manaus, capital da recém criada e instalada (1852) Província do Amazonas. Foram seus pais o negociante açoriano Antônio Batista Bittencourt e D. Etelvina Antônia Ribeiro Bittencourt, filha do Major Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, que por duas vezes esteve no governo da Província, na qualidade de 2.° vice-Presidente.

O Dr. Lauro Bittencourt fez seus estudos de humanidades no Liceu Amazonense, e o superior, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde colou grau de engenheiro-civil, tendo sido colega de turma de André Gustavo Paulo de Frontin, de gloriosa memória.

Formado, regressou à sua terra natal, entregando-se à profissão, numa época em que Eduardo Ribeiro remodelava Manaus. Aterros e desaterros, na planificação da cidade, palácios se erguiam em todos os quadrantes. Lauro Bittencourt, profissional dinâmico e competentíssimo, não havia como se multiplicar no seu gabinete, traçando *plantas* e correndo, de um lugar para outro, assistindo a execução dos serviços, pois era ele o Diretor das Obras Públicas do Estado.

Entre tais serviços, pode-se distinguir a primitiva *Rede de Canalização d'água potável de Manaus,* cujas bombas de sucção foram instaladas à margem esquerda do igarapé da Cachoeira Grande, no sítio então chamado *Represa*.

Quem, um dia, se der ao trabalho de rebuscar o Arquivo da Diretoria das Obras Públicas do Amazonas, não fique surpreendido ao encontrar inúmeros Relatórios e Desenhos, inclusive uma Planta Cadastral de Manaus, da lavra do Dr. Lauro Bittencourt. Seus trabalhos particulares também revelaram o quanto pode realizar uma capacidade de ação profissional. Lembre-se, no caso, o "Teatro Julieta", à Av. Floriano Peixoto, hoje cinema "Guarani".

Lauro Bittencourt, a 28 de janeiro de 1893 casou-se com a senhorita Maria Luiza Pereira da Silva, filha do notável advogado de Manaus, o decano do Fôro, e D. Adelaide Cândida Machado da Silva. Do seu consórcio, nasceram os seguintes filhos: Lauro, Julieta, Renato e Agesilau.

* * *

Quem escreve biografias referentes a vultos do passado, tem de penetrar nos arcanos da História, a fim de esclarecer os fatos. É o caso, em se tratando dos pródromos da família Bittencourt, na Amazônia, notadamente em Manaus.

Há cerca de 40 anos, a propósito da emigração de açorianos para o Pará, escreveu um acreditado jornal português da cidade do Pôrto, o seguinte tópico, sob a epígrafe *Notas interessantes; a colonização do Pará*: "A 7 de janeiro de 1676, há portanto 252 anos, aportava às praias do Pará, Brasil, uma embarcação conduzindo cincoenta casais de colonos açorianos, compostos de 234 pessoas salvas milagrosamente da erupção vulcânica da ilha do Fayal as quais receberam carinhoso acolhimento dos moradores. Entre as vítimas emigradas, encontrava-se a nobre família Bethencourt, que, da França, tinha passado às Canárias e destas à Madeira. Um leão de preto, armado de vermelho, em campo de prata, representava o seu brasão de armas. Hoje, pois, poderão os seus descendentes celebrar êste acontecimento da história da colonização portuguêsa do Brasil" (Do "Comércio do Pôrto, de 7 de janeiro de 1928.)

Os Bethencourt, desembarcados em Belém, em 1676, passaram a designar-se com a grafia Bittencourt, hoje divididos em três ramos, embora da mesma árvore genealógica.

O Dr. Lauro Batista Bittencourt também honrou sua terra no estrangeiro. Esteve em Chicago, em 1893, fazendo parte da Comissão Expositora do Brasil, seção do Amazonas, no certame internacional dos Estados Unidos da América do Norte, na qual integrou júris de recompensa.

De outra vez, inscreveu um dos seus filhos, em Paris, num concurso de higiene infantil, criança nascida em Manaus, cuja robustez mereceu medalha de ouro, desfazendo assim a balela de um suposto ambiente letárgico à vida humana.

* * *

O ilustre engenheiro faleceu repentinamente a 27 de abril de 1916, em viagem, no transatlântico que o conduzia à Europa, por motivo de saúde, quando faltavam três dias para chegar à Lisboa. Somente horas depois foi que o cabineiro deu pelo fato. O Amazonas perdera um dos seus filhos mais úteis.

Nesta biografia entrou, em abundância, a obsequiosa colaboração do eminente homem de letras, o Ministro Dr. Luciano Pereira da Silva, cunhado e grande amigo do biografado.

LEONARDO MALCHER

Uma das ruas de Manaus conserva, desde muitos anos, o seu nome. Toda gente pergunta quem foi esse homem, pois mui raras são as que o sabem. Trata-se de Leonardo Antônio Malcher, natural de Belém do Pará, filho de Antônio Clemente da Gama Malcher. Nasceu a 6 de novembro de 1829, falecendo a 29 de março de 1913, em Manaus. Foi casado com D. Maria Raymunda Nonato, de cujo enlace nasceram Escolástico Clemente Malcher e Leonarda Antônia Malcher, que foi esposa do Coronel José Cardoso Ramalho Júnior.

Leonardo Malcher tinha o título de Major da Guarda Nacional. Pelo espírito de cooperação, tornou-se o líder dos operários de Manaus, no último quartel do século passado e começo do atual. Fez-se fervoroso abolicionista, de quando em quando, encabeçando comícios nas ruas e praças da cidade. Fundou um gremio, em defesa da redenção.

Utilizando sua influência entre operários e sua disposição para a fraternidade, fundou a *Sociedade Atheneu das Artes* de que foi presidente algumas vezes, apesar de não ser um verdadeiro artista, mas um excelente artífice; sem ser um homem de letras, tinha o espírito suficientemente esclarecido pela experiência e bom-senso. Sabia temperar a ação numa boa dose de energia. Em começo de 1871, em sessão solene da Sociedade Ateneu das Artes, Leonardo Malcher, terminado o seu mandato de presidente, passou o cargo ao seu substituto eleito o Capitão José Justiniano Braule Pinto, lendo o seu Relatório, no qual patenteia ação e honestidade traduzidas em algarismos referentes até às menores despesas.

Não deve ficar sem registro um hábito de sua vida, referente à alimentação: tinha permanente sua mesa de ceia às 24 horas, ou seja, à meia-noite. Dormia cedo, mas àquela hora, levantava-se, quando todos da família já dormiam, e, acompanhado de um ou dois amigos que com ele moravam ou chegavam do teatro, dirigiam-se ao refeitório, onde uma lauta mesa de iguarias de forno, vinhos e doces os esperavam. Durante algum tempo Malcher e seus companheiros comiam e bebiam a valer. Alguém, um dia ponderou: Major, porque esse hábito de comer à meia-noite? — Ao que ele respondeu: "Durante o dia, fazem-se três refeições: uma pela manhã, às 8 horas; o almoço, às 11 e o jantar às 5.

No entanto durante a noite nada se come. É por isso que eu me alimento a essa hora." O major raciocinava como um fisiologista de algibeira recheada.

LEOPOLDO NEVES

O Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves nasceu em Manaus a 24 de fevereiro de 1898, tendo falecido, na mesma cidade, a 7 de novembro de 1953, vítima de um derrame cerebral. Era filho do Coronel Cyrillo Leopoldo da Silva Neves e da Professora Maria Amorim da Silva Neves. Foram bem felizes os primeiros anos de sua vida, atendendo que seu genitor, homem trabalhador e bem empregado, ganhava o suficiente para manter o seu lar na abundância e na alegria. Acontece, porém, que Cyrillo Neves falece repentinamente, em 1912. Homem pobre, nada poderia deixar se não o seu exemplo. Pode-se imaginar o abalo sentimental e econômico para a família enlutada.

Fez os estudos, o primário em escola particular e os preparatórios, no Ginásio Amazonense Pedro II. Estudante ainda, mas para ajudar a mãe na manutenção da família, foi ajudante de agricultor no Campo Experimental e trabalhou como tipógrafo na Papelaria de Cezar & Cia. Em 1916 matriculou-se na Escola Agronômica de Manaus.

No estudo e no trabalho — paralelos de sua vida —, foi-se compenetrando das responsabilidades que tinha diante de si.

Formou-se naquela Escola, colando grau a 20 de dezembro de 1921.

A esse tempo, já era funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, de cujas funções se exonerou para entregar-se à profissão que escolhera, percorrendo o Estado no serviço de demarcação de terras e outros do gênero.

Em 1926 contraiu matrimônio com Dona Caryné Maciel Jacob, filha do Sr. Hermeto de Sá e Silva Jacob. Desse consórcio, teve o casal os seguintes filhos: Maria de Nazareth, Maria Thereza, Maria José, Maria Eloy, Maria da Conceição, Maria do Carmo, Cyrillo Hermeto e Maria de Lourdes Jacob da Silva Neves.

Ao morrer, Leopoldo Neves, depois de ter exercido as mais altas funções públicas do seu Estado, deixou numerosa família (viúva, sete filhas, um filho), em difícil situação financeira, prova indiscutível de honestidade e de brio que lhe ornavam o caráter. Suas filhas eram, ao tempo de sua morte, todas solteiras, mas as três mais velhas já estavam diplomadas e trabalhando.

O Estado e o Município de Manaus nunca se esquivaram de assistir às famílias dos seus servidores, como no caso presente, pois, por suas Assembléias Legislativas (Congresso e Câmara) deram à viúva e filhos menores uma pensão de Cr$ 6.000,00 e Cr$ 5.000,00 mensais (antigos).

Hoje, de suas filhas, uma só está solteira: a Professora Maria de Nazareth, que, tendo o Curso Superior de Biblioteconomia, é bibliotecária da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas.

Sua viúva, a excelsa Dona Caryné, depois de longos anos de paralisia nas pernas, faleceu, há pouco, em 18 de abril de 1966.

* * *

O Dr. Leopoldo Neves, após anos de casado, entrou na política e na administração, iniciando sua atividade como prefeito do importante Município de Parintins, de onde saiu, mais tarde, para fazer parte da Assembléia Legislativa do Estado, como um dos seus membros mais distintos pelo trabalho, inteligência e cultura. Foi convidado para dirigir o Departamento das Municipalidades do Estado. Voltou ainda ao cargo de Prefeito de Parintins.

Como chefe da Comissão de Limites, no dissídio entre o Amazonas e o Pará, prestou reais serviços à integridade territorial do Amazonas.

De chefe do Departamento das Municipalidades, passou para a Diretoria da Fazenda Pública, a 17 de setembro de 1941.

Leopoldo Neves resolveu deixar a vida pública que lhe pareceu pouco remunerativa, dirigindo-se à agricultura da juta, de que tinha estudos especializados e observações diretas do tempo em que, por duas vezes esteve em Parintins, na qualidade de prefeito. Deixa a cidade e, com a família, localiza-se na Ilha do Careiro, em terreno arrendado, à foz do lago Manium. Aí fez o seu jutal, e por muito tempo permaneceu na gleba alagadiça, ambiente próprio para aquela espécie de cultura.

Lá foram buscá-lo os seus amigos políticos, já retornado o País ao regime democrático, após 15 anos de ditadura. Foi convidade para integrar a chapa de Deputados Federais do Amazonas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o que recusou, por se haver comprometido a aceitar a candidatura de governador do Estado. É eleito, mas os seus adversários contestam-lhe o Diploma, por meio judicial. O Colendo Tribunal dá-lhe ganho de causa e o candidato é empossado a 5 de maio de 1947.

Não chegou a levar ao término o seu mandato. Seis meses antes, cumprindo palavra empenhada, desincompatibiliza-se, renunciando o cargo, mas candidatando-se ao Senado. Certo do

seu dever cumprido, após ter governado com lisura, justiça e honestidade, foi, entretanto derrotado nesses eleições. Amigo pessoal do Presidente da República General Eurico Dutra e do Chefe de sua Casa Civil, Ministro José Pereira Lyra, foi, para não sucumbir à falta de recursos, nomeado (depois de ter sido tudo em sua terra), no dia 15 de dezembro de 1950, para o cargo de assistente técnico do Banco de Crédito da Amazônia, função que se enquadrava perfeitamente na sua profissão de engenheiro agrônomo. Por motivos ignorados, quando no exercício desse cargo, foi surpreendido com a extinção do mesmo, o que viria, sem sombra de dúvida, criar-lhe situação embaraçosa na vida econômica, já bastante sacrificada. Impossível, todavia, era deixá-lo sem outro emprego, pois havia adquirido estabilidade e se impôs como funcionário à presidência do banco. A situação tinha de ser contornada e Leopoldo Neves passou a ser escriturário com vencimentos superiores aos demais escriturários do banco. Situação deveras vexatória e incompatível com a dignidade de um homem público. Esse vexame o abalou profundamente.

Leopoldo Neves foi grande na resignação e maior, no perdão.

Quando modesto funcionário do Banco de Crédito, foi-lhe um grande assessor, pois ninguém mais do que ele, ali ou fora dali, conhecia melhor economia amazônica.

São numerosos os trabalhos que escreveu e que lá devem estar. Monografias sobre: "Estado Atual da Cultura da Juta" (1951); "Retrospecto Sintético do que foi a Economia Amazonense" (Plano de Reestruturação da Região do Baixo Amazonas); "A Mecanocultura como Fator por Excelência da Reestruturação Econômica da Amazônia"; "O Crédito Agrícola como Fator Substancial na Reestruturação Econômica da Amazônia"; "A Piaçaba — Palmeira Produtora de Fibras e Óleos"; "A Pecuária — Uma Necessidade seu Incentivo na Amazônia"; "Imigração — Agente Natural de Progresso"; "Problemas de Base na Economia da Amazônia"; "A Questão Econômica da Borracha"; "As Madeiras — seu Aproveitamento Integral"; "O Sentido Econômico da Amazônia"; "Trabalhos de Equipe"; "Escolas Experimentais de Ensino Prático de Agricultura e Pequenas Indústrias"; "A Situação Econômica da Amazônia Face a sua Nova Guerra"; "O Poder Aquisitivo do Trabalho"; "O Problema da Alimentação da Amazônia"; "A Função Reestruturadora do Banco de Crédito da Amazônia, tendo em consideração o atual momento de crise alimentar"; "Confusionismo Econômico"; "A Amazônia como Problema". A bibliografia de Leopoldo Neves continua toda enquadrada no esquema da economia regional.

Ninguém foi maior técnico no assunto, no âmbito amazônico e dentro de uma *casa de crédito*.

O filho do Coronel Cyrillo Leopoldo da Silva Neves está julgado por si mesmo, ou, melhor, por sua obra. Conhecendo-o, não se poderá dizer dele outra coisa se não que foi um cidadão culto, dinâmico, compreensivo, profundamente honesto e bom, que passou a vida levantando templos à virtude e cavando masmorras ao vício. A ele se ajusta um dos provérbios de Salomão: "Justus deduxit Dominus per vias rectas", o que vale dizer: "Deus aponta ao justo o caminho da retidão".
(Com a colaboração obsequiosa de sua filha, a professora Maria de Nazareth da Silva Neves.)

LEOVIGILDO COELHO

O Engenheiro militar Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, natural da cidade de Salvador, Bahia, nasceu a 12 de maio de 1837. Jamais consegui saber os nomes dos seus genitores.

Fez seus estudos primários e o curso de preparatórios na capital baiana e, sentindo-se inclinado à vida militar, embarcou para o Rio de Janeiro, conseguindo ingressar na respectiva escola.

Rapazinho inteligente e disciplinado, é óbvio dizer que realizou um curso brilhante. A 9 de março de 1857, foi declarado alferes-aluno. A 13 de março de 1860, o Governo Imperial concedeu-lhe dispensa para matricular-se na Escola Politécnica. E em 1861, foi, por Ordem do Dia do Ajudante-general do Exército, datada de 22 de julho, mandado servir na guarnição do Amazonas.

A esse tempo, depois de arcar com dificuldades criadas pela Câmara dos Deputados Gerais, organiza-se a *Exposição Científica* que tanto almejava o Ministro Capanema, e de agrado do Imperador D. Pedro II.

A essa comissão foi mandado incorporar o Engenheiro Leovigildo Coelho, sob a chefia de Gonçalves Dias. A comissão, também integrada pelo Dr. David Canavarro partiu, demorando alguns meses no Ceará, no desempenho de sua programação. Depois, rumou para o Amazonas, chegando a Manaus a 27 de fevereiro de 1861 e sendo recebida no mesmo dia, fidalgamente, pelo Presidente da Província, Dr. Clementino Carneiro da Cunha, ao qual oferece os seus préstimos.

O Dr. Leovigildo de Souza Coelho vai morar na residência do seu colega o Dr. Silva Coutinho. Gonçalves Dias e o Dr. Canavarro foram habitar um casarão à Rua Barroso, em local fronteiro àquele onde, mais tarde, se edificaria a Biblioteca Pública.

No dia seguinte ao da chegada, marcado para o início dos trabalhos da comissão no Rio Negro, Gonçalves Dias estava nomeado *Inspetor Escolar*, a fim de estudar e indicar os meios de melhorar e difundir o ensino público, enquanto o Dr. Leovigildo Coelho levara a incumbência de verificar o caudal, sob o ponto de vista do comércio e da navegação. O Dr. David Canavarro é o médico da expedição que atingiu o lugar chamado Cucuí, nossa fronteira com a República da Venezuela.

Os comissários foram muito diligentes e seus relatórios, sob o aspecto histórico, são peças valiosas que convém reeditar.

Aqui somente desejo referir-me ao trabalho elaborado, na ocasião, pelo Dr. Leovigildo de Souza Coelho: uma descrição do rio, desde Manaus até o Forte de Cucuí, na qual estão mencionadas quantas localidades se depararam ao estudioso, com a designação dos acidentes e distâncias entre eles.

Lá se vai um século da realização do itinerário e ainda não apareceu outro, ao menos igual, no levantamento cartográfico do rio Negro, tão cheio de pedras, corredeiras e bancos de areia.

Gonçalves Dias, porém, achava que seus companheiros de comissão não diligenciavam quanto deviam, pois, aportando em um "sítio", de família numerosa e abastada lá queriam ficar por mais tempo, por causa dos banquetes e dos bailes: o Dr. David era um *"bom garfo"* e o Dr. Leovigildo amava as danças.

São informações do próprio Gonçalves Dias em seu Relatório ao Governo provincial.

O poeta, entretanto, homem educado, jamais reclamou contra o procedimento de ambos.

Uma vez retornados a Manaus, aí ficaram, David e Leovigildo, por muitos anos, agindo no campo de suas atividades profissionais e de outras, principalmente o nosso engenheiro militar que, embora muito amigo do outro sexo, permaneceu celibatário.

Era um espírito cristão, caridoso e altruísta. A confirmá-lo, menciono o seguinte fato: a cabrocha amazonense Plácida Maria Monteiro, de bela estampa, casa-se e tem um filho, que recebe no batistério o nome de Antônio Monteiro. Logo depois, mãe e filho são abandonados pelo chefe do casal. Plácida, na maior miséria, faz-se lavadeira, a fim de sustentar-se e ao filhinho, condignamente. O Dr. Leovigildo sabe do ocorrido e oferece-se para ser o padrinho e protetor do menino que, ao tempo, teria cinco anos de idade. Foi cumprida a promessa, não obstante D. Plácida, já viúva, ter-se casado com o próspero negociante português Manoel Pinto, também conhecido pela alcunha de *Manuel de Pau*.

Voltando ao biografado, com base em fatos e datas colhidos nos assentamentos de seu "Diário", de próprio punho, ressalta-se o acontecimento de ter sido ele um dos auxiliares do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, na reconstrução de Manaus. Já anteriormente, em julho de 1861, fora nomeado Adjunto do Diretor de Obras Públicas da Província, que era o Engenheiro Silva Coutinho.

Em agosto do mesmo ano, sobe novamente o rio Negro para realizar minucioso exame no Forte de Cucuí.

Em 1862, de julho a 6 de outubro, por ordem do Presidente da Província, esteve procedendo ao levantamento da Planta Cadastral de Manaus.

Em 1863, a 30 de janeiro, o Presidente o nomeava Delegado de Polícia do Termo da Capital, e a 20 de junho desse ano, na ausência do Dr. Silva Coutinho, assumia a direção das Obras Públicas.

Foi nomeado 2.º-Juiz substituto dos Termos reunidos da Capital e de Barcelos, tendo prestado juramento e tomado posse na Câmara Municipal. A 28 de outubro, pede exoneração do cargo de Delegado de Polícia da Capital. Em 1864, é designado para examinar o Forte de Tabatinga, onde esteve de 10 a 28 de agosto. Em 1865, em conseqüência do afastamento definitivo do titular das Obras Públicas, é nomeado diretor efetivo pelo Presidente Dr. Epaminondas de Mello.

Em 1866, é eleito deputado provincial e no mesmo ano, por seus pares, escolhido para presidir o Sodalício. Ainda em 1866, a 17 de julho, a Câmara Municipal o nomeia engenheiro interino. Por Decreto Imperial de 18 de janeiro de 1868, é promovido a capitão graduado, com a designação para continuar servindo na guarnição de Manaus. Em 31 de janeiro de 1877, é promovido ao posto de major de engenheiros, sendo que, por várias vezes, assumiu o cargo de comandante das Armas. A 15 de novembro de 1889, quando da Proclamação da República, adere ao novo regime. Eleito senador à Constituinte pelo Amazonas, toma posse do cargo a 4 de novembro de 1890.

Em 2 de março de 1891 regressou ao Amazonas, retornando em seguida ao Rio. Depois da dissolução da Constituinte, volta à Capital Federal, para reassumir sua cadeira no Senado. Leovigildo Coelho é um dos signatários da Carta Magna de 24 de fevereiro de 1891, aquele monumento de sabedoria jurídica e conhecimento de administração pública, na qual colaboraram os mais altos expoentes do pensamento democrático do País.

Participou, no Governo do Marechal Floriano Peixoto, da obra da consolidação do regime. Era o *alter ego* do grande soldado, na transmissão de suas ordens sigilosas e planos reservados, aos governadores dos Estados e aos pareceres da política a seguir.

Isso tudo é ele próprio que nô-lo diz, no seu *Diário de Assentamentos,* em três alentados cadernos, que considero bem valiosos na elucidação de alguns fatos de interesse nacional, naquele momento de grande responsabilidade, ao substituir-se um regime de centralização e controle por outro amplamente liberal.

Aquele *Diário* é um documento precioso, uma fonte de água cristalina para o historiador ávido de verdades novas, arrancadas ao âmbito escuro de um passado já distante. Mas não serei eu, nem o Dr. Theóphanes Monteiro de Souza, neto adotivo de Leovigildo Coelho e possuidor desse registro sigiloso, que o havemos de profanar nos seus pontos mais íntimos.

Quero, todavia, salientar que se trata de um manuscrito como jamais vi outro igual, chamando logo a atenção pela absoluta limpeza, caligrafia irrepreensível, em que não há uma palavra riscada ou emendada, um borrão, uma linha fora da pauta. Os três volumes do *Diário* valem por uma autobiografia, contendo copiosas informações da época.

O Dr. Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, que tantos serviços prestou ao Brasil e particularmente ao Amazonas, durante longos anos, vive na memória dos habitantes de Manaus, apenas porque há, na cidade, uma rua com o seu nome.

De sua vida dinâmica, honesta e profícua, nada se sabe. A divulgação destas linhas outra intenção não tem, senão a de lembrar essa vida e a parcela de contribuição importante que fez à nossa terra, e render-lhe uma homenagem de admiração e reconhecimento, por justiça e dever cívico.

O grande vulto do nosso passado faleceu em Salvador, a 10 de outubro de 1893.
(Súmula de sua biografia através do depoimento do seu neto adotivo, Dr. Theófanes Monteiro de Souza e das observações do autor.)

LIMA BACURY

Filho do Amazonas, o Coronel Francisco Ferreira de Lima Bacury, nasceu a 4 de outubro de 1848. Seu pai, Manoel Antônio Bacury, foi tronco de uma numerosa família. Foram seus irmãos: Manoel, Sebastião, Marcos (avô materno de quem escreve estas linhas), Prudêncio, Domiciana (mãe de Heliodoro Balbi), Maria (casada com o Professor Francisco Públio Ribeiro Bittencourt).

Concluindo seus estudos de humanidades, no Seminário de S. José, prestou concurso para uma vaga de amanuense da Secretaria do Governo provincial, sendo aproveitado. Lima Bacury, por sua inteligência e dedicação, percorreu a hierarquia de sua repartição, tendo sido um dos elementos de maior destaque do funcionalismo público de então, contemporâneo e colega de Raymundo Antônio Fernandes e Antônio Bittencourt, naquela Secretaria.

No regime monárquico, distinguiu-se na abolição da escravatura, ligando seu nome às sociedades que então se organizaram.

Lima Bacury era jornalista e político de influência. Costumava tomar parte nos movimentos revolucionários da época.

Dentre os seus trabalhos, preparou "Efemérides do Amazonas", para 1884, obra de copiosa documentação histórica e geográfica, que deixou inédita e que fora organizada em concorrência pública com a do Dr. Aprígio de Menezes, então preferida pelo Governo.

Escreveu também um volume de 265 páginas sobre os movimentos revolucionários de 1892 e 1893, em Manaus.

Lima Bacury exerceu, por várias vezes o mandato de deputado estadual, como os cargos de secretário e presidente. Também foi deputado federal por sua terra, na oportunidade em que faziam parte da representação Fileto Pires Ferreira, Gabriel Salgado dos Santos e outros.

Não fique esquecida a participação do Coronel Bacury na deposição do Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, quando este no Governo do Amazonas. A Comissão, mandada pelo povo aglomerado em frente ao palácio (hoje sede da Prefeitura Municipal) para fazer a intimação, era composta do Dr. Almino Affonso, Leonardo Malcher e Bacury. Este saiu ferido e foi mandado preso para a Santa Casa de Misericórdia. Transcorria o 27 de fevereiro de 1892. Grandes acontecimentos políticos se passavam no Rio de Janeiro, em vista dos quais Thaumaturgo de Azevedo perdia a partida e fora obrigado a deixar o Amazonas, seguindo para o Sul num navio do Lloyd Brasileiro. Gente da oposição fretara o rebocador "Jane", a fim de seguir a esteira do paquete até as águas do Pará, vaiando o deposto com foguetes de apito. A bordo do "Jane", entre outros políticos, estava o Coronel Bacury.

O velho e honrado amazonense fora transferido da Secretaria do Estado para o Tesouro Público, sendo neste aposentado no cargo de inspetor, o mais alto da hierarquia.

Faleceu a 27 de outubro de 1918.

A sua memória está perpetuada em rua central de Manaus.

LÔBO D'ALMADA

Para bem compreender, de todos os seus pontos de vista, a figura excepcional do Coronel de Engenheiros Manoel da Gama Lôbo d'Almada, que foi o 3.º Governador da Capitania de S. José do Rio Negro — pioneira do atual Estado do Amazonas —, faz-se mister reconstituir o fragoroso ambiente político e administrativo em que se desdobraram suas atitudes que o sagraram um *estadista do sertão.*

Criada a Capitania de S. José do Rio Negro, em Carta Régia de 11 de junho de 1757, de D. José I, que tinha como seu Ministro de Ultramar o célebre estadista Marquês de Pombal, recrudesceram, na Capitania as ambições de mando, tudo versando sobre a liberdade dos índios: estando de um lado os *jesuítas* componentes da poderosa Companhia, operando os "descimentos", fundando Missões e forçando os indígenas ao trabalho regular e permanente, em proveito de sua comunidade; por outro lado, os *civis* representantes da autoridade real, desalojando-os em massa, para vendê-los como escravos. De modo que os pobres selvagens apenas mudavam de tutor. Fazia-se mister uma providência urgente e drástica, para fazer cessar a anarquia que reinava entre os Diretórios e as Missões, desde quando se estabelecera o governo da Capitania.

Sua administração devia passar a quem já houvesse dado provas de capacidade no trato da coisa pública. Não havia, no momento, ninguém mais idôneo do que o Coronel Lôbo d'Almada, comandante do Forte de S. Gabriel e membro da Comissão de Limites, pessoa de inteira confiança do General Pereira Caldas e do Rei de Portugal.

De fato, foi-lhe entregue a Capitania, na qualidade de seu 3.º Governador. Sem dúvida, era o homem para o cargo, que assumiu a 9 de fevereiro de 1788.

O primeiro gesto do novo governador foi o de promover uma conciliação entre os adversários, o que conseguiu sem demora.

Seguidamente, tratou da agricultura e da exploração das riquezas vegetais. Devotou-se à criação do gado, nos campos naturais do Rio Branco. Diversas fábricas de tecidos grossos foram criadas no Lugar da Barra. No sítio da Ribeira, próximo à ilha de S. Vicente (foz do igarapé Cachoeira Grande, no Lugar da Barra), mandou fazer um estaleiro para fabrico de *igarités* e *montarias* para o serviço das explorações fluviais e demais serviços do governo.

Desse modo, preparou o local em que estava assentada a Fortaleza da Barra, para ser a futura sede da Capitania. Três anos depois, realizava o seu pensamento, elevando, de Lugar ao predicamento de *vila* a futura cidade de Manaus.

O desenvolvimento e o progresso da Capitania fizeram-se notáveis, despertando o ódio e a inveja de Souza Coutinho, governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, o que manifestou nas hostilidades contra a administração de Lôbo d'Almada, sobretudo no ato ordenando que a sede da Capitania de S. José do Rio Negro retornasse a Barcelos, bem assim, para feri-lo mais fundo, a denúncia de estar locupletando-se com valores.

Lôbo d'Almada obedece, mas fulmina a infâmia de modo cabal, irrespondível, fazendo abrir devassa na sua vida, ao mesmo tempo que relacionava os parcos recursos que possuía.

Ficaram demonstrados a injustiça e a perfídia de um adversário gratuito que pretendia deter o espontâneo e justo prestígio de quem lhe parecia fazer concorrência.

O Coronel Lôbo d'Almada tem seu estímulo abalado, não obstante o apoio franco e decisivo que lhe vinha de Pereira Caldas.

Por seus grandes serviços prestados a Portugal, desde quando esteve em Marrocos, moço ainda, o Coronel Manoel da Gama Lôbo d'Almada é promovido ao posto de brigadeiro, o último de sua carreira. Tratando-se de suas obras de engenheiro e de geógrafo-explorador, é bom repetir que em sua quase totalidade, se acham inéditas. Devo enaltecer esses trabalhos preciosos. Há mais de um quarto de século, visitei, demoradamente, o Arquivo Público do Pará. Na oportunidade, lá encontrei o abalizado amazonógrafo Professor Arthur Reis, exumando preciosidades históricas. Entre elas, os originais dos trabalhos cartográficos de Lôbo d'Almada, de quando esteve destacado na região do Alto Rio Negro e do Rio Branco, à disposição da Comissão Demarcadora de Limites Luso-Espanhola, chefiada pelo General Pereira Caldas. São, ali, numerosos esses mapas geográficos, todos otimamente conservados, fazendo patentear a nitidez e a limpeza. Em nenhum se observa a mais leve rasura ou entrelinha. Nota-se em todas as peças pura cartografia e variada caligrafia. Tenho certeza de que Lôbo d'Almada sempre foi assim em tudo o mais: no cumprimento de seus deveres cívicos, sociais, religiosos e domésticos.

* * *

Depois do golpe que lhe dera Souza Coutinho, recolhe-se a Barcellos, combalido e desgostoso, ali falecendo a 29 de outubro de 1799, sendo sepultado na Igreja local, cujo templo mais tarde

desapareceu, não se sabendo até agora (1968) onde foi a sepultura do brigadeiro.

Manaus, cidade agradecida, tem o seu nome — Lôbo d'Almada, em uma das suas mais importantes vias públicas. O "estadista colonial" está perpetuado numa das mais belas páginas da História do Amazonas.

(Para maior ilustração leia-se a seguinte bibliografia, além das obras já citadas: Arthur Reis, "Súmula da História do Amazonas", pág. 43, edição do Governo do Estado, 1965; Genesino Braga, "Fastígio e Sensibilidade do Amazonas de Ontem", página 153.)

LOPES BRAGA

O Dr. Francisco Lopes Braga nasceu em Manaus a 8 de julho de 1857. Fez aí seus estudos primários e de preparatórios, logo seguindo para Coimbra, em cuja Universidade se diplomou em Engenharia.

Estudante talentoso, realizou um curso brilhante, conforme consta do seu diploma, todo estampado em pergaminho e escrito em latim, que presenteou ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e ali se encontra.

Lopes Braga, esquivo da política, viveu longamente em Manaus, sempre de sua profissão e do ensino da Matemática.

Durante o quatriênio governamental do Coronel Bittencourt (1908-1912), serviu-lhe de diretor das Obras Públicas e Concessão de Terras do Estado. Foi um grande auxiliar, de comprovada competência e honestidade. Construiu-se, no seu tempo, o Grupo Escolar Marechal Hermes que, mais tarde, passou para o domínio da União.

Lopes Braga foi um cidadão reservado, de restrito número de amigos, embora fraternal a todos. Se não lhe provocassem a palavra, ficaria apenas a escutar. Casado, o Dr. Francisco Lopes Braga deixou ilustre descendência.

LOPES GONÇALVES

O Dr. Augusto Cezar Lopes Gonçalves foi uma das figuras mais notáveis do Amazonas, na primeira metade do presente século, quer como advogado, quer como parlamentar, talentoso e culto.

Nasceu a 3 de agosto de 1865, em Vitória do Baixo Mearim. Maranhão. Faleceu no Rio de Janeiro, a 18 de novembro de

1938. Menino pobre, mas esforçado, empregou-se no comércio para fazer face às despesas do seu curso de preparatórios, conseguindo conclui-lo e, depois, formar-se em Direito pela Faculdade do Recife.

Bacharel, exerceu o cargo de Promotor Público, em Viana e no Brejo, comarcas do Maranhão, de 1888 a 1891. Em seguida, ocupou o cargo de Secretário de Estado do Maranhão, em 1892, cargo esse em que permaneceu pouco tempo. Transferiu-se para Manaus onde fixou residência, dedicando-se à advocacia e casando-se com D. Sarah, uma das filhas do Visconde de Vila Gião, aí domiciliada.

O Dr. Lopes Gonçalves, embora consagrado à advocacia, ocupou cargos públicos de relevo, como o de Procurador Fiscal do Amazonas, em 1903. Foi distinguido, em 1904, para representar o Governo do Amazonas na Exposição Universal de St. Louis, nos Estados Unidos, e por designação do então Presidente da República Dr. Rodrigues Alves. Foi também delegado do Brasil no Universal Congresso dos Advogados e Peritos, realizado juntamente com aquela exposição, na qual exerceu a vice-presidência.

Mais tarde, o Dr. Lopes Gonçalves ingressou na política, por apelos de amigos. Foi senador federal pelo Amazonas, de 1915 a 1923 e, mais tarde, senador federal por Sergipe, de 1924 a 1930, quando encerrou a carreira política, com a dissolução do Congresso Nacional, pela revolução de outubro desse ano (1930).

Foi professor de Direito Criminal na Universidade de Manaus e pertenceu a várias instituições culturais, como o Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico de Sergipe e da Associação dos Advogados de Lisboa e era ainda sócio benemérito de numerosas instituições de caridade.

Escreveu obras importantes, todas publicadas, que se impõem, umas pelo valor jurídico e outras pela erudição histórica: "A Fronteira Brasileo-Boliviana pelo Amazonas" (Lisboa, 1901, premiada com a medalha de ouro na Exposição Universal de St. Louis, Estados Unidos); "O Amazonas", estudo sobre o Estado, em português e em inglês (Nova York, 1904), premiado também com a medalha de ouro, na mesma exposição; "O Rei da Inglaterra" (duas edições, Manaus, 1910, e Rio de Janeiro, 1937); "Estudo sobre o Rei Eduardo VII", honrado com duas cartas, uma do Rei Jorge V e a outra do Rei Eduardo VIII; "Reforma Constitucional" (Rio de Janeiro, 1916), estudo sobre os trabalhos legislativos para reforma da Constituição, em 1916; "A Fronteira entre o Pará e o Amazonas" (Rio, 1916); "Incompetência do Supremo Tribunal para fixar vencimentos dos empregados de sua Secretaria" (Rio, 1919); "Legítima Defesa", discurso, 1919;

"A Região Amazonense do Rio Branco" (Rio, 1923); "Discursos e Pareceres no Senado Federal" (4 volumes, Rio, 1925, 1926, 1928, 1930); "O Regime Federativo Presidencial" (Rio, 1927); "Folha Corrida" (Rio, 1931); "A Constituição do Brasil" (Rio, 1935), estudo analítico da Constituição Federal. Deixou em preparo "Comentários à Lei de Falência", da qual foi relator geral no Senado Federal.

Consagrado advogado, orador, e historiador. Durante o exercício do mandato, no Senado, ocupou sempre posição de relevo nas comissões permanentes, com destaque na de Constituição. Deixou viúva dona Sarah de Freitas Lopes Gonçalves e filho único o Dr. Augusto de Freitas Lopes Gonçalves, advogado, jornalista, professor do Conservatório Nacional de Teatro, escritor, membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, da Associação Brasileira de Imprensa, da Academia Brasileira de Arte, da Associação de Críticos Teatrais e do Instituto Brasileiro de Teatro.

(Com informações obsequiosas de seu filho, Dr. Augusto de Freitas Lopes Gonçalves.)

LOURENÇO MELLO

Filho do Capitão Manoel Nicolau de Mello, natural de Pernambuco, Lourenço Nicolau de Mello nasceu em Ayapuá, no rio Purus, a 10 de agosto de 1854.

Fez seus estudos, quer primários, quer secundários, em Belém do Pará, no afamado Colégio do Padre Eutichyo.

Com o falecimento do seu genitor e em fase de concluir seus preparatórios, em companhia do seu irmão Leopoldino, tem necessidade de se recolher à casa paterna e iniciar a luta pela vida, trabalhando no comércio, como no catequese dos índios *muras*. Lourenço Mello foi, na sua terra natal, Delegado de Polícia e Diretor de Índios, na vasta região do Ayapuá. Convém acentuar que jamais consentiu na escravização dos pobres selvagens, sempre obrigando seus filhos a freqüentar a escola do Lago.

Trata-se de um homem inteligente, operoso e magnânimo em todos os gestos. Tinha prazer em obsequiar; era um dos aspectos de sua conduta. Com ele passei a ter relações de família, desde que casei com sua filha mais velha.

* * *

Conhecedor da língua francesa, distraíamo-nos em traduzir e interpretar fábulas de Lafontaine. Reuníamo-nos para discutir os *casos*, considerando a época em que foram escritos. Também

obras literárias que nos caíam na curiosidade, eram rebuscados por nós, como exercício de inteligência, mesmo para fugir ao chavão dos assuntos comerciais. Admirava, naquele caboclo amazonense, o poder e a presteza de sua acuidade mental, no versar uma opinião. Publicou uma série de artigos no jornal "Amazonas", assinando "Os Seringueiros" e, ainda, um trabalho que intitulou "Os Pagés".

Lourenço Mello conhecia a música e era um bom flautista. Acompanhado de seus irmãos Leopoldino e Nuno, ao violão e cavaquinho, respectivamente, dava-nos excelentes saraus, após o jantar, pelo menos uma vez por semana. Conhecia também escrituração mercantil, pois ele próprio, tantas vezes, fazia os lançamentos nos livros comerciais.

* * *

Foi casado com Dona Felicidade Augusta Roberto de Mello, amazonense, filha do industrial francês Sebastian Germain Robert, que, emigrando para o Amazonas trazendo a sua fortuna, fundou a fazenda Boa Vista, mais tarde Bela Vista — a atual Colônia Nacional deste nome, à margem esquerda do rio Solimões.

Do seu consórcio nasceram, os seguintes filhos, todos já falecidos: Wenceslau, comerciante, casado com Dona Filomena Faria; Tertunilla, professora, casada com o Professor Agnello Bittencourt; Antônia, casada com C. Faria; Elvira, casada com o Dr. Adelino Cabral da Costa; Cacilda, casada com o Dr. Benjamin Lima. Há hoje, numerosos netos e bisnetos do casal Lourenço-Felicidade.

* * *

Lourenço Nicolau de Mello pertenceu à extinta Guarda Nacional, no posto de coronel e fez parte da Maçonaria, tendo-se iniciado na Loja Conciliação Amazonense, de Manaus, em 25 de outubro de 1899.

Entrando na política, foi eleito deputado estadual, no período de 1903-1905.

Sentindo sua saúde abalada, viajou para Lisboa, a conselho médico, ali falecendo a 15 de setembro de 1905. Seus restos mortais foram embalsamados e imediatamente transportados para Manaus, estando no jazigo da família, no Cemitério de S. João Batista.

LOURENÇO THURY

Lourenço Ferreira da Rocha Thury, natural do Amazonas, filho de Manuel da Rocha Thury, nasceu a 25 de janeiro de 1874. Fez na Bahia o curso de Agrimensura, após se haver diplomado

professor normalista, pela Escola de Manaus, em 1895. Ambos esses cursos foram com brilhantismo, sendo, em Manaus, considerado um dos estudantes mais talentosos do seu tempo. Exerceu, mais tarde, o magistério primário da capital, logo abandonando para se dedicar à profissão de engenheiro. Mas o mister do ensino atraía-o. Vaga a cadeira de Pedagogia da Escola Normal, para cujo preenchimento se abriu concurso, Thury inscreveu-se, apresentando e defendendo a tese: "Podem os professores substituir os pais no mister da educação?". Embora conseguindo honrosa classificação, não foi aproveitado.

Nos intervalos de seus labores de medir e demarcar terras e de organizar planos de obras, lecionava Matemática e escrevia para a imprensa. Lente do curso de Engenharia da antiga Universidade de Manaus, foi escolhido para paraninfar a Turma de Agronomandos, em 1912, provocando ruidosos aplausos.

Lourenço Thury fez duas viagens à Europa, sendo a primeira em 1910, por motivo de estudos e a outra, mais tarde, por necessidade de saúde.

Faleceu na sua cidade natal, em 1913.

LOURIVAL MUNIZ

O Professor Lourival Alves Muniz, natural do Ceará, nasceu na vila do Crato a 15 de junho de 1876, sendo filho de Antônio Alves Muniz e Dona Josefa Alves Leitão Muniz.

Dois anos mais tarde, acompanhando sua família, modou-se para Manaus — quando se tornou cruciante o estio que assolou a Província —, onde começou os seus estudos de primeiras letras, prosseguindo-os no Instituto Normal Superior, predecessor do atual Colégio Estadual do Amazonas. Nesse estabelecimento, diplomou-se *normalista.* Mas não quis seguir a vida de professor primário. Sua família fê-lo viajar para o Rio de Janeiro, aí matriculando-se na Escola Politécnica, onde realizou o curso de Engenharia Geográfica.

Como em Manaus, no Instituto em que obteve o diploma de normalista, é óbvio dizer, assim aconteceu na Escola de Engenharia, Lourival Muniz foi um dos melhores estudantes do seu tempo, não somente por sua inteligência, como do seu caráter. Dele posso falar, pois fui seu colega pelo espaço de quatro anos, duração do curso normal. E, pelo tempo a fora, mais de 50 anos, seu particular amigo.

As biografias permitem episódios na lógica dos fatos. Assim, relembro que Lourival Muniz era o primeiro na aula de Música

e Canto Coral, regida pelo incomparável Maestro Adelelmo Francisco do Nascimento, que se orgulhava de seu discípulo, quer pelo talento e vocação, como pela aplicação nos estudos, porquanto avançara, no currículo das aulas, muito mais do que o programa exigia.

Certo dia, eram onze horas da manhã, início da aula de Música, Adelelmo do Nascimento, dirigindo-se a Lourival, pede-lhe que se aprovisione de papel pentagramado e lápis, para apanhar o toque de corneta que àquela hora, no quartel fronteiro, se ia ouvir. O discípulo, como se fosse um "ditado", registrou, da primeira à derradeira nota, todo o trecho do "toque" militar. E, da mesma forma, de improviso, realizava uma *transposição de tom*. Não se achava ali um aluno comum, mas um mestre.

Dedicou-se à prática do violino, que aprendeu nas aulas particulares do seu grande professor.

Para viver, ensinava Música e fazia demarcação de terras no interior do Estado, como noutros serviços de engenharia.

Em 1906 viajou para a Europa, dirigindo-se a Paris, a fim de aperfeiçoar seus estudos de violino. Eu no mesmo ano fizera o mesmo, mas para observar métodos e processos de ensino em Bruxelas, nas escolas de S. Gil.

Ao hospedar-me, em Paris, no Brasil-Portugal, lá encontro Lourival. Mais alguns anos que eu viva, jamais esquecerei a satisfação que experimentei nesse momento, longe da Pátria e da família. Lourival Muniz, que ali se achava há meses, serviu-me de "cicerone", rumo aos pontos mais interessantes da urbe, naquela babel de povos e de luzes.

Regressei ao Amazonas, lá deixando o meu amigo, ainda por meses entregue às aulas, num afã de aperfeiçoamento.

* * *

Perto de uma década, trabalhou em Manaus, nas atividades do magistério e da Engenharia, ora ministrando aulas de Matemática e Música, ora no interior, medindo e demarcando terras.

Em 1912, no Ginásio Amazonense, o governo desdobra a cadeira de Física e Química, mediante concurso, e que era ocupada pelo Dr. Vivaldo Palma Lima, em duas cadeiras autônomas, optando o titular efetivo pela de Física. É posta em concurso a outra, na qual se inscrevem o Dr. Lourival e o Dr. Vivaldo, cujo direito de acumulação a lei permitia, mas não deixando de realizar a concorrência pública. Realiza-se o concurso, no ambiente da lei e no esplendor dos debates. Ambos são classificados em igualdade de condições, sendo propostos, pela mesa

examinadora e pela congregação, ao governo, para efeito da nomeação. É preferido o Dr. Vivaldo Palma Lima, com o que não se conforma Lourival, que recorre do ato. Foi uma luta agitadíssima entre os gladiadores da inteligência e da cultura, dentro, porém, de um ambiente de ética e fina educação, tendo o governador mantido o ato.

Lourival Muniz foi, por muitos anos, diretor dos Serviços Técnicos do Estado.

A 8 de janeiro de 1910, casou-se com a senhorita Oda Nunes de Lima, filha do abastado negociante de Manaus, Coronel Joaquim Nunes de Lima, logo viajando para a Europa.

Do enlace, o casal teve os seguintes filhos: Adelelmo, Josefina, Arsonval, Clélia, Jarina, Heloísa, Altair, Algenir, Alcione, Maria e Ulpiano.

O Dr. Lourival Muniz teve os seguintes irmãos: Irineu e Ciryaco Alves Muniz, ambos categorizados funcionários do Tesouro do Amazonas; Antão e Carlos Muniz, professores.

O Dr. Lourival Alves Muniz faleceu em Manaus, no dia 4 de julho de 1943, estando sepultado no cemitério de São João Batista.

LUIZ ANTONY

Luiz Antony nasceu em Florença (Itália), partindo muito moço, em companhia de seu pai, o negociante Henrique Antony, para Manaus. Aí foi criado e educado, fazendo-se negociante, no exemplo das atividades e das amplas relações sociais do seu genitor, em cuja companhia seguiu para o Rio de Janeiro, onde os dois, pai e filho, se alistaram voluntários da Guerra do Paraguai, em defesa do Brasil. O ardor na luta, assinalou a têmpera de verdadeiros heróis. Chegaram ao posto de Tenente-Coronel. Mas o pai, em combate, foi atingido por um estilhaço de granada, perdendo a vida.

Luiz Antony, tendo melhor destino, foi até o fim, regressando glorioso, com o posto de Coronel.

Retornando à Manaus, casou-se com D. Francisca Perdigão. Do enlace provieram os seguintes filhos: Coronel Antônio Guerreiro Antony, chefe político de grande prestígio, funcionário público aposentado; Coronel Hildebrando Luiz Antony, funcionário público aposentado; Leandro Perdigão Antony, também funcionário público aposentado e João Carlos Antony, engenheiro-che-

fe da Prefeitura de Manaus, durante 45 anos, todos amazonenses e já falecidos.

Em Manaus, há uma rua com seu nome.
(Subsídios fornecidos pelo Dr. Aristófano Antony, jornalista e acadêmico.)

LUIZ FURTADO CABRAL

O Des. Luiz Furtado de Oliveira Cabral, natural da cidade de Sobral, na antiga Província do Ceará, nasceu a 14 de setembro de 1853, falecendo, em Manaus, a 25 de junho de 1942.

Seus pais foram: o Capitão Francisco de Oliveira Cabral, cidadão destemido e de elevados sentimentos cívicos, moço ainda faleceu na Guerra do Paraguai; e de D. Marcolina Furtado de Mendonça, filha do Coronel Rufino Furtado Mendonça, chefe político de prestígio na região em que vivia.

Luiz Cabral fez os seus primeiros estudos na cidade natal, seguindo para a Côrte, como 2.° cadete, matriculando-se na Escola Militar, em 1874, sendo seus companheiros, aí, os cadetes Silvério Nery, Constantino Nery e Lauro Sodré.

Não lhe foi possível prosseguir na vida militar. Conseguindo *baixa*, tendo já realizado seu curso de preparatórios, rumou para Recife (Pernambuco), onde residia sua genitora. Matriculou-se na Faculdade de Direito, onde, ao tempo, florescia uma plêiade de estudantes talentosos e de grandes mestres do Direito. Teve oportunidade de ouvir o verbo inflamado de Joaquim Nabuco, Martins Júnior, Tobias Barreto e outros notáveis próceres da tribuna.

Luiz Cabral formou-se em 1890. Já havia contraído matrimônio a 11 de junho de 1887, na cidade do Recife, com D. Adelaide de Oliveira Cabral, de cujo enlace nasceram os seguintes filhos: Marcolina (falecida em 1910); Luiz Caetano, Bacharel em Direito e alto funcionário do Banco de Crédito da Amazônia, casado com D. Lydia Nery Cabral, com 5 filhos e sete netos; Adelaide, solteira, professora pública em Manaus; Heitor, bacharelando em Direito, falecido em 1918; Achiles, Fiscal de Consumo, aposentado; Enéas, Bacharel em Ciências e Letras, funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, casado com D. Graziela Queiroz de Oliveira Cabral, com 7 filhos e 1 neto; Octávio, alto funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, casado com D. Alda Arruda Cabral, com 4 filhos; Irene Cabral de Araújo, casada com João Pedro Araújo, conferente da Alfândega de Santos (S. Paulo); Alice Furtado de Oliveira Cabral, solteira, presidente das Damas de Caridade em Manaus, Humberto, médico, delegado de saúde em Fortaleza casado com D. Yolete Lima Cabral, com 3 filhos; Moacyr, falecido em Manaus, em 9 de abril de 1934. (Esta relação refere-se ao ano de 1953, por um levantamento feito por ocasião do centenário do biografado).

* * *

A convite de Constantino Nery, seu antigo companheiro da Escola Militar, seguiu com a família para o Amazonas, ingressando ali na magistratura. Exerceu-a a começar de 1891 a 1895, como Juiz Municipal de Parintins. De 1895 a 1896, o de Juiz de Direito da Comarca de São Paulo de Olivença, sendo convidado para o de Maués, onde permaneceu até 1900.

Promovido a Juiz de Direito da Capital, esteve em exercício até 1901, quando foi, por merecimento, nomeado membro do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. De 1902 a 1903, ocupou o cargo de Chefe de Segurança Pública do Amazonas.

Iniciando a vida de magistrado em 1891, com muito brilho, em 1901 já atingia o fim da carreira, dentro do Estado.

O Des. Luiz Cabral, não foi, durante sua vida pública, senão magistrado, excetuando o período em que exerceu as funções de Chefe de Segurança Pública, na administração Silvério Nery. Detestava a politicagem estreita e de interesses subalternos, mas apreciava a política propriamente dita, tomada essa palavra na sua significação elevada.

Entendia que o valor do magistrado estava na integridade e no saber. Dedicado ao estudo das questões que lhe eram afetas, esforçava-se, tanto quanto possível, para decidi-las com absoluta imparcialidade. Por isso mesmo, quando no correr da discussão, perante o Tribunal, tinha qualquer dúvida, preferia pedir adiamento do caso, com o propósito de fazer novo exame dos autos. Tinha a palavra fácil e o gesto animado e sabia, calmamente, ferir o ponto nevrálgico da questão, com espírito de síntese e muita clareza.

Achava que é com espírito de filósofo que o intérprete pode ver no Direito, "não um Código misterioso de regras hierárquicas, mas uma força propulsora da vida, para os seus fins ideais". O lema de toda a sua vida foi sempre este: amor à Pátria e à Família, intransigência em pontos de honra, e fervoroso culto à Verdade, ao Direito e à Justiça. Foi esse o Patrimônio moral o que ele, de melhor, legou a seus filhos. Manaus, 14 de setembro de 1953.

(Súmula da Biografia do Des. Luiz Furtado de Oliveira Cabral, lida pela Família, quando esta, em reunião de 14 de setembro de 1953, em Manaus, comemorou o centenário do seu nascimento. Folheto impresso na Tip. Globo, rua General Bizerril, Fortaleza — Ceará.)

LUNA ALENCAR

O Dr. Martinho de Luna Alencar nasceu a 24 de fevereiro de 1867, possivelmente no Ceará, transferindo-se muito jovem para Manaus, onde fez os seus estudos primário e secundário. Mediante concurso ingressou no quadro dos funcionários do Tesouro do Estado, no qual se distinguiu por sua inteligência e dedicação ao serviço, chegando a postos de elevada categoria.

De quando em quando viajava para Pernambuco, em licença, conseguindo bacharelar-se em Direito pela Faculdade do Recife. Deixando o Tesouro, foi nomeado Juiz de Direito da Capital e, mais tarde, Desembargador.

Exerceu o cargo de Superintendente de Manaus, em cuja função também se positivou não menos zeloso.

Certa vez, servia em mesa examinadora de Direito Comercial para efetivação de lente catedrático, da Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena, sendo candidato o Prof. Ricardo Amorim, quando ambos mostraram profundo conhecimento da matéria.

Foi escolhido professor da cadeira de Direito Comercial da Faculdade de Direito, desde a sua fundação. Em 1923 recebeu o grau de Doutor, juntamente com os professores que se encontravam lecionando quando da equiparação da Faculdade às congêneres federais (pág. 246, da História da Faculdade de Direito do Amazonas, de autoria do Prof. Aderson de Menezes — 1959). Consta no livro citado, pág. 117, que mandou reverter aos cofres da Faculdade a importância a que tinha direito, de cotas de lições e exames, relativas ao período de 1915 a 1922, como donativo.

Luna Alencar, um espírito imbuído, desde moço, de forte tendência liberal, entrou para a Ordem Maçônica no dia 15 de agosto de 1891, na Loja "Amazonas".

Foi um elegante na indumentária e na educação. Parecia estar sempre pronto para tomar parte em alguma solenidade.

Casou-se com D. Maria Alencar, uma figura fidalga.

Faleceu em 1937.

MACEDO COSTA (DOM)

Dom Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, foi uma das inteligências mais rútilas do século passado. Encheu o seu tempo com os fascínios de sua cultura dedicada à Amazônia.

Nasceu em Maragogige, na antiga Província da Bahia, a 7 de agosto de 1830, falecendo, em Barbacena (Minas Gerais), a 21 de março de 1891.

Iniciou seus estudos no Seminário Arquiepiscopal de Salvador, prosseguindo-os em Paris, no célebre S. Sulpice, onde, ao terminar o curso de cada disciplina, ouvia sempre uma sentença consagradora.

Foi tonsurado a 2 de junho de 1855, na Igreja matriz de Paris, recebendo a insígnia das mãos do Arcebispo Mariot e, declarado Subdiácono Presbítero, em 1857. Dois anos depois, no Liceu Pontifício de S. Apolinário, conseguia as láureas de Doutor em Direito Canônico, sempre com a nota de distinção. Em 1861, seguiu para o Rio de Janeiro, sendo designado Bispo do Pará e sagrado em Petrópolis, a 14 de fevereiro desse mesmo ano. A 24 de julho chega a Belém (1861) e a 1.° de agosto assume solenemente o bispado, publicando a sua 1.ª Pastoral

A 28 de junho de 1862, fez a sua primeira visita pastoral ao Amazonas, parte integrante da sua imensa jurisdição.

Em 1864, viajou o Solimões, até Tabatinga. Em julho de 1866, fez a sagração episcopal da Amazônia. Em 1871, pronunciou um eloqüente discurso na inauguração, em Manaus, da Sociedade de Instrução Pública.

Surgiu a célebre *questão religiosa* provocada por Frei Vital, Bispo de Olinda, contra as Comunidades eclesiásticas que admitiam maçons em seu seio. Acendeu-se a fogueira da intolerância. Dom Antônio de Macedo Costa adere aos reclamos do seu colega de Olinda. A participação que tomou, na querela, constituiu o período mais agitado, mais brilhante de toda sua vida de sacerdote.

O problema do poder temporal dos Bispos foi parar no Conselho de Estado e no Supremo Tribunal de Justiça do Império, que intimou D. Antônio de Macedo Costa e Frei Vital ao levantamento das *interdições* das Irmandades religiosas integradas por elementos da Maçonaria. Desabedeceram, motivo pelo qual foram condenados a 4 anos de degredo.

A 28 de abril de 1874, Dom Antônio é preso em Belém e levado para o Arsenal de Marinha, e, daí, conduzido ao Rio de

Janeiro e recolhido à Fortaleza da Ilha das Cobras. Dom Vital teve o mesmo destino, sendo pouco tempo depois, perdoados pelo Imperador.

* * *

Durante a vigência das duas décadas do seu apostolado na Amazônia, D. Antônio sempre esteve presente às festas do ensino popular e da cultura.

Em 1878, a 15 de fevereiro, inaugurou-se, em Belém, o Teatro de N. S. da Paz. O Bispo, em cuja linguagem havia o fascínio do pensamento, foi o orador da solenidade.

Em 1888, 28 de setembro, é agraciado, pelo Governo Imperial, com o título de *Conde de Belém*. Foi ainda, como uma reparação ao que sofrera, transferido de Bispo do Pará, para o Arcebispado da Bahia.

* * *

O cérebro de Dom Antônio era um vulcão em atividade. Sua bibliografia é extensa, de contexto profundo e largo. A relação completa do que produziu e publicou, francamente, daria para encher três ou quatro páginas. Por míngua de espaço, cito apenas dois trabalhos, ambos sobre ensino: a "Bíblia Sagrada" e "O Amazonas e os meios de desenvolvimento de sua civilização", este constituindo uma Conferência feita, em Manaus, a 21 de março de 1883.

A "Bíblia" é um manual de leitura, de selecionados assuntos bíblicos, destinado às escolas elementares. São admiráveis, nele, o senso didático e a simplicidade da linguagem. O outro trabalho, que chegou a ter duas edições, é um plano de alfabetização rural em um barco que se chamaria "Christóforo", para andar de lugar a lugar, em que existissem, pelo menos trinta crianças, em idade escolar, numa permanencia quanto suficiente para ensinar rudimentos de leitura, de números e de religião. Logo passando para outro local, tendo deixado a semente do progresso. A idéia do prelado não foi para adiante.

O Sumo Pontífice Pio IX era muito amigo de D. Antônio. Quando, em 1869, convocou o Concílio Ecumênico, que a 300 anos não se reunia, foi ele a figura mais brilhante do Conclave.

D. Antônio de Macedo Costa viverá, na lembrança dos pósteros, enquanto viver a língua portuguesa no seio do nosso povo e na admiração dos homens da nossa raça.

MACHADO DE AGUIAR

O Dr. João Machado de Aguiar Mello nasceu no Engenho Várzea Nova, no Estado de Sergipe, em 1.º de dezembro de 1857. Foram seus pais o Coronel João Gomes de Mello e D. Maria da Glória de Aguiar. Fez o curso de humanidades na sua terra natal, tendo se matriculado, em 1877, na Faculdade de Medicina da Bahia. Durante o tirocínio acadêmico destacou-se pelo seu talento. Concluído o curso, defendeu Tese, recebendo grau de Doutor em Medicina, em 25 de dezembro de 1883. A sua Tese recebeu o título de "Afecções hepáticas devidas às lesões cardíacas e vice-versa", tendo obtido distinção.

Casado com D. Evangelina de Aguiar Mello, logo se transportou para o Amazonas, fixando-se em Manaus, onde exerceu a medicina, logrando bastante êxito.

Em 19 de março de 1886 foi nomeado professor de Gramática filosófica do Liceu Amazonense, e, em janeiro de 1890, provido por concurso na mesma cadeira e em conseqüência da reforma desse estabelecimento. Foi Diretor-Geral da Instrução Pública e do Instituto Amazonense, Médico do Instituto Amazonense, da Santa Casa de Misericórdia, da Beneficência Portuguesa. Encarregado de comissões de vacinação e sarampo em cidades do interior do Estado. Retirando-se para o Sul em tratamento da saúde, faleceu em Propriá, a 22 de junho de 1899. Em seus assentamentos consta ainda ter sido Professor de Português do Instituto Normal Superior e de francês, em substituição do Dr. Jonathas Pedrosa e Membro do Conselho Superior de Instrução Pública.

(Notas colhidas no arquivo do Prof. Themístocles Gadelha.)

MADUREIRA DE PINHO

O Dr. Álvaro Madureira de Pinho nasceu na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, a 25 de julho de 1882, falecendo em Manaus, a 22 de fevereiro de 1953.

Fez o curso médico, em Salvador, logo seguindo para a capital do Amazonas, em 1904. Abrindo consultório, obteve abundante clientela.

Foi nomeado Médico da Saúde do Porto, função federal em que serviu por muitos anos.

O Dr. Madureira de Pinho também fez parte dos corpos clínicos da Santa Casa de Misericórdia, da Companhia de Eletricidade e outros. Foi casado com D. Mercedes de Rezende Rubim,

de cujo enlace nasceram: Álvaro Rubim de Pinho, médico, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, casado; Simplício Rubim de Pinho, engenheiro, já falecido; Antônio Rubim de Pinho, casado, Almirante da Marinha Nacional; Maria de Nazareth, casada com o Prof. Lúcio Fonte de Rezende, da Faculdade de Direito do Amazonas e Secretário do Interior e Justiça (1968).

O Dr. Álvaro Madureira de Pinho foi um dos médicos mais sociáveis e caritativos do seu tempo, servindo ao Amazonas, fora da política, desde que aportou a Manaus, em 1904.

MANOEL FRANCISCO MACHADO
(Barão do Solimões)

O Dr. Manoel Francisco Machado nasceu em Óbidos (Pará) a 30 de novembro de 1841 e faleceu, na mesma cidade, a 18 de agosto de 1928. Era filho de Francisco José Machado. Casou-se com Thomázia de Meirelles, tendo havido os seguintes filhos: Olavo, casado com Juanita Borel; Julieta, casada com Michel Salém; Thereza, casada com o Dr. Armando Cruz Barbuda; Beatriz, casada com Pedro Gonçalves de Lalor.

Manoel Francisco Machado fez seus estudos em Portugal, formando-se em Direito, conquistando o título de Doutor (borla e capelo), na Universidade de Coimbra, a 6 de julho de 1869. Regressando ao Pará, entregou-se à advocacia e à política, estendendo suas atividades ao Amazonas. Por seu caráter, talento e cultura, ocupou altos cargos, todos de grande responsabilidade, quer no regime da Monarquia, quer na República.

A 21 de novembro de 1889, estava o Dr. Manoel Francisco Machado em Manaus, em pleno exercício de Presidente da Província, quando lhe chega a notícia de haver sido proclamada a República, e, seguidamente a presença de uma Junta Governativa, que o ia depor. Sem fazer a mínima resistência, mas com palavras e gestos de sobranceria, conformou-se com o acontecimento e transmitiu o poder. Dias antes, havia apresentado sua *Fala* (Mensagem) à Assembléia Legislativa, dando conta de tudo quanto fizera concernente à função governativa.

Houve apenas um eclípse nas atividades políticas do velho servidor do regime decaído, pois, sem muita demora, vêmo-lo Senador pelo Amazonas, tomando parte na Constituinte de 1891.

Exerceu o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, que era, como o das finanças, uma das preocupações do seu espírito, em se tratando do progresso do Estado.

O Barão do Solimões possuía uma elevada cultura baseada nos clássicos latinos e gregos. Falava o latim, diz-nos o seu neto Des. Manoel José Machado Barbuda, atualmente Deputado Federal.

Dono de uma vultosa Biblioteca, na qual se encontravam livros raros, nas primeiras edições de Debret, Rugendas, Miguel Cervantes, um exemplar da famosa Bíblia Mogúncia, etc. Por sua morte, essa preciosa coleção foi repartida entre os seus netos Barbuda e Arquimedes Lalor, e o restante, doado à Biblioteca Pública de Belém (Pará).

Por volta de 1895, quando Senador, o nome do Barão do Solimões foi apresentado pelo Partido Democrata, chefiado pelo Coronel Emílio José Moreira, à sucessão governamental do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, o *Pensador*, que se batia pelo seu colega de armas, o Deputado Federal Capitão Fileto Pires Ferreira. A candidatura do Barão não encontrou apoio nos elementos *pensadoristas*. Emílio Moreira e sua gente, que já se achavam escudados na Assembléia Legislativa eleita, mas não ainda reconhecida e empossada, romperam com o Governador do Estado, que, para vencer, idealizou e realizou o *golpe* criador do chamado *Congresso Foguetão* de que falo em outro lugar deste livro.

Fêz-se a eleição, e, como não podia deixar de acontecer, Fileto Pires é eleito, tendo o destino que o Foguetão lhe deu.

Foi aquele *golpe* a causa de não haver sido governador do Amazonas o Dr. Manoel Francisco Machado.

Àquele tempo (primeiro semestre de 1896) eram também Senadores pelo Estado: José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) e o Coronel José Joaquim Paes da Silva Sarmento. E, Deputados Federais: o Capitão Fileto Pires Ferreira, o Coronel Francisco Ferreira de Lima Bacury, o Dr. Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e o Eng. Militar Gabriel Salgado dos Santos.

O Dr. Manoel Francisco Machado resignou-se. Na política é assim, nos termos do brocardo: um dia é da caça; o outro, do caçador. O ilustre latinista desapareceu por algum tempo dos torneios partidários, ressurgindo em 1913, ao lado de um homem tenaz, o Coronel Antônio Guerreiro Antony, chefe do Partido Democrata, para combater a administração do Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, que fora eleito governador a servir o quatriênio de 1913-1916.

Guerreiro Antony era um adversário impetuoso, que ia dar muitos incômodos ao novo governante.

Ao tempo, o Coronel residia, com sua família, à Rua Henrique Martins, numa casa que possuía oito pequenos compartimentos. Nela, alojam-se também as oficinas de "O Liberal", órgão do Partido e sede deste, e os jornalistas Joaquim Gondim de Albuquerque Lins e o Dr. Manoel Francisco Machado, que ali viviam em completa clausura. Foram quatro anos de resistência. Uma coisa tremenda aconteceu, na madrugada do dia 1 de janeiro de 1917, quando se iniciava o quatriênio do Dr. Pedro de Alcântara Bacelar, eleito governador do Estado, para o período imediato: a residência do Coronel Guerreiro Antony foi inesperadamente bombardeada, antes do alvorecer, por artilharia postada em frente à casa, a dez metros de distância, tendo-se permitido que a família e demais moradores fugissem pelos fundos, escalando o muro. Dentre os fugitivos estava o Dr. Machado.

O prédio somente não foi abaixo porque o bombardeio durou menos de um quarto de hora. Os defensores, os chamados "capangas" não se evadiram e propala-se que foram mortos à faca. Os cadáveres foram arrastados para a rua e logo a polícia os conduziu. Numa cidade civilizada, como é Manaus, não consta que se tivesse feito inquérito sobre o crime. Ruy Barbosa, no Senado, exprobou este procedimento.

O Dr. Manoel Francisco Machado recolheu-se à sua *Thebaida* de Óbidos, sofrendo durante anos o mais duro ostracismo.

Pouco menos de um mês antes de sua morte, regressando eu de uma viagem ao Rio de Janeiro, fui informado, no porto daquela cidade paraense, que o Barão do Solimões se achava muito doente. Desembarquei para visitá-lo e lá encontrei o grande homem deitado em uma rede, sem uma cama, apenas duas velhas cadeiras e uma prateleira de livros, "aqueles companheiros que nunca nos viram as costas" (Smiles). Fiquei profundamente condoído daquele estado de penúria, de um varão que fora Presidente da Província, Comendador da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo, Constituinte de 1891 e Senador da República.

O Amazonas apenas honrou a sua memória apondo seu nome num Grupo Escolar de Pôrto Velho, hoje Território de Rondônia. Ainda está em dívida...
(Informações obsequiosas do Dr. Manoel Machado Barbuda.)

MANOEL DA SILVA RAMOS

Há 60 anos foi escrita e publicada, no último capítulo de um livro notável — "A Imprensa no Amazonas" —, a biografia de Manoel da Silva Ramos, da lavra do historiador amazonense

João Batista de Faria e Souza. É trabalho feito, bem melhor do que se agora elaborado. Transcrevo-a na íntegra, para vantagem dos estudiosos: "*O fundador da Imprensa no Amazonas*". — Em princípios de 1851 chegou à antiga cidade da Barra do Rio Negro, hoje Manaus, Manoel da Silva Ramos que, por muito tempo, trabalhara na tipografia de Honório José dos Santos, em Belém. Fez a viagem em uma *coberta* pertencente ao sr. Henrique Antony, pai do Sr. Dr. João Carlos Antony, engenheiro-chefe dos serviços municipais da capital.

Silva Ramos era um homem empreendedor e de intelecto cultivado. Chegando à cidade da Barra, requereu a sua nomeação para o lugar de fiscal da Câmara Municipal, juntamente com os Srs. Manoel Vicente Barbosa de Oliveira e Raymundo Luiz de Souza. Naquele tempo, o cargo de fiscal tinha grande importância, abrangendo relevante multiplicidade de atribuições. Em sessão da Câmara Municipal de 3 de abril de 1851, sob a presidência do Sr. José Antônio de Oliveira Horta, foram lidos os três requerimentos e, depois, postos em discussão e votação, tendo preferência o Sr. Manoel da Silva Ramos que foi empossado no cargo no dia seguinte.

Os seus serviços, como fiscal, foram valiosos e constam dos relatórios que deixou, todos eles bem escritos, mostrando a atividade, o zêlo de Silva Ramos, na desobriga de seu cargo.

A 3 de maio de 1851 fez ele circular o "Cinco de Setembro", o primeiro periódico que se imprimiu em território amazonense, aproveitando uma pequena tipografia que trouxera de Belém.

A 16 de agosto, ainda de 1851, foi nomeado procurador da Câmara Municipal, lugar que exerceu até 29 de outubro do mesmo ano, cumulativamente com o de fiscal.

No dia 7 de janeiro de 1851, dias depois de inaugurada a Província, o "Cinco de Setembro" tomou a denominação de "Estrela do Amazonas".

Tendo a presidência criado o lugar de feitor para dirigir os trabalhos mandados executar pela Câmara Municipal, foi nele provido, a 6 de fevereiro de 1852, o Sr. Silva Ramos se prontificou a servi-lo gratuitamente. Demitiu-se de fiscal a 3 de março de 1852, prestando, em 7 de janeiro de 1853, juramento para exercer o cargo de 3.º-juiz de paz, para o qual fora eleito por grande maioria de votos, e fazendo, a 7 de julho de 1854, igual juramento para vereador suplente.

Em princípios de 1857, passou a propriedade e direção da "Estrêla do Amazonas" ao seu irmão Francisco José da Silva Ramos e a 28 de novembro deste ano assumiu a vara de juiz de

paz da capital. Requereu a nomeação para secretário da Câmara Municipal a 21 de maio de 1858, por deliberação da Câmara, que mandou convidá-lo para aceitar esse posto.

Teve para o mesmo nomeação efetiva a 19 de novembro de 1859, por proposta do Vereador, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, depois Bispo de Goiás e mais tarde Arcebispo da Bahia.

* * *

Silva Ramos era tenente da Guarda Nacional. Faleceu nesta Capital, na madrugada de 4 de março de 1861.

Foi casado com a Exma. Sra. D. Jesuína Maria de Azevedo Ramos, de cujo consórcio teve três filhos, de nomes Manoel de Azevedo da Silva Ramos, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos e Dária Ramos de Medina Ribeiro, todos amazonenses."
(Veja-se, neste Dicionrio, a biografia do Coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos.)

MANOEL DE MIRANDA LEÃO

O Prof. Manoel de Miranda Leão nasceu em Manaus a 15 de março de 1851, sendo seus pais o Coronel José Coelho de Miranda Leão e D. Martiniana Ferreira dos Anjos, esta pertencente à aguerrida tribo dos manaus, em sucessão direta.

Tinha apenas 14 anos de idade, quando se afastou da família, rumo à França, em viagem que durou mais de 40 dias, em navio veleiro, viagem essa retardada por motivo de prolongada calmaria.

Uma vez naquele país, matriculou-se em um Seminário, em Nantes; pronto para presbítero, declarou não possuir vocação para o sacerdócio. Transferiu-se então para Paris, em companhia do seu tio Clementino José Pereira Guimarães, mais tarde Barão de Manaus. Na Cidade-Luz, o jovem Miranda Leão freqüentou a Sorbonne. Voltou a Manaus. Após, viajou para Pernambuco, em cuja Faculdade de Direito matriculou-se. Mas ao atingir o 4.º ano, adoeceu gravemente, regressando à Manaus, onde começou a sua vida no comércio, como auxiliar do seu pai.

Mas, o magistério atraía-o, obtendo sua nomeação de professor elementar em uma escola da Província, em Barcelos, no Rio Negro. A solidão da vida rural o acabrunhava, a ele já afeito ao bulício de Paris. Voltou à Manaus, sendo nomeado lente de Francês do antigo Ginásio Amazonense. Para efetivar-se na cátedra, prestou concurso público de língua que sabia tanto quanto a materna. Devo registrar que o Prof. Miranda Leão lecionou Pedagogia, na Escola Normal do Estado, pelos idos de 1895.

Ufano-me de haver sido um dos seus alunos, então, quando cursava aquele estabelecimento. Recordo-me de sua erudição e didática. Suas aulas revestiam-se do estilo de conferências que atraíam outros professores e funcionários.

No âmbito da cultura, o emério intelectual foi ainda jornalista de excelente estirpe. Revistas e jornais antigos patenteiam-no. Um dos trabalhos mais reputados do Prof. Miranda Leão foi o que escreveu sobre o *Ensino Secundário na Província do Amazonas,* contendo subsídios que vêm desde 1838 a 1889. É uma digressão beneditina dividida em quatro épocas. Aí está toda a evolução do nosso velho Liceu Amazonense, surgido no seio do Seminário Episcopal, fundado em 1848; é hoje o tradicional *Colégio Estadual do Amazonas,* por onde têm passado quase todas as gerações de intelectuais. (Veja-se "Anuário do Ginásio Amazonense Pedro II", pág. 26 à pág. 48, Manaus — 1925). Não pode ficar esquecida outra obra do emérito amazonense, a intitulada "Vida de Ajuricaba", cujo personagem vinha a ser co-parente de sua esposa, por parte materna.

O Prof. Miranda Leão casou-se com a Professora Luiza Tapajós de Castro e Costa, filha do Major Nicolau José de Castro e Costa, figura de realce na política e na burocracia de Manaus, consórcio esse efetuado a 27 de abril de 1881. Do enlace resultaram os seguintes filhos, que sobreviveram, pois que os demais (5) faleceram em plena juventude: Dr. Raymundo de Miranda Leão, casado por duas vezes, grande premio, na Escola Nacional de Belas-Artes; Prof.ª Maria de Miranda Leão, solteira, diplomada enfermeira e assistente social, funcionária aposentada, no Estado do Amazonas; Helena de Miranda Leão, solteira, fez curso de Canto, classificada *soprano-lírico,* de excelente voz; Luzia de Miranda Leão, tem o curso de piano realizado no Colégio de Sion, do Rio de Janeiro, religiosa da Congregação Salesiana; e Maria de Lourdes de Miranda Leão Amorim de Brito, normalista pelo Instituto de Educação do Amazonas, casada com o Dr. Paulino Amorim de Britto.

* * *

Miranda Leão jamais se mostrou ardoroso em política. No entanto, vêmo-lo, como deputado provincial à Assembléia Legislativa, em 1886. Na campanha abolicionista, que terminou pela vitória de 10 de julho de 1884, foi um dos próceres. Fez parte da Comissão que se formou para receber o Presidente Theodoreto de Farias Souto, aquele que haveria de referendar, com sua assinatura, as últimas cartas de alforria. Miranda Leão fora designado para saudar o novo Presidente. Ao terminar o seu discurso, ainda a bordo do paquete que o conduziu, o orador

apresenta-lhe uma *Carta de Alforria* e pede-lhe que de pronto, a assine, o que fez com alegria. Theodoreto Souto, interpretando o sentir dos anseios da terra de Ajuricaba, foi o libertador do Amazonas, contra a resistência dos escravocratas do Sul do País. O episódio me fora relatado através da brilhante narrativa da Prof.ª Maria de Miranda Leão.

O Prof. Manoel de Miranda Leão ainda voltou à Europa, onde permaneceu quatro anos, com a esposa. Depois, em 1912, retornou à sua cidade natal, entregando-se ainda ao afã jornalístico, aí falecendo a 10 de setembro de 1927 — hoje, 10 de setembro de 1967 — portanto perfazendo 40 anos que passou ao Ambiente da Luz Eterna, quando, por mera coincidência, escrevo esta súmula de sua biografia.

MANOEL MONTEIRO (PADRE)

O Padre Manoel Monteiro da Silva, natural do Amazonas, nasceu na cidade de Lábrea (Rio Purus), a 17 de novembro de 1879. Foi seu pai o negociante português Caetano Monteiro da Silva, que empregou suas atividades em Manaus e no interior do Estado, chegando a ser um dos próceres da região, no primeiro decênio do século.

O Padre Monteiro ordenou-se, em Roma, a 18 de abril de 1908. Regressando ao Amazonas, iniciou sua vida sacerdotal viajando pela hinterlândia, especialmente pelos rios Madeira e Purus. Era um homem modesto, parecendo raiar pela timidez, sempre evitando a altura de um púlpito. Diz-se que foi um exímio *ritualista* tornado indispensável na execução de um cerimonial litúrgico, tendo aprendido nas grandes festas do Vaticano.

O Padre Monteiro dedicou-se a um profundo estudo da língua de Cícero, que passou a ensinar, interinamente, no Ginásio Amazonense Pedro II. É aberto concurso para o provimento efetivo, tendo sido o único pleiteante. Poucos seriam os candidatos que lhe poderiam fazer competência. É nomeado catedrático de latim, em cujo afã sempre se mostrou assíduo. Mais alguns anos de serviço público, o sacerdote aposenta-se, e entra nas lutas da política. Eleito Deputado Estadual, é escolhido por seus pares para presidir a Assembléia Legislativa, sendo nessa qualidade e em virtude de dispositivo constitucional, chamado para governar o Amazonas durante a ausência do respectivo titular (Dr. Álvaro Botelho Maia), de 27-7-1936 a 10-10-1936.

O Padre Monteiro governou o Estado durante 2 meses e 23 dias. Em tão curto período de tempo, nada poderia fazer, mesmo porque nada conhecia de governo e administração, pois, durante

toda sua vida, jamais fora, sequer, amanuense de repartição pública. O ofício lhe era completamente estranho.

Sob o ponto-de-vista psicológico, o Padre Monteiro foi um homem bom, simples, culto, mas sem aquele espírito de autoridade tão necessário em quem recebe o mandato da responsabilidade, na gerência da coisa alheia.

MARCIANO ARMOND

Uma das mais fortes personalidades ganhas pelo Amazonas conforme o passar do tempo demonstrou —, foi a do Professor Marciano Ferreira Armond. Nascido em 18 de agosto de 1858, em Mar de Espanha, Minas Gerais, chegou à Manaus no início de 1900 e onde viveu o resto de sua vida exemplar. Durante 41 anos a cidade se acostumou a ver sua figura inflexível e várias gerações de moços a ouvirem as suas aulas de verdadeiro mestre. Faleceu no Hospital da Sociedade Portuguêsa Beneficente, no dia 5 de janeiro de 1941, em Manaus. Já em idade provecta os seus familiares mandaram chamá-lo para Minas, quando fez uma carta de agradecimento em que mostrou toda sua ternura e o seu apaixonado amor pelo Amazonas.

* * *

Começou os estudos na terra natal, indo depois para o Rio de Janeiro, onde obteve o diploma de farmacêutico, pela Faculdade de Medicina, em 17 de dezembro de 1889. "Foi nomeado Major-Quartel-Mestre-de-Mar de Espanha, em 27 de agosto de 1892, por Floriano Peixoto. Em 19 de outubro de 1899, foi nomeado pelo então Ministro da Guerra, Marechal Medeiros Mallet, para o cargo de Farmacêutico-Adjunto do Exército, na guarnição do Pará. Em 20 de outubro de 1900 (já em Manaus), foi nomeado pelo então Diretor da Instrução Pública, Joaquim Pereira Teixeira, para o cargo de Inspetor Escolar. Em 30 de outubro do mesmo ano, foi posto à disposição do diretor do Instituto Benjamin Constant, para fiscalizar o ensino desse educandário. Em 27 de dezembro, foi pelo então Governador do Estado, Silvério José Nery, nomeado para interinamente exercer a cadeira de Física, Química e História Natural do Instituto Benjamin Constant, e em 9 de dezembro de 1901, em vista das provas de habilitação exibidas em concurso, foi efetivado no cargo de professor da mesma cadeira. Em 30 de abril de 1904, foi designado pelo Dr. Francisco Tavares da Cunha Melo, para lecionar Matemática Elementar no Instituto Benjamin Constant, durante o impedimento do titular efetivo. Em 1 de maio de 1905, no impedimento do professor efetivo, designado para reger

a cadeira de Geografia e História da Escola Complementar Feminina, e em 6 de novembro do mesmo ano foi nomeado para interinamente reger a cadeira de Física, Química e História Natural da Escola Complementar do sexo masculino. Em 26 de janeiro de 1906, nomeado professor interino de História Natural da Escola Normal. Em 5 de novembro do mesmo ano, foi mandado ter exercício no cargo de professor de Física, Química e História Natural da Escola Complementar Mista. Em 7 de janeiro de 1908, no impedimento do titular efetivo, foi designado para reger interinamente a cadeira de História Natural do Ginásio Amazonense. Em 30 de novembro de 1907, foi pelo então Governador do Estado Coronel Raymundo Afonso de Carvalho, considerado vitalício no cargo de professor de Física, Química e História Natural do Instituto Benjamin Constant. Em 21 de maio de 1910, foi designado para reger a cadeira de História Natural da Escola Normal, durante o impedimento do titular efetivo. Em 3 de abril de 1912, foi nomeado para reger a cadeira de Pedagogia da Escola Normal. Em 28 de julho, nomeado para reger a cadeira de Francês da Escola Normal, durante o impedimento do professor efetivo. Em 10 de março de 1920, nomeado professor catedrático de Botânica Agrícola da Escola Agronômica de Manaus, cargo que exerceu com proficiência e dedicação exemplar até pouco antes de sua morte. Em 31 de julho de 1924, por ato do Governador Revolucionário, Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, foi nomeado, em comissão, para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, nomeação esta confirmada em 30 de setembro pelo Interventor Federal Cel. Raymundo Rodrigues Barbosa. Em 3 de dezembro de 1934, foi aposentado no cargo de professor de Física e Química da Escola Normal.

Na longa fé de ofício do Professor Armond — como era conhecido —, deve-se acrescentar a regência da cadeira de Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos da Escola Agronômica de Manaus. Voltou a lecionar História Natural no Ginásio Amazonense, em 24 de agosto de 1920. Era professor de Química Industrial Farmacêutica da Escola de Farmácia e Odontologia.

Após a Revolução de 1930, foi Prefeito Municipal de Manaus por alguns meses, tendo recalçado várias ruas do centro da cidade. Dirigiu o hebdomadário "A Nação", "fulgurante periódico em cujas colunas fustigava os maus e os criminosos".

* * *

Teve três filhas, sendo a primeira casada com o Dr. Júlio Sena da Fonseca Vaz e duas Irmãs de Caridade; além de outra reconhecida em testamento.

Das notícias publicadas por ocasião do seu falecimento, destaco os seguintes tópicos do "O Jornal" e "Diário da Tarde" — "Na serenidade dos justos e na humildade dos sábios finou-se o professor Marciano Armond, o grande modelador de inteligências." "De aparência severa, de hábitos metódicos, arredio de qualquer mostra de exibição, dedicando-se, tal como um apóstolo, ao estudo da Natureza, cujas leis e cuja organização lhe mereceram o máximo carinho, o professor Marciano Armond completou-se no magistério o legítimo cientista. Dezenas e dezenas de jovens tiveram-no como mestre e as suas cátedras sempre foram iluminadas pelo esplendor de sua cultura e dignificadas com a nobreza de sua fibratura moral."

Carlos Mesquita escreveu no "Diário da Tarde": "Foi um dos baluartes do movimento redentor de 1924 quando fizemos ruir por terra a mais nefasta oligarquia que jamais se implantara em terras amazônicas. Convivi com Armond durante esses 187 dias de incertezas e passamos, com 12 outros, nos alojamentos sombrios do quartel da Força Militar do Estado. Velho embora, nunca o vi alquebrado. Ao contrário: quando a sorte nos parecia mais adversa, a palavra encorajante de Armond dava novo alento aos que começavam a desesperar."

O Amazonas deve-lhe muito do imponderável da sua cultura. (Quase toda esta biografia foi extraída do excelente trabalho de Vitor Manoel Igrejas Lopes, publicada na "Revista Agronômica" de Manaus, n.° 38, de janeiro de 1941.)

MÁRCIO NERY

Márcio Filaphiano Nery, filho do Major Silvério Nery, nasceu em Manaus a 10 de março de 1865. Fez seus estudos preparatórios na sua cidade natal, retirando-se para o Rio de Janeiro onde se doutorou em Medicina, em 1890. Fez concurso para o lugar de lente substituto da Academia em que se formara, exercendo a respectiva cátedra por muitos anos. Escreveu vários trabalhos sobre o ramo de sua especialidade, quer em avulsos, quer insertos na "Revista Brasileira".

Chamado pelo Governo do Amazonas para chefiar a Comissão de Saneamento, na capital, em 1906, dedicou-se a esta missão por dois anos, concorrendo para a extinção da febre amarela. Do seu desempenho, deu conta em substancioso relatório.

Faleceu, no Rio de Janeiro, em 1910.

Publicou:

"Da influência exercida pelas moléstias do aparelho circulatório, quanto ao desenvolvimento das moléstias mentais e destas sobre aquelas" — Tese de Doutoramento — Rio — 1890.

"Contribuição para o estudo da terapêutica do béribéri" — Rio — 1897.

"As moléstias do vale do Amazonas" — *In* "Revista Brasileira — Rio — 1898.

"Geografia Médica do Estado do Amazonas" — Imprensa Nacional — Rio, 1909 — 44 págs. (Relatório apresentado ao 4.º Congresso Médico Latino-Americano.)

MARTINS SANTANA

O Prof. José Joaquim Martins Santana nasceu em Belém do Pará a 10 de junho de 1892. Fez os seus estudos primários no *Colégio Moderno* e o curso secundário no *Ginásio Paes de Carvalho* daquela capital.

Bacharelou-se em Direito na *Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais,* da mesma cidade, em 1918.

Fez concurso para a Repartição dos Correios e Telégrafos e, aprovado, foi mandado ter exercício em Manaus.

Vagando a cadeira de Português do *Ginásio Amazonense Pedro II* inscreveu-se, tendo como concorrente o Dr. Washington Mello. O pleito foi agitadíssimo, pela bravura com que, cada qual, defendia sua Tese, perante uma Comissão erudita e exigente, da qual faziam parte Adriano Jorge e Araújo Lima. A Tese do Prof. Martins Santana teve o título "Proposições e Neologismos". (1928)

O adversário também foi um candidato forte, mas o julgamento pendeu a favor de Martins Santana, tendo decorrido alguns meses para a nomeação.

O Professor Martins Santana foi casado com a Prof.ª Cora Ferreira Pinheiro de Santana, que, mais tarde, se bacharelou em Direito pela Faculdade do Recife.

Do seu consórcio, houve os seguintes filhos: Dra. Nilze Santana de Lima, formada em Direito e licenciada pela Faculdade de Filosofia da Bahia, casada com o Dr. João Lima; Dra. Vilma Santana, médica, clinicando no Rio de Janeiro; Prof.ª Cilda Santana, licenciada pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro e funcionária do BNDE.

Logo que Martins Santana foi para o Amazonas, entrou para a redação do "Jornal do Comércio", sob a valiosa direção do jornalista Vicente Reis.

Os traços principais do seu caráter foram a independência intelectual e reconhecida honestidade. Assim, após formar-se em Direito, trabalhou ativamente no *Forum,* sobretudo no crime, onde se destacou pelas suas excelentes qualidades de orador. Cedo, porém, se decepcionou, abandonando completamente a carreira de advogado, por não se amoldar o seu espírito a certos malabarismos da profissão. Sempre dizia para os amigos que, quando se aposentasse, iria terminar o curso de Medicina (chegou a fazer o primeiro ano, no Pará), a fim de atender a pobreza. Era estimado pela mocidade e sempre colaborava nos jornaiszinhos estudantis.

Acumulava o exercício de sua cátedra no Ginásio, com as suas funções nos "Correios e Telégrafos". Coagido a optar por um desses empregos, fê-lo por sua cátedra. Dava aulas particulares sem interesse pecuniário. Passando a ser exclusivamente professor, jamais fez comércio de sua profissão.

Tornou-se um erudito: era um estudioso da Filosofia, do Direito e da Sociedade e penetrou os arcanos do grego, do latim, do árabe, da História Geral e da Biologia. Era um espírito ávido de conhecimentos e nas horas de lazer, dedicava-se à poesia, sendo, de sua lavra, belos sonetos, dentre os quais "Finados" e "Supremo Assunto".

Obras publicadas: "Estudos sobre a Crase" (1916); "Lógica das Línguas" (1922); "Proposições e Neologismos" (1928), (Tese de Concurso para o Ginásio Amazonense); deixou inéditos um livro de poesias "Hóstias Violáceas" e outro sobre o tupi na língua luso-brasileira.

Martins Santana faleceu no Pará no dia 26 de março de 1954.

Parece-me que tanto o Amazonas quanto o Pará ainda não reverenciaram convenientemente a memória do saudoso professor. Mas São Paulo, através do Prefeito Faria Lima, acaba de dar o nome de *Professor Martins Santana* à bonita rua do Bairro Vila Nova Conceição daquela Capital.
(A base desta notícia biográfica é da minha observação; o restante, da colaboração da Dra. Cora Santana, viúva do biografado.)

MATTOS AREOSA

Antônio Duarte de Mattos Areosa nasceu em Coimbra, onde cursou Humanidades. Muito inclinado às atividades culturais, ainda em Portugal, fundou e dirigiu os jornais "Notícias de Coimbra" e "Lisboa-Coimbra". O seu nome está também ligado ao *Teatro Garret* no qual coordenou espetáculos artísticos.

Foi sócio correspondente da *Sociedade de Geografia de Lisboa* e da *Liga Naval Portuguesa* (Seção Geográfica Dom Carlos I). Na Seção Arqueológica do Instituto de Coimbra, existem peças valiosas do tempo da Inquisição, por ele oferecidas.

Mattos Areosa casou-se em primeiras núpcias com D. Mathilde das Neves e Mello, da família dos Condes de Alvalade e Rêgo Botelho, muito vinculada à Universidade de Coimbra. Foi poetisa destacada, colaborando assiduamente na imprensa de Lisboa, Coimbra, Funchal e Manaus.

No princípio do século, Mattos Areosa transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu durante alguns anos. Nessa cidade, tornou-se secretário do *Retiro Literário Português,* entidade, na época, de ativa participação cultural.

Já em 1908, sabêmo-lo em Manaus, onde se radicou definitivamente. Suas atividades profissionais dirigiram-se para o setor bancário e de seguros. Fundou a *Casa Bancária Mattos Areosa,* com agências de Seguros "Aliança da Bahia" e "Sagres". Vale acentuar que, naquela altura, ainda muito condicionada a participação da rede bancária nacional, na economia amazônica, a Casa Mattos Areosa participou com intensidade no giro financeiro da Praça, em apreciável volume de operações cambiais com Portugal, Espanha e Itália.

No que concerne à atividade secundária, foi o Comendador quem praticamente deu uma estrutura válida ao seu funcionamento. Ainda hoje se mantém, em plena vigência, alguns dos critérios disciplinares, por ele postos em prática.

O Comendador Mattos Areosa fundou o *Comitê Amazonense de Seguros,* órgão consultivo e de relevantes subsídios aos interesses da área.

Foi Presidente da Associação Comercial do Amazonas.

Paralelamente à ação profissional, prestou, em caráter permanente, contribuições à comunidade: entre outros aspectos, a Real Sociedade Portuguêsa Beneficente e a Sociedade Lusitana Repatriadora, atestam sua presença, no setor assistencial.

Casado em segundas núpcias, com D. Carlota Vera-Cruz de Mattos Areosa, o Comendador deixou os seguintes filhos: Danilo, atual Governador do Estado (1967), Fernando, Maria de Lourdes, Antônio e Manuela.

Muito viajado, com várias estadas em países europeus, o Comendador Antônio Duarte de Mattos Areosa veio a falecer em Lisboa em 1939.

(Com a colaboração obsequiosa do seu filho Antônio Duarte de Mattos Areosa Júnior.)

MAXIMINO CORRÊA

O Dr. Luiz Maximino de Miranda Corrêa nasceu na cidade de Santarém, no Estado do Pará, contava 68 anos de idade, quando faleceu, no Rio de Janeiro.

Era filho de Inocêncio Pinheiro Corrêa e D. Jacundina de Miranda Corrêa.

Do seu consórcio com D. Haydée Vale Corrêa, resultaram os seguintes filhos: Dr. Luiz Almir do Vale Corrêa, Magistrado, aposentado; Dr. Renato Américo do Vale Corrêa; D. Eunice Corrêa de Almeida; D. Ivete Corrêa Alves da Cunha; D. Déa Corrêa Silvado; D. Arlete de Miranda Corrêa; D. Clarice Corrêa Beça e D. Haydée Corrêa Costa Cavalcanti.

* * *

A família Miranda Corrêa é antiga, ilustre e abastada no Estado do Pará. Foram seus irmãos os engenheiros Antonino e Altino Corrêa da Costa, todos industriais progressistas do que deram sobejas provas em sua terra natal e no Amazonas. Associaram-se para a criação de uma fábrica de cerveja em Manaus, enfrentando, para isso, grandes dificuldades, não de capital, mas de competição egoística. Assim foi que a Fábrica de Cerveja Paraense trabalhou para que outra, na Amazônia, não lhe fizesse concorrência. Nesse plano de afastar as indústrias do gênero, conseguia que, de cinco em cinco anos, o Congresso Legislativo do Amazonas, em lei monopolista, autorizasse aquela Empresa a estabelecer uma fábrica idêntica em Manaus. Ao terminar um qüinqüênio, os contratantes pediam renovação do privilégio, o que era facilitado pelos licurgos amazonenses, sem perceberem o plano da postergação. Quando iam repetir o pedido pela 5.ª vez, o Congresso negou-o. Era deputado o Coronel Raul de Azevedo, que da tribuna, em recusa justificada, põe abaixo a pretensão. Corria o ano de 1909. Na oportunidade, os irmãos Miranda Corrêa requereram à Prefeitura a permissão de estabelecer, na cidade, uma fábrica de cerveja, guaraná, outros refrigerantes, implícita a confecção de gêlo. Não era da competência do Congresso essa permissão, nem isso constituía favor da Municipalidade, pois era matéria de rotina, resguardados os deveres na legislação sobre higiene e comércio.

Poucos dias depois, preenchidas as formalidades da lei, era lançada a pedra fundamental da *Fábrica de Cerveja de Manaus,* o maior acontecimento industrial de até então no Amazonas, o que se deve aos irmãos Miranda Corrêa, à frente o grande industrial Antonino Corrêa. Posteriormente, com o lamentável falecimento deste, entrou em ação direta o sócio Dr. Maximino Corrêa.

As duas grandes guerras deste século abalaram a Fábrica, mas não a abateram, devido às diligências do seu novo superintendente.

Trata-se de um homem de larga visão econômica e financeira. Em certa ocasião, pensou em estabelecer, nas proximidades de Manaus, uma usina de açúcar, para evitar as constantes faltas desse produto. Precisava de um empréstimo, relativamente pequeno, fornecido pelo Estado, sob a responsabilidade da Fábrica de Cerveja, cujo edifício valia mais de cinqüenta vezes o financiamento solicitado.

A respeito, fora ouvido o Procurador Geral do Estado, Dr. Marcionilo Lessa, que foi de parecer que o Erário somente deveria atender no caso de o Estado se reservar o direito de *regular as tabelas de preço do açúcar posto à venda.* Resultado: os proprietários da Fábrica de Cerveja, desistiram do empreendimento.

Mas, Maximino Corrêa tinha o desejo de criar a riqueza em bem do povo. Lembra-se de realizar a sidecultura no Amazonas, começando dentro da Capital e nos seus arredores. Promove a plantação da amoreira, em diversos lugares da cidade, para que toda a gente visse o processo de plantio e a adaptação do *bombix.* Fez duas colheitas em um ano e promoveu duas exposições de fios enrolados em madeiras entrançadas. Realizou conferências, publicou discursos e distribuiu prospectos. Foi duas vezes ao Rio de Janeiro, onde também pronunciou conferências. Tudo à sua custa. Foi como se pregasse no deserto. O que deveria ter entrado pelos olhos de todos, não penetrou no entendimento dos *extrativistas.* Para estes, Maximino era um visionário, como os pioneiros da juta em Parintins.

O Dr. Maximino de Miranda Corrêa era um engenheiro de variada cultura, que ia até o domínio das artes: apesar de um tanto atingido pela surdez, tocava bem piano interpretando os clássicos.

Entre os serviços prestados ao Amazonas, destaque-se o acabamento das obras do Grupo Escolar "Ribeiro da Cunha", ao tempo do governo Alfredo Sá (1925).

MELLO E PÓVOAS

Achava-se Francisco Xavier de Mendonça Furtado governando a Capitania do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém, sempre impressionado com o tamanho da área de sua jurisdição, muitas vezes maior que a de Portugal. Levou o fato

ao conhecimento de D. José I, sugerindo-lhe a emancipação administrativa da Capitania de S. José de Rio Negro, bem assim, as medidas a tomar, entre as quais seus limites e maneira de governar, no que anuiu, dando-lhe as *instruções* consubstanciadas na Carta Régia de 3 de março de 1755.

Para realizar essa medida de alto alcance administrativo, é nomeado 1.º-Governador da Capitania o Coronel Joquim de Mello e Póvoas, seu sobrinho e subordinado, tendo sede em Barcelos (antiga Mariuá), no Rio Negro.

Restava instalar o novo governo o que aconteceu solenemente a 7 de maio daquele ano (1755.)

Mendonça Furtado foi quem empossou o parente e já ali se encontrava desde algum tempo à espera da Comissão Espanhola de Demarcação de Limites chefiadas por Dom Iturriaga a encontrar-se com a Comissão Portuguêsa, para delimitarem as terras da Coroa de Portugal e de Castella, na região. Impaciente de esperar, por cerca de dois anos, dissolveu-se a Comissão Portuguêsa, retirando-se Mendonça Furtado para Belém, deixando o Coronel Mello e Póvoas encarregado de prover cerca de três mil pessoas ali aglomeradas em Barcelos, na sua maior parte das duas Comissões que, desencontradas, deram por finda a tarefa, que não chegou a ser começada, sequer.

Mello e Póvoas, como se infere, governou, por mais de um ano, em contato com o Capitão-General, salvo naqueles momentos em que andou, de lugar em lugar percorrendo o Rio Negro e o Solimões, de extremo a extremo. Em todos os aspectos do seu governo, o Coronel mostrou-se um homem de alto espírito conciliador, fraternal, numa época em que *pombalinos* e *inacianos* pareciam devorar-se, não obstante fosse um delegado, isto é, uma autoridade do Marquês de Pombal. Mello e Póvoas teve uma grande influência na mentalidade dos seus governados. O rol de seus atos é extenso. Não pôde completar, no Rio Negro, os três anos de trabalho para que fora convidado, com a remuneração de *dois contos de réis* anuais, pois foi transferido, por Mendonça Furtado, para a Capitania do Maranhão.

A seu respeito, na sua "História do Amazonas" (ed. de 1931, pág. 110), disse o Prof. Arthur Reis: "Mello e Póvoas começou inegavelmente a obra gigantesca de impedir que ruísse o trabalho dos missionários, civilizando a hinterlândia amazônica. Retirando-se para S. Luiz, por ordem do Capitão-General do Grão-Pará, entregou o governo a 25 de dezembro de 1760 ao Tenente-Co-

ronel Gabriel de Souza Filgueiras, Comandante Militar da Capitania, encarregado de negociações com os espanhóis, na fronteira do Rio Negro. Mello e Póvoas foi no Maranhão o que fora na Capitania do Rio Negro: um português inteligente, dinâmico e honesto."

É digno de figurar entre os vultos da nossa História.

MELLO REZENDE

O Dr. Simplício Coelho de Mello Rezende nasceu na antiga Província do Piauí, no lugar denominado Barra do Maratacã, hoje Barra, em 5 de março de 1873, falecendo em Manaus, em 10 de julho de 1932.

Descendia de duas ilustres famílias radicadas no Nordeste: pelo lado paterno, era Coelho de Rezende, tradicional do Piauí, mas vinda de Portugal, em 1757; pela estirpe materna, era Albuquerque Cavalcante de Mello Vanderley, reunião de duas famílias de fidalgos que acompanharam o primeiro Donatário da Capitania de Pernambuco.

Foram seus pais o Prof. Dr. Simplício Coelho de Rezende Filho, jurisconsulto, 1.° Diretor da Faculdade de Direito da antiga Universidade Livre do Amazonas, e de d. Cândida Nympha Albuquerque Cavalcante de Mello Vanderley.

Mello Rezende começou seus estudos em Terezina, quer o primário, quer o de preparatórios, concluindo-os no Recife, em cuja Faculdade de Direito se formou aos 18 anos de idade, em 1891, seguindo para Manaus, em companhia de seu pai.

Abriu Banca de advocacia, sendo-lhe o Fôro, pela sua competência e dinamismo, excelente seára. No exercício de sua profissão, era considerado um dos maiores causídicos do Amazonas.

O Dr. Mello Rezende — como era conhecido —, viajou muito pelo Brasil e pela Europa. Em 1910 fixou residência em Paris até 1917, indo para Pôrto (Portugal), daí se retirando em 1919. Regressando a Manaus, foi Secretário do seu cunhado, Des. Rego Monteiro, durante seis meses, dele se afastando por motivo de ordem política.

Em 1929, esteve novamente em Paris. Em Manaus colaborou em vários jornais, assim no "Jornal do Comércio", do seu compadre e amigo Rocha dos Santos; no "Diário de Manaus", no "Amazonas", n' "O Dia", etc. Quando tratava de assuntos jurídicos, assinava seu próprio nome, mas quando de motivos literários, usava o pseudônimo Gustavo Fróes.

No Fôro e na Imprensa, sustentou prélios de alta vibração jurídica, como a célebre "Questão do Itui", cujo *arrazoado* teve elogios de Ruy Barbosa, Clóvis Bevilaqua e Carlos de Carvalho.

Foi monarquista intransigente. Secretariou o *Bureau Político* do Sr. D. Luiz de Orleans e Bragança, pretendente ao Trono do Brasil, ajudando a traduzir para o vernáculo o seu apreciado livro "Cruzeiro do Sul", largamente divulgado no Brasil e cuja edição foi custeada pelo *Centro Monarquista do Amazonas.*

Do seu consórcio com a senhorita Judith de Mendonça e Silva, primogênita dos Barões de Machado e Silva, de Manaus, nasceram cinco filhos, um varão e quatro moças, estando vivos (1968), o Prof. Paulo de Mello Rezende, catedrático do Colégio Estadual do Amazonas, Sra. Clarisse de Rezende Bowner (viuva) e a Sta. Denise Isabel.

MENDONÇA FURTADO

A Carta régia de 3 de março de 1755, firmada por D. José I, rei de Portugal, estabeleceu a Capitania de S. José do Rio Negro, nos confins ocidentais do Grão Pará, constituindo um novo Governo cuja jurisdição se estendia então até às raias dos domínios da Espanha.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão Pará e irmão do Marquês de Pombal, primeiro ministro daquele soberano, ficara encarregado de traçar os limites da nova Capital, o que realizou por ato de 10 de maio de 1758, depois de pessoalmente erigir em vila, com o nome de Barcelos, a aldeia de Mariuá. Daí a importância de figurar nesta galeria, mesmo porque, a rigor, foi a primeira personalidade que governou o futuro Estado do Amazonas. Ainda hoje é indispensavelmente citado, porque, quando cumpriu a determinação do Rei, traçou os seguintes limites, que garantem ao Estado do Amazonas a posse indiscutível à parte do território disputada pelo Pará: "Pela parte do oriente devem servir de balisas, pela parte setentrional do rio das Amazonas, o rio Nhamundá; ficando a sua margem oriental pertencendo à Capitania do Grão Pará e a ocidental à Capitania de S. José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo rio das Amazonas devem partir às duas pelo outeiro chamado Maracá-assú, pertencendo à dita Capitania de S. José do Rio Negro tudo que vai dele para o ocidente; e ao Grão Pará todo o território que fica para o oriente. Pela banda do sul fica pertencendo a esta Capitania todo o território que se estende até chegar aos limites do Governo das Minas de Mato, o qual, con-

forme as ordens de Sua Magestade, se divide pelo rio Madeira, pela grande cachoeira de S. João ou Araguary".

Mendonça Furtado, tendo nascido em começos do século XVIII, aos cincoenta anos era o Capitão General do Grão Pará e chefe da Comissão de Limites com os espanhóis (1757-1758). Foi por sua sugestão que se criou a Capitania de São José do Rio Negro, depois de observar que fatores como o das distâncias e o de estrangeiros nas zonas limítrofes, exigiam o desdobramento de administração, o que se efetuou a 3 de março de 1775, e cujo primeiro governador foi Francisco de Mello e Póvoas, subordinado ao Pará.

Para compreensão das atitudes hostis aos jesuítas, recuemos cem anos à atuação de Mendonça Furtado. Foram muito claras e mesmo positivas as intenções do padre Samuel de Fritz (alemão ao serviço da Espanha), fundando várias missões de catequese no rio Solimões; entre outras, a de Tefé. No seu Memorial dirigido ao Vice-Rei do Perú, o Conde de Monclava (1679), depois de historiar a ação dos seus patrícios nas margens do grande rio, diz: "As conquistas que com o devido respeito menciono a V. Excia. neste Memorial são as do meu pasto espiritual, que se estende desde os omaguas no Napo até o Rio Negro. Até aqui os portugueses têm-se localizado com prejuizo da Corôa de Castela e pretendem ainda mais para cima, campo vastíssimo de mais de quinhentas léguas de dilatada gentilidade, em ambas as margens do rio Amazonas, e que precisa ser chamado ao grêmio da Santa Igreja". Nos cem anos seguintes muitos Tratados foram escritos, discutidos e consumidos, até que uma comissão mista chefiada por plenipotenciários das suas nações, Mendonça Furtado e D. José de Iturriaga (este pela Espanha) esteve em Barcelos, procedendo a estudos do território, não chegando a realizar as demarcações, em conseqüência das desinteligências que surgiram. "Entretanto, como não chegasse a Partida Espanhola para as conferências de demarcações, o que ainda era devido a influência dos jesuítas que empregavam todos os meios para demorá-la no Orenoco, o governador Mendonça Furtado, depois de dar algumas determinações, entre as quais a de mandar cumprir a Real de 14 de novembro de 1752, referente à fundação da fortaleza de S. Joaquim no Rio Branco, partiu para o Pará, onde chegando publicou a lei de 6 de julho de 1755, consoante com a Bula já citada, restituindo a liberdade aos indígenas, e para dar-lhe melhor execução expediu o Regulamento de 3 de maio de 1757, que é conhecido pela denominação de "Diretório". ("História do Amazonas" — Aprígio Martins de Menezes — Almanaque do Amazonas — 1896).

Foi nessa época que se deu a rebelião de Lama-Longa, no Rio Negro, sendo assassinados Caboquena e Frei de Santo Eliseu e executados (1758) os chefes da rebelião.

Em 1759 Mendonça Furtado foi destituído dos cargos que chefiava no Brasil e substituído por Manuel Bernardo de Melo e Castro.

Além de ter tentado dar ao gentio personalidade de cidadão, decretada no Reino e continuada por ele (instituição do salário), instalou a vila de Borba em 1756 e mais tarde a de Barcelos e Moura (1758). Mendonça Furtado tem a sua memória perpetuada em um Ginásio em Itacoatiara.

(Bibliografia que poderá ser consultada: "Corografia do Estado do Amazonas", A.B. — Manaus — 1925; "Estadistas portugueses na Amazônia", Arthur Cesar Ferreira Reis — Rio de Janeiro — 1948 "Súmula de História do Amazonas, do mesmo autor — Manaus — 1965; "Mosaicos do Amazonas, A.B. — Manaus — 1966; "Amazônida. História e Administradores do Amazonas" — parte de Aprígio Martins de Menezes — Manaus — 1966; "A Capitania de São José do Rio Negro" — Mário Ypiranga Monteiro — Manaus — 1955.)

MIRANDA LEÃO

Antes de tratar do Dr. João Coelho de Miranda Leão, quero pôr em relevo seus ancestrais, para lembrar mais uma vez que o atavismo é uma lei biológica.

A família dos Miranda Leão conta mais de um século de atuação no Amazonas, nos vários setores da atividade humana: no magistério, no comércio, nas ciências, na política, etc.

Como patriarca, destaco o nome do Coronel José Coelho de Miranda Leão, mandado à Luzéia em 1839 para combater os cabanos, levando 880 homens para expulsá-los da Mundurucânia, o que conseguiu. Pelos idos de 1870, ainda forte, prestou à Província do Amazonas relevantes serviços à causa pública, na sua qualidade de Deputado à Assembléia Legislativa.

Outro da estirpe, foi o Prof. Manoel de Miranda, uma incarnação de sábio que se educara em Paris, aprendendo na Sorbonne, voltando para sua terra, entregando-se ao magistério e ao jornalismo. Fortaleceu o seu cintilante espírito nos dogmas da Igreja. Sua filha, Srta. Maria de Miranda Leão — a Mãezinha — foi Deputada Estadual do Amazonas, também primando pelo talento e pela cultura, tendo vinculado sua vida ao ensino e à caridade. Ainda nesta geração, ali está, em Manaus, o Prof. Ho-

mero de Miranda Leão, poeta, Deputado Estadual, mentalidade de escol.

O Dr. Miranda Leão, de quem passo a me ocupar, foi um ramo vigoroso dessa árvore genealógica que tem enriquecido o Estado do Amazonas de ótimos frutos.

Quem vai contar a biografia do pai, melhor do que ninguém, é o seu filho, também médico ilustre, o Dr. João de Miranda Leão, poucos dias após o desaparecimento. Trata-se de uma peça inédita, escrita e oferecida ao nobre Prof. Themístocles Pinheiro Gadelha:

"Nesceu o Dr. Miranda Leão aos 9-1-1869 em Maués, antiga Luzéa, tendo sido seus progenitores o capitão Rodrigo José Coelho de Miranda Leão e D. Olímpia Monteiro da Costa Leão. Órfão cedo dos carinhos paternos, esteve quando adolescente, no Rio Madeira, onde adquiriu prática de trabalhos comerciais, servindo até de guarda-livros da antiga casa do Cel. José Gentil Monteiro da Costa, e depois vindo para Manaus seguiu logo para Belém.

Iniciou aí o curso secundário, partindo mais tarde para o Ceará, fazendo o curso secundário completo em Fortaleza. Nessa capital principiou a exercer o magistério, de onde tirava o indispensável para se manter e custear as suas despesas.

Desejando desde cedo abraçar a carreira médica, dirigiu-se para a Bahia, em cuja Faculdade se matriculou; mas ali esteve pouco tempo, transferindo-se para o Distrito Federal, onde terminou o seu tirocínio acadêmico.

Muito aplicado e estudioso, conseguiu em seu curso o internato no Hospital da Misericórdia, e em 1899 defendeu tese com a dissertação "Secções cirúrgicas dos tendões e suas indicações", recebendo em seguida o diploma de Doutor em Medicina.

Consorciou-se então com D. Luzia Valente de Miranda Leão, falecida também, dona que foi de preciosas virtudes.

Embarcou sem demora para Manaus, fixando residência; o casal teve dois únicos filhos, João e Geraldo (este já concluiu o curso ginasial, e aquele é acadêmico da Faculdade de Medicina da Bahia, a esse tempo).

Nomeado Inspetor Sanitário, impôs-se Miranda Leão à admiração de seus colegas pela correção de proceder e cultura científica. Nas dolorosas quadras da febre amarela, o diretor do S. Sanitário lhe confiou a chefia dos trabalhos de profilaxia específica, encargo em que empregou todo seu saber e enrgia, não conseguindo completo êxito por lhe terem negado os recursos materiais para todas as exigências de tão árduos trabalhos.

Coube-lhe ter sido em 1905, com Alfredo da Matta e Worferstan Thomas, um dos iniciadores dos estudos das verminoses no Amazonas, quanto à sua transmissão, profilaxia e terapêutica. Nesta empregou por primeiro a "Petiveria", mucura-caá chamada, em diversos casos com eficaz resultado.

Quando incumbido da assistência aos leprosos no Umirisal, aventou a criação de colônias agrícolas e leprosários modelos.

Na diretoria do Serviço Sanitário, cargo que desempenhou com alta competência, deu provas sobejas e incontestes de profissional conhecedor da moderna higiene.

Na horrível fase endêmica da gripe em Manaus, em 1918, M.L. se revelou operosíssimo, um verdadeiro apóstolo! O povo manauense e os poderes públicos, depressa esquecidos de serviços tão importantes em quadra assim tétrica, jamais deverão olvidar o seu nome, recomendando-o aos porvindouros. Ele se sacrificou nesse posto de honra. Aliado a qualquer campanha a pról do bem de mãos dadivosas para sempre amparar e proteger os pequenos; jamais se recusando no auxílio aos desamparados da sorte, grangeou a pouco e pouco a estima de uma população. Foi um entusiasta de quaisquer assuntos que se ligassem ao Amazonas, terra que tanto estremecia especialmente aos dialetos de certas tribos, aos seus temas sobre história, dos acontecimentos de antanho ocorridos, pontos em que se realçavam o seu saber e os finos lavores da sua inteligência.

Fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia, de que foi vice-presidente, do Instituto Geográfico e Histórico, a cujo conselho pertenceu, médico do hospital de Misericórdia e da Beneficente Portuguesa, quando neste eram gratuitos os serviços, (e de que foi afastado quando houve remuneração), membro fundador e ativíssimo propagandista do Clube da Seringueira, de que foi brilhante ornamento, fundador da Sociedade Amazonense de Agricultura, Miranda Leão jamais desmereceu da admiração e das simpatias de seus companheiros.

Atraiu-o também a política. Eleito Intendente de Manaus e presidente do Conselho, foi, por substituição legal, Superintendente do Município. Filiado ao Partido Republicano Amazonense, fez parte da sua Convenção. O seu caráter impoluto não se corrompeu na política. Lançou, finalmente, entre nós a semente, que se mirrou, da Eugenia, sociedade patriótica e grandiosa que teve a satisfação de fundar.

Em todos esses encargos e funções, Miranda Leão trabalhou e serviu à sua terra natal com elevado critério, saber e desprendimento.

1 — "Secções cirúrgicas dos tendões e suas aplicações" — Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio, 1899.

"Profilaxia da ancilostomose e tricocefalose em Manaus" — 1914; "Seringais plantados no Município de Maués" — Seringueira n. 2-1916; "Devemos plantar seringueiras no Amazonas?" — Seringueira n. 1-1916: "A farinha de mandioca" Seringueira ns. 3, 4, 5, 6, 7 — 1916: "Água filtrada" Seringueira ns. 9 e 10 — 1917; "As Içaubas (atta columbica)" Seringueira n. 8 — 1917: "Distância entre seringueiras plantadas" Seringueira n. 9 e 10 — 1917; "O pão de milho e trigo" Seringueira n. 11 — 1917; "A farinha alimentícia de papilionáceas e de cereais" Seringueira números 12, 13, 15 e 16 — 1917; "Os renques de Seringueira" Seringueira n. 14 — 1917; "Profilaxia da gripe (em colaboração) "Manaus — 1918; "Avisos sobre higiene" — Manaus — 1918; "A gripe por influenza" — Amazonas — Médico n. 5 — 1919; "Noção de profilaxia individual: defesa contra as doenças venéreas" — 1919; "Combate às verminoses" — Seringueira n. 21 — 1919; "Profilaxia da varíola" — Imprensa Off. — 1919; "Profilaxia do tifo exantemático" (avulsos) — 1919; "Tratamento de gripe" Imprensa Off. — 1919; "Nota biográfica do Dr. Alfredo da Matta" (inédita) — 1919; "Amazonas Médico" ns. 13, 16 — 1922.

Deixou, além de trabalhos sobre a língua tupi, uma excelente obra "Postilas de Latim" (inédita)".

* * *

Agora, um fato trágico a que o filho, seu biógrafo, não se referiu, mas que a imprensa destacou, em longas e comovedoras colunas: seu suicídio, com um tiro de revólver, na cabeça, no dia 26 de junho de 1920.

O ato de desespero não fora previsto por ninguém, mesmo pelos seus íntimos, pois era um homem perfeitamente equilibrado, jamais mostrara neurastenia, nem estava com a vida embaraçada de qualquer forma. Apenas, murmurava-se que havia descoberto estar contaminado de lepra, ele que tinha sido diretor e médico do Leprosário do Umirisal, à montante de Manaus.

MIRANDA REIS

O General José de Miranda da Silva Reis, nasceu a 28 de novembro de 1824, no Rio de Janeiro, falecendo a 1.° de janeiro de 1903.

Filho do Major Domingos da Silva Reis, assinalou-se um dos mais ilustres, bravos e admirados soldados do Brasil. Durante toda vida, desde que assentou praça, sua casa foi a caserna; sua família, a tropa; sua companheira de serviço, a farda. Uma vez na militança, teve o posto de Cadete, por ser descendente de militar.

A 14 de março de 1844, era promovido ao posto de Alferes, e de Tenente a 30 de setembro de 1846, sendo, no ano seguinte, transferido para a 1.ª classe do Estado Maior. Um procedimento exemplar conjugado com uma inteligência de escoal, foi a mola real de suas promoções, ou melhor dizendo, de sua escalada à culminância da Classe. Nada por favor; tudo pelo Direito, na rigidez da Lei.

Tendo concluído o curso da Escola Militar, Miranda Reis recebeu o grau de Bacharel em ciências matemáticas em 1848, e, em 26 de outubro de 1849, foi nomeado para servir no Pará, na sua qualidade de Engenheiro. Foi classificado no Corpo do Estado Maior de 1.ª classe, em 24 de julho de 1851. E, nesse ano, em 3 de setembro, mandado incorporar à Comissão de Limites Brasil-Uruguai. Promovido a Capitão, em 19 de junho de 1852, e a Major, por merecimento, em 2 de dezembro de 1856. A 23 de setembro de 1857 teve sua nomeação para chefiar a Comissão de Engenheiros em Mato Grosso. Em 1859 foi mandado servir no Rio de Janeiro, como Diretor das Obras Públicas.

Rebentara a Guerra do Paraguai, para a qual recebera ordem de marchar, sendo nomeado para o posto de Tenente-Coronel, em 1.° de julho de 1867. Seguiram-se-lhe encargos de grande responsabilidade na Guerra, saindo-se magnificamente bem de todas as tarefas. O mês de dezembro de 1869 foi-lhe repleto de entreveros perigosos, distinguidamente, o de Lomas Valentinas, no que fôra gravemente ferido. Diante de tanta bravura o Governo Imperial o elevou ao posto de Coronel, em 20 de fevereiro de 1869. Retirou-se da Guerra, mas não do serviço militar e civil. Terminara a luta a 1.° de março de 1870, com a morte de Solano Lopes.

* * *

O Coronel José de Miranda da Silva Reis, por ato de 27 e de 30 de abril de 1870, teve nomeação de Presidente e Comandante das Armas da Província do Amazonas, e no de 1872, o mesmo encargo em Mato Grosso, isto é, passou de Manaus para Cuiabá.

Não lhe minguaram ainda os postos e os títulos honoríficos. Assim, foi promovido a Marechal de Campo a 29 de janeiro de

1880 e a Tenente General Graduado a 31 de outubro de 1885. Foi ainda promovido a Tenente-General a 21 de janeiro de 1890 e reformado a 14 de março de 1892, no posto de Marechal. Foi agraciado com diversos Títulos e Ordens Honoríficas.

* * *

Voltemos às suas atividades no Amazonas, na sua qualidade de Presidente da Província, como se pode ver pelo Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, em sessão de abertura solene em 23 de março de 1871.

Informa sobre as excelentes relações do Governo da Província e da Côrte, como dos estados material e espiritual das 22 Freguezias em que se divide a administração do Culto Católico sob a jurisdição civil, no Império.

Interessantes os cuidados com que o Presidente se houve no amparo às igrejas da Diocese cuja sede era Belém. A igreja de N. S. da Conceição de Manaus, ainda não construída, mas funcionando em uma barração de palha, teve do Governo do General Miranda Reis todos os paramentos e a indumentária sagrada dos respectivos Sacerdotes.

Quanto à Saúde Pública, à cuja frente se achava o Dr. João Pedro Maduro da Fonseca, foi de uma diligência à toda-a-prova. Por vezes, fez expedir comissões aos diversos rios do interior, munidas de ambulância farmacêutica, para combater as endemias, maxime as do Rio Negro, pelas facilidades com que conseguia agir.

Referindo-se à instrução pública, traça o panorama da situação, dentro de um espírito otimista, ao contrário de tantos outros que ao assumirem o governo, frisam "nada terem encontrado".

Diz o Presidente que, em menos de vinte anos de autonomia, a Província progrediu sensivelmente, em todos os ramos de suas atividades, apesar dos muitos entraves de toda a ordem. E acrescenta, falando à Assembléia Legislativa Provincial, em 23 de março de 1871:

"As provas do que acabo de expender, tendes na abertura de aulas particulares, de ensino primário e secundário, em diversas partes da Província; na criação de aulas noturnas, e no aumento de alunos das aulas públicas; o que tudo melhor podeis ver no Relatório do ilustrado Diretor da Instrução Pública, que tanto se esforça para melhorar o importantíssimo ramo do serviço cuja direção lhe está confiada". E continua suas esplanações, como se fosse um profissional do ensino e ainda porque, em pouco

tempo, assenhoreou-se das contingências naturais da região e dos pendores psicológicos do seu povo.

No dilatado governo do General Miranda Reis, encontram-se provas do quanto estimulou e ajudou o progresso intelectual da Província. Entre outras medidas, sugeriu ao Poder Legislativo que todos os rapazes concluentes do curso do Liceu, podiam ser nomeados, sem concurso, para o provimento efetivo de cargos públicos.

O aumento das vantagens monetárias de professores foi outra mercê aos servidores das cátedras. Iria longe na conceituação de atitudes deste jaez, se mo permitisse o espaço.

É bom não esquecer que foi o Presidente Miranda Reis quem criou a Escola Normal da Província, remota pioneira do atual Instituto de Educação, conforme se vê no seu 2.° Relatório apresentado à Assembléia, em 25 de março de 1872.

Miranda Reis fez a reforma do ensino: um trabalho substancioso, cujo Regulamento foi baixado em virtude da Lei n.° 222, de 18 de abril de 1872.

E, pondera, naquele Relatório:

"A reforma por mim efetuada, na Instrução Pública da Província, só poderá produzir bons resultados, do ano vindouro em diante; para isso, porém, é necessário haver, como espero, o maior escrúpulo na escola e na nomeação dos professores, tanto do ensino primário, como do secundário, porquanto, é preferível deixar vaga qualquer cadeira, a tê-la mal provida".

* * *

Em relação às obras públicas, o governo Miranda Reis foi dinâmico e honesto, como nos demais ramos da administração amazonense. Dí-lo o extenso e minucioso Relatório do Eng. Silva Coutinho, Diretor do respectivo departamento do serviço público.

O acabamento da construção da Igreja de N. S. da Conceição, padroeira de Manaus e cuja pedra fundamental foi lançada a 23 de julho de 1858, mereceu-lhe a máxima atenção, estando o sagrado templo já próximo à cobertura.

Uma outra obra, também importantíssima, na vigência administrativa de Silva Reis, foi a conclusão do edifício do Paço Municipal da Câmara de Manaus, que, depois de pronto, passou a ser a sede do governo da Província, mediante aluguel, e o foi por muitos anos, até a compra do Palacete Sholtz que recebeu o nome de Palácio Rio Negro, em 10 de julho de 1918, na honesta gestão do Dr. Alcântara Bacellar.

Prosseguiram as obras, com os reparos nas quatro grandes pontes de madeira, nos boeiros e vários pontos da Rua Brasileira, hoje Sete de Setembro. Melhoramentos de pequena monta foram numerosos. Quanto às finanças, o govêrno da Província foi modelar, tendo à sua frente o Inspetor do Tesouro, Major José Justiniano Braule Pinto.

Eis a personalidade histórica do General José de Miranda da Silva Reis, um dos maiores soldados do Brasil e um dos melhores administradores que o Amazonas tem tido.

(Para completo esclarecimento, vejam-se: Laurênio Lago, "Os Generais do Exército Brasileiro", 3.° vol., pág. 104 — 107 — Imprensa Nacional — Rio — 1942; Relatórios da Província do Amazonas — 4.° vol. — pág. 13, 229 e 465 — Rio de Janeiro — 1907).

MIRANDA SIMÕES

Manoel de Miranda Simões, natural da Bahia, formou-se em Direito pela Faculdade do Amazonas, figurando na Turma de 1914. Era, antes, Advogado Provisionado no Fôro de Manaus, tendo crescida clientela. Inteligência agil e dono de inegável cultura literária, exerceu também o jornalismo. Contraiu matrimônio com a professora Lidia Simões.

Quando da instalação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a 25 de março de 1917, foi ele quem preparou o respectivo Estatuto, trabalho que honra a percepção do seu redator. Até hoje sua orientação é a mesma que lhe deu, no ponto-de-vista jurídico.

Miranda Simões retirou-se para São Paulo, onde o encontrei, pela última vez, em 1926, acompanhado da esposa.

MITHRÍDATES CORRÊA

O Dr. Mithrídates Álvaro de Lima Corrêa nasceu em Manaus, a 13 de julho de 1904, filho de Antônio Coriolano Corrêa, maranhense, e D. Maria Deruchete de Lima Corrêa, cearense.

Sua formação espiritual foi toda realizada em Manaus, a primária, em Grupo escolar; a secundária, no Ginásio Amazonense Pedro II.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, pertencendo à Turma de 1933, num conjunto de 22 diplomados, dentre os quais vêem-se Gualter Marques Batista, Manoel Severiano Nunes e Neusa Alves Ferreira.

Mthrídates Corrêa foi casado com a Sra. Beatriz Ventilari Corrêa, consórcio que se realizou em 15 de maio de 1926, de cuja união surgiram os seguintes filhos: Antônio (comerciante); Fábio (comerciante); Mithrídates Filho (advogado); Raimundo (acadêmico); Luiz (funcionário autárquico); José (comerciário) e D. Mercêdes, casada com o Sr. Hamilton Corrêa.

Exerceu os seguintes cargos e funções: Diretor da Imprensa oficial, Professor catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas; Procurador Fiscal do Estado; Professor da Escola de Comércio "Solon de Lucena"; Promotor Público de várias Comarcas do interior do Estado; Juiz Municipal de Urucurituba e de Itapiranga.

Foi membro efetivo da Academia Amazonense de Letras, onde sua palavra era escutada com agrado, quer pela fluência da linguagem, quer pelo fundo de erudição de que se revestia.

Foi um prosador escorreito, fugindo sempre à prolixidade, como se pode verificar nos seguintes trabalhos, todos insertos na Revista da Academia: "Se os Retratos falassem"; "Atualidade do pensamento de Péricles de Moraes"; "Contradições e irreverências de Ruy Barbosa"; "O Destino de um Livro e o Livro de um Destino" e outros. Mas, para aferição de talento e de cultura, bastam esses fragmentos de sua vida acadêmica.

Mithrídates não foi somente aquela vibração que se podia ler ou escutar. Também, um aedo de fina sensibilidade: um coração para amar e para discorrer no mundo das emotividades. Leia-se a soneto "Imortalidade", à memória do seu amigo Péricles Moraes, em que ele trata da perene revivescência do homem, através dos séculos, quando afirma: "Não morre o que transforma a força em pensamento e desta arranca a cor e o movimento e tudo o que de belo o pensamento encerra".

E, como afirmação de sensibilidade, deu-a, às vésperas de fechar os olhos, num soneto que é como o outro, uma jóia de forma e cintilação. Como um testamento de sua derradeira vontade, protesta contra a tentativa de se arrancar o coração vivo de um homem morto e transportá-lo a outro homem ameaçado de morte próxima.

O Dr. Mithrídates Álvaro de Lima Corrêa foi exemplar, em qualquer dos aspectos em que se considere sua vida.

Faleceu a 1.° de janeiro de 1968.

(Informes de sua família, observações do Autor deste Dicionário e reportagem de "A Crítica", de Manaus, de 2-1-968.)

"O Padre José Monteiro de Noronha nasceu em Belém do Pará, a 24 de novembro de 1723, falecendo a 15 de abril de 1794. Filho de Domingos Monteiro de Noronha, cedo manifestou sua inteligência pelo que seu pai o entregou aos Padres jesuítas do Colégio de Santo Alexandre, ali completando seus estudos de latinidade, filosofia, física, geometria, manifestando-se em todos com o maior talento e aplicação.

Não querendo a princípio seguir a vida religiosa, voltou para casa paterna, entregando-se à advocacia, sendo chamado a desempenhar as funções de Juiz de Fora, na qualidade de vereador do Senado da Câmara, exercendo o cargo no civil, crime e orfanológico.

Enviuvando em 1754, teve com isso profundo desgosto, pelo que resolveu tomar ordens, constituindo para tal fim o necessário patrimônio, em 20 de fevereiro de 1755.

O Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões sagrou-o Presbítero e nomeou-o Vigário Geral do Rio Negro. Nas suas visitas a esse rio e afluentes, prestou o Padre Monteiro de Noronha os mais assinalados serviços, corrigindo os costumes, dando exemplos de virtudes e humanidade.

Estendendo essas visitas a todo o Bispado do Pará, que compreendia toda a Amazônia, escreveu um *Roteiro* ou Taboa itinerária em que, pela primeira vez, aparecem escritas, por um paraense, noções geográficas, topográficas e estatísticas de sua Província. Esse livro, hoje raríssimo, denominado "Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as últimas colonias do sertão da Província", foi editado em Belém, na tipografia de Santos & Irmão. O 5.° Bispo Dom Frei Evangelista Pereira chamou-o para Vigário Geral do Pará, isto para tê-lo a seu lado, vindo a servir de Vigário Capitular, por morte desse prelado.

Em 16 de abril de 1783, tomou posse da cadeira de Arcipreste da Catedral de Belém, e, em 28 de outubro do mesmo ano, foi eleito Vigário Geral do Bispado. Em 10 de julho de 1790, como Vigário Capitular, tomou conta do cargo de Governador do Bispado, pela retirada do Bispo Dom Frei Caetano Brandão, para Lisboa.

Eloqüente orador, tendo produzido inúmeros sermões, destes se salvou apenas o que recitou a 24 de julho de 1787, na abertura do Hospital de Caridade (Bom Jesus dos Pobres Enfermos, fundado pelo Bispo Dom Caetano Brandão). Agnello Bittencourt, (Ver "Corografia do Estado do Amazonas", pág. 333 — Tip. Palácio Real — 1925. Os subsídios biográficos, aqui estampados, são originados do "Dic. Bibliogr. Brasileiro", vol. V, pág. 99, de Sacramento Black e da Biografia do Prelado, por J.B. Faria e Souza.)

MONTEIRO PEIXOTO (Barão de São Domingos)

O Dr. Domingos Monteiro Peixoto (Barão de São Domingos) foi o 14.° Presidente da Província do Amazonas, tendo tomado posse do cargo a 8 de julho de 1872, que o recebeu das mãos do General Dr. José de Miranda da Silva Reis.

A' época, era calma a situação da Província que ia administrar.

A 25 de março de 1873, o Dr. Monteiro Peixoto dirigia sua fala à Assembléia Legislativa. São interessantes e avultadas as informações que prestou, começando pelos trabalhos da Comissão de Limites Brasil-Peru, em operação no alto rio Javari, auxiliando-a, como era do seu dever, em tudo que tocasse à aquisição do necessário. Informa, também, sobre a situação de paz e prosperidade em que achou a Província. Enumera as atividades pelos serviços de Limites do Brasil-Peru à cuja frente estava o futuro Barão de Tefé.

Convém lembrar que, ao tempo, num regime de centralização administrativa, um Presidente de Província, era, antes de tudo, um delegado indireto do Imperador, que o investia de poderes absolutos para agir. O que fazia era ato consumado.

Além de coajutor da Comissão lindeira, que fez ele para merecer as homenagens de uma benemerência e ser galardoado com a mercê de Barão de São Domingos?

Não pode haver dúvida que administrou com inteligência, senso de objetividade popular e muita honestidade. Lembremonos do modo como procedeu ao saber que os ferozes índios "jauaperís", do rio de igual nome, tributário do Rio Negro, bem como os "parintintins", do rio Madeira, que se haviam levantado em massa e trucidado as populações vizinhas. Os chefes das expedições repressoras, agindo a conta própria, foram além dos limites da barbaria, trucidando, em terras do antigo Município de Moura, em campo aberto, centenas de "jauaperís". No Madeira, em represália, as malocas foram incendiadas. Comentava-se, em Manaus, a indignação do Presidente Monteiro Peixoto. Os responsáveis foram chamados à Côrte e punidos. Na Justiça foi rigoroso nas punições de Juizes e Escrivães inescrupulosos, citando-se o caso de um Juiz da Comarca de Tefé que o Imperador removeu para uma Comarca, na Província do Espírito Santo.

No âmbito da Instrução Pública, seus cuidados foram extremos. Não admitia, como o fez na Magistratura, a intromissão do partidarismo político. Aos teimosos, respondia com um ato de demissão do cargo. Na sua fala à Assembléia Legislativa, diz: "Tendo o bacharel Gustavo Adolfo Ramos Ferreira, no cargo de Diretor da Instrução Pública, procedido irregularmente com esta Presidência, demiti-o por ato de 23 de outubro do ano último (1872), a bem do serviço público, nomeando, na mesma data, o bacharel José Antônio Rodrigues, para interinamente, servir o cargo".

Convém não esquecer, na sua maior parte, as exonerações surgiam seguidamente à mudança de um partido político, por outro. Revesam-se nas graças do Poder, os liberais e os conservadores. Não se pode suspeitar, na exoneração de Ramos Ferreira, procedimentos desonestos.

A questão do combate ao analfabetismo, foi abordado pelo Presidente, não se limitando somente à escola para a infância; foi assim que fez criar duas escolas noturnas para adultos, pela Câmara Municipal de Manaus. Melhorou a remuneração dos professores, não só primários e do Liceu, como da Escola Normal. Os benefícios prestados à Escola de Educandos Artífices teve o seu decidido amparo, mandando um emissário a S. Luiz (Maranhão), para contratar dois (2) mestres de ofícios, visto não tê-los encontrados na Capital amazonense. Quanto ao Seminário Episcopal, crisol-gênese de estudos preparatórios, dando vida e alma ao Liceu Amazonense, deu todos os estímulos. Por ocasião dos exames, lá estava, entusiasmando-se com o resultado das provas.

No setor das Obras Públicas, à frente de cuja Diretoria se achava o Engenheiro-militar Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, vibrava a mesma têmpera de trabalhador zeloso e honesto. Não é pequena a lista de obras em andamento e de outras de sua iniciativa, do seu tempo, destacadamente o Paço Municipal e a Igreja de N. S. da Conceição (Matriz), Padroeira da Cidade.

Outra obra não menos notável foi, sem dúvida, a continuação do Palacete do Governo da Província, à Praça 28 de setembro, mais tarde Praça João Pessoa, atual Heliodoro Balbi, grandemente aumentado para agasalhar o Batalhão Policial do Estado. O citado prédio havia sido adquirido de Custódio Pires Garcia.

Quanto às Finanças da Província, ninguém foi mais meticuloso, no rigor dos algarismos probantes de uma conduta correta.

O Dr. Domingos Monteiro Peixoto realizou uma administração limpa e consagradora; Manaus não o esqueceu, dando seu Título a uma das suas vias públicas mais movimentadas — Rua Barão de São Domingos.

MONTEIRO TAPAJÓS

O Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós nasceu a 15 de agosto de 1815, na antiga vila de Óbidos, na Província do Grão Pará, tendo sido filho de um casal português, transmontano, que ali se havia instalado.

À época da Independência, esse casal regressou a Portugal, conduzindo os filhos, entre os quais o menino Francisco Antônio, que não se adaptou àquele país, retornando ao Brasil, sozinho, localizando-se na sua terra natal.

Apesar de sua idade juvenil, mas muito decidido e trabalhador, conseguiu rápido progresso financeiro, pois, de empregado de balcão, passou a *regatão* no rio Tapajós, e a proprietário de terras marginais.

No ano de 1836, a *Cabanagem* havia assolado a Província do Pará (que era integrada pela Comarca do Alto Rio Negro), causando ao governo legal séria inquietação. Francisco Antônio, que, ao tempo, já era um negociante rico, não somente dispondo de embarcações, como de grande influência no seio da população rebeirinha, sobretudo, no Tapajós e Baixo Amazonas, resolveu oferecer à Regência seus vastos recursos, no sentido de debelar a *Revolução dos Cabanos*. Aceita a oferta, foi posta à disposição do Poder legal, uma de suas escunas, logo armada em guerra, entregue o seu comando ao Tenente da Marinha Nacional, Filipe Modesto Leal.

A embarcação belicosa partiu de Belém, rumo à Vila do Tapajós (mais tarde, cidade de Santarém), onde os legalistas enfrentaram os insurretos, causando-lhes esmagadora derrota. Enquanto isto se passava à embocadura do Tapajós, devido à interferência do futuro Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós, o Coronel José Coelho de Miranda Leão, enviado de Manaus para Luzéia (Maués), conseguia a rendição de cerca de oitocentos rebeldes, mediante entendimento e promessa de paz, dando-lhes como refém a pessoa de seu próprio filho Benjamin, que o acompanhava. E, tudo feito sem o disparo de um fuzil, isto é, sem o derramamento de uma gota de sangue.

"Em sinal de reconhecimento e regosijo pela vitória das forças legais, o Imperador D. Pedro II proclamou Francisco Antônio Monteiro *Herói do Tapajós*, bem como permitiu que adotasse um sobrenome brasileiro, tendo ele escolhido o de Tapajós, nomeando assim a família.

A cerca de 1846 transferiu-se com a família para a Comarca do Rio Negro, localizando-se em Manaus, onde instalou uma *Cerâmica a vapor*, no igarapé da Cachoeira Grande.

O Coronel Tapajós, como era então conhecido, foi sempre muito estimado por seus serviçais e gente do povo, aos quais procurava aplicar, por espírito de humanidade, seus parcos, mas utilíssimos conhecimentos de medicina, benemerência que lhe valeu a concessão da insígnia da *Ordem da Rosa.*

Na política e com a mesma inteligência e dedicação costumeira, prestou relevantes serviços, no exercício da Deputação provincial à Assembléia Legislativa, no biênio de 1874-1875 e, assim, nos seguintes.

Foi chefe do Partido Conservador, bem como exerceu o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional. Por ocasião da Guerra do Paraguai, era presidente da *Comissão de Alistamento de Voluntários da Pátria.*

O Coronel Monteiro Tapajós, em 1836 casou-se, na antiga vila de Óbidos (Pará), com D. Ana Joaquina Marinho Salgado, nascida naquela vila em 1820, filha do casal Ezequiel Salgado (português) e D. Cezária Marinho, (brasileira).

Deste casamento, são os seguintes filhos: Virgilio Salgado Monteiro Tapajós; Theodomiro Casemiro Monteiro Tapajós; Menandro Leandro Monteiro Tapajós; D. Alcina Rosa Monteiro Tapajós Mavignier.

Em 1842, na cidade de Belém, casou em segundas núpcias com a sua cunhada mais moça, Benedita Rosa Marinho Salgado, nascida a 13 de fevereiro de 1826, em Óbidos, e falecida, em Manaus, a 25 de setembro de 1879.

Deste novo consórcio resultaram quatorze (14) filhos, que foram os seguintes: D. Heloisa Clementina Tapajós de Castro e Costa; D. Felismina Luiza Tapajós Cheks Nina; D. Izabel Maria Tapajós de Oliveira Gomes; D. Maria Magdalena Tapajós Fernandes; Raymundo Salles Monteiro Tapajós; D. Ana Filomena Tapajós; João Monteiro Tapajós; D. Joaquina Monteiro Tapajós; José da Costa Monteiro Tapajós; D. Cesarina Tapajós Cahn.

* * *

O Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós foi o genearca da Família Tapajós, tendo deixado dezoito filhos, que deram (79) setenta e nove netos e (116) cento e dezesseis bisnetos.

Ao terminar este ligeiro histórico, esclareço que as informações acima resultaram do Capítulo *Meu pai,* do trabalho "Fugindo ao Tédio" de Leon Tupi, pseudônimo literário de Manoel Pedro Monteiro Tapajós, o 13.º filho.

Francisco Antônio faleceu em Manaus, aos 65 anos de idade, a 30 de abril de 1880, encontrando-se os seus restos mortais no

Cemitério de S. João Batista, de Manaus, na carneira n.º 46, da quadra 4, da área reservada às urnas transferidas do antigo Cemitério de S. José, juntamente com os despojos de sua esposa D. Benedita Rosa e de sua sogra D. Cesária Marinho Salgado, de seus cunhados Padre Manoel de Cupertino Salgado e Ezequiel Salgado".

* * *

Foi possível ao Autor deste Dicionário a Biografia do Coronel Monteiro Tapajós, devido à obsequiosidade do Dr. Hugo Tapajós, neto do ínclito patriarca. O Dr. Hugo, que reside em São Paulo, é um espírito culto, que, há 30 anos, organiza a árvore genealógica, de uma das mais distintas e tradicionais famílias do Amazonas.

NICOLAU DE MELLO

O Capitão Manoel Nicolau de Mello, natural de Pernambuco, foi uma figura de destaque, no Amazonas, a partir do meiado do século passado, quer por sua inteligência e cultura, quer por suas atitudes pioneiras de desbravamento e comércio.

Moço ainda, seu pensamento voltou-se para o Amazonas, levando recursos monetários e alguns escravos.

Aportando a Manaus, visou o Rio Negro, para onde partiu, ali começando sua vida no comércio, ao mesmo tempo que constituindo família. Mas, o Rio Negro não conseguiu prendê-lo.

Volta a Manaus, já proclamada a Província, e é nomeado Escrivão de Justiça, cargo em que poucos meses se demorou. Ouvira falar no Ayapuá, região do Baixo-Purus, em cujas terras havia grandes castanhais e seringais. Para ali se dirigiu com sua família, escravos e parentes de sua esposa. A região, somente habitada por índios *muras,* não o decepcionou.

Em Manaus, faz publicar no jornal "Estrela da Amazonas", em 1856, um anúncio convidando gente de trabalho que quizesse residir no Lago do Ayapuá, facilitando transporte e equipamento.

Com pessoal civilizado, começou a colonização daquela zona, ao mesmo tempo que arregimentava os muras em duas tabas ou malocas: a do Bacurí e do Maués. Promoveu o plantio de roças de mandióca, milho, cará.

Por volta de 1889 o povoamento havia aumentado consideravelmente. Foi nomeado Delegado de Polícia e Diretor dos Índios.

A descendência de Nicolau de Mello foi grande, constituída pelos seguintes filhos: Lourenço Nicolau de Mello, casado, comerciante, guarda-livros, Deputado estadual; Leopoldino Nicolau de Mello, casado, comerciante; Nuno Alves de Mello, casado, piloto fluvial; Virgílio Mello, comerciante; Izabel de Mello Pôrto, viúva; Raymunda de Mello Lorencini, viúva; Mirandolina, todos falecidos, mas deixando muitos filhos e netos.

O fato mais interessante na vida do pioneiro foi o haver comprado, em Recife, um velho barco oceânico, provido de dois mastros e abundante velame, próprio para viagens longas. Destinava-se ao transporte de mercadorias entre aquela cidade e o Ayapuá, constando haver realizado apenas duas missões.

Manoel Nicolau de Mello faleceu em 1890, após regressar da Europa, onde havia feito uma operação de catarata.
(Leia-se Agnello Bittencourt, "Reminiscências do Ayapuá" — Rio de Janeiro — 1966)

NUNES DE LIMA

O coronel José Nunes de Lima nasceu em Fortaleza (Ceará) a 10 de dezembro de 1884 e faleceu em Belo Horizonte (Minas Gerais) a 7 de fevereiro de 1949. Estudou o curso de humanidades na sua cidade natal. Não realizou nenhum preparo acadêmico certamente por ter começado a trabalhar muito cedo. Seu destino estava no comércio, sobretudo, no Amazonas, para onde, ao tempo, convergiam as esperanças da mocidade nordestina.

Nunes de Lima viajou para Manaus e empregou-se como Guarda-Livros na firma "Lima, Gomes e Companhia", integrada por seu genitor Joaquim Nunes de Lima, na oportunidade exercendo o cargo de Presidente da Associação Comercial do Amazonas. Seu pai era um braço forte para guiá-lo no caminho que o destino lhe apontara, em todo o decurso de sua vida cheia de iniciativas, começando pela fundação da Associação dos Empregados no Comércio, cuja história brilhante é bem conhecida por toda a gente de Manaus. Acontece quase sempre que um benefício inspira e reclama outro, não menos proveitoso. Foi o caso de Nunes de Lima ter criado no seio daquela Associação, o Clube Internacional, recreativo e cultural, destinado aos associados e suas famílias.

O comércio do Amazonas, vendo naquele homem um companheiro diligente, uma energia em ação, fê-lo Presidente da Associação Comercial. Investido nesse alto posto de confiança, criou novas forças de amparo em prol dos ideais da classe.

Desse modo, foi-lhe fácil, ele que era um negociante retalista, fundar a Associação Comercial dos Retalistas de Manaus.

Não decorreu muito tempo, outra associação de classe surge no ambiente comercial da cidade: a Associação dos Panificadores, de que fazia parte o seu notável estabelecimento, a Padaria Mimi. Nunes de Lima não tinha espírito de isolamento.

Um dia fora eleito vereador de Manaus. Nunca se submeteu às injunções partidárias, guardando a compostura política exigida. Para o seu caráter, a subserviência era uma fraqueza da dignidade humana. Nunes de Lima foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte do Estado, em 1935. Diz um dos seus biógrafos: "Como Presidente da Associação Comercial do Amazonas, ninguém o excedeu no constante ardor de bem servi-la", cargo para o qual foi eleito em sessão de 27 de março de 1938.

No interregno do seu mandato promove e constrói o Palácio do Comércio, inaugurado a 6 de agosto de 1942, que é o atestado de quanto pode um homem que tem força de vontade. Uma outra idéia sua foi o Banco Popular de Manaus, destinado a servir a funcionários e gente do povo. De fato, alçançou, largamento, o objetivo do seu escopo.

A criação do Rotary Club de Manaus, foi uma iniciativa do Coronel Nunes de Lima. Seu nome também ficou assinalado como Benemérito de várias Associações de Manaus.

* * *

Casou-se em 17 de fevereiro de 1916, com a Srta. Raymunda de Araújo Nunes de Lima, de cujo consórcio nasceram nove filhos: Cleomar, Roberto, José Jorge (falecidos); Raymundo, Engenheiro, casado com a Sra. Ilza Nunes de Lima; Carlos, Engenheiro, casado com a Sra. Helena Nunes de Lima; Fernando, Engenheiro, casado com a Sra. Aurea Nunes de Lima; Giselda Nunes de Lima; Helenise, casada com o Sr. Arlindo Mauro; Maria Esther, casada com o Dr. José Rodine Péret.

* * *

O Coronel José Nunes de Lima mudou-se em 1945 para Belo Horizonte, onde fundou a Cooperativa Banco Popular Mineiro. Quando faleceu, em fevereiro de 1949, estava na Presidência do Rotary Clube.

Seu nome passou à História.

(Fonte subsidiária: "Páginas de Saudade. José Nunes de Lima", Biografia inserta no "Boletim" da Associação Comercial do Amazonas, pág. 2, ano VIII, n.° 92, março de 1949 e informações de D. Oda Nunes de Lima Muniz).

NUNO CARDOSO

Não me foi possível saber onde e quando nasceu o Capitão-de-Mar-e-Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, da Marinha Nacional, constante da lista dos antigos Vice-Presidentes que administraram o Amazonas. Também são desconhecidos os nomes dos seus genitores.

Todavia, informa-se que, destacado para aquela Província ao serviço do Governo Imperial, casou-se, em Manaus, com D. Maria Leopoldina, filha do Marechal João Evangelista Nery da Fonseca.

Nuno Cardoso faleceu naquela cidade (Manaus) a 23 de agosto de 1881, sendo sepultado no antigo Cemitério de S. José. Fechada dita necrópole, os despojos de sepulturas perpétuas foram trasladados, em 1900 para o S. João Batista, entre todos, o de Nuno Cardoso.

Do seu consórcio, resultou numerosa prole, ficando no Amazonas, o Comandante, seu homônimo, Nuno Alves Pereira Cardoso, que foi casado com D. Vicentina de Castro Moraes Cardoso. Ainda de sua descendência, vive em Manaus (1967), o senhor Nuno Álvares Pereira de Mello Cardoso, funcionário aposentado como Diretor e informante destas linhas. Disse-me ainda que seu avô era descendente do Condestável Nuno Álvares Pereira, um dos heróis da História de Portugal de cujo fato há documentos no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Daí a origem do seu nome. Esclareceu-me, também, que dentre os descendentes do Capitão Nuno Cardoso, ainda vive, no Rio de Janeiro, sua irmã Vicentina Cardoso Waewer, viúva do Coronel Hércules Eduardo Waewer, que, por muitos anos viveu em Manaus, onde, na vila Municipal, hoje Adrianópolis, construiu sua residência.

* * *

O ilustre marinheiro deu provas de sua permanência no Amazonas, pela aquisição de propriedades que realizou. Uma delas foi o terreno em que está o atual Mercado Municipal, que seus herdeiros venderam pela ridícula quantia de quinhentos cruzeiros velhos.

Outra propriedade de Nuno Cardoso foi o enorme lote de terras que requereu e legitimou (a um quarto de légua), à margem direita da Cachoeira Grande, que destinava à agricultura, região, ao tempo, completamente desabitada, como o era a da esquerda e na qual nada pôde fazer. Um incidente veio perturbar a serenidade do processo de herança: verificaram que no Título de Posse estava escrito margem direita, quando era a margem esquerda a solicitada pelo requerente. Não havia uma pessoa que contestasse o alegado. Os pleiteantes ganharam a querela. Tratava-se de um lote de terras que se estendiam do mais tarde Boulevard Amazonas, marginando a Cachoeira Grande, até perto de Flores, na posse mansa e pacífica dos herdeiros, por mais de meio século. Certo dia, porém, de 1930, logo após a revolução que implantou a era getuliana, os herdeiros de Nuno Cardoso foram espoliados do seu direito, por um Decreto do Governo do Estado, considerando nulo aquele Título de Propriedade, sem forma de processo de indenização.

O leitor não estranhe o fato de matéria de uma biografia se estender à história, quando é certo que ambas se confundem na definição do fenômeno social.

* * *

A Capitania dos Portos do Amazonas foi criada pelo Decreto Imperial n.° 5.798, de 15 de novembro de 1874. Foi nomeado seu primeiro titular o Capitão-de-Mar-e-Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, então 1.° Vice-Presidente da Província. Assumiu suas funções a 13 de fevereiro de 1875, pouco tempo permanecendo no cargo, pois, inesperadamente, tarefa mais elevada lhe apareceu, na substituição de Presidente da Província. De fato e por duas vezes esteve no timão do governo: na primeira, de 16-3-1875 a 7-7-1875; na segunda de 13-6-1876 a 26-7-1876.

Nas oportunidades mostrou-se um homem esclarecido, enérgico, e justo, pondo-se acima do partidarismo político, como se pode depreender dos Relatórios apresentados, um à Assembléia Legislativa da Província a 29 de março de 1875, e o outro quando entregou o governo ao Presidente Dr. Antônio dos Passos Miranda, a 7 de julho do mesmo ano. O primeiro é a um tempo uma demonstração de como encontrou a administração pública e uma plataforma de como ia agir. O segundo Relatório é o conteúdo de tudo que pode realizar, enfrentando a pobreza, a ignorância, a desordem sistematizada e a oposição incompreendida. Ambas essas peças oficiais deveriam ser reeditadas, como documentos históricos da situação do Amazonas, naquele momento do seu destino.

Uma das características do seu governo foi a independência de ação com que fazia valer sua autoridade. Consta que demitiu a bem do serviço público o Capitão Manoel Rodrigues Cheks Nina do cargo de Diretor da Instrução Pública, por haver menoscabado de suas ordens. Cumpre lembrar que se tratava de um político de influência, genro do Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós, o super-homem da Província, quer na vida partitária e comercial, quer no trato social, fosse em relação a Manaus, fosse em se tratando da corte.

* * *

Teve de sobrepor-se à falta de recursos da Província, economizando o máximo dentro das verbas orçamentárias, para ele consideradas restritivas, quase sagradas. Não contando, pois, com recursos maiores, conseguiu fazer pequenos melhoramentos públicos, porém numerosos, todos constantes do seu último Relatório, com indicações dos serviços, uns encontrados em andamento, outros iniciados na vigência de sua administração. Mas, muito mais relevantes foram os outros que não se vêm, nem se medem, isto é, os de conteúdo moral e intelectual, como sejam os de combate ao descaso, à ignorância, criando escolas, demitindo professores incompetentes e funcionários relapsos.
("Jornal do Comércio" — Manaus — 24-12-67).

OCTÁVIO PIRES

O Prof. Octávio Pires era um dos mais destacados membros do magistério particular de Belém do Pará, onde possuía um estabelecimento de ensino primário muito freqüentado. Por motivos políticos, foi obrigado a retirar-se para Manaus, quando, no governo do Estado, se encontrava o Coronel de Engenheiros Antônio Constantino Nery, em 1906, que lhe deu excelente acolhimento.

Com os recursos que levara de sua terra natal, fundou o *Colégio Santana Nery,* em homenagem à memória deste ilustre amazônida — Barão de Santana Nery.

A sede do Colégio era no palacete Joaquim Sarmento. Tinha um corpo docente selecionado.

No período governamental seguinte, passou a gozar de uma pequena subvenção do Estado a fim de melhorar e aumentar o seu aparelhamento de ensino.

Por motivo da grande crise econômica que avassalou a Planície, agravada pela Guerra, o Colégio sofreu um abalo de exterminio, fechando suas portas.

O Prof. Octávio Pires entra na política, sendo eleito Deputado Estadual.

Viúvo, que era, quando chegara do Pará, casou-se com a Senhorita Leonida de Mendonça Lima, brilhante membro do magistério amazonense. Ignoro se do enlace houve descendentes. Do anterior, levara, de Belém, o jovem Octávio Pires Júnior, que foi um dos seus auxiliares, no Colégio Santana Nery e, mais tarde, funcionário dos Correios da Capital. Sabe-se que, em conseqüência dos movimentos revolucionários de 1924, deslocara-se da política. Em 1925, no governo do Interventor Dr. Alfredo Sá, ao instalar-se o novo prédio do Grupo Escolar Presidente Bernardes, a 15 de novembro de 1925 (depois mudado para o de "Ribeiro da Cunha") o Prof. Octávio Pires estava presente ao ato de instalação, tendo proferido um belo discurso. Em 1926, retira-se para Belém, onde se acha sepultado.

OLIVEIRA BRAGA

Bernardo Antônio de Oliveira Braga de quem, em Manaus, raras pessoas se lembram, cuja personalidade, assim, já está envolta nas brumas do passado, foi um português digno de sua terra e, não menos de sua "colônia", naquela Capital, onde viveu e trabalhou muitos anos.

Se não fossem a admiração e a amizade que lhe devotou o seu amigo e patrício, o Comendador Manoel Pereira Gonçalves, traçando sua biografia, há muito a erosão do tempo o teria levado ao país do esquecimento, pois, nem sempre a História é um registro de agradecimentos.

A esse dinâmico e honrado lusitano a quem conheci na minha mocidade, devo as informações biográficas que aqui transmito. Oliveira Braga era bacarense, nascido a 16 de dezembro de 1843, sendo seus pais João Manoel de Oliveira Bastos e Rosa Maria de Oliveira Bastos.

Desde menino, aos 12 anos de idade, ao mesmo tempo em que aprendia a ler, escrever e contar, servia de caixeiro, no balcão de uma casa de negócios, na cidade de Chaves (Portugal).

"De Chaves, passou à Lisboa, e, desta, ao Rio de Janeiro. Mas, havia deixado seu coração na cidade do Tejo". Por isso, bem pouco, senão dois meses, foram sua ausência e saudade. Retornando à terra, em 1864, casou-se com a Sra. Carolina Simões Braga.

Em 17 de outubro de 1869, viajou para Belém (Pará), ali aportando a 1.° de novembro, e logo se empregando numa casa

comercial, a qual, meses depois, lhe dava sociedade. "Em 1871, diz o seu biógrafo, veio ao Amazonas, a fim de tratar de liquidação de negócios de sua casa comercial, mas vendo que, em Manaus, melhor deveria desenvolver as suas transações, estabeleceu-se ali com uma casa filial do Pará, da qual se retirava mais tarde o sócio principal, ficando então senhor de todo o negócio do estabelecimento".

Oliveira Braga entregou-se ao afã de pugnar pelo progresso da navegação regional. Por mais de dois anos, esteve como Diretor da Companhia de Navegação do Alto Amazonas.

Era um homem de ação rápida e corajosa. Veja-se o seguinte fato: certa vez, em Belém, o vapor "Japurá", da Companhia, se achava detido judicialmente, para garantia do pagamento de quarenta contos de réis, em conseqüência de grandes reparos por que passara, num estaleiro do porto. Oliveira Braga vai a Belém, paga a dívida, levanta o "interdito" e põe o "gaiola" em movimento. O fato deveria ter produzido sensação na praça de Manaus, onde não havia um Banco em que se pudesse levantar tão grande quantia.

* * *

Em 1886, Oliveira Braga foi eleito para o cargo de Presidente da Sociedade Beneficente Portuguêsa do Amazonas, cargo para o qual foi reeleito várias vezes. Ao tempo, a Sociedade se achava no seu período inicial, possuindo apenas um magnífico terreno e uma pequena economia. Foi quanto bastou para que o seu Presidente, homem da inteira confiança da Diretoria, empreendesse o levantamento da sede, ponto de partida para outros chegarem ao monumento que é hoje o seu prédio, sendo um dos mais belos e soberbos patrimônios da cidade de Manaus.

Recordemo-nos que, nos pródromos da história do Teatro Amazonas, encontra-se o nome de Bernardo Antônio de Oliveira Braga, propondo-se para o construir nos termos do edital do governo da Província, no ano de 1883. Como síntese de tudo que poderia dizer, basta transcrever o seguinte, da Exposição dirigida à Assembléia Legislativa da Província pelo Presidente Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá (1883): "Em 3 de junho, mandei abrir concorrência para a apresentação de plantas e orçamentos, ordenando a publicação de editais, com o prazo de cinco meses, aqui na Província do Pará; e a 23 de novembro, dia designado para a abertura das propostas, foram recebidos dois projetos: um de C. Celeste Saccardi, de 249:883$290, outro organizado pelo Gabinete Português de Engenharia de Lisboa, e apresentado pelo comerciante Bernardo Antônio de Oliveira Braga, na importância de réis 500:000$000".

Como se vê da palavra oficial, o terreno escolhido para a construção do Teatro, era o atual quarteirão compreendido hoje pelas seguintes vias públicas de Manaus: Avenida Sete de Setembro, Rua Barroso, Rua Saldanha Marinho e Avenida Eduardo Ribeiro. A área, quase toda ainda baldia de prédios importantes, mas inteiramente de propriedade particular. Para ser ocupada pelo Teatro, deveria ser previamente desapropriada. O Presidente José Paranaguá não concordou com as despesas de indenizações, visto que os réditos do Tesouro não davam para tanto. Foi quando deram preferência pelo local onde hoje está edificado. Nova concorrência de construção é aberta, mediante editais. E que fim se daria ao contrato firmado entre o governo e o construtor Oliveira Braga, contrato esse amarrado por todos os liames da Lei e do Direito? Veja-se uma coisa interessante que surgiu, na segunda concorrência: apareceu um só proponente, Manoel de Oliveira Palmeira de Menezes, declarando realizar a construção do Teatro inteiramente de acordo com a proposta, conforme plantas e orçamentos apresentados em primeira concorrência por Bernardo Antônio de Oliveira Braga, sem outra alteração se não as atinentes às dimensões dos alicerces, única inovação do contrato em segundas mãos.

Tratando-se de um negociante, é lícito admitir que, com a aprovação muito justa do Presidente Paranaguá, homem honestíssimo, Braga reduzisse os seus direitos contratuais a termos de negócio comercial e operasse a transferência do seu contrato a Palmeira de Menezes. Isso, porém, não tirou de Oliveira Braga a glória intelectual e financeira de haver sido, de fato, o primeiro construtor do Teatro Amazonas, um poema arquitetônico.

Parecerá a espíritos menos prevenidos que o relato de episódios no contexto de uma biografia, é matéria dispensável, esdrúxula. Enganam-se em todos os casos em que as conexões dos fatos constituem a regra ou a lógica dos esclarecimentos.

* * *

(Para melhor entendimento da biografia de Oliveira Braga, leia-se o Professor Mário Ypiranga Monteiro, na sua exaustiva e beneditina obra, em três volumes "Teatro Amazonas", pág. 42 e seg. do 1.° volume, mandado editar pelo Governo do Estado do Amazonas, nas oficinas de Sérgio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 — Manaus — 1965); bem assim, o Comendador Manoel Pereira Gonçalves, *in* "Almanaque Madeirense para o ano de 1889", publicado por Manoel Pereira Gonçalves, em Porto Grande, rio Madeira).

O Dr. Joaquim de Oliveira Machado nasceu na Barra do Piraí, na antiga Província do Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1842, falecendo em Niterói, em janeiro de 1920. Foram seus pais Antônio Nunes Machado e D. Maria Clara de Oliveira Machado.

Fez-se Bacharel pela Faculdade de Direito de S. Paulo, logo seguindo para Barra Mansa, onde começou a sua vida forense, aí residindo por mais de vinte anos.

Sabendo o Governo do Império que a Província do Amazonas, então, passava por uma terrível crise política e financeira, e precisando de um homem de comprovado critério administrativo, convidou o Dr. Oliveira Machado para ir digirí-la, no que foi atendido, mas sem avisá-lo da prebenda que ia encontrar. De fato, depois que assumiu o cargo, teve conhecimento do cipoal em que se metera. Resolveu recuar, não o podendo, pois de toda parte lhe vinha o desapoio à sua atitude. A Assembléia Legislativa pede-lhe que não faça, bem assim os dois partidos vigentes. Um grande comício popular exorta sua permanência. Repetindo o simile de D. Pedro I, reduzido o fato à devida proporção no Amazonas, Oliveira Machado declara FICAR. E assim o efetuou, administrando no período de 12 de fevereiro a 1.° de julho de 1889.

No encontro que teve com a Assembléia Legislativa, o Dr. Oliveira Machado, pretendendo justificar sua atitude, disse aos Deputados: "Achei, Senhores, a Província sem lei de orçamento, sem lei de força, sem lei das Câmaras, sem dinheiro e, porque não dizê-lo? sem crédito. Só a inteira fidelidade me compele a fazer, sem ambagens, esta revelação brusca e cruel. Entretanto, estamos na Província em que a natureza prodigalizou todos os dons de uma vitalidade sem rival. É com amargor que vemos colocada na dolorosa conjuntura de incorrer em inevitável impontualidade, a mais rica das Províncias do Brasil".

O Dr. João Batista de Faria e Souza, o maior biografista de Oliveira Machado, disse a seu respeito:

"Impõe-nos a justiça o honroso desencargo de repetir que a administração do Dr. Oliveira Machado foi pautada pela norma da honestidade a mais incontestada e da moralidade a mais sã. O Governo Imperial, notadamente o então Presidente do Conselho de Ministros, Senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, fez-lhe justiça aprovando todos os seus atos, bem como a Assembléia Legislativa Provincial, em sua sessão de 26 de junho daquele ano".

Oliveira Machado, ao deixar o governo do Amazonas e desperdir-se do seu povo, publicou a seguinte declaração: "Á Província do Amazonas. Deixo a hospitaleira Província do Amazonas, para tomar caminho do Sul, de onde vim. Levo fundas saudades dos seus habitantes, que tão bem me acolheram, cobrindo-me de imerecidas distinções e confortando-me no meu afadigoso governo. No curto transcurso de quatro meses, fiz quanto pude em seu benefício e no desempenho da delicada missão de que fui investido. No retiro para o qual regresso, me alegrarei deveras, sempre que souber que a Província avança, afoita, na estrada da prosperidade a que tem direito, pela grandeza dos seus largos destinos. Não guardo ressentimento de ninguém, nem mesmo daqueles que tanto me agrediram. Eles mesmos sabem que não sou o que anunciaram no seu desvairo das paixões malígnas. Se ofendi a interesses de terceiros, mereço escusas. Entre os do indivíduo e os da Província, devia certamente defender estes. Ainda assim, diz-me a consciência que fiz uso moderado das amplíssimas faculdades conferidas pelo Governo Imperial. Do amigo, do adversário leal, do comerciante, do funcionário, de todos enfim que me fizeram justiça, despeço-me sinceramente penhorado. Manaus, 1.° de julho de 1889 — Joaquim de Oliveira Machado".

Aí está uma peça de alto valor moral e cívico, ou seja, uma vibrante lição de conduta política e social, que venceu as prevenções com que foi recebido, usando da poderosa arma da moderação e da justiça, não indagando, no trato público, se o pleiteante era *liberal* ou *conservador*.

* * *

O Dr. Oliveira Machado, devido ao curto espaço de tempo que permaneceu no Amazonas, é certo, não se integrou espiritualmente na família amazonense. Sim, lembramo-nos que não é a *jato* que as folhas de amoreira se transforma em seda, mas com o passar do tempo e de meticulosos cuidados. Todavia o que realizou, num sentido moral e administrativo, foi o suficiente para ficar integrado no reconhecimento do povo amazonense.

Um homem de tanta cultura, dinamismo e dignidade não poderia ficar à margem das nobres atitudes do Governo. Foi nomeado, em setembro de 1895, para o cargo de Secretário do Conselho do Almirantado, seu Consultor Jurídico, cargo esse que serviu por alguns anos, quando a morte o levou ainda em plena função oficial.

O Dr. Oliveira Machado foi um erudito, cujo pensamento se voltara para os problemas do Direito. Entre outros trabalhos

de valor anotem-se os seguintes: "Manual dos Vereadores", contendo a Lei de 1.° de outubro de 1828, sobre as Câmaras Municipais do Império do Brasil, explicadas por atos dos Poderes Legislativo e Executivo, expedidas desde 1829 a 1867, pela legislação peculiar às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, desde 1868, contendo 557 páginas, *in* 8.° seguida de 22 modelos: "Férias forenses", estudo científico e digressivo sobre o Decreto 128, de 30 de novembro de 1853, regulando as férias forenses, dos diferentes Juízes e alçadas das autoridades do Império, Rio de Janeiro, 1871, contendo 221 páginas, *in* 8.°; "O Habeas-corpus no Brasil", recurso popular e protetor da liberdade individual. Comentário completo aos artigos 340 e 355, do Código do Processo Criminal, art. 18 e seus parágrafos da Lei de 20 de setembro de 1871. Rio de Janeiro, 1871, contendo 878 páginas, *in* 8.°; "Prática dos agravos" em Juízo Cível e Comercial — Rio, 1878, 436 páginas, *in* 8.° (Faria e Souza, Biografia). E seguem-se outras obras, de igual importância ao seu tempo, e em alentados volumes, entre elas: "Fianças nos crimes"; "Novíssimo Guia Prático dos Tabeliães", de 1882, com 339 páginas, *in* 8.°.

No Amazonas, onde foi um dos últimos Presidentes, pouca gente sabe quem ele foi e o que fez à região e ao País se não que existe, à jusante de Manaus, à margem do Rio Negro, um aglomerado de habitações rurais, onde há, também uma velha e feia serraria: o lugar tem o nome — COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO, instalada com elementos nordestinos, nos primórdios da República, estando, no governo do Amazonas o Capitão Augusto Ximenes de Villeroy. Tem-se ali, no lugarejo, que é quase um bairro da Capital, a única homenagem a Joaquim de Oliveira Machado.

OLÍMPIO DE MENEZES

O Professor Olímpio Martins de Menezes nasceu em Manaus, a 1.° de novembro de 1885, aí realizando o seu curso primário no Colégio Santa Catarina, de propriedade e direção da saudosa professora Maria Amélia de Araújo Lima.

Seguindo para o Rio de Janeiro, aí fez o curso secundário no Colégio Alfredo Gomes. Por algum tempo teve de interromper seus estudos, por motivo de ordem financeira. Regressando à sua cidade natal, foi nomeado Inspetor de veículos, cargo que exerceu por pouco tempo, logo partindo para Florença (Itália), subvencionado pelo Estado do Amazonas. Nesse célebre centro de Pintura, dedicou-se ao curso de Artes Decorativas e Pinturas.

Da Itália, regressa ao Brasil, aportando em Recife, onde se fixa por alguns meses, ensinando as matérias de sua especialização, no Colégio Prythaneu, equiparado ao curso da Escola, na cadeira do professor Telles Júnior.

Saudades de sua terra e de seus parentes, fizeram-no retornar a Manaus. Achava-se vaga e, por isso, posta em concurso, a cadeira de Desenho do Ginásio Amazonense Pedro II. Candidata-se e conquista o lugar após todas as provas exigidas pelo regime de efetivação.

Á Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, em 1922, levou ao Rio de Janeiro, um trabalho sobre uma ordem arquitetônica brasileira, que mereceu muitos comentários sobre o assunto, trabalho que foi repetido publicamente em Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Fez parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Amazonas. Como artista profissional, além de sua função no Ginásio Amazonense, efetuou outros encargos de responsabilidade, tais como: Urbanista de Manaus; Reformador da parte interna do Teatro Amazonas, no sentido de ampliação e decoração; Diretor do Teatro; organizador do Parque do Tarumã; remodelador dos jardins da cidade; organizador do antigo Jardim Zoológico Municipal, entre as escadarias da Igreja da Matriz; decorador dos salões do Palácio Rio Branco e outros trabalhos de menor vulto. Também foram beneficiados pelo seu pincel os dois Templos católicos mais importantes de Manaus: as Igrejas de N.S. da Conceição e São Sebastião, nas paredes laterais e naves.

Nos quadros em que predomina o sentido profano, sobressaem os luares e as paisagens típicas da região, de árvores gigantescas, cujos troncos e galhos aparecem cheios de orquídeas. Os motivos do Professor Olímpio são todos florais. Quando o Dr. Washington Luiz, já eleito Presidente da República, foi a Manaus, o governo do Estado e as classes conservadoras, como homenagem, prepararam-lhe um banquete, no Teatro Amazonas. Para realizar a festa, na parte decorativa, foi chamado o Professor Olímpio de Menezes, que idealizou a apresentação de um igapó, no palco em frente ao salão dos espetáculos. O cenário foi preparado com os elementos vivos da floresta varzeana. O símbolo estava perfeito e o Dr. Washington Luiz conheceu, assim, o singular acidente geográfico da Hiléia.

* * *

Anos depois o catedrático de Desenho do curso ginasial aposenta-se, não tendo mais do que dez anos de serviço, alcan-

çando minguada remuneração; deixando Manaus e conduzindo a família para o Rio de Janeiro, onde se fixou, entregou-se às suas ocupações de proveto ornamentalista. Fundou uma pequena fábrica de brinquedos infantis, de madeira e de balata, estabelecimento que não logrou êxito por falta de financiamento.

Realizou excursões artísticas a Santos e São Paulo, em companhia do Dr. Ramayana de Chevalier, este pronunciando conferências e Olímpio ilustrando os temas com o seu pincel, resultando boa propaganda do Amazonas.

O Professor Olímpio de Menezes era casado com D. Judith Menezes, filha do desembargador José Alves Assumpção de Menezes, que após o casamento, passou a assinar-se Judith Menezes de Menezes. Do enlace resultaram os seguintes filhos: José Alves Assumpção de Menezes, Médico Legista da Guanabara; Dante Alighiere, Advogado em Belo Horizonte; Mário, que pertencia à Aeronáutica (falecido); Maria de Lourdes, casada com o Sr. Tibiriçá Zuany Carvalho Pires; Geraldo, Professor do Instituto de Educação Júlia Kubitschek; Maria Dária, Maria Catharina e Maria Dulce, todos honrando a terra natal.

O Professor Olímpio de Menezes sempre foi um espírito vibratil, irriquieto; parecia não ter descanso. Faleceu no Rio de Janeiro, a 25 de maio de 1951, sendo sepultado no cemitério de São Francisco Xavier.

PAES DE AZEVEDO

José Paes de Azevedo, tendo feito somente o curso primário, ainda muito moço, alistou-se entre os "voluntários" da Guerra do Paraguai, na qual entrou em vários combates. De uma feita, quando, muitos anos depois, estivemos juntos em Ayapuá, contou-me, na residência do meu sogro, o Coronel Lourenço Nicolau de Mello, alguns episódios da luta em que, por milagre, não fora atingido pelas balas inimigas. Disse-me ter recebido promoções e medalhas. Terminada a Guerra, em março de 1870, Paes de Azevedo retira-se para Manaus onde foi exercer atividades em serviços policiais.

De uma feita, mandaram-no para Lábrea, no Purus, quando, pouco antes de começar a Revolução do Acre, havia, naquela cidade, uma grande concentração de nordestinos que se distribuíam pelos seringais. Temia-se a desordem. O Delegado policial, lá chegando, com um destacamento de seis praças armadas, verificou que o edifício da Cadeia estava em ruínas, quase a desabar. Os oito detentos, cumprindo sentença, viviam soltos, trabalhando na cidade, recolhendo-se à prisão somente à noite. O Delegado informou-se da conduta daqueles homens, que não haviam fugido porque não queriam. Toma o alvitre de conseguir, com auxílio do comércio, embarcações, machados, facões, alimentos para uma semana, ordenando aos "prisioneiros" que fossem extrair madeira na floresta. Os homens não titubearam e ao fim do prazo fixado, achavam-se de regresso, conduzindo madeirame suficiente para a restauração do prédio. E eles próprios, a fizeram, sem constrangimento. Já tinham onde dormir, sem o incômodo das goteiras.

Mas não havia verba para mantê-los presos. O Delegado Paes de Azevedo permitiu que continuassem semi-presos a cumprir as sentenças a que foram condenados, tudo de acordo com o Juiz de Direito da Comarca.

José Paes de Azevedo casou-se com uma das filhas — Dudu — daquele industrial francês Sebastian Germain Robert, que fundou a grande fazenda de gado, de nome BOA VISTA, no Solimões, onde hoje está instalada a COLÔNIA AGRÍCOLA BELA VISTA, do Governo Federal.

O herói da Guerra do Paraguai deixou descendência numerosa, ainda existindo filhas vivas e solteiras que recebem pensão do Governo. Entre seus netos, quero destacar o jornalista Ulysses Paes de Azevedo, do "O Jornal", de Manaus.

Paes de Azevedo era tio do escritor e publicista Raul de Azevedo, que por longos anos trabalhou no Amazonas.

Além de funções policiais que desempenhou, foi, já ao entardecer de sua vida, Administrador do Trapiche 15 de Novembro, no porto de Manaus, ao tempo em que o litoral da cidade passou à Empresa Manaus Harbour Ltda., em virtude do contrato com o Governo Federal. Nesse posto, creio, foi aposentado.

Conheci de perto e por muitos anos o major José Paes de Azevedo. Era um homem alto e magro, muito magro. Disse-me certa ocasião, que não sabia o que era suar. Jamais humedecera uma camisa, na marcha mais acelerada de uma campanha.

Faleceu em Manaus, constando no seu túmulo, além do nome, a legenda: "Herói da Guerra do Paraguai".

PAES BARRETO

O Dr. Manuel Xavier Paes Barreto nasceu a 24 de agosto de 1871 e faleceu a 12 de setembro de 1960. Era natural de Rio Formoso (Pernambuco). Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. De 1902 a 1906 exerceu o cargo de Juiz Municipal

em Petrolina, em seu Estado natal; Promotor Público em Ubá (M.G.) de 1906 a 1907; Promotor Público em Joazeiro (Bahia) nos dois anos seguintes; Juiz de Direito em várias Comarcas do Espírito Santo, de 1908 a 1919, tendo, nessa qualidade exercido os cargos de Chefe de Polícia, Procurador Geral do Estado e Consultor Jurídico. Foi Juiz Federal em Mato Grosso, de 1919 a 1922 e do Amazonas e Acre, de 1922 a 1937, quando ficou em disponibilidade pela extinção da Justiça Federal. Posteriormente e até 1939, quando se aposentou, foi Juiz Federal em Cruzeiro do Sul, no Acre, então Território Federal.

O Dr. Paes Barreto, como professor, advogado e magistrado, durante 39 anos exerceu tais atividades com dedicação e espírito público. Fundou escolas, grêmios literários, bibliotecas, tendo sido sócio de academias de letras e do Instituto Geográfico e Histórico. Durante os anos em que morou em Manaus, residiu no palecete da Praça da Saudade, onde hoje está a Reitoria da Universidade. Era um perfeito homem de sociedade, um "causeur" admirável. Mantinha correspondência com Ruy Barbosa que o admirava. E entre os seus amigos contavam-se o Marechal Rondon e Dom Aquino Corrêa. Integrou-se profundamente na vida pública e social de Manaus.

Em sua atuação de magistrado, no Amazonas, destacam-se o julgamento individual da oficialidade (inclusive Ribeiro Júnior) e da tropa do 27.º Batalhão de Caçadores que, em 1924, revoltado, depôs o Governo constituído. Suas sentenças, quando sujeitas a recurso — e esse é um fato incomum — foram sempre confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal que, não poucas vezes, as elogiou nos acórdãos, pela firmeza e sabedoria com que foram prolatadas.

Casado com a Sra. Marcionília Paes Barreto, tiveram os seguintes filhos, todos vivos: Manuel Xavier Paes Barreto Filho, pernambucano, radicado no Espírito Santo, desembargador, ex-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo; Ruy Barreto, espiritosantense, ministro na carreira diplomática; Ormy Paes Barreto, funcionária da representação brasileira na Organização das Nações Unidas, em N. York; Isis Barreto Figueiredo, esposa do Comandante Carlos Afonso de Castro Figueiredo; Almir Paes Barreto, advogado na Guanabara; Dulce Barreto Rodrigues, esposa do jornalista Augusto Falcão Rodrigues; Elza Barreto Dantas Motta, esposa do Sr. Euvaldo Dantas Motta, bancário, ex-Diretor do Banco do Brasil, ela, amazonense; Wilson Paes Barreto, amazonense, funcionário do Banco do Brasil; Lia Barreto Vilarullo, amazonense, esposa do diplomata argentino Juan Vilarullo; e Nelson Paes Barreto, amazonense, advogado.

A descendência honra a memória do Dr. Paes Barreto que deixou no Amazonas, fortes exemplos de cultura e caráter. (Dados fornecidos pelo Dr. Almir Paes Barreto, ilustre filho do biografado).

PAU BRASIL

O comerciante Alexandrino Magno Taveira Pau Brasil nasceu em Manaus a 14 de julho de 1797, tendo falecido a 10 de maio de 1862, sendo sepultado no antigo cemitério de São José. Quando essa necrópole foi encerrada, seus restos mortais foram transferidos para o atual São João Batista, na quadra especial destinada aos jazentes de São José. Lá se acha uma lápide com seu nome e as datas aqui constantes.

Pau Brasil foi o maior negociante de sua época. Era considerado um homem abastado, pois possuía as melhores casas da cidade. Foi casado, havendo deixado duas filhas: Alexandrina e Joana, que foram herdeiras de sua apreciável fortuna. Dona Alexandrina Taveira que eu conheci por alguns anos, freqüentando nossa residência, casou-se com o comerciante João da Cruz Nonato Camarão, daí seu apelido de Alexandrina Camarôa, que faleceu em idade provecta. (Veja-se, neste Dicionário, a biografia de Gavinho Viana).

PAULINO DE BRITO

O Professor Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, a 9 de abril de 1858. Foram seus pais o Tenente de Artilharia Paulino de Almeida Brito e D. Ricarda de Almeida Brito, tendo sido seu padrinho, na pia batismal, o Tenente-Coronel Carlos Morais Camisão, que, mais tarde, se tornou famoso, na Guerra do Paraguai, na célebre Retirada da Laguna. Seu pai, aquele Tenente de Artilharia, foi morto em campanha, já no posto de Capitão, deixando na orfandade dois filhos, sendo um deles o menino Paulino que, em companhia de sua mãe, se achavam no Sul. D. Pedro II, condoído da fatalidade, visitou a viúva, oferecendo-lhe o encargo de manter e educar os meninos à custa do Estado. Regressando a Belém, Paulino de Brito apenas sabia ler e escrever. Matriculou-se no Colégio do Professor Saraiva, mas, por falta de recursos, foi obrigado a abandonar os livros e procurar ofício em que começasse a trabalhar. Fez-se aprendiz de tipógrafo e, possivelmente, daí os pródromos da sua futura vida de jornalista emérito. Premido por necessidades, o rapaz aceita o

oferecimento de um lugar de caixeiro em um seringal do Rio Purus: era uma aventura ao desconhecido. Realmente, o trabalho e a rudeza do ambiente o constrangeram ao regresso imediato, logo que pôde amealhar o custo da passagem até Belém. Novamenta aí, matriculou-se na Escola Normal, no estabelecimento em que o antigo discípulo haveria de ingressar, mediante concurso, na obtenção da cátedra de Português, na qual perlustrou durante muitos anos. Uma das maiores vitórias da inteligência e da cultura de Paulino era bacharelar-se em Direito, visando a Faculdade de Recife, ao tempo, a mais próxima de Belém. Ainda não era catedrático da Escola Normal, apenas simples normalista. Havia recorrido ao governo da Província. A invariável negativa consubstanciava-se no chavão: "não há verba".

A mocidade estudiosa de Belém mobiliza-se e apela para o comércio e para as indústrias em favor do jovem cujo pai, deixando-o ao desamparo, tinha sido um dos heróis do Paraguai. Na oportunidade, encontrava-se em Belém, em torneio teatral, a famosa atriz portuguêsa Emília Adelaide, com a sua Companhia de Comédias e Variedades. Paulino fez-lhe um apelo no sentido de um espetáculo, em prol de sua pretensão. A artista atende e o público apóia o recital, de extraordinário êxito financeiro.

Com o produto do valioso patrocínio, o rapaz embarca e uma vez em Recife, matricula-se na Faculdade e ensina particularmente, para manter-se. Ao fim do currículo acadêmico, estava Bacharel em Direito.

Regressando a Belém, encontra vaga a cadeira de Português da Escola Normal, de que era filho espiritual. Presta concurso brilhantíssimo e integra-se na Congregação vitalícia, nela permanecendo até aposentar-se.

O Professor Paulino de Brito foi um dos maiores sabedores do nosso idioma. Provam-no as obras que publicou e a polêmica que manteve com o lexicógrafo português Cândido de Figueiredo, no problema da *colocação dos pronomes,* ao tempo, bastante controvertida. Os dois bateram-se bravamente, não se sabendo distinguir qual o mais forte.

O gradiador das boas causas não se alheiou à questão da escravatura. Foi um dos seus próceres na imprensa e nos comícios. Discursava com a mesma ênfase com que escrevia. No seu talento, também bruxoleava a centelha da poesia bem inspirada, do que prova o inolvidável poema intitulado "Rio Negro." Não seria preciso mais, para se descobrir a genialidade do poeta, no portentoso desdobramento das alegorias.

No terreno da filologia, não foi menos fecundo e consagrado. Veja-se o rol de suas obras publicadas: "Cântico Amazônicos"; "Noites em Claro"; "Histórias e Aventuras" (Contos), :O Homem das Serenatas" (Romance); "Gramática Primária da Língua Portuguêsa"; "Gramática Complementar da Língua Portuguêsa"; "Brasileirismos da Língua Portuguêsa"; "Colocação de Pronomes" (Polêmica).

Foi um dos mais assíduos colaboradores da "Província do Pará. Fundou e dirigiu o jornal "A Palavra", para defender o ideal católico, nele trabalhando até poucos dias antes de falecer. Sua memória, em Manaus, está perpetuada num Grupo Escolar.

(Obs. — Os dados biográficos aqui constantes são devidos ao ilustre amigo Dr. Paulino Amorim de Brito, magistrado federal do antigo Território do Acre, ora em disponibilidade, no Rio de Janeiro, filho do biografado, com a seguinte declaração: "Os presentes dados biográficos sobre a vida do seu pai, de saudosa memória, foram extraídos de um artigo que, sob o título Paulino de Almeida Brito, de autoria do General Raimundo Rodrigues Barbosa, foi publicado na "Folha do Norte", de Belém, de 23 de abril de 1930").

PAULO ELEUTHÉRIO

"Paulo Eleuthério Álvares da Silva, Professor Catedrático de História Universal e do Brasil, por concurso prestado em 17 de agosto de 1920, nasceu a 4 de setembro de 1886, no Município de Pau d'Alho, Estado de Pernambuco. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Amazonas, Engenheiro Agrônomo pela antiga Universidade de Manaus, Engenheiro Rural, "Honoris causa" pela Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro, Professor inscrito na Diretoria Geral de Instrução Pública, e jornalista. Tem as condecorações de Cavaleiro da Ordem Boliviana do Condor dos Andes, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo, da República Portuguesa. Exerceu o cargo de Professor do magistério primário, secundário e superior, no Amazonas e em outros Estados. Pertence a diversas Associações científicas brasileiras, entre outras: Institutos Geográficos do Acre, do Amazonas, do Pará, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Alagoas, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Membro da Academia Amazonense de Letras e Correspondente das Academias de Pernambuco e do Pará e da Associação Brasileira de Imprensa. Está registrado na Diretoria Na-

cional de Educação, sob o n.° 5.593, para o curso Fundamental". (Nota extraída do "Anuário do Ginásio Amazonense Pedro II" n.° 2, comemorativo do cinqüentenário de sua fundação, Manaus — 1936).

* * *

O Professor Paulo Eleuthério viveu em Manaus por mais de 35 anos, desde o começo do século. Espírito dinâmico, sempre labutando na imprensa e no ensino.

Quando, em 1910, se fundou a *Universidade Livre de Manaus,* pelos saudosos Drs. Astrolábio Passos e Eulálio Chaves, o professor pernambucano prestou grandes serviços na sua organização administrativa. Astrolábio tudo lhe confiou. Era ele, em nome do Reitor, quem procurava os componentes do corpo docente, bancas examinadoras e o mais, na sua função de Secretário da Universidade. Também era aluno matriculado na Faculdade de Direito, na qual se bacharelou em 1920.

Transferindo-se de Manaus para Belém o Professor Arthur Reis, Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o Professor Paulo Eleuthério o substituiu naquele cargo, no qual, por mais de dois anos, serviu com inteligência e máxima dedicação. Provou que era um burocrata pontual e metódico.

Além disso não percebia qualquer remuneração, pois assim sempre ocorreu com os demais funcionários. Na Revista do Instituto, há vários trabalhos de sua lavra.

Jornalista combatente e destemido, fez tenaz oposição ao governo do Des. Rego Monteiro (quatriênio 1920-1924, não terminado).

Por esse motivo, foi muito perseguido pela situação dominante, sofrendo até agressões por parte da polícia. De uma das vezes, atacaram-no quando atravessava a praça de S. Sebastião, deixando-o todo ensangüentado.

Não bem havia recuperado a saúde, levantou-se mais violento, e viajou para Belém onde se achavam seus dois filhos, homens da mesma têmpera. Protegeu-o, ali o governador Barata conseguindo-lhe a representação de uma Autarquia Federal. Paulo Eleuthério é informado que o seu algoz do Amazonas estava de malas arrumadas, pronto para deixar o Governo amazonense e viajar para a Europa, com a família. E, para não perder a oportunidade de desancá-lo, à sua passagem, no porto de Belém, prepara e manda imprimir um folheto intitulado "Regolândia", um epigrama terrivelmente mordaz; em pessoa, vai a bordo, na presença do ilustre viajante, distribuindo aos circunstantes centenas de exemplares.

Correm os tempos. Um jornal oposicionista de Belém, em que pontificava o destemeroso jornalista João Maranhão, foi por mais de uma vez cercado e atacado em intenso tiroteio, por motivos de política local. Num daqueles encontros armados cai morto um dos filhos de Paulo Eleuthério, e a esposa deste, ao saber da ocorrência, sofre grave crise nervosa e vem a falecer dias depois.

Paulo Eleuthério, cansado e desiludido, já sentindo o peso da velhice, resolve ir a Manaus e depois retornar à sua cidadezinha de Pau d'Alho, onde, há poucos anos fechou os olhos para sempre.

A esse homem de temperamento irriquieto e vibrante, mas que foi, paradoxalmente, um burocrata zeloso, probo e competente, muito ficou a dever o Amazonas e as instituições oficiais e culturais a que serviu.

PEDRO FREIRE

O Coronel Pedro de Alcântara Freire, natural do Maranhão, nasceu a 19 de outubro de 1859, falecendo, em Manaus, a 17 de julho de 1927, estando sepultado no cemitério de S. João Batista.

Foram seus pais Feliciano Xavier Freire, oficial do Exército, bravo da Guerra do Paraguai, e D. Maria Evangelina Vieira Freire, de apuradas virtudes de inteligência e de coração.

Foi criado e educado na abastança de um ambiente em que nada lhe faltou, no conseguimento de uma instrução bem orientada.

Bem cedo, já em plena adolescência, revelou pendor para as letras, atraindo admiração dos colegas e a simpatia dos mestres. Nascera em uma época de florescimento de talentos que honraram a cidade de S. Luiz, capital da Província. Sejam lembrados os nomes de Belfort Vieira, Francisco Leal, Coelho Netto, Gonçalves Ribeiro, Teixeira Mendes, Aluizio Azevedo, Carvalho Leal e outros. Nenhuma Província do Nordeste apresentava plêiade mais numerosa e brilhante, na qual se achava integrado o jovem Pedro Freire.

Nas festas cívicas e literárias que se realizavam, lá estava a figura daquele rapaz que um dia, no Amazonas, haveria de fazer parte do seu governo e lhe emprestava toda sua dedicação e saber.

Em 1890, preparavam-se grandes festividades para solenizar o 4.° centenário da morte de Luiz de Camões, em todo o nosso País. A mocidade de S. Luiz uniu-se ao Governo para dar maior brilho à comemoração. Uma solene sessão teve lugar no Teatro S. Luiz, na data aprazada. No dia imediato, comentava-se que a peça oratória mais concisa e eloqüente foi a proferida por Pedro Freire.

* * *

Rompe, no Recife, a célebre "Questão Religiosa", contra a Maçonaria, provocada pelo Bispo de Olinda, D. Vidal, luta que movimentou a opinião nacional, com o apoio de seu colega, D. Macedo Costa. Chegando ao Maranhão, encontrou um grupo vibrante de idealistas de todas as classes, sendo que, na formada pelos jornalistas, já estavam Pedro Freire, Eduardo Ribeiro e outros no jornal "O Pensador", a fim de combater "A Civilização", especialmente criado para defender o Clero. Na ocasião, funda-se também "A Pacotilha", cuja orientação é entregue a Pedro Freire. Os dois jornais da mocidade cruzam suas baterias como órgão do pensamento dos Bispos. Podem-se imaginar as crispações de lado a lado, por meses a fio. Mas tudo em breve vai cessar com a condenação daquelas altas dignidades da Igreja e conseqüente clemência de D. Pedro II. Ninguém foi vencedor, ninguém foi vencido, por "Não haver direito contra direito", no dizer de D. Macedo Costa.

* * *

Terminara o encontro da fé e do laicismo, e outro se levantara: o problema da libertação dos escravos. O grande liberticida tuiu família, casando-se, no Maranhão, com Rita da Silva Freire, sempre à frente da "A Pacotilha" e de outros órgãos. A Lei de 13 de maio igualara todos os brasileiros, e como conseqüência a proclamação da República.

Aconteceu, porém, que os bandeirantes da ordem republicana fossem fortemente perseguidos e desalojados de suas representações políticas. Tiveram de abandonar a terra de Gonçalves Dias e homisiar-se no Amazonas. Partiram para Manaus o Tenente Eduardo Gonçalves Ribeiro e o seu grupo, integrado por Pedro Freire.

* * *

Em Manaus, governava o Estado, por nomeação do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, o Capitão Augusto Ximenes de Villeroy, que chamou Eduardo Ribeiro, para seu Secretário.

Pedro Freire, em breves dias, era chamado para funções de confiança, como Chefe de Segurança e mais tarde Secretário do Estado, etc.

Na administração do Coronel Ramalho Júnior, foi-lhe dado o Departamento do Interior, que abrangia as Municipalidades. No governo transitório do Dr. Turiano Meira, no Amazonas, ocupou o cargo de Secretário do Estado. Também o foi, na chefia do Expediente da Secretaria Geral, no passageiro governo do Professor Antônio Monteiro de Souza, substituto legal do Dr. Ephygênio de Salles. De todos os seus encargos, deu boa conta e uma afirmação de talento e cultura.

* * *

Foi um dos mais notáveis membros da Maçonaria Amazonense. Iniciou-se na Loja Vera Cruz na cidade de S. Luiz do Maranhão, regularizado na Loja Amazonas, em Manaus, em 16 de setembro de 1899. Em 28 de outubro de 1900, colabora na instalação da Loja Fraternidade Amazonense de que é eleito Venerável. Pela sua constância e competência, percorreu todos os graus da hierarquia, tendo oportunidades de receber honrarias dignificadoras. O idealismo da Ordem foi o traço moral e progressista do seu pensamento e de sua conduta doméstica e política em que viveu.

* * *

Em 1886, antes portanto de partir para o Amazonas, constituiu família, casando-se, no Maranhão, com Ritta da Silva Freire, de cujo consórcio, houve os seguintes filhos: Magnólia Freire de Castro, extinta esposa de Alfredo Freire de Castro; Violeta Freire Mendes, esposa do Ministro Raymundo Coqueiro Mendes; Camélia, já falecida e Lilázia Freire; finalmente o Dr. Deodoro de Alcântara Freire, Engenheiro eletricista já falecido, tendo sido casado com Jeanne Willie Freire, de nacionalidade belga.

PEDRO JOSÉ DE SOUZA

O Coronel Pedro José de Souza nasceu a 1.° de agosto de 1866. Ignoram-se circunstâncias familiares de sua vida. Sabe-se que foi um militar digno, quer por sua inteligência e probidade, quer pela maneira leal do seu procedimento.

No posto de Coronel, Pedro José de Souza foi nomeado Comandante da Força Pública do Amazonas, a 12 de junho de 1912. A Corporação possuía, na época, dois Batalhões muito bem equipados, contando mais de novecentas praças. De um deles, era

Comandante o Coronel Jansen Pereira; e do outro, o Cel. Manoel Antônio de Carvalho, (em 1968 ainda forte aos 93 anos de idade), sendo Comandante Geral o Coronel Pedro José de Souza. Essas duas unidades militares possuiam Oficiais de alta patente colocados em "disponibilidade", pelo fato de fazerem ostensiva oposição ao governo do Estado, então no quatriênio do Cel. Bittencourt. Ditos Oficiais percebiam suas remunerações integrais, igualmente como os da Ativa. A única restrição limitava-se à entrada no Quartel.

Num domingo que decorria tranquilo, a 22 de dezembro de 1912, à tarde, quando o Quartel estava quase vasio, um grupo de Oficiais em disponibilidade, num golpe de audácia, assaltou-o e prendeu os poucos que lá se encontravam, e quantos mais iam chegando, metendo-os na enxovia, inclusive os Comandantes, em cujo número se encontrava o bravo e destemido Pedro José de Souza.

Bittencourt, de sua residência, parte para o local, sendo obrigado a desistir do objetivo, evitando o sacrifício de sua vida. Novamente em casa, é preso com toda a família (inclusive com quem escreve estas linhas, também acompanhado da esposa e filhos menores). Todos conduzidos para bordo do navio "Cidade de Manaus", e, sem a mínima comodidade, enviados pelos paranás do Rio Negro .

A 1.° de janeiro de 1913 chegava do Rio de Janeiro o Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, novo governador do Amazonas — para cuja eleição vitoriosa muito concorreu o Coronel Bittencourt —, logo tomando conhecimento do assalto ao Quartel e dos fatos conseqüentes. Seu primeiro ato foi o de mandar buscar, em navio confortável, a Família Bittencourt, no Rio Negro e ordenar rigoroso inquérito, sobre a deposição do ex-governador.

E, então, todos ficaram sabendo dos gestos de miséria que os falsos correligionários do Dr. Pedrosa praticaram para o bajular, mas sem contar com a revelação da verdade.

O Coronel Pedro de Souza não fôra destituído da Comissão de Comandante Geral da Força Policial do Amazonas. Ficara, possivelmente, em sua casa, por ordem sigilosa do governador. Isso, em nada teria agradado aos assaltantes de 22 de dezembro de 1912. Como vingança, preparam nova investida para depor o Dr. Pedrosa, quando não havia completado um mês de administração! Certo dia, preparam o novo golpe, que é descoberto duas horas antes de ser praticado, e, apesar da idade avançada do governador Pedrosa, rapidamente homisia-se no Quartel da Força Federal. O Exército manda um contingente de artilharia para desalojar os mazorqueiros. Dados os primeiros disparos, aquela praça de

guerra esvasia-se, pois os seus ocupantes não ofereceram resistência. Quem parlamentou com os atacantes foi o Coronel Pedro José de Souza, amigo de Pedrosa e de Bittencourt.

No dia seguinte, a Corporação Policial era dissolvida até que o governo providenciasse a seleção de outra gente para estruturar sua nova Força Pública.

O Coronel Pedro José de Souza embainhou, de vez, sua espada, rumando para sua residência, onde pode gozar as benesses de sua Reforma na tranquilidade de sua consciência.

(Leia-se, neste Dicionário, a biografia do Coronel Salgado dos Santos, na qual existem outras referências sobre o assunto.)

PEDRO MASSA (DOM)

Dom Pedro Massa nasceu na Itália em 29 de junho de 1880, falecendo no Rio de Janeiro a 15 de setembro de 1968. O futuro Bispo de Ebron veio muito moço para o Brasil e, em São Paulo, a 15 de janeiro de 1905, ingressou na Ordem dos Salesianos, da qual foi Procurador em 1910. Foi Vigário da Paróquia de Santa Tereza do Rio de Janeiro, em 1914; mais tarde, Inspetor Salesiano em Mato Grosso. Em 1.° de dezembro de 1920, designado Prefeito Apostólico em Corumbá. Posteriormente, Administrador Apostólico do Rio Negro. Chegou a Manaus em julho de 1921, tendo sido o 1.° Administrador Apostólico de Humaitá, (que pertencia à Prelazia de Porto Velho) até 1.° de maio de 1925.

Foi sagrado Bispo a 1.° de maio de 1941, em Niterói, por Dom Bento Aloisi Mazella, então Núncio Apostólico no Brasil. No mesmo dia nomeado *prelado do Rio Negro*.

Condecorado com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro; Cidadão Benemérito do Estado do Amazonas, por ato da Assembléia Legislativa do Estado, pela Lei n.° 24, de 18 de agosto de 1960, quando governador o Professor Gilberto Mestrinho, de cujas mãos recebeu o respectivo Diploma. Essa homenagem que lhe prestou o Amazonas foi muito justa, por se tratar de um Benemérito que consumiu mais de 40 anos de sua vida em bem da civilização do Rio Negro, especialmente.

* * *

A decadência dessa vastíssima região do Estado era lamentável, antes de lá chegarem e se fixarem os salesianos, em 1915. Trata-se de uma zona de fronteira com a Colômbia e a Venezuela, completamente abandonada, apenas ocupada por tribos

indígenas. De certo ponto do Rio Negro para cima, no antigo Município de S. Gabriel, hoje Uaupés, não se encontrava um homem civilizado. Pois foi essa a região que os Padres Salesianos escolheram para missionar. E o conseguiram, de modo admirável, blindados de esforços e resignação, não perdendo de vista a orientação de D. Bosco, seu pai espiritual. Quem viaja agora, por aquelas bandas, ou conhece a insígne obra apostolar, ou apenas lê o livro "De Tupan a Cristo", há de compreender a figura singular de Dom Pedro Massa, que teve a fortuna de arrebanhar companheiros de tamanha relevância. A porção que lhe confiaram, naquela zona equatorial, é vasta e uma das mais ricas do mundo, cortada por inúmeros rios navegáveis, de clima excelente, nada lhe faltando para favorecer o trabalho humano. Além do mais, povoada de dezenas de tribos selvagens, quase todas mansas, embora no estado de vida primitiva. Foi essa terra dadivosa que o Anchieta do Alto Rio Negro recebeu para civilizar.

Dom Massa, perspicaz, convocou, também, a ajuda feminina para levar avante o portentoso empreendimento. Assim, lembrou-se das abnegadas religiosas da Ordem *Filhas de Maria Auxiliadora,* já atuantes em Minas Gerais, de onde partem as primeiras, para a regência de escolas elementares e serviços hospitalares. Reconhecendo o sacrifício das Irmãs Auxiliadoras, contornando a dificuldade, escolhe o lugar Tupuruquára, antiga Santa Izabel, para instalar uma Escola Normal. Anos depois começaram a instalar uma Escola Normal. Anos depois começaram a surgir as primeiras Turmas de normalistas autóctones, com a solução do problema de um magistério local. Tratando-se de escolas profissionais para meninos (sapateiros, carpinteiros, alfaiates, etc.), a Prelazia vai procedendo por automatismo. As Escolas de Tapuruquára são estabelecimentos de auto-suficiência no propósito de fazer rápida e mais generalizada a guerra ao obscurantismo da vasta região atravessada pelos rios Uaupés, Tiqué, Içana e outros.

Dita área, toda ocupada pela Missão Salesiana do Rio Negro, é maior que certos países da Europa, e ligada, em parte, com a Colômbia e a Venezuela. O canal Cassiquiaré comunica o Alto Rio Negro ao Oreneco, decepando a cordilheira do Parima. É uma ligação *sui generis* no mundo hidrográfico. Esse canal é uma passagem natural, navegável entre duas bacias: a do Rio Negro (Brasil) e a do Orenoco (Venezuela), atravessando terras abandonadas. Pois é com esta região que a Prelazia dos Salesianos confina. Hoje, do lado brasileiro, ninguém é capaz de afirmar que se trata de uma *Terra de Ninguém,* o que não sucedia há meio século, início da presença dos Salesianos.

Agora, uma passagem sentimental do sensível espírito de Dom Massa, revelado às fls. 470, do livro citado ("De Tupan a Cristo") e sob o título *O Gobelin de Minha Mãe*: "Não cabe aqui cantar as harmonias do amor de mãe: já as cantei quando, por seu falecimento em 11 de março de 1911, deixou-nos a herança preciosa deste testamento: "deixo meus filhos a Deus e Deus a meus filhos".

Reporto-me apenas a um seu legado de afeto ao filho missionário, que não pôde confortar sua agonia, não pôde lhe dar e receber a derradeira bênção confortadora, deixando-lhe o Gobelin artístico, que havia bordado em 1851, ano do seu casamento, premiado pela Exposição de Arte de Florença em 1895.

Quiseram adquirí-lo como obra de alto valor, mas a lembrança materna não podia cair soluçando na frieza de mãos estranhas, porque nele ainda palpita o coração de mãe. Foi confiado a uma colméia de crianças.

No Patronato de Cachoeirinha, em Manaus — a cidade das meninas — ainda ele vive nas cintilações luminosas de suas cores, nos matizes suaves que as mãos de minha mãe debulharam, no clima da pureza e piedade, a cantar como harpa sonora as melodias da inocência e do amor".

Publicou as seguintes obras: "Pelo Rio Negro" — 1928; "Perfís Missionários" — 1942; "Carta Pastoral" — 1941; "De Tupan a Cristo", monumental obra ilustrada por ocasião do Jubileu áureo da criação das Missões Salesianas do Amazonas — (1915-1965); e deixou concluído "No Asfalto e na Selva", livro que foi objeto de um artigo de Álvaro Maia, no "Jornal do Comércio" de Manaus, de 10-8-1968.

* * *

O Prelado jamais se imiscuiu na política partidária. Na seára que aceitou cultivar, toda do Brasil, podia dispensar tal constrangimento. Dom Massa tinha no seu programa de caridade e civismo, o propósito de estender a Manaus, a ação do ensino e da piedade, no amparo às meninas pobres, indígenas ou não.

Para isso, estabelece o *Patronato Profissional de Santa Terezinha,* em 1931, entregando-o à direção e regência de Irmãs devotadas e competentes. Era, então um internato pequeno, à Avenida Sete de Setembro, antiga propriedade e residência do Professor Olímpio de Menezes. Hoje (1968), é um vasto estabelecimento de ensino elementar, doméstico e religioso, ocupando toda a testada de um grande quarteirão. Cerca de nove proprie-

dades foram adquiridas, inclusive um prédio do "Grupo Escolar Gonçalves Dias", doado pelo governo do Amazonas.

Numa ala do Patronato, existe um salão onde se expõem objetos fabricados pelos indígenas das Missões, objetos esses que são vendidos para auxiliar a manutenção do Patronato, chamado pelos turistas de Museu do Índio, além de uma Exposição permanente. Fazendo parte do conjunto, há uma igreja muito bonita. Mais de mil crianças recebem assistência e educação. Obra admirável, provinda do gênio criador de Dom Massa.

* * *

Todos os Presidentes da República têm sido admiradores da obra benemérita, protegendo-a com recursos, principalmente Juscelino Kubitschek, de quem Dom Massa disse: "Juscelino! Este nome era repetido, em fins de outubro de 1959, por milhares de alunos e caboclos que aplaudiam o Presidente que, renunciando as comodidades da vida civilizada, quis permanecer três dias em companhia do Prelado e a longa comitiva de amigos, Coronéis, Brigadeiros e de embaixadores americanos, em contato íntimo e familiar com as tribos, horas que ele chamou de "inesquecíveis" (Ob. citada, pág. 191). Ao despedir-se, Juscelino lembrou ainda que duas obras gigantescas se realizavam no País, naquele momento: eram a construção de Brasília, no Planalto Central, e o erguimento do Alto Rio Negro, ambas de incomparável alcance nacional, político e internacional.

* * *

Quando foi descoberto o ponto mais alto do sistema orográfico, apontado pela Comissão Demarcadora de fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, participaram da 1.ª Exposição os elementos salesianos de Canaburi e Maturacá que lá colocaram um *Cruzeiro* e pretendem erguer a imagem do Cristo Redentor.

* * *

Não será fácil encontrar quem substitua Dom Pedro Massa. Ele, ao lado de Deus, haverá de continuar amparando e protegendo os "Operários do Bem", na definição de Álvaro Maia.

PEDRO SEVERIANO NUNES

Resumo de autobiografia, publicada no *Anuário* comemorativo do cinqüentenário de fundação do Ginásio Amazonense Pedro II, em 1936: "Nasceu em Manaus aos 29 de junho de 1894. Fez o curso primário no Instituto Amazonense e o secundário em Manaus e Pará. Fez preparatórios para o curso de farmácia

no Ginásio Amazonense Pedro II, em 1910, terminando o número exigido para o curso médico em Belém do Pará e para o curso jurídico na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, de Manaus. Fez o curso de farmácia, em Belém, na Escola de Farmácia do Pará onde cursou até o terceiro ano. Cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, tendo nesse decurso obtido o prêmio de oratória instituído pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi o orador de sua turma. Exerceu interinamente os cargos de professor de Ciências Físicas e Naturais de História Natural e de Física do Ginásio Amazonense, os cargos de professor de Ciências Físicas e Naturais do Colégio D. Bosco, de Professor de Física da Escola de Agronomia do Amazonas e de professor de Química Industrial da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus. Exerceu o cargo de Procurador da República na Seção do Amazonas. Foi Diretor do Ginásio Amazonense Pedro II, na administração Nelson de Mello, o qual deixou para exercer o cargo de Prefeito da Capital. Professor efetivo de Química Analítica e História Natural da Escola de Comércio Solon de Lucena, da cadeira de Física e Química do Colégio S. Francisco de Assis e de Física do Colégio D. Bosco. Exerceu a cadeira de Psicologia e Lógica do curso pré-jurídico (1936)".

PEDRO SILVESTRE

O Professor Pedro Silvestre da Silva nasceu em Baturité (Ceará) a 2 de março de 1908, falecendo, em Manaus, a 25 de abril de 1965.

Ainda criança, pois tinha apenas dois anos de idade, foi para o Amazonas, pelas mãos dos seus pais Manoel da Silva e Silvana da Silva. O casal seguiu para um seringal do rio Javari, no Município de Benjamin Constant, onde o filho começou os estudos elementares.

Em 1920, Pedro Silvestre é enviado para Manaus, sendo internado na Escola de Aprendizes Artífices (hoje, Escola Técnica Federal). Conjuntamente, em aula particular, estudava Desenho com o falecido Prof. Mariano de Lima.

Pedro Silvestre possuía decidida vocação para aquela disciplina. A inteligência e a aplicação patenteadas na Escola Técnica, determinaram ao rapaz uma bolsa de estudo para que fosse desenvolver os seus conhecimentos, na Escola Normal de Artes e Ofícios "Wenceslau Braz", no Rio de Janeiro.

É desnecessário dizer que Pedro Silvestre realizou, com brilhantismo, o aprendizado do Desenho. Após sua vitória, fora-lhe

oferecida uma escola em Paquetá. Mas, o jovem professor amava o Amazonas, onde sua carreira, no magistério, estava assegurada, por uma firme disposição e por um conceito de capacidade moral e intelectual perante a sociedade e o governo.

De regresso do Rio de Janeiro, Pedro Silvestre, em Manaus, encontra vaga e em concurso a cadeira de Desenho da Escola Técnica Federal, inscrevendo-se e submetendo-se às provas. Obtendo o primeiro lugar, foi nomeado.

* * *

Em 1936, vaga a cadeira da mesma disciplina, no Colégio Estadual do Amazonas, o Prof. Silvestre, aberto o respectivo concurso, inscreve-se, realiza as provas e é nomeado efetivo do Estabelecimento.

Funda a Escola Brasileira de Manaus, à Rua Dr. Moreira, em edifício que, em breve tempo, se tornou exíguo para o número de alunos matriculados. Daí, transferiu sua casa de ensino para um edifício de algumas salas, dando-lhe mais um curso, o ginasial, à Rua Alexandre Amorim. A Escola Brasileira cresceu. Nova mudança, desta vez para a Rua Dez de Julho, em duas casas contíguas, sendo uma adquirida pronta. Já se achavam equiparados, ou melhor, federalizados os dois ciclos do curso completo do ginásio. Pedro Silvestre ainda foi adiante, fundando, no mesmo edifício, um curso de comércio, havendo mudado o nome do estabelecimento para "Ginásio Brasileiro".

A Municipalidade de Manaus, reconhecendo-lhe a excelsitude da obra, de alcance moral, intelectual e cívico, conferiu-lhe o honroso título de "Cidadão de Manaus", a 24 de outubro de 1962.

Bem haja a sua memória, como exemplo edificante de um homem modesto que passou a vida espargindo a boa semente.
(Como fonte de informações, veja-se o "Jornal do Comércio", de Manaus, de 22-4-66, artigo de autoria do Prof. Paulo de Mello Rezende).

PEDRO SIMPSON

O tupinógrafo Pedro Luiz Simpson nasceu na antiga Vila da Barra do Rio Negro, mais tarde cidade de Manaus, a 22 de junho de 1840, sendo seu pai Caetano Luiz Simpson. Faleceu em Manaus, a 21 de setembro de 1892, sendo sepultado no antigo Cemitério de S. José. Aos oito anos de idade, seguiu para Belém (Pará), a fim de prosseguir seus estudos primários, mas não demorou ali, regressando a Manaus, em companhia da família, sendo internado no então Seminário Episcopal, único estabelecimento, à época, existente no local, onde a juventude podia ir além do curso elementar.

Falecendo seu pai, deixando-o ainda na adolescência, passou para a companhia de sua avó materna, D. Vitória Maria da Costa Guimarães, esposa do Capitão de Milícias Marcelo José Pereira Guimarães.

Sob novo teto, afável e abastecido, Pedro Simpson pôde estudar alguns "preparatórios", enfrentando e vencendo, por sua inteligência e tenacidade, a falta de professores.

Sua família desejava que seguisse a vida eclesiástica, chegando a usar o hábito talar, até 1858, quando se retirou do Seminário, por sentir que não tinha vocação para o Sacerdócio.

Tentou, depois, assentar praça, meio único de ir ao Rio de Janeiro, para concluir seus estudos. Mas, ao tempo, as mães eram contrárias a vida militar, que afastava seus filhos para longe e pela notícia do rigor com que eram tratados nos quartéis.

Resolveu viajar pelo interior da Província. E, pelo espaço de quatro anos, fez-se negociante e explorador de diversos rios, pondo-se em contato com a indiada de várias tribos, para estudar-lhes os hábitos, os costumes e a linguagem. Foi grande e valiosa a sua coleta, tendo, para isto, sofrido muitas privações. Em 1864, por instâncias da família, volta a Manaus. Já era Tenente da Guarda Nacional, quando rebentou a Guerra do Paraguai. Ofereceu-se voluntário da Pátria e seguiu para o Rio de Janeiro, em 1865, daí, aos campos de batalha. Entrou em diversos entreveros sanguinolentos. Seria extensa a lista dos episódios, em Itapiru, Passo da Pátria, Tuiuti. Ferido gravemente, foi retirado da luta e considerado incapaz. Mandado para o Rio de Janeiro, onde ia concluir o tratamento, conseguindo restabelecer-se, teve "alta" no Hospital e, ao mesmo tempo deram-lhe a "exclusão" do serviço. Inconformado, pediu para voltar ao teatro de operações. Mandado novamente à Junta de Saúde, esta confirmou que o requerente estava incapacitado, em conseqüência dos ferimentos que recebeu e de moléstia adquirida por ocasião das campanhas.

* * *

Em 1868, Pedro Simpson, de regresso à sua terra natal (Manaus), permanecendo por algum tempo em Belém, casa com D. Viridiana Hermínia da Costa Simpson, filha do negociante português, Inácio Porfírio da Costa. Uma fatalidade esperava o casal: viajando com sua esposa, de Manaus para o rio Madeira, por motivo de negócios comerciais, embarcava no vapor "Purus", na tarde de 8 de julho de 1870. À noite, pela margem direita, ao

dobrar de uma curva, o barco é apanhado a meia nau pelo "Arari" que subia, partindo-se rapidamente, na escuridão daquela noite trágica. Ambos os navios navegavam repletos de passageiros.

Pedro Simpson apanha a esposa e lançam-se ao rio, sendo que a senhora não sabia nadar. Com a explosão da caldeira do "Purús", um estilhaço de madeira atinge Simpson, que nadava com um braço, sustentando a esposa com o outro. Perde os sentidos quando, no momento, surge um escaler do "Arari", que o recolhe, tendo uma clavícula partida. Volta a si e indaga do paradeiro da esposa; havia ido ao pego, levando consigo sua mocidade, sua beleza e seu amor. Pode-se imaginar o desespero de Simpson, quer na parte espiritual, quer no lado material.

Simpson, no Madeira, era uma sentinela avançada dos interesses do Brasil, em relação aos nossos limites. Conta ele, em sua Autobiografia (ainda hoje inédita), que, certa vez, reunindo cerca de cem (100) brasileiros, expulsou um grande grupo de bolivianos que, ultrapassando as lindes do Império, haviam aberto a floresta e construído habitações, em zona do nosso país. Deu-lhes combate, expulsando-os, sem esperar providências diplomáticas com as suas delongas e complicações. É um episódio que a história não registrou. Simpson agiu por sua conta, somente como brasileiro.

* * *

Em 7 de dezembro de 1877, foi-lhe conferido o Diploma de Membro da Associação Comercial do Amazonas. Entrando na política, foi eleito Deputado provincial nos biênios 1876-1877 e 1878-1879, tendo prestado notáveis serviços à causa pública. Pedro Simpson foi um dos licurgos que mais se bateram, ao lado de Alexandre de Britto Amorim, pela manutenção da linha de vapores ingleses Liverpool-Manaus.

* * *

A esse tempo, possuía, no Madeira, três tratos de terras contendo seringais e avultado comércio. Mas, com a naufrágio, ficou abalado nas suas responsabilidades comerciais, além das outras de ordem privada. Seu nome, porém, não ficara esquecido de D. Pedro II. Tanto assim que por Decreto de 7 de dezembro de 1870, por despacho do Ministro e Secretário da Justiça, foi nomeado, pelo Imperador (Carta Patente, de 21 de janeiro de 1871), Major Comandante da 2a. Secção da Guarda Nacional do rio Madeira.

A sua qualidade de membro do Partido Conservador do Amazonas, era marcante, com sua independência de pensamento,

na "esquerda", atitude que dava cuidados ao governo, e nem parecia aquele homem que se derramava em gentilezas, quando se dirigia, por escrito, ao Imperador. A Assembléia Legislativa Provincial era composta de elementos de projeção nas letras, na sociedade e na política, lembrando os de Aprígio Menezes, David Canavarro, Clementino Guimarães, Padre Dácia, etc. Era com esses e outros que Simpson tinha seus entreveros.

Jamais deixou de apoiar, com veemência, tudo que dissesse respeito ao ensino e às condições do preparo da exportação da borracha.

* * *

Em 1877, Pedro Luiz Simpson publicou a sua "Gramática da Língua Brasílica" oferecida de viva voz ao Imperador, quando o Monarca se achava em Belém, a 5 de abril de 1876, em trânsito para Filadélfia, nos Estados Unidos, a fim de assistir à Exposição Universal, que, ali, se realizava então.

A Assembléia Legislativa da Província votou uma verba para a impressão da obra. Aconteceu, porém, que o Presidente da Província não sancionou a respectiva Lei. Teve Simpson de fazê-lo à sua custa, ele que era um homem pobre e carregado de família.

Quatro exemplares do seu livro, Simpson mandou encadernar, no Rio de Janeiro, o mais artisticamente possível. E isto, realmente aconteceu. A encadernação foi luxuosa, em veludo carmezim, com os dizeres próprios e destinadas ao Imperador, que ainda se achava em Filadélfia, com dedicatória imbuída de humildade. O quarto exemplar, reservou-o à sua esposa, D. Tereza, no dia do aniversário desta, no qual lançou, em página de abertura uma linda dedicatória.

Em 29 de maio de 1873, casou em segundas núpcias com D. Tereza Portilho Bentes de cujo enlace teve treze filhos. O convívio com D. Tereza foi um exemplo de amor conjugal e de compreensão doméstica que lhe embasaram uma família feliz.

* * *

Esse mimo bibliográfico, certo dia, foi parar no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas —era eu seu Presidente — oferecido pelo Dr. Temístocles Cunha, casado com uma neta do herói do Paraguai, Major Pedro Luiz Simpson. Lá deve estar. A publicação desse importante trabalho que havia custado cerca de quatro anos de andanças nas malocas dos índios e palhoças de gente civilizada, que falava o tupi ou "língua geral" ou "neengatu", foi um verdadeiro sacrifício, por falta de financiamentos.

A "Gramática da Língua Brasílica" está hoje na 5.ª edição, o que se deve, em grande parte, ao Dr. Temístocles Cunha, um grande sabedor de um idioma que tende a desaparecer, apesar da sua admirável estrutura aglutinativa e expressão geográfica. Não menos valioso foi o "Dicionário da Língua Geral" que, depois de andar pervagando, no seio de corporações eruditas, não se sabe onde está.

Por Portaria de 2 de abril de 1872, o General Comandante das Armas, da Província, Dr. João de Miranda da Silva Reis, nomeou-o Membro da Comissão Censitária, no rio Madeira, em cujo encargo prestou, gratuitamente, relevantes serviços ao Império.

Em 1879, Simpson, na Assembléia Legislativa, pronunciou um discurso defendendo a liberdade da imprensa. Nesse ano foi nomeado pelo Governo Imperial, Diretor do Arquivo Público do Império, na Província do Amazonas. Desde 1881, era eleitor vitalício, fazendo parte das 111 de que toda a Província dispunha.

Nos biênios de 1882-1885, apesar da situação liberal e ele conservador, foi reeleito Deputado, pelo 1.º Distrito da Capital, continuando a prestar bons serviços, dentre os quais o pedido da criação de um Hospital em Manaus, constando ter sido atendido.

Durante o predomínio do Partido Liberal, Simpson fez forte oposição contra os Presidentes liberais, notadamente contra o Barão de Maracaju e José Paranaguá.

Na sessão de 29 de março de 1883, o Deputado Bento Aranha apresentou à Assembléia, transferência da hora dos seus trabalhos da manhã para a noite. Simpson em discurso, lançou por terra a pretensão do seu colega. Na mesma sessão, requereu à Mesa que lhe fosse presente o último Relatório da Presidência da Província, obtendo como resposta, haver sido requisitado pela Secretaria. Simpson pronunciou outro discurso censurando o procedimento da Secretaria da Assembléia, permitindo retirar da Casa, Relatórios e documentos necessários para elucidar fatos relativos à marcha dos negócios públicos. Requereu à Mesa mandasse imediatamente buscar o Relatório, declarando estar fora de praxe alterar-se este documento, depois de lido perante a Assembléia.

Terminado o seu último mandato, Símpson retira-se para Manicoré, no rio Madeira, sendo nomeado, a 7 de janeiro de 1886, para o cargo de Administrador da Mesa de Rendas do local, pelo Presidente Vasconcellos Chaves.

Depois, foi nomeado para o cargo de Inspetor do Tesouro provincial, do qual pediu exoneração a 2 de janeiro de 1889.

Em 20 de agosto de 1899, foi condecorado com a Medalha de Ouro, conferida pela República Argentina, pelos relevantes serviços na Guerra do Paraguai. Por Portaria de 2 de maio de 1891, do Vice-Presidente do Estado, Coronel Guilherme José Moreira, Barão do Juruá, o Major Pedro Simpson foi nomeado Diretor da Secretaria do Congresso Legislativo do Amazonas, a fim de reorganizar dita Repartição.

O Major Pedro Luiz Simpson faleceu tendo pouco mais de cinqüenta anos de idade. Teve uma vida agitada, por vezes cruel, mas preenchendo-a com inteligência e dignidade. Foi explorador de rios, lagos e florestas. Entre os selvagens, estudou-lhes a língua. Foi soldado, herói de Guerra. Foi ainda negociante, proprietário, político e burocrata.

(Esta biografia é uma súmula do que relatou de sua vida o Major Pedro Luiz Simpson, podendo eu definir-lhe a personalidade curiosa com a franquia que me fez do seu precioso arquivo o venerando e eminente Prof. Themístocles Gadelha. O original da autobiografia do tupinólogo está no Arquivo do Instituto Geog. e Hist. do Amazonas)

PEREIRA LÁBRE

O Coronel Antônio Rodrigues Pereira Lábre, natural do Maranhão, partiu ainda muito moço para o Amazonas, onde passou largos anos de sua vida consagrados às explorações do Purus, Ituxí e Beni, desde 1871. Possuindo recursos materiais e intelectuais, percorreu as terras que medeiam esses rios, examinou as riquezas que elas continham e, prevendo o futuro dessa região, fundou à margem do Purus uma povoação que denominou Lábrea. Promoveu a colonização dessa grande zona, fazendo a propaganda em folhetos e conferências na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de que era membro. Numa dessas ocasiões disse o Coronel Lábre: "Os meus estudos e tentativas vêm de longa data acerca das comunicações terrestres de Purus ao Madeira".

Havia escrito, em 1873, a primeira monografia sobre as vantagens da cultura da seringueira, trabalho esse acompanhado de gravuras, mostrando os processos da indústria gumífera.

A atual cidade da Lábrea deve ao ilustre maranhense os seus primeiros predicamentos políticos, pois, na qualidade de Representante à Assembléia provincial, apresentou projetos que se converteram em Leis, criando o Município de que aquela cidade

é sede. Seus discursos denotam o ardor com que defendia a idéia dessa criação tornada realidade a 14 de maio de 1884.

Tratando-se da vida de um homem de capacidade realizadora, como o em apreço, fique lembrado que a estrada Lábrea-Humaitá, foi aberta de um extremo a outro, com o aproveitamento dos campos naturais do Puciari, que ela cortou, bem assim o rio Mucuim. Hoje, cerca de 90 anos depois, ainda se repete o traçado de Pereira Lábre. Com seus recursos financeiros, este fundou no ponto mais próximo ao Purus, uma fazenda de gado procedente da Bolívia, com índios paumarís e retirantes do Maranhão, estabelecimento que fracassou em conseqüência do assassinato do seu encarregado. Tudo se perdeu, e, em breve, o matagal tomou conta do barracão da fazenda.

Agora, na quarta tentativa, o pensamento de Lábre está, segundo tudo indica, no seu período definitivo de realização.

Lembro-me perfeitamente desse pro-homem: concluía eu o curso primário, no "Colégio 13 de Maio", de propriedade e direção do saudoso professor Alexandre dos Reis Rayol: Lábre, também maranhense, era professor de *Exercícios Militares* aos alunos mais "taludos", comparecendo ao estabelecimento duas vezes por semana.

Pode-se dizer que o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Lábre foi um dos grandes do desbravamento do Médio-Purus, cidadão muito relacionado em Manaus, sendo de justiça admiti-lo na galeria dos Vultos do Passado. (Veja-se Cel. Antônio Bittencourt, "Município da Lábrea", pág. 75).

PÉRICLES MORAES

O Professor Péricles Moraes foi uma das figuras mais proeminentes dentre os intelectuais de sua época. Nasceu em Manaus a 28 de abril de 1882 e faleceu a 26 de setembro de 1956.

Foram seus pais o Deputado estadual Severo José de Moraes e D. Evarista Mello Moraes, sendo neto do Capitão Ricardo Ferreira de Mello. Fez seus estudos primários em Manaus e o secundário, em Belém do Pará.

A pouco e pouco, dispondo de rara inteligência e incomum dedicação às letras, adquiriu uma cultura polifórmica de que deu sobejas provas nas lides da imprensa que abraçara, como atividade vocacional. Dedicou-se ao estudo da língua francesa e de sua literatura, que logo passou a lecionar a várias gerações de Manaus, onde fixara residência.

Péricles Moraes entrou na vida pública sem abandonar seus afazeres literários, nem o lecionamento do idioma francês. Foi Prefeito de Coarí e de Parintins, em 1926. Ocupou o lugar de membro do Conselho Consultivo, do governo estadual, em 1932. Foi também: Diretor-Geral da Instrução Pública, em 1934; Secretário Geral do Estado, no Governo do Des. Estanislau Affonso, em 1945 e no Dr. Leopoldo Neves, de 1947 a 1950.

Fez duas viagens à Europa e várias ao Sul do País.

Péricles Moraes casou-se, em primeiras núpcias com Zulmira Moraes; em segundas, com Andrômaca de Miranda Moraes, que, atualmente, exerce as funções de Oficial do Registro de Imóveis e Protesto de Títulos do 2.º Ofício da Capital. De ambos os consórcios não deixou descendência.

Péricles foi um incentivador das Ciências e das Letras. Com outros companheiros, fundou, em Belém, o *Apostolado Cruz e Souza,* e, em Manaus, a Sociedade de Homens de Letras, que teve uma vida efêmera, predecessora da *Academia Amazonense de Letras,* esta fundada a 1.º de janeiro de 1918.

Dentre os jornais e revistas em que colaborou, notam-se" O Amazonas", "O Jornal", o "Jornal do Comércio", "O Libertador", "A Gazeta da Tarde", "A Tarde", o "Diário da Tarde", todos de Manaus; a "Folha do Norte" e "A Província do Pará", de Belém.

Deu a lume vários livros e opúsculos, alguns hoje esgotados: "Figuras e Sensações", em 1923; "Coelho Neto e sua obra", em 1926; "A Vida Luminosa de Araújo Filho", em 1931; "Legendas e Águas Fortes", em 1935; "Retrato de Augusto Linhares", em 1943; "Confidências Literárias", em 1944; "O Exemplo de Leopoldo Neves" e ainda "Leopoldo Peres", 1952.

Uma inteligência sempre fagulhante, é o que se pode afirmar, em mais de meio século de atividades mentais desse homem que foi também chamado *Príncipe dos prosadores da Amazônia.*

Não havendo espaço para apreciação literária de suas obras como fiz de algumas, quando de seus aparecimentos —, destaco a tendência do escritor para o espírito da França, cuja admiração e influência foram aumentando, à medida de sua penetração na cultura e na beleza literária daquele país. Jamais essa tendência poderá ser acoimada de desvio de cultura ou anti-amazonismo, e sim de predileção e alta especialização. Diferente dos imitadores, tão numerosos no albor do século, que sofriam a influência francesa até no vestir; os nossos escritores não se cansavam de ler, citar e recitar Victor Hugo, Maupassant, Musset, Paul Valery.

Péricles Moraes, em matéria de literatura, possuía mentalidade francesa. A quantidade, aliás bem selecionada, de autores franceses encontrada em sua vultosa biblioteca (mais tarde adquirida pelo Estado) prova a inclinação do seu espírito para a fulgurante literatura.

Tem-se dito que a vida de um intelectual, que deixou gravados e conhecidos os seus pensamentos, é contemporânea de todas as gerações. Com abundância de provas, é simbolicamente um imortal, tanto mais que sua vida e sua obra já estavam perenizadas um mês antes de fechar os olhos para o mundo físico, com a publicação do número especial da Revista da Academia Amazonense de Letras — de que foi Presidente por alguns anos — impressa em agosto de 1956, e que é uma brilhante e volumosa Poliantéia de 282 páginas substanciosas. Esse livro, bem imaginado e oportuno, vale por uma coluna de bronze em que se perpetua a memória de um dos nossos maiores e mais queridos vultos. Péricles Moraes será contemporâneo dos nossos pósteros. (Fontes subsidiárias: "Revista da Academia Amazonense de Letras", n.º 6, de agosto de 1956 — Edição comemorativa do jubileu literário do escritor Péricles Moraes e informações de sua viúva, por intermédio do Prof. Venâncio Igrejas Lopes).

PITYGUAR AMORIM

O Dr. Pityguar Fleury de Amorim nasceu em Manaus, a 13 de dezembro de 1902, sendo seus pais o Prof. Geraldo Matheus Barbosa de Amorim e D. Eugênia Fleury de Amorim.

Começou seus estudos na sua terra natal, concluindo-os no Rio de Janeiro, ali se formando em Direito.

Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, em 1927, tendo em começo trabalhado na Biblioteca do Itamarati e, depois, no Serviço de Comunicações, como criptógrafo. Por sua destacada atuação, o governo o nomeou Consul de 3.ª Classe em 1935.

Pityguar foi promovido até o cargo de 1.º Secretário, que vinha desempenhando com eficiência, tendo suportado, em Londres, toda a destruição da 2.ª Guerra Mundial, onde a morte o colheu, ainda na Inglaterra, em 1948.

Desempenhou encargos de responsabilidade em Lisboa, Liverpool e Londres, tendo tomado parte em várias Conferências, entre as quais a do Chaco, em Buenos Aires, em 1935 e na Conferência dos Homens do Mar, em Dublin, em 1947. (Informações do Dr. Taygoara Amorim).

PLÁCIDO SERRANO

O Professor Plácido Serrano Pinto de Andrade, filho legítimo de Ignácio Gonçalves Serrano e D. Mariana Pinto de Andrade, natural de Mamanguape (Paraíba do Norte), nasceu a 1.º de maio de 1865 e faleceu em Manaus, a 12 de novembro de 1934. Aprendeu as primeiras letras e preparou-se para o curso de humanidades em sua cidade natal, com o próprio pai, prestando exames brilhantes no Ateneu Riograndense do Norte. Fez o curso de Ciências Sociais na Faculdade do Recife e, como autêntico e vibrátil sonhador nordestino, teve suas vistas voltadas para o Amazonas — o Eldorado da nossa juventude — e rumou para Manaus, sendo recebido com apreço e amizade. Antes havia sido censor de vários colégios, professor, e na campanha republicana, companheiro de Silva Jardim e Martins Júnior.

O Dr. Plácido Serrano, já em Manaus, foi chamado e recebeu do Governo Federal, a nomeação de Fiscal de exames preparatórios, cargo esse que se havia estabelecido em todas as Capitais onde ainda não houvesse Faculdades de Ensino Superior.

Enquanto esses cargos se aviltavam em outros lugares, pelas concessões graciosas de aprovação, o Dr. Plácido Serrano, em Manaus, começou por um processo de moralização, não deixando transformar-se em "indústria". Homem correto, não permitiu tal "negócio".

Com o correr dos tempos, o jovem paraibano ingressou no Ginásio Amazonense, hoje Colégio Estadual, mediante concurso, na cátedra de inglês e alemão (facultativo). Foi seu Diretor de 1904 a 1912, e num segundo período, mais tarde, o Ginásio teve a denominação acrescida de "Pedro II", (homenagem ao Centenário do Imperador), pelo Decreto n.º 113, de 28 de novembro de 1925, assinado pelo Interventor Alfredo Sá.

Era Professor de Português e Literatura da antiga Escola Normal. Em cursos particulares e em sua residência, lecionava português, latim e francês, fazendo ainda traduções de italiano e espanhol. Vivia do ensino e para o ensino.

* * *

Casou-se com D. Rosaura de Almeida Andrade de cujo enlace o casal teve os seguintes filhos: Raymundo Serrano de Andrade, médico, em atividade no Rio de Janeiro; Plácido Serrano Filho, Magistrado, no Amazonas; Eunice Serrano Telles de Souza, viúva do Professor Antônio Telles de Souza e catedrático de Português do Instituto de Educação do Amazonas, do qual foi, por muitos anos, Diretora (aposentada).

Plácido Serrano deixou, inéditos, romances de costumes, poesias de vários gêneros, traduções de comédias e dramas, além de uma Gramática para uso exclusivo de sua filha Eunice.

* * *

O destacado professor, em se tratando de Moral, era um homem integro. Em matéria de dignidade adotava um lema: antes sofrer do que ceder, no âmbito de uma questão de compromisso. Face esse aspecto do seu temperamento, base de um caráter inamolgável, abominava o partidarismo político. Nunca pleiteou coisa alguma em competições eleitorais. O seu idealismo, todo o substrato de sua conduta filosófica e social estava encerrado na trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Adotava, no ensino, como profissão, um sentimento sagrado. Como Diretor do Ginásio, por várias vezes e em largos períodos, deu, desse gesto, sobejas provas.

Quando o Dr. Alfredo Sá chegou a Manaus, em fins de dezembro de 1924, nomeado para o cargo de Interventor Federal, acompanhado de todos os seus Secretários, menos o de Instrução Pública, convidou-me para exercê-lo, logo dizendo: "Veja quem deva ir para a direção do Ginásio". Apontei-lhe o Dr. Plácido Serrano. Fui, então à residência do Mestre, dizendo-lhe da ocorrência. Plácido Serrano, de imediato indaga: "Quem irá para a Instrução Pública?" Ao que lhe afirmei: "Este seu amigo!" — "Está bem. Aceito o cargo". E, fato curioso, tempos depois, em agosto de 1930, fomos os dois exonerados no mesmo dia...

O Dr. Plácido Serrano, como em geral todos os funcionários públicos do Amazonas, teve um pedaço mais difícil de caminho; quando, premido pelas necessidades, no quatriênio 1921-1924, teve de rifar sua preciosa biblioteca. O Prof. Júlio Benevides Uchôa, em 1947, em documento amplamente divulgado, publicou o seguinte: "Existem ainda, por aí, inúmeras testemunhas, na maioria funcionários públicos, que poderão dizer como recebiam seus vencimentos naquele calamitoso período administrativo em que as rendas do Estado eram desbaratadas criminosamente, num verdadeiro delírio de despudor e irresponsabilidade". Foram-se mais que os anéis, mas ficaram os dedos e, mais do que estes, a dignidade de viver honestamente.

Não é supérfluo registrar que, além de culto e trabalhador, Plácido Serrano Pinto de Andrade sempre foi um homem profundamente honesto, um dos grandes vultos do nosso Passado.

O Dr. Porfírio de Menezes Nogueira foi uma das mais brilhantes mentalidades que atuaram no Amazonas, no alvorecer do século. Nasceu em Fortaleza, Ceará, a 1.° de setembro de 1864.

Era filho de Joaquim Nogueira de Holanda Lima (falecido a 8 de junho de 1897) e de Mariana de Menezes Nogueira (falecida no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1921).

Depois de haver concluído o curso de preparatórios, ingressou na Secretaria do governo do Ceará. Como funcionário, nas épocas devidas, ia a Recife para satisfazer aos exames na Faculdade de Direito, e assim, todos os anos, até a conclusão do curso. Dentre seus professores notava-se Clóvis Beviláqua, seu grande amigo e que tinha um irmão, Dr. Angelino Beviláqua vivendo em Manaus.

Após se ter formado, abriu escritório de advocacia em Quixadá, logo retornando a Fortaleza.

Na época, o Amazonas era o sonho de todos, sobretudo nordestinos. Dentre os muitos rapazes de talento que para lá seguiram, destacavam-se o Dr. Porfírio Nogueira e seus irmãos Antônio Nogueira (mais tarde, Oficial da Armada e Deputado Federal pelo Amazonas), bem assim o emérito Professor Júlio Nogueira, que ali se radicou.

Sendo eleito governador do Amazonas, o Dr. Silvério José Nery convidou Porfírio Nogueira para o elevado cargo de Secretário Geral do Estado, em cuja função serviu a contento da população.

Uma vez investido naquele posto, Porfírio recebeu do governador o esquema da reforma administrativa que era centralizar a ação do governo em uma Secretaria Geral, em vez de quatro Departamentos autônomos, como estava. Assim foi feito, sendo Porfírio Nogueira auxiliado na grande tarefa por cooperadores do novo governo.

Terminado o mandato do Dr. Silvério Nery, o ex-Secretário Geral, depois de haver desempenhado, nos Estados Unidos da América do Norte, uma Comissão muito importante, de finalidade financeira, viaja para o Rio de Janeiro a convite do grande jurisconsulto Clóvis Beviláqua, a fim de trabalharem juntos, no seu escritório, o que não pôde realizar, por motivo de enfermidade.

Foi casado em Fortaleza com D. Maria Corlette Pinheiro Nogueira, de cujo enlace provieram os seguintes filhos: Fleurice, Clóvis, Plínio 1.°, Abel, José, Joaquim, Manoel, Haydée, Débora, falecidos, e Plínio 2.° e Hélia.

O Dr. Porfírio Nogueira (por motivo de moléstia grave em sua esposa, viajou para a Europa, com toda a família, no navio "Hildebrand", saído de Manaus, a 4 de janeiro de 1914.

O ilustre cearense faleceu na cidade de Lausanne (Suíça), a 28 de abril de 1914, subitamente, quando realizava uma intervenção cirúrgica na face.

(Além das observações pessoais, devo ao Dr. Júlio Nery os demais subsídios que compõem esta súmula biográfica).

PÚBLIO BITTENCOURT

O Professor Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, natural da antiga Província do Pará, nasceu a 15 de fevereiro de 1840, falecendo, em Manaus, em 1921, tendo sido sepultado no cemitério de S. João Batista. Foram seus pais o Tenente do Exército José Ferreira Ribeiro Bittencourt e D. Damiana Felipa de Souza, ambos naturais daquela Província.

O seu pai fora transferido para a Guarnição de Manaus, quando o menino Públio ainda não tinha três anos de idade. Estudou em escolas públicas e no Liceu. Não realizou nenhum curso acadêmico. Autodidata e com esforço próprio, conseguiu um bom lastro de cultura. Mediante concurso e em épocas diferentes, foi nomeado professor efetivo de uma cadeira diurna para menores, e de uma noturna, para adultos.

Dedicando-se à arte pirotécnica, abriu, no quintal de sua casa de residência, uma oficina para qual chamou vários rapazes, trabalhando à tarde. Confeccionava não somente fogos de salão, como os de arraial. Neste gênero de atividade, conseguiu amealhar algo suficiente para construir duas casas: a de sua residência e outra, de aluguel.

Eu, bem jovem, ainda o conheci no afã de lecionar um grupo de preparatorianos aos quais ministrava os idiomas Português e Francês, além de Matemática.

Ingressou na Maçonaria (Loja "Esperança e Porvir") a 21 de junho de 1873, assumindo por diversos períodos, a sua Venerança, alcançando o grau mais elevado da Ordem.

Entrou na política, sendo, por algumas vezes eleito Deputado. Integrou o Diretório do Partido Democrata e foi redator-chefe do jornal "Amazonas", órgãos da agremiação.

Exerceu o cargo de Secretário dos Negócios do Interior (Departamento), no governo do Coronel José Cardoso Ramalho Júnior e Secretário Geral do Estado, no governo do seu irmão, Coronel

Bittencourt. Foi Comandante Superior da Guarda Nacional do Estado do Amazonas. Casado com D. Maria de Sena, da numerosa família dos Bacury, e de cujo enlace proviram os seguintes filhos: Adélia, professora, casada com Juliano José Pereira Guimarães, funcionário federal; Joana, casada com Joaquim Rodrigues Teixeira, construtor; Rosa, casada com Raul Chã, empregado no comércio; Francisco Boaventura, casado com D. Yaiá Soares, funcionário público; Aggeu, casado com D. Hermengarda Antony, funcionário público; Hildebrandina, casada com José de Jesus Cantanhede, despachante aduaneiro; Laura, viúva.

Por ocasião de sua aposentadoria, no cargo de Professor, o governo, em homenagem aos seus serviços ao Magistério, decretou que a Escola em que lecionou, por muitos anos, passasse a ter o seu nome.

Cerca de dois anos antes de falecer, foi acometido de rápida senilidade. Mas a morbidez não anulou a lembrança de suas antigas credenciais de homem de bem, culto, trabalhador e cheio de serviços ao Amazonas. Foi, sem dúvida, um dos vultos do nosso passado.

QUINTINO CUNHA

Bem pouco, em Manaus, se sabe a respeito da interessante figura humana do talentoso poeta José Quintino da Cunha, nascido em Uruburetama (Ceará), a 24 de julho de 1875. Todavia, tem-se como certo haver realizado seus estudos, inicialmente, na Escola Militar da qual se afastou, deixando assim de seguir a carreira das armas. Dirige-se para o Amazonas no final do século passado, quando no esplendor o comércio da borracha, lá permanecendo por mais de um qüinqüênio, demoradamente nas terras banhadas pelo Solimões.

Homem de grande inteligência e estudioso vocacional, foi desenvolvendo a sua cultura nas letras jurídicas.

Em Manaus, resolve obter uma Provisão para advogar no Fôro das Comarcas daquele rio, nas quais judicavam titulares eméritos. Tudo conseguiu, com os favores da lei.

Quintino Cunha não possuía uma formação acadêmica e um lastro de conhecimentos jurídicos sistematizados, capazes de enfrentar problemas de alta relevância, mas sobrava-lhe a acuidade com que se distinguem as mentalidades de escol, começando por ser um orador de empolgantes recursos. O seu pequeno cabedal de jurisprudência, na tribuna e nos autos, valia-lhe, na de-

fesa das causas que patrocinava. A palavra falada, sobretudo, era a sua grande arma.

Várias vezes, em Manaus, ouvi-o nos comícios cívicos arrancando aplausos das multidões. E não comparecia a uma dessas reuniões populares que não fosse imediatamente aclamado para subir à tribuna.

Poeta de inatas qualidades, escreveu um soberbo volume intitulado "Pelo Solimões", que foi editado em Paris, pela "Livraria Aillaud & Cia.", no ano de 1907, tornando-se grande amigo de J. Aillaud. Fez-se também amigo de Faguet, "a primeira cabeça da Academia Francesa", no seu entender. "Pelo Solimões" é um escrínio de jóias admiráveis. Quem ignora aquele poema a que deu o nome de "Encontro das águas"?

O acadêmico Raymundo Magalhães Júnior, no seu livro "Antologia de Humorismo e Sátira" (Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1957, pág. 185), escreveu a seu respeito: "Boêmio incorrigível, viveu sempre em meio das maiores dificuldades financeiras agravadas pelos encargos de sua família numerosa e sucessivos casamentos. Morreu quando beirava os oitenta anos: a 1.º de junho de 1943".

* * *

Depois que deixou o Amazonas, formou-se em Direito pela Faculdade do Ceará, a 3 de dezembro de 1909, tendo exercido a advocacia em todo o nordeste. Segundo Eli Behar em "Vultos do Brasil", pág. 75, é a seguinte a sua biografia: "Os Diferentes" (contos) 1895, "Cabeleira" (elegia), "Baturité" (versos norte-brasileiros); 1902; "Pelo Solimões" 1907; "Campanha Prorabelo", Fortaleza (1912); "O Estilo na Jurisprudência" (tese de concurso); "Venceremos", discursos, 1930; "Os mártires das Selvas (romance amazonense); "Fôlhas de Urtiga" (sátiras e epigramas); "Vir para Voltar" (romance cearense); "De mim para os meus", (romance sobre a seca de 1932); "A Vida no Ceará".

O grande humorista e poeta foi Deputado à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1913 e pertenceu ao Centro Literário e à Academia Cearense de Letras, na segunda fase.

RAMAYANA DE CHEVALIER

Walmiki Ramayana Paula e Souza de Chevalier, nasceu em Manaus, a 24 de setembro de 1909, filho de José Chevalier Carneiro de Almeida e D. Raimunda de Paula e Souza de Chevalier, ambos professores. Fez o curso primário no Instituto Universitário Amazonense, de propriedade de seu pai, o de humanidades no Ginásio Amazonense Pedro II, e o vestibular na Faculdade de Medicina do Pará, de onde se transferiu para a Faculdade de Medicina da Bahia, ao fim do 1.º ano. Formou-se em Medicina pela Bahia, no dia 24 de outubro de 1931. Foi o orador oficial de sua turma na solenidade de formatura.

Atividade médica: Interno de radiologia (Serviço do dr. José Silveira), no Hospital das Clínicas. Assistente do Sanatório de Doenças Nervosas e Mentais (Serviço do Prof. Mario Leal). Sócio da Sociedade Acadêmica "Alfredo Brito" e da Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia. Membro da Sociedade de Psiquiatria, Criminologia e Medicina Legal da Bahia. Ex-Chefe do Serviço de Saúde do 3.º Batalhão do 9.º Reg. de Infantaria do Rio Grande do Sul, durante a Revolução de 1932. Interno extra-numerário da Maternidade "Climerio de Oliveira" e do Hospital de Alienados da Bahia. Assistente Particular do Dr. Arthur Ramos, na seção de orthofrenia e Higiene mental do departamento de pesquisas educacionais do Rio. Assistente da Clínica Psicoanalítica do Dr. Gastão Pereira da Silva, do Rio de Janeiro. Ex-Diretor de Educação, Saúde, Higiene e Assistência Pública do Acre. Da Junta Médica, da Guarnição Federal da 8.ª Região Militar, em Manaus. Médico da Força Pública do Estado, onde se reformou no posto de Coronel. Médico da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Médico Suplente da Beneficente Portuguêsa, em Manaus.

Representações: Representou o Amazonas na 1.ª Conferência Inter-Americana de Higiene Mental, no Rio de Janeiro. Representou o então Território do Acre, no Congresso de Identificação e Estatística na Convenção Nacional de Educação e na 7.ª Feira Internacional de Amostras, no Rio de Janeiro. Representou o Brasil, na Argentina, como membro da Delegação Brasileira de Intelectuais, presidida pelo Dr. Alcantara Machado, por intermédio do Embaixador D. Ramon Carcano, em Buenos Aires.

Atividade jornalística: Ex-redator do "Diário da Bahia", do "Imparcial", do "O Dia", do Diário de Notícias, todos da Bahia. Colaborador efetivo dos suplementos da *A Nação, o Globo, Correio do Brasil* e revistas *Previdência, Festa,* do Rio, *Vanitas,* de São Paulo e *Cabocla,* de Manaus. Redator de o *Imparcial,* do Rio.

Atividade intelectual: Membro fundador e do Conselho Técnico do Centro Cultural Indo-Latino Americano, com sede no Rio e em Buenos Aires. Ex-professor da cadeira de Psicologia Infantil, Educacional e Lógica do Ginásio e da Escola Normal do antigo Território do Acre, hoje Estado. Membro da Sociedade Brasileira de Criminologia. Professor Contratado de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus. Membro da Academia Amazonense de Letras. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Membro da Socie-

dade Brasileira de Geografia. Durante alguns anos, jornalista credenciado junto à Câmara dos Deputados.

* * *

Ramayana de Chevalier foi um dos maiores talentos nascidos no Amazonas. Orador fulgurante, discorria sobre assuntos filosóficos, literários ou sentimentais, em reverberos de inteligência, deixando extasiados os que o ouviam.

"Era um espetáculo a inteligência desse homem, que se formou em Medicina, se fez jornalista e escritor, ensinou e pregou, sem ser grande, nem mesmo se realizar inteiramente em nenhuma dessas atividades." "Mas o conjunto Ramayana de Chevalier, isto é, reunindo as qualidades superiores de sua personalidade, aí foi insuperável, conseguindo sobrepor-se aos contemporâneos, que lhe admirávamos a capacidade de aprender, interpretar e expor os fatos. Tudo brilhava e retumbava na pessoa de Ramayana, assombrando os que se acercavam dele". ("Letras e Artes" — "O Jornal" de Manaus, de 13/8/72).

O seu temperamento boemio e dispersivo não o deixou ser o maior escritor da Planície, mas, mesmo assim, foi dos grandes.

* * *

Depois de ausente longos anos de Manaus, cidade de sua ternura, voltou ao Amazonas, convidado pelo Governador Gilberto Mestrinho, para dirigir o Departamento Administrativo do Serviço Público, onde esteve em largo período, sempre participando ativamente na imprensa local.

* * *

Obras publicadas: "Oração Acadêmica" (1932); "No circo sem teto da Amazônia" (1935), romance sobre o drama social dos seringais; "Fronteiras" (1940) estudo sobre a Rondônia; "Um grande mal sem remédio definitivo" (1940) Conferência sobre a Tuberculose; "Traços de um grande Presidente" (1941) a respeito de Campos Sales; "Flumilândia" (1941) revista-propaganda do Amazonas; "Ensaio de uma parapsicologia da Amazônia" (1941), publicado pela Marinha de Guerra.

Inéditos — "Luar sobre os tumulos" (contos).

"Ocaso de um destino..." (Livro de memórias) além de dezenas de Conferências.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3/8/72. Deixou seis (6) netos. Foi casado com a Prof.ª Neuza Magalhães Cordeiro de Chevalier, de cujo consorcio nasceram: — Stanley, Ronald, Scarlet Moon e Bárbara Beatriz.

O Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, natural do Amazonas, nasceu a 7 de abril de 1866, falecendo no Rio de Janeiro a 18 de setembro de 1952. Foram seus pais José Cardoso Ramalho e Maria Francisca da Conceição: ele português e ela, brasileira.

Ramalho Júnior fez seus estudos primários em Manaus e os preparatórios em Portugal.

Regressando à sua terra, empregou-se no comércio, ao mesmo tempo ajudando o seu genitor nas labutas da correspondência e prestação de contas de mestre-de-obras. Dinâmico e inteligente, não lhe foi difícil abrir caminho nos arraiáis da política, contando com as influências dos próceres da época situando-se no Partido Democrata. Foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa. Seu nome foi indicado para vice-governador do Estado, na chapa do Capitão Fileto Pires Ferreira para governador no quatriênio de 1896-1900. Entra na função do cargo. Acontece, porém, que o governador Fileto Pires, em 1898 transmite o Poder ao seu substituto legal, viajando para a França, com a devida permissão do Congresso Legislativo e por motivo de moléstia. Em Manaus tudo ficara em paz e plena confiança. Uma vez chegado a Paris, o Congresso, o mesmo "Congresso Foguetão", aceita um pedido de renúncia de Fileto Pires Ferreira, pedido escandalosamente falso.

O Coronel Ramalho, substituto, passa a ser o efetivo, até o fim do mandato. A renúncia foi uma das maiores farsas praticadas em nome da lei e do regime republicano. Campos Salles era Presidente da República.

Outros grandes acontecimentos de âmbito nacional atinentes ao Amazonas, se passaram no interregno da administração do Coronel Ramalho Júnior. Sem dúvida o maior foi a Revolução do Acre, na qual o Brasil ganhou a partida, mas o Amazonas perdeu grande parte do seu território, essa área que constituiu o Território do Acre e, há pouco, o Estado do Acre, tudo contra o estatuído em nossa Carta Magna de então.

O Govêrno Federal parecia ter o propósito de entregar o Acre à Bolívia, outra coisa não significando a ordem de se permitir a instalação de uma Alfândega Mista em zona que disputávamos.

Mas, Ramalho Júnior não concordava com esse esbulho. Levantou-se, mandou recursos para que a luta continuasse, o que sucedeu, dando lugar ao Tratado de Petrópolis. O Manifesto que, no auge da campanha, o governador amazonense mandou ao

povo acreano, completamente desconhecido, foi há pouco, descoberto e estampado no jornal "Estado do Acre", da cidade do Rio Branco, de 12-12-1963.

* * *

Ramalho Júnior casou-se três vezes. O terceiro consórcio foi com a Srta. Leonarda Antônia Malcher, filha de Leonardo Malcher. Deixou três filhas: Judith Ramalho Viana, viúva do Sr. Manoel Esperança Viana; Magnólia, casada com o Dr. Júlio Nery, ex-Interventor Federal no Amazonas; e Myosotis, casada com o Sr. José Victor Sobrinho.

* * *

O Coronel José Cardoso Ramalho Júnior morreu pobre e tranquilo, pondo à larga, durante a vida, o seu grande coração e o seu patriotismo dentro daquela boêmia espiritual que sempre foi o signo do seu temperamento.

RAMOS FERREIRA

O Dr. Gustavo Adolfo Ramos Ferreira foi um dos vultos de proeminência na vida social e política do meiado do século passado, no Amazonas. Nada se sabe das suas relações de família: quais os seus pais e sua descendência. Tem-se como certo, pelas numerosas provas que deixou, ter sido um cidadão culto e dinâmico. Era formado em Direito e, como tal, possuia seu escritório de advogado, figurando, nas demandas do Foro de Manaus, ao lado dos bachareis Theodoro Thadeu de Assunção, Alfredo Sérgio Ferreira e Cândido Antônio Pereira Lima.

Foi nomeado 1.° vice-Presidente da Província, na ausência do titular, assumindo o cargo de 23 de junho a 7 de novembro de 1866. Sua ação não ultrapassou a rotina do expediente, dando, porém, provas de capacidade e amor à causa pública.

Depois, a 28 de abril de 1867, foi nomeado Diretor da Instrução Pública, no qual reafirmou em dar brilho ao cargo, o que patenteou, no exercício da função, nos Relatórios publicados.

Conta-se que as poucas escolas de Manaus se achavam desprovidas de mobiliário e outras utilidades indispensáveis ao ensino. E, para tirá-las da angustia, pede ao Presidente da Província a permissão de adquirir, na praça, o que havia de mais urgente, mas tudo na confiança de um crédito, sem ordem escrita, por parte do Presidente. O comércio tudo forneceu sob a responsabilidade pessoal de Ramos Ferreira.

Inesperadamente, dias depois, "cai", na Côrte, o partido político do Presidente. Os adversários do Diretor da Instrução acusamno de exorbitante na sua função, já então demitido. Os fornecedores do material escolar exigem cerca de cinco contos de réis, não como dívida do governo, mas do Dr. Ramos Ferreira, que, para não ser recolhido à prisão, vende a casa em que morava, única propriedade que possuia. Não consta que o governo, anos depois, lhe tivesse indenizado o que a sórdida politicagem o fez perder. Os seus descendentes, se os houve e ainda existam, talvez ignorem o episódio, que me foi relatado por pessoa fidedigna de sagrada memória.

(Leia-se o 4.° vol. dos "Relatórios" da Província do Amazonas, pág. 73, Rio, 1907.)

RAUL DE AZEVEDO

Raul de Azevedo nasceu a 3 de fevereiro de 1875, na cidade de S. Luiz do Maranhão, falecendo a 27 de abril de 1957, no Rio de Janeiro, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

Foram seus pais Belmiro Paes de Azevedo e Francisca Rosa de Brito. Fez seus estudos na cidade natal, não chegando porém, a realizar nenhum curso de ensino superior. Sua aguda inteligência e continua leitura, baseada em ótima inclinação filosófica, lhe deram uma cultura bem larga e profunda, nos objetivos de sua vida burocrática e literária. Viu, no Amazonas, a estrela polar do seu destino de homem de Sociedade.

Para lá se dirigiu, na qualidade de jornalista, procurando um lugar ao sol. Foi festivamente recebido e, logo, é convidado pelo governo do Capitão Fileto Pires Ferreira para exercer a alta função de Secretário Geral do Estado, cargo esse que lhe permitiu ficar em contacto com o mundo oficial e com a elite da população. Foi o seu ponto de partida numa estrada que teria de perlustrar por mais de 65 anos, ora transitando por cima de flores, ora de espinhos.

Uma das características da compleição moral de Raul de Azevedo, foi a lealdade posta a prova de fogo nos entrechoques do partidarismo, quando os cameleões da política aproveitam a oportunidade para mudar de cor, procurando saber para onde se inclina o fiel da balança.

Convém realçar esse procedimento das almas nobres, hoje raro, reportando-nos a um episódio de antanho com o qual se concretizou a renúncia de Fileto Pires Ferreira, alijando-o do

governo para o qual fora eleito. Fileto que se achava fora do Estado, uma vez em Belém, sabedor do que se passava em Manaus freta um navio para imediatamente regressar. No meio da viagem é cientificado de que Manaus estava em pé de guerra e ali não desembarcaria. O cabo telegráfico subfluvial estava interrompido, no momento. Sabe-se naquela que o navio em que viajava S. Excia. partira para aportar em dia certo, pela manhã. Com receio da aventura, volta a Belém, enquanto que na outra capital, de nada se informa. Raul de Azevedo, Redator-Chefe do "Rio Negro", órgão do seu Partido e do governo alijado, prepara um número especial para a recepção em "hora-certa". Nesse número, havia um noticiário bombástico em que se avisava haver S. Excia. chegado e que girândolas de foguetes estrugiram nos ares, o povo se apinhava no litoral dando vivas a S. Excia. e que o Sr. Dr. F. proferiu um empolgante e comovido discurso de agradecimento, bem assim que o Coronel Ramalho Júnior ainda no Poder, fugiu com seus amigos. O "Rio Negro" já havia sido distribuído pela madrugada e pela manhã do "dia certo". Corre o dia todo e nada de S. Excia. Somente à noite é que realmente Manaus foi informada, pela chegada de outra embarcação, do que acontecera. A antecipação do noticiário do órgão oficioso foi um grande "tableau"; gargalhadas se davam na cidade. E Raul de Azevedo, vexadíssimo, teria de conjecturar uma explicação. E achou-a, dizendo, no dia seguinte, em outro jornal, que tudo resultou de um erro dos revisores (como esses auxiliares da imprensa têm as costas largas...); que todos os verbos do noticiário estavam no futuro e que eles, por um descuido, passaram-no para o pretérito perfeito... Esse "dia certo" foi fatídico por ser o último para aquele jornal e para o Partido de Raul. Foi o "canto de cisne" de uma situação do "consumatum est", da qual Campos Salles, então Presidente da República não quiz tomar conhecimento. Esta explicação de um fato escandaloso e deprimente para o Amazonas parece uma pertinência pueril, no meio de uma biografia. Passou para a História e da geração atual, pouca gente a conhece.

Raul de Azevedo caíra de pé. Aparentemente derrotado, para quem o jornalismo não era apenas um ofício mas um sacerdócio, não ficou desempregado pois sua lealdade ao amigo, foi-lhe uma recomendação.

Entrado na política e no apreço dos homens, fez-se Deputado à Assembléia Legislativa por várias vezes como em cargos de importância e de confiança dos altos Poderes do Estado. Serviu de Chefe de Gabinete de vários governadores, destacadamente de Silvério Nery e Antônio Bittencourt. Foi Cônsul do Chile por

muitos anos e exerceu o desempenho de Comissões importantes do Estado e Federal. Fundou vários jornais. Concorreu para criar algumas associações culturais e científicas, entre outras a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Sua função permanente foi a de Diretor do Departamento dos Correios e Telegrafos no Amazonas, em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro, servindo de Diretor Geral por algumas vezes. Não conheci melhor burocrata, sob o ponto de vista de dinamismo e proibidade. Com ele, tudo andava na linha. Os seus Relatórios constituem atestados de quanto pode um homem na direção de um serviço imenso, complexo e de enorme pessoal.

Raul de Azevedo aposentou-se nesse Departamento do Serviço Público Federal. Aproveitava suas férias em viagens pela Europa. Era um grande admirador de Paris, onde esteve, creio que por três vezes. Como jornalista e publicista foi dos mais ativos. Sua bibliografia conta cerca de 30 obras, fora os folhetos e numerosos artigos de jornais. Vejamos, dentre outros livros, os seguinte: "Doutor Renato", "Tríplice Aliança", "Amores de Gente Nova", "Onde está a felicidade?" "Roseiral", "Aquela Mulher", "Amigos e Amigas", "Senhores e Senhoritas", "Homens e Livros", "Alma inquieta das mulheres", "Aspectos e Sensações", "Louras do Sul, Morenas do Norte", "Meu livro de Saudades". Os livros do escritor, com exceção de dois, pararam na primeira edição.

A Raul de Azevedo não faltavam qualidades para realizar sempre e sempre um bom livro. Não seja por isso que devamos menosprezar um homem que teve, na sua psiquê, a mania absurda, em plena velhice, amor às jovens, ainda que em retrato desnudo, diante de sua banca de trabalho, para achar inspiração para novos romances.

Raul de Azevedo foi casado, por duas vezes. No primeiro casamento com a Sta. Julieta Lessa, de cujo enlace nasceram o Dr. Herbert Lessa de Azevedo, assassinado tragicamente em Coarí e a Sta. Marilda Lessa de Azevedo, alta funcionária do Ministério da Fazenda. E no segundo matrimônio com a Sta. Camélia Cruz, com quem teve duas filhas.

Devo reafirmar que o Coronel Raul de Azevedo — assim o chamavam — honesto, culto, trabalhador, morreu pobre, jamais possuindo uma casa própria. Também não foi um perdulário. Amou as jovens, louras e morenas, como amou as flores, os perfumes, o teatro, a música. E partiu para o Oriente Eterno, com saudade desta vida, como se estivesse nos seus vinte anos. Creio que partiu, continuando a seguir o Conselho do Evangelho: "Pre-

para-te para esta vida, como se tivesses de viver sempre; prepara-te para a outra, como se tivesses de morrer hoje".

RAYMUNDO MONTEIRO

O poeta Raymundo de Castro Monteiro veio ao mundo a 24 de outubro de 1882, na cidade de Humaitá, no Município deste nome, no rio Madeira.

Era filho do abastado negociante, Coronel Antônio Francisco Monteiro e de D. Ana de Castro Monteiro.

De inteligência radiosa, estudou o curso primário na sua cidade natal. O pai fê-lo seguir para a Europa, onde permaneceu durante alguns anos, na Inglaterra, na França e na Espanha, estudando as respectivas línguas, sem esquecer Portugal, terra do seu avô paterno.

Raymundo Monteiro regressou ao Brasil, dirigindo-se ao rio Madeira, onde ajudou o pai nas lides do comércio. O ambiente dos negócios, um tanto material na interlândia, não se ajustava à soberba imaginação de um poeta de cérebro faiscante. Seguiu para Manaus e, depois, para o Rio de Janeiro. Regressou à Capital amazonense, onde se processava concurso para o preenchimento de uma vaga de Tabelião da cidade. Foi o preferido e, na função fixou o ritmo de sua vida, casando-se com D. Ursula Botelho Monteiro. Do matrimônio nasceram cinco filhos.

Trabalhou no Cartório até o final de sua existência, a 20 de junho de 1932.

Raymundo Monteiro pertenceu à Academia Amazonense de Letras. Consagrou-se poeta de estirpe nos livros que publicou: "Volutas" e "Horas Lentas". Possuia fecunda imaginação e era um clássico do vernáculo.

RAYMUNDO MORAES

O Comandante Raymundo Moraes foi uma das mais altas, cultas e dinâmicas mentalidades que têm honrado a Amazônia.

Natural de Belém do Pará, nasceu a 15 de setembro de 1872, sendo filho de Miguel Quintiliano de Moraes e de D. Lucentina Martins de Moraes. Faleceu a 3 de fevereiro de 1941.

Começou bem jovem, aos 13 anos, sua vida a bordo, acompanhando seu genitor, que era "prático" do rio Madeira. Aos 18 anos de idade, senhor das coisas navais e dos itinerários dos rios, adquiriu Carta de Piloto e de Prático; iniciara sua vida e suas

responsabilidades sobre o tombadilho de prôa dos "gaiolas" que trafegavam a imensa rede fluvial da Hiléia, afrontando, em dias claros, como em noites tempestuosas, os mil perigos da navegação do grande Vale.

Raymundo Moraes, durante muitos anos de vigília, preso à roda do leme e à bússola, também estudava nas folgas do ofício. Fazendo-se autodidata, alcançou uma cultura acadêmica, principalmente quanto às ciências naturais, como se pode constatar nas várias obras que publicou. Tantas vezes, lendo suas páginas, tem-se a impressão de que ali está um naturalista a discorrer em assuntos pertinentes à geologia, à botânica, a etnologia. Mas nunca se distraiu do roteiro, encalhando o navio. À noite, parecia ter o privilégio dos nictálopes.

Era um correspondente assíduo da antiga "A Província do Pará", que foi um órgão-padrão do Norte do País.

Nessa "escola da vida" que é a imprensa, Raymundo Moraes, como bravo gladiador, começou a mourejar numa época de grande florescimento das letras, não somente devido à geração composta de rapazes talentosos do próprio lugar, como a uma plêiade de outros advindos do Sul do País atraídos pelos benefícios econômicos da borracha.

As atividades do futuro amazonólogo e jornalista repartiram-se em constantes viagens. E, quando em terra, na chefia de funções pública. Dentre outras, a de Inspetor de Ensino Médio em Belém.

Por motivo de perseguição política, foi obrigado a transferir-se para a Amazonas.

Vejamos agora um aspecto psicológico de Raymundo Moraes, cuja personalidade me pareceu sempre a de um homem hermético, ou seja, concentrado em si mesmo, embora vivesse da multidão e para a multidão.

Certa vez viajamos de Belém para o Rio de Janeiro, em um dos navios do Lloyd. Nunca o vi, durante a viagem, a conversar com outros passageiros, como é hábito a bordo. Sempre lendo, parecia-me um introspectivo, concentrado no seu próprio mundo, na familiariedade de seus livros e de seus pensamentos.

Em Manaus, por muitas vezes, observei-o à rua, caminhando sòzinho, olhando para a frente, sem se preocupar com os transeuntes, para evitar, talvez, retribuir um gesto de saudação. Era pequeno o grupo de seus amigos. Todavia, tratava-se de um cidadão finamente educado e de um intelectual de primeiro plano.

Sua obra, substanciosa, contém cerca de 15 livros: "Traços a esmo", (1908), que foi o seu primeiro livro; "Na Planície Ama-

zônica" (seis edições), premiado pela Academia Brasileira de Letras e mandado adotar nas escolas públicas da Amazônia; "Cartas da Floresta", "País das Pedras Verdes" (duas edições), adotado nas escolas públicas do Pará; "O Meu Dicionário das Cousas da Amazônia", em dois volumes; "Anfiteatro Amazônico"; "Aluvião"; "O Homem do Pacoval"; "Igaraúnas"; "O Mirante do Baixo Amazonas"; "Notas de um Jornalista"; "Notas sobre o Eldorado"; "À Margem do livro de Agassiz"; "Histórias do tempo em que Animais e Vegetais falavam na Amazônia" (apólogos); e "Ressuscitados".

* * *

A gênese da Planície amazônica deve ter sido um dos fenômenos mais espetaculares do mundo antigo, na transição da era terciária para a quaternária, segundo presumem os maiores geólogos.

Raymundo Moraes, no seu livro "País das Pedras Verdes", como em outros do mesmo teor, convida-nos a um olhar retrospectivo, não somente à terra informe, alagadiça, vagueante, que forças telúricas e tectônicas conturbavam há milênios, como o fazem hoje em menor escala. E cita, entre muitos casos a Ilha de Marajó, que se está agregando ao continente, para um dia desaparecer na voragem das correntes fluviais e no torvelinho das marés. Na descritiva dos recontros primevos que águas e terras travaram, como se fosse uma ânsia de predomínio de cada um dos elementos, observa-se no escritor uma grande acuidade, ao mesmo tempo, a sabedoria de um geólogo que recorreu também aos ensinamentos da arqueologia, para justificar seus pontos-de-vista, no tocante àquela era da permistão dos elementos. Nesse livro há outros capítulos que desafiam as discordâncias da crítica. Igualmente distinguem-se pela pompa das imagens e pelo ritmo do estilo, os artigos atinentes à geografia humana: as lendas, o regatão, o índio, o seringueiro, os "gaiolas".

Em nenhum outro livro, o amazonógrafo pôs em relevo mais acentuado o local em que se acha a cidade de Manaus. Na opinião em que se acastelou, sabe-se que a área em que assenta a Capital baré, era, em período recuadíssimo de milênios um enorme lençol de água salgada em vertiginosa descida para o Atlântico. Com o escoamento reduz-se a camada diluvial, e, em conseqüência, emergem as terras, em permistão de "firmes" e "varzeas". Onde está a urbs, com seus magníficos palácios, pontes metálicas, avenidas e jardins, não passava de uma ilha verdejante. Observe-se, ao norte da cidade, na zona atravessada pela então Estrada de Flores, o desvão constituído por uma planície arenosa

estendendo-se por mais de 40 quilômetros de largura de saibro alvenitente e coberta de vegetação raquítica de um a dois metros de espessura.

O "País das Pedras Verdes" é um livro de molde acadêmico vibrátil na sua contextura vocabular e de estilo escorreito mas profundamente glebário, naquele sentido emocional de gente que ama os contrastes das "terras caídas" e das "beiradas" que se erguem ali; das "ilhas que viajam", somem; dos lagos e lagoas que enchem e vazam por infiltração; dos "chavascais" que surgem e, com o tempo, se desfazem no dreno dos rasgãos da terra frouxa e pantanosa.

Ninguém, como Raymundo Moraes — marinheiro, geólogo e polígrafo, sempre disposto ao trabalho mental —, podia penetrar naquela arena entretecida de lendas e de riquezas fabulosas. Pôde prognosticar acontecimentos, na contextura da terra em ser.

Pela persistência de suas visitas ao canal de Tajapura, esse braço do Amazonas ao sul da ilha de Marajó, sondando o leito da corrente que conduz as águas do Tocantins, como para traçar uma carta batimétrica, Raymundo Moraes, em anos consecutivos de pesquisas, concluiu que aquele acidente geográfico — o canal — tende a desaparecer, e a ilha de Marajó (com 35.200 km2) incorporar-se-á ao continente. Outrora, grandes navios por ali transitavam, servindo a cidade de Belém. Agora, somente as vigilengas e outras embarcações de pequeno calado. Em publicação que fez em jornal de Belém, numa série de artigos denuncia tal fenômeno sob o título "No País dos maparás".

Saliento agora o outro jardim cultivado pelo jornalista Raymundo Moraes: o dos costumes e do fabulário amazônicos. Aqui, o escritor, na maior facilidade de relacionar e comentar, põe em foco os surtos da imaginação indígena representados nas suas crenças, artes, folclore, festas, atividades domésticas e sociais, etc. tudo numa expressão de bondade e inteligência que enobrecem a alma simples do povo. Nos seus livros, faz-nos ver que as lendas, como acontece em toda parte em que a imaginação já está evoluída, mas ainda dentro de um período dilucular da cultura, são abundantes e lindas, no seu panteísmo cosmogônico, em face da natureza.

* * *

Sobre os substanciosos livros de Raymundo Moraes, transcrevo alguns pensamentos soltos, de laureados escritores nacionais, inclusive da Academia Brasileira de Letras.

De João Ribeiro: "Grande e maravilhoso esse "Dicionário de Cousas Amazônicas". A um só tempo lingüistico, histórico, geo-

gráfico, biográfico e social, é, na realidade, um livro que todos devemos ler, página por página, para avaliar o imenso mar mediterrâneo de infindos recursos e que bastaria para formar a pátria mais rica e formosa do mundo. Raymundo Moraes é o verdadeiro artista da Amazônia, que trai, nas hipérboles da expressão, a grandeza da sua terra. É prosador e poeta ao mesmo tempo, porque, são inseparáveis os dois títulos de seu mérito (Do "Jornal do Brasil" — Rio.

De Humberto de Campos: "O novo livro do Dr Raymundo Moraes (refere-se ao Dicionário) contém, em suma, a documentação lexicográfica que eu havia assinalado, já, há alguns anos: a Amazônia é, sob o ponto de vista humano, uma das regiões mais incaracterísticas do Brasil. Conhecendo a Amazônia a fundo, sua vida, sua natureza, seus costumes, seu folclore, suas tradições, sua gente, a fauna a flora, a geologia, a potamografia daquela planície formidável, ninguém, como ele, jamais pintou, descreveu e sentiu a natureza daquele mundo esquecido" (Do "Fon-Fon" — Rio).

De Alves de Souza: "O que me entusiasma, na obra de Raymundo Moraes, é a alegria, a penetrante, contagiosa alegria, sem hipérbole, os esplendores exuberantes da Amazônia". (De "O Bibliógrafo" — Rio).

De Carlos Dias Fernandes: "A obra literária de Raymundo Moraes onde se nos depara o apurado trabalho de uma surpreendente imaginação, sobre uma realidade portentosa, precisava de um elucidário, para ser melhor admirada e compreendida". (Dos Diários Associados).

Costa Rego: "Este especialista da Amazônia merece a Academia. Não sou eu quem lá o levará, mas muito me engano, ou dentro em breve a Academia o há de seduzir. Que o seduza, menos por ele do que por ela, tanto a feição marcada do escritor reclama que o festejem e encoragem (Do "Correio da Manhã" — Rio).

Carlos Malheiros Dias: "Antes de entregar ao prelo este "vade mecum" preciosíssimo (o Dicionário), o Sr. Raymundo Moraes publicara "Na Planície Amazônica" e o "País das Pedras Verdes", dois livros admiráveis pela linguagem e pelo saber". (De "O Cruzeiro" — Rio).

Peregrino Júnior, referindo-se ao exímio preliador das letras planiciárias e, particularmente, ao seu Dicionário, ressalta-lhe as virtudes espirituais, dizendo: É um escritor com quem é grato conversar. E a prova disto é que a sua vinda ao Rio, em lugar de diminuir-lhe o prestígio, aumentou-lhe a aura de simpatia, admiração e apreço que lhe cerca o nome. Depois, a sua última obra é verdadeiramente notável, e de uma utilidade excepcional. É um livro útil, claro e harmonioso. Eu confesso que é com cordial alegria que saúdo, hoje, esse ilustre e brilhante escritor". (Da "Pátria" — Rio).

De Adauto Fernandes: "Com a publicação do "O Meu Dicionário de Cousas da Amazônia", Raymundo Moraes não se revela simplesmente o artista impecável, o escritor profundo e admirável, mas, sobretudo, o brasileiro que ama o Brasil, contribuindo, neste momento, com trabalhos de real e indiscutível mérito". (Do "Correio do Brasil").

Iria muito longe se me fosse possível continuar o documentário das láureas do excelso amazonógrafo.

Mas este meu despretensioso trabalho, pela só intenção que o motivou, acrescentará algumas folhas à coroa de louros com que a intelectualidade nacional, unânime, sempre brindou Raymundo Moraes, este "double" de beletrista e geógrafo planiciário, dos maiores que a Amazônia tem tido.

(Resumo da Conferência realizada pelo autor, em Manaus, a 23 de abril de 1966, sobre a Vida e a Obra do Comandante Raymundo Moraes, referente à Amazônia.)

RAIMUNDO NONATO DA CUNHA

Raimundo Nonato da Cunha, nascido no Rio Grande do Norte, no lugar "Boqueirão dos Cunha" (assim denominado pelo pioneirismo dos Cunha), era filho de Victor Florentino da Cunha e Francelina Dantas da Cunha. Sua família foi residir no Ceará, onde Victor Florentino faleceu no ano de 1878.

Raimundo Cunha, muito jovem ainda, sentindo a vida sem grandes perspectivas no Ceará e atraído pelos fascínios do Eldorado, viajou para o Amazonas, em companhia do seu primo José Florêncio. De Manaus seguiram rumos diferentes: José Florêncio foi para Tarauacá, localizando-se na então Vila Seabra; Raimundo subiu o Solimões, indo para o seringal "Cachoeira", no rio Itacoaí, onde, durante dois anos, como seringueiro, se dedicou à extração de borracha.

Conseguindo "saldo", voltou ao Ceará, casando-se, em 1894, com Joaquina Silva Uchôa, de tradicional família cearense.

Em 1906 foi residir na Vila de Remate de Males, localidade situada à margem direita do rio Itacoaí, no ponto exato da confluência com o rio Javarí. O nome pitoresco da Vila deve-se ao seu fundador, Alfredo Bastos, seu 1.° habitante, que, tendo des-

cido o Javarí em balsa e em companhia de alguns índios tucunas ali fixou acampamento, construindo um grande barracão. Costumava dizer: "aqui é o remate de todos os males".

Raimundo Cunha muito concorreu para o progresso e desenvolvimento da Vila. Homem afeito à luta, de caráter firme, honesto e inteligente, possuia memória invulgar; muito amigo dos livros, hauria neles a instrução e os conhecimentos não obtidos com o incipiente ensino sertanejo.

Vencendo todas as dificuldades, tornou-se seringalista abastado e Coronel da Guarda Nacional. Ingressou na política, sendo eleito Superintendente em 1915, tendo realizado uma administração profícua. Entre os melhoramentos que introduziu destaca-se a criação da primeira escola pública, primária, mista, por Decreto n.º 21, de 1.º de outubro de 1915. Para mantê-la sem onus para a Municipalidade reduziu seus subsídios, no que foi acompanhado pelos seus funcionários — todos demonstrando alto espírito público. Fundou uma tipografia denominada "O Javarí" e estabeleceu a iluminação pública das ruas por meio de lampiões a querosene.

Chefe político influente, a sua liderança regional perdurou por muitos anos, somente cessando com sua morte, ocorrida a bordo do vapor "Belo Horizonte", no dia 4 de abril de 1925, sendo sepultado na Foz do Jutaí, no Solimões.

A sua passagem pela terra ficou perpetuada no Grupo Escolar Coronel Raimundo Cunha, construído pelo então Prefeito Antônio Braga, como homenagem ao pioneiro da educação no Município.

É agradável e necessário fazer-se justiça aos nossos patrícios que efetivaram a nossa posse nas fronteiras longínquas. Nesses rincões estiveram Ulysses Uchôa e Felix Bandeira.

A grande árvore genealógica dos Cunha teve origem em Portugal.

Dos dez filhos do Coronel Raimundo Cunha existem (1968) os seguintes: Sofia Cunha, solteira; Altina Cunha Alvim, viúva do industrial Afonso Alvim (falecido); Maria Cunha de Menezes Veiga, casada com o intelectual José Acioli de Menezes Veiga, atual Secretário Assistente do Dr. Paulo Pinto Nery, Prefeito Municipal de Manaus.

A descendência do Coronel Raimundo Cunha é constituída de numerosos netos e bisnetos, todos levando para adiante o caráter e a têmpera do desbravador.

(Os elementos biográficos foram fornecidos pela gentileza de D. Altina da Cunha Alvim e o prezado amigo José Veiga.)

RAYMUNDO NONATO PINHEIRO

O poeta Raymundo Nonato Pinheiro (pai), natural do Maranhão, nasceu a 8 de novembro de 1890, tendo sido filho de Jerônimo Emiliano de Paula e de D. Maria das Dores Silva. A seu respeito, disse o publicista amazonense José dos Santos Lins, no seu utilíssimo livro "Seleta Literária do Amazonas" o seguinte, que transcrevo com a devida venia: "Deixou o Maranhão em 1911, com destino ao Amazonas. Aqui (Manaus) constituiu família e deu prosseguimento à carreira literária. O Amazonas atravessava dias agitadíssimos em conseqüência do ciclo da borracha. Em Manaus, encontrou Maranhão Sobrinho, amigo e filho do Maranhão, tornando-se um dos seus melhores companheiros. Quando faleceu Maranhão Sobrinho, foi um dos poucos que se deslocou para o casebre da Cachoeirinha, para acompanhar o famoso poeta até ao cemitério.

Em 1920, foi nomeado para o cargo de Despachante Geral da Alfândega de Manaus. Aqui, colaborou com os jornais da época e com a Revista "Redenção", onde fez publicar poemas e vários artigos de natureza econômica. No Rio de Janeiro escreveu para "A Nação", "O Jornal", "Revista da Semana", "O Malho" e "O Cruzeiro".

Hoje, como Vespasiano Ramos e Maranhão Sobrinho, já está esquecido, entretanto, manteve contatos literários com Humberto de Campos, Peregrino Júnior, Gastão Cruls, José Américo de Almeida e Catulo da Paixão Cearense. Em 1932, escreveu o Prefácio do livro "Guerra dos Sinos", de Bruno Martino. Deixou inacabados dois livros: "Perpétua" e "Hiléia".

De Raymundo Nonato Pinheiro, a lei do atavismo repontou na acuidade intelectual dos seus dois filhos: no Rev. Padre Raymundo Nonato Pinheiro, polígrafo, orador, jornalista consumado, membro da Academia Amazonense de Letras; e, no jornalista Geraldo Pinheiro, de admirada formação espiritual, formado em Direito pela Faculdade do Amazonas.

O poeta faleceu a 15 de outubro de 1938, em Manaus.

RAYMUNDO TAPAJÓS

O Capitão Raymundo de Salles Monteiro Tapajós, natural do Amazonas, foi um dos industriais de Manaus, do primeiro decênio do século passado. Foram seus pais o Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós e D. Benedita Rosa Marinho Salgado, do seu consórcio, em segundas núpcias.

Era irmão de Torquato Tapajós, Manoel Tapajós, José Tapajós, e de outros homens ilustres de que se tem ocupado este livro.

Tendo feito o curso primário, um espírito arejado, entregou-se à cerâmica: conseguiu ser um grande oleiro, numa fábrica que fundou, à margem esquerda do Rio Negro, à jusante de Manaus. Foi naquele áureo período em que Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador, transformava Manaus.

Raymundo Tapajós, trabalhando noite e dia, na sua Olaria de Lages, fornecia material cerâmico, com o qual se trocavam milhares de palhoças em lindos prédios de alvenaria.

Não pode ser esquecido, um homem que tanto cooperou no progresso material da cidade. É interessante contar o fato de Tapajós não se limitar ao dirigir a indústria em que agiam cerca de cem operários. É que ele próprio era um dos oleiros, quase sempre sujo de argila. Vi-o nesse afã, de dupla função. Éramos visinhos em Manaus, sendo que meu pai era padrinho de um dos filhos do industrial.

Raymundo Tapajós, já em 1910, vendera sua Olaria ao notável Comendador José Cláudio de Mesquita, que a aumentou consideravelmente, dotando-a de novos e modernos fornos, mais tudo sem resultado, pois, cerca de dois anos após, com o colapso do progresso de Manaus, a Olaria apagava seus fornos e falia.

REGO MONTEIRO

Pouco se sabe sobre a vida do Desembargador Cezar do Rego Monteiro que, por sua inteligência e cultura, foi uma figura de proa no Amazonas, marcante em altas funções públicas, na magistratura e na política. Sua ascenção mostrou-se rápida e improvisada.

Ignora-se como, sem os estágios, chegou ao cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, sendo seu Presidente, lá se aposentando, contando, para isso, o tempo em que em sua Província natal exerceu o cargo de subdelegado de polícia.

Ignora-se, ainda, como sem ser político militante, foi eleito Senador Federal, depois, Governador do Amazonas a servir no quatriênio 1921-1924.

Tomou posse do cargo a 1.° de janeiro de 1921, em substituição ao Dr. Pedro de Alcântara Bacellar. Uma vez na função, nomeou todos os filhos para os postos mais elevados do governo, sendo que, até aí, ninguém o podia recriminar, pois os lugares

eram de imediata confiança e os seus titulares, rapazes de capacidade intelectual.

O Prof. Júlio Benevides Uchôa, em útil trabalho que escreveu e divulgou, sob a epígrafe "Governadores e Interventores", disse:

"Seria ocioso referir, nestas linhas o que foi o quatriênio Rego Monteiro. Existem ainda por aí inúmeras testemunhas, na maioria funcionários públicos que poderão dizer como recebiam seus vencimentos naquele calamitoso período administrativo, em que as rendas do Estado eram desbaratadas criminosamente, num verdadeiro delírio de despudor e irresponsabilidade. Rego Monteiro governou até 9 de junho de 1924, quando seguiu para a Europa, transferindo o poder ao Dr. Turiano Chaves Meira, Presidente da Assembléia Legislativa, portanto seu substituto nato. Lógico que Turiano seguiria a mesma orientação do sogro e isso ele afirmou ao assumir o governo do Estado. Mas, como diz o rifão: "Não há bem que sempre dure, nem mal que não se acabe", veio a revolução de 23 de julho e deu por terra a oligarquia.

O Des. Cezar do Rego Monteiro vivia recolhido ao Palácio Rio Negro, sede do governo, não dava audiências públicas, nem particulares, deixando que, lá fora, realizassem o desgoverno à vontade.

RIBEIRO JÚNIOR

O Major Alfredo Augusto Ribeiro Júnior nasceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 14 de maio de 1887. Era filho de Alfredo Augusto Ribeiro, que faleceu em outubro de 1910.

Ribeiro Júnior verificou Praça em setembro de 1906. Foi declarado 2.° Tenente no dia 3 de novembro de 1915; 1.° Tenente a 28 de abril de 1920, havendo feito os cursos de Infantaria e Cavalaria, pelo Regulamento de 1905; Capitão, em 15 de novembro de 1930, tendo alcançado o posto de Major a 17 de outubro de 1935, no qual faleceu no dia 29 de junho de 1938, com um tempo de serviço de 34 anos, um mês e quinze dias.

* * *

Com a transferência do então 1.° Tenente Ribeiro Júnior para o 27.° Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, em 28 de março de 1924, haveria de ocorrer, como ocorreu, profunda transformação no destino do militar, bem como na vida política e administrativa do Amazonas.

Achava-se no governo do Estado o Dr. Turiano Meira, presidente da Assembléia Legislativa que substituía o sogro, Des. Cezar do Rego Monteiro, então licenciado e viajando na França.

No Sul do País, não reinava um ambiente de tranquilidade, sobretudo em São Paulo. De fato, ali rebenta um movimento revolucionário que deveria espalhar-se, conforme esperavam os insurretos, mas que só foi explodir em Manaus, num levante militar da Guarnição Federal, às 19 horas do dia 23 de julho daquele ano (1924). A revolta encontrou ampla simpatia popular, em virtude do descalabro financeiro.

A adesão do Amazonas às idéias revolucionárias do Sul eram um corolário e um desabafo. Antes mesmo da chegada, em Manaus, dos jovens militares que galvanizaram a opinião pública, havia um movimento em marcha para fazer cessar as irregularidades. Entre inúmeros, surgem-me na lembrança os nomes de Waldemar Pedrosa, Carlos Mesquita, Arthur Uchôa, Clóvis Barbosa, Coriolano Durand, Jacintho Botinelly, Epaminondas Bittencourt, Castrinho, Crisanto Jobim, Júlio Uchôa e outros que fizeram parte do governo revolucionário.

Ribeiro Júnior, temperamento impetuoso e desassombrado, com o apoio de companheiros bravos e decididos, assume a responsabilidade do que iria acontecer e, com estes, define a situação. Conta-nos o ilustre historiógrafo amazonense, Des. Anísio Jobim, em sua obra "O Amazonas — sua História", integrante da coleção Brasiliana, vol. 292, pág. 209:

"Com a deposição do Sr. Turiano Meira constituiu-se um governo militar, que foi entregue ao 1.° Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, por deliberação unânime dos seus companheiros Capitão José Carlos Dubois, Capitão Médico Dr. Francisco Batista de Almeida, 1.° Tenente José de Lemos Cunha, 1.° Tenente Aurélio Linhares, 1.° Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 1.° Tenente José Baker Azamor, 1.° Tenente Raymundo Villaronga Fontenelle, 1.° Tenente Loé Gutierres Simas, 1.° Tenente Aluizio Pinheiro Ferreira, 1.° Tenente Osmundo Anequim, 1.° Tenente Sebastião Mendes de Holanda, 1.° Tenente José Dias Vieira, 1.° Tenente Pedro Alves da Cunha, 2.° Tenente Abílio Costa, 2.° Tenente Mendes da Silva, 2.° Tenente Euclides Joaquim Lins que lançaram uma proclamação ao povo, explicando os motivos da revolta e que estavam solidários com São Paulo. ("Jornal do Povo", de 24 de julho de 1924).

"Para os principais postos da administração foram nomeados os seguintes cidadãos: Crisanto Jobim, para Secretário Geral do Estado; Francisco das Chagas Aguiar, Superintendente Municipal; Magalhães Barata, Chefia da Polícia Militar; Olegário da Luz

Castro, para Chefe de Polícia Civil; Prof. Marciano Armond, para Diretor Geral da Instrução Pública; Antônio Barroso, para o Tesouro Público; João Franklin de Alencar Araripe, para Procurador Fiscal da Fazenda; Carlos Mesquita, para Diretor do Ginásio; Paulino de Britto, para Diretor da Biblioteca, Imprensa e Arquivo Público".

* * *

No dia seguinte ao da Revolução (24 de julho), apareceu o "Jornal do Povo", (do qual possuo toda a coleção) que se constituiu o intérprete do levante cívico-militar, publicando os atos do governo, como dos comícios de aplausos delirantes de toda gente. Os dias do governo de Ribeiro Júnior foram trepidantes, trespassado de uma atmosfera de ansiedade e o povo ávido de novos acontecimentos. As edições de cada dia, desse jornal, esgotavam-se bem cedo. Além do nervosísmo, a alegria era a tônica de todos os espíritos. Pessoas tomavam bondes em que não pretendiam viajar e homens austeros iam para a rua sem gravata, numa terra em que esse objeto da indumentária era e ainda é um sinal de distinção. Criaturas que não saíam de casa, eram vistas nas ruas e nos comícios e até senhoras e senhoritas da sociedade, numa antecipação do feminismo, iam às praças públicas em estímulo e agradecimento aos revolucionários. Numerosos fatos poderiam ser citados para demonstrar o estado psicológico do povo baré, naqueles dias de euforismo e grandes esperanças.

Ribeiro Júnior era um cidadão aplaudido por qualquer ato que praticasse. No dia em que baixou o Decreto, criando o *Imposto de Redenção,* que consistia em levantar, do Banco do Brasil, parte dos *depósitos* pertencentes aos "decaídos" — que eram quantos tivessem ajudado a situação banida —, houve grande regosijo. Destinava o governador militar que o resultado da coleta sumária e ilegal entrasse para o Tesouro do Estado, a fim de auxiliar o pagamento aos funcionários públicos, pensões, etc. em grande atraso. Diga-se, de passagem, que não se registraram vindítas pessoais.

Além do "Jornal do Povo" foi posto em circulação "A Liberdade" sob a responsabilidade e direção do Prof. Júlio Benevides Uchôa, que circulou de 13 de agosto de 1924 a 10 de fevereiro de 1925 (possuo também a coleção). Foram 158 números, que prestaram grandes serviços à Revolução. Ficou patenteada a coragem e o desassombro do seu Diretor, que esteve preso algum tempo; ficou famosa a seção "Galeria Negra".

O governo da União não podia ficar alheio à anormalidade do Amazonas. As providências tomadas resultaram na grande e poderosa Expedição sob o comando do General Mena Barreto, aportada em Manaus a 28 de agosto de 1924, recebida com estrondosa manifestação de apreço por toda a população. Logo ao desembarcar dirigiu-se ao Palácio Rio Negro, mandando prender o Tenente Ribeiro Júnior. O General falou ao Povo que se apinhava diante do Palácio, dizendo-lhe da missão de paz, que ali o levara.

Por designação do General Mena Barreto, assumiu o Governo Militar, no dia 31 de agosto de 1924, o Coronel Raymundo Barbosa.

* * *

Dos "assentamentos" de Ribeiro Júnior constam: "1924, agosto. O Sr. General João de Deus Mena Barreto em telegrama de 27 comunicou ao Departamento da Guerra ter sido declarado desertor a 20 do mesmo mês, visto não ter se apresentado no prazo de 8 dias arbitrados pela Lei. O Sr. General Mena Barreto comunicou ter sido prêso"

"Em telegrama de 15, o Sr. Comandante da 8.ª Região Militar comunicou que, procedente de Manaus, desembarcou em Belém, no dia 14, achando-se prêso como implicado nos últimos acontecimentos do Amazonas. Em 1925, março — Conforme comunicou o Comando da 8.ª Região Militar o Conselho de Justiça Militar, julgou em sessão de 20, improcedente a anulação intentada pelo crime previsto no art. 117 do Código Penal Militar, tendo a Promotoria apelado para o Supremo Tribunal Militar. A 4 o Dr. Auditor da 1.ª Circunscrição Judiciária Militar fez apresentar o Oficial de Justiça da mesma Auditoria que, na presença do Oficial de Dia, leu o mandado de prisão expedido contra o Oficial, em vista do acórdão do Supremo Tribunal Militar que o condenou nas penas de grau médio do art. 117, combinado com o art. 43 do Código Penal Militar. A pena foi de 3 anos, 9 meses e 15 dias. A 18 foi mandado recolher à prisão, com sentinela à vista, durante 15 dias, com privação de visitas". Em 1926 seguiu para a Prisão Militar da Ilha Grande. Em fevereiro de 1927 foi solto. Em julho desse ano era requisitado pelo Juiz Seccional do Amazonas. A 7 de julho apresentou-se ao 27 BC.

Em 1930, em novembro, foi contemplado pelo Decreto n.º 19.395, de 8 de outubro de 1930 que concedeu anistia a todos os Militares e Civis envolvidos em movimentos revolucionários ocorridos no País.

Como prova de gratidão o povo amazonense elegeu-o Deputado Federal nas eleições de 1934, juntamente com Carvalho Leal e Luiz Tirelli. A 22 de novembro de 1937, por Decreto, foi mandado reverter ao serviço ativo do Exército, por ter cessado o motivo de sua agregação, em virtude da dissolução da Câmara dos Deputados. Foi então classificado na 7.ª Região Militar e posteriormente transferido para o 6.º Batalhão de Caçadores, em 27 de maio de 1938.

Como Deputado Federal, trovejantemente bateu-se, mais uma uma vez, pelos interesses da terra de sua representação.

Era casado e pai de vários filhos. Ribeiro Júnior, endeusado freneticamente por muitos, e numerosas vezes infringente do Código Militar, ainda não foi julgado definitivamente, na calma a que só o tempo e a paz podem conduzir.

RICARDO AMORIM

Ninguém mais autorizado para traçar a história da própria vida do que um homem de caráter, de inteligência e de cultura. É o caso do Prof. Ricardo Matheus Barbosa de Amorim, um dos componentes da ilustre e tradicional família amazonense, das mais representativas da região. A seu respeito, em 1922, escreveu os seguintes apontamentos:

Nasceu a 7 de fevereiro de 1875, em Manaus, aí realizando os seus primeiros estudos no Seminário de S. José. Sem sair do estabelecimento, onde se havia fundado o Liceu Amazonense, neste fez os preparatórios, concluindo-os em 1889. Iniciou a sua vida pública como 2.º Conferente da Recebedoria do Estado, mediante concurso, em 31 de outubro de 1892, no governo de Eduardo Ribeiro. Foi promovido a 1.º Conferente e, logo nomeado Escriturário efetivo em 25 de agosto de 1898 e, mais tarde, Chefe de Seção em 1901. Matriculado na Faculdade de Direito do Recife, bacharelou-se em 15 de março de 1905. Regressando ao Amazonas, abriu Banca de Advogado, pedindo sua exoneração da Recebedoria do Estado, o que obteve por Ato de 28 de outubro, no governo do Coronel Bittencourt. A 1.º de novembro de 1911, foi nomeado para exercer o cargo de Procurador Fiscal da Fazenda. Exerceu também as funções de catedrático de Direito Romano, na antiga Universidade Livre de Manaus.

Foi ainda catedrático de Direito Comercial na Escola Municipal de Comércio "Solon de Lucena", de que foi Diretor.

Em 26 de março de 1926, teve sua nomeação para os cargos de substituto da cadeira de Geografia Geral e Elementos de Cos-

mografia do Ginásio Amazonense Pedro II. Vários outros cargos de importância no Magistério e na Magistratura, foram desempenhados pelo Prof. Ricardo Amorim. Dentre esses, destaque-se o de Procurador Regional da Justiça Eleitoral, por Ato de 25 de março de 1935.

Ricardo Amorim casou-se com a Sra. Josefina Moraes de Amorim, de cujo enlace provieram os seguintes filhos: Carmen Amorim Corrêa, viúva; Nazareth, casada com o Sr. José Ferreira Vidigal; Armando (falecido); Humberto, General; e Ana Edith, casada com o Prof. Nicodemus Bandeira Braule Pinto.

O Prof. Ricardo Matheus Barbosa de Amorim era profundamente espiritualista, tendo sido Presidente da Federação Espírita do Amazonas. Aposentando-se nas duas cadeiras que exerceu no Ginásio Amazonense, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu, estando sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier.

RODRIGO COSTA

O Prof. Rodrigo Costa foi uma das inteligências mais vivas e cultas, tendo nascido em Codajás, a 3 de agosto de 1875. Formado em Direito, exerceu a advocacia em Manaus. Foi Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. Regeu a cadeira de Lógica do Ginásio Amazonense, para cuja efetividade fez concurso. Regeu também a cadeira de Economia Política da Escola Técnica de Comércio "Solon de Lucena".

Casou-se com uma filha do abastado negociante José Carneiro dos Santos. Viajou pela Europa, visitando a Suécia, em cuja Capital proferiu conferências sobre ensino. Publicou-as em opúsculo, que distribuiu em Manaus, quando de sua chegada. Espírito profundamente religioso, primo do Bispo Dom Frederico Costa, suas opiniões eram arraigadas até a intransigência. Foi membro de várias instituições culturais. Faleceu no Rio de Janeiro em 1915.

RODRIGUES MADEIRA

Antônio Rodrigues Madeira, natural do Ceará, nasceu a 26 de fevereiro de 1868, seguindo para o Amazonas ainda bem jovem e fixando-se em Manaus, onde desenvolveu sua inteligência, começando no serviço público.

Mais tarde foi nomeado Delegado de Polícia e destacado para a povoação de Manacapuru, situada na margem esquerda

do rio Solimões, lugarejo que deu origem à atual cidade de Manacapuru. Era muito jovem, mas de forte personalidade.

Em 1889, ano da proclamação da República, o Príncipe Gastão de Orleans, o Conde D'Eu, empreendeu visita ao Amazonas, até o Forte de Tabatinga, quando saltou em Manacapuru, atraído pelo agrupamento de casas cobertas de palha. Em terra, todos foram surpreendidos pela visita ilustre. Antes de sua saída de Manaus, haviam-lhe informado que iria encontrar muitos índios bravios e mansos, alguns caboclos e muitos cearenses rebeldes, retirantes de sua terra natal.

Logo em contato com o chefe do lugar, ou seja, o Delegado Madeira, manifestando surpresa, indaga: "Onde é o Quartel e com que elementos de força militar enfrenta um ataque de índios e dos cearenses?". Responde-lhe o Delegado: "Alteza, aqui o único cearense que existe sou eu e toda a população é pacífica. Não há necessidade de tropa. Aqui, o que predomina é a autoridade moral do Delegado...". A surpresa do Conde d'Eu fora maior do que a causada pela sua presença. Anos depois, ouvi dos lábios de Rodrigues Madeira, a narrativa desse episódio, que a História deve registrar. Em 1902, Manacapuru já havia se desmembrado de Manaus, adquirindo assim personalidade própria, na entrosagem das Municipalidades do Estado. No mesmo ano (1902) foi prestada uma homenagem ao Governador do Estado, com aposição do seu retrato em uma das paredes do salão nobre da Superintendência, sendo o seu titular o antigo Delegado Rodrigues Madeira. Marcado o dia da cerimônia, por coincidência atracava ao porto da vila de Manacapuru, o gaiola "Baixo Purus", em que viajavam numerosas pessoas, rumo ao Purus, todas imediatamente convidades para o ato solene. Os promotores da festa, estando tudo pronto, hora marcada, ainda não haviam encontrado o orador oficial da homenagem. Dirigem-se ao autor destas linhas que aceitou o encargo e dele se desempenhou apenas com a veemência cívica dos seus 26 anos de idade.

Madeira, durante o resto de sua vida, sempre esteve em função pública e na política, como aconteceu no quatriênio do Des. Rego Monteiro, quando nada pôde realizar, na época infausta que o Amazonas atravessou.

Na Ordem Maçônica, em Manacapuru, foi iniciado na "Loja Cinco de Setembro", a 22 de abril de 1897, tendo percorrido todos os graus da hierarquia.

O Coronel Antônio Rodrigues Madeira foi um exemplar chefe de família a cidadão probo, que excelentes serviços prestou ao Amazonas.

ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS (Dom) Marquês de Santa Cruz

"Compreendendo a justiça da causa dos amazonenses, vozes autorizadas ergueram-se, fora da comarca, pregando pela medida ansiada. No parlamento nacional ouviram-se orações convencedoras, chamando a atenção do país para o Alto Amazonas. O Império devia-lhe uma reparação. Essa reparação seria o restabelecimento da condição de Província.

D. Romualdo Antônio de Seixas, cuja eloqüência estava ao lado das grandes causas nacionais, foi o primeiro a bordar comentários em torno da situação da comarca, em 1826, lembrando a restauração como Província do Império. Lamentou o estado de decadência a que chegava. Descreveu-a, para que a câmara tivesse noção exata e sentisse a necessidade da providência que pleiteava. Recordou o trabalho criminoso dos governantes paraenses, estorvando os raros homens que vinham, no regime colonial, dispostos a levantar a Capitania. Mostrou que o Rio Negro enquanto estivesse sujeito ao Pará, nem o presidente deste poderia olhá-lo com atenção e zelo, conseqüência da distância, nem o governo subalterno da comarca poderia agir com desembaraço em benefício da coletividade." ("História do Amazonas" — Arthur Cezar Ferreira Reis — pág. 177 — Manaus — 1931).

* * *

Eis porque não poderia deixar de constar aqui o nome desse amazonense honorário, tão conhecido em Manaus apenas pelo título de "Marquês de Santa Cruz", em virtude do logradouro público que o pereniza. E bastaria o esboço acima para que vivesse eternamente no coração do povo agradecido, tanto mais que a primeira manifestação nacional pela nossa emancipação política haja partido desse paraense ilustre. Por muitos anos quase nada foi dito a seu respeito, tirante as páginas consagradoras da "Antologia Nacional" de Werneck e recentemente, em o n.° 3, do BOLETIM do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, no trabalho do Revd. Padre Raimundo Nonato Pinheiro, que nos lembra, também, o "Roteiro dos Bispados do Brasil", do Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar.

* * *

Dom Romualdo Antônio de Seixas, nasceu na cidade de Cametá (Pará) aos 7 de fevereiro de 1787 e faleceu aos 29 de dezembro de 1860. Fez os primeiros estudos no Seminário de Belém, encaminhado pelo seu Tio, o Padre Romualdo de Souza Coelho, que mais tarde veio a ser Bispo do Pará. Continuou seus

estudos em Lisboa, regressando à terra natal, onde passou a lecionar no Seminário. Foi Deputado à Assembléia Geral Legislativa, quando teve oportunidade de defender os interesses do Amazonas. "No reinado de D. Pedro I, foi nomeado Arcebispo da Bahia no dia 26 de outubro de 1826 e confirmado pelo Papa Leão XII no dia 20 de maio de 1827". "Seus discursos parlamentares, seus sermões, suas Cartas Pastorais e outras escritos firmaram-lhe a reputação de sábio, assim no Brasil como na Europa. Foi membro de diversas sociedades científicas e literárias, nacionais e estrangeiras. Além do título de "Marquês de Santa Cruz", recebido perto da sua morte, obteve outras dignidades e condecorações: Grã Cruz da Ordem de Cristo, Grão Dignatário da Ordem da Rosa". Foi vítima de calúnias provenientes de inveja pelo seu talento. A sua grandeza pairava acima das misérias humanas. Antes de morrer redigiu um testamento perdoando a todos os seus inimigos. Essa sinceridade está provada quando, muitos anos antes, defendeu o interesse máximo do Amazonas, sendo paraense.

(Estes dados foram extraídos da súmula organizada pelo Revd. Padre Nonato Pinheiro, no citado Boletim do I.G.H.A., Manaus — 1968); leia-se "A Autonomia do Amazonas", do Prof. Arthur Reis).

RUY ARAÚJO

Ruy Araújo, natural de Pernambuco, tinha 4 anos de idade quando viajou para Manaus, em companhia de seus pais, o jurista Prof. Francisco Pedro de Araújo Filho e Esposa D. Francelina Barbosa de Araújo. Faleceu aos 26 de julho de 1969, com 65 anos de idade, estando sepultado no Cemitério de São João Batista, em Manaus.

Fez, na capital do Amazonas, o curso de Ginásio Amazonense, hoje Colégio Estadual, seguidamente se bacharelou na Faculdade de Direito do Amazonas, na turma de 1921.

Logo que Ruy Araújo se formou, licenciou-se do Departamento de Correios e Telégrafos, em cargo conquistado por concurso e onde permaneceu por treze anos. Deixando as funções postais, foi Promotor de Justiça em várias Comarcas do interior do Estado. Quando ocorreu a Revolução de 1930, com profundos reflexos políticos em Manaus, fora criada a Comarca de Santo Antônio, no rio Madeira, desde Humaitá, no Amazonas, até Guajarámirim, em Mato Grosso. Foi nomeado, para Juiz de Direito dessa vastíssima região (hoje Território de Rondônia), o Dr. Ruy Araújo. Pouco tempo esteve nessa judicatura, pois, em

1932, aceitou o encargo de Consultor Jurídico da Empresa Madeira Mamoré, retira-se para a Capital, onde aceitou a nomeação de Delegado de Polícia de Manaus, por nomeação do Comandante Rogério Coimbra, então Interventor Federal. De tal forma se afirmavam os seus trabalhos, que, em breve, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado já no período de governo do então Capitão do Exército Nelson de Mello. Novamente em 1934, foi Chefe de Polícia. Em 1935, o Governo Federal o nomeou Procurador do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários, cargo no qual se aposentou anos mais tarde.

Instalado o Governo Constitucional, no Amazonas, foi pela terceira vez, nomeado Chefe de Polícia, pelo Governador Alvaro Maia. Em 1937, nomeado Secretário Geral do Estado, onde permaneceu até 1945. O Presidente da República designou-o substituto do Interventor Federal, assumindo, nessa qualidade, onze vezes o governo do Estado. Foi Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços, bem assim da Comissão Estadual de Defesa Passiva Anti-Aérea, durante a Segunda Grande Guerra. Exerceu as funções de Deputado Federal pelo Amazonas, na Legislatura de 1951-1955. Exerceu o mandato de Deputado Estadual, na Legislatura de 1963-1966, ocupando a Presidência da Assembléia em três períodos, tendo substituído o Prof. Arthur Reis, quando no governo do Estado, por sete vezes. Eleito vice-Governador do Estado, em 1966, substituiu o governador coévo, Sr. Danilo Areosa, em vacância temporária. O Dr. Ruy Araújo era inscrito na Ordem dos Advogados, Seção do Amazonas. Possuía insígnias comemorativas e pertencia a diversas Associações Filantrópicas, às quais prestava assistência.

Era um intelectual de formação nitidamente acadêmica. Eis as obras que publicou: "Parecer Jurídico", "Razões Finais", "Pareceres à Assembléia Legislativa Federal", "Discursos na Câmara dos Deputados Federais", "Discursos na Assembléia do Amazonas".

Ninguém, na qualidade de substituto nato, assumiu tantas vezes o cargo de Governador ou Interventor Federal, como o Dr. Ruy Araújo, às vezes por períodos prolongados.

A lealdade era o critério do seu temperamento partidário. Era verticalmente honesto nos seus pensamentos e ações. Tendo passado tantas vezes pelo Poder, jamais conspurcou o seu mandato. Não consta que Ruy Araújo mandasse ofício reservado para coisas reservadas, pois o sígno de sua personalidade era a honradez. Conta-se que em certa ocasião estava ele incumbido de orientar eleitores do Partido, à véspera de um pleito renidíssimo, quando aparece um eleitor mostrando-lhe o título e dizendo

que daria o voto se lhe ofertassem um par de sapatos. Ruy Araújo o desenganou, dizendo: "Não queremos o seu voto. Aqui não se compram eleitores...". Era assim esse homem que fazia dos comícios eleitorais um ato sagrado de democracia. Um outro aspecto do temperamento de Dr. Ruy era o de receber em audiências públicas as pessoas que tinham negócios ou interesses particulares a tratar com o Governo, fosse quem fosse. O prolator havia de expor o objeto de sua presença de pé e com brevidade. Faltava-lhe o "jeito" de agradar os solicitantes. No entanto, que fidalgo em sua casa, nos encontros fortuitos, em festas cívicas!; o sorriso brincava-lhe nos lábios por força de uma cortezia pura. E a prova disso eram a estima de todos e o respeito permanente, nos três decênios de contatos em altos postos da vida governamental do Amazonas.

* * *

O Dr. Ruy Araújo casou-se com Dona Helena Cidade de Araújo, de cujo enlace houve os seguintes filhos: Francisco Pedro de Araújo Neto, Redator do "Jornal do Brasil", Correspondente em Roma; Paulo Fernando Cidade de Araújo e Eneida de Araújo Vasconcelos, esposa do sr. Luiz Vasconcelos.

* * *

Devo ao Des. André Araújo, insígne sociólogo, muitas informações que me permitiram esboçar a biografia de uma das figuras mais prestimosas, pela inteligência, pela cultura, pelo caráter e operosidade, que têm honrado o Amazonas.

SÁ PEIXOTO

O Desembargador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, natural no Rio de Janeiro, nasceu a 27 de fevereiro de 1869. Foi descendente de uma família ilustre e de grande prestígio social, sendo, uma de suas irmãs, formada em Medicina. Doutorou-se em Direito, defendendo com brilho a respectiva Tese.

No alvorecer do novo regime político, foi nomeado por Floriano Peixoto, Juiz Federal no Amazonas, radicando-se em Manaus pelo resto de sua longa e agitada existência.

Espírito ágil, presença insinuante, em poucos meses conquistou as simpatias das elites políticas, literárias e comerciais. Sá Peixoto ligou-se à família amazonense, casando-se com a normalista Eudóxia Sarmento Moreira, filha e sobrinha, respectivamente, dos Coronéis Emílio José Moreira e Guilherme José Moreira (Barão do Juruá); aquele, chefe político e este, de sabido

valor no mundo oficial pois, há pouco havia deixado o governo da Província. Por outro lado, D. Eudóxia era igualmente sobrinha do Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, outro paredro político do Amazonas.

Sá Peixoto fez parte da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, composta de 21 juristas, para elaborar o Código Civil. Em 1895, vemo-lo Deputado Federal pelo Amazonas, sendo seus companheiros de representação Lima Bacuri, Fileto Pires e Salgado dos Santos. Em 1896, Fileto é eleito Governador do Amazonas. O Dr. Sá Peixoto, possivelmente pelo término do seu mandato de Deputado, é convidado para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, em um período de reformas substanciais, quer no curso primário, quer no secundário e normal.

Em 1901, volta ao Rio de Janeiro, como Deputado Federal. E, mais tarde, na qualidade de Senador, cujo mandato terminara em 1908, com sua eleição para vice-governador do Estado, para o quatriênio de 23 de julho de 1908-1912 na mesma ocasião em que o Coronel Antônio Bittencourt foi eleito para o cargo de Governador.

O Dr. Sá Peixoto, ao decorrer dos seus acumulados períodos parlamentares, nunca esteve em repouso, deixando ao abandono interesses do seu Estado.

* * *

Um episódio triste para a história política do Amazonas ocorreu em 1910, dando oportunidade ao Dr. Sá Peixoto de assumir o governo. Desde que assumiu o Coronel Bittencourt, a administração foi perturbada por Pinheiro Machado — chefe político autocrático e Presidente do Senado. Apesar das pressões continuadas, o Dr. Sá Peixoto, que era amigo particular de Pinheiro Machado, mantinha-se solidário, em tudo, com o Chefe do Executivo amazonense. Até que a Marinha, a 8 de outubro de 1910, inicia o bombardeio de Manaus com a finalidade de depor o Coronel Bittencourt, fazendo o vice-governador causa comum com os bombardeadores. (Sobre a monstruosa agressão, tenho da minha lavra, uma monografia, relatando nome por nome, data por data e episódio por episódio, o ato vandálico da responsabilidade intelectual de Pinheiro Machado e seus sequazes, monografia para ser entregue ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que lhe dará, após a minha morte, o destino que entender.

* * *

Após 1912 o Dr. Sá Peixoto cessou as suas atividades políticas para se consagrar ao ensino e à magistratura. Era Livre

Docente de Direito Internacional na Faculdade do Rio de Janeiro e professor de Direito Internacional Privado na Faculdade do Amazonas. Ingressando na Magistratura, alcançou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, servindo-lhe, algumas vezes, de seu Presidente, onde se aposentou.

Pertenceu à Academia Amazonense de Letras, ocupando a cadeira de Eduardo Prado.

Do seu primeiro casamento, teve os seguintes filhos: Arkibal Moreira de Sá Peixoto, militar, já falecido; Alcida Moreira de Sá Peixoto, professora de Desenho do Instituto de Educação (falecida); Hilda, que foi casada com o Dr. Arthur Passos, Magistrado; Elza, casada com o Dr. Avelino Pereira, Médico; e Sílvia, casada com o Dr. Schinda Uchôa.

Da segunda convolação, houve os seguintes: Maria, casada com o General Luiz de França Oliveira; Abdul, Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Amazonas e Vice-Reitor da Universidade do Amazonas (1968); Átila, Magistrado, (falecido); Aluizio, advogado em Goiânia, casado; Yara, casada; Zilah, casada com o General Danilo Montenegro.

SALGADO DOS SANTOS

O Senador Gabriel Salgado dos Santos nasceu na povoação Juriti, na antiga Província do Grão Pará, à jusante da Serra de Parintins, a 24 de novembro de 1855, falecendo, no Rio de Janeiro, a 11 de junho de 1915, sendo sepultado no cemitério de S. Francisco Xavier.

Foram seus pais Ezequiel Nunes Salgado e D. Mônica Nunes Salgado, que se transferiram para a povoação de Tauapessassu, à margem do Rio Negro, não muito distante de Manaus, do qual era Vigário o Padre Manoel Cupertino Salgado, irmão de Ezequiel. O Sacerdote era um homem de grande prestígio social e político, não só em Manaus, como na Capital do Império. Este fato deve ter tido influência na destinação do rapaz, acrescido da circunstância de haver falecido Ezequiel, ficando o Padre na qualidade de tutor do sobrinho, destinando-o à vida comercial e agrícola.

O Padre Cupertino possuía grandes roças em Tauapessassu e nelas colocava o sobrinho, ainda menino, a trabalhar, sendo que este queria estudar. Nasceu a discórdia entre os dois, sendo Gabriel enviado para Manaus e acolhido por seu tio, o Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós, homem de posses e influências, cunhado de Ezequiel.

"Por influência de sua prima Alcina Mavignier, casada com o Major Aristides Justo Mavignier, foi Gabriel Salgado internado nos "Educandos", estabelecimento de ensino profissional-teórico, de onde saiu, com 18 anos de idade, com o Diploma de "Mestre-marcineiro". Deixando os Educandos e em companhia de seus primos, filhos do Coronel Tapajós passou a freqüentar o Liceu de Manaus.

Terminando parte dos seus estudos de humanidades, assentou praça, como voluntário para servir no Rio de Janeiro. Com passagem de 3.ª classe, com outros milicianos, embarcou no vapor "Marajó", do comando do Oficial de Marinha Nuno Alves Pereira Cardoso, rumo a Belém; e dali, em outro barco, até a Capital do Império. Conta-se que amigos e parentes, quando ainda no porto de Manaus, foram a bordo para despedir o jovem Gabriel Salgado dos Santos, e D. Alcina Mavignier pediu ao comandante Nuno para consentir que seu parente viajasse de 1.ª classe, no que foi atendida. Mas o soldado não aceitou o favor, dizendo: "só tenho o direito de viajar em 3.ª, por isso é assim que viajarei. Só voltarei à minha terra em camarote de 1.ª, pois tenho a convicção que, se ainda aqui voltar, será com o curso da Escola Militar. De outra maneira, aqui não mais pisarei".

Chegado ao Rio, foi mandado servir na guarda do Palácio Imperial da Boa Vista, em São Cristóvão. Mais tarde, conseguiu matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1880, matriculou-se no Curso de Artilharia, concluindo-o em fins de 1881, juntamente com o de Cavalaria.

Em 1883, terminou o Curso de Engenharia Militar e o de Bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais.

Por motivo das conclusões desses cursos, apresentou-se ao Ajudante-General, Visconde da Gávea, dizendo desejar permanecer no Rio de Janeiro ao que o velho General retrucou: "Você é filho do Amazonas... está bem talhado para servir por lá, principalmente pela falta de Oficiais, novo, ilustrado e, naturalmente, cheio de ardor pela carreira militar".

Em 1896 foi servir no Pará, onde fundou, com outros cidadãos, o Partido Republicano do Pará.

Em 1888, a 18 de setembro, casou-se com D. Viridiana Viçosa de Oliveira, filha do negociante Francisco Augusto de Oliveira.

Conheci um dos filhos do Senador, que foi o General Amílcar Salgado dos Santos, nascido em Belém, a 10 de julho de 1891, o qual sempre me falava num irmão — Labienno Salgado dos Santos, nascido a 16 de janeiro de 1895, em Niterói (Estado

do Rio), sendo que este seguiu a carreira diplomática, chegando a Embaixador.

Por Decreto de 25 de maio de 1899, foi promovido ao posto de Tenente, no Corpo de Estado Maior de 1.ª classe.

Em 9 de julho do mesmo ano (1889) foi nomeado Diretor das Obras Militares do Pará.

Quando se proclamou a República, fez parte do Destacamento que intimou o Presidente da Província a entregar o governo, um tanto renitente.

Em 1890, por Decreto de março, houve uma promoção geral em todas as armas e corpos especiais, sendo então o Tenente Gabriel Salgado dos Santos, promovido a Capitão.

Em 1891, foi nomeado Diretor das Obras Militares do Maranhão.

Por Portaria de 17 de abril de 1893, obteve licença para tomar assento no Congresso Nacional, na qualidade de Deputado Federal pelo Amazonas.

Regressando a Manaus acompanhado da família, residiu com o irmão, o Coronel Raymundo Nunes Salgado, com quem, mais tarde se desaveio por questões políticas, degladiando-se mutuamente pela imprensa.

A 14 de novembro de 1900, foi promovido ao posto de Major, por merecimento, tendo sido pouco antes, eleito Deputado Federal pela 2.ª vez. Tendo terminado o seu mandato, passou a servir na 4.ª Secção do Estado Maior, como Ajudante, em 1903, quando passou a viver na Capital Federal. A 14 de outubro desse ano (1903), foi promovido a Tenente-Coronel, por merecimento. Seguidamente, desempenhou comissões importantes e outras incumbências de responsabilidades, como as celebradas Manobras do Exército, de 1906. O Barão do Rio Branco fizera-se um seu grande amigo e admirador, principalmente porque cumpriu suas tarefas como Inspetor de Fronteiras, com dignidade e zelo patriótico.

Em 18 de dezembro de 1909, foi promovido a Coronel, por merecimento. Em 1910, abrindo-se uma vaga na representação do Amazonas, pela renúncia do Dr. Jorge de Moraes, foi o Coronel Gabriel Salgado dos Santos indicado e eleito para o substituir. No Senado teve, certa vez, de enfrentar aquele gigante da tribuna e da cultura que foi Ruy Barbosa. Ninguém ainda se esqueceu do resultado final desse prélio de desfavor para o ilustre amazonense, já aureolado de serviços prestados ao Brasil e, particularmente, ao Amazonas.

Frederico José de Santa'Anna Nery (Barão de Santa'Anna Nery), filho do Major Silvério Nery e D. Maria Antony Nery, nasceu em Belém, do Pará, em 1848. Fez os seus primeiros estudos no então Seminário de São José, em Manaus.

De 1862, quando tinha 14 anos, tem-se a notícia de sua presença na comitiva de D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, quando este fez sua primeira visita pastoral ao Amazonas (Informação do próprio Santa'Anna Nery em "Folk-lore Brésilien" — Pág. 168).

Naquele ano, 1862, o jovem Frederico José, sob inspiração e patrocínio de D. Antônio de Macedo Costa, seguiu para Paris, onde viria cursar o Seminário de Saint Sulpice; nesse estabelecimento chegou a receber ordens menores, mas preferiu não seguir a carreira eclesiástica (Informação verbal do Dr. Júlio Nery). Alcançou ainda em Paris, o grau de Bacharel em Letras em 1867 e depois o de Ciências. Viajou para a Itália e doutourou-se em Direito pela Universidade de Roma. A partir de 1874 fixou-se na capital francesa.

A seu respeito, diz Sacramento Blake: "Foi o primeiro correspondente da "Republique Française", instituído por Gambetta e um dos fundadores e vice-presidente da Associação Literária Internacional, que representou no Congresso Internacional de Londres, em 1897. É membro da Sociedade de Homens de Letras e Oficial da Academia da França, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Comendador da Ordem de Cristo, de Portugal, pela parte ativa que tomou na celebração do tricentenário de Camões em Paris, fazendo por esta ocasião algumas conferências; Oficial da Ordem de Rosa; Cavaleiro da Legião de Honra da França, etc. ("Dicionário Bibliográfico Brasileiro", vol. 3, pág. 158).

A bibliografia de Santa'Anna Nery é vultosa, versando sobre os mais variados assuntos, principalmente a respeito do Brasil, e, mais, do Amazonas. Divulgou na imprensa, com autoridade e seriedade, assuntos brasileiros. Em artigos, livros e conferências procurou sempre criar uma boa imagem de sua pátria.

Durante a Guerra do Paraguai, escreveu artigos de defesa do Brasil perante o público europeu.

Sobre a concessão do título de Barão, não disponho de nenhuma informação colhida em documentação. O que se sabe chegou até aqui por mera transmissão oral. E o que assim se sabe é isto: em uma época de viva controvérsia doutrinária e política em torno da Igreja Católica, Santa'Anna Nery teria tomado

a defesa do Papado. Por isso, Leão XIII lhe concedera o título de Barão. São desse tempo, por certo, duas obras mencionadas por Sacramento Blake, sem quaisquer outras indicações bibliográficas além dos títulos e de locais e datas de edição :"Les finances pontificales" ("par un catholique"), Florença — 1871; e "Le prisonnier du Vatican", Roma — 1873. Nessa mesma fase, Santa' Anna Nery completava seus estudos jurídicos, coroados pelo doutoramento.

Chegou a usufruir de uma posição de prestígio no meio intelectual de Paris. Certa feita, em uma sessão pública presidida por Victor Hugo, depois que Santa Anna Nery falou, o grande poeta levantou-se e veio beijá-lo.

Foi um pioneiro dos estudos de folclore, sendo assinalável a qualidade de sua contribuição, documentada no volume "Folk-lore-brésilien", prefaciado pelo Príncipe Roland Bonaparte (Sobrinho-neto de Napoleão, que teve destacada atuação científica no campo da Etnografia).

Com Eduardo Prado, Santa'Anna Nery, bateu-se pela efetividade da representação do Brasil na Exposição Universal de Paris, que veio a realizar-se em 1889. Como membro do Comitê Franco-Brasileiro constituído para promover essa representação, foi escolhido para coordenar a publicação de um livro, de vários autores, que servisse como uma espécie de retrato do Brasil da época. Dispondo de relativamente pouco tempo, desincumbiu-se muito bem de sua tarefa, conseguindo reunir contribuições valiosas dos expoentes do seu tempo: entre outros, um grosso volume, figuram o Barão de Tefé (Hidrografia), Henri Morize (Climatologia), Henri Gorceix (Mineralogia), Barão do Rio Branco (História), André Rebouças (Zonas Agrícolas), Ferreira de Araújo (Imprensa), Eduardo Prado (Imigração, Arte) e Ladislau Neto (Ciências); são do próprio Santa'Anna Nery a "Introdução" e os capítulos "Noções gerais", "Trabalho servil e trabalho livre", "Comércio e Navegação", "Correios, Telégrafos e Telefones", "Literatura" e "Propriedade Industrial e Literária".

Nesse livro, ao serem enumerados os nomes dos Membros do Comitê citado, Santa'Anna Nery aparece como Diretor do periódico "L'Amérique". Em carta a Ruy Barbosa, datada de Paris, a 16-11-1889 e existente no arquivo na "Casa de Ruy Barbosa", Santa'Anna Nery menciona a existência dessa publicação e se oferece para através dela fazer a divulgação de notícias relativas ao Brasil.

Ainda por intermédio de uma carta dirigida a Ruy Barbosa, também de Paris, com a data de 15-12-1889, verifica-se que Santa'Anna Nery, como correspondente dos jornais parisienses

"L'Évenement" e "Echo de Paris" e dos jornais italianos "La Tribuna", de Roma, e "II Século", de Milão, esteve em Lisboa por ocasião da passagem de D. Pedro II, na viagem do ex-Imperador para o exilio. (Devo o acesso a essas cartas de Santa'Anna Nery para Ruy Barbosa à gentileza do Prof. Américo Jacobina Lacombe, que com tanta competência e dedicação dirige a "Casa de Ruy Barbosa").

De 1874 a 1882, foi colaborador regular do "Jornal do Commércio", do Rio, onde assinava uma coluna sob o título de "Ver, ouvir e contar".

Em 1898, Santa'Anna Nery, juntamente com Alcindo Guanabara, Barbosa Lima e outras personalidades foi preso e desterrado para a Ilha de Fernando de Noronha por ordem do Presidente da República, Prudente de Moraes. Esta medida foi adotada com base no inquérito instaurado para apurar o atentado de 5 de novembro de 1897, em que morreu o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Ruy Barbosa defendeu, perante o Supremo Tribunal Federal, o "habeas-corpus" em favor dos desterrados, não o obtendo por um voto (Nota de José Câmara em "Trabalhos Jurídicos", volume XXV, tomo IV, das "Obras Completas de Ruy Barbosa" — Págs. 183 a 188. A petição de Ruy figura às págs. 189 a 215 e o acórdão contrário às págs. 331 a 340).

A preocupação de Santa'Anna Nery de revelar o Brasil aos europeus levou-o a escrever um livro de divulgação bem diferente dos outros livros que compôs, um livro cuja leitura desejava fosse suficientemente fácil e atraente para despertar a atenção do maior número possível de leitores. Observou que, tendo escrito até então para públicos mais elevados, precisava atingir a massa. Decidiu, portanto, escrever algo mais leve: imaginou a viagem de um suposto comerciante francês, o Sr. Durand, que, percorrendo os Estados do Sul, a Bahia e Pernambuco, teria oportunidade de, em meio das peripécias da viagem, ouvir descrições e explicações sobre a geografia, história, os costumes, os recursos naturais e as realizações humanas no Brasil. Esta obra, que não dá uma indicação expressa do ano de sua edição, deve ter sido publicada, provavelmente em 1898, no ano do "desterro" de Santa'Anna Nery em Fernando Noronha.

O último trabalho de Santa'Anna Nery de que possuo referência foi o capítulo intitulado "Bibliografia Scientífica sobre o Amazonas", da obra coletiva "O Estado do Pará em 1900", edição do Governo do Estado do Pará, comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil (Belém, 1900).

De quando em quando, Santa'Anna Nery visitava o Amazonas, para rever parentes e amigos, como para coletar novos subsídios para os seus livros e seus esforços de propaganda da região.

Eu o vi pela última vez, em 1901, quando chegou a Manaus, para assistir à instalação festiva do "Instituto Afonso Penna", internato para menores, destinado ao ensino de artes e ofícios, situado em Paricatuba, mais tarde fechado e transformado em recolhimento de hansenianos.

O ilustre escritor regressou a Paris, e, lá faleceu a 3 de junho de 1901. Seus despojos foram imediatamente enviados a Manaus, e jazem no cemitério de São João Batista. O Governo do Estado do Amazonas custeou as despesas com a transferência dos despojos; essas despesas atingiram a seis contos, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e dois réis, como se verifica pelos Balanços do Tesouro.

Em um dos logradouros mais movimentados da Capital do Estado, a Praça 15 de Novembro, o Barão de Santa'Anna Nery está representado num busto de bronze.

Todos os seus livros constituem hoje raridades bibliográficas. Mesmo a Biblioteca Nacional somente possui dois títulos da copiosa relação de obras enumeradas por Sacramento Blake.

Principais obras:

"Les Pays des Amazonas" — 1a. edição: L: Finzine et Cie. Paris — 1885 — XXXIV, 382 págs. — 2a. edição: Libr. Guillaumin & Cie. — Paris — 1899 — 420 págs. Existem traduções desta obra para o italiano e o inglês.

"Folk-lore brésilien" — Didier, Perrin & Cie. — Paris — 1889 — XII, 272 págs.

"L'emigration et emmigration pendant les dernières annés — Paris 1892.

"Le Brésil en 1899 — Libr. Charles Dellagrave — Paris — 1899 — 699 págs. (Obra de vários autores, coordenadas por Santa'Anna Nery).

"Aux États Unis du Brésil — Voyages de M. T. Durand" — Librairie Ch. Dellagrave — Paris — 1898. (?) VIII, 346 págs.

SEBASTIÃO MESTRINHO

O nome do Prof. Sebastião Mestrinho não está esquecido em Manaus, através dos seus ilustres descendentes. Era eu um rapazinho quando o conheci, na sua labuta diária, na Assembléia Legislativa da Província do Amazonas: trabalhava como taquígrafo

e ensinava o seu ofício, sendo mestre consumado e autor de um compêndio da matéria.

A respeito de Sebastião Mestrinho, diz Sacramento Blake: "Natural da antiga Província de Minas Gerais e excelente taquígrafo, foi professor desta arte, viajou por grande parte do Brasil e também pela Europa, de onde tendo voltado em 1890, ainda para aí voltou e casou-se. Escreveu "Noções de Taquigrafia" ensinada pelo conspícuo professor Sebastião Mestrinho, sem o emprego de vogais, nas Províncias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, publicadas por A. Cantanhede de Moraes, Rio de Janeiro, 1886, XII, 51 páginas in 8.°; "Anais" da Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo, pelo taquígrafo, etc., na 1a. sessão ordinária da 26a. legislatura, em 1884 — Vitória, 1884 — 294 págs. — *in folio;* "Anais" da Assembléia Provincial do Amazonas, na 2a. sessão do biênio de 1884-1885, 2 volumes, organizados pelo taquígrafo, etc. Parece-me ter publicado outros trabalhos desse gênero".
(Dic. Bibliogr. Brasileiro, vol. 7, pág. 211).

SEVALHO JÚNIOR

O Engenheiro Daniel Sevalho Júnior, natural do Amazonas, nasceu em 1873, sendo filho de Daniel Antônio Sevalho e Dona Octávia Zany Sevalho.

Muito jovem seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar, chegando ao posto de 1.° Tenente.

Regressando à sua terra natal, percebeu que a vida militar não seria auspiciosa, no plano de suas aspirações sociais e domésticas. Exonerou-se do Exército, passando às atividades da Agrimensura. Constituiu família. Foi Deputado estadual. Nomeado Delegado Regional do Recenseamento Nacional de 1940, em certa zona do Rio Solimões, se houve com inteligência e probidade. Seu Relatório foi completo e um dos melhores.

Não foi possível colher outras informações sobre a vida do Agrimensor Sevalho Júnior, um dos mais dignos filhos da gleba amazonense.

SEVERIANO NUNES

O Senador Manoel Severiano Nunes nasceu a 13 de junho de 1892, em Manaus e faleceu, no Rio de Janeiro, a 28 de abril de 1957.

Foram seis pais o industrial Francisco Severiano Nunes e D. Honorina Gonçalves Nunes.

Fez o curso primário no Colégio "Sete de Setembro", de propriedade particular, completando-o com o Dr. Lauro Cavalcante para a admissão no Ginásio Amazonense Pedro II onde realizou o curso secundário. Seguindo para o Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola de Medicina, perlustrando apenas o 1.° ano. Motivos independentes de sua vontade obrigaram-no a regressar a Manaus; fez ali o Curso de Direito, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, recebendo o respectivo Diploma na Turma de 1933. Antes, porém, de formado, foi Promotor Público da Comarca de Tefé, nomeado a 4 de setembro de 1916, tendo sido removido para a Comarca de Borba, a 2 de fevereiro de 1917 e efetivado, no mesmo cargo, passando a servir em Coarí, em 1919. Serviu ainda em outras Comarcas.

Em 31 de março de 1931, foi nomeado para o cargo de Prefeito Municipal de Itacoatiara, do qual se exonerou a 9 de setembro do mesmo ano. Voltando ao Ministério Público, teve sua nomeação de Promotor da Comarca de Lábrea a 30 de outubro de 1931. Depois teve o mesmo cargo, em Boa Vista do Rio Branco, atual Território de Roraima, em 1932.

Em virtude do Ato n.° 1, de 20 de fevereiro de 1935, foi nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Geral do Estado, assumindo-o na mesma data.

Por Ato de 25 de março de 1936, foi designado para superintender o expediente da Diretoria Geral da Instrução Pública, durante a ausência do titular efetivo.

Foi exonerado, a pedido, do cargo de Secretário Geral do Estado, em 28 de dezembro de 1936.

Por Ato de 5 de janeiro de 1937, representou o Amazonas na Conferência de Cabotagem realizada em Belém do Pará.

Em 9 de julho de 1940, pelo Presidente da República, foi nomeado para exercer, em comissão, as funções de Membro do Departamento Administrativo do Amazonas, e para substituir o Presidente do mesmo Departamento em suas faltas e impedimentos.

Foi designado para representar o Amazonas Junto ao Congresso Jurídico, comemorativo do 1.° Centenário da Fundação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, reunidos no Rio de Janeiro, em agosto de 1943.

Com outras funções, Severiano Nunes, de 1937 a 1945, acumulava as de Fiscal do Ensino Secundário em Manaus. Dos seus assentamentos relativos aos serviços públicos, consta ainda ter trabalhado como funcionário do Departamentos dos Correios e Telegrafos.

Além dessas atividades, foi Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, antes do golpe discricionário do Governo da União, de 1937. Foi Deputado Federal à Constituinte de 1946. Senador da República, pelo Amazonas, até 1950, fazendo parte da Comissão das Forças Armadas.

Integrou o Clube 3 de outubro, sociedade dos Amigos da América. Foi Presidente da União Democratica (ex-UDN), secção do Amazonas e Membro do Diretório Nacional do mesmo partido.

Entre outros de real evidência, foi o promotor, no Rio de Janeiro, da federalização da Faculdade de Direito do Amazonas, bem assim, na Assembléia Legislativa do Estado, o autor da criação do Tribunal de Contas.

O Dr. Severiano Nunes foi casado, em primeiras núpcias, na cidade de Tefé, em 1917, com D. Raymunda dos Santos Nunes. Em segundas núpcias, na cidade de Manaus, em janeiro de 1925, com a Professora Maria de Oliveira Nunes. Do 1.º matrimônio, houve os seguintes filhos: D. Nadir Nunes Guimarães, funcionária do Tribunal de Contas do Amazonas; Neuza Nunes Gomes, casada, Diretora da parte administrativa do Tribunal de Contas do Amazonas. Do segundo casamento: Dr. Pedro de Oliveira Nunes, casado, químico do Serviço Público do Estado da Guanabara; Jorge de Oliveira Nunes, casado, Oficial Legislativo do Senado Federal; D. Helena Nunes de Moura, casada; Paulo de Oliveira Nunes, solteiro, Técnico de Contabilidade do I.A.P.T.E.C.; D. Celeste Nunes Marins, casada, funcionária do Ministério da Justiça; D. Izabel Nunes de Oliveira, casada, ex-funcionária da Reitoria da Universidade do Brasil; Manoel de Oliveira Nunes, funcionário do Ministério da Justiça; Rita de Cássia e Iêda Nunes.

Com o desaparecimento do Dr. Manoel Severiano Nunes, o Amazonas perdeu um dos maiores colaboradores do seu progresso.

(Dados obsequiosamente fornecidos pela sua viúva, a Prof. Maria de Oliveira Nunes.)

O Major de Engenheiros José Martins da Silva Coutinho era natural de S. João da Barra, a antiga Província do Rio de Janeiro; nasceu a 1.º de maio de 1830 e faleceu em Paris, a 11 de outubro de 1889.

Bacharelou-se em Matemática pela antiga Escola Militar do Realengo, tendo assentado praça a 2 de maio de 1848. Terminando o curso obteve o posto de Alferes, subindo até o de Major, quando pede exoneração do Exército, em 1865. Nesse interim de sua vida militar, pouco ou quase nada serviu à Caserna, pois permaneceu, de ordem do Governo Imperial, em comissões civis, dentro e fora do país.

Tudo indica, segundo se vê de documentos oficiais, ter seguido para o Amazonas em 1861, localizando-se em Manaus, pois datam desse ano os relatórios e outros trabalhos que apresentou ao governo.

Quando se achava à frente da administração o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, foi nomeado para explorar o rio Purus, até a cachoeira de Huytanã, limite da parte navegável, no tempo do verão, ou seja o Baixo-Purus. Acompanhou-o o "prático" amazonense Manoel Urbano da Encarnação, para informá-lo de nomes e particularidades de cada lugar. É um itinerário utilíssimo na *praticagem* do rio. Em 1861, o mesmo Presidente (Manoel Clementino Carneiro da Cunha) deu a Silva Coutinho a incumbência de proceder a um estudo histórico das *Epidemias no Vale do Amazonas.* Se bem que o assunto fugisse à sua ordem de conhecimento profissionais, aceitou-a, desempenhando-a cabalmente.

O relatório de Silva Coutinho é substancioso, erudito, convincente, baseado num profundo estudo da climatologia equatorial. É uma das mais completas defesas da salubridade da Amazonia. Um especialista, certamente, não a faria melhor. Desde aquele tempo, decorrido um século, ainda se calunia a região amazônica. Felizmente, sobrevêm contraditas esmagadoras. É o caso de lembrar o livro do Dr. Hermenegildo de Campos, médico dos mais acatados, "Climatologia médica do Amazonas", obra em que provou, com algarismos, percorrendo quase todos os Municípios do Estado, ser seu território um dos mais abundantes em macróbios. Os conselhos dados por Silva Coutinho aos habitantes da hinterlândia, sobre higiene e profilaxia, valem pela observação de muitos anos, convertida em sabedoria, de um homem que tanto fez pelo Amazonas e por sua gente. (Leia-se o opúsculo "As Epide-

mias no Vale do Amazonas", de 29 de julho de 1861 — Tip. Francisco José da Silva Ramos — Manaus).

* * *

Não me lembro onde e quando, S. Francisco de Assis dissera: "O homem se revela nas suas obras". Prossigamos na apreciação, embora perfuntoria, dos relatórios de Silva Coutinho.

Ainda no governo do Dr. Carneiro da Cunha, foi nomeado *para examinar alguns lugares da Província, especialmente o rio Madeira, debaixo do ponto de vista da colonização e navegação,* Silva Coutinho realizou um trabalho longo e substancioso em todos os aspectos em que observou a região, quer geográfico, quer histórico. Tem a data de Manaus, 3 de outubro de 1861. É um verdadeiro roteiro de navegação, com todos os informes que o Presidente pediu e mais que pensou, ilustrativo. Seria muito interessante a reedição desse Relatório. Quero, apenas, fazer ressaltar o lado descritivo da obra literária e científica do viajante ilustre, que subiu o Madeira em 1861, no vapor "Pirajá". Ninguém, até hoje, disse melhor do que ele desse grande rio, sob o ponto-de-vista físico.

Além do que se deduz da leitura de numerosas publicações, nada mais se tem colhido de sua vida particular e social, como dos seus característicos psicológicos.

Silva Coutinho está nos pensamentos luminosos de sua bibliografia à qual acrescento ainda os seguintes trabalhos exclusivamente a propósito do Amazonas: "Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa, e vantagens de sua cultura". Inserto no Relatório do Presidente do Amazonas, Dr. Sinval O. de Moura — 1863; "Exploração do rio Japurá (Hyapurá)" no Relatório do Ministro da Agricultura, 1865; "Notícia sobre o guruná (guaraná)", apresentado ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1867 (dez páginas); "O cacau na Exposição Nacional de 1867". Rio de Janeiro, 1888 (Trata-se da descrição da planta, sua cultura e do fabrico do chocolate); "L'enbochure de l'Amazone", — vem no Bulletin de la Societé, par Mme. Agassis et Coutinho; "Note sur la tortue de l'Amazone", por Mme. Agassis et Coutinho, Paris, 1867". Fontes subsidiárias: Sacramento Black, Dic. Bibliográfico Brasileiro, vol. III, pág. 488; "Relatórios da Província do Amazonas", vol. de 1861; obras do Eng. Silva Coutinho e "Vultos da Geografia do Brasil", Coletânea das ilustrações publicadas pela Revista Brasileira de Geografia, em 1843, pág. 89.

Chegou ao posto de Major no qual se reformou, depois de muitos anos de serviço ao nosso Exército. Três descendentes seus governaram o Amazonas: seus filhos Silvério José Ney (Presidente do Estado no quatriênio 1900-1904) e Antonio Constantino Nery (Presidente do Estado no quatriênio 1904-1908) e seu neto Julio José da Silva Nery (Interventor Federal em 1945). Nada pude encontrar sobre o início de sua carreira militar, nem as datas do seu nascimento e falecimento. Mas, do caderno de *notas* em que registrava eventos de família, caderno ainda em perfeito estado de conservação, apenas lhe faltando duas páginas, extrai o seguinte com a devida permissão do Dr. Júlio José da Silva Nery:

> "Silvério José Nery, filho de Marcelino José Nery e dona Maria Magdalena dos Prazeres. Foram seus avós paternos Silvério José Nery e Benedicta de Figueiredo e maternos Estevam de Moraes e Josefina do Nascimento Cunha, todos naturais da Província do Pará. Casou-se a 22 de julho de 1857, com dona Maria Antony, filha de Mário Leonardo e Maria Loureiro, naturais da Província do Amazonas. Foram testemunhas pelo casamento o Tenente-Coronel Pedro Nicolau Fragentino e o Capitão da Guarda Nacional Leonardo Ferreira Marques, sendo celebrante o Pe. Antonio, Capelão do Corpo da Guarnição desta Província."

Do casamento de Silvério José Nery e Maria Antony nasceram os seguintes filhos:

Silvério José Nery, nascido a 8-10-1858, na Freguesia d'Alvellos, Coary, Amazonas. Faleceu a 23-6-1934, em Manaus.

Antonio Constantino Nery, nascido a 8-12-1859, em Manaus. Falecido a 19-10-1926, em Belém do Pará.

Raimundo Augustinho Nery, nascido a 27-10-1861, em Manaus. Falecido em Belém do Pará.

Luiz Antony Nery, nascido em Manaus, a 5-6-1863. Falecido em Xapuri, Acre, a 12-6-1897.

Marcio Filafiano Nery, nascido em Manaus, a 10-3-1865. Faleceu no Rio de Janeiro.

Rosa Benedita Nery, nascida a 30-8-1869, em Tabatinga, Amazonas. Falecida no Rio de Janeiro.

Henrique Antony Nery, nascido a 5-3-1871, em Tabatinga, Amazonas. Falecido em Pernambuco a 2-2-1893.

João Antony Nery, nascido em Manaus a 9- -1873. Falecido no mesmo local.

Atilio Cândido Nery, nascido em Manaus a 3-10-1874, falecido na mesma cidade a 15-8-1948.

Abilio Damazo Nery, nascido a 11-12-1876 e falecido em Manaus, a 10-1-1963.

Ao contrair matrimônio com D. Maria Antony, Silvério José Nery trouxe um casal de filhos nascidos em Belém do Pará, Frederico de Santa Anna Nery e Angela Nery.

Segundo uma velha publicação concernente ao Amazonas, verifica-se que o Major reformado do Exército, Silvério José Nery, era o encarregado do armazém de artigos bélicos, situado à rua da Palma, hoje Saldanha Marinho, em Manaus.

SILVÉRIO NERY

O Dr. Silvério José Nery, natural do Amazonas, nasceu em Coari, a 8 de outubro de 1858, falecendo, em Manaus, a 23 de junho de 1934.

Filho do Major reformado do Exército e de igual nome e de D. Maria Antony Nery, também amazonense. Batizou-se a 9 de janeiro de 1859, na Capela de N. S. Remédios, na cidade de Manaus. Foram seus padrinhos o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra e o Tenente Joaquim Fabrício de Mattos, que o tocou com a Coroa de N. S. dos Remédios.

Era de esperar que seguisse a carreira das armas. O seu destino, porém, estava na política. Estudou as primeiras letras e o curso de preparatórios na Capital de sua Província, seguindo logo para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Escola Militar, fazendo apenas o curso de Agrimensura, regressando ao Amazonas, iniciou ali sua atividade na demarcação de terras, abandonando assim aquela Escola, como outros rapazes seus colegas o fizeram, por não vislumbrarem futuro na vida militar. Sabe-se até que, ao tempo, Oficiais e graduados no posto de Capitão, trocaram de atividade profissional, ficando mais em liberdade no plano econômico.

O Dr. Silvério Nery casou-se com D. Maria Maquiné da Silva cujo casal teve os seguintes filhos: Mário José da Silva Nery, casado, bacharel em Direito, advogado, deputado estadual, falecido em 1922; Antônio José, falecido; Júlio José da Silva Nery, casado, bacharel em Direito, advogado, ex-deputado estadual, ex-Interventor Federal no Amazonas, funcionário aposentado; Lydia Nery Cabral, casada com o Dr. Luiz Caetano Cabral; Silvério José, casado, funcionário aposentado do Tesouro do Amazonas; Paulo José, casado, bacharel em Direito e Inspetor da Alfândega de Santos, quando recentemente faleceu.

Silvério Nery começou a ser atraído pelos interesses da política — política, então, mais idealista e menos destemperada. Raul de Azevedo, um dos seus melhores biógrafos, disse a seu respeito: "A sua larga carreira política não teve solução de continuidade. A sua ascensão foi feita normalmente. Primeiro, Vereador Municipal da Monarquia; depois, Deputado Estadual, várias vezes, na República; Deputado Federal, reeleito; Governador do Estado, Chefe de Partido, de grande prestígio e respeitado pelos próprios adversários; Senador Federal, em várias legislaturas. Eleito e sempre reeleito 1.° Secretário do Senado. Presidiu várias vezes o Senado Federal. ("Terras e Homens", pág. 129 — Rio — 1948).

Tanto quanto permite uma súmula de sua biografia, passo a considerar suas atuações no governo do Amazonas. Convém lembrar, antes de tudo, que os quatriênios governamentais no Estado, conforme letra expressa da sua Constituição, tinham começo a 23 de julho, terminando em igual dia, após quatro anos. Concluindo o período anterior para o qual havia sido eleito, o Capitão Fileto Pires Ferreira, então renunciante, do resto do seu tempo, achava-se no governo o Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, na sua qualidade de vice e na ausência daquele titular. Foi eleito para o substituir, o Dr. Silvério José Nery, que é empossado a 23 de julho de 1900. Sua investidura iria até 23 de julho de 1904, quando, a 2 de dezembro de 1903, para desincompatibilizar-se, solicitou licença. Assim, o vice-governador Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho tomou posse do cargo.

Quando o Dr. Silvério José Nery assumiu o governo, a Administração Pública estava dividida em quatro Departamentos. O novo detentor do Poder achou que sua ação, para melhor eficiência de controle, sobretudo no setor fiscalização, deveria ser centralizada, até por motivos de economia. Para realizar esse empreendimento, carecia de um correto burocrata. É convidado para levar a bom termo a urgente tarefa, o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, funcionário já aposentado na qualidade de Diretor da antiga Secretaria Geral do Estado. Dentro de uma semana, o esboço da reforma estava pronto e entregue.

Nenhuma ordem de pagamento ia para o Tesouro sem que fosse controlada na Seção de Finanças daquela Secretaria.

Lá se vão mais de quarenta anos que, em livro publicado em 1925 (Corografia do Estado do Amazonas), tratei da Admi-

nistração do Dr. Silvério José Nery. Hoje, resumindo aquele trabalho, apenas atualizando a ortografia, repito minhas palavras referentes ao seu governo: "Começou Silvério Nery por anular vários contratos firmados na vigência do seu antecessor considerados lesivos ao Estado, no valor de 13.796.200 (contos de réis), bem assim fez declarar insubsistentes várias nomeações de magistrados julgadas contrárias à lei. Mandou apurar as responsabilidades financeiras do Erário público, achando um acervo no valor de 42.104.820, (contos de réis). Fez reorganizar a administração, extinguindo os Departamentos e restabelecendo o serviço publico pelo sistema das antigas Repartições. Inauguram-se, em 1901 (20 de maio): a Seção de Numismática, a mais bela e valiosa coleção do Brasil; o Laboratório de Análises Químicas, Bromotológicas e Toxicológicas, além de novas linhas de navegação para muitos pontos do interior, auxiliadas com a quantia de 1.930.000 (contos) anuais. Adquire-se o Aviso Cidade de Manaus, para fazer o serviço de polícia e fiscalização das rendas do Estado. Data desta ocasião a obrigatoriedade do beneficiamento (corte) da borracha, medida de grande alcance econômico-financeiro. O comércio exportador de Belém, como conseqüência, afluiu para Manaus, a fim de atender à providência do fisco estadual.

Para consolidar a enorme dívida flutuante, o governo faz emissão de apólices-papel ao portador, no valor de 25.000, (contos de réis) a juros de 7%, resgatáveis em dez anos.

Para livrar o Estado dos encargos das empresas "Manaus Railway & Comp." e "Eletric Light Plant" que exploravam desde 1899, os serviços de viação urbana, bombeamento d'água, iluminação pública e particular, pesando no orçamento anual com cerca de 800 contos, o governo compra os direitos materiais e rescinde os respectivos contratos, para o que contrai um empréstimo em Nova York, no valor de 1.500.00 libras. Pela forma que se fizeram esses contratos o Estado ficava preso à obrigação de no caso de querer rescindí-los, pagar aos contratantes o seu valor em dólar cotado a 7 mil réis qualquer que fosse o câmbio.

Grande celêuma levantou, no meio da oposição, pelo jornal "Quo Vadis?", o pedido de autorização para "cobrar em espécie", obrigatoriamente, o imposto sobre borracha que fosse exportada. Foi julgado improcedente esse meio que vinha derruir a função crematística da moeda legal e pôr o Estado nas contingências das especulações comerciais. Protestos judiciários provocaram o ato do governo, reduzindo pela conversão a ouro, de 7% para 5% os juros e aumentando de 10 para 30 anos o resgate de apólices que havia antes emitido. O governo, por falta de pagamento, procurou depreciar os seus títulos, no intuíto que, em parte, conseguiu, de entrar no mercado, comprando-os e resgatando-os por menos do seu valor oficial. Muitos dos portadores, porém, não cederam e vieram receber, mediante protesto judiciário, o valor real das suas apólices (vide Discurso do Senador Jonathas Pedrosa, Anais do Senado Federal de 1913, vol. 1, pág. 61).

Agita-se, em 1903, a questão de limites entre o Pará e o Amazonas, que, para dirimir, é nomeada uma comissão de técnicos a fim de estudar a hidrografia da verdadeira foz do Nhamundá. O Estado faz compra de instrumentos, que foram depois restituídos.

Ainda nesse ano instala-se, em Manaus, um Gabinete Antropométrico e reparam-se os edifícios públicos. A renda foi orçada para este ano em 14.465 contos e a arrecadação atingiu 18.290.066,50.

Um grande acontecimento foi festejado, no Amazonas, no decorrer do governo de Silvério Nery: a instalação do Porto da cidade, pela Empresa Manaus Harbour Ltda., a 24 de junho de 1903. Nessa extraordinária obra de engenharia, não se sabe o que mais admirar: se a utilidade comercial, com reflexos no progresso do Estado, a perfeição e segurança. Lá se vão mais de 60 anos que suporta os baques de atracação de transatlânticos, como as correntes do Rio Negro, e ainda não deslizou uma polegada!

Durante o governo do Dr. Silvério Nery, os funcionários públicos tiveram sempre os seus vencimentos pagos em dia, bem assim grande parte de outros compromissos do Estado.

Ao findar seu quatriênio, a dívida pública, com o favor do aumento das rendas, e com os cortes nos contratos leoninos teve sensível redução.

"Foi, na administração do Dr. Silvério Nery, pelo Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903, que o Território do Acre se desmembrou do Amazonas, com grandes prejuízos para as suas rendas e em exclusivo benefício da União, que ali quase nada tem realizado até hoje, em troca de milhões de cruzeiros cobrados de impostos, além de haver deixado uma população de cerca de 95.000 habitantes privados das regalias políticas asseguradas pela Constituição Federal a todos os brasileiros".

O governo Silvério Nery foi encerrado no dia 2 de dezembro de 1903, com a inauguração de um prédio escolar (por traz da Igreja dos Remédios) para substituir o antigo da Escola "Públio Bitencourt", pois tudo nela foi mudado dos alicerces ao telhado, todo o mobiliário e demais utensílios, tendo sido por mim recebida.

O antigo chefe político foi combatido por mais de 15 anos, desde que se afastara do governo do Coronel Bittencourt até 1925, quando na Interventoria do Estado o Dr. Alfredo Sá. Este grande filho de Minas, chegado a Manaus, reuniu os antigos contendores, que aceitaram formar uma Coligação. Dentro em pouco, inclusive Nery e Bittencourt estavam de mãos dadas, por uma nova luta pelo Amazonas.

O Dr. Silvério José Nery faleceu em Manaus a 23 de junho de 1934, sendo sepultado no Cemitério S. João Batista. À beira do túmulo proferiu a última despedida o saudoso Dr. Aristides Rocha.

SOLON PINHEIRO

Conheci o Dr. Manoel Solon Rodrigues Pinheiro, seu visinho que fui, por muitos anos, à rua Dr. Moreira, em Manaus, onde pude observá-lo em tantas ocasiões.

Era descendente de uma abastada família sertaneja do Riacho do Sangue (Ceará).

Seguiu, ainda muito jovem para Fortaleza onde fez seus estudos preparatórios, logo seguindo para a cidade do Recife, ingressando na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, na qual se diplomou, patenteando sempre invulgar talento e conduta.

Voltou ao Ceará, onde, então, fervilhava a luta política, estando no governo do Estado o antigo Senador Antônio Pinto Nogueira Accioly, tendo contra si uma forte oposição.

Solon Pinheiro alistou-se na hoste contrária, cujo escopo, de há muito, era afastar do poder que se revesava, no seio da numerosa família. O jovem e ardoroso partidário foi perseguido, como era de praxe, nas oligarquias reinantes à época, sendo forçado a retirar-se para o Amazonas — terra acolhedora e generosa. Em Manaus foi-lhe facil penetrar no seio da intelectualidade regional, mormente em se tratando da classe forense. Estabeleceu banca de advogado, precedido da auréola de sua inteligência e cultura.

A ação de Solon Pinheiro pautou-se pela mais rigorosa honestidade, numa época em que, em geral, os ádvenas, ali aportavam para auferir lucros, sem visar os meios de o fazer. É óbvio que seu Escritório era um dos mais procurados.

Em 1906, já radicado em Manaus, casou-se com a senhorita Rosa Pereira da Silva, filha do decano dos advogados, o Dr. Agesilau Pereira da Silva e de sua esposa, D. Adelaide Cândida Machado da Silva, consórcio que lhe proporcionou o nascimento de cinco filhos: Cesar, Manoel, Solon, Adelaide e Ruy.

Vítima de uma furunculose que se transformou em septicemia generalizada, faleceu em 1916, em Manaus, sendo sepultado no cemitério de São João Batista.

A Prefeitura de Fortaleza (Ceará) deu a uma das suas vias públicas, o nome de Solon Pinheiro, para perpetuar a lembrança de um dos seus mais dignos filhos.

(Nesta súmula biográfica, está a colaboração do Dr. Luciano Pereira da Silva.)

SORIANO DE MELLO

Ao iniciar a biografia do Dr. Octaviano Augusto Soriano de Mello, torna-se necessário dissipar uma dúvida referente à data e ao lugar do seu nascimento. Assim, no registro de sua matrícula, no antigo Ginásio Amazonense, consta ter nascido no Amazonas, a 24 de dezembro de 1890; nas declarações do seu filho, Dr. Anísio Mello, na *introdução* ao livro paterno "Dicionário Tupi-Português, Português-Tupi" vê-se que Octaviano nasceu a 24 de dezembro de 1889, no Município do Maratauã, no Estado do Piauí. Creio ter havido engano de inscrição, na Secretaria do Ginásio, quando o pai o levou à matrícula, tanto mais que o próprio Soriano declarou-se piauiense, quando ingressou na Faculdade em que se diplomou, prevalecendo as assertivas do seu filho, Dr. Anísio de Mello.

Foram seus pais o Sr. Anísio Ferreira de Mello e D. Palmyra Soriano de Melo, que tiveram os seguintes filhos: Soriano, Christóvão, Aristóbulo, Alletha, Pedro, Elyde e Elba.

Casou-se com D. Palmyra Thaumaturgo, filha do abastado negociante do Juruá, Coronel Rufino Thaumaturgo, tendo o casal os seguintes filhos: Aníria, Orange, Eney, Octaviano, Anísio, Pedro, Maria, Palmyra, Aristógiton, Elyeltha.

* * *

Aos dez anos de idade, em companhia de seus pais, viajou do Piauí para o Amazonas, rumo à Manaus e, daí para o rio Juruá, com destino ao seringal *Caxinauá,* onde, com o máximo esforço, por falta de um ambiente escolar, conseguiu fazer o curso elementar. É interessante saber-se que, após ter vivido por muitos anos em Manaus, voltara à região de Caxinauá, na qualidade de Juiz de Direito de sua Comarca. Trata-se de um homem resoluto, de vontade firme.

Realmente, foi um dos meus melhores alunos, no Ginásio Amazonense, ao tempo em que a cátedra de Geografia Geral e Elementos de Cosmografia levava os rapazes ao 5.º ano, final do curso. Pude, desse modo, no lapso de um quinquênio, penetrar na sua psicologia, para, mais de sessenta anos, falar-lhe dos predicados, como agora o faço, com o desvanecimento de quem se orgulha na saudade de semelhante discípulo.

* * *

Octaviano de Mello concluiu o curso ginasial, figurando na Turma dos diplomados de 1913, tendo ao seu lado Alkindi Uchôa, Schinda Uchôa, Evangelina Alves Ferreira, Augusto Pamplona e outros.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Amazonas, aparecendo na Turma de 1920. Foram seus colegas, entre 25 novos apóstolos de Themis, Enock de Siqueira Cavalcante, João Batista de Faria e Souza, João Rebello Corrêa, Paulo Eleutherio Alvares da Silva.

Uma vez formado, ingressou na Magistratura, percorrendo várias Comarcas da Flumilândia amazonense. É óbvio dizer que foi um Juiz exemplar, na mais lata expressão virtual do vocábulo.

Em 1940, estava ele em Barcellos, na função de Juiz de Direito. Realizava-se, então, o Recenseamento Nacional para cujo exito muito concorreu. Por onde passava, ia deixando os sulcos luminosos e fraternos dos seus predicados. Vagara a Comarca de Tefé, no Solimões, muito mais movimentada do que a do Rio Negro, obtendo sua remoção. Uma vez instalado, reajustou a engrenagem da judicatura. Na qualidade de obreiro da Maçonaria, reergueu a Oficina local.

* * *

O Dr. Octaviano desconheceu a preguiça mental. Foi um dos nossos mais avançados amazonógrafos, deixando uma das melhores bagagens literárias sobre o Amazonas. Vejamo-las ligeiramente, as que foram estampadas, nenhuma em vida do autor: "Topônimos Amazonenses", um volume, in-4.º, de 163 páginas, escrito em 1940 e mandado editar recentemente. Ocupa-se das vinte e uma cidades amazonenses existente ao tempo. Para quem deseja conhecer, sobretudo, a história administrativa do Estado, é um livro ímpar, correto e em boa linguagem.

O Dr. Arthur Reis, prefaciador da obra e seu patrono, disse a respeito: "Os "Toponimos Amazonenses", que se lançam hoje nas edições do Governo do Amazonas, valem como imagem daquela sua paixão por tudo que falasse do Amazonas. Conheço poucos homens que tivessem possuido a mesma linha de conduta,

sem interesses primários, inconfessáveis. Era limpo. Escrevo estas linhas tendo sua imagem na retina"; "Dicionário Tupi-Português, Português-Tupi", in-8.º, de 123 páginas, da supervisão do Dr. Anísio Mello, filho do laureado Autor, impresso em São Bernardo do Campo, São Paulo, para o editor Folco Masucci — 1957. Trata-se também de um livro interessantíssimo nesta época de grandes tentativas em prol da revivecência da língua autoctone dos nossos avós. Seu êxito está assegurado, face a capacidade comprovada do autor, um dos maiores tupinólogos brasileiros.

Octaviano de Mello também foi poeta. Prova-o o seu poema "Marupiára" inserto no livro "Longe do Tédio", São Paulo — 1959.

Bem maior e não menos valiosa é a lista de suas obras inéditas, constante do livro (pág. 163) "Toponimos Amazonenses": "Acroamas Amazônicos" (poesias), "Autobiografia", "Despachos e Sentenças", "Discursos e Palestras", "Neengatu Umbueçaraíma" (o Neengatu sem mestre), "Terra Cunhã" (crônicas sobre temas regionais) e "Alelis" (poesia).

O Dr. Octaviano Augusto Soriano de Mello faleceu em Tefé (Amazonas), a 28 de junho de 1947.

Os homens, como ele, que passaram a vida lapidando a pedra bruta, não ficam adstritos à sentença *mors omnia solvit*, porque continuam a viver.

STRADELLI, ERMANO

O Conde Ermano Stradelli nasceu a 8 de dezembro de 1852, no castelo de Borgotaro, na Itália, descedente de nobre e antiquíssima família deste país.

Desde bem cedo, mostrou propensão para viajar.

Já estudante da Universidade, morre-lhe o pai, o que ensejou interromper seus estudos, criando, no rapaz, uma irresistível vontade de viajar para a África de onde chegavam, em ressonâncias heróicas, os nomes de grandes exploradores. Sua mãe, a família toda opunham-se à aventura. Depois de instância, vira o seu pensamento para a Amazônia, também objeto de pesquisas geográficas. E nesse propósito prepara-se para realizar o intento, reunindo livros, mapas, informações, instrumentos de observações, como ainda aprendendo as línguas portuguesa e espanhola. Obtém, para as facilidades do empreendimento, o apoio da Real Sociedade Geográfica Italiana. Em meiados de 1879, parte para o Brasil, tendo 27 anos, forte, rico e cheio de esperanças. Aporta a

Manaus em julho. No ano seguinte (1880) viaja o rio Purus e alguns dos seus afluentes, em cujas bacias tudo lhe é extraordinário sobre o ponto de vista natural.

Conhece então aquele labirinto de rios, paranás, lagos e aquelas florestas cobrindo "várzeas" e "terras-firmes", os seringais e os seringueiros, os barracões e tapiris, enfim, um mundo estranho àquele que deixara em sua gloriosa Itália tão distante e civilizada. Percorrendo o rio Ituxi, abundante de seringais, mas cheio de cemitérios, ali apanha forte impaludismo que o obriga a regressar a Manaus, com a pequena embarcação carregada de amostras e coisas curiosas e singulares de ubérrima natureza primitiva.

Numa das descidas a embarcação sossobra, perdendo o ilustre viajante tudo quanto conduzia, apenas salvando milagrosamente a vida. Em Manaus, refaz-se da saúde e, logo, excursiona o Solimões, até Loreto, no Peru. Ao passar por Fonte Boa, encontrou um patrício, o Conde Alexandre Sabatine, um estudioso da língua neengatu (a linga boa) da qual Stradelli, mais tarde, se faria autor do "Vocabulário", obra que o tornaria famoso.

De regresso de Loreto, viaja o rio Juruá, em 1880, continuando a estudar as mil e uma coisas do"habitat" amazônico. As febres apanhadas no Ituxí continuam a persegui-lo. Em 1881, já em Manaus, recupera a saúde e, desta vez, sobe o Rio Negro e alcança o Uaupés, o Tiquié e outros tributários do "rio das sombras", em cujas populações encontrou subsídios abundantes para ampliar os seus conhecimentos do tupi-guarani do Norte.

Foi nessas terras ignotas que Stradelli apoderou-se de muitas lendas curiosas, impregnadas do panteismo selvagem, destacadamente da "Lenda do Jurupari", em todos os seus detalhes e mistérios, o que lhe custou bastante, devido ao segredo, o profundo mistério em que os indígenas a conservam, mistério tanto mais patente na proibição às mulheres de a conhecerem. Ninguém a desvendou e interpretou melhor do que o fidalgo de Borgotaro. De sua explanação e comentários, fez um volume intitulado "La Lenda del Jurupari e outras lendas amazônicas", um volume de cem páginas, editado em São Paulo, em 1964.

* * *

O Conde Ermano de Stradelli era um homem prestimoso. Estando no Alto Rio Negro, no serviço de seus estudos linguísticos, em 1882, encontra-se com a Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela, sob a chefia do Barão de Parima (Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araujo — 1826-1886), comissão de que fazia parte o Engenheiro Militar Major Dionísio de Cerqueira, com quem Stradelli trava ótimas

relações de amizade e admiração. Oferecendo seus préstimos à Comissão, é incorporado como "atache". Dionísio da Cerqueira, no seu livro "Reminiscências da Fronteira" (1928 — Rio de Janeiro) evoca, pág. 15, o nome do Conde, exaltando sua abnegação em prol do Brasil.

Regressa a Manaus e acha-se em presença do grande botânico brasileiro Dr. Barbosa Rodrigues, que o convida para seu auxiliar nos trabalhos de naturalista a que viera ao Amazonas. Stradelli aceita o honroso convite. E, logo, toma parte na composição e organização do "Museu Botânico do Amazonas", que foi, como se sabe, pelos catálogos ainda existentes nos arquivos, um estabelecimento científico de selecionada categoria.

E, depois, acompanha Barbosa Rodrigues na tentativa perigosíssima da pacificação dos bárbaros índios "crichanás" ou tribo dos "jauaperís", no rio deste nome tributário do Rio Negro. Com coragem e desprendimento, os dois e uma pequena equipe estiveram na região por alguns dias, realizando a fraternidade dos "brancos" com os índios ferozes, após anos de isolamento e ataques por parte destes últimos. Barbosa Rodrigues escreveu um livro sobre o empreendimento, intitulado "Pacificação dos Crichanás". Algo se conseguiu da aventura, porém esses aborígenas ainda se conservam arredios da civilização.

O Conde Stradelli, depois de preliar nos rios e nas florestas, em busca do desconhecido, tem saudades de sua terra, depois de uma ausência de 4 anos. Em 1884 viaja para a terra do seu berço, onde permaneceu cerca de dois anos, 1885-1886. Aproveitou a oportunidade para concluir seu curso de Direito, na Universidade de Pisa "Fez prática forense em Gênova" diz o seu talentoso biógrafo e admirador Prof. Luiz da Câmara Cascudo.

Prepara-se para regressar ao Amazonas, que, para ele, era um imã, uma sedução de iára. A família engendra todos os meios para que mudasse de pensamento. Mas a teimosia tornara-o um obstinado. Desta vez, todavia, outro problema ocupava sua imaginação: era o de descobrir a verdadeira nascente do rio Orenoco, de bacia na Venezuela. Rumou diretamente para esse país, desembarcando em La Guaíra, porto de Caracas. Em 5 de março de 1887, achando-se naquela Capital, obtém todas as facilidades oficiais para a jornada semi-aventurosa. Mas, ao chegar a certo ponto do Orenoco, tem notícia de alguém que o antecipara e havia encontrado o manadeiro do sonho e de suas preocupações, incômodos e despesas. Se bem que não creia na ocorrência, resolve regressar, afirmando que o caudal venezuelano tinha sua fonte mais avançada. Da Venezuela passa-se para o Uaupés, que

antes havia esquadrinhado. Transcorria o ano de 1891, quando volta a Manaus, naturalizando-se cidadão brasileiro.

Doutor em Direito pela Universidade de Pisa, pensa em revalidar seu Diploma. Isso, porém, custa-lhe tempo e despesas para ir ao Rio de Janeiro. Toma o alvitre como era de lei, submete-se a um exame de habilitação judicial permitida pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, sendo aprovado para a judicatura no interior do Estado. Foi-lhe dada a licença de Advogado Provisionado que o habilitava àquela judicatura. Daí, e por várias vezes ter sido nomeado Promotor Público de Comarcas da hinterlândia. A última foi a de Tefé. Estava ele em plena função do cargo, quando é exonerado, à vista das reclamações que o governo recebia, por se tratar de serventuário doente de lepra, em grau muito adiantado. A exoneração teve lugar a 4 de agosto de 1923. O pobre homem já vivia isolado e depois de demitido, caiu em extrema desolação. Na Itália, o Padre Alfonso Stradelli seu irmão, de tudo foi informado, enviando-lhe uma passagem na Companhia Booth Line.

"Stradelli, inchado, roxo, tendo todos os tormentos, veio até Manaus. Não era possível a viagem. Nenhum hotel o podia agasalhar. O Governo internou-o no improvisado leprosário do Umirisal, nos arredores de Manaus". (Câmara Cascudo, "Em Memória de Stradelli", pág. 31). Para ele, especialmente, o Estado mandou construir um bangalô em que passou a viver e onde iam alguns dedicados amigos com os quais conversava longamente, recordando episódios de sua vida na grandiosa Planície.

* * *

O Conde Stradelli foi um intelectual de primeira ordem, admirável no estudo dos assuntos, desde os de conteúdo selvagem, até os de cunho jurídico. Eis algumas obras, em parte, referente ao Amazonas: "Ajuricaba", também publicado no jornal "O Correio do Purus", em 1898; "Duas lendas Amazônicas", 181 páginas, Itália... "Vocabulários Neengatu-Português e Português-Neengatu", contendo ainda a gramática e algumas lendas, publicado na Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1929; "Dicionário Neengatu-Italiano e Italiano-Neengatu" (inédito) Vide Anísio Jobim, "A Intelectualidade do Extremo-Norte", pág. 64, Manaus, 1934; "Pequenos Vocabulários — Grupo da Língua Tucana", contribuição para o estudo das línguas indígenas;"Vocabulários de Línguas faladas no Rio Branco". Com este título, apareceu no Relatório Geral do Congresso Científico Latino-Amaricano, vol. VI, pág. 256-317, Rio de Janeiro, 1910; Publicações feitas no "Bolletino della Societá Geográfica Italiano", havendo separatas — Roma-Itália; "La Spedizione Stradelli alle sargenti dell'Orenoco, março 1887; "Contra l'imigrazione nel paesi del Alto Orenoco 1898 — setembro de 1889: "Rio Branco", Nota de viaggio nelé'Alto Orenoco", 1889 — "De Cucuí a Manaus, janeiro de 1889; "Leggenda dell Jurupari", julho e agosto de 1890; "Inscrizione indigene della regione dell'Uaupés", março de 1900; "La Leggenda dell Jurupari e outras Lendas Amazônicas, 103 pág. contendo nota prévia: Stradelli e o mito do Jurupari, com biografia" (Câmara Cascudo, obra citada, pág. 97).

Na extensa lista biobliográfica de Stradelli devem entrar numerosos mapas geográficos que nos deixou, relativos à região do Rio Branco, onde fez demorado estacionamento. O Conde viveu no Amazonas cerca de 43 anos. Fez-se amazonense de alma e coração. Câmara Cascudo disse a seu respeito: "não foi uma passagem, visita, indagação, mas viveu e morreu amazonense".

Faleceu a 24 de março de 1926, no Leprosário de Paricatuba, 30 quilômetros acima de Manaus, estando no cemitério da localidade. Nasceu em berço de ouro, no seu esplêndio castelo de Borgotaro. Viveu sem conforto, varando florestas e rios, hosdedando-se em casas de caboclos e de índios semi-bárbaros, tudo em bem da Ciência e da Civilização e morreu deformado, num catre de hospital mantido pela munificência pública! devemos glorificar sua memória!

* * *

(Esta biografia é um resumo do que aprendi no excelente livro do emérito Prof. Luiz da Câmara Cascudo "Em memória de Stradelli" editado pelo governo do Dr. Álvaro Maia e, recentemente pelo Prof. Arthur Reis. Minha é a súmula do original e o sentido das informações e da homenagem).

TABORDA DE MIRANDA

O Coronel Henrique Taborda de Miranda, descendente dos Taborda, de Portugal, nasceu em Fortaleza (Ceará), em 30 de março de 1876, sendo filho de João Alves de Miranda e de D. Clara Taborda de Miranda. Bem jovem, pois tinha 23 anos de idade, dirigiu-se para o Amazonas ao findar do século passado, onde encontrou ambiente favorável às suas aspirações de trabalho. Sempre ilustrando seu espírito no manuseio dos livros e em contato dos mestres, conseguiu ser Despachante Geral da Alfândega de Manaus e Despachante Aduaneiro, funções que exerceu até o final de sua vida.

Ingressou na Maçonaria a 14 de dezembro de 1901, iniciando-se na Loja "Lei e Perseverança", do Oriente de Manaus. Por dedicação e inteligência, galgou todos os postos na hierarquia. Quando, em dias de 1922, esteve na Capital amazonense o Dr. Nilo Peçanha, alto membro da Ordem, em missão política, Taborda de Miranda, então Grão-Mestre Adjunto, empunhava o 1.º Malhete na ausência do titular, Dr. Silvério José Nery. Nilo Peçanha, homenageado em sessão solene na Benemérita Loja "Amazonas", assistiu à aposição de uma placa de prata, à porta do Templo. Nesse mesmo dia, comemoravam-se, ali, outros dois acontecimentos: a posse da nova Assembléia do Grande Oriente Estadual e o 1.º centenário da fundação do Grande Oriente do Lavradio. A sessão pomposa a que compareceram todas as autoridades federais, estaduais e municipais, bem assim famílias e quantos a quizeram assistir, foi presidida por Taborda de Miranda. Seu discurso, abordando os três motivos, constituiu uma peça de fundo fraternal cuidadosamente lavrada e pronunciada, que foi impresso e publicado.

Por várias vezes foi reeleito para o mesmo posto, sendo que, em uma delas, ao lado do Desembargador Gaspar Guimarães. Taborda de Miranda concorreu para que fossem criadas várias escolas noturnas para analfabetos, mantidas pela Maçonaria até hoje. Cooperou na criação do Asilo de Mendicidade de Manaus, do Dispensário Maçônico, bem como do Hipódromo, sendo que as duas primeiras têm até agora prestado inestimáveis serviços à pobreza.

Em Manaus contraiu núpcias com a gaúcha Maria Cecília Lima de Miranda, filha de Nicolau de Lima e Amália Marques Brasil, irmã do Coronel Bento Brasil, fazendeiro e político em Boa Vista do Rio Branco, hoje Território de Roraima. Do seu consórcio, houve sete filhos — seis homens e, entre eles o Dr. Moacyr de Miranda, farmacêutico, funcionário federal da antiga Comissão Rondon, do Departamento dos Correios e Telégrafos do Território de Rondônia onde se aposentou como Secretário Geral — casado com D. Edith Araújo de Miranda, funcionária federal. Além dos filhos, Taborda de Miranda deixou numerosos netos, de grande valor moral e intelectual.

Foi 2.º Suplente de Juiz Criminal adjunto da capital, nomeado pelo então Governador Pedro Bacelar, a 15 de setembro de 1919. Pertenceu è Liga de Defesa Nacional, que lhe valeu o título de Coronel da Guarda Nacional. Político, acompanhou até o fim o Senador Silvério Nery. Foi sócio do Club Internacional, que reunia a elite da época, bem como fazia parte do "Manaus

Sporting", sendo Presidente Honorário da "Sociedade União Musical", fundada em 15 de novembro de 1912, na Av. Apurinã, n.º 19 (Mocó).

O Coronel Taborda de Miranda — como o chamavam —, fez-se o maior benfeitor do bairro Adrianópolis, antigo Mocó, depois Vila Municipal. Ergueu sua residência ao tempo em que o Superintendente (Prefeito) construía o soberbo "chalet" "Zulmira", para moradia própria. Para dar maior progresso à localidade, Taborda, homem de firmes e perseverantes iniciativas, organizou uma sociedade protetora do bairro (Sociedade do Progresso da Vila Municipal) sendo ele o seu presidente. Semelhante organização chamou a si todos os encargos do desenvolvimento da Vila: canalização d'água, rede de luz, construção da Igreja N.S. de Nazaré, escolas, limpeza permanente, prolongamento da linha de bondes, etc. Foi um incentivador, um baluarte. Ninguém mais do que ele merece as homenagens de Adrianópolis, na perpetuidade do seu nome num dos logradouros públicos. Esse vulto do passado amazonense deverá viver em nossa lembrança agradecida.

Vítima de síncope cardíaca, faleceu no dia 23 de julho de 1926, quando, de uma janela da Alfândega, tirava fotografia do regresso de Paricatuba, do Presidente eleito da República Doutor Washington Luiz Pereira de Souza e sua comitiva.

TAVARES BASTOS

Aureliano Cândido Tavares Bastos é filho de D. Rosa Cândida de Araújo Tavares Bastos e do Dr. José Tavares Bastos, Magistrado, Conselheiro e depois Presidente da Província de São Paulo.

Nasceu em Alagoas, a 20 de abril de 1839 e, após uma existência cronologicamente curta, mas de excepcional valor para o meio cultural e político de sua época, veio a falecer aos 36 anos, a 3 de dezembro de 1875, na cidade de Nice, ao sul da França.

Foi casado com Da. Maria Teodora Alves Barbosa e deixou apenas uma filha, de nome Elisa.

Formou-se em Direito no ano de 1859 e desde muito jovem, ainda acadêmico, colaborou em revistas filosóficas e literárias.

Ao falecer, deixou as seguintes obras: "Os males do Presente e Esperanças do Futuro", 1861; "Cartas do Solitário", 1861; "O Vale do Amazonas", 1866; "Memória sôbre Imigração", 1867; "A Província", 1870; "A situação e o Partido Liberal", 1871; e

"Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura", 1873.

Seu trabalho "O Vale do Amazonas", publicado em 1866, é o resultado surpreendente da viagem de estudos que fez, no ano anterior, à região, com somente 26 anos de idade.

Como em todos os seus livros, e em todos os numerosos temas que abordou — política, finanças, administração, abolição da escravatura, instrução pública, filosofia, etc. — Tavares Bastos projeta sobre os assuntos amazônicos uma luz própria, fruto de suas observações pessoais, em contato direto com a região, e reveladora de uma notável acuidade. É nessas condições, com pleno conhecimento de causa, que luta ardorosamente pela abertura do Rio Amazonas ao comércio internacional, contrariando o ponto-de-vista do Governo Imperial.

Quando, por fim, através do Decreto de 7 de dezembro de 1866, foi adotada a medida que defendera, Tavares Bastos recebeu um memorial datado de 25 de janeiro de 1867, no qual o comércio do Amazonas, por unanimidade, e representado por José Coelho de Miranda Leão e outros, felicitava o jovem estudioso "pelo triunfo obtido, hipotecando-lhe a veneração de que se possui por tão assinalado serviço que lhe faz, adiantando a promulgação daquele ato que vai multiplicar os capitais".

Em "O Vale do Amazonas", Tavares Bastos focaliza e examina com percuciência os mais diversos aspectos do lugar, tais como o clima, a imigração, os problemas humanos, produção, extração e circulação de riquezas e, em todos eles chega a conclusões de fascinante validade.

Seu principal biógrafo é Carlos Pontes, também alagoano, que em 1939, quando do centenário de nascimento do escritor, o homenageia com um primoroso trabalho no qual lhe analisa a vida e a obra.

Em artigos publicado em Manaus ("A Tarde", de 10-4-1939), Nunes Pereira lhe faz justa e brilhante apologia, afirmando, com propriedade, que "Tavares Bastos antevira o futuro da Amazônia, não com olho profético, mas através do estudo de suas fontes econômicas, na apreciação de suas reservas naturais, na admiração da gente que a habitava".

Aureliano Cândido Tavares Bastos iniciou seu curso de Direito em Olinda, aos 15 anos incompletos, e conclui-o em São Paulo. Transferiu-se para o Rio em 1860, foi nomeado Oficial de Secretaria da Marinha, depois elegeu-se deputado pela então Província das Alagoas. Comentarista, sociólogo e político de reconhecido valor, privou com o que de mais notável havia no ambiente cultural da metrópole. E abandonando mais tarde a carreira política, integrou-se no jornalismo e foi co-proprietário dos jornais "Diário do Povo" e "Reforma", onde prosseguiu sua campanha pela libertação dos escravos.

É hoje patrono das cadeiras n.° 35 da Academia Brasileira de Letras e n.° 27 da Academia Amazonense de Letras, como preito a seus incontestáveis méritos.

TENREIRO ARANHA, BENTO DE FIGUEIREDO

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu na antiga Mariuá, depois vila de Barcelos, sede de Capitania de S. José do Rio Negro, a 4 de setembro de 1769, e faleceu a 25 de novembro de 1811. Descendente de estirpe nobre, foram seus pais Raymundo de Figueiredo Tenreiro e Dona Tereza Joaquina Aranha.

Muito cedo, ficara órfão de pai e mãe. Foi entregue a um tutor que se limitou a dar-lhe o ensino elementar, pretendendo aproveitá-lo na lavoura. Mas, o menino via mais longe: repugnava-lhe trabalhar no campo, o dia inteiro, em contato com escravos e outras pessoas rudes. A nobreza do sangue fervia-lhe nas veias, e, na inteligência, a necessidade de estudar. O Vigário Geral da Capitania Padre José Monteiro de Noronha conheceu o menino que apenas tinha doze anos de idade, chamando-o ao seu encargo, de acordo com o Juiz de Órfãos. Internando-o no Convento de S. Antônio de Belém, deu-lhe asas ao seu espírito. Ali, o menino órfão estudou os preparatórios e solidificou uma cultura que jamais alcançaria em Barcelos.

Monteiro de Noronha quis mandá-lo para Coimbra à custa da Fazenda Real, pois que, da fortuna do seu pai, nada lhe ficara em face do confisco de toda sua herança, por motivo de dívida, deixada na execução do Fisco. Nada conseguiu. Foi, então, nomeado Alferes de Milícias e Diretor dos índios, de Oieiras, no Piauí, sendo mais tarde, nomeado Capitão de Caçadores e Escrivão da Alfândega então criada, cargo de que foi exonerado por motivo de calúnia engendrada contra ele, pelo simples fato de ser amigo particular do Juiz de Fora Luiz Joaquim Frota de Almeida, que vivia em discórdia com o Bispo e com o Governador.

O Conde dos Arcos, tendo assumido o governo do Grão Pará, tomando conhecimento da injustiça que sofreu Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, deu-lhe o lugar de Escrivão da Mesa Grande do Pará, no qual foi confirmado pelo Príncipe Regente.

Literato dos mais fluentes e eruditos da sua época, poeta lírico de assombrosa sensibilidade, dedicou-se à língua grega an-

tiga, de cinco séculos de A.C., como o do seu tempo, a fim de poder apropriar-se da mentalidade literária da Hélade daquele tempo e traduzir para o vernáculo as "odes" de Píndaro.

Fica-se admirado como pôde o grande aedo de Mariuá, sem sair do Pará, tão distante dos centros eruditos de informações especializadas, levando ainda em conta a falta de comunicações, fazer a tradução que foi de espantar aos coevos ilustres. É que conseguiu, sem mestres, habilitar-se a um empreendimento que só a um homem de gênio seria dado alcançar.

Bento Figueiredo Tenreiro Aranha escreveu sobre tudo: odes, discursos e traduções, das quais, algumas chegou a publicar; outras deixou inéditas, mais tarde mandadas estampar por seu filho João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, quando este no governo da Província. Eis a relação apresentada por Sacramento Blake:

"Melizo", idílio feito ao ilustríssimo Senhor Martinho de Sousa e Albuquerque, Governador e Capitão General do Estado do Pará, Lisboa, 1789, dez páginas, *in* 4.°; "Ode Oraciana" ao Governador e Capitão General Martinho de Sousa e Albuquerque, onde diz o seu biógrafo o Cônego Januário da Cunha Barbosa "a gratidão de mãos dadas com a verdade expressa louvores em sublime frase"; "Soneto à promoção do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Dom Francisco de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General do Pará, a Capitão de Guerra por Decreto de 15 de fevereiro de 1799"; "Soneto à mameluca Maria Bárbara, casada com um soldado do Regimento de Macapá"; a que preferiu a morte ao adultério, a qual vil assassino queria forçá-la, no caminho da ponte do Marco. Vem com a sua biografia na "Revista" trimestral do Instituto; "Oração ou Breve Discurso", feito por ocasião do felicíssimo nascimento da serenissima Princesa Dona Maria Izabel, Infanta de Portugal", Lisboa, 1807 — 26 pág. — *in* 4.°; "Obras poéticas de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha que ao Senhor Dom Pedro II, Imperador do Brasil, dedica e consagra João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, 1850. Desta publicação póstuma feita por um filho do Autor, transcreveu o Visconde de Pôrto Seguro no seu "Florilégio das poesias brasileiras" as seguintes: "Ode ao General Manoel da Gama Lôbo d'Almada", no terno 3.°, de pág. 7 a 20; "Ode ao Senhor João de Mello Lôbo, quando naufragou nos baixios da Tijuca, ao entrar no Pará. Idem de páginas 20 a 22. Deste autor ainda se acham inéditos vários trabalhos: "Dramas, idílios e outras composições poéticas e alegorias dramáticas" (Dic. Bibliográfico Brasileiro, vol. I, pág. 397).

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu a 23 de junho de 1798, em Belém e faleceu a 19 de janeiro de 1861. Era filho do poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (I) e de D. Rosalina Espinosa Solkman Tenreiro Aranha. Pela ascendência materna, era bisneto do célebre Bento Maciel Parente, nome ligado à história colonial do Maranhão. Pelo vínculo paterno, descendia de Bento de Figueiredo Tenreiro, Capitão-mór de Gurupá e Provedor da Fazenda Real do Pará.

O pai de João Baptista exercia, em Belém, o cargo de Escrivão vitalício da Alfândega, falecendo a 25 de novembro de 1811, deixando o filho com apenas 13 anos de idade. A viúva, D. Rosalina, ficara na pobreza, contando somente com o sítio "Memória", onde a família residia, pouco distante da capital paraense. Ficara quase sem recursos para educar o filho, que, então, já mostrava inclinação para as letras.

João Baptista, menino ainda, era conhecido por "João da Memória", em lembrança daquele sítio. Aos 14 anos, prestou exame de Matemática, despertando gerais aplausos e prenunciando-se o futuro autor do capítulo dedicado à Aritmética, Contabilidade e Escrituração Mercantil no Liceu Paraense.

Sentiu necessidade de trabalhar para viver honestamente, como para ajudar sua mãe. Embarcou, na qualidade de Escrivão, a bordo de uma escuna, na qual realizou sete viagens, sendo uma delas ao Rio de Janeiro, onde pleiteou, mostrando sua conduta e habilitação, o emprego que seu pai ocupara, visto que a lei coeva mandava dar preferência, por morte do serventuário, no preenchimento da vaga, ao filho mais velho, quando competente. Foi preterido, arredando-se todas as informações boas, para deixar que predominasse uma que lhe era contrária.

O fato constituiu uma das maiores decepções ao jovem João Baptista. A vida do mar não o seduzia. Resolveu desembarcar. Deram-lhe, em Belém, o cargo de Amanuense da Junta da Fazenda Real, em 1815, função que desempenhou a contento.

Em 1818, chegou àquela cidade o Conde de Vila Flor, Capitão-mór da Capitania, com autorização de criar e organizar um Esquadrão de Cavalaria, chamando, para sua oficialidade alguns dos rapazes mais prestimosos do local. João Baptista deixa o emprego de Amanuense e alista-se no Esquadrão, subindo de sargento a alferes, posto que é, mais tarde, confirmado por D. João VI.

No Pará ecoam os rumores e alastram-se os efeitos da revolução de Pernambuco de 1817. Surgem pruridos da Independência. Chega, em 1821, a notícia de revolução no Porto, do ano anterior, como da proclamação da nova Constituição portuguesa em Lisboa.

A sociedade paraense divide-se politicamente: uma parte, o elemento português, não aceitou a reforma, para que continuasse o absolutismo governamental; a outra, de gente nativa, formou a esquerda. Nesta, se declarou João Baptista, exonerando-se logo, das funções de Alferes do Esquadrão. O seu patriotismo não permitia tergiversar, numa questão de liberdade. Não lhe importaria sofrer as conseqüências da sua atitude nativista.

Tinha resolvido retirar-se para a Ilha de Marajó, onde fundaria um estabelecimento agrícola. De lá, era sua esposa D. Emília Portal de Carvalho, filha do abastado fazendeiro Francisco Joaquim Portal de Carvalho. Daí, nesse interim, é convidado e aceita o cargo de Escriturário da Junta da Fazenda.

Na biografia do pai, disse Bento Aranha: "Em 1.º de março de 1823, tendo sido derribados do poder, na província do Pará, o Governo constitucional e a Câmara eleita, e nomeado, por essa mesma ocasião, um Governo ilegal, à cuja ordem prenderam-se muitos cidadãos classificados de dissidentes, por serem afetos ao sistema constitucional e à causa da Independência do Brasil, Tenreiro Aranha escapou dessa perseguição devido ao pedido de alguns amigos seus, que se achavam nas graças do poder".

E ele próprio, a respeito desse fato, escreveu: "Escapei de ser preso nessa ocasião, por haver quem por mim se interessasse junto ao poder despótico do Villaça, contudo era sempre apontado e vivia em risco por ter escrito e publicado algumas idéias a favor da causa do Brasil no "Periódico Paraense", e sustentado com energia a eleição da Câmara".

Em todos os movimentos tendentes a reconhecer a Independência e aclamação de D. Pedro I, no Pará, quer na propaganda oral, quer na imprensa, João Baptista se encontrava sempre. Por duas vezes, teve de fugir, em pequeno barco a vela e a remo, para São Luiz do Maranhão, com sacrifício de saúde e de dinheiro, a fim de não cair nas garras dos seus adversários.

Acreditamos que estivesse ausente, quando o bárbaro Greenfell chegou ao Pará, em nome da legalidade, e praticou o nefando crime de lesa-política e boa humanidade, mandando recolher, durante uma noite, nos porões do brigue "Palhaço", mais de 200 pessoas, que ali foram sacrificadas nos vapores de cal virgem.

Primeiro, entre outros, de uma causa justa e triunfante, João Baptista não poderia deixar de ser aproveitado na consolidação do novo regime implantado, ali, de 15 de agosto de 1823. Foi chamado a retornar ao seu lugar de Almoxarife do Hospital, do qual se achava afastado para escapar à sanha dos seus adversários. Considerado benemérito pelo povo de sua terra, foi enviado um abaixo-assinado ao Senado da Câmara Municipal de Belém, sugerindo fosse ele comissionado para dirigir-se ao Rio de Janeiro, onde levaria, de viva voz, a D. Pedro I a notícia da adesão do Pará à Independência Nacional.

Não sabemos se a projetada viagem se efetuou. Mas, temos conhecimento de que, melhorando de condições burocráticas, foi reintegrado nas funções de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega, a 16 de novembro de 1821. Depois, passou a Administrador da Mesa da Estiva, que serviu até 1836. Nesse interregno, serviu em várias comissões de importância, pois que, em assuntos de alta responsabilidade, a opinião de João Baptista, pela honestidade e senso prático da coisa pública, era tida como indispensável, quer se tratasse de comércio, indústria e navegação, quer de motivos políticos.

A política do Pará, desassocegava-se de vez em quando entre os anos de 1831 e 1836, ora por causa dos rigores do famoso Comandante das Armas e Presidente General Francisco de Souza Soares de Andréa, de autoritarismo desmedido, ora pelas tropelias dos cabanos, não somente na Capital, como no Baixo Amazonas. João Baptista ficou sempre ao lado da Lei e da Ordem, não lhe importando sofrer as contingências da perseguição dos poderosos, como sucedeu em 1832, quando teve de retirar-se e refugiar-se nos Estados Unidos, de onde mais tarde, passou para o Rio de Janeiro.

Mal chegado à sua terra, em 1834, surgiram tropelias do partidarismo local, das quais resultou o assassinato do Presidente Lobo, fato que foi condenado por João Baptista. Bastou esse gesto para que se levantassem o punho cerrado e a cólera dos áulicos dos detentores do poder. Perseguiram-no. Fugiu para o Maranhão, como de outra vez o fizera, sempre com acolhida generosa. Não pára, aí, a odisséia do intrépido político. O General Andréa demite-o de Inspetor da Alfândega e ordena sua prisão, em março de 1838. Foi posto em liberdade a 20 de maio do mesmo ano mas com ordem de seguir para o Rio de Janeiro na charrua Carioca, que a 14 de julho se fez de vela para o Sul, sem ele saber que a 10 do mesmo mês, tinha sido novamente nomeado, pela Regência, Inspetor da Alfândega do Pará.

O processo a que ia responder ficou em nada.

De 1840 a 1849, Tenreiro Aranha foi ininterruptamente eleito deputado provincial, logrando reeleger-se ainda para a Assembléia da Província do Pará de 1856 a 1859. Nas legislaturas de 1848 e 1849, serviu na Assembléia Geral, como deputado pelo Pará, que, então, compreendia, o Amazonas. De todos os benefícios que prestou, nas duas Assembléias, são incomparáveis, pelo seu alcance político e econômico, o da elevação do Amazonas à categoria de Província e do estabelecimento da navegação a vapor no Amazonas. No primeiro, teve Souza Franco, o Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida) e outros a seu lado. E, no segundo, a figura ímpar de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), como criador e incorporador da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas.

Sobre o primeiro fato, na qualidade de membro da Assembléia paraense, em sessão de 7 de novembro de 1849, apresentou a seguinte indicação: "Indico que se dirija uma representação à Assembléia Geral legislativa, para que a Comarca do Alto Amazonas seja elevada à sua antiga categoria de Província". Após, como deputado geral, na Corte, sustenta as mesmas idéias. Arthur Reis sumariou o que foi o longo e tenaz esforço pela criação da Província do Amazonas.

Sobre o segundo fato (navegação), sugeriu ainda, na Câmara do Império, várias medidas a propósito de linhas de vapores entre o Pará e Mato Grosso, pelos rios Tapajós e Arinos, como entre o Pará e Goiás, pelo rio Tocantins. Era antigo o seu interesse pelo assunto e já de há muitos anos reconhecida a sua autoridade em quanto lhe dizia respeito. Já em 1828, fora membro e relator da comissão nomeada pelo governo do Pará para dar parecer sobre o projeto de uma sociedade destinada a promover a agricultura, indústria e navegação. Em 1837, foi também membro e relator da comissão incumbida pelo General Andréa de apresentar o projeto de organização de uma empresa para explorar a navegação a vapor do Rio Amazonas. Em 1838 tentou interessar a Corte nesse propósito. Em 1840, na Assembléia Provincial do Pará, obteve a aprovação de uma Lei concedendo vantagens à companhia que estabelecesse a navegação no Amazonas. Em 1842 preparou os Estatutos para a frustrada empresa incorporada pelo negociante Joaquim Francisco Danin.

João Baptista, dedicou-se também ao magistério. Tendo-se especializado em Contabilidade e Escrituração Mercantil, foi nomeado a 11 de fevereiro de 1841, para reger estas disciplinas no Liceu Paraense, função de que se exonerou, em 11 de janeiro de 1844, por haver aceito de Inspetor da Alfândega. Em 9 de novembro de 1846, à vista das provas exibidas, em concurso, é

nomeado para a cadeira de Geometria daquele estabelecimento de ensino secundário. Deixa a Alfândega, para a qual teria de voltar depois.

Afinal, em 1850, foi criado a Província do Amazonas, por Lei n.° 582, de 5 de setembro. Nada mais justo e imperativo do que a nomeação desse homem para seu primeiro Presidente, o que se deu por decreto imperial de 7 de junho de 1851.

"A escolha de Tenreiro Aranha — diz Arthur Reis — para a presidência da nova Província não podia ser mais acertada. Dados os seus conhecimentos das necessidades vitais da região, o ardor de suas atitudes sempre claras e a atividade desinteressada que revelara na obtenção da grande medida pleiteada pelo povo da comarca, ninguém, no momento, com melhores credenciais para o alto cargo. Estava naturalmente indicado".

João Baptista subiu o grande rio no vapor de guerra "Guapiassú" e chegou a Manaus a 27 de dezembro de 1851, sendo recebido com festividade pela ainda diminuta população da capital. Levava numerosas pessoas, algumas das quais para seus auxiliares. A 1.° de janeiro de 1852, na Câmara municipal, em sessão extraordinária e solene, assumiu o governo, instalou a Província e começou a sua tarefa.

Como é de imaginar, tudo, ou quase tudo, estava por fazer. Iniciou Tenreiro Aranha a regulamentação dos serviços públicos, ele próprio minutando a ordem das coisas. Baixou instruções para a arrecadação, fiscalização e escrituração das rendas provinciais. Mandou adotar o regulamento da Instrução Pública do Pará, enquanto não elaborava outro mais adequado. Criou as Repartições que o aparelho da Província exigia. Mandou explorar alguns rios, cuidando de sua navegação. Tratou da catequese dos índios e da colonização. Fez situar, em prédio mais digno, o Palácio do Governo e começar a nova Cadeia, no sentido de melhorar as tristes condições dos detentos. Tomou as providências iniciais para a criação de um núcleo de colonização, de base ao mesmo tempo agrícola e fabril. E, assim, muitos outros trabalhos de escopo social e econômico. Eram, porém, indispensáveis entendimentos pessoais com os homens da Corte, numa época em que ainda não havia navegação direta para o Sul. Fazia-se mister relatar, de viva voz, aos próceres da alta administração do país, a verdadeira situação do Amazonas, para o imediato provimento de suas necessidades.

Não havia tempo a perder. Ademais, João Baptista era Deputado Geral e precisava tomar parte no plenário da Assembléia da qual conseguiria facilidades para o seu governo. Nesse pressuposto, toma uma canoa e desce para Belém, despresando

perigos e desconforto. Dali, em navio, vai ao Rio de Janeiro. A 27 de junho (1852) passara o governo ao primeiro Vice-Presidente Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda.

Em abril, Tenreiro Aranha traçou, em substancioso relatório ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, um retrato sombrio da situação de abandono e estagnação em que se encontrava a nova Província, expondo também idéias as mais lúcidas, algumas até perfeitamente atuais, sobre os problemas administrativos e sociais que tinha de enfrentar. Infelizmente foi meteórica sua permanência no governo, frustrando-se ao Amazonas a oportunidade de então recuperar a prosperidade que conheceu nos dias da florescente capitania de Lobo D'Almada.

Na Corte, apesar de todas as diligências, nada ou pouca coisa obtém para sua Província tão distante e esquecida. Ralado de desgostos e doente, regressa, demorando, em Belém, por motivo de tratamento, quando, a 31 de dezembro do mesmo ano recebeu o decreto de sua exoneração a pedido.

No Senado, havia nessa época, uma vaga, na representação do Amazonas. Procedeu-se à eleição. Era o momento de reparar a injustiça que acabava de sofrer o maior paredro da emancipação amazonense.

Foi seu competidor o Dr. Domingos Ferreira Penna, candidato do governo, que na lista tríplice, é o escolhido.

João Baptista deveria contar com a preferência, atendendo seus numerosos e leais serviços à Nação. Seus amigos e correligionários do Partido Conservador, numa demonstração de que não o tinham abandonado, concitaram-no a aceitar o convite do governo do Pará, para ocupar o cargo de Inspetor do Tesouro provincial, em cujo exercício esteve até 1848.

Ameaçado de exoneração, pelo partidarismo contrário, apressou-se em deixar aquele cargo, antes que fosse acintosamente despedido. Esgotado por uma luta contínua, que lhe vinha desde o verdor da vida, desiludido, talvez, da justiça e da gratidão de muitos homens, seus contemporâneos, recolheu-se à vida privada. No oblívio dos seus concidadãos, ferido profundamente na sua sensibilidade, enlouqueceu, vindo a falecer, vítima de um incêndio que irrompeu em seu dormitório, num subúrbio de Belém, em 19 de janeiro de 1861.

O Amazonas não esqueceu João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Ergue-lhe em uma das praças de Manaus, uma estátua, para perpetuar sua gratidão.

João Baptista foi um "doublé" de herói e mártir, herói porque soube enfrentar corajosamente os potentados do seu tempo,

sem medir as conseqüências pessoais das suas atitudes verticais: mártir, porque sofreu, com estoicismo, os contratempos da política, preferindo sempre estar de pé, mas nunca de joelhos.

(Para escrever esta biografia, servimo-nos, principalmente, das impressões que nos deixou o ilustre filho de João Baptista, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, na introdução que escreveu no livro do pai, publicado onze anos após a morte deste, ("Elemento do Comércio", Maranhão, 1872).

THAUMATURGO DE AZEVEDO

O General Gregório Thaumaturgo de Azevedo, uma das figuras mais destacadas do nosso Exército, nasceu no Piauí a 17 de novembro de 1851, filho de Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho. Rapaz de invejável inteligência, bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas, pela Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), e, depois, em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Recife; foi um homem de vida dinâmica tanto no Exército, quanto fora dele. Por mais de meio século seu nome encheu de vibração os faustos das atividades militares, civis e políticas, sobretudo, do Estado a que ele, quase sempre, esteve ligado. Por seu merecimento fez jus a diversas honrarias heráldicas e de membro de Sociedades beneficentes e científicas.

Como Engenheiro Militar e Bacharel em Direito, exerceu, revestidas da mais alta responsabilidade, várias comissões importantíssimas. Vejamos as mais interessantes, não esquecendo que o biografista deve estar sempre adstrito aos acontecimentos da época em que viveu o seu personagem, e que os homens e os fatos aparecem na decorrência dos fenômenos sociais.

Assim, o Tratado de La Paz, de 1867, sobre a demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolívia, ficou em foco exigindo imediata realização: o traçado de uma reta partindo da foz do Beni, afluente do Madeira, rumando à nascente principal do rio Javari.

A determinação desse ponto geodésico exigiu do Brasil e Peru, sacrifícios sem conta, nada menos de seis Expedições de exploração e de reconhecimento, sacrifícios fabulosos de vidas preciosas, de despesas, em parte improdutiva, e tempo.

Toda esta espécie de divagação para melhor compreender a biografia do grande soldado.

Foi nomeada a Comissão Mista Brasíleo-peruana para determinar o ponto geodésico da nascente principal do rio Javari. Por parte do Brasil, o governo designou o então Coronel de Enge-

nheiros Thaumaturgo de Azevedo. Os dois elementos reunem-se, na foz daquele rio, em Benjamin Constant, cada qual nas suas embarcações, sobem o caudal, até a embocadura do Galvez, tributário da esquerda. Aí, o Delegado brasileiro, reune os peruanos e lhes comunica o seu propósito de subir esse rio e não o Jaquirana, porque considerava o outro, como verdadeiro curso do Javari. A estupefação dos peruanos foi tremenda, havendo protestos. Os comissários regressam, cada grupo ao seu país.

Pondere-se que a Comissão Mista não foi nomeada com o fim de verificar qual seria o verdadeiro curso do Javari, mas a sua nascente principal, sabidamente, no Jaquirana. O General, então Coronel, subindo o Galvez, queria dar ao Brasil, cerca de 5.000 léguas quadradas.

Concomitantemente, outro problema, também de demarcação, se equaciona, para solução imediata: a determinação geodésica da passagem da linha reta estabelecida pelo referido Tratado de La Paz, passando pela povoação de Cruzeiro do Sul (no Estado do Amazonas).

Nomeada a Comissão Mista para dirimir o caso, é designado Chefe, da parte do Brasil, o Coronel Gregório de Azevedo; Sub-Chefe, o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes. Por parte da Bolívia, o Dr. José M. Pando.

Cunha Gomes levara do Rio de Janeiro a incumbência de fazer deflexionar a reta, de modo a incluir, na jurisdição federal, as duas povoações citadas. Thaumaturgo de Azevedo discorda de semelhante sugestão. Queria, sim, que se considerasse a nascente principal do Javari não determinada ainda, quando já o era desde 1878.

Abriu-se, então, uma luta (em setembro de 1895), entre Thaumaturgo, de um lado, e Cunha Gomes e Pando, do outro. O Chefe da Comissão Brasileira deixa o serviço, assumindo-o, Cunha Gomes. E tudo correu conforme o desejo do Governo Federal. O Coronel Thaumaturgo procurou sustentar o seu ponto-de-vista, em 1901, num livro de duzentas páginas, fartamente documentado, livro esse intitulado "O Acre, Limites com a Bolívia" (artigos publicados n'"A Imprensa", de 1900-1901) Tip. do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, e Rodrigues & Cia. — 1901.

* * *

Dessa importantíssima Comissão de Limites, em que reafirmou grande competência técnica, sabedoria jurídica e honradez, o Coronel Gregório Thaumaturgo é chamado para outra função

federal, de muito relevo, qual fosse o Departamento do Alto Juruá, também chamado Prefeitura do Cruzeiro do Sul.

Lembre-se que o Território do Acre, depois de criado pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, foi dividido em 3 partes ou Departamentos: Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Este último foi entregue ao Coronel Thaumaturgo de Azevedo, que para lá seguiu, em 1904, instalando-se em Cruzeiro do Sul.

Seu governo caracterizou-se por um dinamismo prodigioso. É óbvio dizer que tudo, tudo, estava por fazer, no planejamento da administração pública e sua execução. E ele o conseguiu em cerca de um ano, auxiliado por uma equipe de funcionários competentes. Comprova-o Relatório de 1904, um grosso volume com as primeiras objetivações e muitas plantas e mapas geográficos, de todo o território de sua jurisdição. Dito Relatório é o pórtico de uma grande sabedoria e civismo, obra de utilidade aos administradores que tenham de prosseguir no desbravamento daquela ubérrima região.

Mas, o Dr. Thaumaturgo de Azevedo precisou ir ao Rio de Janeiro, no interesse do seu Departamento. Lá permaneceu cerca de seis meses. Foi, sua ausência, um colapso na vida pública do Alto Juruá. Di-lo em detalhes, no seu "Segundo Relatório", datado de 31 de dezembro de 1905, o caos que encontrou. Foi o relato do seu derradeiro trabalho de Engenheiro Militar, de Doutor em Direito Administrativo e de beneditino, na obra que pôde realizar, naquele deserto de rios e de florestas.

Deixei, de propósito, para a parte final, o contexto da biografia do General, com a sua atuação política e administrativa, no Amazonas. Façamos um retrocesso, no tempo.

O ilustre Engenheiro Militar estava no Norte do País, a serviço da Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela, sediado na Boa Vista do Rio Branco hoje Território de Roraima, quando se deu a mudança do regime. Dirigira-se a Manaus. Eduardo Gonçalves Ribeiro, então no Poder, na qualidade de Presidente nomeado pelo Governo Provisório da República, ia executar a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, realizando a eleição do 1.° governador do Estado do novo regime. Por influência militar, é sugerido o nome do Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo que é eleito, pela Assembléia Constituinte, a 27 de junho de 1891 e empossado a 12 de setembro do mesmo ano, recebendo o governo das mãos do Coronel Guilherme José Moreira, no momento, seu sucessor legal. Eleito por quatro anos, só esteve no cargo até 27 de fevereiro de 1892, quando foi deposto, em virtude dos acontecimentos que se deram na Capital Federal, após o "contra-golpe" dado por Floriano Peixoto ao ato

de Deodoro dissolvendo a Carta Constitucional da República (24 de fevereiro). Gregório Thaumaturgo procurou resistir mantendo-se no cargo. Mas, não o pôde. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, não quis perdoá-lo. A última semana do seu governo foi um período de agonias, de corre-corre, de ameaças de fuzilamentos de adversários que, afinal, eram toda a gente. Tinha eu 16 anos de idade, e, na minha adolescência, curiosa e inconseqüente, procurava tomar conhecimento dos fatos... Thaumaturgo de Azevedo aguardou a chegada de sua demissão, em tanto importava a nomeação do Capitão de Fragata José Inácio Borges Machado, que assumiu as responsabilidades do cargo no mesmo dia 27 de fevereiro de 1892. Thaumaturgo não esperou no Palácio do governo a presença do Oficial de Marinha, para entregar-lhe protocolarmente o timão da nau do Estado, pois, bem cedo, dirigira-se ao porto, recolhendo-se a bordo de um navio do Lloyd Brasileiro por acaso ali, de partida para o Sul. Nunca vi um "bota-fora" tão bota fora, como aquele...

A política, às vezes querendo por abaixo o que encontra, foi crudelíssima para com o General. Os acontecimentos do Rio de Janeiro, agravados em Manaus, fizeram-se-lhe uma chuva de pedras, após ter já prestado tantos serviços à Pátria.

* * *

O General Gregório Thaumaturgo de Azevedo faleceu em idade provecta, mas não conseguiu assistir o seu centenário de nascimento a 17 de novembro de 1951, quando seus parentes, amigos e admiradores celebraram o acontecimento.

* * *

Foi um dos maiores talentos, cultura e dinamismo, blindado por um caráter forte, mas sempre atropelado, talvez sem o perceber, por uma constante irritabilidade nervosa, que o incompatibilisava perante seus subordinados e amigos. Era o defeito desse vulto plutarqueano da nossa História, cuja vida andou ligada à do Amazonas.

THAUMATURGO VAZ

Fez parte da plêiade de rapazes talentosos que, do Nordeste (Piauí), aportou a Manaus, no dealbar do presente século. Nasceu a 30 de julho de 1869. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, rumando para o Amazonas. Foi um poeta notável, cujos trabalhos eram estampados nos jornais de Manaus. Não foi pródigo, mas distinto, de uma sensibilidade comovente. Sua poesia intitulada "Nossa Senhora, Minha Madrinha" é uma jóia literária. Outras produções estão enfeixadas no opúsculo "Cantigas", poesias, Manaus — 1900. Escreveu, entre outras a revista "O Patureba".

Thaumaturgo Sotero Vaz era casado com a Prof.ª Leonor Belmont Vaz, proprietária de um colégio destinado ao ensino primário. O casal teve um filho, Ruy, de saudosa memória, meu discípulo no Ginásio Amazonense Pedro II e que fez o curso de Intendência no Exército, reformando-se no posto de General.

Th: Vaz, como era conhecido, exerceu, por alguns anos, o cargo de Diretor da Secretaria da Prefeitura de Manaus, bem assim o de Oficial de Gabinete do Estado, Dr. Jonathas Pedrosa, tendo sido, também, Diretor do Teatro Amazonas (1913). Era um espírito predominantemente boêmio. Como jornalista agitou, algumas vezes, os episódios políticos.

THEODORETO SOUTO

O Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, natural do Ceará, nasceu a 4 de novembro de 1841, falecendo a 11 de agosto de 1893, repentinamente, quando viajava em trem, entre a cidade do Rio de Janeiro e Friburgo, em conseqüência de uma síncope cardíaca. Foi seu pai José Francisco Souto Barateiro. No regime do Império, presidiu as Províncias de Santa Catarina e Amazonas, tendo sido eleito Deputado Geral em várias legislaturas e tendo presidido o Banco do Brasil. Foi Senador pelo Estado do Ceará.

Theodoreto Souto esteve no governo do Amazonas de 11 de março a 12 de julho de 1884, um período curtíssimo no espaço de tempo, mas muito largo nas conquistas sociais, em franquias democráticas de alto gabarito.

Trata-se uma fase áurea na democratização da Província, que não mais podia suportar colapsos na marcha ao lado de suas coirmãs do Império. Desde quando se exonerou o Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, seguindo logo para o Rio de Janeiro, o governo amazonense andou nas mãos dos Vice-Presidentes Guilherme Moreira e Joaquim Sarmento, que se não eram abolicionistas declarados, jamais hostilizaram as franquias obtidas por Paranaguá. Suas omissões, no terreno da libertação, equivaliam ao "quem cala, consente".

Mas, José Paranaguá e seu genitor João Paranaguá eram "pontas de lança", na Côrte do Império, pugnando pelo Amazonas.

A presença do Dr. Theodoreto Souto no Amazonas como seu Presidente, mandado, por engano, para desfazer o que José Para-

naguá havia feito, equivale a uma vigorosa tomada de posição nas trincheiras da liberdade. Foi ele quem, em última etapa, enfrentou, com a coragem cívica que lhe era peculiar, os propósitos do Partido Conservador, em manter, ainda por muitos anos, a ditadura do trabalho escravo. Foi ele, também, no Amazonas quem virou a última página do livro negro do registro da impiedade legal, quebrando o derradeiro élo de uma cadeia contensora da liberdade.

Os fatos sucederam-se com o esplendor de uma aurora tão fagueira, como igual jamais se viu.

A esposa do Dr. Theodoreto Souto, Dona Elisa Souto, chefiando um grupo de mães de família, andava, de porta em porta, onde residiam senhoras de escravos, despertando-lhes a piedade, no sentido da libertação, até que chega o dia 1 de julho de 1884.

Theodoreto Souto, contrariando as recomendações do Ministro Lafayete, sabia que seu destino, na presidência do Amazonas, seria o mesmo que teve o Dr. Sátiro Dias, no Ceará, quando, no mesmo ano (1884), a 25 de março, decretou extinto o regime da escravidão naquela Província: a demissão imediata. Isso, porém, não o demovia, pois a sua conduta de governante e de brasilidade era o de prosseguir no rumo traçado por seu antecessor, o Dr. José Paranaguá.

O Dr. Theodoreto ordenou, no seio da Comissão de festejos programados para o dia 10 de julho, a construção do "Pavilhão da Liberdade", à Praça Vinte e Oito de Setembro. Foi, nesse local, que bem merece o levantamento de uma coluna comemorativa, que ocorreu, precisamente naquele dia, o maior brado em prol da democracia.

Do ato, lavrou-se o seguinte termo de que foi 1.° assinante o Dr. Theodoreto Souto: "Aos dez dias do mês de julho de 1884, do nascimento de N. S. Jesus Cristo, sexagésimo terceiro da Independência e do Império, trigésimo terceiro da fundação da Província, às 12 horas do dia, na cidade de Manaus, na Praça Vinte e Oito de Setembro, onde se achavam reunidos o Excelentíssimo Senhor Theodoreto Carlos de Faria Souto, Presidente da Província, os diversos chefes do Serviço Público, autoridades civís, militares e eclesiásticas..., foi, pelo mesmo Excelentíssimo declarado, em homenagem à Civilização e à Pátria e em nome do Povo Amazonense que pela Vontade Soberana do mesmo e em virtude de suas Leis, não existir escravos no território desta Província e de hoje para sempre, abolida a escravidão e proclamada a liberdade dos direitos de todos os seus habitantes" (Seguem-se as assinaturas).

Este documento precioso está lavrado no "Livro de Atos da Província do Amazonas", contendo outros termos a começar pela Ata da Instalação da Província, datada de 1.° de janeiro de 1852. Este livro está em poder do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que o guarda religiosamente em sua sede.

* * *

Dois dias depois, o Dr. Theodoreto entregava ao seu substituto legal, o Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, o governo da Província, com uma substanciosa Exposição do quanto realizara na vigência de sua administração, isto é, em poucos meses, o que vários dos seus antecessores não conseguiram em dois anos. Acompanhando a Exposição, volumosa e exaustiva, o seguinte ofício: "Palácio da Presidência do Amazonas, Manaus, 12 de julho de 1884.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Constando do "Diário" de 14 de junho próximo passado, só ontem recebido nesta cidade, pelo paquete "Ceará", ter sido eu exonerado do cargo de Presidente desta Província, apesar de não ter ainda recebido comunicação oficial direta por ofício ou telegrama, como solicitei desde 10 referido mês, tenho a honra de passar a administração a V. Excia., como 2.° vice-Presidente da Província, visto não achar-se presente o 1.° vice-Presidente Coronel Guilherme José Moreira.

Por esta ocasião, cumpro o grato dever de felicitar a Província, por ver à frente da administração um tão distinto cidadão, como V. Excia.

A Exposição que, nas disposições vigentes, devo apresentar a V. Excia. referente ao estado dos negócios públicos, consta dos relatórios dos chefes das diversas repartições, que junto para serem publicados.

A mim só resta, neste momento, acrescentar o seguinte: A Província do Amazonas está redimida. No dia 10 do corrente foi esse acontecimento o maior de sua história, solenemente declarado, lavrando o respectivo auto no livro de instalação da Província, o qual remeti, por cópia a S. Excia., o Sr. Ministro da Agricultura.

Tudo se fez em nome da Lei, em observância de suas prescrições, em perfeita calma e tranquilidade, com o concurso eficaz dos sentimentos humanitários do Povo Amazonense.

Não há nenhum escravo nesta Província, nem pode haver mais nenhum escravo, observadas as leis que vedam o tráfico inter-provincial.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a V. Excia. a certeza da minha perfeita estima e elevada consideração. Deus guarde a V. Excia. Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, vice-Presidente da Província do Amazonas. Theodoreto Carlos de Faria Souto".

* * *

O Dr. Theodoreto Souto, ao regressar ao Rio de Janeiro, recebeu, dos seus amigos e admiradores de sua atitude política e administrativa na Província do Amazonas, grandes homenagens, numa época em que já se aproximava a aurora do 13 de maio de 1889. Teve também os aplausos da imprensa livre.

"Na Assembléia Geral, em sessão de 22 de julho de 1884, o Sr. Severino Ribeiro apresentou um voto concebido nos seguintes termos: "Proponho que se insira na ata de hoje um voto de regosijo pela libertação na Província do Amazonas" (Assinado: Leopoldo de Bulhões, José Mariano, Affonso Celso Júnior, Guapindaia, Cezar Zama e Antônio Pinto).

Ao aportar no Rio de Janeiro, o Dr. Theodoreto Souto recebeu, da Colônia Amazonense ai residente, um valioso tinteiro, contendo figuras simbólicas, acompanhado de uma caneta de ouro. Na base do tinteiro lia-se: "Ao benemérito abolicionista, Dr. Theodoreto Souto, a Província do Amazonas agradecida".

TORQUATO TAPAJÓS

O Dr. Torquato Xavier Monteiro Tapajós nasceu em Manaus a 3 de dezembro de 1853. Foram seus pais o Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós e D. Benedita Rosa Marinho Salgado, em segundas núpcias. (Reporto-me ao tetrarca da família Tapajós, no verbete deste dicionário, no lugar competente).

Torquato Tapajós, membro da mais prestigiosa família do Amazonas, na época, fez seus estudos primários em escolas públicas de Manaus, e o curso do Liceu, da mesma cidade. Pronto estava para prosseguir seus estudos, no Rio de Janeiro. Mas, para fazê-lo teria de assentar praça como "soldado-raso" e viajar em 3.ª classe com outros recrutas, o que não era coadunável com a posição social e política da família, que remedeia o caso, conseguindo na Côrte, a patente de Alferes da Guarda Nacional para Torquato. Uma vez no Rio, matricula-se na Escola Politécnica, consegue trabalho que lhe dava boa remuneração e casa-se com a jovem Francisca Miranda Reis, filha do General Miranda Reis,

ex-Presidente da Província do Amazonas. (Veja-se o "verbete" da biografia do Gal. Miranda Reis).

Torquato Tapajós, quer pelo seu valor pessoal, quer pelas franquias sociais e políticas de sua família, estava com todas as portas abertas para conquista de um futuro radioso, o que, de fato, aconteceu.

Dentro de pouco tempo era Engenheiro Geógrafo, Sócio da grande Empresa de Melhoramentos do Brasil e Diretor da Companhia de Construções Civís do Rio de Janeiro e de outros empreendimentos públicos e particulares.

Ao tempo achava-se, na Capital do Império, uma Companhia inglêsa, sob a responsabilidade do engenheiro Revy, contratada para realizar a rêde de esgotos e saneamento da metrópole. O Dr. Torquato Tapajós examinou minuciosamente o plano da rêde em apreço. Munido de lápis e cadernetas, diariamente, estava ele a colher subsídios para o combate àquele plano, que considerava errado e, como tal, incapaz de resolver o problema do esgoto da cidade. O Dr. Revy nada entendia da língua portuguesa. Ele e Tapajós não se conheciam pessoalmente. Mas, viam-se todos os dias, à hora dos trabalhos no pavilhão da Companhia: Revy, dentro, trabalhando; Tapajós, de fora, ávido, tomando apontamentos.

Deu-se um fato interessante: foi no último dia de experiências, véspera da derradeira conferência que Tapajós ia elaborar, no Clube de Engenharia, quando, mais uma vez, se fazia a electrólise da água do mar.

Ao Dr. Revy, a presença de Tapajós, ali, causa estranheza. Por meio de gestos, convida-o a entrar. Embora sensibilizado, sente-se à vontade, no afã da reportagem. Quando encerradas as atividades do dia, Tapajós, que sabia falar o idioma de Revy, levanta-se para agradecer a gentileza recebida e, ainda, para convidá-lo para assistir, no dia imediato, derradeira palestra, no Clube de Engenharia.

No dia seguinte, Revy, à hora aprazada, achava-se no Clube, não tanto para ouvir a conferência do seu colega brasileiro, mas para se certificar se era realmente o mesmo Tapajós com quem tratara na véspera. Tudo exato, Revy compreendeu que estava sendo a mais, num País que possuia um Torquato Tapajós, pelo que pediu rescisão do seu contrato e retirou-se.

Os trabalhos do Engenheiro amazonense, somente tratando de anular o projeto Revy, enchem quatro volumes, que possivelmente devem estar arquivados no Clube de Engenharia. Foi, nesse trabalho ciclópico e singular, que o filho de Monteiro Tapajós se

consagrou uma das mais eruditas personalidades da Engenharia sanitária do Brasil.

Valeu-lhe a cruzada vitoriosa a conquista de láurea no plano científico e social. Explica-se, assim, porque ingressou na Sociedade Nacional de Medicina, sem ser médico.

* * *

Havia publicado as seguintes obras: "Electrólise das águas do mar" que foi premiada como o maior trabalho científico, daquela época; "Limites Pará-Mato Grosso", em dois volumes; "Saneamento de São Paulo"; "Estudo sobre Campos"; "Saneamento do Rio de Janeiro", em três grandes volumes e que foram mandados publicar pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro; "A Climatologia da Amazonia", prefaciado pelo Almirante Barão de Ladário e que foi mandado publicar pelo Ministério da Marinha; "Higiene de Niterói", além de outros não mencionados na biografia que lhe traçou o seu digno conterrâneo Amilcar Salgado dos Santos, os quais mencionarei adiante.

Em 1889, o Dr. Torquato Tapajós, então um publicista consagrado no âmbito das ciências e das letras, lança mais um livro de 118 páginas, súmula de uma obra bem mais ampla, na qual contesta e corrige o monumental trabalho do Professor Alfredo Moreira Pinto, da epígrafe "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil", aparecido nas livrarias do Rio de Janeiro, do mesmo ano.

Tapajós, no seu novo livro, não se refere, se não, ao que diz respeito à sua terra natal, no tocante ao que considera fora da verdade. Esse livro foi um libelo formidável, um ariete lançado no bojo de uma caravela, mas sem jactâncias, nem agressividades, na base de uma alta erudição e fina gentileza.

"O Vale do Amazonas" ainda não foi superado, nem o será, apesar de todo o progresso que a ciência geográfica tem feito após mais de meio século de pesquisas.

Do mesmo jaez, são as demais produções do insigne sanitarista e poeta. Não fique igualmente sem uma clarinada para acordar do esquecimento o livro "Apontamentos para a Climatologia do Vale do Amazonas", de 148 páginas sem contar os numerosos Anexos, comprovantes das assertivas do contexto. Esse trabalho prova que o Amazonas possui, desde éras recuadas, um serviço metereológico em que baseia para desmentir a assoalhada infâmia de curatelado por um clima impróprio à vida humana.

Nesse catecismo de salubridade amazônica admiram-se a coragem das informações e as minúcias sobre os termos da climatologia regional. Ainda sobre o Amazonas, ou melhor, a propósito da Amazônia, podem-se conhecer outros estudos, versando diversos assuntos, notadamente Limites do Estado e Navegação. Nunca o Dr. Torquato esteve ausente de sua terra, quer no sentido filial, quer no espiritual, fazendo-a mais conhecida, para que se tornasse mais admirada e amada de todo o País.

Em 1896, estando na administração do Amazonas o Dr. Fileto Pires Ferreira, foi pela última vez em visita aos seus parentes e amigos, tendo-se hospedado na residência do seu irmão, o Coronel José da Costa Tapajós.

Na oportunidade, foi convidado para escrever um trabalho sobre a imigração e a colonização do Estado. E o fez, com erudição e civismo, apesar de se achar combalido em sua saúde, pois faleceu a 12 de novembro de 1897.

O Dr. Torquato Xavier Monteiro Tapajós foi a estrela "alfa" da Constelação dos Amazônidas do seu tempo.

(Esta biografia é uma súmula da escrita pelo Gal. Amilcar Salgado dos Santos, inserta no seu opúsculo "Amazonenses esquecidos em sua terra", trabalho dedicado ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, editado nas oficinas gráficas Palácio Real-Manaus.)

UCHÔA RODRIGUES

Manoel Uchôa Rodrigues, natural do Ceará, membro ilustre da grande e tradicional família desse nome, retirando-se para o Sul do País, no Rio de Janeiro, fez-se Engenheiro Militar. Logo chegado ao posto de 2.° Tenente, viajou para o Amazonas, em fins do século passado, encontrando, em Manaus, o seu colega e amigo, o Tenente de Engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro (o Pensador), entrozado na política e na qualidade de 1.° vice-Governador. Subido este ao Poder, Uchôa Rodrigues é nomeado para o cargo de Superintendente (Prefeito), quando Manaus começava a entrar no período de sua transformação topográfica e progresso. Corria o ano de 1891, quando o País ia entrar no seu novo regime constitucional, surgindo, no plano das atividades intelectuais, sobretudo da engenharia, oportunidade de trabalhar e vencer.

Uchôa Rodrigues estava, portanto, na brecha, mas na sua condição de militar, sujeito à disciplina da classe. Já anos adiante, no posto de Capitão de Engenheiros, pediu exoneração do Exército, passando a medir e demarcar terras do Estado, nos três intervalos, até 1895, quando esteve afastado do cargo de Superintendente de Manaus.

Ao lado de seus colegas civis João Carlos Antony e João Batista Bittencourt, foi um dos grandes auxiliares de Eduardo Ribeiro na obra que realizou, fazendo de Manaus, então de "uma grande aldeia, uma cidade moderna".

Entre os numerosos melhoramentos, de grande vulto, levados a efeito na cidade, é de justiça destacar, o arruamento do bairro da Cachoeirinha, um subúrbio aprazível, apenas traçado de veredas tortuosas. Esquadrinhado na sua amplitude de ruas largas, e pontilhado de praças, foram indenizados todos os proprietários. Em breve ali se foi formando uma nova população de residência fixa. Com a construção da monumental ponte de ferro (3.ª Ponte) que Eduardo Ribeiro mandou levantar, a região teve um grande incremento. Logo, de começo, aquele governante adquiriu quarenta lotes de terrenos, de que foi acusado pelo Almirante Costa Azevedo, Barão de Ladário.

* * *

A ação do governo municipal de Uchôa Rodrigues fez-se manifestar em outros subúrbios, no sentido de alargamento e prolongamento de ruas, diga-se, nem sempre de oportunidade, como no caso da rua Emílio Moreira, no bairro do igarapé de Manaus. Certo dia, Uchôa Rodrigues, sem aviso prévio ou entendimento com os proprietários de terrenos limitados pela frente com a rua Major Gabriel e pelos fundos com o igarapé Bittencourt, ordena o prolongamento da rua Emílio Moreira. Uma turma de trabalhadores, de facões e machados em punho, entrou em três terrenos cobertos de pomares, numa derrubada acintosa. No mesmo dia um mandato judicial de manutenção de posse embarga a obra. Uchôa obedece, indeniza os proprietários e só depois mandou prosseguir os trabalhos.

* * *

As rendas do Município de Manaus, ao tempo em que Uchôa Rodrigues o governou, mal podiam contrabalançar com as despesas ocorrentes. Teve de lançar mão, por três vezes, de recursos extra-orçamentários: a emissão de apólices ao portador, cujos valores foram resgatados, bem mais tarde, pelo Coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa. Os compromissos do Município eram custeados pelo Estado.

* * *

O Dr. Manoel Uchôa Rodrigues foi casado com uma das filhas do Coronel Emílio José Moreira, que se havia feito abastado nas lides do comércio, e, mais adiante, chefe político. O genro não quiz valer-se dessa vantagem para fazer carreira política. Jamais esteve nos pleitos eleitorais.

Do seu consórcio, resultaram três filhos, amazonenses: Schinda, nascido a 3 de setembro de 1897; Alkendi, nascido a 15 de janeiro de 1899, ambos casados, bacharéis em Direito e funcionários públicos federais aposentados e Dona Edina.

Apesar das diligências, não pude obter outros subsídios a respeito do biografado, tão espiritualmente ligado à História de Manaus.

VICENTE REIS

O Dr. Vicente Torres da Silva Reis, natural da cidade do Rio de Janeiro, nasceu a 15 de setembro de 1870, à Praia do Flamengo n.º 10, tendo sido seus pais, o Engenheiro Manoel Antônio da Silva Reis, e D. Maria Henriqueta Torres dos Reis, aquele diplomado pela Escola Central da Côrte e pela Academia de Engenharia da Bélgica. Foram seus irmãos: Manoel Antônio da Silva Reis Filho, Dr. Antônio da Silva Reis, Iría Reis da Costa Ribeiro, Julieta Tôrres da Silva Reis, Dr. Tomé Tôrres da Silva Reis, Maria da Pureza Reis e Maria Francisca Reis Marcondes Ferraz.

O Dr. Vicente Reis casou-se em Manaus com D. Emília Ferreira da Silva Reis, filha do abastado negociante Coronel Cosme Alves Ferreira, e D. Maria de Albuquerque Ferreira, ambos naturais do Ceará.

Do consórcio nasceu apenas um filho, o Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, natural de Manaus, Bacharel em Direito, Professor, historiador, publicista, ex-Governador, casado com a professora Graziela da Silva Reis, natural de Manaus.

Vicente Reis fez o curso secundário no tradicional Colégio do Mosteiro de S. Bento, e no de propriedade e direção do afamado professor Menezes Vieira, ambos do Rio de Janeiro. Cursou, até o 4.º ano, a Faculdade de Direito de São Paulo, passando para a do Rio de Janeiro, na qual se diplomou. Uma vez formado, ingressou na vida pública, tendo sido nomeado Promotor da Comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio. Logo depois, foi nomeado Delegado de Polícia da cidade do Rio de Janeiro, em cujas funções permaneceu por alguns anos, ao tempo em que a "capoeiragem" procurava desmoralizar a Polícia civil, sobretudo com o seu costumeiro "não pode, não pode!", seguido das arruaças aplaudidas pela vadiagem.

Mas, Vicente Reis era respeitado e temido pela sua ubíqua vigilância, não menor contra os ladrões. A atividade intelectual

do jovem bacharel dividia-se entre as funções do seu cargo e a literatura teatral, não deixando também de colher observações sobre os maus hábitos da malandragem, ao tempo em que o "jogo do bicho" começava a se difundir.

Veja-se a relação de suas obras, que nos são apresentadas por Sacramento Black: "Cresça e apareça", revista teatral, representada na Fenix Dramática, em 1888; "Abacaxi", revista do ano de 1893, em 3 atos e 13 quadros, escrita de colaboração com o Dr. Moreira Sampaio, representada no Teatro Apolo, em 15 de agosto do mesmo ano; "Vovó", revista do ano de 1894, em 3 atos e 12 quadros, com música de Francisco Carvalho, escrita de colaboração com o Dr. Moreira Sampaio, representada no Teatro Apolo; "Pingos nos ii", revista original, representada pela primeira vez a 17 de maio de 1896, no Teatro Lucinda; "Bicharia", grande revista em 3 atos e 11 quadros, música do maestro Stichini e outros, representada no Teatro Santana, de maio a junho de 1895"; "Um drama no fundo do mar", peça marítima de Ferdinand Duque, tradução livre do francês, impresso em Paris, representada no Teatro Lucinda, a 8 de setembro de 1896; "O Zépovinho", revista fantástica, burlesca, em 3 atos e 9 quadros, representada pela primeira vez a 7 de março de 1896, no Teatro Apolo; "Filhote", revista em 3 atos e 15 quadros, original, ornada de 50 números de Costa Júnior, sua primeira representação no Teatro Lucinda a 11 de março de 1897; "Os africanistas", zarzuela burlesca em 1 ato e 3 quadros, tradução livre, representada pela primeira vez, no Teatro Dramático, a 12 de janeiro de 1897; "Diabo a quatro", revista do ano, em 3 atos e 12 quadros, com música de Costa Júnior, representada no Teatro Variedades; "A Rainha dos Gênios", mágica, em 3 atos e 12 quadros, escrita em colaboração com Azeredo Coutinho, representada no Teatro Eden Lavradio.

Como jornalista, colaborou no "Diário de Notícias", "Jornal do Brasil" (1.ª fase), "Cidade do Rio" onde escreveu a Semana Teatral e foi secretário do jornal ilustrado "A Vida Fluminense", todos desta Capital (Rio) ("Dicionário Bibliográfico Brasileiro" VII vol., pág. 372 — Rio de Janeiro — 1903).

O Dr. Vicente Reis deixou inédito um livro que denominou "Memórias Cariocas", no qual fez um relato da vida de sua cidade natal relativa aos fins do Império e pródromos da República.

* * *

Em minha opinião, dois poderosos fatores permitiram ao Dr. Vicente Reis alcançar vitória, no terreno da literatura teatral: o longo estágio de observações psicológicas sobre o povo carioca,

quando na Polícia e quando, no seu tempo de rapaz, era estudante de Direito, o haver realizado um curso de Desenho e Pintura, podendo assim, mais tarde, pôr em termos de crítica as suas engraçadas "revistas", no tangente ao "ridendo castigat mores". Vicente Reis, ao mesmo tempo que plasmava suas pequenas comédias, muito em moda à época, pintava os quadros, de acordo com os motivos da cena. Sabia juntar os recursos do pincel aos da pena.

* * *

O destino marcara outro rumo para a vida intelectual do jovem teatrólogo. Dirigiu-se para Manaus, em 1904, a convite do seu novo governador do Estado, Coronel Antônio Constantino Nery. Lá chegando foi nomeado Secretário da Prefeitura da Capital e, mais tarde, Prefeito de Polícia da cidade. Foi Deputado estadual, em várias legislaturas.

Em 1906, comprou ao jornalista Rocha dos Santos, com recursos que lhe dera o Coronel Cosme Alves Ferreira, seu sogro, a tipografia do "Jornal do Comércio", velho e conceituado órgão da imprensa de Manaus. Suas oficinas estavam carentes de renovação. Foram tomadas providências sobre o caso, introduzindo-lhe máquinas linotipo, as primeiras que foram empregadas no Brasil, o que valeu ao Dr. Vicente Reis, posteriormente, medalha de ouro concedida pela Companhia Mergentale, de Nova York. Foi um dos seus colaboradores, nos primeiros tempos, o Dr. Gaspar Vieira Guimarães.

Quase todos os intelectuais da imprensa amazonense e muitos outros receberam sua influência, trabalhando no "Jornal do Comércio" entre 1906 a 1944. Quando Vicente Reis começou a trabalhar no seu jornal, já era um consumado jornalista no Sul do País, ao lado de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, na "Cidade do Rio", e no "Jornal do Brasil"; e em São Paulo, no "Correio Paulistano". Após 38 anos de ininterrupta atividade, até 1944, transferiu o seu diário à "Cadeia dos Diários Associados", passando a residir em Belém do Pará. Cumpre lembrar que o Dr. Vicente Reis, antes de por ponto final na sua vida jornalística, prestou um grande serviço ao Amazonas: foi o de aceitar o cargo de Fiscal do Ensino, por parte do Governo Federal, da Faculdade de Direito do Estado, para o efeito de equiparação. E, o exerceu com energia e compostura, contrapondo-se às gentilezas do apadrinhamento didático e administrativo, atitude essa que lhe custou dissabores e resistências às represálias dos descontentes. O certo é que a Faculdade adquiriu no prestígio da fiscalização, as be-

nesses da moralidade e da confiança que a conduziram à finalidade do reconhecimento e conseqüente equiparação.

* * *

O saudoso jornalista jamais deixou de ser político, no bom sentido social da palavra, ora aplaudindo, ora combatendo governos do Estado e homens da República; foi um indisfarçável adversário de Pinheiro Machado. Profligou-o tenazmente, quando mandou bombardear a cidade de Manaus, a 8 de outubro de 1910, para depor do governo do Estado do Amazonas, o Coronel Antônio Bittencourt.

Jamais o "Jornal do Comércio", sob o domínio do Dr. Vicente Reis, foi órgão de partido político, mas um diário independente de compromissos de qualquer ordem. Era o reflexo da autonomia do seu dono e único dirigente. Colaborei ao seu lado por mais de quarenta anos, quer na parte redacional, quer na qualidade de autor de trabalhos assinados, como hoje o faço, tratando de lídimos interesses da geografia e da história de minha terra. Convivi, portanto, com o jornalista, sob a mesma tenda de trabalho. Dele posso tratar porque pude penetrar-lhe os recônditos de sua alma e de sua alentada cultura.

Na política do Amazonas, combateu os governos dos Drs. Jonathas Pedrosa, Alcântara Bacellar e Ephigênio de Salles, com destemor, sem perder aquela compostura e respeito que os homens de responsabilidade têm pela autoridade legalmente constituída.

Por mais de uma vez considerou-se em perigo de vida, face às emboscadas que lhe haviam preparado. De uma feita, livrou-o o Senador Joaquim Sarmento. De outra, fora espancado barbaramente, deixando-o de cama, prostado por alguns dias. Nunca lhe conseguiram calar o ímpeto da crítica.

Com a retirada do Coronel Bittencourt do governo, a 8 de outubro de 1910, fato que aludi, o Dr. Vicente Reis, que o defendeu contra a solerte prepontência, acompanhou a vítima até Belém, para salvar a vida.

* * *

O Dr. Vicente Torres da Silva Reis, fundador, em Manaus, da Associação Amazonense de Imprensa e o construtor de seu prédio, foi sobretudo um jornalista, um cidadão honrado, um exemplo de tenacidade de princípios que deu ao Amazonas quanto pode, no afã do seu progresso e renome.
(Subsídios inspirados em mais de 40 anos de observações do autor e nas informações obsequiosas do Dr. Arthur Reis, ilustre filho do biografado.)

VICENTE TELLES

O Prof. Vicente Telles de Souza Júnior, natural do Ceará, nasceu a 11 de agosto de 1879. Filho do honrado marcineiro Vicente Telles de Souza, acompanhou a família em sua retirada para o Amazonas, fugindo às dificuldades econômicas e financeiras por que passava sua terra natal. Chegando a Manaus, ainda criança, fez o curso primário. Continuando seus estudos, bacharelou-se em Direito, no Amazonas, e, em Farmácia, na Bahia. Também fez o curso de Normalista, em Manaus. Foi professor catedrático de Química Geral, orgânica e inorgânica, da Escola Agronômica de Manaus; Sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Ordem dos Advogados do Brasil, Diretor do Instituto de Educação, por muitos anos e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus.

Casou-se com a Sta. Izabel de Freitas Pinto, tendo os seguintes filhos: Comte e Cavour, ambos médicos e professores.

O Prof. Vicente Telles foi um devotado ao ensino, sendo um dos homens mais cultos do Amazonas. Professava a cadeira de Português do Instituto de Educação. Certa vez realizou concurso para a catedra de Química do Ginásio Amazonense, versando sua Tese sobre "Isomeria". Seu trabalho foi aprovado, mas não conquistou o lugar.

Vicente Telles vivia do ensino e para o ensino. Em matéria de religião, era um livre-pensador.

Faleceu em Manaus a 30 de abril de 1943, tendo 64 anos de idade. Foi um cidadão exemplar, quer pela competência quer pelo trabalho, cuja memória está perpetuada num belo Grupo Escolar.

VICTOR COUTINHO

O presente "verbete" é uma súmula da exaustiva biografia feita e publicada, em 1899, por Manoel Pereira Gonçalves, sobre o Coronel Victor da Fonseca Coutinho, filho do patriarca da numerosa família dos Coutinhos, da antiga vila de Borba, no rio Madeira. Não poderia haver informante mais autorizado do que aquele cidadão, dono de uma inteligência de escol ao serviço da verdade e do progresso.

O Coronel Victor da Fonseca Coutinho nasceu, em Borba, a 12 de abril de 1812. Foram seus pais o Capitão Francisco Benedicto da Fonseca Coutinho e D. Ana Thereza de Jesus Coutinho.

Em Belém do Pará, recebeu instrução primária e a que pode ali alcançar. E esta serviu de base ao seu autoditacismo cultural, já se vê, sem moldes acadêmicos. Muito jovem, apenas entrado na puberdade, ingressou no serviço da Guarda miliciana, como Cabo-de-esquadra, alcançando, quatro anos depois, o posto de Alferes. Mas, viu que não lhe convinha a carreira das armas; abandonou-a, passando para o comércio.

Segundo velhos hábitos da época, seus pais o queriam perto de si, e, ao completar a idade de 21 anos, declaram que lhe tinham escolhido para esposa, D. Izabel da Fonseca Zuzarte, de família residente em Serpa, fato que não o desagradou. Frei José das Chagas efetuou o enlace a 10 de junho de 1832, tendo a noiva 24 anos de idade.

Do consórcio, provieram onze (11) filhos, dentre os quais: Francisco Benedicto da Fonseca Coutinho (Cônego), que muito mais tarde (1904) foi governador do Amazonas: Hilário do Nascimento da Fonseca Coutinho (Capitão da reserva); Luiz (Capitão); Dona Ana Silveria; José (Tenente); Dona Maria Praxedes (Professora); Victor da Fonseca Coutinho Júnior, todos educados nos princípios da honra e do trabalho.

Foi nomeado Juiz de Paz. Em 1835 (Cabanagem), viajando em sua "coberta" de regatão, informaram-no em Gurupá, dos acontecimento havidos em Belém. Resolveu deixar sua embarcação em Gurupá, retornando ao serviço militar, apresentando-se ao Comandante Geral das Forças legais. Prestou grandes serviços à causa da legalidade, só voltando à Gurupá, quando toda a revolta da "Cabanagem" foi oficialmente extinta. Ao chegar àquela vila paraense, viu que, em sua demorada ausência, deterioram-se todas as drogas do sertão, inclusive o cacau, levando prejuízo total. E não era exato que a luta tivesse acabado, pois surgiu em Manaus, tomando a cidade. Mais uma vez Coutinho retorna às escaramuças, até que se realizasse a última rendição em Maués.

Em 1852, instalada a Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, 1.º Presidente, devidamente autorizado, criou a Guarda Nacional e nomeou Victor da Fonseca Coutinho Capitão da 2.ª Companhia, da 2.ª Secção do Batalhão de Maués.

* * *

Foi Deputado estadual à Assembléia Legislativa da Província, no bienio 1854-1856, conseguindo que Borba fosse elevada à categoria de vila, pela Lei n.º 73, de 18 de dezembro de 1857.

O ano de 1865 foi-lhe crucial, no plano político. Fazendo oposição ao governo, por ocasião do pleito eleitoral em Borba, foi preso por Manoel Pereira de Sá, encarregado do comando da

secção, mantido em custódia em casa. O presidente da Província, Dr. Epaminondas de Mello aprovou o ato, tendo Benedicto da Fonseca Coutinho sofrido perseguições. "Neste entrementes — diz Manoel Pereira Gonçalves —, os ânimos encorajados com os acontecimentos da Guerra (do Paraguai), mostraram que em Borba também pulsavam corações brasileiros que voluntariamente se ofereciam em holocausto à Pátria e àquele que tinha comandado esse punhado de brasileiros na época da paz, não quis, nesse momento, deixar o seu posto para ver morrer os seus companheiros, e desse modo o Capitão Victor Coutinho acompanhou com seu filho mais velho, Antônio Carlos da Fonseca Coutinho, sargento-secretário, e o português Antônio Rodrigues Pinheiro, que morreu na guerra, já no posto de Capitão, a parte de sua companhia que se tinha apresentado voluntariamente".

O Capitão Victor, com a Guarda sob seu comando, fazia questão de marchar para os campos de sangue no Paraguai, no que foi contrariado pelo Presidente Dr. Epaminondas de Mello, que lhe deu ordem de seguir, com as praças do seu comando, para Santo Antonio do rio Madeira para onde foi e permaneceu, por algum tempo, apesar de se tratar de região das mais insalubres.

Aquele Presidente justificando sua atitude, declarou que o Capitão Victor já era um militar velho para resistir às contingências da guerra. Com a retirada temporária do Presidente da Província, Dr. Epaminondas foi substituído pelo Dr. Ramos Ferreira. Logo que este assume o Poder, tendo conhecimento do estado de saúde da Tropa sediada em Santo Antônio, permite que regresse a Manaus. Não demora, aquele Presidente retorna do Rio de Janeiro e reassumindo o seu cargo, determina que o Capitão Victor Coutinho e seus soldados embarquem para Santarém, o que foi feito. Havia de seguir ou perderia o posto, que tanto lhe custara alcançar, nas lutas com os cabanos. Preferiu partir, sendo sua permanência em Santarém, de apenas três meses, porque o Presidente de então, Dr. Gustavo Ramos Ferreira, convenceu-se de que ele não poderia continuar no serviço ativo do Exército, derrotado que estava pelas febres que apanhara em Santo Antônio; dispensa-o e o reforma. Reclamou contra esse ato, sendo atendido. Isto em 1868, quando, no governo da Província, o Dr. Jacintho Pereira do Rego.

Instalada a Câmara de Borba, em 14 de fevereiro de 1877, foi Victor Coutinho o seu primeiro Presidente e depois Juiz Municipal do Termo. Por Decreto de 10 de junho de 1882 o Governo Imperial nomeou-o Coronel Comandante Superior de Itacoatiara e rio Madeira, cabendo então o encargo de organizar os Bata-

lhões: 2.º de Artilharia, 4.º, 5.º e 10.º de Infantaria e a 2.ª Secção de Reserva.

Em 1894, foi agraciado com a insígnia do grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo, como premio aos serviços prestados por ocasião da epidemia da varíola em Borba.

E não fiquem esquecidos os benefícios que prestou em vários cargos que o governo lhe confiou em Manaus e no Madeira.

O Coronel Victor da Fonseca Coutinho perdeu a esposa em 2 de março de 1877.

Ao encerrar a súmula de sua biografia, não hesito em julgá-lo um exemplo de pertinácia no trabalho e integridade de conduta. Poucas vezes se tem visto um homem tão desprendido dos bens materiais da vida, um abnegado, sempre que era mister servir ao próximo, a Deus e à Pátria. Ele está nos fastos da História do Amazonas.

(Como subsídio fundamental de sua biografia, veja-se o que a seu respeito escreveu, em 1869, seu amigo Manoel Pereira Gonçalves, no "Almanack Madeirense" para aquele ano, págs. 13 a 23).

VIDAL PESSOA

O General Joaquim Vidal Pessoa nasceu em Manaus, a 8 de novembro de 1884, sendo filho do negociante cearense Sérgio Rodrigues Pessoa, Tenente-Coronel da Guarda Nacional.

Assentou praça, no Exército, a 3 de abril de 1904, no Rio de Janeiro, na Escola Militar do Realengo, sendo transferido para a de Porto Alegre, em 1906, onde fez os cursos de Infantaria e Cavalaria.

Teve desligamento para o 3.º Regimento com sede na Capital Federal em 1909, sendo declarado Aspirante a Oficial.

Em maio de 1910 foi nomeado Inspetor dos alunos da Escola de Medicina e, no ano seguinte, igual função, na Escola de Farmácia do Rio de Janeiro.

Em 1912 foi mandado a Bahia (Salvador) para fazer respeitar o "Habeas-Corpus" concedido pela Justiça Federal a Senadores e Deputados estaduais do Partido Republicano Conservador. Cumpriu o seu dever sem violência, dignamente, pelo que recebeu veemente elogio.

Em 1913 regressou ao Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola de Artilharia e Engenharia, tendo apresentado certificado do curso de Engenharia Civil, obtido na Escola Politécnica da Bahia.

Em 1915 concluiu o curso de Engenharia Militar. Seguidamente a de Inspetor da "Sociedade do Tiro n.º 10" (1917), da qual ninguém em Manaus poderá esquecer, tais os serviços que prestou à vida militar do País.

Em 1919, estando a servir na Guarnição da cidade, foi requisitado pelo governador do Estado, Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, para o Quartel da Força Pública.

Em 1921, foi transferido para o 3.º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro. Dois anos depois promovido a Capitão, foi transferido para o 25.º B.C. de Teresina. Seguidamente mandado para o 7.º Regimento, em Santa Maria do Rio Grande do Sul.

Em 1925, em missão, no posto de Tenente-Coronel, foi nomeado, mais uma vez Comandante da Força Policial do Estado na Interventoria Federal do Dr. Alfredo Sá. Em 1926 a Força comemorou solenemente o seu meio século de criação (26-4-1876), estando no seu comando o digno Capitão Joaquim Pessoa, e, no Governo do Estado o saudoso Ephygenio de Salles. Para comemorar o transcurso, organizou-se e fez-se publicar o "Almanaque Policial do Estado do Amazonas". Trata-se de um documentário excelente da vida dessa Corporação, no seu objetivo de assegurar a paz e o regime, no grande Estado. Esse opúsculo de 115 páginas é pensamento e obra de Joaquim Vidal Pessoa.

Mas, continuemos a tratar do dinamismo exemplar do ilustre amazonense, afirmando que sua passagem pela Caserna da Polícia, assinalou-se pelo brilho de sua Escola Regimental, pela harmonia entre camaradas e forte espírito de disciplina. As praças aquarteladas tinham boa e abundante alimentação, como nada faltava no hospital do Batalhão.

Em 1929, exonerou-se do comando da Força Pública, pela necessidade de continuar o curso das Armas, matriculando-se na Escola de Aperfeiçoamento, no Distrito Federal.

Em 1930, terminado dito curso, regressou ao Amazonas, para, mais uma vez, comandar o Batalhão. Em 1931, foi transferido para o Estado do Espírito Santo, para comandar o 3.º B.C., sediado em Vitória (Vila Velha). Em 13 de abril de 1932 teve ordem de partir, com o seu Batalhão para São Paulo, a fim de servir nas operações de guerra que ali então se travavam, luta inglória, é certo, mas no plano da legalidade, tendo feito a campanha até o fim. A 21 de setembro, ainda desse ano, foi promovido ao posto de Major, tendo 47 anos de idade.

* * *

"Em março de 1933, recebeu do Comando da Região Militar, General Manoel de Cerqueira Daltro Filho elogios pela sua

inteligência, atividade, espírito de renúncia, resistência moral, patriotismo, enfim por todas as provas da mais sadia disciplina militar tão realmente reveladas durante os acontecimentos de São Paulo".

A 3 de maio de 1937, galgou o posto de Tenente-Coronel. Em 1940, comandou o Batalhão de Caçadores de Fortaleza. No ano seguinte, a 24 de fevereiro, foi transferido para o Amazonas, no governo do Dr. Álvaro Maia, para comandar o Batalhão de Caçadores. Em 9 de abril de 1943 passou para a reserva, no posto de Coronel, contando 46 anos de serviços ao Exército. Em 1950, em virtude do Decreto de 3 de julho, foi elevado ao posto de general de brigada.

* * *

O General Joaquim Vidal Pessoa casou-se com a Professora Graziela Machado de cujo enlace provieram os seguintes filhos: Ana Virgínia Pessoa Ladvocat Cintra, Oficial de Chancelaria do Ministério do Exterior, casada com o Professor Yves Moacyr Ladvocat de Cerqueira Cintra, advogado; Júlio Sérgio Vidal Pessoa, Capitão de Corveta, casado com D. Maria Lúcia Gonçalves Vidal Pessoa, professora; Maria de Lourdes Pessoa Pereira da Cunha, professora, casada com o Engenheiro Herculano Antônio Pereira da Cunha Sobrinho; e Argemiro Vidal Pessoa, acadêmico de Direito.

Faleceu no Rio de Janeiro a 15 de janeiro de 1962, estando sepultado no Cemitério do Catumbi.

VIEIRA DE ALENCAR

O Dr. Francisco Vieira de Alencar nasceu no Ceará e faleceu no Rio de Janeiro a 22 de julho de 1967, contando 68 anos de idade. Foram seus pais o Coronel Joaquim Vieira de Alencar e D. Martinha Vieira de Alencar, ambos de saudosa memória.

Vieira de Alencar fez seus estudos, primário e secundário, em Manaus, após ingressando na Faculdade de Direito do Amazonas, bacharelando-se em 1929, numa turma de que faziam parte, entre outros, Cássio Dantas, Vivaldo Lima e Alexandre Carvalho Leal.

Fez concurso para ingressar no Banco do Brasil, ali percorrendo todos os postos, até sua direção suprema, além de importantes Comissões relacionadas com os interesses da Fazenda Pública e do crédito bancário, destacadamente a Superintendência do mesmo Banco. Embora já aposentado, ainda exercia sua atividade na direção do Banco Central.

Foi Ministro interino do Trabalho, no governo do Marechal Dutra.

Vieira de Alencar foi casado com D. Amélia Carpinteiro Péres, de cuja união teve um filho, Sr. Renato Carpinteiro Péres Vieira de Alencar. Embora tendo nascido em terras cearenses, sempre viveu ligado ao Amazonas, quer por parte de sua gente (a numerosa família Alencar), quer por sua esposa (a ilustre agremiação dos Carpinteiro Péres).

O Dr. Francisco Vieira de Alencar pertencia à Grande Planície, onde iniciou e consolidou sua formação espiritual, sob cuja égide foi possível fazer-se um cidadão modelar, honrando a Cultura e a Pátria.

VIVALDO LIMA

O Dr. Vivaldo Palma Lima nasceu em Salvador (Bahia) a 10 de abril de 1877 e faleceu a 23 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro, estando sepultado em Manaus no Cemitério de São João Batista. Filho de Odilon Palma Lima, fez os seus estudos na cidade natal, inclusive os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia e, mais tarde, o de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas.

O Amazonas estava no seu pensamento para ser a arena dos seus trabalhos profissionais. Viajou para Manaus, na qualidade de Médico de um dos paquetes do Lloyd Brasileiro e ali se fixou, já nomeado Inspetor Federal de Saúde, no começo do século. E, logo, iria dar provas de competência e energia no exercício do seu cargo: é que aparecera a "peste bubônica", em Belém (Pará) com sintomas alarmantes (tratei do caso quando fiz a biografia do Dr. Jorge de Moraes). Para evitar o contágio do mal, no Amazonas, pelos navios procedentes de portos europeus, o governo do Estado decretou o expurgo, em Parintins, de quantos barcos aportassem em Belém. Mas, um paquete italiano, procedente de Gênova, recusava-se atracar naquela cidade, desobedecendo à intimação. Chega a Manaus repleto de passageiros. O Dr. Vivaldo intima-o a voltar a Parintins, despresando os protestos e as vociferações de toda a gente de bordo. E o barco italiano cumpriu a lei. Esse fato patenteou, em Vivaldo Lima, a capacidade de bem servir à Pátria e ao seu Povo.

Era um cidadão que se caracterizava por suas iniciativas. Foi ele o ponto de partida, a voz pioneira da criação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Com dois outros companheiros, transformou um sonho em realidade, com o apoio do benemérito Governador Dr. Pedro de Alcântara Bacellar. A 25

de março de 1917, fundava-se aquele Instituto, hoje um dos orgulhos da Capital amazonense.

Outro acontecimento na vida laboriosa do Dr. Vivaldo Lima foi a experiência que realizou sobre o plantio da juta, ao lado de sua residência. A fibra indiana era, ao tempo, a riqueza do Município de Parintins, cultivada em varzeados (terras úmidas). Mas queria constatar a possibilidade de fazer o mesmo em "terra firme" e permanente irrigação. Plantou e no fim de cinco meses, com observações tríplicas por dia, verificou o êxito do empreendimento, obtendo fibras resistentes em torção e distenção. A respeito publicou um livro registrando quantas observações pôde colher.

* * *

Ainda outra iniciativa foi a campanha, pela imprensa, para que o governo municipal de Manaus não mais permitisse que as praças da cidade continuassem a ser ocupadas por edificações de qualquer natureza, se não pelos seus próprios jardins e parques. Disse, em um dos seus artigos: "As Praças arborizadas, maximé nas regiões equatorianas, são os pulmões das cidades". Diante da campanha benfazeja, cessaram as inconveniências do desaparecimento daqueles logradouros.

Não menos vibrante foi a luta encetada por ele com referência a situação do leprosário que se achava em construção no Paredão, à margem esquerda do Rio Negro, à jusante de Manaus, cerca de 20 quilômetros. Era uma grande Colônia de vários prédios alinhados e arruados, constituindo a "menina dos olhos" do governador Ephigênio de Salles, seu idealizador e construtor. O Dr. Vivaldo Lima era contra a situação desse leprosário; o Dr. Adriano Jorge, a favor. Cerca de uma semana os dois gigantes da cultura e da dialética preliaram na imprensa. Mas a mudança da Colônia, de Paricatuba para a do Paredão, não se fez. Aquele bonito grupo de casas novas ficou, durante muito tempo, exposto ao saque.

Estou a tratar de um dos homens mais dinâmicos e eruditos que têm vivido em Manaus. Mediante concursos em que não faltaram competidores, conquistou duas cadeiras no Ginásio Amazonense Pedro II: a de Física e a de Química. As teses que sustentou foram sobre assuntos transcendentais, dentro das novas teorias daquelas ciências.

Entrando nas lides da política, não se afastou da clínica, nem do ensino. Fez-se líder do Partido Trabalhista, com inegável influência no operariado. Sua residência enchia-se de correligionários, tendo sido eleito Deputado Federal. Apesar de já alcançado pela idade e por moléstia, não faltava às sessões da Câmara

e das Comissões a que pertencia. O seu último discurso, em plenário, poucos dias antes de falecer, foi uma peça de fundo científico, que a todos impressionou. Estampada no "Diário da Câmara", guardo-a em meu Arquivo, como fruto de uma inteligência peregrina.

* * *

O Dr. Vivaldo Palma Lima casou na Bahia, antes de partir para o Amazonas, com D. Elvira Baraúna de Lima. Desse enlace provieram os seguintes filhos: Oswaldo Palma Lima, General do Exército, reformado; D. Elvira Lima de Figueiredo, casada com o Dr. Álvaro Oneti de Figueiredo; Dr. Vivaldo Lima Filho, Senador; Augusto Palma Lima (falecido); José Palma Lima, falecido; Waldemar Palma Lima, clínico em Manaus; Engenheiro Luiz Palma Lima, Chefe dos Serviços do Porto de Vitória; Carlos Palma Lima, Coronel da Polícia do Amazonas; e Dr. Mário Palma Lima, funcionário público federal.

* * *

O Dr. Vivaldo Palma Lima, além de suas cátedras no Ginásio Amazonense exerceu muitas outras funções, tendo sido membro de numerosas entidades culturais e beneficentes, dentre as quais: Diretor daquele estabelecimento secundário; catedrático de geografia da Escola Normal e de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Amazonas (1.ª Fase); Orador Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do mesmo Estado; Presidente da Sociedade dos Amigos do Japão; membro da Academia Amazonense de Letras; Presidente de Honra do Nacional Fast Clube; Sócio Benemérito da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas; idem da União Operária Amazonense; idem da Associação dos Funcionários Públicos Ativos e Inativos do Amazonas; Médico Efetivo da Santa Casa de Misericórdia de Manaus; ex-Auxiliar Voluntário do Corpo de Saúde do Exército, na Campanha de Canudos; ex-Intendente e Superintendente Municipal de Manaus; ex-1.º Suplente, em exercício, de Juiz de Direito da Capital. Foi membro proeminente da Maçonaria Amazonense.

Colaborou em vários jornais e revistas e publicou os seguintes trabalhos: "A Memória", Tese de doutorando; "A Inscrição da Gávea"; "O invento de Júlio Moura"; "Prefácio" da obra "Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil", de Bernardo Ramos; "O flagelo do álcool" (conferência). Trabalhos inéditos; "Discursos e Conferências" proferidos da tribuna da Câmara; "Estudos críticos sobre os concursos de beleza"; "Livro de Desportos"; "Dinamismo e estabilidade do pensamento humano" (estudo fisio-psicológico da mais elevada

função do cérebro); "Bernardo Ramos, mártir da ciência"; "O Recruta Julião", romance; "Protejamos a Seringueira", 1944, e outros. Traços psicológicos: O Dr. Vivaldo Lima foi um homem bom e de boa-fé. Um dia foi blefado por um espertalhão chamado Júlio Moura, que o persuadiu existir estanho nas barrancas do lugar Paredão, próximo à atual Refinaria de Petróleo. As provas públicas que o mistificador apresentou não engodaram muita gente cautelosa, pois o que corria pelas grelhas do forno da experiência, não passava de antimônio de velhos tipos de imprensa, misturados com a terra. Descoberto o embuste, Moura fugiu de Manaus. Sobre ele o Dr. Vivaldo já havia publicado um livro enaltecedor. Quem, no largo trato social, não cai numa cilada?

O Dr. Vivaldo Palma Lima foi uma grande alma e um nobre coração. Morreu pobre o médico dos pobres. Mas deixou uma grande fortuna espiritual, na sua excelsa e numerosa progenitura, nos seus livros, nos seus exemplos de filantropia e lídimo caráter.

(Com as informações obsequiosas do Senador Dr. Vivaldo Lima Filho, e com as observações de mais de 40 anos).

XENOFONTE ANTONY

Xenofonte Antony nasceu a 8 de julho de 1905, em Manaus. Foram seus pais Leandro Antony e D. Maria Ferreira Antony. Aos 17 anos perdeu seu pai, ficando com o encargo da família, responsável assim pela criação e educação dos irmãos menores. Cursou o antigo Ginásio Amazonense Pedro II. Estudando e trabalhando, o seu primeiro emprego foi na firma comercial "Carneiro da Motta". Mais tarde, com o encerramento das atividades daquela firma, Xenofonte teve de procurar outro meio de vida, encontrando-o nas funções de conferente de carga da velha Companhia inglesa de navegação Booth Line.

O espírito de Xenofonte Antony não se coadunava com as atividades do comércio. Aspirava a Escola Militar. Os encargos de família, porém, não lhe permitiam sair de Manaus. Resolveu ingressar na vida jornalística, como repórter das ocorrências, no serviço do "Jornal do Comércio", da Capital.

Mais tarde penetrou a vida pública, sendo nomeado Escrivão da Polícia Civil e, depois Delegado. Serviu ao lado de vários Chefes de Polícia, sempre estimado por todos. Ocupou o cargo de 1.° Comissário da Ordem Política e Social, tendo chefiado várias equipes de policiais ao interior do Estado.

Ao tempo da interventoria Nelson de Mello, esteve como Prefeito Municipal de Fonte Boa. Regressando a Manaus, foi nomeado Delegado do Trânsito, cargo em que permaneceu por alguns anos, dando provas de ponderação e energia, temperada por um destemor beirante da temeridade.

Conta-se que certa vez, num campo de jogo esportivo, em dia de grande afluência popular, o Diretor do Trânsito dera ordem para que nenhum carro penetrasse a arena, podendo aguardar seus passageiros à proximidade do portão principal. Um militar desobedeceu a proibição. Minutos depois, chega Xenofonte. Rápido, dirige-se ao carro em apreço e põe-no para fora.

Ao tempo em que se iniciou a gestão de Xenofonte no cargo de Diretor do Trânsito, o Departamento não possuía (1944) sede própria. O novo titular trata do assunto perante o então Interventor Álvaro Maia, e com tanto empenho o fez que, sem demora, lhe foi dada autorização para começar a obra. Trata-se daquele grande edifício situado à Rua José Paranaguá, de Manaus, dando frente para o Quartel de Polícia Militar. Esse prédio deve-se à tenacidade e inteligência de um funcionário em cujo espírito, flamejante de civismo e progresso, estava também o sentido humano do aparelhamento da administração pública. Foi, ainda no governo do Dr. Álvaro Maia, designado para as funções de Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas (CERA), hoje DERAM, em cujos serviços realizou muitas obras de utilidade, no período de 1950-1952. Registre-se que a CERA, na gestão de Xenofonte, muito auxiliou a construção do Aeroporto de Ponta Pelada, mandando executar toda a terraplenagem desse campo internacional de aviação. Ainda mais: ordenou o asfaltamento do Bairro de São Raimundo, subúrbio oeste de Manaus, além de muitos melhoramentos no interior do Estado.

Em 1954 foi eleito Deputado Estadual. Durante os dois primeiros anos de atividades no Congresso Legislativo, serviu-lhe de Presidente e de Líder nas relações com o Executivo, chegando a assumir, por alguns dias, a governança do Estado.

Em 1959 foi eleito mais uma vez para ocupar o posto de Vereador de Manaus. No 4.° ano de seu mandato, presidiu a Câmara respectiva.

Em 1966, no governo do Professor Arthur Reis, foi nomeado para uma função de alta responsabilidade, qual a de Presidente da Comissão Fiscal do IPASEA e Liquidação da Alimentamazon.

Em 1967, no governo Mattos Areosa, foi nomeado Diretor-administrativo da Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB), na qual serviu com o seu amigo, o major José Ribamar.

Foi um homem exemplar. Basta recordar a figura daquele rapazinho de 17 anos de idade que, ao falecer seu pai, cidadão pobre, assumiu a responsabilidade da manutenção da família. Cumpriu o seu destino sem as vacâncias das fraquezas humanas.

Foi casado com a Sra. Caetana Borborema Antony, deixando um filho, Sr. José de Vila Rios Antony.

Faleceu a 29 de janeiro de 1968, em Manaus, sendo sepultado no cemitério de S. João Batista.

(Esta biografia é uma súmula da que m'a transmitiu o Sr. José de Vila Rios Antony, filho do biografado).

WALDEMAR PEDROSA

Não sei como esboçar, na angustura de um pequeno quadro, a biografia forçadamente resumida, de um homem que teve influências morais, intelectuais e políticas tão dilatadas, em largo espaço de tempo.

O Dr. Waldemar Pedrosa encheu de boas obras uma vida intensa e extensa, dignificando-a com o fulgor do seu talento e a rigidez do seu caráter.

Tentarei tomá-lo de frente e de perfil, servindo-me de abundantes e valiosos subsídios já publicados e do quanto lhe observei, em mais de meio século de relações pessoais, seu amigo e admirador.

Nasceu em Manaus a 29 de março de 1888 e faleceu, na mesma cidade, a 14 de junho de 1967, estando sepultado no cemitério de S. João Batista.

Foram seus pais o notável médico Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa e D. Ermelinda Maria Pedrosa, aquele ex-Senador e Governador do Amazonas.

Fez seus estudos primários no "Colégio Pedrosa", de propriedade e direção do seu genitor; os secundários, na Bahia, no "Colégio Carneiro Ribeiro". Existe um Certificado, de grande valor histórico, fornecido pelo famoso educador Carneiro Ribeiro, comprovando o seu aproveitamento com distinção em todas as matérias do curso. (Doc. em mãos da viúva, D. Iza Alves Pedrosa).

Uma vez habilitado para o vestibular superior, seguiu para o Rio de Janeiro, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais. Retornando à sua cidade natal, abraçou o Magistério Superior, na cátedra de Direito Penal da Faculdade de Direito da então Universidade Livre de Manaus e, em continuação, na Faculdade de Ciências Jurídicas da mesma cidade, lecionando, sem contar com alguns intervalos, de 1912 a 1937.

Além de mestre, Waldemar Pedrosa exerceu altos postos na administração e na representação política. Assim foi Procurador Fiscal da Municipalidade de Manaus e de Tesouro Público do Amazonas. Deputado Estadual, Secretário Geral do Estado em mais de um Governo, Interventor, Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados Brasileiros, Secção do Amazonas, que ele fundou. Foi ainda Procurador Regional da República e Senador Federal, em cujo mandato deu sobejas provas de capacidade tribunícia, na defesa dos interesses do Estado de sua representação.

O Senado viu que ali estava uma figura máscula e por isso, capaz de o representar na ONU (Organização das Nações Unidas) que previamente solicitava um representante do Senado Brasileiro para, integrado na Delegação do Brasil, resolver o caso das "Tutelas". O Dr. Waldemar Pedrosa foi o designado. Tomando parte no Conclave, sediado em Paris, no velho "Palais Chaillot"; iniciados os trabalhos a 6 de novembro de 1951, o nosso representante, falando fluentemente o idioma francês e conhecendo bem Direito Natural, brilhou naquele torneio de inteligências. Não é demais dizer que foi, nesse concião da cultura, na sobrepujância das idéias, o mesmo que fora Ruy Barbosa em Haia, em 1907, na questão da igualdade e soberania das nações em face das potências. Ficou deliberado, naquela memorável reunião da democracia universal, que as Tutelas seriam extintas ao fim de certo tempo, com o apoio dos países deliberantes.

Tal resultado encheu de animação a velha África escravisada. O certo é que mal passara uma década, o continente da raça desditosa levanta-se em peso e, com ele, cerca de 30 países novos, ali, aparecem, por terem banido o guante estrangeiro, países que ainda lutam em prol de sua organização e definitiva soberania.

Esse acontecimento político, profundamente liberal, não teria sido uma decorrência lógica do que se passara, em Paris, no "Palais Chaillot", na voz de Waldemar Pedrosa e seus companheiros da Delegação Brasileira?

Quando o ilustre amazonense havia quase terminado o seu mandato de Senador, ele que, por mais de uma vez, se dignificara na honrosa missão na ONU, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, cargo em que, mais tarde, se aposentou.

* * *

Antes de servir e de honrar as funções de Senador e de Ministro, ao tempo das Interventorias no Amazonas, ou seja, do

chamado Estado Novo, o Dr. Waldemar Pedrosa serviu como Interventor Federal de 14-6-1933 a 10-10 do mesmo ano.

Anteriormente, em agosto de 1932, esteve na Interventoria, na qualidade de Secretário Geral do Estado, em substituição ao Comandante Antônio Rogério Coimbra, quando o governo é perturbado por um levante revolucionário, partido da Fortaleza de Óbidos e de sentido federal. Os masorqueiros, em duas embarcações, penetram o Amazonas, rumo a Manaus. Ao chegar em frente da cidade de Itacoatiara, encontram a resistência por parte do governo; dá-se aí nas águas torrentosas do Amazonas, uma violenta batalha entre as naves revolucionárias e as da legalidade. Em choques de aproamento, como se fossem aríetes, os dois navios da defesa, põem a pique os outros dois da revolução. O governo do Dr. Waldemar Pedrosa não consentiu que a República, maxime o Estado do Amazonas, fossem achincalhados pela investida de aventureiros. Mais uma vez Waldemar Pedrosa dera provas de seus predicados de homem de comando, "doublé" de enérgico e tolerante, conforme o ensejo.

Outro fato anterior, que deve ser rememorado, foi o da Revolução de 1924, em que tomou parte ativa na derrubada da oligarquia reinante no governo do Amazonas.

Nesta sucinta recordação das atitudes de homem probidoso, não fique esquecida a sua viagem ao rio Solimões, no vapor "Hilário", a fim de inaugurar, em Codajás, a Estação telegráfica e, em Manacapuru, o "Grupo Escolar Carlos Pinho", cujo edifício fora idealizado e construído com exclusivo auxílio do povo, e direção benemérita do então Juiz de Direito da Comarca, Dr. André Vidal de Araújo, hoje Desembargador aposentado.

Deve ser lembrado, também, o fato de haver sido Waldemar Pedrosa, quem promoveu, em Manaus, a criação, instalação e funcionamento da Secção do Amazonas, do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo o seu 1.º Presidente.

Os membros daquela Secção não olvidaram o acontecimento, pois o Ministro Waldemar Pedrosa, ao ir a Manaus, em visita aos seus parentes e amigos, recebeu dos seus colegas de classe uma exaltada manifestação de apreço e amizade, como poucas se têm visto ali, a um homem público.

Foi escolhido intérprete dos manifestantes o Dr. Aderson Pereira Dutra. Seu lindo e empolgante discurso, pronunciado no Palácio do Comércio, sede da recepção, foi, dias depois, estampado, na íntegra, no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, de 18-11-1955.

É óbvio registrar que o agradecimento do homenageado foi uma peça magistral, digna de antologia.

Outra manifestação de carinho, não menos honrosa e tocante, foi a que lhe prestou a Faculdade de Direito do Amazonas, pelo valor e pela constância dos seus trabalhos, durante tantos anos, naquela casa de instrução superior.

Fez-se veículo da manifestação a Revista da Faculdade (2.ª fase, n.º 3, ano 3.º, de 1955).

* * *

Waldemar Pedrosa foi um orador suave, sintético e sempre atraente. Jamais eu o ouvi em dissertações cansativas. A maioria das vezes, começava por uma alegoria, como expoente da sua tese, para finalizar por outra não menos apropriada. Nas Sociedades que ele perlustrou, todas de elevado índice cultural, não escapava ao cargo de orador, da mesma forma aos convites para abrilhantar e apadrinhar, da tribuna, as festas do civismo e da cultura.

No seu afã de jurista e parlamentar, escreveu obras que a crítica, das mais exigentes, recebeu com apreço e carinho nimbados com o signo da distinção.

Dentre outras publicações, aparecem: "A Socialização do Direito", "A Anterioridade da Lei", "A Extinção dos Mandatos Legislativos em face da Constituição", "O Brasil na Comissão de Tutela da ONU". Isto, além de numerosos artigos sobre os mais variados assuntos, insertos em jornais e revistas, como o corajoso e incisivo "Parecer" que apresentou ao Parlamento Nacional, cassando a legalidade do Partido Comunista do Brasil e o mandato de seus representantes. Esse documento político foi um verdadeiro hino lançado à consciência do País. Ninguém o faria mais lapidar e incisivo, num instante de tamanha responsabilidade para o regime.

* * *

O Dr. Waldemar Pedrosa, além das instituições jurídicas de que fazia parte e nas quais trabalhou, também pertenceu à Academia Amazonense de Letras, ocupando a cadeira do patrono Raymundo Corrêa. Em vários números da Revista do Sodalício, encontram-se produções de sua lavra, todas magníficas. Ele, como o fora o seu inesquecível genitor, Dr. Jonathas Pedrosa, pertenceu à Ordem Maçônica dentro da qual e por muitos anos espivitou o fogo sagrado da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Teve elevado grau, pelo merecimento de haver prestado bons serviços à paz e ao progresso humano.

Casou-se com a Senhorita Iza Ferreira, filha do honrado negociante Cosme Ferreira e de sua esposa D. Maria Alves Ferreira.

Tiveram os seguintes filhos: Waldisa, casada com o Doutor Américo Rio Branco Soares; Nizard (falecido); Dr. Walder, Sub-Procurador do Estado, aposentado, casado com a Sra. Consuelo Coelho Pedrosa; Dr. Osmar, Procurador da República no Amazonas, casado com a Sra. Eunice Assumpção Pedrosa; e D. Hermelinda, casada com o Dr. Waldir Medeiros, médico.

* * *

Em síntese, o Dr. Waldemar Pedrosa foi um dos homens mais notáveis de sua geração, pela cultura, pela operosidade dignificante, pela compostura exemplar, no seio da família, na sociedade, na função pública, podendo definir sua vida, do berço ao túmulo — uma linha reta — que os imperativos do destino ou da adversidade não puderam deflexionar.

(Fontes subsidiárias de sua biografia: "Observações de mais de 60 anos; Prolegómenos do livro "Problemas de Direito e Estado", do biografado; palavras do Prof. João Chrysóstomo de Oliveira e do Prof. Genesino Braga, em jornais de Manaus; necrológios feitos no Senado da República, ao dia seguinte ao do falecimento, publicado no "Diário do Congresso", de 15-7-1967).

WALDEMAR PINHEIRO

Waldemar Pinheiro de Souza, natural do Amazonas, nasceu à foz do rio Jutaí, a 18 de julho de 1897. Filho de Joaquim Coelho de Souza, português, seringalista, e de D. Clementina Pinheiro de Souza (Dona Santa), cearense, natural do Riacho do Sangue. Bem jovem, começou a trabalhar no seringal do seu pai, na vizinhança do lago e povoado de Anori, perto de Codajás, no rio Solimões, transferindo-se mais tarde para Manaus, onde se empregou na Repartição dos Correios.

Com 17 anos de idade, passou a trabalhar na Empresa "The Amazon River Steam Navegation (1911) Company", na qualidade de praticante de Escrivão do navio comandado pelo seu tio-avô, Comandante Fausto Pinheiro, de saudosa memória, viajando pelo Rio Negro. Foi depois transferido para o Escritório de Manaus: exerceu as seguintes funções na Companhia inglesa: protocolista, encarregado de receber os conhecimentos, calculista de fretes — destacando-se como excelente técnico —, chefe de tráfego, até ser investido no cargo de Gerente.

Em 1942, a Empresa "Amazon River" foi encampada pelo Governo Federal, passando a funcionar com o nome de Serviços

de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (Snapp). Waldemar Pinheiro foi mantido na chefia, como Delegado em Manaus. Exerceu cumulativamente, o cargo de Delegado da Comissão da Marinha Mercante, quando o Brasil entrou na 2.ª Grande Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, sendo a sua tarefa a de coordenador de todos os transportes fluviais do Amazonas, para acelerar a entrega de produtos vitais à vitória aliada e dirigir o transporte dos imigrantes nordestinos (soldados da borracha) para os locais de maior produção da hevea.

A Empresa "Amazon River", antes de ser encampada, operava com mais de setenta navios, entre os quais os"vaticanos", os "gaiolas" e as "chatinhas", servindo todos os principais rios da Amazônia, principalmente o Solimões, até Iquitos, no Peru.

* * *

Consta da sua biografia que, depois de 31 anos de bons serviços prestados à navegação fluvial no Amazonas, e posteriormente na Snapp (atual Enasa), pediu a sua demissão do cargo de Delegado em Manaus e fundou a firma "Sociedade Comercial de Representação Limitada", com sede à Rua Guilherme Moreira, n.º 194. O ponto comercial e as representações foram adquiridas do comerciante português Júlio Marques. Os recursos foram emprestados pelo Banco Nacional Ultramarino — cujo gerente era, na ocasião, o Sr. Júlio Mesquita — além de representações comerciais e industriais. A firma de Waldemar Pinheiro agenciou a Companhia União de Seguros Gerais, de Porto Alegre e um grande número de navios fluviais.

Os navios norte-americanos da Moore Mc Comarck Lines Inc., operaram no Amazonas no período de 1945 a 1954, quando essa empresa estrangeira adquiriu a "Robin Line" e passou a servir a Costa ocidental da África, em 1959. Waldemar Pinheiro foi convidado para agenciar os navios da Companhia de Navegação Marítima Netumar, que passou, com a sua operosidade, a ser a maior Companhia particular de navegação marítima, do Brasil.

Não se esqueça que, anteriormente, em 1951, dois heróis da Força Aérea Brasileira, os Coronéis Nero Moura e Marcílio Gibson Jacques, fundaram o "Lóide Aéreo Nacional" convidando Waldemar Pinheiro para agenciar os seus aviões, no Amazonas — Empresa que se tornou famosa no Estado, pelas reduzidas tarifas que cobrava em suas passagens. Foi a primeira companhia de navegação aérea a realizar a viagem Rio-Manaus, no mesmo dia, escalando em Anápolis, Carolina e Santarém. Os famosos Curtiss-Comander C-46 serviram muito e o "Lóide Aéreo" fez

um progresso admirável sob a gerência de Waldemar Pinheiro, que lhe deu um grande impulso, aumentando o número de suas viagens pontuais, de preço favorável. Posteriormente "Lóide Aéreo" foi vendida para a VASP, sendo Waldemar Pinheiro mantido na gerência. Era ele um tino comercial em ação. Seu nome está ligado à história da navegação da Amazônia, qualquer que seja o aspecto a encarar.

Em 1963, a Sociedade Comercial de Representações Limitada foi transformada em sociedade anônima, sob o sígma "Soresa", continuando Waldemar na sua presidência.

Novas linhas de navegação passaram a freqüentar o porto de Manaus, entre as quais a da Empresa Lóide Norte Alemão, todas sob a sua responsabilidade. Já em 1956, havia sido nomeado Agente da Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), em Manaus. Neste mesmo ano, a 2 de setembro, chegou ao porto da Refinaria, o petroleiro norueguês "Gallia".

Autêntico "self-made man", Waldemar Pinheiro de Souza subiu gradativamente na vida, graças à sua extraordinária capacidade de trabalho, inteligência, dinamismo, entusiasmo, honestidade e espírito magnânimo.

* * *

Depois de haver desempenhado brilhantemente o cargo de Presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, hoje transformado em sindicato de classe, passou a diretor, por eleição, da benemérita Associação Comercial do Amazonas, em 1935, cargo que exerceu durante o resto de sua vida, tendo sido também, vice-Presidente, durante mais de dez anos. Foi um dos fundadores do Rotary Clube de Manaus. Na ilustre agremiação, exerceu todos os postos, dela se afastando por falta absoluta de tempo, de vez que a freqüência, no notável gremio internacional, é condição indispensável. Foi-lhe outorgado o título de sócio honorário.

Atleta, praticou na juventude a natação e o remo, pertencendo aos quadros do clube alemão "Ruder Club"; vibrava pelo Nacional Futebol Clube de Manaus e pelo Clube de Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro.

Por vezes, presidiu, interinamente, a Legião Brasileira de Assistência, no Amazonas, na ausência de sua Presidente efetiva, a hoje saudosa D. Helena Araújo.

Exerceu por muito tempo a Presidência da Cooperativa Banco do Estado do Amazonas, S.A.

Eleito o primeiro Presidente da Fundação Universidade do Amazonas, sendo, como era, entusiasmado adpeto do ensino ge-

neralizado. Entrando na política, fez-se partidário do Brigadeiro Eduardo Gomes.

* * *

Pelos reconhecidos serviços que prestou aos Aliados, no decorrer da 2.ª Grande Guerra, o governo norte-americano convidou-o para exercer as funções de Agente Consular dos Estados Unidos, em Manaus, cargo em que esteve de 1949 a 1953, especialmente autorizado pelo Governo brasileiro.

Devem ser lembrados os serviços que prestou ao Amazonas, na qualidade de membro da Diretoria da benemérita Associação Comercial, quando da visita do Dr. Adhemar de Barros, a convite daquela associação de classe, sendo Presidente o Eng. Jayme Bittencourt de Araujo. O encarregado de receber o Governador de São Paulo, no Museu Comercial, instalado no Palácio do Comércio, foi Waldemar Pinheiro. Seu discurso de saudação deveria ser reeditado para se ver quanto empenho mostrou pelo alargamento das nossas relações de indústria e comércio com aquele grande Estado.

* * *

De todas as homenagens que lhe foram prestadas, após a sua morte, a que mais sensibilizou a todos que o conheciam — parentes e verdadeiros amigos —, foi a prestada pelos senhores José Carlos Leal, Ariosto Mesquita Amado e Walter Gainsbury, Diretores da *Netumar,* dando o nome de "Waldemar Pinheiro" a um dos seus navios cargueiros, de 5.300 tdw.

Dos seus cinco filhos homens, três ainda vivem: Júlio César Garcia de Sousa, Diretor-Comercial da *Soresa S.A.*, Assistente da Diretoria da Companhia de Petróleo da Amazônia, Diretor da Associação Comercial do Amazonas, 1.° Tesoureiro do Rotary Clube de Manaus e membro do Conselho Consultivo do Banco do Estado do Amazonas S.A.; Carlos Alberto, Diretor-Presidente da *Soresa S. A.*, Diretor da Companhia de Navegação Marítima Netumar, membro do Conselho Fiscal da "Comarsa-Máquinas e Veículos S.A.", e Cooperativa de Crédito Popular de Manaus e sócio do Lions Club; e Waldemar, Assistente da Diretoria e Chefe de Operação da *Soresa S.A.* Sebastião, o mais velho dos seus descendentes e seu braço direito na firma, faleceu em 1966, seis meses após o óbito do pai.

* * *

Eis um dos homens que mais serviram sua terra. Faleceu em Manaus, a 20 de abril de 1966, estando sepultado no cemi-

tério de São João Batista. Seu nome, por motivos tão honrosos, não poderá ser esquecido. De um homem do seu jaez é pouco o laconismo de um epitáfio.

WALDEMAR SCHOLZ

Não se tem informações referentes à mocidade de Waldemar Scholz. Sabe-se apenas ter nascido na Alemanha e, lá, adquirido sólida instrução e aplaudida educação.

Corria o último decênio do século passado. A valorização da borracha era o ímã que atraía todas as mentalidades dos lugares mais afastados.

Homem culto e de sobejantes energias, Waldemar Scholz norteou seu pensamento para a Amazônia; ali chegando, aportou em Manaus onde encontrou vários patrícios formando a pequena, mas forte colônia alemã. Com as recomendações que levara, não lhe foi difícil penetrar a arena dos negócios, pois, já em 1903, vi-o estabelecido à rua dos Remédios, com armazém e escritório de compra e beneficiamento de borracha, para o fim de exportação.

A esse tempo, uma linha de navegação mensal, servida por dois paquetes de primeira ordem, o Rio Negro e o Rio Pardo, ligava Hamburgo a Manaus, no transporte de passageiros e carga. Era este fato de enorme importância para a firma que dirigia.

Fundara-se em Manaus o Clube Alemão, e, segundo se falava, Scholz lhe dera forte impulso. Centro de diversão, não somente para os sócios, como para estranhos, fez-se ali um lugar de fraternidade espiritual de que até hoje há saudosas recordações.

Em 1913, Scholz ocupava o cargo de Consul da Áustria e fazia parte da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas, tendo sido seu presidente em 1911. Na Junta Comercial, tinha sua firma registrada, para gosar de todas as regalias da profissão.

Grande era a prosperidade dos seus negócios e tinha resolvido fixar residência definitiva em Manaus. Outra coisa não patenteava a construção de um suntuoso edifício à Av. 7 de Setembro, ao qual o povo passou a chamar de Palacete Scholz, que uma vez concluído, veio realmente a ser sua residência.

A borracha do Oriente, na plenitude de sua expansão, criou no Vale a grande crise econômica que atingiu em cheio o exportador Waldemar Scholz, deixando-o comprometido por despesas que não mais poderia satisfazer.

Recorre ao abastado negociante, proprietário e grande seringalista do Purus, Luiz da Silva Gomes, de quem toma por empréstimo quatrocentos contos de réis, sob hipoteca do seu Palácio.

Rebenta a Grande Guerra de 1914, sendo suspensa a linha de navegação Hamburgo-Manaus. Agrava-se desse modo a situação econômica e financeira do devedor. Vence-se o prazo da sua hipoteca (um ano). Vai à praça, por três vezes, o imóvel penhorado. Na 3.ª e última, a oferta maior foi apenas de 121 contos de réis, do próprio credor, quando seu débito já se elevava, ao tempo, a 618 contos, fora as custas do processo.

Dir-se-á que estou fazendo a biografia de um homem e não um capítulo da história de um prédio. Respondo que as duas se amalgamam na mesma finalidade, isto é, em idêntica e justa tecitura, de conhecimentos sociais.

A sede do governo do Dr. Alcântara Bacellar já estava instalada no Palácio, que passou a ser denominado Rio Negro, mediante aluguel mensal de um conto de réis. O novo proprietário resolve vendê-lo imediatamente e à vista, pela importância de duzentos contos. Era quase um preço simbólico. Fez-se a compra, não obstante as tremendas dificuldades do Erário. Não houve ato mais acertado do que esse.

Terminada a Guerra em 1918, feita a paz entre a Alemanha vencida e os Aliados, Waldemar Scholz retira-se do Amazonas e, da Alemanha, escreve extensa carta a meu pai, Coronel Antônio Bittencourt, dizendo-lhe das suas saudades e das intenções de regressar a Manaus, logo lhe permitissem suas condições de vida. Jamais tive conhecimento de um estrangeiro que redigisse e falasse tão bem a nossa língua.

Gostava de pássaros amazônicos. Na sua vivenda havia muitos, alguns perigosos. Certo dia, aproximando-se demasiadamente de uma garça, foi vítima de uma bicada no olho esquerdo, que lhe deixou inutilizado esse órgão. Também amava os cavalos, tendo adquirido um puro-sangue, belo e rebelde animal que o lançou ao solo, e cujo acidente fê-lo passar alguns dias no hospital.

Nada menos de vinte anos Scholz viveu em Manaus, dando provas de compostura e amor à terra.

Este livro foi mandado editar pela Academia Amazonense de Letras, tendo merecido o apoio do Governo João Walter de Andrade, através da Fundação Cultural do Amazonas.

1973 — Ano do Centenário de nascimento de Plácido de Castro e do Centenário de Santos Dumont

56.º da fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

55.º da fundação da Academia Amazonense de Letras

Editora CONQUISTA — Av. 28 de Setembro, 174 — Guanabara

Composto e impresso nos Estabelecimentos Gráficos Borsoi S.A., Indústria e Comércio, à Rua Francisco Manuel, 55 — ZC-15 — Benfica, Estado da Guanabara

Possui as seguintes obras publicadas:

Corografia do Estado do Amazonas (1925)
Perfil do Homem da Amazônia (1944)
Bacia Amazônica (1957)
Navegação do Amazonas e Portos da Amazônia (1959)
Mosaicos do Amazonas (1966)
Plantas e Animais Bizarros do Amazonas (1966)
Reminiscências do Aiapuá (Ensaio de uma sociologia rural) - (1966)
O Homem Amazonense e o Espaço (1966)

O Prof. Agnello Bittencourt sempre colaborou nos jornais e revistas de Manaus, tendo inúmeras conferências e relatórios publicados.

Este Dicionário é mais do que um simples registro de datas e acontecimentos relacionados a muitas criaturas que passaram pelo Amazonas: é um depoimento feito por uma testemunha da História.

Edições Academia Amazonense

1) *Fundação de Manaus* — Mário Ypiranga Monteiro.
2) *O Poeta e a Forma Exata* — João Mendonça de Souza.
3) *Versos de Outrora* — Cosme Ferreira Filho.
4) *Dicionário Amazonense de Biografias* — Vultos do Passado — Agnello Bittencourt.

Sob o patrocínio da Secretaria de Educação
e Cultura do Estado do Amazonas